

I Seminário

Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império

Anais Eletrônicos



Juiz de Fora, 22 a 24 de maio de 2007

**Silvana Mota Barbosa
Alexandre Mansur Barata
Jefferson Cano
(Organizadores)**

**Anais Eletrônicos do I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação,
Império**

1ª. Edição

**Juiz de Fora
Clio Edições Eletrônicas
2007**

Comissão Organizadora:

Núcleo de Estudos em História Social da Política
Profa. Silvana Mota Barbosa (UFJF)
Prof. Alexandre Mansur Barata (UFJF)
Prof. Jefferson Cano (UNICAMP)

Promoção:

Núcleo de Estudos em História Social da Política
Programa de Pós-Graduação em História da UFJF

Apoio:

Departamento de História da UFJF
Instituto de Ciências Humanas – UFJF
Pró-Reitoria de Pesquisa – UFJF
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – UFJF
Diretoria de Comunicação
FADEPE
FAPEMIG

Observação: A adequação técnico-linguística dos textos é de responsabilidade dos autores.

Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império (1 : 2007 maio 22-24 : Juiz de Fora, MG)

Anais Eletrônicos / I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império ; Silvana Mota Barbosa, Alexandre Mansur Barata, Jefferson Cano, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2007.

558 p.

ISBN 978-85-88532-34-2

1. Historiografia – Congressos. I. Barbosa, Silva Mota. II. Barata, Alexandre Mansur. III. Cano, Jefferson. IV. Título.

CDU 981

SUMÁRIO

Apresentação	p. 08
Airton de Souza Chrispim Influências educacionais de D. José Maurício da Rocha	p. 09
Alessandra Monzo dos Santos O PCB e seus militantes: Alguns indícios acerca de sua atuação e trajetória em Juiz de Fora (1930-1964)	p. 18
Altino Silveira Silva O Clientelismo e a Igreja Católica no Espírito Santo (1902-1916): as cartas à Diocese e seus pedidos de empenho nas nomeações do funcionalismo	p. 25
Ana Lúcia Fiorot de Souza Espaços de memória no Álbum de Juiz de Fora de 1915	p. 37
Ana Paula Pereira Costa Atuação de Poderes Locais no Império Lusitano: uma análise do perfil social das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)	p. 42
Antonio de Padua Chaves Filho Em Defesa da Sociedade: Segurança Pública e questão social na Primeira República	p. 58
Bárbara Barros de Figueiredo & Edú Trota Levati Para além da literatura: os debates políticos por trás da arguta pena de Machado de Assis	p. 72
Bianca Martins de Queiroz As Minas Gerais oitocentistas por Raimundo José da Cunha Matos	p. 82
Cecília Maria Fontes Figueiredo Os Inimigos do Rei: Os esmoleiros da Santa Cruzada e a imagem do infiel nas Minas setecentistas	p. 92
Cesar Eugenio Macedo de Almeida Martins A Guerra do Paraguai e as modalidades de mobilização militar	p. 103
Daniel Eveling da Silva A política da década de 1860, a partir do conto "O Velho Senado", de Machado de Assis	p. 117
Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho O Estado e a Guerra nas novas do Mercurio Portuguez	p. 125

Danielle Rezende Berbert Dias Reforma Pomabalina da Educação e sua implantação na capitania de Minas Gerais	p. 136
Edna Mara Ferreira da Silva Poder e Violência: aspectos do cotidiano da cidade de Mariana em fins do século XVIII	p. 148
Elaine Aparecida Laier Barroso Controle sanitário, gestão científica e os populares nas questões de saúde: as Políticas de Saúde em Juiz de Fora - 1891-1906	p. 162
Elias Felipe de Souza Cruz As visitas pastorais em perspectiva: fontes e historiografia	p. 174
Fábio Francisco de Almeida Castilho A modernização da mão-de-obra no Sul de Minas, 1870-1920	p. 184
Fábio Luiz Rigueira Simão Entre guardas e policiais: ordenamento urbano e posturas municipais em Belo Horizonte (1897-1930)	p. 197
Fernando Perlatto Bom Jardim Institucionalização partidária e acadêmica: dilemas para a intelectualidade petista	p. 202
Flávia Maria Franchini Ribeiro O amplo debate de culturas políticas na Penitenciária de Linhares durante o regime militar	p. 214
Giane de Souza Castro No compasso da sociabilidade: a utilização do conceito de sociabilidade em estudos sobre a Maçonaria	p. 227
Giovanni Stroppa Faquin Da teoria à luta: a abertura para o mundo político pelos integrantes do Jardim da Infância	p. 241
Gisele Ambrósio Gomes Educação feminina e imprensa na primeira metade do século XIX	p. 252
Gislene Edwiges de Lacerda Juiz de Fora e o Movimento Estudantil: a participação dos estudantes de Geisel à fundação do Partido dos Trabalhadores (1974-1980)	p. 260
Heiberle Hirsberg Horácio A disputa pelo recurso simbólico religioso na cultura política mineira no periódico <i>O Universal</i> do Primeiro Reinado	p. 274
Isabel Cristina Medeiros Mattos Borges Entre a polícia e a caridade: os "sem trabalho" na visão dos jornais no Brasil pós-abolição	p. 283

Izabella Fátima Oliveira de Sales Armas e escravidão na Mariana Setecentista (1707 – 1736)	p. 296
Jefferson de Almeida Pinto Algumas notas acerca de um "eterno recalcado": idéias jurídico-penais e pobreza infratora (1890-1940)	p. 304
Juliana Pinto Carvalhal Uma Igreja comprometida com os Direitos Humanos: A Formação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (1982-1986)	p. 317
Kelly Cristina Teixeira Religião e Política: Questões e Debates sobre o Divórcio em Juiz de Fora no ano de 1912	p. 329
Laura Valéria Pinto Ferreira Moralidade pública, urbanidade e políticas públicas na passagem do século XIX para o século XX	p. 342
Leandro Felix Cantarino & Natália Paganini Pontes de Faria Castro Libertinos e heterodoxos: transgressão e Ilustração no mundo luso-brasileiro	p. 356
Lenilson da Silva Araújo Sociedade civil e cidadania na Primeira República	p. 366
Leonara Lacerda Delfino Entre muros e mosaicos: trajetórias familiares de cativos e libertos de pequenas e médias posses (Pouso Alegre- MG, 1845- 1869)	p. 379
Lucilha de Oliveira Magalhães O escárnio muriliano contra a história oficial	p. 390
Luís Eduardo de Oliveira As distintas ações das elites de Juiz de Fora para disciplinar o mercado de trabalho e manter o espaço urbano ordenado sob sua hegemonia nos últimos anos escravistas	p. 399
Luiz Mário Ferreira Costa Da Maçonaria revolucionária ao complô judeu-maçônico: uma análise das narrativas antimaçônicas	p. 412
Marcio de Paiva Delgado O "golpismo democrático" - Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964)	p. 419
Marcos Antonio Tavares da Costa Uma guerra para o Brasil: a aliança política Brasil-EUA e os soldados da FEB	p. 433
Michelle Cardoso Brandão Os vários impérios de Portugal: pequeno ensaio sobre a sociedade marianense setecentista	p. 442

Patrícia dos Santos Franco Relatos de viagem e a construção da identidade do lugar	p. 451
Patrícia Valim Conspiração socialista na Bahia de 1798: seus cabeças, ridículos pasquins e plebiscitos na primeira edição de História Geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen	p. 461
Paula Ferrari Manuel de Araújo Porto Alegre: Reflexões sobre a arte e a história no século XIX	p. 475
Quelen Ingrid Lopes Paulistas e Portugueses no contexto de formação do Termo de Mariana, 1700-1750	p. 484
Revelino Leonardo Pires de Mattos O poder e o poder sobre o corpo: uma leitura do saber científico através das teorias de Michel Foucault e Roger Chartier	p. 490
Rodrigo Cardoso Soares de Araujo O Polêmico Corsario: um pasquim da Corte Imperial (1880 – 1883)	p. 500
Rodrigo Fialho Silva Querelas públicas e intrigas impressas: o caso padre Luís José Dias Custódio. (São João Del Rei, 1833)	p. 514
Sandra Rinco Dutra A liberdade do cidadão dentro do governo representativo, segundo Silvestre Pinheiro Ferreira	p. 521
Santiago Silva de Andrade "É matéria de Graça, não de Justiça": o equilíbrio dos privilégios no universo doméstico da Casa Real Portuguesa (1808-1820)	p. 528
Talita Ribeiro da Silva A Memória Elaborada da Manchester Mineira Álbum do Município de Juiz de Fora (1915)	p. 534
Virna Ligia Fernandes Braga Expertise, Capital Cultural e Status: o movimento docente em Juiz de Fora	p. 547

APRESENTAÇÃO

O I Seminário **Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império** foi promovido pelo *Núcleo de Estudos em História Social da Política* em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora entre os dias 22 e 24 de maio de 2007. Ao reunir estudiosos em diferentes níveis de formação, desde alunos de pós-graduação a pesquisadores com reconhecida experiência na área, buscou-se fomentar o debate em um campo que vem se consolidando e cuja relevância vem sendo cada vez mais reconhecida para os estudos históricos: as dimensões da política. Após ter sido estigmatizada, no início do século XX, como um emblema de tudo que se opunha à renovação dos estudos históricos, a política vem retornando ao primeiro plano da cena historiográfica desde a década de 1970, quando uma série de estudos, sob diferentes perspectivas, levaram a retomar as reflexões sobre problemas que se colocam em relação ao domínio da política. Inscritos em diferentes tradições intelectuais e operando um arcabouço conceitual herdeiro de diferentes disciplinas, como a lingüística, a filosofia e a antropologia, esses estudos significaram uma revitalização do campo, revelando e sublinhando novas e importantes dimensões da política na história, que esse encontro se propõe a discutir.

À Comissão Organizadora resta agradecer o apoio recebido do Dep. de História da UFJF; da Direção do Instituto de Ciências Humanas – UFJF; da Pró-Reitoria de Pesquisa – UFJF; da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – UFJF; da Diretoria de Comunicação; da FADEPE; da FAPEMIG e da Clio Edições Eletrônicas que viabilizou esta publicação.

Comissão Organizadora
Núcleo de Estudos em História Social da Política
Silvana Mota Barbosa
Alexandre Mansur Barata
Jefferson Cano

Influências Educacionais de D. José Maurício da Rocha

Airton de Souza Chrispim

Todo historiador deve buscar a motivação para construção de uma proposta de pesquisa para um estudo científico, nas raízes da nossa ou da sua história, tentando, assim, tornar lúcida a compreensão do momento presente, situando o passado histórico com elementos que lancem luzes sobre os dilemas do comportamento contemporâneo, uma vez que a sua sombra se projeta sempre sobre o presente. Ao lado desta motivação primordial, o historiador deve considerar que a vivência dos problemas da sociedade brasileira e da sua época leva a reavaliar e aprofundar a compreensão do passado.

Para compreender o momento da idealização da proposta do objeto de estudo do qual proponho, é necessário avaliar a situação política do País no período a ser estudado, no início dos anos 30.

O governo Vargas encontrava-se num momento de busca de aliados e não tinha mais condições de tomar nenhuma iniciativa política senão atrair formadores opiniões. Vargas neste momento está na ofensiva e atua aglutinando forças ideológicas para construção de um comportamento de auto afirmação.

A crescente luta operária incomodava a organização política do Estado neste período. Deve-se observar a igreja católica que se comportava de uma maneira reacionária, enaltecendo o passado diante dos ideais monarquistas, sendo esta influência construída por Jackson Figueiredo, em seus editoriais da revista Ordem, que na década de 20, formula ideologicamente a maneira de pensar cotidiana da igreja católica brasileira. O Cardeal do Rio de Janeiro D. Sebastião Leme deve ser interpretado como maior condutor deste pensamento. Assim, objetivando e sugerindo sua proposta enquanto prática política, Vargas percebe então como a influência educacional da igreja atenderia os interesses para legitimação de sua afirmação como figura central da política brasileira.

A chamada República Velha que vai da proclamação em 1889 ao golpe de 1930, foi o período em que a esfera política esteve dominada exclusivamente pelas oligarquias rurais estaduais, com ocasionais insurreições de alguns grupos ligados às forças armadas. A estrutura política brasileira funcionava nas relações dos partidos estaduais com a disputa dos poderes constituídos locais, e as divergências entre as oligarquias, em diversos níveis, enquanto fator de conflito e disputas em torno das eleições presidenciais, que em geral deveria equilibrar os interesses das diversas oligarquias estaduais.

Nos anos depois da primeira guerra houve dissidências e cisões nesta situação, com alguns partidos "democráticos" surgindo, denunciando a existência de setores liberais burgueses dentro da própria classe latifundiária (São Paulo e Rio Grande do Sul).

Foi no pós-guerra que as classes médias urbanas começaram a tomar maior consciência política e passaram a tentar "definir seu papel". Pensar o Brasil, em termos de propostas para o novo século e para a nova sociedade que se anunciava, ganhou importância; Então, diante deste fato surgem grupos políticos à esquerda e à direita do comportamento focado, observando através destas ações a tentativa de criar um pensamento autônomo para solucionar problemas do cotidiano vivido naquele espaço temporal.

As inquietações e revoltas militares (tenentismo), embora não possam ser enquadrados em movimentos políticos inovadores da classe média, sendo mais uma apelo na busca de mudanças dentro do próprio sistema, antes que o modelo político fosse desafiado pelo povo, também refletia as insatisfações com o regime dominante e acabariam por fornecer elementos para outros movimentos, como a Coluna Costa-Prestes e o movimento Integralista.

No início do século XX, período em que novas interpretações do país se faziam necessárias, por conta de transformações na sociedade brasileira (fim do escravismo e do Império, mudanças no contexto internacional que atingiam o Brasil) os antigos discursos eram algo anacrônicos.

O nacionalismo vem a ganhar força com a primeira guerra mundial, em um impulso que continuaria no período de paz, colocando para o país questões relativas à segurança e independência em um cenário internacional conturbado. O sentimento de inferioridade que tradicionalmente fazia com que as elites intelectuais desprezassem abertamente o povo e se vissem "obrigadas a conformar-se com o atraso" deu lugar ao orgulho e ao sentimento de que afinal, o Brasil era uma terra jovem onde tudo estava por ser feito, e poderia de fato ser feito sob o comando certo.

As vanguardas envolvidas com estas iniciativas e com a criação deste novo nacionalismo iriam muitas vezes envolver-se politicamente (embora nem sempre diretamente), mas muitas vezes em lados diferentes do mesmo lado. Muitos artistas tornaram-se comunistas, outros integralistas. Por exemplo, o líder da Coluna Costa-Prestes (Carlos Prestes) acabaria no Partido Comunista, e alguns tenentes iriam aderir ao integralismo.

O sistema político das velhas oligarquias começa a ser questionado na sua base. Se o liberalismo e o sistema representativo estavam em xeque em seu próprio berço, a Europa, que dizer do Brasil, onde - segundo os críticos - tal sistema jamais funcionara devidamente? Massas urbanas cresciam e andavam em busca de expressão: a poucos parecia que eleições, da forma como ocorriam e já tão desmoralizadas por fraudes e cabrestos, poderiam ser canal eficiente para participação e para criar uma unidade nacional que muitos percebiam faltar no país

Plínio Salgado e Miguel Reale nascem na mesma cidade: São Bento do Sapucaí, interior de São Paulo. O primeiro no fim do século XIX, o segundo no início do século passado. Plínio, fundador e grande chefe da Ação Integralista Brasileira (AIB), e Miguel Reale, Secretário de Doutrina. Embora ambos estivessem do mesmo lado e partilhassem a mesma doutrina, algumas diferenças podem ser apontadas na forma com que se dirigem ao público, na ênfase que davam a certos aspectos da doutrina e na sua argumentação.

Plínio Salgado pertencia a uma família bastante tradicional, e estava ligado à política da Velha República por conta desta tradição. Seu pai, chefe político local, era filiado ao Partido Republicano Paulista. Ele próprio acabaria por passar a juventude filiada a este partido, atuando na política local. Esta conexão com a velha política que posteriormente viria tanto a criticar perduraria até mesmo depois de seu engajamento ideológico modernista. Rompeu com o partido somente em 1930.

Desde o início dos seus estudos políticos Plínio mostrou a ambigüidade do seu caráter que também iria refletir-se em sua atuação política posterior. Ao mesmo tempo em que se interessa pelo materialismo

histórico, não deixa de ser católico. Viria depois a aproximar-se do espiritualismo, que o acompanharia por toda a vida e seria um dos responsáveis pelo seu apelo mais moralista e subjetivo.

Sua participação na política local e o período inicial de reflexões sobre a problemática brasileira levaram-no a defender as comunidades locais, questionando o desequilíbrio que havia entre o poder central, os Estados e os municípios. Nesta época também Plínio já demonstrava o ardor nacionalista que marcaria sua atuação na AIB.

Como resultado de conflitos políticos na cidade onde morava, ele é obrigado a ir para São Paulo, onde apesar de ainda ligado ao Partido Republicano Paulista, começou a se envolver com intelectuais que defendiam uma renovação política.

O artista e o político; o espiritual e o material; o líder e o ideólogo. Plínio passou a vida entre estas ambigüidades, que explicam muito da sua trajetória: a relutância em aceitar o papel de chefe, sentindo-se mais à vontade na de ideólogo; o esforço em unir o catolicismo ao integralismo; o passado ou o futuro do Brasil como sendo pólo de inspiração para o nosso nacionalismo.

A experiência no tradicional partido paulistano acabaria por dar-lhe base sólida para as críticas que viria a fazer. Em dado momento, ele percebeu que o partido - como todos os outros partidos regionais que eram a base da república brasileira na época - não passava de uma máquina eleitoral de fazer senadores e deputados, que vendia seus candidatos ao público como se estivesse vendendo um produto qualquer; afirmava que toda discussão de projetos para o país, todo projeto de formação ideológica, questões doutrinárias e principalmente, as grandes questões nacionais haviam sido colocadas de lado em nome de interesses particulares e regionais.

Buscou uma forma de tradução das idéias do universo macro para a compreensão, da importância do mundo das idéias no micro espaço que de uma determinada maneira interage e constrói um comportamento social e condiciona a sociedade percebida diante de alguns princípios morais como força política, afinal a estratégia vitoriosa do mundo das idéias é sempre percebida em qualquer análise histórica.

Após estas considerações acerca de formação ideológica, sobre as questões doutrinárias, proponho então, uma investigação da influência educacional construída pelo Bispo D. José Maurício da Rocha na região de Bragança Paulista, marcando um período de quatro décadas para a sociedade em questão. De 1927 à meados da década de 60, este personagem é responsável pelos debates políticos e educacionais da região, notando então, sua influência intelectual na formação ideológica e educacional da região Bragantina.

No decorrer de sua caminhada intelectual, Dom José idealizou e fundou o colégio São Luís, conseguiu a doação do terreno para que o colégio Sagrado Coração de Jesus se instalasse em Bragança; Este também participou da estruturação da escola Estadual Cásper Líbero entre outros.

Ainda devo lembrar que a nível nacional Dom José difunde a Liga Eleitoral Católica, sendo um dos responsáveis, posteriormente, pela articulação do golpe militar de 1964.

Por todos estes fatores, pode-se afirmar que se trata de um agente que é referencial para a compreensão de um certo comportamento ideológico educacional na sociedade Bragantina. Observo então todo

um contraste social, sendo que este estudo formula um processo sistemático e metodológico para estudo da educação.

Bragança Paulista, terra de Cásper Líbero, Jorge Tibiriça acolhe em sua história uma importância marcante para a sociedade brasileira. Neste contexto histórico, destaco a Família Leme do grande bandeirante Fernão Dias Paes Leme. Assim, qualquer estudo em que envolva a região Bragantina e marcado pelos coronéis desta família que exerce um lugar de destaque na economia cafeeira do século XIX e início do século XX, sendo que a família Leme é responsável pela fundação da cidade de Campinas. Afirimo também, o estreito relacionamento dos Lemes com os Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, como marca desta amizade vários fatos podem ser citados na História do Brasil, exemplo: visitas continuas de D. Pedro I a cidade de Bragança, a primeira ligação de telefone do Brasil que se dá de Petrópolis para Bragança, realizada por D. Pedro II a um representante dos Lemes. O primeiro Leme a chegar no Brasil, desembarca em 1532, como escrivão de Martin Afonso de Souza.

Em sua política local Bragança sempre se mantém conservadora em seus princípios de valores. Diante desta exposição argumento sobre o papel do Bispo D. José Maurício da Rocha que chega nesta cidade em 1927 assumindo a Diocese de Bragança Paulista criada pela Bula Ad Sacram Sedem do Papa Pio XI em 24 de julho de 1925, e instalada em 7 de março de 1926. "Pelo movimento engendrado junto aos leigos e pela intensa correspondência mantida com lideranças locais e nacionais, a Diocese e seu Bispo podiam ser considerados um dos postos mais atuantes da Liga Eleitoral Católica, a LEC, o que comprova a documentação que ele deixou sobre a campanha de alistamento eleitoral que precedeu a Constituinte de 1933".(Cf. Freitas, 1999 pg. 44)

D. José tinha discurso antiliberal, anticomunista, evidentemente contra-revolucionário, diante da interlocução do Estado, submetendo a sociedade a submeter ao catolicismo. Posso também afirmar os seus ressentimento de natureza monarquista.

Essa pesquisa tenta propor o resgate Histórico da prática de ação do Bispo Dom José Maurício da Rocha, sendo este, agente idealizador de um modelo educacional para a sociedade Bragantina e que se materializa não só na fundação do Colégio São Luiz, mas em todas suas ações educacionais.

Observado o modelo diante do contexto Histórico, podemos confirmar sua influência filosófica para o processo educacional a ser questionado.

Acredito que este estudo resgata uma fonte enorme de indagação da História da Educação Católica que está em um campo pouco explorado pela pesquisa.

Quando do fato da inauguração da estatua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro na data de 12 de Outubro de 1931, com a presença de Getúlio Vargas o Cardeal D. Sebastião Leme abençoa o Cristo como protetor do Brasil. Assim, a benção marca a tentativa de estreitamento das relações entre igreja Católica com o Estado, onde é garantido o direito do ensino religioso nas escolas publicas em 1934, ministrados pela igreja. Através deste processo estabelece-se toda uma postura de introdução ao pensamento filosófico da igreja Católica em seus critérios educacionais. Entre as idéias educacionais o destaque para o pensamento do Bispo D. Maurício da Rocha que em seu trabalho junto a Liga Eleitoral Católica propunha um contexto de modernização

para o condicionamento moral da sociedade e intelectual para o povo. Sua marca é traduzida em ações junto a Diocese de Bragança Paulista e traduzidas para o Brasil diante dos frutos colhidos por estas influências.

Ao falar do pensamento e das idéias do Bispo D. José Maurício da Rocha devo sempre objetivar a expressões políticas reacionárias articuladas em sua interpretação sobre o lugar do poder privado na sociedade, observando a construção do pensamento macro que determina no micro espaço um ação de construção de condicionamento ideológico.

Justificativa:

A compreensão de nossa realidade educacional, suas características e projeções futuras nos remete sempre à busca de compreensão dos percursos do passado, às origens do processo que estamos vivenciando. O caminho necessário a percorrer para contextualização desse processo leva à necessidade de regionalizar os estudos históricos. Assim, devemos limitar no tempo e no espaço a investigação histórica para que possamos compreender nosso próprio contexto de ação e atuação do presente.

Com esta perspectiva de abordagem afirmo essa idéia justificando-a como ponto de partida do desenvolvimento do projeto de pesquisa que busca localizar, periodizar e analisar as expressões filosóficas de Dom José Maurício da Rocha.

Assim, diante das várias fontes de pesquisas a serem averiguadas, é interessante salientar a profusão das idéias, que condicionam o comportamento social no período de estudo proposto. Isso se dá fundamentalmente em função de que não é só em Bragança Paulista que a ação filosófica da Igreja Católica tem larga influência para o processo educacional brasileiro.

A riqueza do estudo está no conteúdo do material a pesquisar, existe um mundo de Idéias no qual as várias manifestações condicionam o comportamento social de professores, diretores de escola, homens, mulheres, leigos, religiosos, associações, instituições e grupos sociais que ao assimilarem as idéias de Dom José, aplicando estas em suas práticas sociais e culturais, moldam o comportamento da sociedade em questão.

Argumentada toda uma perspectiva, a análise como anteprojeto de pesquisa histórico educacional justifica-se, pois trata-se de um objeto Histórico Educacional relevante da sociedade Bragantina, traduzido pelas várias relações políticas universais do espaço temporal em questão.

Minha aproximação com este tema se deu a partir das leituras da obra de Freitas (1999), que faz uma análise da vida do personagem a partir depoimentos que ele gravou na construção da História da diocese de Bragança. Este personagem que foi um dos principais idealizadores dos preceitos educacionais veiculados nas unidades de ensino e instituições diversas, nesta região. Freitas (1999) analisa Dom José como um personagem singular com uma situação particular, que impressiona e sugere uma abordagem de espaço heurístico para o historiador, e particularmente para o historiador da Educação. "Dom José Maurício da Rocha é a personagem histórica central dessa trama". (Cf. Freitas 1999 pg. 41)

FONTES E ABORDAGEM

As fontes para a realização da pesquisa são amplas, e de um conteúdo muito rico.

Para compreender o universo heurístico nos Livros de Tombo do Arquivo da Cúria Diocesana de Bragança Paulista, é necessário percebê-lo no tecido social no qual seus ideais espriavam, presente na

documentação por ele deixado. Estes documentos irão revelar as várias situações sociais e as visões do poder e as quais dimensões foram produzidas.

O que se propõe através da busca nas fontes de pesquisas é evidenciar as características do debate público em contraponto à argumentação privada no pensamento reacionário da primeira metade do século, no interior do Estado de São Paulo.

Assim, destaco que neste período com um espaço privilegiado a Igreja Católica atua articulando as leis de diretrizes de base da educação, entre 1946 e 1961, poder em prol dos interesses católicos que dominavam as escolas privadas.

Afirmo, também que estas ações são parte de todo um modelo educacional que influenciou na formação de vários professores da região Bragantina.

FONTES

Acervo: Arquivo da Cúria Diocesana de Bragança Paulista

Pronunciamentos:

- " Sobre o jubileu sacerdotal do Santo Padre Pio XI", 1928;
- "Acerca da construção da Igreja do Rosário", 19/3/1929, Rocha, 25/1/1931;
- "Sobre o Décimo Quinto Centenário do Concílio de Etheso e o Sétimo Centenário da Morte de Santo Antônio", 11/5/1931;
- "Doutrinando com vista aos senhores Protestantes e Catholicos também, 12/12/1931;
- "Ação Católica", 15/6/1935;
- "Sobre o 1º Decênio da instalação da Diocese", 21/4/1937;
- "O Comunismo Ateu e seus Aliados", 21/4/1937 (na capa o ano impresso é 1938);
- "Prescrevendo Orações a Favor do Brasil", 10/3/1946;
- "Sobre o Áureo Jubileu Sacerdotal do Santo Padre Pio XII", 25/1/1949;
- "A Igreja tem o Direito de Intervir no Governo dos Povos", 9/4/1950;
- "Em virtude da unidade da Igreja", 1950
- "Por um Brasil melhor", 1950;
- "Sobre o Espiritismo", 16/7/1952;
- "Em Virtude da Unidade da Pessoa Humana, o Estado não Pode Desinteressar-se do Problema Religioso", 8/12/1952
- "Em Virtude da unidade da Pessoa Humana, o Estado não Pode Desinteressa-se do Problema Religioso", 8/12/1952;
- "Três Cartas Pastorais", 1954-1955;
- "São José Operário", 10/3/1956;
- "Legião de Maria", 28/9/1956;
- "Contra a Legião da boa Vontade", 11/2/1958;
- "Santa Filomena Insigne Taumaturga", 26/7/1958;

"Pelo 50º Aniversário de Sua Ordenação Sacerdotal", 1959;

"Problemas Humanos Divinos e Divinos Humanos", 18/6/1959;

"Sobre o Concílio Ecumênico / Apresentado a Encíclica Mater et Magistra", 1/10/1961;

Cartas Pastorais registradas somente nos Livros de Tombo:

"Sobre os acontecimentos religiosos no México", 1928, Livro Tombo 36;

"Sobre a Revolução de 1930", Livro Tombo 36;

"Sobre o Fim da Revolução de 1930", Livro Tombo 36; e outros;

Livro Tombo n.º 4, de 4/6/1928 a agosto de 1935;

Livro Tombo n.º 5, de janeiro de 1935 a outubro de 1948;

Conferências:

"O caminho da Nova Republica", Centro Católico de Bragança, 25/1/1931;

"Comemorando o 1º Centenário do nascimento de Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo Mártir de Olinda", 27/11/1944;

"Sobre o Alistamento Eleitoral e o Movimento Nacional Restaurador", 12/9/1957;

"Conferência de Dom José Maurício da Rocha", Empresa Gráfica Diocesana A Voz de Bragança", Bragança Paulista, 1960;

Efemérides:

"Bodas de Prata de Dom José Maurício da Rocha", Escolas Profissionais Salesianas de São Paulo, São Paulo, 1934;

"Mensagem de Natal: atenção a João XXIII", 1958;

"Proclamação feita pela rádio por ocasião da Revolução Paulista, 16/7/1932;

Cartas: Acervo

"Carta ao General Góes Monteiro", 28/1/1932;

"Carta ao General Góes Monteiro", 5/2/1932;

"Carta ao General Góes Monteiro", 6/10/1932;

"Carta ao General Góes Monteiro", 1º/11/1933;

"Carta ao Interventor Pedro de Toledo", 23/6/1932;

"Carta ao Revmo. Sr. Vigário", 1/1/1933;

"Carta ao Interventor Affonso de Carvalho", 2/2/1933;

"Carta ao Presidente do Partido Nacionalista de São Paulo", 6/3/1933;

"Cartas reunidas de Dom José Maurício da Rocha", outubro de 1933;

"Carta com sugestões apresentadas à Comissão Organizadora do Ante - Projeto da Constituição", 21/11/1952;

Carta ao Deputado Ernesto Leme da UDN; -12/5/1936; -26/5/1936(Recebe); -8/6/1936; 21/11/1945(em nome da LEC a Ernesto Leme); - 26/11/1945 (recebe); - 12/5/1949;

Entrevistas:

- ao Bragança Jornal em 28/2/1931;

- à Folha da Noite, de São Paulo, 15/11/1932;
- ao A Nação, do Rio de Janeiro, 17/2/1933;

Acervo: Arquivo do Centro de Documentação e A POIO À Pesquisa Histórica do Instituto Franciscano de Antropologia da Universidade São FRANCISCO, Bragança Paulista; Fundo Ernesto Leme:

Assunto: Política partidária, caixas: 2, 74, 117, 133, 161, 183,

Acervo: Arquivo Público de Belo Horizonte: Biblioteca de Apoio: Documentos a Obra de João Pinheiro.

Código Municipal de Bragança, Lei n.º239 de 25 de setembro de 1928;

Lei n.º240 de 25 de setembro de 1928 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Bragança Paulista; Câmara Municipal de Bragança Paulista – período governamental de 1926 a 1928: “Relatório da Prefeitura referente aos anos de 1926 e 1927”;

“Relatório Geral da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista apresentado pelo Prefeito Raul de Aguiar Leme”, 1926-1933;

Divulgação: “As Nossas Riquezas”, organizado por João Netto Caldeira, Volume III, O Município de Bragança Paulista, Empresa Commercial de Propaganda Brazil, São Paulo; 1929;

Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, março de 1961.

Bibliográfica

AZZI, Riolando. A neocristandade: um projeto restaurador. História do Pensamento Católico no Brasil, vol.5. São Paulo, Paulus, 1994.

CHASIN, José. O integralismo de Plínio Salgado: São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República momentos decisivos. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CURY, Carlos R. Jamil. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1988.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

DUARTE, Nestor. A ordem privada e a organização política nacional. São Paulo. Ed. Nacional, 1966, (Coleção Brasileira v.172).

FREITAS, Marcos Cezar de. História Social da Infância do Brasil / organizador. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

..... Da Micro-História à História das Idéias. São Paulo: Cortez: USF-IFAN, 1999.

..... Educação e contra-revolução no Brasil: 1910 – 1940. São Paulo 1993.

..... História, Antropologia e a Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2001.

..... Historiografia brasileira em perspectiva. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

..... O Integralismo: Fascismo cabloco. São Paulo: Ocone, 1998.

- Os Intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.
- Memória intelectual da Educação brasileira. 2ª Ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- A PERSONAGEM Histórica e a sua trama. São Paulo, 1997. Tese (Dr.) - Pontifícia Universidade Católica.
- GINZBURG, Carlo. A Micro-História e outros ensaios. Lisboa, Difel, 1989.
- ____. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- ____. O queijo e os vermes. São PAULO, Companhia das Letras, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico. História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. V. São Paulo, Difel, 1977.
- IGLÉSIAS, Francisco. História e ideologia. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os subversivos da república. Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP EM 1984.
- LEAL, Vitctor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização no Brasil. São Paulo Alfa-Ômega, 1978.
- MERCADANTE, Paulo. A consciência conservadora no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1965.
- PASSERON, Jean-Claude. O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis, Vozes, 1995.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. História dos fundadores do império, vol., 5, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
- VEYNE, Paul. Inventário das diferenças: história e sociologia. São Paulo, Brasiliense.

O PCB E SEUS MILITANTES: ALGUNS INDÍCIOS ACERCA DE SUA ATUAÇÃO E TRAJETÓRIA EM JUIZ DE FORA (1930-1964)

Alessandra Monzo dos Santos
Mestranda em História do PPGHIS/UFJF

O Brasil dos anos 1930 enfrentava as consequências de uma crise econômica e a ebulição de um quadro político em que vários projetos disputavam o poder¹. A sociedade se organizava e participava de debates e ações que visavam direcionar o país para o progresso e a democracia². No acalorado cenário político de então, somente o Partido Comunista do Brasil e a Ação Integralista Brasileira encaixavam-se em uma definição de partido político nacional: eram portadores de um programa ideológico somado a uma estrutura organizativa³.

Nos primeiros anos dessa mesma década de 30, o PCB desenvolveu-se significativamente devido aos novos espaços abertos com a reorganização do Estado. A ação e influência do partido intensificaram-se entre os quadros da classe operária, seja dirigindo sindicatos e liderando greves por melhores condições de vida e trabalho, seja na luta contra a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. A ação e influência comunista atingiram inclusive, setores das Forças Armadas⁴.

Nesses anos, a cidade de Juiz de Fora que, desde o final do século XIX e durante toda a Primeira República, caracterizou-se por possuir um respeitável parque industrial, sendo considerada o centro urbano de maior peso na economia de Minas⁵, encontrava-se num processo de desaceleração industrial⁶. Na tentativa de mobilizar os trabalhadores locais, na luta contra o desemprego e a carestia de vida, atuava na cidade, desde 1927, a União Operária⁷. Dentro dessa associação membros do PCB exerciam certa supremacia, de forma que seus estatutos foram elaborados pelos comunistas: José Marcílio, João Salvi, Luiz Zuddio e Sebastião Bernardes. E em 1º de janeiro de 1930, a comissão executiva da associação era composta por Marcílio, como secretário geral; Zuddio, como primeiro-secretário; Salvi como tesoureiro e Sebastião Bernardes como procurador.⁸

¹ PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora – os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/1935)**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pp.25-31.

² VIANNA, Marly de A. G. "O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935". IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo**. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

³ Idem, p.66.

⁴ SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2ªed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 42. A luta contra a subordinação ao Ministério do Trabalho refere-se à oposição ao decreto 19.770 de 19 de março de 1931, o qual estabelecia que não poderia ser mantido ou criado sindicato que não se registrasse junto a esse Ministério.

⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora: Vivendo a História**. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional da UFJF/Ed. UFJF, 1994, p.54.

⁶ PAULA, Maria Carlota. **As Vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora (1930-1970)**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1976. Cap. IV.

⁷ Tal organização associativa foi estudada por: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Caminhos Operários em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988, pp.144-154 e; OLIVEIRA, Luís Eduardo de. " Os trabalhadores de Juiz de Fora diante da política sindical do Governo Provisório de Getúlio Vargas". IN: **I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira**. Centro de Ensino Superior, Juiz de Fora, 2005, pp.8-11.

⁸ Estatuto da União Operária de Juiz de Fora- Registro de Pessoas Jurídicas e de Matrícula de Juiz de Fora – MG.

A ligação desses indivíduos com PCB é confirmada em entrevista dada por Marcílio à Eliana Dutra⁹ e também pelas extensas reportagens feitas pelo periódico local, Diário Mercantil, nos dias 6 e 7 de abril de 1932. De acordo com o jornal, a polícia identificara os seguintes comunistas: Luiz Zuddio, Sebastião Bernardes, Julio Ferreira Cabo, Antônio Rinelli, José Marcílio, Francisco Pinto Ferreira, Antônio Pereira Matos, Alcindo Zenone, Leonardo Piccinini, Pedro Senhoroto “além de muitos outros”. A primeira página do jornal do dia 7 traz as fotos de João Salvi, Luiz Zuddio e Alcindo Zenone e os apresenta como chefes do PCB de Juiz de Fora. O periódico considera “chocantes” a “ação vermelha” entre a “pacata população juiz-forense”, chama os comunistas de “terroristas” e “subversivos” ao mesmo tempo em que exalta a ação policial contra os mesmos. As notícias falam também de um “complot comunista entre inferiores do exército”, mas não apresentam o nome completo dos envolvidos, limitando-se a informar que “as autoridades militares conseguiram prender todos os elementos”.

Três anos mais tarde, em 12 de novembro de 1935, outro jornal local, a Gazeta Comercial destaca a seguinte manchete: “A tragédia da madrugada de sábado- O estado de Manoel Rios –o enterro de Luiz Zuddio”. Luiz Zuddio fora assassinado pelo guarda-civil Manoel Rios no bairro de São Mateus na madrugada do dia 9 de novembro de 1935. Segundo o processo-crime de sua morte, Zuddio fora surpreendido por Rios quando distribuía “boletins de subversão da ordem, como havia feito antes em vários pontos da cidade”. Duas cópias desses boletins estão anexadas ao processo, e é interessante a transcrição de algumas partes para que possam ser pensados à luz dos acontecimentos posteriores desse mesmo mês e ano:

O Partido Comunista do Brasil (região da Mata) vos dirige o presente manifesto chamando-vos a luta decisiva contra a opressão imperialista de nosso país, expulsando definitivamente todos os seus lacaios e correndo os capachos de sua tropa de choque – o integralismo . A crise que esfomeia o povo brasileiro aí está palpável, concreta, oferecendo exemplos diários sem que haja necessidade de sobre ela derramar muitas palavras.

(...) Operários, funcionários civis e militares, camponeses e pequenos comerciantes, todos sofrem os efeitos desastrosos de tal estado de coisas, consequência direta e imediata da opressão e do domínio imperialista em nosso país. As empresas estrangeiras como a Light, Morro Velho, Belgo Mineira, A. Thum, Itabira Iron, Leopoldina Railway, etc, tem seus lucros fabulosamente aumentados; as despesas com as orgias governamentais atingem cifras astronômicas, as fortunas dos Antônio Carlos, Flores da Cunha, e outros canalhas e ladrões do povo crescem sempre e sempre, e não há dinheiro para aumentar o salário dos pequenos funcionários, para minorar a miséria do povo. (...)

Diante de tudo isso, o que fazer? O terror policial cresceu, mas cresce também a combatividade das massas populares, que se radicalizam dia a dia, e neste caso, só uma solução se apresenta, só uma saída noa está aberta: O ÚNICO E VERDADEIRO

⁹ DUTRA. Op. Cit.

CAMINHO PARA A SAÍDA REVOLUCIONÁRIA DA CRISE A FAVOR DAS MASSAS POPULARES É O DAS GREVES E LUTA DA PRÓPRIA MASSA POR SUAS REIVINDICAÇÕES, LUTA CONTRA A GUERRA, CONTRA O INTEGRALISMO, PREPARANDO E LEVANDO A CABO A INSURREIÇÃO POPULAR POR PÃO, TERRA E LIBERDADE; isto é, levarmos a efeito uma REVOLUÇÃO AGRÁRIA E ANTI-IMPERIALISTA para podermos impor um GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONÁRIO, com LUIZ CARLOS PRESTES À FRENTE.

(...) Ferroviários, operários em transportes urbanos e rodoviários, intelectuais, funcionários e pequenos comerciantes, camponeses, jovens trabalhadores populares e estudantes, mulheres oprimidas brutalmente exploradas e vilipendiadas nas fábricas! Não transporteis topas nem munições contra as forças revolucionárias que em breve libertarão o nosso povo! Contribuí com o vosso esforço para a nossa libertação! Aumentai com o vosso entusiasmo o ritmo de nossa luta! Com a vossa audácia apressai o dia da vitória e da liberdade! Lutai com todo o povo do Brasil contra o Imperialismo e o integralismo, pela nossa emancipação econômica! Camponeses não esperai pelos salvadores! Tomai de vossos rifles e iniciai vossas lutas pela divisão de terras latifundiárias! Militares de todas as corporações: o fuzil que vos derem deve ser usado contra os vossos opressores que são os mesmos opressores do povo e não contra vossos irmãos! Trabalhadores de todas as tendências ideológicas: fortalecei a Unidade Sindical e apressai a marcha pela vossa libertação que é a libertação de todo o povo! Lutemos em frente única sem distinção de credos políticos ou religiosos, contra o latifúndio, o imperialismo e o integralismo!

A Revolução é de todos e para todos. Por Pão, Terra e Liberdade!

Viva a Revolução Popular Nacional Libertadora!

Viva Luiz Carlos Prestes!

Juiz de Fora, novembro de 1935. O Comitê Regional da Mata do PCB Sec/I.C.

Ao longo do ano de 1935, a influência e participação dos comunistas e do PCB foi decisiva na maior frente única e popular jamais constituída no Brasil: A Aliança Nacional Libertadora, cujas propostas consubstanciavam-se no lema "Pão, Terra e Liberdade". Segundo Anita Leocádia, a ANL expressou o descontentamento da sociedade com os resultados do Governo Vargas, e as teses defendidas pelo PCB exerceram importância inegável sobre a Aliança, de forma que as insatisfações se concretizaram no programa antiimperialista, antilatifundista e antifascista levantado pelo Partido. Também a consigna de um Governo Popular Nacional Revolucionário adotada pelo PCB em maio de 35 sob a influência da I.C. (Internacional Comunista) é adotada oficialmente pela Aliança, ganhando rápida adesão¹⁰.

¹⁰ PRESTES, Anita Leocádia. Op. Cit, pp.104-123.

Dessa forma, o manifesto acima, lançado pelo comitê local do PCB, demonstra igual inserção dos comunistas atuantes em Juiz de Fora no contexto nacional de ligação entre o Partido e a Aliança, já que o mesmo conclama todos à luta por “Pão, Terra e Liberdade” em uma frente única para a imposição de um “Governo Popular Revolucionário” sob a liderança de Luiz Carlos Prestes.

Nesse período, os embates entre membros da ANL e da AIB tornam-se freqüentes no cenário nacional e também ecoaram em Juiz de Fora. Mônica Ribeiro ressalta que o periódico “O Correio de Minas” de junho de 1935, noticia um embate entre aliancistas e integralistas, ocorrido na Rua Halfeld onde membros dos dois grupos distribuíam folhetins com suas propagandas¹¹.

O crescimento da ANL foi detido pelo decreto que determinou seu fechamento em 11 de julho de 1935 sob a acusação de ser um instrumento a serviço do “comunismo internacional”. Para Leocádia, a verdadeira causa dessa medida residia no fato de que a ANL e as demais entidades democráticas estavam ampliando sua penetração junto à opinião pública, atraindo um número crescente de adeptos e simpatizantes, de maneira que o movimento aliancista adquiria cada vez mais um caráter unitário¹². Jogada na ilegalidade, o PCB assume a liderança da ANL, iniciando um processo de radicalização que culmina nos levantes comunistas ao fim do ano e acabam por lançar o partido e seus militantes numa grande onda repressiva que foi ainda mais acentuada com a instalação da ditadura Vargas em 1937¹³. Durante o Estado Novo, a propaganda e a repressão deram o tom¹⁴ e de 1938 até 1942, a atuação política do PCB foi bastante limitada¹⁵.

A classe operária e o PCB só reaparecem no cenário político nacional a partir de 1942, ao lado de outras forças políticas liberais e democráticas¹⁶. O paradoxo criado com a entrada no Brasil na guerra ao lado dos aliados¹⁷, no ano de 1942, fez com que o movimento de oposição à ditadura de Vargas ganhasse força, e a partir desse momento diversos setores da sociedade aglutinaram-se numa grande frente democrática contra o Estado Novo¹⁸.

Em 1945, no auge do movimento democrático, o PCB voltou à legalidade e no novo quadro pluripartidário que se formou, o Partido Comunista apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais. Primeiramente, por ter sido fundado em 1922, no seio da Revolução Bolchevique de 1917, o PCB era um partido de atuação histórica bastante anterior ao novo sistema. Em segundo lugar porque desde a sua fundação o partido apresentou-se como uma agremiação de base nacional com fortes laços internacionais. Em terceiro lugar, por que possuía vínculos ideológicos umbilicais com o marxismo. O PCB era, portanto, um partido com um nítido programa vinculado ao projeto de revolução socialista mundial¹⁹.

¹¹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit. P.65.

¹² PRESTES, Anita Leocádia. Op. Cit., pp. 123-140.

¹³ VIANNA, Marly de Almeida G.. Op. Cit, p.81e; PRESTES, Anita Leocádia. Op. Cit, p.141.

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). Op. Cit, pp.122-136.

¹⁵ SEGATTO, José Antônio. Op. Cit, p.50.

¹⁶ Idem, p.53.

¹⁷ Tal paradoxo refere-se à luta do Brasil na Europa contra as ditaduras fascistas enquanto o país vivia internamente um regime bastante similar a elas. CAPELATO, Maria Helena. Op. Cit, pp.136-138.

¹⁸ SEGATTO, Op. Cit, p. 53.

¹⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos da democracia” IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da**

Nas eleições federais de dezembro de 1945 e nas estaduais de janeiro de 1947, o PCB obteve expressiva votação. O candidato do partido à presidência, Yeddo Fiúza, recebeu cerca de 10% dos votos, ganhando as eleições em importantes cidades operárias, como Santos, por exemplo, onde alcançou 42% dos votos. Prestes, anistiado, saiu da cadeia e elegeu-se senador com um grande número de votos. Em todo o país o PCB obteve saldos eleitorais significativos em cidades com forte presença operária²⁰. Em Juiz de Fora, o Comitê Municipal do PCB lança um documento, o "Manifesto do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil ao povo", publicado pelo periódico local "Diário Mercantil" no dia 2 de novembro de 1945:

*O Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil em face dos acontecimentos políticos de nossa pátria e em cumprimento à sua missão de esclarecer e orientar o proletariado e o povo sente-se no dever de reafirmar sua atitude política, adotada em 1943, de continuar lutando intransigentemente na defesa da ordem e tranqüilidade internas contra todas as agitações, greve e provocações que só interessam aos inimigos da democracia e do povo.
O Partido Comunista do Brasil concita aos trabalhadores e ao povo em geral para continuar lutando pacificamente em defesa das liberdades democráticas de reunião, palavra, pensamento e livre funcionamento dos partidos políticos (...)*

Este manifesto exemplifica a posição assumida pelo PCB na Conferência da Mantiqueira em 1943, somada à linha dada por Prestes ao sair da prisão em 1945, que defendia a "união nacional dentro da lei e da ordem". O partido também organiza um grande comício na praça da estação, realizado no dia 28 desse mesmo mês e ano, o qual tem a presença de seu candidato à presidência, Yeddo Fiúza e de João Amarinho e João Amazonas, membros do Comitê Central do PC.²¹

Porém, a força do PCB nas ruas e nas urnas levou o presidente Dutra a inserir o Brasil na Guerra Fria, e em maio de 1947, o partido foi colocado na ilegalidade²². Nesse mesmo ano, dois comunistas são eleitos para o legislativo de Juiz de Fora, o pedreiro Lindolfo Hill e o professor Irineu Guimarães, ambos eleitos pela legenda do PTB.²³

Durante o período de suas legislaturas, Hill e Guimarães assinaram juntos vários projetos e indicações, entre os quais, uma solicitação para que o prefeito estudasse com urgência a possibilidade de conceder aumento de salários aos operários trabalhadores da prefeitura e um pedido de aprovação do projeto que suspendia a ação de despejo por um ou dois anos.

experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 135.

²⁰ NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Fernando Teixeira da. "Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)". IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática.** Op. Cit, p.55.

²¹ A Conferência da Mantiqueira assinalava a luta pela união nacional em "apoio irrestrito à política de guerra e ao governo que a realiza". Nessa ocasião, a participação na Segunda Guerra Mundial fora definida pelo partido como uma luta para a libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo. Ver: SEGATTO, José Antônio. Op. Cit, pp. 54-5.

²² Idem, p.59.

²³ Segundo Chilcote, quando na ilegalidade o PCB procurava participar do sistema eleitoral a partir da aliança informal com outros partidos. CHILCOTE, Ronaldo H. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração- 1922-1972.** RJ: Edições Graal, 1982, p. 26.

Ao longo deste texto, procurou-se demonstrar alguns indicativos de que o PCB e seus militantes foram atuantes em Juiz de Fora nos anos anteriormente identificados. Como parte de uma pesquisa em andamento, os subsídios apresentados nesta ocasião não se pretendem enquanto análise conclusiva acerca do assunto.

Bibliografia

ANDRADE, Sílvia M^a B.V.de. **Classe Operária Em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política" IN: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CHAVES, Dulce P.. **Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

CHILCOTE, Ronald H.. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DULLES, John F.W.. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. 2^aed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUTRA, Eliana R. de F.. **Caminhos Operários nas Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

_____. "História e Culturas Políticas: desafios, usos e genealogias". IN: **Revista Varia História**, nº 28, Belo Horizonte:UFMG, 2002.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

_____ e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo; do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____(orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática; da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, Daniel Araújo Reis. **A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ e RIDENTI, Marcelo. **História do Marxismo no Brasil**. Vol. V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NETTO, Arsênio Firmino de Novaes. **Irineu Guimarães: A prática Socialista de um educador cristão**. São Paulo: Yangraf Gráfica e Ed., 2004.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. "Os trabalhadores de Juiz de Fora diante da política sindical do governo provisório de Getúlio Vargas" IN: **I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira**. Juiz de Fora: CES, 2005.

_____. "Sindicalismo e tradição trabalhista em Juiz de Fora" IN: **Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG**. Juiz de Fora, 2004.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora: Vivendo a História**. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional da UFJF/Ed. UFJF, 1994.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)**. Petrópolis: Vozes, 1997.

RIDENTE, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: Comunistas e Sindicalistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2ªed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. **Reforma e Revolução: As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

O CLIENTELISMO E A IGREJA CATÓLICA NO ESPÍRITO SANTO (1902-1916)
As cartas à Diocese e seus pedidos de empenho nas nomeações do funcionalismo.

ALTINO SILVEIRA SILVA
Bacharel em Direito (FDV)
Aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/ES)
Especialista em História (UFES)
Especializando em Direito Material e Processual do Trabalho (ESA)

RESUMO

A partir de 1908 foi estabelecida no Estado do Espírito Santo uma aliança sólida entre os poderes espiritual e secular, uma vez que seus líderes eram unidos por elos sanguíneos: o bispo, o governador-estadual e o senador eram irmãos. O período republicano foi marcado pelo aumento contínuo do funcionalismo e cabia ao governador estadual nomear os indivíduos nos quadros da administração pública. Porém, os critérios para se obter a nomeação, ou as conseqüentes promoções, eram advindos das forças sociais ou políticas por detrás do candidato, ou seja, por meio das manobras clientelistas do patronato eram executadas ações como o apadrinhamento, a apresentação, a intermediação, o pedido, o pistolão, a proteção e a recomendação. Diante deste panorama examinou-se a correspondência destinada à Diocese do Espírito Santo, sediada em Vitória (ES), entre os anos de 1902 a 1916 cujo conteúdo fizesse remissão a pedidos e a favores. A pesquisa procurou identificar as dimensões da força da Igreja Católica, tanto nas intercessões para as nomeações do funcionalismo quanto nas assistências para o estabelecimento do domínio hegemônico da família Monteiro, no cenário político espírito-santense.

Palavras-chave: Espírito Santo; Primeira República; Igreja Católica; Clientelismo.

ABSTRACT

From 1908 on, it was established an alliance between spiritual and secular powers at the Espírito Santo state, considering that its leaders were bounded by blood bonds: the bishop, the governor and the senator were brothers. The republican period was marked by the functionalism continuous increasing and the state's governor was responsible for the individuals' nominations to the public administration frameworks. However, the criteria to obtain the nomination or the consequents promotions came from social or political forces behind the candidate, i.e., by the patronage clientelists trams, actions, such as sponsorship, presentation, intermediation, request, connections, protection and recommendation, were executed. Considering this panorama, the mail addressed to the Espírito Santo's Diocese in Vitória (ES), between 1902 et 1916, was analyzed, which content referred to requests and favors, in order to identify the Catholic Church forces' dimensions in the intercessions for the functionalism nominations and in the assistances to the establishment of the Monteiro's family hegemonic domination at the Espírito Santo's political scenario, as well.

Keywords: Espírito Santo, Catholic Church, First Republic, Clientelism.

RÉSUMÉ

À partir de 1908, à l'état de l'Espírito Santo, une alliance solide entre les pouvoir spirituel et séculier s'est établie, puisque ses leaders étaient unis par liens sanguins: le évêque, le gouverneur de l'état et le sénateur, ils étaient frères. La période républicaine a été marquée par l'augmentation continue du fonctionalisme et le gouverneur de l'état était le responsable de la nomination des individus aux cadres de l'administration publique. Toutefois, les critères pour obtenir la nomination, ou des consequentes promotions, venaient des forces sociales ou politiques derrière le candidat, c'est-à-dire, par le moyen de trames clientélistes du patronage, des actions, comme le parrainage, la présentation, l'intermédiation, la demande, le piston, la protection et la recommandation, elles ont été accomplies. Devant ce panorama, on

a analisé les courriers destinés à Diocèse de l'Espírito Santo, à Vitória (ES), pendant les années 1902 à 1916, dont le contenu était composé de demandes et de faveurs, afin d'identifier les dimensions de la force de l'Église Catholique, tant dans les intercessions pour les nominations du fonctionarisme que dans les assistances pour établir la domination hégémonique de la famille Monteiro dans le scénario politique de l'Espírito Santo.

Mots-clés: Espírito Santo, Église Catholique, Première République, Clientelisme.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando pensamos na conjugação da política e com a religião veio instantaneamente à mente a Igreja Católica. Talvez esta reação deveu-se em razão do poder exercido por essa religião ao longo da história brasileira e das suas influências na sociedade para a formação de nosso tecido ideológico. Porém, devemos deixar claro que um estudo tendo por objeto a Igreja Católica não significa uma análise da doutrina religiosa. Conforme veremos ao longo deste artigo as análises restringiram-se à atuação dessa entidade religiosa junto ao governo estadual e federal para as nomeações e promoções de indivíduos por meio de manobras clientelistas.

Até o final do império brasileiro o governo e a Igreja Católica estavam intimamente ligados. Foi apenas com a proclamação da República que se pôs fim, juridicamente, à vinculação entre ambas as instituições e ao sacrossanto pacto dualista de governo. O processo de transição do Império para a República pode ser considerado um dos momentos mais traumáticos para a Igreja Católica no Brasil quando o novo regime estabelecido separou o Estado e a Igreja. As medidas ligadas a este fim causaram diversos impactos positivos e negativos à entidade religiosa.

É aconselhável, contudo, observar a história regional brasileira, pois os impactos sofridos pela Igreja durante a República podem, por vezes, se diferenciarem tanto na amplitude quanto nas caracterizações, ao menos em parte. O sistema quando se estrutura obedece as particularidades que são essências à localidade, entretanto por não sê-la isolada sofrerá não apenas de suas influências internas, mas, também, externas ao seu ambiente. A "internacionalização" não constrói uma homogeneização entre as coletividades, ao contrário, enriquece o seu contexto.

Nesta perspectiva o Espírito Santo apresenta um panorama *sui generis*. Se observarmos por critério econômico o Estado era exportador de café e, diferentemente dos demais Estados produtores deste produto, possuía uma estrutura fundiária baseada na pequena e média propriedade. No âmbito nacional apesar de ser um Estado exportador de café não possuía relevância política, caracterizado, assim, como um Estado satélite.

No Espírito Santo, durante o governo de 1908 a 1912, o relacionamento do governo estadual com a Igreja era de intensa intimidade, visto que o governador, Dr. Jerônimo de Souza Monteiro (1870-1933), e o bispo, Dom Fernando de Souza Monteiro (1866-1916), eram irmãos. Apesar deste artigo ter dedicado grandes atenções às atitudes tomadas entre as duas personagens não se aterá a apenas eles.

Dom Fernando, ao longo do período analisado, recebeu e enviou centenas de cartas, cartões e telegramas e foi a partir das correspondências recebidas por ele que procuramos identificar aquilo que poderia ser caracterizado como a prática clientelista do patronato. Como a maioria das respostas eram manuscritas dificilmente encontramos cópias mimeografadas, entretanto algumas dessas correspondências possuem em seu *caput* observações do personagem ou de seu secretário particular. A partir destes indícios aliado a historiografia específica formulou-se o presente artigo.

II. AS RELAÇÕES SOCIAIS: CORONELISMO E CLIENTELISMO

O “coronelismo” e o “clientelismo” não eram fenômenos novos, já nas épocas colonial e imperial existiam as outorgas de mando e de favores. No período colonial a metrópole não tinha condições técnico-logísticas e nem funcionários suficientes para administrar o vasto território do Brasil e para contornar o referido problema a monarquia portuguesa delegava aos mandantes locais o direito de governar. Devido a essas outorgas de poderes o mandante local controlava a terra, o trabalho, a política, a polícia e a justiça.

Durante o período Regencial foi criada a Guarda Nacional com a finalidade precípua de estabelecer a ordem interna no país. Os oficiais eram recomendados pelos presidentes das províncias para posteriormente serem nomeados pelo ministro da Justiça. Além das funções de segurança a Guarda também era um instrumento político eleitoral, todavia em razão do centralismo imperial nas mãos da corte o poder dos mandantes iniciou um processo lento de declínio. A prática imperial de conceder benefícios, a uns poucos favorecidos por laços pessoais minava o poder do mandante local uma vez que as autoridades e os sacerdotes católicos deviam sua nomeação mais aos homens do Rio de Janeiro do que aos coronéis locais (GRAHAM, 1997).

O período republicano inaugurou a federação, e com a conseqüente fragmentação do poder para os entes federativos, permitiu a atuação do poder local, que estava em franca decadência desde a independência com o centralismo imperial, em virtude, principalmente, da necessidade dos governistas para se afirmarem nos pleitos eleitorais. A adoção da forma federativa de Estado, uma exigência das elites, contribuía para a atuação dos poderes locais e regionais. Pois entre os fatores motivadores para a proclamação da República estavam as demandas de novos grupos de interesses que desejavam ocupar ou ter acesso a parte dos cargos públicos (GRAHAM, 1997, LEAL, 1997, CARVALHO, 2001, 1980 e outros).

Com a república quando se deslocou o eixo decisório de representação política para os estados-membros propiciou uma “aproximação” das forças locais junto ao poder estadual. Essa proximidade tornou necessário aos governadores estaduais levar em conta os mandantes locais para as manobras políticas e, conseqüentemente, intensificar as práticas “coronelistas” e “clientelistas”. As elites quando divididas em grupos ou “partidos” concorriam para aumentar o prestígio político ou para manter a posição hegemônica.

No Brasil, a sociedade não tinha o espírito de liberdade individual e nem de igualdade; era uma sociedade composta por súditos e não por cidadãos, profundamente hierarquizada pelo prestígio, pela propriedade, pela cor, pelo sexo e pela educação. Com efeito, o poder central teve que partilhar, em maior ou menor grau, o poder de gestão do governo com as forças locais. O “coronelismo” é o resultado da confluência entre o contexto político e econômico presente na sociedade brasileira para um sistema político em que os compromissos recíprocos entre os coronéis e políticos objetivavam a manutenção da ordem sócio-econômica e dos privilégios das classes superiores (CARVALHO, 2001, 1990 e 1980).

A ação “clientelista” é diversa do compromisso “coronelista”, porém estão interligadas, afinal a primeira servia como instrumento para a construção ou conservação da lealdade da base de “amigos” e o segundo refere-se à posição de liderança do poder local para o controle em determinada base geográfica ou como força contestatória à hegemonia da situação.

A perspectiva clientelista neste trabalho baseou-se nas duas primeiras conceituações de Avelino Filho (1994: 226) quando estruturou esse comportamento social em três estágios de desenvolvimento e de caracterização distintos:

- *Sociedades Tradicionais*: caracterizada pelo domínio quase que absoluto dos mandantes locais – chamados de “notáveis” – pela dependência dos recursos pessoais do patrono numa relação quase doméstica e ligada pela afetividade da relação.
- *Sociedades em Transição*: o poder pessoal dos “notáveis” é enfraquecido em razão de que os recursos passam a ter uma origem predominantemente estatal. Os partidos, por vezes sem muitas distinções ideológicas, disputam o poder de direção do Estado para a manipulação dos recursos públicos e da autoridade. As ligações afetivas perdem a força para um acento mercantil.
- *Sociedades Politicamente desenvolvidas*: os partidos afirmam suas propostas políticas diferentes e a ação governamental planeja a execução de ações à longo prazo e legitima-se por valores públicos ou universais.

O clientelismo republicano estabeleceu a ditadura do "*cofre das graças e o poder da desgraça*", ou seja, as relações entre os grupos políticos quando ocupavam a cadeira do poder institucionalizado concediam as benesses e os favores na forma de empregos, benefícios fiscais e isenções aos seus "amigos". As nomeações do funcionalismo público devia ser feita com a consulta dos chefes locais que desejavam estruturar a administração local conforme seus interesses, seja para proteger os amigos ou para perseguir os inimigos.

III. A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A IGREJA NA REPÚBLICA

O sistema imperial baseava-se no discurso que o poder da monarquia em governar o país era um direito concedido por Deus, era, com efeito a evocação dualista quando outorgava ao poder secular um direito divino. A Igreja Católica desempenhava um papel de legitimação indispensável para o soberano e diante disso essa entidade religiosa gozava de privilégios especiais das quais as outras crenças não possuíam. Tais privilégios não seriam apenas as subvenções públicas em seu favor, mas também do monopólio da crença da elite política afinal para ocupar um cargo eleitoral no império era necessário ser católico.

A Constituição Imperial, outorgada em 25 de março de 1824, em diversos artigos declaram o prestígio e a subordinação da Igreja Católica ao Estado brasileiro. O artigo 5º. da referida Carta Magna afirmava: "*A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo*". Quando em seu artigo 95º detalha sobre os requisitos dos interessados em candidatar-se nas eleições excluem aqueles que "*não professarem a religião do Estado*". Os artigos 103º e 141º ao fazerem referências aos juramentos do monarca e dos conselheiros de Estado reforçam as disposições do artigo 95º ao salientarem respectivamente: "*O Imperador antes do ser acclamado prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento - Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, a integridade, e indivisibilidade do Imperio; observar, e fazer observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e mais Leis do Imperio, e prover ao bem geral do Brazil, quanto em mim couber*" e "*Os Conselheiros de Estado, antes de tomarem posse, prestarão juramento nas mãos do Imperador de - manter a Religião Catholica Apostolica Romana; observar a Constituição, e às Leis; ser fieis ao Imperador; aconselhar-o segundo suas consciencias, attendendo sómente ao bem da Nação*". Ao se observar os artigos da constituição podemos verificar que o sistema imperial regia-se pelo antigo princípio do *cujus régio, ejus religio*, pois simplesmente permitia a liberdade de crença, pois vedava aos não católicos o pleito eleitoral, afinal para ocupar os cargos políticos no império brasileiro era imprescindível professar a religião do Estado. A liberdade de culto era restrita uma

vez que diante do corpo legal somente a religião oficial – a católica – tinha a liberdade de praticar o culto público (FIGUEREIDO, 2006).

Durante o Império a Igreja Católica se encontrava sob o controle do padroado régio, colocando-a praticamente como uma repartição do Estado para assuntos administrativos. O sistema do padroado concedia aos monarcas brasileiros o direito de nomeação de todos os funcionários religiosos. No inciso segundo do artigo 102º é conferido ao Imperador "*Nomear Bispos, e prover os Benefícios Ecclesiasticos*" uma prerrogativa também dirigida aos quadros de servidores civis e militares do império (FIGUEREIDO, 2006).

O padroado remonta às grandes navegações promovidas pelos reinos ibéricos quando os papas haviam concedido o "direito do padroado" aos reis de Portugal o compromisso de cristianizar os povos das terras de ultramar. O exercício do direito do padroado pelos monarcas portugueses e brasileiros, entretanto, sempre foi um ponto de discórdia entre o Estado e a Igreja. Esse movimento contestatório no Brasil se intensificou a partir da década 1870 quando "*alguns bispos questionaram se a autoridade provinha do imperador ou do Papa; mas o padre paroquial tinha poucas dúvidas de que devia sua nomeação aos homens no Rio de Janeiro*"(GRAHAM, 1997: 94).

Os custos de manutenção das igrejas e os salários dos eclesiásticos, também, dependiam do beneplácito régio uma vez que o Estado tinha o direito de administrar os dízimos eclesiásticos. Pelo Estado brasileiro financiar a Igreja Católica a ação governamental sentia-se no direito de intervir na instituição religiosa.

Todavia a super-estrutura pregada pelos golpistas republicanos espelhava-se no Estado-nação típico. A legitimação do novo regime revogou o poder sacrossanto das monarquias e edificou sua legitimação no poder do povo e de seus representantes eleitos. Seguindo esses passos a nova ordem brasileira deslocou a legitimação divina do imperador para a pátria e seus guardiões – notadamente o exército, os mártires republicanos e os políticos – com isto a Igreja Católica perdeu sua principal função para o exercício da autoridade governamental e passou a ser dispensável.

O Decreto 119, de 7 de janeiro de 1890, instaurou a liberdade religiosa quando afirmava: "*prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias*"(FIGUEIREDO, 2006).

A Constituição da República, em 24 de fevereiro de 1891, deu-se a cisão entre o Estado a Igreja um status de maior prestígio. A Carta Magna estabelecia, no artigo 11, § 2º, a vedação aos Estados e a União em "*estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos*" e os parágrafos do artigo

72, definitivamente, impôs como regras sociais e políticas que "*§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados*" (FIGUEIREDO, 2006).

O novo corpo normativo pátrio impunha a supremacia do Estado diante as demais entidades existentes no ambiente social. As legislações da república extinguiram o sistema do padroado, proibiram a União e os entes federativos interviessem em matéria religiosa e revogaram a obrigatoriedade dos candidatos políticos e funcionários públicos professarem a religião católica.

A Igreja Católica adquiria, assim, a liberdade para nomear, promover e encaminhar seus sacerdotes sem a intervenção do governo como, também, autonomia para gerir seus recursos e patrimônios. As bulas papais não mais precisavam ser recepcionadas pelos governantes brasileiros. Era a ab-rogação de sua subordinação diante do governo brasileiro. Porém, juntamente com os ventos de liberdade veio a perda do monopólio e da validade nos registros de nascimento, casamento e morte, pois no momento que a Igreja deixava de ser um órgão oficial cabia, então, aos cartórios registrarem civilmente esses acontecimentos.

Com a liberdade em administrar os dízimos eclesiásticos a Igreja Católica teve que arcar com os custos de manutenção das igrejas e com as cômputas dos eclesiásticos. Por estar separada da administração pública foi-lhe imposto a proibição de receber recursos públicos, pois os republicanos consideravam essas benesses contrárias a equidade de tratamento as entidades religiosas. É de frisar que o desligamento das obrigações financeiras do Estado para com a Igreja proporcionou um enorme alívio financeiro aos cofres do recém instalado governo provisório, pois o governo imperial era o grande financiador do catolicismo no país e o responsável pela manutenção salarial de todos seus membros.

Apesar dos reveses sofridos com a república a Igreja Católica manteve a sua posição de destaque, prestígio e força no ambiente social. Ela poderia estar fora da superestrutura mantida pela entidade artificial Estado, todavia, não significava deixar de deter o poder de influenciar as ações do governo estadual e local. Afinal, no paradigma social republicano o clero era o detentor de particularidades que serviam como contrapesos e permitiam uma relativa independência política para pronunciarem e para usufruírem as recompensas.

A separação da Igreja Católica do Estado não deve ser entendida como sinônimo de cisão, pois não houve uma ruptura entre ambas as entidades que as posicionassem em planos antagônicos. Essa argumentação se sustenta ao se observar as preocupações educacionais. A educação masculina privilegiava a formação de uma elite intelectual católica para atuar no processo de desenvolvimento capitalista e a educação

feminina propunham instruir as mulheres no comportamento segundo as virtudes cristãs de boas esposas e mães, ou seja, de acordo com os interesses da oligarquia dominante. O ensino ao destinar-se para as classes abastadas e classes médias urbanas tinham por fins o difundir o catolicismo entre o corpo burocrático e com isso abrir, junto ao Estado, os espaços que a Igreja havia perdido (SOUZA, 1998; NADER, 2001).

As pesquisas produzidas por Franco (2001 e 2004), Nader (2001), Novaes (1979, 1951) demonstram os dois sistemas educacionais desenvolvidos pela Igreja Católica e pelo Estado republicano no Espírito Santo. As palavras de Freire (1987: 47) mostraram-se oportunas, quando constatou que *“a proclamação da ‘necessidade’ de educação popular foi apenas uma farsa liberal, encenada em nome da ‘democracia’, pelos dominantes, para dissimular o jogo político que realizavam com vistas a garantir-lhes todos os direitos e privilégios”*.

As relações entre o clero católico e as elites eram próximas, pois ambos os grupos compartilhavam de certos valores políticos e por vezes íntimas devido aos elos de parentesco, afinal nas famílias mais abastadas era-se comum ter um filho sacerdote e outro bacharel. Esse foi o caso da família Monteiro. Do casamento de Capitão Francisco e Dona Henriqueta nasceram vários filhos e entre eles estavam Fernando de Souza Monteiro que foi para o sacerdócio católico, Bernadino de Souza Monteiro e Jerônimo de Souza Monteiro que obteriam o título de bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (NOVAES, 1979; GUALBERTO, 1995 e SILVA, 2005).

IV. ANÁLISE DAS CORRESPONDÊNCIAS DESTINADAS À DIOCESE

A base fundamental de nossa pesquisa foi a partir da análise das correspondências já catalogadas pelo Arquivo da Arquidiocese de Vitória. Seu número é pequeno, resume-se a 249 documentos. Dessas, cerca de 36, correspondendo à aproximadamente 14,5 %, referem-se a pedidos. Isto pode significar duas coisas: a primeira é que Dom Fernando era visto como uma figura influente e a segunda é que era considerado “uma ponte” para as verdadeiras pessoas influentes de sua família ou às autoridades públicas.

Quem eram aqueles que pediam favores a Dom Fernando de Souza Monteiro? Eram pessoas das mais diversas classes sociais e residentes nas mais diversas localidades próximas à diocese, outros provenientes são do interior do Espírito Santo e havia ainda aqueles que remetem dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e do Distrito Federal. A maioria dos pedidos era proveniente do Espírito Santo e por isso os favores versam, principalmente, junto às autoridades estaduais capixabas, entretanto,

havia pedidos para a intercessão nas autoridades do governo central, sediado na cidade do Rio de Janeiro.

Algumas das cartas analisadas vinculam a sua pessoa a família Monteiro em dois sentidos. O primeiro refere-se à lealdade, estima e amizade que o remetente possui com a referida família, e no segundo caso quando o vê como uma ponte para interceder junto a Jerônimo ou Bernadino.

Os funcionários públicos estavam de olhos e ouvidos bem abertos a fim de se informarem a respeito das vagas presentes ou futuras no funcionalismo. Os pretendentes ao emprego público atentamente, também, procuravam obter informações sobre as vagas. Muitos informavam sobre a abertura de vaga, as qualidades daqueles que já haviam sido nomeados e daqueles que estavam prestes a serem transferidos ou aposentados (CARVALHO, 2000).

A carta escrita por José M. N. Lindemberg, datada de 05 de junho de 1908, pede que o bispo "*interceder perante o Exmo. Sr. Presidente do Estado digno irmão de Vas. Ex. afim de que o meu amigo Sr. Dr. Narciso de Araújo possa de novo readquirir os direitos da companhia que patrocina, já pelo governo passado*".

A correspondência enviada pelo Sr. Augusto Caminha, de 04 de agosto de 1909, pede que o bispo lhe arranje emprego na empresa de Telégrafos Nacionais. Nas oito laudas que compõem sua carta informa entre as justificativas para que o seu pedido deva ser atendido são as declarações salientando o seu fervor religioso e de seus familiares. Entre elas: as promessas à São Francisco feitas pelos seus pais a fim de recobrar a saúde abalada quando contraiu tifo na infância; as suas próprias promessas a Nossa Senhora de Aparecida pedindo saúde para seus filhos; o ofício do pai que edificou, como engenheiro, diversas igrejas no interior de Minas Gerais e Espírito Santo.

Já por meio da carta do Sr. José Pastorino, de 14 de agosto de 1909, resgata-se a demonstração de agradecimento ao bispo por ter intercedido e conseguido a nomeação de um "amigo" para o cargo de Promotor Público nas seguintes palavras "*Venho agradecer a V. Exa. Rev. Ter tão prontamente atendido ao pedido que fiz em favor de meu amigo Dr. Falcão Filho, tendo conseguido para ele a nomeação de Promotor Público*".

Em outra carta de 14 de agosto de 1909 o Sr. João Francisco de Araújo pede a colaboração do bispo para obter um emprego na empresa de extração de areia monazítica, situada na Barra do Itapemirim, na região sul do Estado do Espírito Santo. O remetente envia cartões de visita para que o bispo entregue a autoridade responsável pela empresa fabril como forma de apresentá-lo. Os detalhes desta carta são a

remissão dos sacerdotes católicos Monsenhor Corrêa de Sá e Padre Emílio como forma de recomendação à sua pessoa e o fato do remetente residir em Guarulhos, no Estado de São Paulo.

A influência do bispo surtia efeitos até no Distrito Federal devido ao fato de que o seu irmão Bernadino era senador pelo Espírito Santo. Dois exemplos para comprovar essa alegação são: A carta de Braz de Lacerda Amigo, de 6 de agosto de 1909, pede ao bispo que o apresente ao senador Bernadino ou ao senador João Luiz Alves a fim de obter um emprego que pouco trabalhasse e fosse rentável no Senado. A correspondência de Mario de Paula Fonseca, de 20 de março de 1910, o autor diz ser empregado no "Correio do Distrito Federal" exercendo o cargo de Praticante de 2ª. Classe junto à 1ª. Secção de Subdiretoria de contabilidade e demonstra o desejo de ser promovido para Praticante de 1ª. Classe quando surgisse nova vaga. Para que alcançasse seu intento pedia a intercessão do bispo e recomendá-lo ao Sr. Dr. Ignácio Tosta, político baiano e autoridade no Ministério da Industria, Viação e Obras Públicas, pasta ministerial a qual o Departamento dos Correios e Telégrafos estava subordinado desde 1893.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja ao não se desfazer de seus ofícios e documentações acabou por preservar indícios pertinentes de sua atuação na política regional. As correspondências recebidas por Dom Fernando é um campo privilegiado para se examinar os comportamentos sócio-culturais dos indivíduos quando tomavam atitudes clientelistas. Isso se deveu em parte pela posição de destaque da personagem por ser bispo, como ainda pelo fato dele possuir dois irmãos ocupando cargos importantes na política espírito-santense. Por meio das correspondências pudemos vislumbrar não apenas a em sua forma, mas, também, as diversas posições que reagiam aos pedidos. Infelizmente os estudos clássicos quando escrevem sobre a Igreja Católica no Espírito Santo produzem textos viciados pela parcialidade ou voltados para as atitudes de caridade e assistencialistas.

Consideramos a princípio que o número de 246 é um tanto pequeno, pois dividindo seu número pelos 14 anos, período que ocupou o cargo de bispo diocesano, teríamos como resultado o recebimento de apenas 18 correspondências ao ano. O processo de identificação e preservação se encontra de forma lenta em vista da própria falta de pessoal para dedicar-se exclusivamente a árdua tarefa de catalogação. Se de um lado existe esta deficiência, do outro sobra boa vontade por parte dos funcionários para os pesquisadores que lá se dirigem, provavelmente sem a assistência de Sra. Giovanna a pesquisa seria muito mais dificultosa.

A análises dos pedidos feitos ao bispo deixaram claros alguns pontos da história regional do Espírito Santo. A primeira delas se deve a continuidade entre os regimes do Império e da República ao menos

naquilo que versa às práticas do patronato. A segunda é que a separação da Igreja Católica do Estado não deve ser entendida como sinônimo de cisão, pois não houve uma ruptura entre ambas as entidades, verificamos a existência de uma parceria. A diferença situava no elo de ligação, no antigo regime as entidades estavam unidas pelos laços do sistema do padroado e no novo regime a argamassa que as aproximavam eram os interesses econômicos e políticos.

Ao fim, para concluir, formulamos a hipótese que a quantidade de cartas, telegramas e cartões recebida deva ser superior, porém para comprová-las passamos para uma segunda fase da pesquisa que consiste no exame dos documentos ainda não catalogados. A tarefa mostrou-se titânica em virtude do fato de que esse acervo não possui qualquer organização. Até a edição deste artigo ainda estávamos desenvolvendo a referida fase, assim sendo essa hipótese só pode parcialmente comprovada. As análises se apresentam ainda parciais pela própria deficiência das correspondências haja visto que conservou-se aquelas que foram recebidas, não havendo cópia das cartas emitidas pela diocese.

VI. BIBLIOGRAFIA

- AVELINO FILHO, G. Clientelismo e política no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: Lis Gráfica, n. 38, 1994.
- BITTENCOURT, G. *Formação econômica do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987.
- BITTENCOURT, G. *Café e modernização*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987.
- CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CARVALHO, J. M. de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Revista Dados*, n. 46, 2000. p. 01-26 (disponível em: < www.scielo.br > acessado em: dezembro de 2006)
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, J. M. de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.
- CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- FIGUEIREDO, A. C. *Vademecum*. 3 ed. São Paulo: Primeira impressão, 2006.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 20 ed. São Paulo: Graal, 2004.
- FRANCO, S. P. As escolas femininas de formação para o magistério no Espírito Santo: Primeira República. *Revista Dimensões*. Vitória: EdUFES, n. 16, 2004, p. 311-322.
- FRANCO, S. P. O projeto educacional brasileiro ou de como privilegiar as elites em detrimento das classes populares. *Revista Dimensões*. Vitória: EdUFES, n. 13, 2001. p. 208-220.

- FRANCO, S. P. A formação da consciência nacional: a ação do Estado e os Intelectuais. *Revista de História*. Vitória: EdUFES, n. 07, 1998, p. 129-148.
- GOMES, O. *Direito de família*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.
- GUALBERTO, J. *A invenção do coronel*. Vitória: EdUFES, 1995.
- HILSDORF, M. L. S. *Um país de analfabetos e doutores: educação brasileira na primeira república*. Araraquara: Unesp, 1993.
- HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, exada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEITE, E. de O. *Tratado de direito de família: origem e evolução do casamento*. Curitiba: Juruá, 1991.
- MARIA, J. *A Igreja e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- NOVAES, M. S. de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: O Cruzeiro, 1975.
- NOVAES, M. S. de. *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.
- NOVAES, M. S. de. *Um bispo missionário*. Vitória: Escola Técnica, 1951
- NOVAES, M. S. de. *O Carmo: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, 1650-1900-1950*. Vitória: Escola Técnica, 1950.
- NOVAIS, F. A. e SEVCENKO, N. *História da vida privada no Brasil – Volume III*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- OLIVEIRA, J. T. de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: Fundação cultural do Espírito Santo, 1975.
- PEREIRA, R. da C. *Direito de família: uma abordagem psicanalítica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- SILVA, A. S. "Um governador coronel: Jerônimo de Souza Monteiro". In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Gilvan Ventura da; e outros (Org.) Anais Eletrônicos do XV Simpósio de História da Universidade Federal do Espírito Santo: Etnia, Gênero e Poder. Vitória: UFES-PPGHIS, 2005.
- SOUZA, J. J. V. de. *Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica*. In: *Revista de História*, n. 07. Vitória: EdUFES, 1998. p. 149-172.
- SUETH, J. C. R. *Espírito Santo, um estado "satélite" na primeira república: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892 – 1912)*. Vitória: UFES, Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2004.

Espaços de memória no Álbum de Juiz de Fora de 1915

Ana Lúcia Fiorot de Souza

Atualmente, o estudo sobre o passado recente e seus usos contemporâneos têm ganhado espaço cada vez maior na academia. Nesse intuito, é que analisamos para o presente artigo o rico *Álbum de Juiz de Fora*, norteados teoricamente pelas propostas de Keith JENKINS, com o intuito não apenas de visualizar uma história previsível mas, perceber suas inovações.¹

O *Álbum de Juiz de Fora de 1915* é um produto imagético local muito comum no final do século XIX e início do XX, principalmente, se considerarmos que a cidade foi ventilada, desde a década de 1890, para abrigar sede da capital do Estado de Minas Gerais. No período da confecção do *álbum* Juiz de Fora, era um ícone de cidade moderna, no que tange ao modelo urbanístico propagado no período.² Assim, Juiz de Fora representava o oposto do modelo urbano colonial, contrapondo-se a Ouro Preto e a outros centros urbanísticos do Estado de Minas Gerais.

Para melhor visualizar o produto em si (o *álbum*) é necessário compreender o contexto da sua produção e o público alvo e os enfoques representativos, impressos na publicação organizada pelo intelectual Albino Esteves e seus desdobramentos, nas reedições ocorridas em 1989 e a prevista para 2007.

Histórico e dilemas sobre a publicação do Álbum

Para melhor elucidar nossa explanação é preciso recorrer ao início do século XX, nos momentos que o álbum integrava um projeto político e econômico.

É bom lembrar que Juiz de Fora era uma cidade de vanguarda e, portanto, seguia as tendências culturais do período. Assim, como em outros centros urbanos, no final do século XIX e início do XX, delegou ao poder público em conjunto com a iniciativa privada encomenda da confecção de seu álbum que tinha por objetivo enaltecer as melhorias urbanas, apresentar suas riquezas e a administração local.

O *Jornal do Commercio* destaca a América do Sul, especialmente o Brasil, como ponto fértil para atrair capitalistas em virtude do clima de paz que contrastava com o cenário Europeu. Embalada por essa

¹ JENKINS, Keith. Ethical responsibility and the historian: on the possible end of a history "of a certain kind". *History and Theory*. (43):43-60. Dez. 2004.

² SALGUEIRO, Heliana Angotti. "O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930." In: FABRIS, Annateresa. (org) *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987. p. 108.

motivação a Câmara de Juiz de Fora propôs a confecção do presente artefato propagandístico visando atrair captais para a Manchester Mineira.³ Portanto, vale ressaltar que a elite local era conservadora e via com desconfiança a eficiência do empreendimento editorial.

Juiz de Fora em consonância com outros centros urbanos, seguia o estereotipo de cidade considerada moderna, digna de ser divulgada, com traçados largos, utilização de iluminação pública o que, atendia a elite local, possuindo meios de transportes dinâmicos (bondes, malhas ferroviárias, estradas de rodagens), edificações de estilo neoclássico e eclético, atendida com as medidas de saneamento. Difundia, também, ser possuidora de comércio e indústria dinâmica.⁴ Mesmo ao apresentar a temática rural no álbum privilegiava, principalmente, a produção cafeeira, o gado de origem européia, e em alguns momentos, árvores frutíferas e mananciais de águas como cachoeiras.

Os *álbuns* atuavam entre as produções imagéticas, criando e reforçando a memória visual das cidades. “No Brasil, as cidades capitais e outras de porte médio não deixavam de ter também os seus álbuns. Eles poderiam originar de um projeto específico ou da reunião de fotografias feitas ao longo do tempo.”⁵ As imagens esboçavam valores estéticos, religiosos e políticos da sociedade juizforana. Mesmo ao recorrer as imagens, atreladas ao início da ocupação territorial, nas *notas históricas*, elas são utilizadas como *cicatrices* ao simbolizar um início. Esse artifício de demarcar o ponto de partida para a cidade, mostrando suas raízes históricas faz parte da preocupação de Albino Esteves em apresentar didaticamente a cidade, como antes e o agora (1915).

O organizador da obra, Albino Esteves, para se reportar às origens, publicou imagens da sede da Antiga fazenda, pertencente ao “lendário” Juiz de Fora e imagens de Klumb (litografias e fotografias), mostrando trechos da cidade, como a região de Mariano Procópio, ligando a trechos da estrada União e Indústria bem como os primórdios da rua Direita. Retorna às origens (resquícios do passado) mas, predominam nas imagens da edição, progressos urbanos como pontes, a estação, o comércio diversificado, os meios de transporte, iluminação pública, prédios da administração pública. Ou seja, uma cidade funcional e em franca expansão.

³ Jornal do Commercio de 19/05/1915, p. 1. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. FUNDO n° 697 de 18/08/1915 sobre Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

⁴ Ver ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 29 a 31. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

⁵ ARRUDA, Rogério Pereira de. “Algumas palavras antes da viagem pelo universo visual do Album de Bello Horizonte.” In: ARRUDA, Rogério Pereira de (Org). *Album de Bello Horizonte*. (Edição Fac-similar com estudos críticos). Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.11.

É importante salientar que apesar de pleitear uma publicação para atrair capitais europeus, o texto que acompanha a obra, ao contrário das imagens, aponta problemas urbanísticos do período. No exemplar em questão, a maioria das vezes, as imagens estão desconexas aos textos circundantes ou, mesmo sendo manipuladas, para ater a atenção do leitor, visando minimizar os problemas urbanísticos e de saneamento (apresentados em parte dos textos circundantes).

No conjunto, o *Álbum do Município de Juiz de Fora de 1915* é uma obra que apresenta a organização político-econômica e social de forma coesa, porém, “esquece” de mostrar as fragmentações econômicas e sociais. Nas imagens isso pode ser observado nos encartes duplos, onde se optou por apresentar tomadas panorâmicas pois, assim, minimiza-se as diferenças e apresenta a cidade como conexa. Vale lembrar que o objetivo central dos organizadores era a publicação de uma obra propagandística e portanto, não ficar instigando questionamentos sobre as mazelas locais.⁶

Um álbum que é objeto de desejo

Primeiramente, é relevante pensar como o *Álbum do Município de Juiz de Fora de 1915* foi constituído como um produto da memória coletiva, não apenas no limiar do século XX, mas como ainda na atualidade, em pleno século XXI que permanece como uma obra fulcral para os estudos da sociedade local. Atualmente, a obra fica restrita a algumas famílias, centros de memórias e bibliotecas da cidade – assim, o produto foi envolto com uma aura de *souvenir*. Lembremos que a obra surge como produto de marketing para a cidade mas, atualmente, se tornou peça chave, como suporte de elo entre o passado e o presente.

Portanto, consideramos a produção do álbum como um artefato, não apenas para propaganda mas, como produto de memória. Especialmente, se considerarmos um dos pioneiros, na temática acerca da memória, Maurice Halbwachs em *A memória coletiva* que sinaliza para a dificuldade dos homens, de um mesmo lugar, guardar um conteúdo memorístico de forma igualitária e harmônica.⁷ A partir dessa explanação, entendemos que para se divulgar um produto de forma homogênea e sedimenta-lo, socialmente, ele precisa ser veiculado de forma coesa e, acima de tudo, apresenta-lo como tal, para que todos se vejam representados, independentemente da camada social a que pertença. Assim, o produto não deve conter as representações fragmentadas da sociedade mas, ser um estereótipo uniforme.

⁶ Como ilustração dessa questão veja: ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*: Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. p. 162, 256.

⁷ HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. p.146

Outro ponto indispensável é a consciência do saudosismo em relação ao passado e o período em análise, veiculado como o mais prospero da cidade, onde a localidade foi denominada de Manchester Mineira;⁸ movida pela cafeicultura, os estabelecimentos fabris e o comercio dinâmico. Esse ponto deve ser tratado com cautela uma vez que o Brasil, especialmente, e o Estado de Minas Gerais, no início do século XX, estavam ligados a um modelo agro-exportador representado pela economia cafeeira.

O passado não pode ser entendido, como um meio de libertação da realidade presente mas sim tratado como um meio de controle e produção de uma amnésia social também.⁹ Essa colocação de SARLO vem de encontro às argumentações de Sergio Neumann, no atual projeto de reedição do álbum, pela Lei Murilo Mendes de 2006 a ser reeditado em 2007 - "a mais importante e significativa obra literária já publicada sobre a cidade de Juiz de Fora".¹⁰

No projeto para a terceira edição torna-se explicito o objetivo de tornar a obra acessível a todos os públicos para que atue como artefato para inclusão cultural e de cidadania.¹¹

Considerações finais

No ano de 1915, o intelectual Albino Esteves recebeu do poder público municipal de Juiz de Fora a incumbência de organizar a publicação do álbum para a municipalidade. A obra tinha que atuar como atrativo para investimentos de capitais para a cidade em processo de expansão e progresso como alternativa as condições conflituosas do continente europeu. Assim, a cidade de Juiz de Fora apresentada por Albino Esteves era dotada de infra-estrutura, de espaços não apenas para produção mas, também, como portadora de cultura erudita, ou seja, um cenário urbano em conformidade com os padrões de civilização e progresso.

Na atualidade, o álbum em questão é envolto pela aura saudosista do passado que, segundo SARLO, atua como meio de amnésia social. Desse modo, ao ser assim apropriado na atualidade pela sociedade, via publicação de 1915, a cidade é "consumida" não apenas por suas mazelas contemporâneas, mas como portadora de sacralidade.

⁸ Denominação comum a cidade no período em estudo devido a sua vocação fabril. Em especial, a arquitetura fabril com a utilização de tijolos aparentes que lembra a cidade de Inglesa de Manchester.

⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p.9.

¹⁰ Projeto n 323/06 (3 edição – Resgate de nossa História": Álbum do Município de Juiz de Fora – 1915 – Albino Esteves) – Lei Murilo Mendes com previsão para publicação no início do segundo semestre de 2007.

¹¹ O Álbum do Município de Juiz de Fora de 1915 foi reeditado em 1889 e novamente em 2007 teremos uma nova edição.

Assim, o álbum tornou-se um produto de memória, amplamente acolhido pela sociedade, que fez circular, apenas, uma imagem de cidade que convinha a elite e ao poder público – que ventilam os ideais políticos, econômicos e sociais do início do século XX. Desse modo, não agregou as múltiplas formas de viver da sociedade daquele período. Portanto, não expressam hegemonicamente os anseios da complexa sociedade local.

Referência Bibliográfica

ARRUDA, Rogério Pereira de (Org). *Álbum de Bello Horizonte*. (Edição Fac-similar com estudos críticos). Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FABRIS, Annateresa. (org) *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

JENKINS, Keith. Ethical responsibility and the historian: on the possible end of a history “of a certain kind”. *History and Theory*. (43):43-60. Dez. 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Puc Rio, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

Atuação de Poderes Locais no Império Lusitano: uma análise do perfil social das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)

Ana Paula Pereira Costa
Doutoranda em História Social pelo PPGHIS/UFRJ
Bolsista CNPq

No Brasil, o interesse pela história militar no período colonial tem se mostrado reduzido¹. Boa parte dos autores que se debruçaram sobre o tema ou o abordaram de forma indireta ou tiveram como preocupação central a análise de aspectos institucionais das forças militares do período². Estudos que tiveram como preocupação central a composição social do corpo de oficiais e soldados para o período colonial são ainda mais escassos³. Com a falta de análises sobre tal temática se perdeu a visão de um exército de Antigo Regime socialmente complexo, principalmente no topo de sua hierarquia. Assim sendo, objetivando ultrapassar visões simplistas da caracterização social do corpo de oficiais no período colonial, neste texto procuraremos realizar um detalhado estudo acerca da composição social dos oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças presentes em uma das mais importantes comarcas da capitania de Minas: a comarca de Vila Rica, no período de 1735 a 1777. A reflexão se desenvolveu a partir da análise do perfil e da inserção sócio-política deste oficialato destacando-se os mecanismos utilizados por eles para firmar espaços de prestígio e distinção, os quais levavam à consolidação de seus instrumentos de mando e, conseqüentemente, a legitimação de sua “qualidade” e autoridade nas *conquistas*.

Considera-se que, no Antigo Regime, a invocação da “qualidade” (social) teve papel fulcral nos atos de nomeações para postos militares. No ultramar esta qualidade estava invariavelmente associada à nobreza, mas não a uma nobreza derivada do ilustre nascimento, do sangue e hereditária, e sim a um ideal que invocava a concepção de “nobreza civil ou política” na qual a aquisição da condição de nobre se

¹MELLO, Christiane F. Pagano de. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII – As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*. Niterói: UFF, 2002. Tese de Doutorado, p. 1.

²PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. LEONZO, Nanci. *As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo: das origens ao governo de Morgado de Mateus*. São Paulo: coleção do museu paulista, série história, v. 6, 1977. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...* Op. cit. MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. ANASTASIA, Carla. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

³SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. KRAAY, Hendrik. *Race, state and armed forces in independence-era Brazil: Bahia 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001. COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Tese de doutorado.

fazia pela prestação de serviços ao Monarca⁴, bem como a um ideal com um caráter guerreiro, atrelado à noção de *conquistador*⁵.

Poder (local) e condição social: o perfil das chefias militares

Faremos a reconstituição do perfil dos comandantes militares dos Corpos de Ordenanças tendo por base o tratamento sistemático de algumas variáveis, a saber, naturalidade, acesso a cargos políticos, inserção local via matrimônio, acesso a títulos, permanência e rotatividade nos postos militares, e mecanismos de promoção. Estaremos trabalhando com o total de 136 nomes de oficiais de alta patente listados para a Comarca de Vila Rica⁶. O primeiro dado a ser explorado será a origem dos oficiais:

TABELA 1

Naturalidade os oficiais de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica (para os quais temos informações)

Local	Frequência	%
Português	65	87,84
Outras capitanias	9	12,16
Total	74	100

Fonte: Inventários *post-mortem* e Testamentos da Casa Setecentista de Mariana e da Casa do Pilar de Ouro Preto. Pedidos de passagem para o Reino do Arquivo Histórico Ultramarino/MG. Processos Matrimoniais do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

Dos 136 oficiais pesquisados, conseguimos obter informações acerca da origem para 74 nomes (54,4%). Dentre estes, a esmagadora maioria, 65 (87,84%), eram portugueses (sobretudo do norte das regiões do Minho e Douro) e 9 (12,16%) procedentes de outras capitanias da América Portuguesa, no caso Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo confirmando as considerações feitas pela historiografia a respeito da origem dos integrantes do quadro das elites coloniais⁷.

Muitos destes portugueses vinham para as Minas em busca de riqueza e ascensão social, tencionando melhores condições de vida. Analisemos, pois, o caso de João Rodrigues dos Santos para avaliar os mecanismos de inserção destes imigrantes no além-mar, de forma a visualizar suas possibilidades de ação para conseguirem alcançar a tão almejada ascensão social.

⁴Segundo Nuno Gonçalo Monteiro a "nobreza civil ou política" seria composta por homens que, embora de nascimento humilde, conquistaram um grau de enobrecimento devido a ações valorosas que obraram ou a cargos honrosos que ocuparam, diferenciando-se da nobreza derivada do sangue, herdada dos avós, conhecidos como os "Grandes". MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: HESPANHA, António Manuel. (Org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 298-299.

⁵Acerca desta noção ver: FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 1, 2000, p. 45-122; FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*. Niterói, volume 15, 2003, p. 11-35.

⁶A referida listagem foi feita a partir de dados obtidos no Arquivo Histórico Ultramarino referentes ao recebimento de cartas patentes dos Corpos de Ordenanças entre o período abarcado pela pesquisa.

⁷Dentre outros: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado; FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

João Rodrigues dos Santos era natural de Lisboa e viera para as Minas entre 1720-1724, provido no cargo de inquiridor, distribuidor e contador da câmara da vila de São João Del Rey, permanecendo em Minas até sua morte em 1773⁸. Este cargo lhe permitia ter conhecimento e controle sobre as pessoas que arremataram contratos na capitania, atuar em julgamentos e distribuir recursos (ordenados) entre alguns funcionários régios (como os tabeliães e os juizes)⁹. Com estas atribuições provenientes do cargo que iria ocupar ganhava instantaneamente vantagens para o estabelecimento de relações sociais, para a aquisição de cabedais econômicos e de *status*, ou seja, já vinha para as Minas instrumentalizado com recursos que lhe permitiriam ter maior margem de manobra na obtenção de ascensão social.

Desde que chegara à capitania conseguiu contabilizar outras mercês que lhe conferiram ainda mais prestígio, como a patente de capitão de Ordenanças, um hábito da Ordem de Cristo e sesmarias. Tornou-se também homem de posses com um patrimônio contabilizado em 11:965\$265 que seria dividido após sua morte em 1773 entre sua mulher, Maria Ferreira da Anunciação, e seus 7 filhos. Entre seus bens arrolados encontramos considerável patrimônio composto pela fazenda em que vivia com sua família e por outra fazenda na passagem do Itacurusú. Possuía também louças da Índia e Macau, objetos de prata e um plantel de 66 escravos¹⁰.

Nota-se que ao longo de sua vida João Rodrigues dos Santos foi direcionando suas ações a fim de integrar-se a variados pólos e/ou mecanismos propiciadores de poder e que eram coletivamente reconhecidos como elementos consolidadores de posições privilegiadas na sociedade mineira, quais sejam: a presença na câmara, a posse de terras e escravos, a posse de uma patente militar e de títulos, o casamento e a riqueza. Todos estes elementos convergem para aquilo que entendemos ser o valor norteador das ações destes oficiais quando instalados no além-mar, isto é, a busca pela aquisição e consolidação de posições de prestígio e comando.

Como em uma sociedade de Antigo Regime a hierarquia não é forjada apenas por aspectos econômicos, mas, sobretudo políticos e sociais, os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas "qualidades". Por isso, era primordial que os homens que vinham do reino, ou de outras localidades, se movimentassem nas teias sociais de seu cotidiano para que pudessem ocupar posições distintas em relação aos demais segmentos da população, e assim maximizar suas prerrogativas de mando e prestígio social, o que o exemplo de João Rodrigues dos Santos demonstrou muito bem.

*** A ocupação de cargos**

Como visto, uma das formas de movimentação (social) destes oficiais e de aquisição de "qualidade" era a ocupação de cargos administrativos, não por acaso os dados compilados mostraram uma considerável presença destes indivíduos em cargos burocráticos:

⁸AHU/MG/cx.: 7, doc.: 5

⁹SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 140-141.

¹⁰CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João Rodrigues dos Santos. Códice 80, auto 1695, (1773).

TABELA 2**Cargos políticos ocupados pelos oficiais de Ordenanças da comarca de Vila Rica (para os quais temos informações)**

Cargo	Frequência	%
Câmara	13	26,53
Fazenda	10	20,40
Justiça	6	12,24
Câmara e Fazenda	6	12,24
Câmara e Justiça	7	14,28
Fazenda e Justiça	2	4,08
Todas as instâncias	4	8,16
Secretaria de governo de MG	1	2,04
Total	49	100

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd-rom

Para os oficiais que conseguimos obter informações acerca da ocupação de ofícios administrativos, todos desempenharam algum tipo de cargo em uma, ou em mais de uma, das três principais instâncias de poder, a saber, a Fazenda, a Justiça e a Câmara. A ocupação de cargos na Câmara se sobressaiu na amostragem somando 13 casos (26,53%), isso sem contar com aqueles oficiais que ocuparam cargos na câmara e na fazenda, e na câmara e na justiça simultaneamente.

O acesso a cargos na administração, em qualquer uma das instâncias citadas, conferia a seus ocupantes dignidade e definia seu lugar social perante os habitantes locais. Na caracterização das elites coloniais, a nobilitação e o exercício de um cargo ou função pública aparecem como elementos fundamentais. Ademais, tais cargos, além do poder em nome Del Rey, proporcionavam outras benesses como vencimentos e emolumentos¹¹.

Conforme destacou Maria Beatriz Nizza da Silva, os cargos ligados à justiça, principalmente à magistratura, e os cargos fazendários (que estavam entre os mais procurados) proporcionavam um rendimento substancial, apesar de serem obtidos mediante pagamento de donativo à Coroa, que assim lucrava com sua distribuição¹².

A de se sublinhar um outro aspecto relacionado à ocupação de cargos administrativos na colônia. A proximidade com o poder proporcionava o acesso a informações privilegiadas, o que poderia ser um

¹¹FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI – XVII)". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI – XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 49.

¹²SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005, p. 228-234.

recurso a mais para estes indivíduos no sentido de lhes darem maior margem de manobra na ordem colonial.

Ressalte-se ainda que, somados, tivemos 19 (38,76%) de casos em que o oficial ocupou cargos em mais de uma das instâncias de poder citadas. Esta ocupação de variados ofícios administrativos por parte destes homens podia fomentar a comunicação política entre estas instituições pela via da presença física dos dirigentes¹³.

***O matrimônio**

Segundo Luciano Figueiredo na sociedade mineira o casamento era um indício de *status* e prestígio social, além disso, possibilitava estabelecer alianças que se mostraram essenciais para a reprodução social dos agentes coloniais¹⁴. Não por acaso ao se instalarem nas Minas parte considerável dos oficiais analisados procuraram enraizar-se e constituir família. Senão vejamos:

TABELA 3
Estado civil dos oficiais de Ordenanças da comarca de Vila Rica (para os quais temos informações)

Estado civil	Freqüência	%
Casado	73	86,90
solteiro	11	13,10
Total	84	100

Fonte: Inventários *post-mortem* e Testamentos da CSM e da CPOP. Processos Matrimoniais do AEAM

Para os 84 oficiais, (61,8%), que conseguimos obter informações acerca desta variável, 73 (86,90%) eram casados e 11 (13,10 %) permaneceram solteiros. O grupo familiar constituiu-se inúmeras vezes em apoio importante para amenizar as dificuldades do viver cotidiano, sendo importante espaço de solidariedade e organização¹⁵, além de mecanismo de integração destes oficiais, em sua maioria reinóis, na sociedade mineira. Além disso, o matrimônio pode ser considerado um indício de enraizamento destes oficiais, imigrantes portugueses em sua maioria, no espaço colonial.

***A posse de títulos**

Um outro dado a ser explorado na constituição do perfil e da inserção deste oficialato é a posse de títulos. Na colônia, como bem ressaltou Maria Beatriz Nizza da Silva, aqueles que prestassem serviços a

¹³SUBTIL, José. "Os poderes do centro". In: HESPANHA, António M. (Org). *História de Portugal...* Op. cit., p. 172.

¹⁴FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997., ver cap. 1.

¹⁵Idem.

Coroa eram recompensados com variadas formas de nobilitação que lhes atribuíam determinados privilégios¹⁶.

Entre os títulos de maior incidência entre os oficiais analisados estavam o Foro de Cavaleiro e Escudeiro da Casa Real, os Hábitos das Ordens Militares, sobretudo a de Cristo, e a Familiatura do Santo Ofício. Encontramos, em nossa amostragem, 21 oficiais que possuíam algum destes títulos, ou mais de um deles:

TABELA 4

Títulos possuídos por alguns dos oficiais de Ordenanças da comarca de Vila Rica

Nome	Fidalgo	Familiar	Ordem de Cristo
António Alves Ferreira	-	-	X
António Ramos dos Reis	-	-	X
Caetano Alves Rodrigues	X	-	X
Cosme Damião Vieira da Silva	-	-	X
Domingos Pinheiro	-	-	X
Estevão Gonçalves Fraga	-	-	X
Feliciano José da Câmara	-	-	X
Francisco Pais de Oliveira	-	-	X
Francisco Rodrigues Vilarinho	-	X	-
João de Sousa Lisboa	-	X	X
João Favacho Roubão	-	X	-
João Lobo Leite Pereira	X	-	-
João Rodrigues dos Santos	-	-	X
José Álvares Maciel	-	-	X
José Caetano Rodrigues Horta	X	-	X
José da Silva Pontes	-	-	X
Luís José Ferreira da Gouveia	-	-	X
Manuel de Sousa Pereira	-	X	X
Nicolau da Silva Bragança	-	-	X
Nuno José Pinto Pereira	-	-	X
Vicente Freire de Sousa	-	-	X
Total	3	4	17

Fonte: AHU/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd-rom. Carta de D. António de Noronha remetendo a Martinho de Melo e Castro uma relação dos privilegiados existentes em Minas. AHU/MG/cx.: 111; doc.: 38.

A partir do reinado de D. Manuel I passou-se a estabelecer moradia na Casa Real de acordo com a “qualidade” do beneficiado. Ser morador da Casa Real implicava em receber uma “moradia” mensal e uma ração diária de cevada¹⁷. Os exemplos mostram que o “filhamento” na Casa Real não era apenas o resultado de uma ascendência fidalga e sim a recompensa de serviços militares na colônia. Este foi o caso de José Caetano Rodrigues Horta, natural da freguesia de São Sebastião, feito Escudeiro e Cavaleiro

¹⁶SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* Op. cit., p. 321.

¹⁷Idem, p. 16-1.

Fidalgo da Casa Real antes de 1757; honra recebida em atenção aos grandes serviços por ele prestado na defesa da capitania de Minas tudo "*às custas da despesa de sua fazenda*"¹⁸.

Ser Familiar do Santo Ofício era também sinal de grande prestígio. Eram eles quem informavam o comissário local sobre os casos que pertencessem à jurisdição inquisitorial¹⁹. Os critérios do Santo Ofício para aceitação dos candidatos a Familiares eram a limpeza de sangue, saber ler e escrever, ser capaz de se encarregar de averiguações secretas, possuir bens de fortuna, pois lhes eram exigidas, no decorrer de suas diligências, viagens e deslocações²⁰. Além disso, exigia-se um certo "rigor" nas atitudes e comportamentos dos candidatos, o que não impedia que exceções fossem abertas. O capitão João Favacho Roubão, por exemplo, apesar de ter permanecido solteiro ao longo de sua vida, possuía um filho ilegítimo, fruto de um relacionamento com uma mulher "*parda e solteira*"²¹. Este fato poderia ter sido um obstáculo para a aquisição por parte deste oficial da Familiatura já que, para o Santo Ofício, os costumes adquiriam grande importância e não convinha à aceitação de Familiares com filhos fora do matrimônio, sobretudo se fossem de cor. Porém, mesmo considerando esta exigência, tal "desvio" não atrapalhou João Favacho Roubão de alcançar o título em questão e aparecer listado em um documento de 1777, remetido a Martinho de Melo e Castro, com o nome dos privilegiados existentes na capitania²².

Entre esta pequena parcela de oficiais detentora de títulos, a posse de Hábitos da Ordem de Cristo se sobressai, dado significativo se considerarmos que para receber tais graças era necessário passar por toda uma engrenagem com regras próprias. Se compararmos a concessão deste título com outros aqui também mencionados, como o filhamento na Casa Real, as diferenças ficam mais nítidas. Se o ser Fidalgo da Casa Real dependia apenas da vontade do Rei, para receber os Hábitos das Ordens Militares, a Mesa de Consciência e Ordens, instituição que administrava tais Ordens, colocava uma série de exigências baseadas em estatutos e em uma série de provanças de isenção de defeito "mecânico" e limpeza de sangue, que até a segunda metade do século XVIII permaneceram muito rígidas²³.

***O tempo de permanência e a rotatividade nos postos**

Outro dado a ser explorado na constituição do perfil do oficialato diz respeito ao seu tempo de permanência nos postos militares:

¹⁸AHU/MG/cx.: 86; doc.: 17.

¹⁹SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* Op. cit., p. 159-160.

²⁰Idem p. 161.

²¹CSM, 1º ofício. Testamento de João Favacho Roubão. Livro n.º47, Folha 104, (1782).

²²AHU/MG cx.: 111, doc.: 38.

²³SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* Op. cit., p. 98-106.

TABELA 5**Tempo de permanência dos oficiais em postos das Companhias de Ordenanças (para os quais temos informações)**

Permanência	Frequência	%
0 a 4 anos	9	9,78
4 a 10 anos	10	10,87
+ de 10 anos	73	79,35
Total	92	100

Fonte: cartas patentes do AHU/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd-rom

Pela tabela acima constatamos que eram raros os casos em que um oficial ocupava seu posto por pouco tempo, havendo assim uma quase monopolização de postos militares pelos mesmos indivíduos. Para os 92 nomes (67,6%) que conseguimos obter informações a este respeito, em apenas 9 casos (9,78%) o indivíduo permaneceu por menos de 4 anos no posto. Para o restante dos nomes, 10 (10,87%) permaneceram de 4 a 10 anos e 73 (79,35%) permaneceram por mais de 10 anos.

A historiografia relata que para se chegar aos mais altos postos havia duas regras fundamentais, o que é válido tanto para o reino quanto para o ultramar: a primeira diz respeito ao percurso que se devia fazer nos variados postos, isto é, de um mais baixo para um de mais alto patamar; a segunda se refere ao tempo de permanência nestes postos que deveria ser grande²⁴. De fato, entre os oficiais aqui analisados que conseguiram atingir o posto de maior prestígio nas Ordenanças, o de capitão-mor, e até postos de maior prestígio em outras forças militares como o de coronel nas forças Auxiliares, figurou além da grande permanência, como constatamos pela tabela acima, uma carreira militar onde ocuparam postos de um escalão mais baixo até atingirem um mais alto.

Ademais, a longa permanência destes oficiais em postos militares pode ser considerada mais um indício de seu enraizamento nos trópicos, bem como de seu envolvimento com a própria história colonial. Em outras palavras, tal permanência pode ter auxiliado na formação daquilo que Luciano Figueiredo denominou de "patrimônio memorialístico" – de enfrentamento, privações, perdas e empenho de suas vidas e cabedais – ou seja, de inclusão no espaço colonial através de elementos que os colocavam como agentes ativos do projeto colonizador²⁵.

Constatamos também a presença de certa rotatividade dos oficiais no exercício de vários postos militares. Muitos destes indivíduos continuariam a ser militares só que através do exercício de diferentes

²⁴COSTA, Fernando Dores. "Fidalgos e plebeus". In: HESPAÑA, António Manuel (Org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores: 2003, p. 106.

²⁵FIGUEIREDO, Luciano. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado, p. 472. Apud: BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 388-389.

postos ao longo de suas vidas, não só nas Ordenanças como também nas Tropas Pagas e Auxiliares, sendo esta rotatividade muitas vezes fruto de promoções:

TABELA 6

Porcentagem de oficiais de Ordenanças que obtiveram promoção em sua carreira militar (para os quais temos informações)

Promoção	Frequência	%
Sim	61	66,30
Não	31	33,70
Total	92	100

Fonte: cartas patentes do AHU/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd-rom

Para os oficiais que conseguimos coletar informações acerca deste dado, 31 (33,70%) não obtiveram promoções, isto é, permaneceram ligados a um único posto por toda sua vida e 61 (66,30%) dos nomes possuíram diferentes patentes ao longo de sua vida, estabelecendo uma "carreira militar" bem sucedida, ocupando diferentes postos e em diferentes forças militares, e muitas vezes chegando ao topo da hierarquia nas Ordenanças. Neste sentido vale a pena observar a carreira de Manuel Manso da Costa Reis, através da qual também podemos compreender além dos mecanismos de promoção, o processo de seleção para postos militares. Em 1770 o tenente Manuel Manso da Costa Reis foi indicado, juntamente com o capitão Feliciano José da Câmara – capitão mais velho do terço de Ordenanças de Vila Rica – e com o tenente-coronel do terço de Auxiliares de Vila Rica António de Sousa Mesquita, na lista tríplice da Câmara de Ouro Preto para ocupar o posto de sargento-mor das Ordenanças vago por falecimento de Manuel Rodrigues Abrantes. Como de costume, o requerente apresentou sua folha de serviços militar, na qual listava os serviços prestados a Coroa que o capacitavam a ser indicado como um dos "*principais da terra*" e, portanto, ao posto²⁶. Através do que foi relatado neste documento podemos acompanhar a carreira militar de Manuel Manso da Costa Reis e constatamos que este oficial passou pelas diferentes forças militares, isto é, foi oficial nas Tropas Pagas, Auxiliares e de Ordenanças "[...] *postos ocupados por ser um dos primeiros povoadores da localidade e pessoa abastada de bens, além de ser uma das pessoas mais idôneas e capazes da capitania [...]*"²⁷. Todas estas características ajudaram este oficial a ganhar a disputa pelo posto de sargento-mor dos outros dois concorrentes, garantindo assim sua ascensão a um dos mais altos postos da hierarquia militar nas Ordenanças e conseqüentemente, ao aumento de seu *status*.

O exemplo acima pode ajudar também a entender quais os atributos que pesavam decisivamente nas promoções dos oficiais no ultramar. Em Portugal os postos de maior prestígio, em qualquer uma das forças militares, eram ocupados, em sua maioria, pela primeira nobreza de corte sendo seu alcance

²⁶AHU/MG/cx.: 99; doc.: 24.

²⁷Idem.

resultado, não de uma promoção, mas da hereditariedade²⁸. Já no ultramar o critério determinante para aqueles que quisessem alcançar o topo da hierarquia militar era a prestação de serviços a Coroa. Como o caso de Manuel Manso da Costa Reis exemplificou, as promoções no seio das Ordenanças ocorriam mediante a prestação de variados serviços ao monarca que em retribuição os agraciava com mercês, tais como as patentes militares.

Os recursos disponíveis para maximizar e atestar a autoridade

No Antigo Regime a invocação da "qualidade" (social) teve papel fulcral nos atos de nomeações para postos militares a fim de escolher o dirigente ideal²⁹. A direção social por "homens de qualidade" das mais importantes instâncias da sociedade, e entre estas se incluem o âmbito militar, era desejada e baseada numa autoridade difusa, concentrada e sem especialização.

A idéia de que os oficiais das forças militares deveriam possuir uma natureza diferente pode ser capitaneada, segundo Fernando Dores Costa, pela pressuposição de que estava em causa a definição da autoridade capaz de levantar homens e exercer sobre eles a influência desejada³⁰. Não pretendo entrar na discussão acerca da eficácia do recrutamento por parte destes oficiais, o que quero é chamar a atenção para o fato de que estes homens tinham de se reconhecerem e serem reconhecidos como "homens de qualidade" para conseguirem exercer o seu mando.

O acesso ao mando e, portanto, ao ápice da hierarquia social na colônia não era automático. Para serem reconhecidos como um grupo de "qualidade superior" os oficiais necessitavam do "consentimento" da sociedade³¹. Como a força bélica é um palco, como qualquer outro, de jogo das honras e das precedências³², a composição dos postos superiores que detinham uma clara posição chave, não podia ser capitaneada por chefes apenas decorados com as "qualidades naturais" (força e destemor). Importante também na composição das chefias era o prestígio social e político de seu ocupante³³.

Entendemos que os oficiais de Ordenanças possuíam como valor norteador de suas ações em Minas colonial a busca por legitimação e maximização de sua prerrogativa de mando nas *conquistas*. Vários eram os meios de atingir tal objetivo, dentre outros, através da obtenção de títulos, de benesses reais, de cargos honrosos, cujo alcance se dava através de alguns recursos e/ou estratégias deste oficialato. Vejamos um

²⁸MONTEIRO, Nuno G. "Comandos militares e elites sociais". In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *Nova História Militar de Portugal...* Op. cit., p. 102-104.

²⁹COSTA, Fernando Dores. "Fidalgos e plebeus". In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *Nova História Militar de Portugal...* Op. cit., p. 106-107.

³⁰COSTA, Fernando Dores. "Milícia e sociedade: recrutamento". In: HESPANHA, António M. (Org.). *Nova História Militar de Portugal...* Op. cit., p. 74.

³¹FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)". In: *O Antigo Regime nos trópicos...* Op. cit., p. 58.

³²COSTA, Fernando Dores. "Milícia e sociedade: recrutamento". In: HESPANHA, António M. (Org.). *Nova História Militar de Portugal...* Op. cit., p. 99.

³³HESPANHA, António M. "Introdução". In: HESPANHA, António M. (Org.). *Nova História Militar de Portugal...* Op. cit., p. 20-24.

caso em que o valor norteador das ações dos oficiais de Ordenanças, bem como os recursos de que dispunham para maximizar ganhos, no sentido de terem mais margem de manobra dentro dos limites e condições da ordem colonial, ficam explícitos.

Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos era natural da Figueira, comarca de Coimbra, casado com D. Maria Correa Galas, morador em Vila Rica e tinha a ocupação de mineiro. Desde 1735 ocupava o ambiente das Ordenanças através do posto de alferes em uma companhia de cavalaria. Esta companhia de cavalos integrava um dos quatro regimentos de cavalaria de Ordenanças criados por Gomes Freire de Andrade em 1735 para melhor militarizar o país e para socorrer o Rio de Janeiro no caso de ataque inimigo³⁴. O fato de Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos ter sido escolhido para ocupar um dos postos destes novos regimentos criados, denota o grande prestígio que ele já devia possuir nesta sociedade, e que ao ser escolhido para ocupar tal regimento maximizava ainda mais, uma vez que Gomes Freire estipulou que *os novos oficiais deveriam ser escolhidos entre as pessoas de maior distinção e capacidade da capitania*³⁵. Em 1741 tornou-se tenente de cavalos de Auxiliares, e em 1764, Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos solicitou nova patente – desta vez de capitão na companhia criada por Gomes Freire – no lugar de Francisco da Silva Machado que desistira do posto em razão de *se achar avançado em annos e padece queixas que o impossibilitão de montar a cavallo e por este motivo não poder continuar no real serviço*³⁶.

Porém, sua bem sucedida carreira militar, não fora suficiente para conseguir a confirmação no posto de capitão de cavalaria. Desta forma, a fim de reafirmar os merecimentos que o tornavam capacitado para ganhar tal patente, Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos argumenta que além de *ser pessoa distinta e estar estabelecido com lavras e rossas e viver abonado de bens*, prestou outros serviços a Coroa como o exercício de cargos na câmara de Vila Rica, no caso o de juiz almotacé e vereador, *aos quais se tem conservado com a mesma autoridade e honra*.

Pelo exemplo citado nota-se que entre os recursos utilizados por estes indivíduos para conseguir angariar mercês e assim maximizar sua autoridade estão o fato de terem uma certa experiência com assuntos militares na ocupação de outros postos, exercerem cargos públicos e ser abonado de bens. Era comum que os oficiais ocupassem vários postos militares e por longos períodos de tempo, lhes dando assim certa experiência em relação a tais assuntos³⁷, além de abrir espaço para a formação de uma memória de um passado permeado por lutas e adversidades em que tais homens demonstraram lealdade. Em troca, podiam alcançar o reconhecimento do rei com o agraciamento de títulos, privilégios e honras; elementos que operavam as distinções hierárquicas no seio deste grupo e contribuíam na definição de sua “qualidade”.

³⁴MELLO E SOUSA Laura de. *Desclassificados do ouro...* Op. cit., p. 111.

³⁵AHU/MG/cx.: 84; doc.: 26.

³⁶Idem.

³⁷Cf.: COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação de Mestrado. Ver especialmente capítulo 2 .

O exercício de cargos públicos era também destacado nos discursos dos oficiais como um elemento que os diferenciava dos demais, e que, portanto os faziam dignos de receberem outras benesses reais. A ocupação destes cargos administrativos pode ser considerada fulcral para aquisição e exercício da autoridade destes oficiais, pois era forma de participar do poder, de interferir em pontos-chaves desta sociedade como a justiça e a economia³⁸, de partilhar da honra inerente a tais funções, de incrementar redes de dependentes e de poder, ou seja, de fazer parte da pequena elite colonial³⁹. Ademais além destas prerrogativas políticas, tais cargos abriam espaço para que estes indivíduos se inserissem nos quadros da elite econômica, com os emolumentos e propinas que ganhavam e com a posse de informações privilegiadas que podiam auxiliá-los na condução das atividades econômicas as quais se atrelavam⁴⁰.

E a riqueza não pode ser desprezada como um elemento propiciador da autoridade deste oficialato. Como o exemplo anteriormente exposto demonstrou, era comum que os oficiais destacassem em seus discursos sua opulência de cabedais e o fato de viverem nobremente e distintamente para a aquisição de mercês. Portanto, o cabedal também era importante na classificação e caracterização dos oficiais, principalmente se lembrarmos que existiam diferenças de nível econômico e conseqüentemente de *status* no seio deste grupo⁴¹ e que justamente por isso se criava a distância necessária para a efetivação da hierarquia interna do corpo⁴².

Desde o século XVII as intervenções legislativas da Coroa se encaminharam no sentido de garantir que os postos de Ordenanças, bem como os de vereações, fossem ocupados pelos "*principais da terra*". Nesta caracterização a riqueza assume papel significativo. Além disso, se lembrarmos que os oficiais desta força militar não recebiam soldo, só para aqueles que possuíssem opulência de cabedais seria possível ocupar os mais altos postos nas Ordenanças, conquistados mediante prestação de serviços que muitas vezes demandavam o uso de "fazendas e cabedais", além de escravos.

A exteriorização da nobreza colocava a população a par dos modos de proceder do reino e da hierarquia de poder, da ostentação de luxo e riqueza por meio das vestimentas e insígnias, e assim demarcava o espaço social ocupado. Assim, a indumentária, a decoração das casas, o uso de jóias, tinha grande importância na demonstração da "qualidade" dos oficiais. Não por acaso muitos deles possuíam entre seus bens arrolados em inventários roupas de linho e seda bordadas de ouro e prata, objetos de porcelana, móveis de jacarandá trabalhados, jóias com diamantes. A distinção hierárquica por tais elementos era típica do Antigo Regime sendo um meio de se distinguir das demais camadas sociais. Com

³⁸FRAGOSO, João. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa..." Op. cit., p. 4.

³⁹FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas...* Op. cit., p. 54.

⁴⁰Cf.: COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade...* Op. cit., ver capítulo 2.

⁴¹Idem, p. 91-97.

⁴²COSTA, Fernando Dores. *Fidalgos e Plebeus...* Op. cit., p. 110.

tais elementos iriam publicizar suas imagens, e assim podiam tornar público seu lugar na hierarquia social.

Os oficiais, portanto, se percebiam e eram percebidos enquanto tais a partir de elementos fulcrais desta sociedade que tinha o prestígio social – ligado sobretudo ao exercício do poder público e ocupação de cargos honrosos, bem com a riqueza – como um de seus pilares, denotando que as modalidades de percepção e de ação coletivamente desenvolvidas no sistema de interações são individualmente incorporadas. Em outras palavras, e conforme destacou J. Maravall, este grupo justificava seu poder fundamentando-o em elementos que eram aceitos coletivamente⁴³.

Outro recurso que estes oficiais podiam utilizar para ter acesso a benefícios e mercês e desta forma, a meios de aumentar seu mando e “qualidade”, era oferecer suas “fazendas” e escravos na defesa das *conquistas*. A título de exemplificação destaco Bento Ferraz Lima. Em 1735 este oficial solicita confirmação de carta patente de capitão-mor de Catas Altas, posto que, nos dizeres do governador André de Mello e Castro, Bento Ferraz Lima era merecedor por ser *pessoa de muitos merecimentos, pella sua fidelidade zello e valor com que sempre se distinguiu neste paiz não só pella aceitação de todos como para o real serviço empregandosse nele com todo o afecto sempre que veio ser preciso*⁴⁴. Estas ocasiões a que se refere o governador foram quatro momentos distintos: em 1718 na perturbação causada pelo coronel João Barreiros e pelo Juiz de Cayeté *por juntarem armas e perturbarem os povos do distrito*, situação em que, por ordem do Conde de Assumar, Bento Ferraz Lima ***acudiu com vinte escravos seus armados, dando calor à prisão e conduzindo os presos com toda a segurança***. Na marcha que o dito oficial fez para o morro do *Carassa* para atacar quilombos *de onde saião continuamente negros a fazer brutalidades no que dispendeo sua fazenda considerável parte por levar escravos armados*. A sua atuação no levante de Pitanguí mandando, por ordem do Conde de Assumar ***ir para aquela vila vários escravos armados com hú homem branco que lá estiverão does meses the ficar o paiz na devida obediência***. E por último sua atuação no levante de Vila Rica no qual “[...] *veio promptamente de sua casa por ordem do governador a incorporarse com elle marchando em sua companhia para Vila Rica com muitos escravos armados onde lhe assistio, the se extinguir a rebelião [...]*”⁴⁵.

Conquistar novas terras e, portanto, submeter populações, implicava em ter superioridade em uma hierarquia estamental. O relato acima nos mostra que isto se tornava ainda mais reforçado quando tais feitos eram às *custas de suas fazendas e escravos*, fenômeno que podia traduzir-se em mercês régias para estes “leais súditos”⁴⁶. Como um dos primeiros povoadores das Minas⁴⁷ Bento Ferraz Lima atuou

⁴³MARAVALL, José António. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. 3ª edição. Madrid: siglo XXI de Espanha editores, S. A, 1989, p. 164.

⁴⁴AHU/MG/cx.:29; doc.:77.

⁴⁵Idem, todos os grifos são meus.

⁴⁶FRAGOSO, João. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro...* Op. cit., p. 2.

⁴⁷Isto é constatado pelo fato de ter ajudado, por ordem de D. Lourenço de Almeida, no estabelecimento das Casas de Fundação e Moeda em Vila Rica no início do século XVIII. Na condição de “primeiro povoador” podia adquirir

sistematicamente em combate a levantes e conflitos internos da capitania, acompanhado de seus negros armados, a fim de angariar mercês e reconhecimento social. De fato, pelo tempo que permaneceu na dita capitania como oficial tornou-se *pessoa bem quista e de muito respeito, concorrendo com seu exemplo e persuasão para aumento dos quintos*. Tais qualidades ajudaram-no a *ocupar cargos honrosos na republica mostrando acerto e fidelidade desprezando sempre sua fazenda pella honra do real serviço*, além, de ajudá-lo a ganhar a patente de capitão-mor⁴⁸.

O exemplo citado corrobora mais uma vez a importância que a riqueza assumia na constituição da "qualidade" e do poder de um indivíduo nesta sociedade. Decerto que a riqueza por si só no Brasil colonial não definia esta "qualidade", já que era necessário um enquadramento nas graças honoríficas existentes para conquistá-la⁴⁹, mas não se pode desconsiderar que o cabedal foi em muitos casos condição *sine qua non* para mantê-la.

O exemplo citado também denota um outro recurso utilizado por este oficialato para angariar mercês e, conseqüentemente, poder e autoridade: sua participação na *conquista* e defesa do território colonial. A idéia de *conquista* do território colonial como elemento de glória; como local e instrumento por intermédio do qual os "homens de qualidade" podiam, ao mesmo tempo, afirmar seu domínio e o seu prestígio, integra-se ao sistema de valores destes oficiais⁵⁰. Os relatos de suas cartas patentes nos permitem afirmar que eles se apropriaram da própria história colonial para garantir a defesa de interesses na medida em que se incluíam nela, colocavam-se ao lado dos vencedores, proclamavam seus feitos heróicos e glórias⁵¹.

Assim como a experiência militar, o fato de serem abastados de bens, de viverem distintamente e nobremente e exercerem cargos públicos foram utilizados como recursos por parte deste oficialato para legitimação de sua "qualidade" e, portanto, de sua de autoridade; os méritos provenientes da *conquista* por meio de um discurso que valorizava sua condição de herói na colonização da América, foram também muito usados neste sentido. Quando em suas petições estes oficiais se reportavam aos anos de serviços prestados ao rei e aos grandes feitos realizados por eles em combate a levantes, sossego dos *povos*, povoamento de novos territórios, estavam na verdade se apropriando dos valores e glórias da sociedade colonial para enaltecer suas ações e angariar reconhecimento social⁵².

Considerações finais

sesmarias, cargos administrativos além de atuação na câmara, o que lhe propiciava transformar-se num dos *melhores da terra*. Ver: AHU/MG/cx.:29; doc.:77.

⁴⁸Ibidem, grifo meu.

⁴⁹SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* Op. cit., p.132.

⁵⁰BEBIANO, Rui. A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia. In: HESPANHA, António M. (Org.). *Nova História Militar de Portugal...* Op. cit., p. 47.

⁵¹ALMEIDA, Maria Regina C. de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 259.

⁵²ALMEIDA, Maria Regina C. de. *Metamorfoses Indígenas...* Op. cit., p. 259.

Talvez, a conclusão mais premente a ser delineada é o fato de que as forças militares no período colonial eram socialmente complexas, pois os indivíduos que compunham os quadros das chefias militares de Ordenanças na região e período enfocados não se constituíam em um grupo homogêneo e, conseqüentemente, perfeitamente configurado. Eram vários os caminhos possíveis na composição de um chefe militar, mas todos governados pela mesma matriz de valor, qual seja, a busca pela aquisição e consolidação de “qualidade”, bem como de poder de mando.

Vimos que, provenientes sobretudo do norte de Portugal, estes oficiais procuraram direcionar suas ações a fim de integrar-se a variados pólos e/ou mecanismos propiciadores de poder e que eram coletivamente reconhecidos como elementos consolidadores de posições privilegiadas na sociedade mineira, quais sejam: o exercício de cargos políticos, a posse de terras e escravos, a posse de títulos, o casamento e a riqueza. Assim, constatamos que entre os recursos utilizados por estes indivíduos para conseguir angariar mercês e assim maximizar sua autoridade estava o fato de terem uma certa experiência com assuntos militares na ocupação de outros postos, exercerem cargos públicos, ser abonado de bens, oferecerem serviços pecuniários ao monarca e participar dos méritos provenientes da *conquista*. Estes elementos multiplicavam, num círculo virtuoso, o poder destes indivíduos, e, portanto, podem ser considerados grandes trunfos dos oficiais para “jogarem” melhor nesta teia social. Contudo, se tais elementos favoreciam a ascensão social e a fundamentação da autoridade, nada disso era decisivo. Estes homens precisavam reafirmar a todo o momento seus merecimentos através de novas demonstrações de fidelidade e de seu valor social, o que exigia a constante movimentação pelos canais que proporcionavam a sustentação de sua “qualidade”.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ANASTASIA, Carla. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica, (1735-1777). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação de Mestrado. Ver especialmente capítulo 2 .
- COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Tese de Doutorado.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

- FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FIGUEIREDO, Luciano. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado.
- FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 1, 2000.
- FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*. Niterói, volume 15, 2003.
- FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI – XVII)". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI – XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- HESPAHNA, António Manuel (Org.) *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores: 2003.
- HESPAHNA, António M. (Org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- KRAAY, Hendrik. *Race, state and armed forces in independence-era Brazil: Bahia 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- LEONZO, Nanci. *As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo: das origens ao governo de Morgado de Mateus*. São Paulo: coleção do museu paulista, série história, v. 6, 1977.
- MARAVALL, José António. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. Madrid: siglo XXI de Espanha editores, S. A, 1989, 3ª edição.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MELLO, Christiane F. Pagano de. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII – As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*. Niterói: UFF, 2002. Tese de Doutorado.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Os concelhos e as comunidades". In: HESPAHNA, António M. (Org.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- _____. "Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia" In: HESPAHNA, António Manuel. (Org.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

EM DEFESA DA SOCIEDADE: Segurança Pública e Questão Social na Primeira República

Antônio de Pádua Chaves Filho

Mestrando em História do PPGHIS/UFJF

1) Introdução

As forças policiais em sua formação contemporânea são criações do Estado moderno e datam de fins do século XVIII e início do século XIX nos países da Europa ocidental. Elas nascem diretamente atreladas a um ideal de segurança pública que visava atender as demandas de uma nova era, marcada pela emergência de um imenso contingente de trabalhadores a serem inseridos na nova mecânica das relações trabalhistas na era do capital. No Brasil, este fato assume particularidades advindas de uma anterior situação colonial que posteriormente desembocará em entraves para a constituição de uma eficiente força policial e para a legitimação do ideal de monopólio estatal da violência.

Desta forma, primeiramente faremos um esboço da situação organizacional dos sistemas de policiamento durante o período colonial brasileiro. Em seguida, observaremos que a constituição de um projeto de segurança pública e de uma força policial eficiente esbarra em entraves legais e físicos. Relacionaremos ainda a segurança pública no estado de Minas Gerais com a realidade do policiamento cotidiano na época tratamento da questão social por parte das agências destinadas ao controle social.

2) O Começo

Durante o período colonial, não existia a polícia organizada como uma estrutura profissional e organizada desligada do sistema judicial e das unidades militares. Nos primórdios do sistema colonial instrumentos de coerção da coroa convergiam para a Marinha como forma de prevenção às invasões externas. A preservação da ordem interna eram responsabilidades assumidas pelos senhores de terra que recebiam da Coroa a delegação destes poderes. Assim as primeiras forças auxiliares de controle social não eram mantidas por um poder público, mas estavam necessariamente atreladas a defesa de interesses privados.

No século XVIII o Brasil passou a ter um papel fundamental para a economia de Portugal, que com reformas inspiradas no despotismo esclarecido passou a exercer um controle colonial mais penetrante e opressivo para com os colonos.

O Código Afonsino do século XV, o código Manuelino do século XVI e o Código Filipino do início do século XVII estabeleceram as instituições do período colonial. Foram tentativas de ordenar o acúmulo de leis, decretos, práticas consuetudinárias procedentes da antiga Roma, bem como das práticas judiciais da

inquisição ibérica¹.

A estrutura física das organizações militares na colônia se dividia estas em três forças distintas e independentes entre si, subordinadas, pelo menos nos parâmetros da lei, aos governadores das capitânias². A primeira destas forças é o Exército Real de caráter profissional permanente, formando a Primeira linha com efetivos completos por soldados nativos brancos ou mulatos. Temos ainda as milícias, ou tropas auxiliares de segunda linha, de serviço não remunerado e obrigatório para os civis. Tem sua organização dividida segundo critérios raciais entre a população de brancos, negros e pardos em corpos separados. E, por último, temos os corpos de Ordenança (ou tropas de Terceira linha) que é, na verdade, a listagem de toda a população masculina livre não alistada nas duas forças anteriores. As Ordenanças são organizações de colonos armados colocados à disposição dos senhores de escravos de maior influência política, sendo que sua abrangência era apenas municipal.

Segundo Thomas Holloway:

As milícias e, sobretudo as ordenanças não eram consideradas forças de combate, mas pelo simples fato de pertencer a essas organizações, a maioria dos cidadãos livres e de boa reputação (isto é, não caracterizados como criminosos, vagabundos ou outros tipos sociais marginalizados) se identificava com o regime e com as forças da ordem³;

Para Faoro⁴ as unidades paramilitares eram importantes como agentes da administração local e deram aos brasileiros um lugar nas ordens inferiores de uma aristocracia colonial falsa, mas que funcionava. Um sistema de clientelismo e controle social que funcionava com certa regularidade nas capitais provinciais e em outras cidades importantes. Nas zonas rurais a vontade do "coronel" local de maior influência mantinha o controle da situação com o apoio de capangas armados a seu serviço.

Caio Prado Júnior, define a composição social das tropas da Coroa portuguesa em solo colonial como meramente povoada por criminosos, vadios e outros elementos incômodos. Kalina Vanderlei da Silva, ao estudar o recrutamento no mundo colonial açucareiro destaca que a composição das Tropas variava entre vadios, criminosos e fidalgos do açúcar, abrangendo toda a esfera da sociedade livre da região, separando e hierarquizando seus elementos componentes. Observando a identidade social de soldados e oficiais na área, tanto a partir de suas raças, como das camadas sociais nas quais eles se inserem, a autora mostra a predominância dos elementos oriundos dos socialmente marginalizados nas tropas de Primeira Linha. Enquanto as milícias, por outro lado, sendo isentas das leis de recrutamento burocrático, e organizadas por raças, são "retratos da composição e hierarquia social urbana açucareira".

¹ HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 44.

² SILVA, Kalina Vanderlei da. Dos Criminosos, Vadios e de outros Elementos Incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais. In: Locus, revista de história. Juiz de Fora, editora Ufjf, v. 8, n. 1, 2002. p. 81.

³ HOLLOWAY, Thomas. Op cit. P. 45.

⁴ FAORO, Raymundo Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: editora Globo, v. 2, 1987.

No recrutamento burocrático a lei determinava, a princípio, que os soldados regulares recrutados na colônia fossem brancos, porém a escassez cotidiana desses elementos obrigou o Estado português a uma tolerância quanto a cor, excluindo negros e índios que poderiam ser integrados as tropas auxiliares. Assim enquanto os oficiais são recrutados entre os homens de posse, os soldados são tirados das camadas marginalizadas da sociedade são principalmente os homens livres indesejáveis. Graças a composição da tropa burocrática, quanto a forma como se procede com o recrutamento, violento e implacável (ou seja, o recrutamento era muitas vezes forçado) a tropa de Primeira linha não gozava de grande reputação sendo uma instituição extremamente temida no período colonial. Outro aspecto que ajuda a perpetuar o precário valor social dos militares é o sistema de manutenção das tropas. Com um baixo soldo, atrasos no pagamento, descaso com o fornecimento de fardas e armamento o serviço militar impunha limites ao exercício de qualquer outra atividade profissional que possibilitasse a subsistência dos componentes da tropa.

As situações das instituições militares de controle social do nordeste brasileiro não aparecem como um caso isolado. Nas demais regiões do mundo colonial a precariedade da situação parece ter se reproduzido.

Em Minas Gerais, como aponta Cláudia Viscardi:

as formas de recrutamento incluíam o sistema de 'pau e corda' quando negros eram recrutados à força para o serviço militar. Havia também o recrutamento de homens livres, os chamados desclassificados...Como a população de Minas Gerais era composta por negros e mestiços em uma percentagem de 77,9%, o recrutamento militar recairia necessariamente sobre este setor da população⁵

A autora ainda acrescenta que as tropas eram precariamente instruídas, armadas e fardadas estando distante do ideal de uma corporação militar. Eram, sobretudo "exércitos particulares das elites dominantes para a manutenção de sua exploração do ouro e de seu controle político regional".

A origem da Força pública mineira está atrelada ao início do ciclo de Exploração aurífera em 1706 quando foram transferidas para a região forças auxiliares. Ao se indicar o Capitão-Mor para a Capitania, este ficaria responsável pelo levantamento dos moradores aptos para o serviço militar (entre 18 e 60 anos). A força era dividida em dez esquadras compostas de 25 homens cada uma e seriam divididas por sargentos nomeados pelo Capitão-Mor. Os postos de comando seriam destinados às elites políticas de exploradores auríferos que se responsabilizariam pela organização e manutenção das tropas.

No ano de 1719 são organizadas as Companhias Regulares de Dragões. Foram instaladas duas delas em Minas Gerais com um efetivo de 104 homens. Elas se destinavam a exercer o poder da Coroa nos potentados locais ameaçados por levantes, furtos e tráfico de ouro e diamantes. No intuito de evitar controle dos chefes locais sobre essas tropas, sua manutenção ficou a cargo do reino português. Foi o primeiro esforço de criação de um exército nacional orientado para o reforço dos interesses do poder

⁵ VISCARDI, Cláudia R. A Força Pública em Minas Gerais. In: Lócus, revista de História. Juiz de Fora: Editora UFJF, vol.1, 1998. p. 4.

central.

Com a explosão da produção aurífera a partir de 1715, segundo Viscardi, foram instituídos Regimentos Auxiliares e Companhias de Pedestres atreladas às Companhias dos Dragões, divididas em todo o território da Capitania em esquadras de 15 homens:

Com a criação desses regimentos, caíram por terra as Ordenanças e seus Terços, principalmente os de brancos, os quais foram se alistar em outros locais onde os salários eram melhores. Esses regimentos tornaram-se mais eficientes que as Companhias, pois eram compostos sobretudo de mineiros e completos com os melhores elementos das Companhias de Ordenanças⁶

Dissolvida em 1775, as Companhias de Dragões foram substituídas pela Tropa Paga da Capitania de Minas Gerais e contavam com elementos vindos dos Corpos Auxiliares. Durante 1808 se tornou o Regimento de Cavalaria de Linha. Sua constante ausência, devido a lutas no sul do Brasil, deixou a província sem policiamento levando o território a um estado de tensão social e corrupção dos próprios guardas frente a sua desprivilegiada situação social.

Nesta situação a Coroa tentou nova investida com a criação, em 1811, de Corpos policiais no território da produção aurífera. Porém do fracasso dessa investida ficou patente quando as guardas ficaram sujeitas ao controle das lideranças políticas locais e muitos descambaram para a criminalidade.

Durante o período Imperial foram extintas todas as forças paramilitares existentes e o Exército teve seus efetivos reduzidos para a criação da Guarda Nacional e das Guardas Municipais Permanentes (1831) que deram origem as Forças públicas Estaduais. Coube aos governantes provinciais organizá-las ficando responsáveis pela remuneração e nomeação dos cargos oficiais.

Heloísa Fernandes justifica a criação dessas novas forças policiais através da tensão causada pela ameaça contínua da abolição da escravidão. Além disso, o período é um dos mais conturbados da história brasileira onde estouravam inúmeros tumultos por todo o território nacional, o que levou a um incremento nos gastos em segurança nos governos provinciais. "Se inscreve no processo político mais amplo de realização da hegemonia política dos proprietários rurais; processo marcado, inclusive, pela elaboração ou reelaboração do aparelho repressivo do Estado"⁷. Enfim, provincialismo, temor civilista e abolição da escravidão são as causas principais da criação da Guarda Nacional e da Guarda Municipal Permanente.

Para a autora, duas características distinguem o Corpo Policial Permanente do Exército Nacional. O Corpo tem uma organização híbrida, ou seja, é uma estrutura militar com funções policiais pautadas na manutenção da ordem interna, nas palavras da autora "diretamente relacionadas à preservação das condições sociais da produção"⁸. A segunda característica se afirma no fato de que o Corpo Policial Permanente é constituído prioritariamente de voluntários. Tal pressuposto tornou a Força Pública extremamente dependente das oportunidades de organização e expansão que o mercado de trabalho

⁶ Ibidem. p. 5.

⁷ FERNANDES, Heloísa R A Força Pública no Estado de São Paulo. In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1977, Tomo 3, volume 2. p. 243

⁸ Idem.

poderia lhe oferecer.

O policiamento da Província de São Paulo não era exclusividade do Corpo Policial Permanente. Forças auxiliares como a Companhia de Pedestres (1850-1854), a Guarda Urbana (1834-1866) e a Polícia Local (1868-1888) atuavam conjuntamente no território provincial (principalmente nas áreas rurais) na preservação da ordem interna, ou seja, na manutenção do sistema escravista.

Como já foi previamente esclarecido no capítulo anterior, a Força Pública de São Paulo viveu em tempos imperiais um estado de profunda penúria. O desenvolvimento do regime de produção escravista entrouvrou a ampliação de seus efetivos e o descaso político com a instituição, não legislando em função da profissionalização dos engajados criando um plano de carreira, atesta o abandono da força neste período. Do recrutamento (onde não se exigia um mínimo de qualificação), passando pelo treinamento (muitas vezes duro e violento), até a efetivação era patente o fato de que não valia a pena se engajar no Corpo.

No Rio de Janeiro, a transferência da família real em 1808 conduziu à criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, instituição baseada em um modelo francês. Esta era responsável, para além da preservação da ordem interna, por obras públicas e garantia do abastecimento da cidade⁹. Em 1809, ainda foi criada a Guarda Real de Polícia que, subordinada a primeira, era a réplica de uma instituição de Lisboa no Rio de Janeiro. Esta sim era uma força policial em tempo integral, organizada militarmente e com autoridade para manter a ordem e perseguir criminosos¹⁰.

Originariamente a instituição deveria contar com uma força de 218 homens, entre oficiais e soldados, porém nunca alcançou este total. Contando com 75 homens em 1818 e cerca de 90 no final da década de 1820, sua missão era policiar em tempo integral e logo se tornou mais eficiente que o antigo sistema de vigilância dos guardas civis. Suas fileiras eram recrutadas no exército regular (além do recrutamento forçado) e recebiam apenas um soldo simbólico, além de alojamento e comida nos quartéis.

Marcos Bretas atenta para o fato de que grande parte dos engajados na Guarda Real eram recrutados nas relações de poder locais. Pouco qualificados e geralmente oriundos das camadas sociais marginalizadas, os policiais:

Agentes da dominação estatal são muitas vezes vítimas do recrutamento forçado e participantes cotidianos dos dramas das vidas da camada de homens livres e pobres. O engajamento no corpo militar não significava uma mudança de status e o imediato afastamento de sua condição anterior de filhos, irmãos ou amigos, muito ao contrário, o exercício da atividade policial jamais conferiu atributos positivos na sociedade brasileira, e os policiais conviviam com os mesmos problemas dos outros grupos de trabalhadores¹¹;

Fazer carreira na polícia era uma tarefa difícil e poucos conseguiam ascender ao oficialato que, geralmente compunha seus quadros por nomeações embasadas em laços clientelares e favores políticos.

⁹ HOLLOWAY, Thomas H. Op cit.

¹⁰ BRETAS, Marcos Luís. A Polícia Carioca no Império. In: Revisa Estudos Históricos; Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 219-234.

¹¹ Ibidem. p. 221.

Enfim frente às particularidades da formação social brasileira que alicerçada sobre um processo de colonização fundamentado em critérios privados que favorecem uma certa falta de sentido público, a reciprocidade entre a fonte de autoridade do Estado e a elite econômica é um exemplo específico das relações mais gerais que explicam grande parte da evolução conservadora rumo à independência política do Brasil e o concomitante desenvolvimento das instituições de Estado. Assim, é a própria constituição do sistema legal conferida ao aparato policial das províncias que transfere o cerne da autoridade de uma missão de preservação da ordem e de repressão ao crime para, como afirma Marcos Bretas, “incluí-la na rede de favores distribuídos pelo Estado, que teria como contrapartida uma papel garantidor de um resultado positivo nas disputas eleitorais”¹².

3) A questão policial republicana

“O estado de Minas carece de um conjunto de Reformas policiais, tendentes a garantirem de modo profícuo os direitos individuais e a firmar a ordem e o respeito a lei – elementos básicos de governos democráticos”¹³. É com este grito por amparo que o Chefe de Polícia Alfredo Pinto Vieira de Mello começa o seu relatório policial referente ao ano de 1894. Neste sentido, a maior autoridade policial do Estado clama por reformas nesse ramo do serviço público para justificar a necessidade de tais recorre a dois artifícios: a) Comparação com Inglaterra e França – Se o Brasil deseja engendrar pelo caminho da civilização e do progresso nada mais natural que tome como exemplo as nações que percorreram tal caminho com êxito, pautando a reforma de suas instituições no exemplo das nações “adiantadas”. Com o nascimento da república o discurso policial e de segurança pública vem acompanhado de um ideal reformista coerente com a nova ordem que se pretende estabelecer; b) Ilustra um quadro das debilidades estruturais da instituição exigindo reparos no funcionalismo da polícia e a criação instituições auxiliares, “capazes de realizar o fim do direito repressivo contra aqueles que atacam a sociedade em seus princípios de ordem geral”¹⁴.

A grande guinada no conceito moderno de repressão e punição consiste em transformar o delito em um ataque frontal a sociedade. É patente nos relatórios dos chefes de polícia uma noção de polícia orientada por conceitos modernos de estruturação e ação repressiva. O estado de Minas Gerais contava com uma sala na cadeia de Ouro Preto destinada ao serviço antropométrico criminal e foi o primeiro Estado a “executar” o sistema Bertillon, segundo o relatório de 1894. Neste sentido, conceitos como polícia científica, antropologia criminal, identificação criminal já figuravam no vocabulário político das autoridades policiais mineiras nos primeiros anos da república.

Contudo, para além das manifestações discursivas o ideal de uma polícia moderna esbarra em entraves de ordem prática.

¹² Ibidem. p. 219.

¹³ Arquivo Público Mineiro. Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais, 1894.

¹⁴ Idem.

O primeiro deles, de ordem legal, incidia diretamente sobre o caráter de autoridade da chefia de polícia. Em relatório apresentado no ano de 1897, o chefe de polícia Aureliano Moreira Magalhães relata ao secretário do interior o grande inconveniente de pedir autorização ao comando geral da brigada quanto à mobilização e distribuição da força pública no Estado. Ou seja, sempre que o chefe de polícia deseja-se remanejar as tropas da força pública para o policiamento dos municípios deveria requerer autorização do comandante geral da brigada policial. Tal fato ilustra muito bem os conflitos de poder entre autoridades civis e militares no âmbito do poder público. Esta medida colocava em xeque a autoridade do chefe de polícia, e acabava subordinando a sua política de segurança pública a autoridade do comandante da brigada.

Ainda no âmbito legal, aparece uma questão que irá comprometer de forma significativa o policiamento nos municípios mineiros. Os cargos de delegado, subdelegado, e suplente não eram remunerados. Os delegados não estavam comprometidos com o policiamento em regime de dedicação exclusiva, pois deveriam exercer outras atividades paralelamente para o seu provimento. Isto acabou provocando uma alta rotatividade nos cargos nos anos iniciais da república. Segundo o chefe de polícia, a secretaria de polícia recebeu no ano de 1894, 116 pedidos de exoneração de delegados e 107 de subdelegados dentro de um quadro total de 123 delegados e 740 subdelegados de polícia. Além disso, existiam os limites impostos ao policiamento pela questão geográfica. A grande extensão territorial do Estado, composto por 123 municípios e 740 distritos dificultava a comunicação entre as autoridades policiais, prejudicando o serviço de nomeação e exoneração e o envio dos mapas estatísticos para a formulação da estatística criminal. O volume de correspondência que chegava ao gabinete do chefe de polícia era tão grande que o governo do estado autorizou em 1896 a criação de uma segunda seção na secretaria de polícia.

A força pública mineira, a responsável pelo serviço de policiamento cotidiano das cidades também conviviam com inúmeros limites ao exercício eficiente de suas funções. Dentro do período da república velha serão raros os momentos em que os quadros do efetivo da força estarão completos. Cláudia Viscardi descreve a situação de penúria tanto na questão de aparelhamento, quanto na questão humana que viveu a então brigada policial mineira.

Os períodos colonial e imperial foram marcados pela oposição entre o governo central; que tentava impor a manutenção da ordem e o respeito ao fisco sobre a produção aurífera em detrimento do poder das elites locais, criando uma força armada de elite, com mão-de-obra européia e importando armamentos; e os potentados locais buscando consolidar seu poder regional e sonegar os impostos da coroa com a criação de exércitos pessoais recrutados entre a escravaria e homens livres. Esta oposição será a base histórica da formação da Força Pública mineira. No decorrer do texto, Viscardi traça um quadro do desenvolvimento da organização no período republicano, apresentando uma visão da participação dos militares mineiros nos conflitos ocorridos de 1924 à 1930. Além disso, a autora atenta também para o funcionamento interno da corporação apresentando a oscilação no número de efetivos e a

sua situação social. o começo do texto autora deixa claro que ela pretende trabalhar com a concepção interativa de análise sobre os militares do Brasil, assim como Heloísa Fernandes¹⁵. Assim o processo de formação e organização da Força Pública Mineira: "obedeceu a interesses relacionados à estrutura econômica (ouro, café, relação de produção escrava) e também política (levantes e revoluções), não só do Estado, como de toda a nação."¹⁶

Mas a organização também manifestava a autonomia ideológica que, em certa medida, orientava suas ações, seja defendendo ideais legalistas, seja participando de revoluções aderindo ao movimento Tenentista e a revolução de 1930: "No ano da revolução lá estava a Força Pública mineira, desta vez lutando contra a legalidade, ou melhor, defendendo a manutenção da ordem (de sua própria ordem, é claro)"¹⁷.

Apesar das semelhanças com o trabalho de Fernandes com relação a interpretação da Força Pública como instituição e as proximidades teóricas dos dois trabalhos, a própria especificidade regional da organização mineira frente à paulista, com sua estrutura de porte inferior que sofreu sucessivas crises deixando latente suas deficiências e fragilidades, exigiu da autora um estudo mais aprofundado das diferenças internas da corporação. Com isso, Viscardi analisa os processos de exclusão da força, durante o período da república velha, registrando que os maiores responsáveis pelas baixas nos seus efetivos são a incapacidade física e a deserção¹⁸, tentando subtrair daí as camadas sociais que compunham os quadros da organização. Assim, se constata que as camadas sociais que constituíam os efetivos da força eram advindas das categorias socialmente marginalizadas. Ou seja, a história da Força Pública Mineira:

foi uma história de freqüentes derrotas (à exceção da revolução de 30, quando a Força Mineira se juntou a outras), onde o que ficou patente foram as deficiências e fragilidades da corporação. Foi o reduzido número de efetivos, mal armado e mal treinado, recrutado nas camadas dos socialmente marginalizados é que construiu a História da Força Pública de Minas Gerais.¹⁹

Deste modo, uma história diferente da Força Pública Paulista que atingiu uma amplitude institucional e organizacional tão grande que pode ser chamada de "pequeno exército".

Ainda se acrescenta a imensa gama de atribuições de que era dotada a polícia. Desde a investigação de crimes, captura de criminosos e locomoção de presos até serviços de assistência social e estrutura urbana (fiscalização sanitária, cuidar da iluminação pública e etc) eram da alçada da polícia. Isto dificultava o desenvolvimento de funções especializadas nos corpos policiais.

Apesar de ser notável a influência que o discurso científico exerce sobre as mentes dos administradores da polícia, principalmente na sua associação com a noção de progresso esboçando um projeto político de polícia moderna, a realidade prática do sistema policial no estado neste contexto é

¹⁵FERNANDES, Heloísa R. Op cit.

¹⁶ VISCARDI, Cláudia Maria A Força Pública em Minas Gerais. In: Lócus, revista de História. Juiz de Fora: Editora UFJF, vol.1, 1998. p. 19.

¹⁷ Ibidem. p. 13.

¹⁸ Ibidem. p. 17.

¹⁹ Ibidem. p. 19.

outra. Grandes barreiras institucionais, legais e físicas limitavam a capacidade e eficiência do policiamento.

O exercício do direito repressivo não é a única função das forças policiais. As atribuições de uma instituição de tal ordem passam por outros trajetos diretamente ligados a ordem urbana, entre eles a assistência pública, mas todos eles conduzem para a mesma direção: o controle social. Ou seja, polícia era o órgão responsável pela regulação do espaço público tanto nos aspectos estruturais como nos humanos:

“Em 1894, expedi aos meus delegados as seguintes circulares: regulando o serviço de Hotéis, regulando o serviço de estatística, regulando o serviço de engajamento de paisanos, dando instruções sobre a repressão da vadiagem, proibindo a publicação de pasquins”²⁰

Norbert Elias define a origem do homem “civilizado” com um produto de um progressivo processo de divisão das funções sociais e pelo crescimento das cadeias de interdependência social. Mas o pressuposto de todo este processo, afirma Elias, é a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. “Ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência”²¹, o Estado é a única fonte do direito de se usar a violência. Porém o uso ilegal de força física nem sempre é percebido por grupos sociais como sendo ilegítimo, principalmente do ponto de vista da moralidade e do costume. Ou seja, nem o Estado nem a sociedade conseguem satisfazer todas as demandas por punição legítima e com isso a população pode tomar para si o direito de coação e castigo. Assim fica evidente que é na disjunção entre uma ordem normativa e uma ordem factual da sociedade que se insere a atividade policial atuando na esfera social com autonomia. No conexo aqui abordado, onde a estruturação de uma polícia moderna era apenas incipiente, essa disjunção fica clara em casos em que a população toma para si o poder de justiça:

*A 23 de janeiro de 1890 , um grupo tendo a sua frente José de Sá Pereira, tomou a viva força do poder de justiça na freguesia do Jacaré, município de Januário, o réu Antônio Machado, vulgo Caxarenguengue, pronunciado nos artigos 493 e 269 do código criminal, resultando do conflito a morte de José Pinto*²²;

Elias, em trabalho destinado a avaliar as relações de poder entre grupos de estabelecidos e *outsiders*²³, descreve uma sociodinâmica da estigmatização onde os grupos sociais envolvidos mantêm os seus diferenciais de poder nas relações dominantes-dominados através da coesão. O grupo estabelecido atribui ao grupo *outsider* características socialmente condenáveis. Em contraposição sua auto-imagem como grupo tende a atribuir-lhes os valores socialmente aceitos como positivos. Assim “um grupo só

²⁰ Arquivo Público Mineiro. Relatório do Chefe de Polícia, 1894.

²¹ ELIAS, Norbert. O Processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, vol. 2, 1993. p. 197.

²² www.crl.edu./content/brazil/mina.htm. Relatório 1891. p.27

²³ ELIAS, Norbert & John L. Scotson. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado excluído". Um exemplo disto pode ser encontrado em um artigo escrito publicado em um jornal de Juiz de Fora em 1912:

[...] situado na base do morro do Redentor, o zinco é o refúgio da gente pobre que não pode arcar com as despesas de casa, cá no centro [...] Lá se aglomeram numa promiscuidade pungente, mendigos, trabalhadores de enxada, crianças e mulheres de vida duvidosa. A miséria tem ali um de seus esconderijos mais negros. Quem se der ao trabalho de galgar a ladeira em que termina a rua Halfeld e chegar, com heroísmo, as proximidades da pedreira da câmara, há de sentir forçosamente estarrecido com aquele feio recanto da cidade - cheia de choupanas infectadas, onde dezenas de seres humanos padecem as maiores torturas- a contrastar com o aspecto gracioso e o alarido comunicativo que ostenta cá em baixo a cidade com suas fábricas todas em movimento, e os seus bondes sempre repletos, e a animação diária do comércio, que dá vida e felicidade a tudo[...].²⁴;

É claro nas palavras do autor do artigo que se trata de elementos estigmatizados socialmente e seria sobre estes indivíduos que recairia necessariamente o foco da ação policial. É uma constante empírica nos estudos sobre a criminalidade o papel da polícia Junto aos estratos desfavorecidos. O que se quer dizer é que a própria polícia no exercício de sua função, que deveria ser impessoal e imparcial, age orientada pelo processo de sociodinâmica da estigmatização acabando por contribuir numa distribuição classista da punição. Boris Fausto ao abordar a criminalidade em São Paulo de 1880 à 1924 afirma:

Do ângulo dos grupos humanos sobre os quais se exerce o poder, lido com gene cujo o denominador comum é quase sempre a pobreza. Não se trata de opção preferencial pelos pobres, mas do simples fato de que quem estuda as formas abertamente repressivas de controle social e criminalidade fala de pessoas destituídas, em maior ou menor grau. Mas para além do denominador comum, cada grupo ganha contornos próprios, abrindo-se para temáticas preferenciais: os negros levam gritantemente ao tema da discriminação; os imigrantes, às questões da ascensão social e da adaptação às novas condições de vida; as empregadas domésticas, às relações de dominação onde se fundem o público e o privado, em que a sexualidade expressa o par inferioridade-poder, aos delinqüentes de carreira, ao problema de sua produção social etc, etc²⁵

Assim, não só a polícia como todo o sistema penal tende a lançar suspeitas e responsabilizar grupos socialmente marginalizados, tornando estes os focos principais de sua ação repressiva e punitiva. Como é o caso dos ermos de bem viver que consistiam em um documento assinado pelo infrator de leis contra a vadiagem e embriagues e a perturbação da ordem pública:

Ancieta que assinou ermo de bem viver nesse juízo, por ser a mesma desordeira e ébria, ter por várias vezes quebrado o referido termo, continuando na prática de turbulências, dando-se continuamente ao vício da embriaguez incomodando o sossego público e a paz dos familiares com provocações, palavras obscenas e desonestas²⁶;

²⁴ Os Nossos Arrebaldes – O Zinco. Diário Mercantil. Juiz de Fora, 06/12/1912 número 13, p. 2.

²⁵ FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984. pp. 125-126.

²⁶ Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Arquivo Bejamin Colucci. Série 45- arquivos criminais.

A constante reincidência dessas pessoas nos atos tidos como ilegais os tornam indivíduos conhecidos dos policiais e suspeitos em potencial. Desta forma se constrói, o que Geraldo Ribeiro de Sá e Raul Francisco Magalhães chamam de ecologia do crime atrelado a um conceito de suspeição que são elaboradas pela:

Confluência, relação e combinação do comportamento violento, tipificado como crime pelas leis penais, da maneira como se pratica o delito, do perfil da moradia e da posição social dos indivíduos e grupos infratores, sintetizados na visão das instituições encarregadas da vigilância e punição dos delitos gerados, preferencialmente naquilo que se constrói como sendo os Bolsões de criminalidade²⁷.

A identificação destes bolsões de criminalidade aliada à categoria de suspeição estigmatiza os elementos residentes nestas áreas frente às instituições repressivas do Estado e a sociedade de um modo geral.

Muito do que foi dito até aqui pode ser evidentemente associado à virada historiográfica que representou os trabalhos de Thompson com o advento da assim chamada História Vista de Baixo. No seu ensaio sobre a economia moral da multidão no século XVIII²⁸ Thompson desvenda uma lógica social em que a transição de uma economia tradicional para uma economia de mercado orientada pelo advento da nova economia política não se dá de forma natural, mas com uma aberta resistência da população. Assim os motins para controlar o preço dos alimentos seriam legitimados por um direito tradicional fundamentado em uma relação de reciprocidade entre patrícios e plebeus, ou seja, existia um contexto que dava espaço para manobras políticas por parte das classes subalternas. Avaliando os processos-crime da cidade de Juiz de Fora no contexto a que esse estudo pretende abordar, aparecem casos em que a autoridade policial é questionada e a resistência à prisão e o motim são uma constante:

No dia 29 de outubro, reuniu-se na Estação da Estrada de Ferro Central, nessa cidade, grande multidão de pessoas do povo, no intuito de assistir o desembarque de uma praça da Guarda Nacional que esperavam regressar da capital federal para onde seguira dias antes por ordem de seu comandante Coronel Henrique Cezar de Souza Vaz. Chegando, porém, o trem da noite sem que por ele regressasse a referida praça, como esperavam, irritaram-se os ânimos dessas pessoas, as quais tomaram a liberdade de desacatar o Coronel Henrique Vaz e nesse intuito saíram inconformados da Estação e percorreram as ruas da cidade aos gritos de "morra Henrique Vaz", "abaixo a Guarda Nacional", disparando ermos puseram em alarma a população pacífica da cidade, e assim foram até em frente a casa de residência do referido coronel onde levaram o seu ódio a ponto de arremessarem pedras nas janelas, quebrando as vidraças. Daí regressou a multidão sempre em grande voseira e proferindo epítetos injuriosos ao mesmo coronel até o centro da cidade onde se dispersou²⁹;

²⁷ SÁ, Geraldo Ribeiro de & MAGALHÃES, Raul Francisco. As Faces da Violência: entre o Estado e o crime. In: Ética e Filosofia Política, revista do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Editora Ufjf, vol 2, n. 1, 1997. p. 170.

²⁸ THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In Costumes em Comum, estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

²⁹ Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Arqui Benjamin Colucci. série 2, caixa 1 – arquivos criminais

Creio que a progressiva ampliação da ação da polícia que se fazia necessária em um período pautado na ascensão de um mercado de trabalho e em pressupostos de modernização, progresso e civilização em contraposição a um conexo anterior em que a polícia estava mais focada na manutenção de um regime de produção escravista levou, em um primeiro momento, a um não reconhecimento da autoridade policial por parte da sociedade civil e ocasionou inúmeras prisões por resistência e desacato à autoridade o caso de Altino Ferreira que:

Na noite de 4 de abril do corrente ano achava-se Altino assistindo nesta cidade a um espetáculo, no circo, em companhia de Roberto de tal, e como este se portasse de modo inconveniente o Sr. Delegado de Polícia que presidia ao referido espetáculo, mandou intimá-lo a retirar-se. A essa ordem legal emanada de uma autoridade competente opô-se Altino declarando que seu companheiro não sairia, desacatando a referida autoridade e empregando a violência contra seus agentes, chegando a ofender fisicamente ao agente de polícia Pedro Kremer³⁰;

Como vemos é pressuposto das práticas de policiamento a orientação por meio de um processo de estigmatização tornando as classes populares reféns do que não é só uma ecologia da punição, como representa também uma ecologia do poder pautado no projeto que as elites dominantes tinham de uma civilização caracterizada pelo progresso, pela sua moralidade e pela disciplina. Contudo Edward Thompson apresenta linhas mais voláteis para o estudo da polícia permitindo uma certa autonomia dos conflitos sociais em relação à determinação econômica. Tentando explicar o papel do sistema legal a sociedade burguesa, Thompson afirma que para além de sua característica opressiva em relação à classe trabalhadora, as leis também limitavam o poder das classes dominantes subordinando-as também aos parâmetros da lei³¹. Assim não podemos pensar as classes populares como atores passivos da repressão policial, freqüentemente eles procuravam resistir à opressão fazendo motins e se negando à reconhecer a autoridade policial.

4) Conclusão

Sob os auspícios de uma nova ordem republicana poder-se-ia imaginar o advento de um novo *corpus* burocrático como epifenômeno de uma nova racionalidade estatal que preenchesse e regulasse todos os aspectos da esfera social. Porém tal suposição converte-se em um embuste quando voltamos nossos olhares para uma parte fundamental do mecanismo estatal: a polícia.

Assim as práticas policiais assumem um alcance que ultrapassa o campo da lei e do Estado, para se constituírem enquanto entidades portadoras de uma relativa autonomia no “penoso” processo de

³⁰ Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Arquivo Benjamin Colucci. Série 3, caixa 1 – arquivos criminais.

³¹ THOMPSON. Edward P. Senhores e Caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987. p. 263.

regulação dos comportamentos das massas desordeiras e dos atores individuais convertidos em criminosos.

Imanente às práticas sociais advem um poder de pretensão disciplinar, mas de capacidade estigmatizadora, produtor de comportamentos e fixador de sentidos comuns que se compõe como dados terminais de uma lógica de dominação. Sob o lastro de um poder estatal racional e necessário que busca a integração social fundamentada em uma nova lógica liberal que enaltece e valoriza o trabalho constituem-se práticas de policiamento que respondem afirmativamente a essa complexa lógica de uma sócio-dinâmica da estigmatização refletindo uma disjunção entre uma ordem normativa e uma factual da sociedade em sua integridade. A lógica *hobbesiana* de dominação estatal nunca se fez tão presente, não como tragédia, mas, parafraseando Marx, como farsa. A mão esmagadora do poder, o braço armado do estado justifica uma dinâmica de justaposição de forças em que prevalece a penalidade dos mais fracos.

FONTES

I – PRIMÁRIAS

A – MANUSCRITAS

1. Arquivo Público Municipal de Juiz de Fora (APJF)

- Arquivo Benjamin Colucci

- Série 02. Processos criminais.
- Série 03. Processos criminais.
- Série 41. Processos criminais.
- Série 45. Processos criminais.

B – IMPRESSAS

1. Periódicos:

- Diário Mercantil. Juiz de Fora. 1912.

2. Arquivo Público Mineiro

- Relatórios da Secretaria de Polícia de Minas Gerais (1894-1899)

C – ELETRÔNICAS

- www.crl.edu./content/brazil/mina.htm

II – SECUNDÁRIAS

BRETAS, Marcos L. A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

_____. A Polícia Carioca no Império. In: Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, p. 219-234.

_____. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Zahar 2000.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, vol. 2, 1993.

ESTEVES, Martha de A. *Discursos populares e descontrolado social*. In: *As Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Heloísa R. *A Força Pública no Estado de São Paulo*. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977, Tomo 3, volume 2.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1996

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. In: *BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*. Rio de Janeiro, n. 49, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. *Pobres, Subalternos, populares, proletários: os protagonistas da questão social urbana*. In: *Os Pobres da Cidade*. Segunda edição, Porto Alegre: 1998.

SÁ, Geraldo Ribeiro de & MAGALHÃES, Raul Francisco. *As Faces da Violência: entre o Estado e o crime*. In: *Ética e Filosofia Política*, revista do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Editora Ufjf, vol 2, n. 1, 1997. pp. 159 – 179.

SILVA, Kalina Vanderlei da. *Dos Criminosos, Vadios e de outros Elementos Incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais*. In: *Lócus*, revista de história. Juiz de Fora, editora Ufjf, v. 8, n. 1, 2002. pp. 79 – 92..

SODRÉ, Nelson W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Autoridade, Violência e Reforma Policial: a polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa*. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum, estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VISCARDI, Cláudia Ribeiro. *A Força Pública em Minas Gerais*. In: *Lócus*, revista de História. Juiz de Fora: Editora UFJF, vol.1, 1998.

PARA ALÉM DA LITERATURA: OS DEBATES POLÍTICOS POR TRÁS DA ARGUTA PENA DE MACHADO DE ASSIS

Bárbara Barros de Figueiredo
Edú Trota Levati

O leitor atento, verdadeiramente ruminante, tem quatro estômagos no cérebro, e por eles, faz passar e repassar os atos e os fatos, até que deduz a verdade, que estava, ou parecia estar escondida.
Machado de Assis

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar a concepção política de Machado de Assis imiscuída em suas obras posteriores a 1889. Nossa intenção será a de identificar qual versão dos acontecimentos do 15 de novembro está mimetizada nos comentários tecidos pelo autor acerca do movimento ou de sua repercussão no cenário político-social brasileiro. Temos também o intuito de fomentar o debate acerca das filiações políticas desse autor.

PALAVRAS-CHAVE: História e Literatura; Machado de Assis; Transição do Império para a República.

INTRODUÇÃO

Partir de um texto literário para depreender dele questões que elucidem pontos do contexto em que o mesmo foi concebido, tem se mostrado uma vertente concreta e profícua, cada vez mais visitada por profissionais comprometidos com a construção do saber historiográfico.¹ Esse diálogo entre a História e Literatura se insere e se deve, eminentemente, ao profundo esforço empreendido por diversos historiadores em vista da demanda consolidada em torno da necessidade de renovação das fontes disponíveis ao trabalho dos pesquisadores na área de História e da busca pela interdisciplinariedade, ideal esse tão difundido pela Escola dos Annales, especificamente em sua terceira geração.

¹ Uma importante referencial teórico da tendência aludida é obra: PALTÍ, Elias José; FISH, Stanley; LACAPRA, Dominick; RABINOW, Paul; RORTY, Richard. *Giro lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

O indescritível deleite na leitura de obras literárias como as de Machado de Assis, aliado ao profundo interesse no fazer historiográfico, incitou em diversos acadêmicos interesse em produzir trabalhos que aliassem de maneira profícua e original essas duas áreas do saber, a História e a Literatura. O presente texto procura modestamente se inserir nessa importante linha de pesquisa, a qual encontra atualmente fértil campo para um mais pleno desenvolvimento.

A escolha de Machado de Assis para a efetivação do presente artigo deveu-se a inúmeros fatores. O já há muito consagrado mestre da literatura nacional, inclusive fazendo parte, merecidamente, do rol dos clássicos universais, tem sido objeto de estudos muito importantes para o saber historiográfico. A riqueza e complexidade de sua obra instigou-nos a mergulhar mais fundo e buscar compreender melhor alguns aspectos da política brasileira do período da transição do regime imperial para o republicano imiscuídos à narrativa literária.

Além disso, entendemos que as obras machadianas são relevantes fontes de pesquisa para o historiador, posto que "o romance de Machado de Assis, mais do que uma fotografia da sociedade carioca oitocentista, é a lente requintada que revela, quase sempre em negativo, a inteligibilidade dessas mudanças."² Ou seja, mesmo que não seja possível inserir as obras de cunho literário em categorias mais convencionais daquilo que se entende por fontes históricas, os romances podem se configurar como importantes elucidadores de aspectos de um dado momento histórico, quer esses estejam explícitos, quer estejam sombreados pela utilização de recursos literários tais como metáforas³, ironias⁴ e alegorias⁵.

É interessante também que tenhamos em mente a relevância dos romances machadianos enquanto "textos complexos"⁶, uma vez que sua obra não circunscreve apenas ao momento em que foi produzida, extrapolando os limites da temporalidade e da espacialidade, tendo sido, e sendo, lida e relida.

Isso posto, intentamos percorrer os meandros da História através da Literatura, rastreando, pelas páginas de Machado de Assis, um discurso construído acerca da transição do Império para a República. De início, temos por meta elucidar as análises já há muito desenvolvidas por historiadores, sociólogos e críticos literários, dentre eles, Roberto Schwarz, Raymundo Faoro, John Gledson, Kátia Muricy e Sidney Chalhoub, sobre as supostas filiações políticas de Machado de Assis. Esse ponto será de extrema relevância, já que fica patente o interesse de muitos intelectuais em relação à explicitação dessa possível filiação, enxergando nisso, além de outras coisas, uma maneira de se trazer à tona questões que aclarem elementos das próprias obras.

² MURICY, Kátia. *A razão cética*: Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Cia das Letras, 1988. P. 13.

³ Entendemos por metáfora o emprego de um termo com significado de outro em vista de uma relação de semelhança entre ambos; é uma comparação subentendida.

⁴ Ironia configura-se como uma inversão do sentido de um dado texto com vistas à satirização.

⁵ Alegoria consiste em um discurso que exprime outra coisa que não aquela que enuncia diretamente.

⁶ Seguindo o conceito utilizado por Dominick LaCapra, entendemos por "textos complexos" aqueles que são lidos e interpretados ao longo do tempo, sendo encarados de formas diferenciadas dependendo do contexto histórico, e que inserem-se no campo dos grandes clássicos da humanidade. Conferir: PALTÍ, Elias José; FISH, Stanley; LACAPRA, Dominick; RABINOW, Paul; RORTY, Richard. *Giro lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

Em seguida, iremos nos deter mais atentamente a romances e a contos propriamente ditos, quais sejam, "Esaú e Jacó" e "Sereníssima República", visando perscrutar chaves de entendimento e de análise do processo histórico situadas nos interstícios do texto literário, considerando-se, para tanto, seus elementos constitutivos.

1 - VISÕES

A dimensão da política na obra de Machado de Assis é um ponto bastante controverso. Muitos estudos subestimaram a relevância de questões de caráter político em suas análises de obras machadianas, como afirma Gledson:

Machado, conforme um dos numerosos mitos, muitas vezes fundamentalmente errôneos, que florescem a seu respeito, não estava interessado em política na sua fase madura – estava ora "acima" dela, ora "afastado", por desgosto. Ao contrário, como veremos, a política era uma dimensão essencial da sociedade que ele desejava descrever [...]

E isso torna-se ainda compreensível se nos atermos ao fato de que as alegorias, metáforas e ironias construídas por Machado de Assis sombreiam, para o leitor, ainda mais o entendimento acerca daquilo que ele realmente pretendia transmitir em seus escritos.

Porém, não iremos focar esse debate, mas antes as leituras de alguns autores preocupados em desvendar a filiação política de Machado de Assis.

Roberto Schwarz, ao se propor analisar algumas obras da chamada primeira fase de Machado de Assis⁸, constrói uma interpretação, na qual afirma que o autor passou por três fases distintas em sua "trajetória" política, a primeira correspondendo à sua juventude, a segunda aos romances da primeira fase e a terceira aos romances da segunda.

Para o autor, teríamos um Machado de Assis afinado às idéias liberais, propagador dos ideais de progresso e de civilização. Em um segundo momento, desiludido com a impraticabilidade da efetivação do anseio por melhorias e avanços da realidade social, o escritor teria se aproximado de um ideal antiliberal, o conservadorismo paternalista. E, para encerrar o ciclo, "a Machado, já agora só faltava a desilusão da desilusão: desiludir-se também com o conservantismo paternalista"⁹, encetando, a partir daí, "a reintegração abundante do temário liberal e moderno, das doutrinas sociais, científicas, da vida política,

⁷ GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁸ Há uma difundida divisão didática da obra de Machado de Assis em duas fases, em que a primeira corresponderia a seus romances mais afinados à estética do romance do século XIX, como em *Ressurreição*, *Helena*, *A mão e a luva* e em *Iaiá Garcia*, e em que a segunda corresponderia a seus romances da maturidade, tais como *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quinbas Borba*, *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*. *Memórias póstumas de Brás Cubas* seria o romance que marcaria a transição de uma fase a outra.

⁹ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades, 1977. P. 65.

da nova civilização material.¹⁰ A terceira e derradeira fase pode ser associada à segunda e grande fase da obra machadiana.

Já o historiador Raymundo Faoro aponta para uma disputa no interior do próprio liberalismo. Haveria, pois, um dito “velho liberalismo”, adequado aos interesses e anseios daqueles envolvidos com a economia da plantagem e um “novo liberalismo”, “reservado aos que não encontravam lugar próprio ou futuroso nos grupos que desfrutavam da centralização monárquica.”¹¹ Como assinala Alfredo Bossi, Faoro, em seu trabalho sobre Machado de Assis¹², afirmaria que o liberalismo para o período do Segundo Reinado brasileiro deve ser encarado no plural, contendo em si vertentes dissonantes; Machado teria se filiado, em sua “juventude”, ao “novo liberalismo”.

Com efeito, principalmente após 1870, Machado teria se desencantado até mesmo com os ideais pelos quais militara em juventude. Nas palavras de Bossi, “monarquista e liberal, em senso lato, mas entranhadamente cético, preferiu fixar o lado sombrio ou apenas risível dos que usavam do velho nome “liberal” para defender seus direitos à propriedade e aos cargos políticos.”¹³ E por quê, então, Machado em sua fase madura, mesmo que simpático aos novos liberais, não tomou partido, nem militou ativamente por nenhuma ideologia política, tendo se encerrado, conforme Bossi, em um profundo desencanto?

O historiador Sidney Chalhoub nos sugere como pista para a compreensão de tal problemática o fato de haver uma desilusão que se disseminava no interior da própria camada liberal:

*A cizânia aprofundava-se entre os próprios liberais, divididos agora por mais outro assunto, além da famigerada reforma do sistema eleitoral. Saldanha Marinho, José Bonifácio e Joaquim Nabuco sem apagar as diferenças que tinham entre eles próprios, diziam todos que o gabinete Sinimbu não era fiel ao programa liberal de 1868, que traía portanto os ideais do partido. Havia desencanto, frustração mesmo, em vários redutos dos luzias.*¹⁴

Dessa forma, Machado de Assis se inseriria em um grupo mais amplo de liberais outrossim desiludidos com os rumos que o liberalismo tomava no Brasil, principalmente devido à manipulação por parte de alguns ditos liberais do conteúdo da já promulgada lei de 1871. Ante tal malogro, Machado não teria abdicado de análise crítica da sociedade, mas sim, teria velado-a nas páginas de seus romances.

Chalhoub também afirma que Machado “em toda sua obra de escritor foi um ‘intérprete incansável’ da única política que era possível aos dominados praticar, expressa no diálogo cotidiano entre sujeitos desiguais.”¹⁵

John Gledson, assumidamente herdeiro de Schwarz, irá discorrer sobre a existência de duas categorias distintas de romance, ambas capazes de sustentar enredos políticos. A primeira se basearia na

¹⁰ Idem. P. 66.

¹¹ BOSI, Alfredo. *Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. Estud. av.*, 2004, vol.18, no.51, p.355-376.

¹² FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1974.

¹³ BOSI, Alfredo. Op. Cit. P. 361-362.

¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. P. 291

¹⁵ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. P. 505.

trama familiar, existindo pouca dimensão política, não obstante a tentativa de integrar o enredo e a política. Além disso, a família se configuraria enquanto célula mínima da organização social. Em alguns romances da segunda fase Gledson afirma que Machado tece uma trama que coloca em primeiro plano o ideal de "Conciliação", o qual pode ser entendido, entre outras coisas, enquanto a suposta apatia política de certas camadas da elite diante de opiniões concorrentes, levando à sustentação de um projeto comum, qual seja: o dos *saquaremas*. Para Gledson, a dimensão política em Machado de Assis é de fulcral importância.

Kátia Muricy, por seu turno, enfatiza bastante o ceticismo presente na fase madura dos romances machadianos. Para a autora, os romances de primeira fase de Machado estariam eivados do caráter da família burguesa como "agente ordenador" do social, sendo possível, destarte, traçarmos um paralelo entre sua análise e a de Gledson. Nos da segunda fase, os personagens outrora marginalizados e estigmatizados, posto não se adequaram ao diapasão da família burguesa, como os libertinos, os celibatários, as mundanas, dentre outros, passarão a ocupar *locus* privilegiado na trama machadiana, sendo observadores de assaz importância à análise da decomposição da família patriarcal-burguesa.

Ora, discorrido sobre algumas interpretações acerca das posições políticas de Machado de Assis, resta-nos amarrar os fios tecidos e coadunar as análises em questão aos romances machadianos. A efetivação de tal objetivo dar-se-á na próxima parte.

2- MACHADO DE ASSIS E A TRANSIÇÃO

Voltando nossa atenção ao discurso construído por Machado de Assis em *Esaú e Jacó*, no que tange à transição da ordem imperial para a republicana, podemos depreender uma contundente crítica a essa passagem, configurada na forma de um ceticismo diante da possibilidade de real e efetiva mudança no *status quo* a partir dessa modificação:

*Certamente, o moço Pedro quis dizer alguma frase de piedade relativamente ao regime imperial e às pessoas de Bragança, mas a mãe quase que não tirava os olhos dele, como impondo ou pedindo silêncio. Demais, ele não cria nada mudado; a despeito de decretos e proclamações, Pedro imaginava que tudo podia ficar como dantes, alterado apenas o pessoal do governo. Custa pouco, dizia ele baixinho à mãe, ao deixarem a mesa; é só o imperador falar ao Deodoro.*¹⁶

Com isso, fica manifesta a percepção de apatia por parte de Machado de Assis diante da instauração da república no Brasil. Essa idéia perpassa toda a obra *Esaú e Jacó*, o que nos permite afirmar que, ao menos nesse inefável romance, a questão política vem à baila como um dos eixos, senão como o eixo, principais a partir dos quais desenvolver-se-á toda a trama. Essa idéia coaduna-se

¹⁶ ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. São Paulo: Martin Claret, 2005. P. 127-128.

perfeitamente à argumentação de John Gledson acerca da sua relevância da dimensão política nos textos de Machado.

Sem a intenção de nos alcunharmos enfadonhos, lançaremos mão de mais uma citação: "Natividade perguntou pelos filhos. Santos opinou que não tivesse medo. Não havia nada; tudo parecia estar como no dia anterior, as ruas sossegadas, as caras mudas. Não corria sangue, o comércio ia continuar."¹⁷

Esta percepção, da apatia da população e da permanência das linhas gerais que regiam o Império mesmo após a proclamação da república, é bastante difundida no meio historiográfico. A obra de José Murilo de Carvalho configurou-se como um importante veículo de divulgação e de endosso dessa idéia, a partir, principalmente, da interpretação de pronunciamentos contemporâneos aos fatos, a exemplo do de Aristides Lobo, para quem a população havia assistido bestializada aos fatos referentes à transição.¹⁸

Cabe resguardar-se, de imediato, de possíveis análises que extrapolem os limites do texto de Machado de Assis, uma vez que afirmar que a mudança de regimes não tenha se concretizado como uma verdadeira modificação no cerne da sociedade oligárquico-patriarcal brasileira, excludente em sua base, não implica em depreender que Machado de Assis se colocasse contrário à república. Não ficaria explícita essa sua predileção pela ordem monárquica, posto que, pensando no ano de escrita do romance, 1904, Machado de Assis já teria tido certo distanciamento temporal desde os eventos de 1889 para amadurecer idéias, ou mesmo para desiludir-se diante dos fatos, de que a república verdadeiramente não foi capaz de trazer ao cenário brasileiro a questão da igualdade, tão propalada e ansiada, inclusive pelos próprios republicanos.

É também em Machado de Assis que vamos buscar subsídios para a defesa de nossa argumentação, segundo a qual não é possível enfatizar uma filiação de Machado de Assis à ordem imperial:

A eleição fez-se a princípio com muita regularidade; mas, logo depois, um dos legisladores declarou que ela fora viciada, por terem encontrado no saco duas bolas com o nome do mesmo candidato. A Assembléa verificou a exatidão da denúncia, e decretou que o saco, até ali de três polegadas de largura; tivesse agora duas; limitando-se a capacidade do saco, restringia-se o espaço à fraude, era o mesmo que suprimi-la.¹⁹

Considerando-se a data de publicação do conto, *Sereníssima República*, 1882, fica evidenciado que o mesmo é uma crítica ao sistema eleitoral da monarquia, enquanto viciado e corrompido estruturalmente, envolto em sucessões de gabinetes que nada representam à possibilidade de modificação efetiva nos contornos da sociedade brasileira. Além disso, nas palavras do próprio Machado, "infelizmente, senhores,

¹⁷ Idem.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁹ ASSIS, Machado de. *Sereníssima República*. In: Papéis avulsos. S.I., Lombaertes & C., 1882. Texto proveniente de <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Disponível na world wide web: www.dominopublico.org.br.

o comentário da lei é a eterna malícia²⁰. Isto é, diante das possibilidades, validadas em lei, de prerrogativas interpretativas sobre o código legal brasileiro, responsável por normatizar as relações travadas no período imperial, as incongruências não eram sanadas e, devido à indiferença de um grupo considerável das elites por mudança, a situação permanecia constante, sem rearranjos substanciais que lhe modificassem a nota regente.

E é nesse ponto que nos afastamos da análise de Alfredo Bossi ao afirmar peremptoriamente que Machado de Assis seria monarquista. Como acima discorrido, acreditamos que essa afirmação não pode se efetivar tão categoricamente.

Resgatando o romance *Esau e Jacó*, a figura de Conselheiro Aires é emblemática, ao representar da maneira mais bem acabada a convicção na continuidade, a despeito da mudança de regime político:

Que, em meio a tão graves sucessos, Aires tivesse bastante pausa e clareza para imaginar tal descoberta no vizinho, só se pode explicar pela incredulidade com que recebera as notícias. A própria aflição de Custódio não lhe dera fé. Vira nascer e morrer muito boato falso. Uma de suas máximas é que o homem vive para espalhar a primeira invenção de rua, e que tudo se fará crer a cem pessoas juntas ou separadas. Só às duas horas da tarde, quando Santos lhe entrou em casa, acreditou na queda do Império.

[...]

*Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição.*²¹

Esse personagem representa uma espécie de oráculo, dada a sua respeitabilidade e a postura por ele assumida de completa adequação às normas que regiam as relações interpessoais. Diplomata aposentado, sua característica mais marcante será a aversão a controvérsias. A incapacidade de lidar com a alteridade será um importante ponto definidor dessa elite imperial, da qual Aires faz parte. Além do que, ele talvez represente, de modo irônico, aquilo que Gledson elucida ao falar a respeito da "conciliação". Para o autor, Machado de Assis entenderia que o período correspondente às décadas em que se passa o romance *Dom Casmurro*, 1850 e 1860, seria definido pela aspiração à conciliação, entendida, em termos concretos, pela fala de interesse, por parte de toda uma geração, por questões sociais e econômicas, como acima elucidado.²² Aires seria, pois, a metáfora do esfacelamento do ideal da "conciliação", elemento agregador da sociedade patriarcal.

Em linhas gerais, podemos perceber um discurso desenvolvido por Machado de Assis que privilegia a concepção de ter sido a proclamação um arranjo no interior das elites militares, não sendo substancialmente conhecido, nem tendo repercussão em outros estratos do ativo movimento republicano que já se delineava e consolidava desde 1870. Machado, para transmitir essa idéia, narra algumas

²⁰ Idem.

²¹ ASSIS, Machado. *Esau e Jacó*. São Paulo: Martin Claret, 2005. P. 126-127.

²² GLEDSON, John. Op. Cit. P. 86.

vivências de Paulo, o filho republicano do casal Santos e Natividade, à procura de informações acerca dos acontecimentos:

Saindo de casa, Paulo foi à de um amigo, e os dois entraram a buscar outros, da mesma idade e igual intimidade. Foram aos jornais, no quartel do Campo, e passaram algum tempo diante da casa de Deodoro. Gostavam de ver os soldados, a pé ou a cavalo, pediam licença, falavam-lhes, ofereciam-lhes cigarros; era a única concessão destes. Nenhum lhes contou o que se passara, nem todos saberiam nada.

Não importa, iam cheios de si, Paulo era o mais entusiasta e convicto. Aos outros valia só a mocidade, que é um programa, mas o filho de Santos tinha frescas todas as idéias do novo regime, e possuía ainda outras que não via aceitar; bater-se-ia por elas.²³

Essa visão afina-se bem àquilo que Emília Viotti da Costa diz ser uma versão monarquista dos fatos do 15 de novembro por parte dos contemporâneos aos mesmos. Quer dizer, a historiadora em questão sustenta a tese de que já contemporaneamente aos fatos desenrolados em 1889 teriam sido formadas duas vertentes distintas de construção de um imaginário sobre o que teria sido e o que teria representado a mudança de regime para o Brasil. As vertentes representariam as visões dos monarquistas de um lado, e a dos republicanos de outro. O primeiro grupo apregoaria a idéia de que

A proclamação da República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Fora fruto da indisciplina das classes armadas que contavam com o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos. Tinha sido um grande equívoco. O regime monárquico dera ao país setenta anos de paz interna e externa garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional. Uma simples parada militar substituíra esse regime por um outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e, que além de tudo, restringia a liberdade individual.²⁴

Já o segundo grupo, o dos republicanos, vitoriosos em 1889, seria aquele dos que afirmavam que a monarquia era uma anomalia em meio às repúblicas sul-americanas; que com a mudança teria se plasmado a aspiração nacional de instauração da república no Brasil; e que a instituição do regime republicano em nosso país teria sido a concretização de um anseio popular e a integração do mesmo às tendências do século.

Diante disso, podemos fazer o paralelo entre o discurso desenvolvido por Machado em seu romance *Esaú e Jacó* e a historicização empreendida por Viotti da Costa concernente à construção de versões com plausibilidade de aceitação sobre o que representou a Proclamação da República para o Brasil. Não obstante, seja importante fazermos a ressalva de que embora se possa ligar o discurso machadiano ao daqueles que a historiadora afirma serem monarquistas, Machado de Assis não pode ser incisivamente definido como monarquista. Isso pelos motivos já acima elucidamos, mas também porque, como afirma Viotti da Costa, muitos desiludidos da República passaram a fazer parte do coro

²³ ASSIS, Machado. Op. Cit. P. 130-131.

²⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 273.

monarquista. Com isso se abre uma margem de dúvida referente à filiação política do escritor e suas motivações para empreender tal discurso quinze anos após a instauração da República em solo nacional. Não pretendemos, todavia, passar à outra ponta da corrente e afirmar que Machado de Assis era republicano. Apenas colocamos essa suposta simpatia de Machado por uma das duas correntes em termos menos categóricos.

Voltando ao romance, fica também explícita a referência de Machado de Assis aos dois irmãos, aludindo à percepção que cada um deles teve sobre a proclamação, tecendo, com isso, seu discurso - crítico ou irônico? - dos fatos:

Nenhum dormia. Enquanto o sono não chegava, iam pensando nos acontecimentos do dia, ambos como foram fáceis e rápidos. Depois cogitavam no dia seguinte e nos efeitos ulteriores. Não admira que não chegassem à mesma conclusão.

"Como diabo é que eles fizeram isto, sem que ninguém desse pela coisa! – refletia Paulo. – Podia ter sido mais turbulento. Conspiração houve, decerto, mas uma barricada não faria mal. Seja como for, venceu-se a campanha. O que é preciso é não deixar esfriar o ferro, batê-lo sempre, e renová-lo. Deodoro é uma bela figura. Dizem que a entrada do marechal no quartel, e a saída, puxando os batalhões, foram esplêndidas. Talvez fáceis demais; é que o regime estava podre e caiu por si..."

Enquanto a cabeça de Paulo ia formulando essas idéias, a de Pedro ia pensando o contrário; chamava ao movimento um crime.

"Um crime e um disparate, além de ingratidão; o Imperador devia ter pegado os principais cabeças e manda-los executar. Infelizmente, as tropas iam com eles. Mas nem tudo acabou. Isto é fogo de palha; daqui a pouco está apagado; e o que antes era torna a ser. Eu acharei duzentos rapazes bons e prontos, e desfaremos esta caranguejola. A aparência é que dá um ar de solidez, mas isso é nada. Hão de ver que o Imperador não sai daqui, e, ainda que não queira, há de governar; ou governará a filha, e, na falta dela, o neto. Também ele ficou menino e governou. Amanhã é tempo; por ora tudo são flores. Há ainda um punhado de homens..."²⁵

Descortinam-se, pois, duas possibilidades de entendimento do que de fato representou o 15 de novembro. Talvez Machado de Assis se represente como a inexplicável Flora, seguindo o epíteto conferido a ela pelo Conselheiro Aires, incapaz de decidir-se entre os dois irmãos: "Pedro e Paulo falavam-lhe por exclamações, por exortações, por súplicas, a que ela respondia mal e tortamente, não que os não entendesse, mas o não os agravar, ou acaso por não saber a qual deles diria melhor. A última hipótese tem ar de ser a mais provável."²⁶

A metáfora de Flora talvez se configure na própria metáfora da vida de nosso escritor, indecisa diante da escolha entre o Império e a República.

CONCLUSÃO

²⁵ ASSIS, Machado de. Op. Cit. P. 132-133.

²⁶ Idem. P. 156.

Ao término do trabalho ora apresentado, sem o risco de incorrerem em afirmações redundantes, duas conclusões de assaz importância devem ser reiteradas: 1) diante dos dois regimes políticos envolvidos nos fatos relativos ao 15 de novembro, as obras de Machado de Assis suscitam em seus leitores uma certa ambigüidade, ao oferecerem substrato quer para sustentarem interpretações de que o escritor filiava-se à vertente monarquista, quer para sombrearem a clareza dessa idéia; 2) além disso, mostra-se relevante o exercício de se trazer a literatura ao cerne da análise historiográfica, enquanto fonte capaz de iluminar nossas visões e nosso conhecimento acerca do contexto no qual a obra literária foi concebida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ASSIS, Machado. *Esaú e Jacó*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
2. ASSIS, Machado de. Sereníssima República. In: *Papéis avulsos*. S.I., Lombaertes & C., 1882. Texto proveniente de <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Disponível na world wide web: www.dominopublico.org.br.
3. BOSI, Alfredo. *Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis*. *Estud. av.*, 2004, vol.18, no.51, p.355-376. Disponível na world wide web: www.scielo.br.
4. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
5. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
6. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
7. DICIONÁRIO *Houaiss* da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
8. GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
9. MURICY, Kátia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
10. PALTÍ, Elias José; FISH, Stanley; LACAPRA, Dominick; RABINOW, Paul; RORTY, Richard. *Giro lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
11. SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades, 1977.
12. VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

As Minas Gerais oitocentistas por Raimundo José da Cunha Matos

Bianca Martins de Queiroz
Mestranda em História do PPGHIS/UFJF

Desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808) e da Abertura dos Portos, estabeleceu-se no país um verdadeiro ciclo de viagens e expedições científicas que se estendeu ao longo de todo o século XIX, atraindo para o país grande número de viajantes estrangeiros que deram início a uma produção sistemática de obras a respeito do mesmo. A província de Minas Gerais foi um dos principais locais a ser visitado por estes estrangeiros, atraídos pelas inúmeras riquezas minerais encontradas no território.¹ Mas não apenas estrangeiros deixaram registradas suas impressões sobre o local.

O presente trabalho tem como objeto principal o relato sobre a província mineira contido no *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*, de Raimundo José da Cunha Matos, militar e político português, que viveu no Brasil durante 22 anos, local de sua morte no ano de 1839. Seu relato serve-nos de contraponto à literatura de viagem, produzida na primeira metade do século XIX, devido à perspectiva em que foi escrito gerada pela singularidade de sua trajetória biográfica. Cunha Matos foi um ativo personagem na vida política brasileira em um período conturbado pelos processos de Independência e da Regência. Aderiu à "Causa do Brasil" e acompanhou D. Pedro e os brasileiros na expulsão das tropas constitucionalistas de Avilez, que tentavam por meio da força e da violência impor o respeito às ordens das Cortes lisboetas.

Neste período o "ser brasileiro" ia sendo construído, representando àqueles que lutavam pela liberdade, pela Monarquia Representativa e Constitucional; que iam contra as medidas recolonizadoras das Cortes, não importando se o local de nascimento fosse o Brasil ou Portugal.² No final do ano de 1822, as ambigüidades com relação ao futuro do Brasil tornaram-se evidentes, fazendo-se necessária a elaboração de um novo discurso a respeito de Portugal e dos portugueses. Minava-se a visão da Nação portuguesa e contrapunha-se a ela a Nação brasileira que possuía o frescor característico da juventude do continente americano. "Ser português" passou a não ser mais um atributo do nascido em Portugal, mas significava "ser absolutista" ou ter posições suspeitas, "portuguesistas", ou seja, de adesão aos princípios das Cortes lisboetas.³ Mas se por um lado o português era o inimigo, forjando-se assim a figura do

¹ LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem; escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. pp.40-50.

² RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 2002. p.48.

³ Idem, p.59-61.

brasileiro, por outro este também poderia ser o adotivo, que jurava a "Causa do Brasil", ao longo de 1823, e que teve sua situação regularizada com a Constituição, outorgada em 1824.⁴

Segundo Gladys S. Ribeiro, os anos de 1823, 1824 e 1825 caracterizaram-se pela reafirmação do "ser português" e do "ser brasileiro" como construtos políticos.⁵ E foi nesse cenário que nosso personagem viveu, participou ativamente e construiu seu relato de viagem. Para uma melhor contextualização de sua obra fazem-se necessárias algumas informações sobre sua trajetória biográfica.

1. O militar e político Raimundo José da Cunha Matos

Raimundo José Cunha Matos nasceu em Faro, Portugal, no ano de 1776. Teve sua formação intelectual construída entre o Império Luso e do Brasil.

Filho de um tenente da artilharia, aos 14 anos, assenta praça voluntariamente na mesma arma de seu pai. Como artilheiro cursou "matemáticas". No ano de 1797 é promovido a furriel e transferido para Nova Guiné, onde utiliza as horas de lazer para instruir-se nos conhecimentos "superiores e humanísticos".⁶ No ano de 1806 redige dois trabalhos o "*Compêndio histórico das possessões de Portugal em África*" e a "*Corografia histórica das Ilhas de São Tomé e Príncipe*", obra publicada em 1815 pela Imprensa Régia no Rio de Janeiro e reeditada no Porto após seu falecimento, no ano de 1842.⁷ Atravessa o território mineiro diversas vezes entre os anos de 1823 e 1826, período em que redige seu *Itinerário*. Consagra-se como memorialista com a "*Corografia Histórica da província de Minas Gerais*", publicada no ano de 1837. Como já citado, participa ativamente da vida política brasileira desde que desembarca na Bahia em 1817 (então coronel) assumindo diversas funções administrativas nas forças governamentais.⁸ No período que se estende entre os anos de 1819 e 1822 mostra-se em permanente atenção aos problemas políticos brasileiros, escrevendo sobre temáticas como: *a crescente animadversão entre portugueses e brasilienses; o que fazer ao se romperem as hostilidades entre Portugal e o Brasil; e sobre as vantagens da união entre os dois países*.⁹ É promovido a brigadeiro no ano de 1822, depois de acompanhar D. Pedro contra a Campanha de Avilez. Em 1823 é nomeado governador das armas da Província de Goiás com a missão de reorganizá-las mediante o receio da invasão de terras goianas por tropas leais aos portugueses.¹⁰ Toma assento como deputado na Assembléia Legislativa no Rio de Janeiro, no ano de 1826. A partir de 1835 empenha-se como presidente da Sociedade Auxiliadora da

⁴ Idem, p.78.

⁵ Idem, p.74.

⁶ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823-1826)*. In: MATOS, R. J. da C. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Amílcar Martins, 2004. p.11-13.

⁷ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. *Um soldado na tormenta*. In: MATOS, R. J. da C. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981. p.18.

⁸ GRAÇA FILHO, A. de A. op.cit., p.13.

⁹ OLIVEIRA, T. J. B. op.cit., p.21.

¹⁰ GRAÇA FILHO, A. de A. op.cit., p. 14.

Indústria Nacional, publicando vários trabalhos em sua revista. Nas salas desta Sociedade nasce o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contando com seu apoio, sendo eleito seu primeiro vice presidente.¹¹

2. O relato sobre a província mineira

Cunha Matos escreve seu *Itinerário* sem poder contar com as informações de conhecidos viajantes que também publicaram relatos sobre a região como Saint-Hilaire, Spix & Martius, Pohl, Luccok e Freyreys. Pois tais obras foram produzidas praticamente a mesma época. Tais autores vão servir-lhe de referência posteriormente quando escreve sua "*Corografia histórica da província de Minas Gerais*". A idéia de escrever um *Itinerário* do Rio de Janeiro a Goiás lhe ocorre com a viagem que realiza no ano de 1823 para ser empossado no cargo de governador das armas em Goiás. Tal obra irá se compor das impressões coletadas em duas sucessivas viagens da Corte para Goiás, fruto da conciliação de sua missão militar com seu objetivo de escrever um roteiro útil para os que viessem a se aventurar através dos caminhos pelos quais percorreu, e com sua velada intenção de beneficiar o novo governo com as informações topográficas dos locais por onde passou. A mesma se conclui no ano de 1826 e é editada uma única vez no ano de 1836. As informações contidas em seu relato aparecem sob o formato de um diário de bordo, contendo sempre identificações de local, distância e data. Sua "marcha" é minuciosamente descrita através dos horários e localidades de chegada e partida. Os ranchos, fazendas, rios, pontes, córregos pelos quais passa também são rigorosamente anotados.

O autor também se preocupa em anotar todos os acontecimentos da viagem; as impressões sobre os caminhos pelos quais percorre, sobre as localidades visitadas e seus habitantes.

Logo na introdução o autor expõe sua justificativa:

*"Fazendo-se de dia em dia mais interessantes os conhecimentos geográficos, físicos e políticos do Império do Brasil aos naturais e estrangeiros, em razão do aumento de sua agricultura, acrescentamento da sua população, desenvolvimento de seu comércio, progressos científicos de seus habitantes, e sobretudo pelo extraordinário empenho que se mostra na carreira das empresas da navegação, abertura de estradas e canais que facilitem os meios de transportes e o estabelecimento de colônias agrícolas e de mineração, lembrei-me de procurar entre os meus manuscritos estatísticos, geográficos e históricos o Itinerário que escrevi durante as minhas marchas no exercício de Governador das Armas da Província de Goiás, por me persuadir que esta obra pode ser de alguma vantagem à aqueles que nas sobreditas circunstancias desejarem consultá-la"*¹²

¹¹ OLIVEIRA, T. J. B. op.cit., p.25.

¹² MATOS, Raimundo José da Cunha, op.cit., p.I.

Ainda na introdução irá tratar da carência de itinerários impressos acerca das “terras do Brasil” e lista os que tem conhecimento e foram publicados em anos anteriores ao seu: os trabalhos de Mawe, Neuwied, Eschwege, Varnhagen e Koster que *“apresentam muitas vezes relações itinerárias, isto é a descrição seguida das marchas que fizeram durante suas científicas explorações.”* Fala ainda dos que apareceram após sua obra já ter sido concluída, explicitando a dificuldade no acesso as mesmas:

*“Depois do ano de 1826 aparecem as estimáveis obras dos Drs. Spix e Martiu, August de Saint-Hilaire, Maj. d’Alincourt e mui poucos outros escritos em forma de Itinerários, mas quase todas elas em razão de seu alto preço e raridade, não andam em mãos daqueles que não possuem meios de as consultarem.”*¹³

Os trabalhos dos viajantes Eschwege e Guido Marlière lhe servirão de referência. Mawe também será citado várias vezes, mas na maior parte delas para ser criticado:

*“...É certo que até ao presente não existe um Itinerário que mereça este nome nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás; ao menos eu não tenho notícia de obra alguma desta natureza, salvo os escritos do inglês Mawe, que mais são um romance do que uma verdadeira descrição de vários lugares por onde transitara. Todos os brasileiros devem lamentar o não haverem aparecido os diários de alguns naturalistas estrangeiros, que depois de Mawe penetraram no interior do Brasil. Os Srs. Augusto de Saint-Hilaire, Langsdorff, Natherer e outros devem sem dúvida ter coligido imensos materiais nas suas importantes viagens científicas, mas eu e o público estamos por ora privados dos socorros que estes sábios podem subministrar. No meio desta deficiência eu faço o que posso, e vou apresentar algumas notícias como militar e geógrafo, mostrando aquilo que observei durante a minha marcha, e servindo-me, quando é necessário, do que escreveram os Srs. Barão de Eschwege e Guido Marlière, que tão importantes serviços tem prestado nas Minas Gerais. Eu só lançarei mão da obra de Mr. Mawe quando achar exatas as suas informações.”*¹⁴

Na passagem acima descrita fica claro também o alto valor que o autor atribui aos relatos de alguns estrangeiros, considerados como “sábios” que realizaram “importantes viagens científicas”.

Tal caráter de cientificidade apontado na obra dos estrangeiros, o autor também arroga para si, enfatizando o fato de seu trabalho não se caracterizar como “um simples roteiro”:

*“O meu Itinerário não é uma simples carta de nomes, nem uma coleção fastigiosa de algarismos! Sem perder de vista a série sucessiva dos tempos e dos lugares, eu apresento detalhes e informações, que interessam na parte científica e temperam a avidez própria dos simples roteiros. A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda que me custou esta minha obra; não afianço a perfeição dela, porque na mesma França e Inglaterra, não há perfeição absoluta em matérias geográficas; eu fiz quanto pude e ainda mais faria se tivesse quem me auxiliasse.”*¹⁵

Ressaltando também a imparcialidade de sua obra:

¹³ Idem.

¹⁴ Idem, p.26.

¹⁵ Idem, p.II.

*"Devo declarar que escrevi esta minha obra com a maior imparcialidade; apontei o bom e o mau; não temo que me desmintam naquilo que eu digo de conhecimento próprio. As pessoas com quem servi e quase todas aquelas que tratei existem vivas; não aponto anedotas do interior das famílias, para não ser censurado e havido como ingrato à hospitalidade e aos imensos favores com que sempre me obsequiaram nas Minas Gerais e Goiás, províncias que eu poderia atravessar e esquadrihar cientificamente sem fazer cinco réis de despesas, e sem temer o menos risco da parte dos seus moradores."*¹⁶

Mesmo assim, reconhece os limites de sua formação, colocando-se explicitamente em comparação com os estrangeiros: *"... Eu sinto não possuir maiores conhecimentos geológicos, botânicos, zoológicos, e mais ramos da história natural: dou o que tenho, escrevendo o que sei, desejando que todos se aproveitem do que é meu, assim como eu me servi daquilo que outros melhores do que eu têm escrito até agora."*¹⁷

Como já dito acima, o autor descreve com exatidão as localidades por onde passa. No caso da província mineira, a descrição mais pormenorizada é a da vila de Barbacena: faz anotações sobre o estado do calçamento, das ruas, das casas, da distribuição dos templos, etc.

O estado da economia e do comércio das localidades por onde passa também é alvo do interesse do autor. A respeito de Barbacena comenta:

*"Existem aqui várias lojas e vendas bem sortidas de fazendas inglesas e do país, assim como de artigos de ferro, louça, mantimentos, etc., e há uma boa fábrica de selins á inglesa, pertencente ao Sr. José Simpliciano, o qual passa em luta contínua contra a obra inglesa, a que ele excede em perfeição e favorece no preço do mercado."*¹⁸

De modo geral, suas impressões a respeito das vilas e arraiais mineiros são as mesmas dos estrangeiros, transmitindo a idéia de isolamento:

*"Na maior parte dos arraiais do Brasil as casas acham-se fechadas durante os dias da semana, abrindo-se unicamente nos dias de missa ou de festa, que é quando seus donos, fazendeiros, ali se demoram por espaço de algumas horas. O capelão, o oficial que serve de comandante do distrito em lugar de proprietário, o sacristão, o estalajadeiro ou rancheiro, os taberneiros ou vendeiros, o escrivão do Juiz da Vintena e algumas meretrizes que fazem as delícias dos tropeiros são as pessoas que ordinariamente habitam os arraiais nos dias da semana. Este costume é geral, assim como também o é o concorrerem à missa as pessoas do campo muito mais bem vestidas e decentes do que se pratica nas aldeias, e em muitas vilas, e em várias cidades de Portugal."*¹⁹

O mito da decadência mineira pós mineração, tão citado pelos estrangeiros, também é sustentado pelo autor:

"... os apologistas da mineração dizem que se não se tivessem lavrado minas desse metal, não existiria a vila de São João del-Rei, e os seus edifícios mui

¹⁶ Idem, p.V.

¹⁷ Idem, p.27.

¹⁸ Idem, p.49.

¹⁹ Idem, p.62.

*suntuosos. A refutação é fácil de fazer: os arraiais de São Tiago, São Gonçalo, Conceição e muitos outros são filhos da mineração, mas eles acham-se arruinados. É o comércio, é a agricultura, é a passagem contínua dos tropeiros que dão vida e crescimento a vila de São João del-Rei. Nenhum lugar foi mais florescente que Vila Rica durante a mineração, mas agora que se não extrai ali ouro, apesar de ser a capital da Província, a cidade do Ouro preto vai caindo em miséria, e um grande número de edifícios acham-se reduzidos a um monte de ruínas.*²⁰

A respeito dos habitantes as descrições são freqüentes acompanhadas, como no caso dos estrangeiros de juízos de valor. Mas no caso do relato de Cunha Matos a temática das diferenciações raciais não é muito recorrente. A primeira referência que o autor faz aos negros diz: "*Saí então do rancho do Pasto da Boiada, onde em todo o decurso da noite houve um batuque (dança e toque de negros e mulatos) que não me deixou fechar os olhos.*"²¹

Em outras referências, estes vão aparecer geralmente ligados à imagem da prostituição:

"É incompatível o número de moças galhofeiras que povoam os ranchos desta vila; sitiam, combatem, vencem e despojam os desgraçados tropeiros, arreadores, tocadores, e os mesmos passageiros. Esta milícia de Vênus consta pela maior parte de raparigas pardas e pretas, que, durante a noite, em completa bacanália, não saem dos infernais batuques com que divertem e limpam as algibeiras dos desgraçados a que pescaram."²²

A questão da escravidão não é mencionada em momento algum.

As mulheres serão alvos constantes de sua curiosidade, sendo descritas minuciosamente com o intuito explícito de combater as impressões de clausura e isolamento aos quais eram confinadas, principalmente quando tinham em casa a presença de visitantes, tão divulgada pelos estrangeiros:

"A senhora do meu patrão mostrou-me a maior afabilidade; apareceu mui bem vestida logo que eu entrei em sua casa, e desmentiu perfeitamente o que dizem certos escritores que apresentam mais romances mentirosos do que histórias exatas sobre o Brasil, acerca da selvageria e falta de educação das senhoras mineiras, a quem eles desejariam ver a toda hora."²³

*"A mãe deste moço eclesiástico, que é uma senhora parda, apareceu-me logo muito bem vestida e carregada de cordões e breves de ouro. Mostrou-me a maior parte de sua casa, e também desmentiu a informação dada por alguns escritores estrangeiros, acerca da ocultação de todas as senhoras quando têm hóspedes. Eu nunca encontrei esse costume, ou ao menos não o praticaram comigo pessoas da melhor qualidade"*²⁴

A referência aos vadios também aparecem com freqüência na descrição das vilas e arraiais:

"...os ranchos de Barbacena, a Pafos de Minas Gerais, reúnem um tão grande número de vadios, cujo capital não passa de um manchete, bandurra ou

²⁰ Idem, p.235.

²¹ Idem, p.22.

²² Idem, p.25.

²³ Idem, p.24.

²⁴ Idem, p.32.

*viola, que bem poucas pessoas deixam de lamentar a perda de alguma cousa, a que estes cavaleiros de indústria podem lançar o olho, e imediatamente a mão.*²⁵

Muitas menções a ociosidade e a indolência como característica marcante dos habitantes (pobres) das Minas Gerais também serão recorrentes, como nos relatos dos estrangeiros:

*"Dous sítios estabelecidos em um campo, e mui cheios de árvores frutíferas há poucos anos plantadas, mostram que as campinas podem admitir cultura de arvoredo, no caso de se desterrar a ociosidade que muito impera em todo o Brasil, e principalmente nas Minas Gerais, em consequência da facilidade de subsistir, graças à generosidade e hospitalidade da gente mineira. Qualquer vadio que possui uma viola tem pão ganho sem trabalhar, e encontra muita gente que o deseja ter em casa."*²⁶

Os habitantes do sertão são assim descritos: *"A falta de cuidado no melhoramento das espécies dos animais é superior a toda a expressão; a falta de asseio nas cozinhas, pátios, currais, monjolos, é com efeito muito grande. Várias pessoas que podiam passar no meio da abundância, vivem na maior miséria voluntária."*²⁷

Geralmente estabelece relações mais diretas com os representantes da elite local, que são na maior parte das vezes seus hospedeiros. A eles, como fazem também os estrangeiros, são tecidos inúmeros elogios:

*"O capelão deste curato ou aplicação, filial de São Domingos do Araxá, é o Pe. Manuel Luís da Silva Alcobaça, eclesiástico de bom porte, moço e instruído, o qual teve a bondade de convidar-me para me arranchar na sua casa, e nela me tratou com distinção. Achei aqui mui bons livros tanto em matérias eclesiásticas e ciências divinas como nas ciências profanas, e conheci que o Sr. Alcobaça não os deixava existir em santo ócio."*²⁸

Conclusão

É importante ressaltar que no presente trabalho apresento uma análise preliminar de uma das fontes principais que serão utilizadas em um projeto mais amplo onde pretendo analisar sob uma perspectiva comparativa o relato acima apresentado e outros demais relatos de estrangeiros sobre a província de Minas Gerais.²⁹

Os relatos de viagem não são exclusivamente nem documentos históricos, nem literatura ficcional ou científica, mas sim um gênero próprio, produtor de diversos tipos de representações sociais. Tais representações não se caracterizam como discursos neutros, embora, no dizer de Chartier aspirassem *"a universalidade de um diagnóstico fundado na razão."* São na verdade determinadas pelo interesse dos

²⁵ Idem, p.25.

²⁶ Idem, p.49.

²⁷ Idem, p.66.

²⁸ Idem, p.58.

²⁹ Temática a ser desenvolvida em minha dissertação de mestrado que tem como título provisório: "Relatos de Viagem: um olhar sobre as Minas Gerais oitocentistas."

grupos que as forjam, demarcando sua maneira própria de estar no mundo. Daí a necessidade da vinculação destes discursos a posição dos grupos que as produziram.³⁰

Segundo Claudia Santos, tais obras caracterizam-se, sobretudo enquanto discursos. E devem ser entendidas como expressão das diversas relações ou dos diferentes diálogos estabelecidos entre o viajante e o tipo de viagem que realiza, o viajante e a sociedade local, o viajante e outros viajantes. O relato de viagem antes de fonte de informação é um acontecimento histórico.³¹ Daí a importância da investigação da trajetória biográfica de seus autores e de sua contextualização.

Partindo destes pressupostos identificamos a importância do relato de Cunha Matos enquanto contraponto da análise da literatura de viagem produzida por estrangeiros, na primeira metade do século XIX. Como podemos observar acima, sua obra possui concordâncias e dissonâncias relativas às características gerais encontradas nos relatos dos estrangeiros. Mas o principal elemento que os diferencia é o universo de pertença dos quais são procedentes, profundamente diversos. A obra de Cunha Matos é fruto da perspectiva de um militar e político português que faz opção por sua “nova pátria” (o Brasil), profundamente envolvido com o cenário político brasileiro no período em que o país efetivava-se enquanto Nação, forjando laços de pertença na tentativa de estabelecer um sentimento identitário que caracterizasse o “brasileiro”. Já os relatos dos estrangeiros, de um modo geral, resultam do desenvolvimento científico, traço marcante do século XIX; da fuga romântica, da curiosidade despertada pelo exótico e das exigências impostas pelo capitalismo, onde predominava o interesse na revelação das potencialidades brasileiras.³²

Referências Bibliográficas

BUNBURY, C.J.F. **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e a Minas Gerais: (1833-1835)**; tradução Helena Garcia de Souza; rev. da tradução José Augusto Garcia de Souza. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *"Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823-1826)"*. In: MATOS, R. J. da C. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas**

³⁰ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. p.16.

³¹ SANTOS, Claudia Regina Andrade. *La ville de Rio de Janeiro sous le regard des voyageurs français*. In: MOURA, Ana Maria S.e FILHO, Nelson de Sena (orgs). **Cidades: relações de poder e de cultura**. Goiânia: Vieira, 2005. p.50-52.

³² LEITE, I.B. op.cit., p.40.

províncias de Minas Gerais e Goiás. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins; Coleção Memória de Minas, 2004.

GUERRA, François- Xavier. *A Nação Moderna: nova legitimidade e velhas identidades.* In: JANCSÓ, Istvan (org). **Brasil: formação do estado e da nação.** São Paulo: HUCITEC, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da Viagem; escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses construção da unidade política. In: **Almanack brasiliense**, nº1, maio de 2005.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 328 p.

OLIVEIRA, Tarquínio J.B. "*Um soldado na tormenta*". In: MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837).** Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima. "*Representações do Outro na narrativa de viagem oitocentista*". In: **Cadernos de Literatura Comparada 8/9: Literatura e Identidades**, Orgs. Ana Luísa Amaral, Gonçalo Vilas-Boas, Marinela Freitas, Rosa M^a Martelo. Porto: Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, 2003. pp.67-76.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

Revista USP nº30 – Dossiê Brasil dos Viajantes. Jun/ Jul/ Ago 1996.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado.** Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822.** tradução revista e prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

_____. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais;** tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade. *La ville de Rio de Janeiro sous le regard des voyageurs français.* In: MOURA, Ana Maria S. e FILHO, Nelson de Sena (orgs). **Cidades: relações de poder e cultura.** Goiânia: Vieira, 2005.

_____. *Viajantes franceses e modelos de colonização para o Brasil (1850-1990).* In: **Revista do Mestrado de História**, v.1, Vassouras: Universidade Severino Sombra, 1998.

_____. *Charles Ribeyrolles ou a viagem política.* In: **Revista do Mestrado de História**, v.3, Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2000.

_____. *A viagem naturalista de Spix e Martius (Brasil, 1817-1820): entre a sociedade e o Estado.* In: SANTOS, Cláudia Regina Andrade (org). **Espacialidades.** Vassouras: LESC, 2004.

_____. **Les voyageurs français et les débats autour de la fin de l'esclavage au Brésil.** Tese de doutorado – Paris IV- Sourbone, 1999. Introdução.

_____. *Tempo e Desigualdade.* In: GEBRAN, Philomena. **Desigualdades.** Rio de Janeiro: LESC, 2003.

Spix & Martius. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820.** Trad. Lúcia Furquim Lahmyer. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. vol.1 e 2.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829);** tradução Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. vol.2.

Os Inimigos do Rei: Os esmoleiros da Santa Cruzada e a imagem do infiel nas Minas setecentistas

Cecília Maria Fontes Figueiredo
Mestranda em História/UFJF – Historiadora/ICHS/UFOP

A Bula da Santa Cruzada e a causa contra os infiéis

O peditário de esmolas é atividade antiga nas Minas, remontando às primeiras décadas da ocupação do rico território minerador. Tendo como referência a vila de Ribeirão do Carmo, os esmoleiros podem ser encontrados em diferentes tipos de fontes primárias, tanto para o século XVIII como para o XIX, visto que o ouro exerceu forte atração em cristãos – e não cristãos - d`aquém e d`além mar. Em meio às diversas categorias de esmoleiros, tão recorrentes em diferentes regiões do império ultramarino português, será destacada a ação dos tesoureiros e demais oficiais da Bula da Santa Cruzada nas Minas no século XVIII e seu papel no combate aos infiéis promovido pelo Estado português em defesa da cristandade diante da ameaça do Islão.

A Bula da Santa Cruzada tem sua primeira instituição no concílio de Latrão, quando foram concedidas graças e indulgências “a todos que tomando a insígnia da cruz se alistassem por soldados para a conquista da Terra Santa.”¹. Em Portugal e Espanha tais indulgências dos Lugares Santos de Jerusalém foram concedidas aos combatentes da “reconquista” por seu enfrentamento com o infiel que encontrava-se há muito tempo em seu território, como já constam de duas bulas anteriores de 14 de outubro de 1100, nas quais o papa Pascoal II proibia os cristãos da Península Ibérica de irem à Terra Santa, ordenando a volta dos que lá estivessem². Por tal enfrentamento, prerrogativas foram adquiridas pelos Estados Ibéricos junto aos papas, que passaram a arrecadar os benefícios financeiros da Bula a pretexto de uma guerra santa contra os mouros e sua expulsão da Península Ibérica³. Sendo trazida a Portugal por um legado pontifício a D. Duarte, em 1436 instituiu-se a Bula da Santa Cruzada com destinação e finalidade militar e belicosa na luta contra os mouros, sua expulsão de Portugal e, como ocorreu posteriormente, para “o subsídio dos nossos soldados da África, que armados sempre e em vela

¹ VIEIRA, Padre Antônio. “Sermão da Bula da Santa Cruzada, na Catedral de Lisboa. Ano de 1647”. In: *Sermões do Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Ed. Anchieta Ltda., 1943, vol. 1, pp. 961-1038, coleção Anchieta, reprodução fac-similada da edição de 1679.

² COSTA, Padre Avelino de Jesus da. “Bula da Cruzada”. In: SERRÃO, Joel (org). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, vol, II, pp 241-243.

³ REBELO DA SILVA, Luis Augusto. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, [1871], tomo V, pp 314-315.

naquelas fronteiras, defendem as portas de Espanha e da cristandade contra a invasão dos mouros”⁴. Este aliás, teria sido o motivo considerado pelos papas Gregório XIII e seus sucessores e “...hoje o Santíssimo papa Inocêncio X” para conceder as mesmas indulgências da Cruzada aos reinos de Portugal, apontado por Vieira no sermão. Ao referir-se aos soldados e ao soldo afirma que “este se paga pontualmente e se despende todo com os nossos soldados e cavaleiros da África, tão bem beneméritos da fé e da Igreja, esse é o fim para que os sumos pontífices concederam o subsídio da Bula”⁵.

Já no início do século XVI, o papa Leão X concedeu a Dom Manoel I o rendimento da Bula da Cruzada, avaliado em 400:000 cruzados sobre todos os rendimentos, além da terça sobre todas as rendas eclesiásticas, seguindo aos propósitos militares a que se destinavam, fortalecendo o expansionismo manuelino ainda imbuído da idéia da “grande cruzada” contra a Terra Santa⁶. Em 1578, o rei D. Sebastião, “varrendo os cofres sem perdoar aos dos estabelecimentos de caridade, impetrou de Gregório XIII, para socorro das armadas extraordinárias, a concessão da Bula da Cruzada⁷ que lhe foi outorgada por dois anos, absorvendo todos os seus rendimentos. Após o desastre que se seguiu e que fez milhares de portugueses cativos, o papa também concede as indulgências próprias do ano jubilar a todos que, de acordo com suas posses contribuísse para o resgate dos cativos. Como complemento à bula de 1578, estabelece-se o quantitativo das esmolas dos fiéis através do “*Pridem pro Rendimentis*”⁸ de 1584. Em 1591, começa a concessão regular e periódica da Bula da Cruzada em todas as conquistas e colônias portuguesas, cuja renovação seria de três em três anos. Entretanto, as concessões e o seu tempo de duração variou posteriormente de doze em doze anos com Leão XIII, de dez em dez anos com Bento XV e Pio XI, reduzindo-se a seis, no início do século XIX.

Os mecanismos institucionais da Santa Cruzada

Pelo que se observa, a Bula constituiu-se em uma importante fonte de receita para o Estado português a despeito da guerra santa, cabendo uma porcentagem para a fábrica de São Pedro. Para tratar da cobrança e administração das esmolas e de todos os assuntos referentes à Bula, foi instituído em 1591 o Tribunal da Junta da Cruzada, com jurisdição eclesiástica e civil, presidido pelo comissário-geral da bula, como juiz apostólico e desembargador da corte. O regimento é dado ao Tribunal em 10 de outubro de 1634, vigorando, com algumas alterações até 1851⁹. Embora tivesse o nome de donativo e

⁴ VIEIRA, Padre Antônio, *op. Cit.*, pp. 965.

⁵ VIEIRA, Pe. Antônio, *op. Cit.*, pp. 974-975.

⁶ COSTA, João Paulo de Oliveira e. “O império português em meados do século XVI”. In: *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, Vol. III, 2002, pp. 107.

⁷ REBELO DA SILVA, Luis Augusto. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, [1871], tomo V, pp 314-315.

⁸ OLIVEIRA, Padre Miguel de. *História Eclesiástica de Portugal*. 4ª ed., Lisboa: União Gráfica, 1968, pp. 196-198.

⁹ COSTA, Padre Avelino de Jesus da, *op. Cit.*, pp. 243.

fosse voluntário, pode-se observar que na prática imprimiu-se um caráter obrigatório à arrecadação da Bula da Santa Cruzada, sendo sua publicação anual e obrigatória, sendo as câmaras encarregadas de tal incumbência com as pompas e solenidades rituais requeridas sob determinação do comissário-geral.

Aspecto importante de seu funcionamento diz respeito ao estabelecimento dos valores diferenciados das esmolas, a serem pagas de acordo com a renda da população. Desse modo, fica definido em 1584, o quantitativo das esmolas dos "fiéis": os que tivessem 400\$000 réis de renda e daí para cima, seja de bem de raiz ou por ofício ou mercância, dariam 300 réis de esmola pela Bula cada ano; os que têm de 200\$000 a 400\$000 pagariam 200 réis. Todas as demais pessoas de qualquer qualidade e condição pagariam quatro vinténs por Bula. Finalmente, os que dariam somente dois vinténs, entre os quais, filhos de família que não tiverem a sobredita renda própria e separada de seus pais, obreiros, jornaleiros, mendigos, soldados que não têm outra vantagem além do soldo, viúvas, casadas com maridos ausentes e solteiras desde que, vivam tão pobremente que se sustentem de esmolas, do que ganharem por suas mãos ou de mercês de seus parentes¹⁰. Segundo este autor, do ponto de vista do Estado, o caráter obrigatório que se imprimiu à arrecadação da Bula, sugere uma forma de tributação em que se estabelece um "imposto progressivo sobre a renda" ao diferenciar os valores das "doações" de acordo com as posses do fiel. Eliminando o elemento espontâneo e voluntário da doação, o Estado mais uma vez se utiliza de instrumentos religiosos para prosseguir na sua política de muito arrecadar.

Como se vê, o produto e a finalidade da arrecadação visavam uma destinação militar para combate aos mouros e defesa dos territórios ibéricos diante da constante ameaça muçulmana a invadir a Europa por vários flancos. Por outro lado, os interesses portugueses há muito se voltavam para o norte da África, observando-se uma intervenção mais intensiva em regiões norte-marroquinas – o Algarve de Além-Mar. Posteriormente penetram as regiões meridionais, ricas produtoras de mercadorias como trigo, cavalos, panos, utilizados como moeda de troca "para resgate do ouro e dos escravos da Guiné"¹¹.

A manutenção das praças portuguesas no Marrocos cumpre os objetivos religiosos e econômicos da Santa Cruzada, proporcionando a Portugal a atuação no comércio de trigo e outros importantes produtos da região subsaariana. Contudo, parece que o montante arrecadado com as esmolas nem sempre chegou a seu destino e certamente houve muitos descaminhos, causando queixas na população do Reino. Em 1647, o padre Antônio Vieira, no sermão no dia da publicação da Bula em Lisboa, exorta os fiéis a despendarem a esmola, ainda que não descartando os fundamentos de tais queixas considerando-se o longo percurso que ia da doação nas inúmeras freguesias do Reino ao seu destino final nas praças de África. Vieira argumenta que ..."Da pureza das primeiras mãos em que se recebe, nunca houve nem pode haver dúvida. Mas, como passa por tantas outras e há tanto mar e sumidouros em meio, não sei se

¹⁰COSTA, Alcides Jorge. *História do Direito Tributário* I, fl. 6, WWW.acta-diurna.com.br/biblioteca/doutrina/tributário/doutr2c.htm.

¹¹ CRUZ, Maria Augusta Lima. "Mouro para os cristãos e cristãos para os mouros. O caso Bentafufa". In: *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, nº 3, 2002, pp 44.

poderá ser justificada a queixa comum¹². E acrescenta ... "que ainda que as esmolos se roubem, e se desencaminhem, e não se aplique ao fim para que se dão, o preço, e merecimento delas, e o prêmio que se promete a quem as dá sempre está seguro"¹³. O argumento busca justificar a doação na perspectiva do doador, em virtude das graças e indulgências a ele concedidas com a Bula. Com isto, independentemente dos maus usos e descaminhos que se pudesse fazer das esmolos, Vieira assegura que "o merecimento da esmola não consiste em que a comam aqueles para quem a dais, senão em que vós a deis para que eles a comam"¹⁴ ficando o prêmio absolutamente garantido.

Entretanto, não se pode deixar de observar a consideração do sermônista quanto a veracidade e fundamento de tais queixas. De fato, no que diz respeito à manutenção das praças mercantis do norte da África ainda no século XVI, já haviam sido perdidas pelos portugueses após a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué (1541) e evacuação de Safim, Azamor (1541) e Alcácer-Ceguer e Arzila em 1550, restando apenas Mazagão até o século XVIII. Estas perdas são reveladoras da fragilidade do sistema militar que, seguindo um modelo mais próximo das hostes medievais, necessitava de profunda reorganização. Sua incapacidade para conter a investida dos mouros nesse momento, torna-se memorável na cruenta e desastrosa derrota portuguesa na batalha de Alcácer-Quibir em 1578¹⁵. Neste aspecto a esmola da Bula tornar-se-ia improcedente aos olhos da população quando do sermão de Vieira. Aspecto mais revelador dos descaminhos da esmola do que sugere ser uma idéia recorrente é a referência às praças e soldados fantásticos já que "Pode acontecer, que não a comam, nem se sustentem com elas os soldados, para que está aplicada. E pode também acontecer, que em parte não haja tais soldados, porque há praças fantásticas. Mas ainda que a praça e o soldado seja fantástico, a esmola que se dá para seu sustento sempre é verdadeira, e o merecimento certo"¹⁶.

Nas Minas a insatisfação em relação à cobrança da Bula se manifestará em diferentes momentos, possibilitando observar que a população também apresentava resistência contra tal arrecadação, especialmente após a retirada de Mazagão, última praça portuguesa no Marrocos, em 1769, por ordem do marquês de Pombal, determinando o retorno dos habitantes portugueses ao Reino. Extinguiam-se, dessa forma a necessidade dos recursos para sua manutenção e defesa. A empresa militar e mercantil portuguesa no norte da África se mostrou insustentável, mesmo no discurso legitimador da guerra santa. Outra fonte da insatisfação advém do estado de pobreza em que vivia a maioria da população já esgarçada com a sobrecarga de tributos, pois como afirmou o bispo frei José da Santíssima Trindade ao referir-se à Bula ..."pois sei que alguns não podem tomar o formulário pela sua nímia pobreza, e outros pela declarada repugnância em contribuir com estas esmolos a que chamam pensões e tributos". De fato, a essa altura do século XIX, já se apregoava abertamente contra a Bula como fez o pároco do arraial de

¹² VIEIRA, *op. cit.*, pp. 975.

¹³ VIEIRA, *op. cit.*, pp. 980

¹⁴ VIEIRA, *op. cit.*, pp. 976.

¹⁵ COSTA, João Paulo Oliveira e. "O império português em meados do século XVI". In: *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, Vol. III, 2002, pp. 95-96.

¹⁶ VIEIRA, *op. cit.*, pp. 977-977.

Curral D'El Rei, levando à repreensão do bispo por parte do comissário geral.¹⁷ Tal fato é elucidativo de determinada opinião que se tinha de tal esmola entendida como um tributo, nas palavras do bispo, absolutamente distinta das argumentações religiosas do confronto e da defesa da cristandade contra o infiel, e das motivações pias e da causa santa alegadas pela coroa.

Outra configuração das insatisfações se dá em diferentes níveis de relacionamento e de tensões que se estabeleciam entre os oficiais encarregados da publicação e arrecadação da Bula – comissários, tesoureiros mor e menor. E entre estes e as demais autoridades civis e religiosas a quem se submetem ou com as quais se relacionam, empreendendo um jogo no qual as disputas por demarcações hierárquicas entre os agentes do poder opera no campo dos privilégios e no campo das representações, permeado de liturgias e rituais. Evidenciam-se também redes de solidariedades e favorecimentos, legitimadas por organismos institucionais que permitem vislumbrar as estruturas de seu funcionamento e reprodução. Estabeleceram-se os instrumentos reguladores das atividades dos oficiais da Bula, desde sua nomeação por provisão régia até a hierarquização dos cargos e funções no âmbito das freguesias e bispados, visando também exercer o controle sobre os valores arrecadados com a publicação anual ou com as rendas que lhe cabiam advindas do Fisco Eclesiástico¹⁸. Aspecto essencial é a incorporação gradativa de outros privilégios definindo sua posição hierárquica na sociedade e entre outros tipos de esmoleiros e ampliando seu leque de prerrogativas e isenções. Em uma sociedade nos moldes do Antigo Regime, estruturada com base na consideração e prestígio, na qual a posição numa hierarquia rígida é definida segundo a posse de títulos, direitos e formas específicas de tratamento, tais privilégios são essenciais também para a mobilidade e amplitude horizontais, a partir de redes clientelares e/ou familiares que se estabelecem¹⁹. Desse modo têm-se a sociedade na qual a estratificação não se dá somente em função dos níveis de fortuna ou das barreiras jurídicas que definiam estatutos. Para além desses fatores “Sua segmentação se baseava também na existência de culturas, de estratégias de sobrevivência, de formas de consumo diferentes”²⁰. Cabe ainda considerar que o conjunto de ações e hierarquias se reproduzem conflitantemente dentro das limitações dos sistemas normativos, sendo que a realidade normativa oferece possibilidades de interpretações e liberdades pessoais já que se entende toda ação social como resultante de constantes negociações, conflitos, estratégias e lutas²¹.

¹⁷ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM – Carta do bispo D. frei José da Santíssima Trindade ao ministro de Estado sobre as queixas do tesoureiro da Bula da Santa Cruzada, 23/06/1822. Alvarás, Informações e Alguns Registros – 1789. Armário VII, prateleira 4, fls. 40-41 v.

¹⁸ Rodrigues, Flávio Carneiro. “Os relatórios decenais dos bispos de Mariana enviados à Santa Sé”. In: *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Mariana, Editora Dom Viçoso, nº 3, 2006, pp. 82.

¹⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 4ª Edição, Lisboa: Arcádia, 1980, pp. 71-72. Para uma abordagem distinta da do autor ver SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a Sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁰ LEVI, Giovanni. “Antes da revolução do consumo”. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escalas*. A experiência da micro-análise. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 211.

²¹ LEVI, *op. cit.*, pp. 135.

O Inimigo Infiel e as Raças Infectas

As belicosas relações dos ibéricos contra os mouros em defesa da cristandade e também de suas praças mercantis no norte da África se faz presente na realidade nas Minas setecentistas pelas ações dos oficiais da Bula em virtude da publicação anual e cobrança da esmola. É também recorrente na “luta entre mouros e cristãos” fartamente representada nas cavalcadas que se realizavam em importantes festas oficiais promovidas nas vilas e arraiais mineradores. O “combate” que se trava não dispensa os incitamentos e insultos, culminando, invariavelmente com a vitória cristã. No Brasil colonial e nas Minas, tais inimigos, embora se mostrassem remotos e distanciados da realidade, eram fortemente constitutivos do universo cultural lusitano e católico que para cá migrou com a colonização e com a rápida ocupação das regiões mineradoras. Nas representações eu se forjaram nos discursos oficiais de bispos, papas e reis, ao longo de séculos de uma interminável guerra contra o infiel, pode-se corroborar “as ambigüidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais”. Difusamente, configura-se um universo de representações de si e do outro, pautado na rejeição de qualquer forma de alteridade religiosa, tão peculiar ao cristianismo em geral. O exercício do poder simbólico que consiste na dominação efetiva pela apropriação dos símbolos, garantindo a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio²² parece ser uma chave interpretativa profícua para compreender a perpetuação da imagem do inimigo que foi construída e modificou-se também no nível das representações simbólicas.

Por longo tempo, os Estados ibéricos, após reconquistarem a Península das mãos dos mouros, prosseguem em seu ideal de defesa religiosa da cristandade e empreendendo uma “nova cruzada” contra os infiéis, que agora se encontram ameaçadoramente no norte da África. Muitos cristãos vivem sob a real ameaça dessa presença dos mouros pelos freqüentes ataques e rapinas que os vitimavam e que levavam, quase invariavelmente ao cativeiro. Em Portugal muitas ordens de esmoleiros seguem propagando seu combate aos inimigos da verdadeira fé. Inimigo inaceitável em seu particularismo, recalcitrante em sua conversão. Sempre ameaçador, portanto. O crescente poder dos otomanos no Mediterrâneo ocidental e os claros indícios de contatos dos mouriscos com seus correligionários intensificaram ainda mais o temor do “inimigo interno”. Na Espanha os mouriscos eram considerados malévolos pois conspiravam com os inimigos externos.

A tensa convivência entre mouros e cristãos, no tênue equilíbrio entre as duas fés, ganha novas dimensões com a intensificação da ação inquisitorial em Portugal e Espanha, visando vencer a resistência de mouros e impor uma cultura cristã unitária contra os inimigos de Cristo. Estes, desde que as autoridades cristãs não comprometessem sua identidade social e religiosa permaneciam aparentemente

²² BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 5, 1985, pp. 299.

pacíficos, já que muitos acreditavam que o domínio cristão não duraria para sempre²³. O incômodo causado nos cristãos por tal atitude tornava-se insustentável pois os mouros mantinham-se resistentes em seus trajes, língua e comportamentos, o que lhes permitia manter sua identidade distinta. Editos foram publicados visando obliterar as distinções que delineavam sua estrutura social. Das inúmeras imposições do decreto de 1566 na Espanha, as mais ameaçadoras referiam-se à proibição de todos os nomes e sobrenomes islâmicos e de todos os registros de linhagem, bem como a proibição da produção de documentos em árabe ou uso da língua árabe. O acirramento das tensões após a expulsão de Granada e de outras que se seguiram, faz com que os Estados Ibéricos busquem soluções visando a extirpar a convivência com os mouros em seus territórios. A relutância na conversão, a insistência nos costumes, além de seus contatos com muçulmanos estrangeiros, tornavam sua permanência ainda mais ameaçadora.

O temor não infundado dos vínculos dos mouros com os inimigos muçulmanos fez com que Felipe II se reunisse com seus conselheiros em Lisboa no ano de 1580, na tentativa de uma solução completa e permanente. Entre as propostas sugeriu-se que se colocasse a população mourisca em velhos navios que seriam postos a pique, o que não foi aceito por dificuldades logísticas. Também propôs-se os trabalhos nas galés para serviço do Estado, assim como a castração de homens, meninos e mulheres adultas, arrastando-se a busca até a expulsão de 1612-1614, quando prevaleceram argumentos fortemente baseados na raça²⁴. Para o erudito Pedro Aznar Cardona os mouriscos eram "uma pestilência, vis, negligentes e inimigos das letras e das ciências; criam seus ilhós como animais sem nenhuma educação; são estúpidos e seu linguajar é rude, sua linguagem impura e seus trajes ridículos"²⁵... Jean Delumeau, em importante estudo sobre a história do medo no ocidente identifica aqueles que realmente se sentiram ameaçados por mouros e muçulmanos e que, por isso, de algum modo mobilizaram esforços contra o inimigo. Seriam as populações diretamente em contato com a violência muçulmana e com suas invasões geo-estratégicas. Por outro lado têm-se, num plano geral, os homens de Igreja para quem a religião cristã estava em perigo²⁶. O sentimento de que a cristandade estava sitiada, são sobretudo os homens da Igreja que o experimentam. Acrescentaríamos também, os Estados cristãos diretamente ameaçados, para os quais a conquista ou a manutenção de seus territórios era crucial para conter o avanço do Islã no território europeu. Assim, Estado e Igreja prosseguem difundindo o antigo ideário das cruzadas em práticas e discursos, disseminando a devoção a Nossa Senhora do Rosário, grande responsável pela vitória cristã em Lepanto. Nas regiões da Europa onde a ameaça de invasões se mostrava mais remota, os inimigos também se mostravam outros. Em outras frentes de conflitos a cristandade enfrenta profunda

²³ WHEATCROFT, Andrew. "Ervas Daninhas". In: *Infieis*. O conflito entre a cristandade e o Islã – 638-2002, pp. 171-173.

²⁴ WHEATCROFT, Andrew, *op. cit.*, pp. 178.

²⁵ *Idem*, pp. 180.

²⁶ DELUMEAU, Jean. "Os Agentes de Satã: idólatras e muçulmanos". In: *A História do Medo no Ocidente – 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 271.

crise deflagrada com a reforma protestante, para a qual o concílio tridentino buscava uma tardia e ferrenha reação.

Quanto aos fiéis, afeitos ao imaginário religioso, imbuídos do medo da morte em condições adversas e da condenação perpétua, do desejo de uma vida eterna no paraíso celeste, buscavam um “salvo-conduto” nos meios acessíveis para a salvação, não obstante quaisquer pecados que possam ter cometido. Como se verifica, a esmola da Bula era dada objetivando exclusivamente a obtenção de favores espirituais, uma vez que “os lobos, o mar e as estrelas, as pestes, as penúrias e as guerras são menos temíveis do que o demônio e o pecado, e a morte do corpo menos que da alma”²⁷. Esse aspecto remete para a outra face do peditório e que compõe a dinâmica da relação dar e receber, levando às motivações e aos sistemas de valores que impelem o fiel ao ato da doação. Independentemente do aspecto oficial, no caso da bula da Santa Cruzada, ou das ordens régias impondo às câmaras doações de esmolas para alguma causa santa, pode-se considerar o fato de em grande medida a doação se fazer voluntariamente e de forma espontânea. Regida por visões do mundo com seus diferentes temores, que prolongam certas representações e que motivam tal comportamento, as populações são movidas pelo temor e pelo espírito de penitência e piedade.

Sob o ponto de vista da salvação, quando da publicação da Bula ocorrida em Toledo em 1483²⁸, são enunciadas as graças alcançadas e os pecados passíveis de absolvição ao portador de uma “bula” na qual constava o nome do doador e o valor doado. O papa Sixto IV outorga a todos os fiéis cristãos, homens e mulheres que dessem e pagassem certa quantia para a guerra santa contra os inimigos da santa fé católica, a plenária remissão e indulgência de todos os seus pecados. Era também uma prerrogativa do fiel a escolha de um confessor, clérigo ou religioso que poderia dar a absolvição para os crimes e excessos, horas não rezadas, simonia, pecados confessados ou não, para crimes e excomunhões cuja absolvição cabia à Santa Sé. Essa remissão plenária só não se aplicava nos casos de conspiração contra o pontífice romano e contra a sé apostólica, de agressão ao bispo ou assassinato de clérigo de ordem sacra, ou qualquer impedimento contra a publicação e execução das indulgências da Bula e contra sua guerra santa.

Agruras e privilégios do Peditório

Ao que parece, pedir não constituía tarefa fácil. Não obstante os privilégios de que gozavam os pedidores, fazê-los valer podia requerer alguns esforços. Pelo que consta, tampouco os privilégios se aplicavam igualmente às diferentes ordens de pedidores. Muitos se queixavam para que se fizesse valer seus

²⁷ Dentre os muitos medos que assombraram a população europeia nesse período, o medo da condenação da alma é, em última análise o medo de satã e seus tradicionais agentes (mouros, turcos, judeus, heréticos e feiticeiras, etc.). DELUMEAU, Jean. “Introdução: O historiador em busca do medo”. In: *História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 11-37.

²⁸ *Transcripción de un facsimil de la Bula de la Santa Cruzada editada en Toledo, en la imprenta del monasterio de San Pedro Mártir, por privilegio concedido por los Reyes Católicos, año de 1483*. http://usuarios.advance.com.ar/pfernando/docsIglMed/Bula_de_la_Santa_Cruzada.html, pp1-3.

privilégios, ou citavam a inexistência deles como fator de prejuízo para as causas de seus conventos. No registro dos privilégios de Síndico da Terra Santa, passada a Inácio da Fonseca da freguesia de São Sebastião, consta o parecer do provincial de Santo Antônio do Brasil ao rei, posto que “naquelas partes padecem os seus conventos muitas faltas, por recusarem muitos o ofício de Síndico dos tais conventos, por não terem privilégios nem isenções”²⁹. O mesmo ocorria com outros pedidores e zeladores das esmolos, sempre clamando por mercês ou pelo cumprimento de seus privilégios. Também os mamposteiros menores da Bula há muito se queixavam para que se guardasse seus privilégios, por não terem do cargo emolumento algum, o que acarretava grande prejuízo para o rendimento da dita cruzada, por não ter quem quizesse se encarregar dela³⁰. Nesse aspecto, uma referência constante são os privilégios dos mamposteiros maiores e menores, oficiais e mais ministros da Bula da Santa Cruzada, os quais todos pretendiam por merecer mercê. Nestes incluem-se os privilégios que gozam os mamposteiros dos cativos, além dos citados no Alvará de 1692, pelo qual as pessoas envolvidas nos negócios da dita Bula não seriam obrigados nem constrangidos a servirem nenhum outro cargo ou ofício do Conselho, nem iriam à guerra contra sua vontade. Em outro Alvará do mesmo ano destinado aos tesoureiros e mamposteiros da Cruzada, El Rei determina que se lhes guardem os privilégios, ainda que tenham de seu duzentos mil réis, ou mais.

Valendo-se de tais privilégios, signo de distinção nas sociedades nas quais predominam as relações de poder em que “o universo político, marcado pelas redes clientelares, estruturava-se com base na concessão de benefícios, que se instituíam valendo-se de regras bastante precisas de conduta...”³¹, é que os esmoleiros colhiam alguma forma de benefício diante de situações do cotidiano, isentando-se de obrigações ou constrangimentos que, muitas vezes se aplicavam a outros. Além dos encargos e ofícios do Conselho, quais sejam, juízes, vereadores, procuradores, almotacés ou recebedores de sizas, estavam também desincumbidos de serem tutores, curadores, ou de darem pouso às autoridades em suas casas de morada, adegas ou estrebarias. Também não lhes seria tomada coisa alguma contra sua vontade, roupas de cama, alfaias de casa ou bestas de sela “...nem lhe tomem seus obreiros para nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição que seja...”³². Estes são apenas alguns dos privilégios enunciados no documento e que denotam a tessitura de relações de poder e de hierarquização social nem sempre

²⁹ AHCMM, código 573, “Registro dos Privilégios tal qual os Síndicos da Ilha da Madeira, de acordo com cópia da Provisão Real, apresentada por Inácio da Fonseca”, 27/08/1776, fl. 88 v, 90.

³⁰ AHCMM, código 705, “Alvará por onde se manda que se guardem os privilégios da Cruzada”, documento impresso, 10/02/1692, fl. 19.

³¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio* – a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1998, pp. 49 e ss.

³² AHCMM, código 705, “Privilégio de que gozam os tesoureiros, escrivães e mais ministros da Bula da Santa cruzada”, fl. 19-21 v, documento impresso. Em geral isto se aplicava a outras categorias de privilegiados e não somente aos pedidores de esmolos. Os privilégios das cartas de jogar rezam que “não se tomarão as suas casas para as dar a outras pessoas, posto que sejam privilegiados... nem lhe serão tomadas adegas, celeiros e cavalarias, nem da mesma maneira roupa, pão, vinho, azeite ou outra alguma coisa contra a sua vontade”. Código 573, “Registro dos privilégios das cartas de jogar de Manuel Francisco Machado, de Antônio Pereira”, 16/08/1776, fl. 67-69.

pautadas na fortuna pessoal. As "causas" da santa religião, elas próprias hierarquizantes, honram e, de certo modo, sacralizam todos com elas envolvidos.

Bibliografia de referência

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "A evangelização numa só colônia". In: *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico-Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos Vícios*. Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico – Esboços de História*. 4ª Edição, Lisboa: Livraria Clássica Editora/A.M. Teixeira & C.A, 1978.
- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332, v. 5, (Anthropos-Homem).
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- COSTA, João Paulo de Oliveira e. "O império português em meados do século XVI". In: *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, vol. 3, 2002, pp 87-121.
- COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média*. Um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998, 313 p.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. "Mouro para os cristãos e cristão para os mouros. O caso Bentafufa". In: *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, vol. 3, 2002, pp. 39-63.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente – uma cidade sitiada (1500/1800)*. Trad. de Maria Lúcia Machado; trad. das notas Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos Homens – do amor e outros ensaios*. Trad. de Jonatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINHA, Antônio Dias. *Os Portugueses em Marrocos*. Tradução de Abdel Suisse., 2ª edição, Lisboa: Instituto Camões, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 25ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio – a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira*. Nove reflexões sobre a distância. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. "A Estrutura Social do Antigo Regime". In: *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 4ª Edição, Lisboa: Arcádia, 1980.

GODOY, José Eduardo Pimentel de e MEDEIROS, Tarcísio Dinoá. *Tributos, Obrigações e Penalidades Pecuniárias de Portugal Antigo*. Brasília: Ministério da Fazenda/Escola de Administração Fazendária, 1983.

HERMANN, Jacqueline. "História das Religiões e Religiosidades". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 329-352.

MENDES, Isabel Maria Ribeiro. "Alguns Elementos para o Estudo dos Cativos Algarvios no século XVII". In: *Cadernos Históricos II*, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 2001, p. 53-59.

OLIVEIRA, Padre Miguel de. *História Eclesiástica de Portugal*. 4ª edição, Lisboa: União gráfica, 1968.

REBELLO DA SILVA, Luis Augusto. Luxo, Superstições, Festas Oficiais e Religiosas". In: *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, [1871], tomo V.

RIBAS, Rogério de Oliveira. "O Islã da diáspora: práticas religiosas mouriscas em Portugal nas fontes inquisitoriais quinhentistas". In: VAINFAS, Ronaldo, FEITLER, Bruno e LAGE, Lana (orgs). *A Inquisição em Xequê*. Temas. Controvérsias. Estudos de caso. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2006, pp.213-224.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. "Os relatório decenais dos bispos de Mariana enviados à Santa Sé". In: *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Mariana: Editora Dom Viçoso, nº 3, 2006.

SÁ, Isabel dos Guimarães. "A História Religiosa em Portugal e no Brasil: Algumas Perspectivas (Séculos XVI-XVIII)". In: ARRUDA, José Jobson e FONSECA, Luis Adão (Org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru: Edusc-Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, p. 29-54.

SERRÃO, Joel (org). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. VI, 1981.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro - a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *O Sol e a Sombra*. Administração na América portuguesa no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. "História da Cultura e da Religiosidade". In: ARRUDA, José Jobson e FONSECA, Luis Adão da (Org). *Brasil-Portugal – História, agenda para o milênio*. Bauru: Edusc, 2001, p. 75-80.

VAINFAS, Ronaldo. "História das Mentalidades e História Cultural". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1237-162.

VIEIRA, Padre Antônio. "Sermam da Bulla da S. Cruzada, na Catedral de Lisboa. Ano de 1647". In: *Sermões do Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Editora Anchieta Ltda., 1943, vol. 1, coleção Anchieta, reprodução fac-similada da edição de 1676.

WHEATCROFT, Andrew. *Infiéis*. O conflito entre a cristandade e o Islã – 638-2002. Tradução de Marcos José da Cunha. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

Mariana, maio de 2007.9

A GUERRA DO PARAGUAI E AS MODALIDADES DE MOBILIZAÇÃO MILITAR

César Eugenio Macedo de Almeida Martins

Mestrando em História do PPGHIS/UFJF

O presente trabalho refere-se às pesquisas feitas para a elaboração do segundo capítulo da Monografia por mim desenvolvida para obtenção do título de bacharel em História pela Universidade Federal de Viçosa¹. Novas leituras e outros olhares, atualizados pela Nova História Militar, também colaboram para a execução destas próximas linhas. Os documentos e os exemplos aqui utilizados referem-se aos ofícios, cartas oficiais, correspondência e relatórios da Província de Minas Gerais.

A Guerra do Paraguai marcou de maneira decisiva a História do Brasil e dos países que participaram desse conflito. Tal guerra causou danos irreversíveis para todas as nações que nela se envolveram. Antes mesmo da guerra conta o Paraguai (1865-1870) já existiam sérios conflitos na região do Prata, disputas territoriais e políticas que se desenrolavam desde o tempo das missões colonizadoras de Portugal e Espanha.

A Guerra do Paraguai foi um assunto muito tratado na historiografia militar tradicional, pois por muitos anos foi objeto e instrumento de formação do sentimento patriótico e de nação, fundamental na construção da imagem da República Brasileira e do Exército Brasileiro como instituição forte e organizada. Seguindo esta visão mais conservadora, muitos autores "romancearam" a guerra, seu desenrolar e suas conseqüências. Heróis e mitos foram forjados e elevados ao "Altar da Pátria" com lugar privilegiado no "panteão nacional" (perspectiva militar). Alguns autores, preocupados no projeto de construção do Estado brasileiro e do sentimento ufanista, característico dos republicanos, deram cunho folhetinesco às ações passadas em terras paraguaias. Para muitos, a origem da guerra estaria condicionada à ambição desmedida de Francisco Solano López e seu caráter ditatorial e autoritário.

Alguns estudos, a partir dos anos 1980 (historiografia econômica), deram uma outra interpretação para a guerra, desarticulando o julgamento "sanguinolento" de Solano López (diferentemente da visão militar tradicional). Ao analisar o aspecto social e econômico, concluíram que a explicação do conflito estava relacionada ao posicionamento imperialista inglês. Neste sentido, tais pesquisas concluíram que a Inglaterra fora o grande inimigo do Paraguai.

Atualmente, outras interpretações são atribuídas ao conflito, ampliando para além de uma visão estrutural e econômica as causas da guerra. Várias releituras foram e são feitas para tentar desvendar

¹ MARTINS, Cesar E. M. A (2004). **O recrutamento militar na Província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)**. Monografia. Viçosa: UFV; DAH, 2004.

esse período da história da América do Sul. De acordo com Ricardo Salles², o conflito estava relacionado com os diferentes processos de formação nacional por que passavam os países envolvidos, além dos interesses geopolíticos e econômicos na região platina. Seguindo essa análise, as questões que envolveram a guerra são conseqüências de conflitos internos e do jogo de interesses entre os países que margeavam os rios que formam a Bacia do Prata.

Segundo Francisco Doratioto³, o ataque paraguaio à Mato Grosso causou indignação por parte do Império do Brasil, visto como ato traiçoeiro e injustificável, pois Brasil e Paraguai mantinham relações "cordiais". Solano López planejou uma "guerra-relâmpago", um ataque rápido e maciço. Porém, seu plano não se concretizou, uma vez que esteve sozinho na tentativa de invadir o território brasileiro. O Brasil, invadido pela República do Paraguai, foi surpreendido pela ocupação das tropas inimigas, o que evidenciou sua vulnerabilidade e seu fraco sistema de proteção na área de fronteira, bem como (no desenrolar dos primeiros episódios da guerra) o seu despreparado e desorganizado exército. Isto se revela pela insuficiência de forças capazes de retirar o inimigo da Província de Mato Grosso logo após a invasão⁴. Dessa forma, o ataque paraguaio ao território brasileiro demonstrou o despreparo das forças imperiais e o erro logístico de Solano López que desejava uma "guerra- relâmpago", o que impulsionou o desarticulado Império do Brasil a constituir um exército organizado e regulamentado.

A Guerra do Paraguai expôs a fragilidade militar brasileira, sendo, porém, o Império capaz de superar essa fragilidade, mobilizando suas tropas em direção ao *front* de guerra no esforço de incorporação de homens para o conflito. O confronto que pareceu ser breve, arrastou-se até 1870. A situação delicada e emergencial da guerra contra os paraguaios "desarticulou" as redes de proteção pessoal (clientelismo) estabelecidas desde o século XVIII. Tal fato contribuiu para que estabelecesse uma crise na prestação do serviço militar, agravada ainda mais pela resistência e pelas dificuldades de imposição do poder central nas instâncias periféricas (interior/locais)⁵. A dificuldade para recrutar somada às condições emergências da guerra transformaram o recrutamento em uma verdadeira "caçada humana"⁶.

A campanha brasileira foi caracterizada por uma série de improvisações, desorganização e irregularidades de todos os tipos, tanto na frente de guerra quanto na mobilização interna para a batalha⁷. A insuficiência de recursos humanos no exército forçou o Governo Imperial a criar novos meios de incorporação militar na tentativa de suprir as necessidades das fileiras na campanha contra o Paraguai.

² SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: memória e imagens**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003. p.8.

³ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴ Ibidem. p.97.

⁵ KRAAY, Hendrik. **Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil**, *The Americas*, v.55,n.1, 1998a.

⁶ MENDES, Fábio Faria.. **O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1997. p. 105.

⁷ Ibidem. p. 211.

A mobilização imediata se caracterizou pela formação dos Corpos de Voluntários da Pátria. Segundo Zildete Martins⁸, esse corpo foi criado em 7 de janeiro de 1865, pelo Decreto número 3371, que previa em sua constituição a inclusão de cidadãos entre 18 e 50 anos, que receberiam 500 réis diários, uma gratificação de 300 mil réis ao darem baixa no final da guerra e um prazo de terras de 22.500 praças quadradas nas colônias militares e agrícolas. A convocação dos Voluntários da Pátria para a guerra foi imediata como demonstra a circular de 4 de janeiro de 1865, do então Presidente da Província de Minas Pedro de Alcantra Cerqueira Leite a todos os Comandantes Superiores dos corpos e câmaras:

Circular – Palácio a 4 de janeiro de 1865 – Pela circular do Ministro dos Negócios da Justiça datada de 26 de Dezembro do anno passado foi ordenado à esta Presidencia que se promovesse com a maior efficacia a criação dos Corpos de Voluntários nesta Provincia em auxilio do Exercito, e armado para desaffrontar se os agravos feitos ao Império pelas Repúblicas do Uruguai e Paraguai.

A Presidencia da Provincia escolhe V. para no distrito de seu Comando designar em cada Freguesia pessoas, que voluntariamente se oferecerem para tão nobre fim.

De seu patriotismo espera a Presidencia que nesta deligencia empregam todos os meios possiveis para que a nossa Provincia corresponda aos (SIC) do Governo Imperial em salvar a dignidade nacional e que com isto prestará V.^a Patria mais um importante serviço, como todos nós lhe devemos.⁹

Para Ricardo Salles: "o decreto era uma tentativa de efetivamente motivar o povo a participar do esforço de guerra, seja através do incentivo ao voluntarismo, seja através de recompensa àquelas que viessem a participar do conflito"¹⁰.

Os Corpos de Voluntários da Pátria representou a primeira das inovações institucionais induzidas pela crise no Paraguai no campo da prestação militar para o serviço extraordinário de guerra¹¹. A criação dos Voluntários da Pátria e seu uso na guerra tem sido objeto de um grande debate historiográfico. Enquanto alguns autores se posicionam de maneira idealista acerca dos Voluntários da Pátria, outros já interpretam sua criação como um disfarce ideológico para a prática desmedida do recrutamento (principalmente escravos alforriados)¹².

Segundo Jorge de Sousa¹³, o uso dos Voluntários da Pátria, na perspectiva militar tradicional, era a solução para o preenchimento das linhas de combate uma vez que Guarda Nacional resistiu ao recrutamento. Dessa forma, percebe-se toda a construção de um sentimento de patriotismo e de coragem, anulando a idéia de resistência e a característica "substitutiva" do escravo. Para o autor, os

⁸ MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. **A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia . Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983.

⁹ Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial (SP): Códice SP. N.1112.

¹⁰ SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Op.cit. p. 82.

¹¹ MENDES, Fábio Faria. **O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Op.Cit. p.222.

¹² Ibidem. p. 223.

¹³ SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Manuad: ADESA, 1996.

Voluntários da Pátria não se engajavam no exército voluntariamente, sendo obrigados a servirem como recrutas, Guardas Nacionais destacados, escravos libertos, entre outros. Essa denominação foi criada pela história militar tradicional, para criar um elemento de mobilização para a construção patriótica.

Não se pode negar, porém, que a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria esteve intimamente ligada à grande onda de entusiasmo, alimentada pela suposição de que a guerra seria breve e fácil¹⁴. De acordo com Francisco Doratioto, no primeiro momento da guerra, os Voluntários da Pátria, além de suprir as devidas necessidades de contingente, estavam imbuídos de um sentimento nacionalista: "na realidade, enquanto a elite, representada pela Guarda Nacional, resistia a ir para a guerra, no setor popular houve entusiasmo patriótico para preencher os corpos de Voluntários da Pátria"¹⁵.

Vitor Izecksohn, em um artigo em que compara a resistência ao recrutamento durante as guerras civil norte americana e do Paraguai, descreve o primeiro momento da guerra como uma "corrente de fogo elétrico", o que significava o sentimento de atração que impulsionava os combatentes ao campo de batalha¹⁶.

Podemos perceber, que, em um primeiro momento, houve um entusiasmo espontâneo, resultado de uma reação imediata devido à invasão inimiga em território brasileiro. Quando as notícias da guerra são assustadoras, muitos possíveis voluntários resistem ao recrutamento, havendo a diminuição da participação desse corpo na guerra. Os acontecimentos trágicos das primeiras batalhas contra o Paraguai, influenciaram diretamente a resistência dos Voluntários da Pátria. Vitor Izecksohn define essa idéia afirmando que:

Se o entusiasmo popular tinha sido a marca dos estágios iniciais do recrutamento brasileiro, sua abrangência parece ter sido superdimensionada, pois deserções foram comuns desde o princípio, crescendo no decorrer da guerra. O fogo elétrico já não queimava com a mesma intensidade¹⁷.

A crise gerada pela guerra contra o Paraguai inseriu a Guarda Nacional na mobilização militar no intuito de complementar as tropas. Em julho de 1865, o Governo tomava medidas mais drásticas para preencher a insuficiência dos voluntários, destinando parte da Guarda Nacional para a frente de batalha¹⁸. Para Jorge de Sousa, o destacamento da Guarda Nacional para o serviço de guerra "quebraria"

¹⁴ MENDES, Fábio Faria. **O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Op.Cit. p.224.

¹⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. Op.Cit. p.116.

¹⁶ IZECKSOHN, Vitor. **Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860**. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, n. 27,2001. p.3.

¹⁷ Ibidem. p. 5.

¹⁸ MENDES, Fábio Faria. **O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Op.Cit. pp. 237-238.

a sua posição privilegiada: "O corpo elitizado dos Guardas Nacionais, agora, via-se 'menosprezado', nas mesmas condições que os praças do Exército"¹⁹.

Diferentemente dos Voluntários da Pátria, a Guarda Nacional, mesmo participando desde o início da guerra, não demonstrou o mesmo ardor de combate, uma vez que era controlada por elites regionais, assegurada por relações clientelares, redes de proteção e isenção do recrutamento já estabelecidas. De acordo com Vitor Izecksohn, a Guarda Nacional passou a ser destinada para o teatro de guerra, o que levou a uma alteração profunda e a uma crise dessa instituição²⁰.

A Guarda Nacional foi formada para exercer funções de segurança pública e manutenção da ordem e da paz, tendo caráter regional, sendo comandadas por ilustres locais. Nela se alistaram todos os cidadãos de 18 a 60 anos de idade, que tivessem renda mínima de 200 réis anuais²¹. Criada em 1831 como substituta das antigas milícias e ordenanças, a Guarda Nacional, antes da guerra, era utilizada na escolta de recrutas, na proteção e segurança das fronteiras, mas nunca efetivamente em solo inimigo. De acordo com Francisco Doratioto:

A guarda era composta por 440.972 homens, subordinados a 239 comando superiores, sendo 48.607 na cavalaria, 6.474 na artilharia, 310.585 na Infantaria e, na reserva, 75.306. Apesar da sua grandeza, esses números não se traduziam em força militar real, pois os guardas nacionais, embora considerados auxiliares do Exército, em caso de guerra, eram despreparados para o combate, pois desempenhavam apenas funções parapoliciais interna²².

Em 12 de janeiro de 1865, o governo imperial destinou 14.796 soldados da Guarda Nacional para frente de batalha, pelo Decreto 3.383. De acordo com a Lei 602, de 19 de setembro de 1850, dado ao caso de rebelião e invasão repentina do território, tropas da Guarda Nacional deveriam auxiliar o exército de linha. Tal Lei é pertinente a um ofício de convocação para a guerra de 7 de setembro de 1865, que destinava e encorajava a Guarda Nacional a escoltar os Voluntários da Pátria até a fronteira inimiga: "BRIOSIA GUARDA NACIONAL ! – Segui os Voluntários da Pátria, porque para vós também é sem fixação de praso as palpitantes vantagens do decreto n. 3371 de 7 de Janeiro"²³.

A insuficiência do recrutamento forçado e a diminuição do fluxo de voluntários promoveram uma situação emergencial. Tal situação levou o governo imperial a destacar a Guarda Nacional para o combate, principalmente em 1867-1868 (ver na TABELA 1), anos decisivos para o Brasil na guerra.

O despreparo e a desorganização do exército regular no Brasil refletiam a dificuldade de se criar uma força disciplinada e centralizada capaz de desempenhar funções de defesa e de mobilização

¹⁹ SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. Op.cit. p. 58.

²⁰ IZECKSOHN, Vitor. **Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860**. Op.cit. p. 3.

²¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. Op.Cit. p.112.

²² *Ibidem*.p.112.

²³ Arquivo Público Mineiro. Presidente de Província (PP): PP1/16 – cx.:167.

nacional. É por esse motivo que a Guarda Nacional ganha destaque mesmo antes da guerra, pois sua estrutura e constituição independia de poderes imperiais centralizadores; pelo contrário, era organizada por poderes locais.

Em 1867, o Brasil atacou e invadiu o inimigo, arrastando-se em batalhas perdidas e desencontros entre os aliados. Em 1868, o Brasil decidiria a guerra nas bem sucedidas batalhas de Humaitá, com o avanço das tropas aliadas. Duque de Caxias liderou seus homens para a vitória na série de batalhas conhecida com "dezembrada": Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. A dinâmica da guerra e seus desfechos nesse período, muito se deve a atuação da Guarda Nacional, pois ela representou a maior parte dos contingentes no período desses combates que decidiram a situação da guerra (1867-1869). como apresenta a tabela a seguir:

TABELA 1:

Contribuição ao Esforço de Guerra, por Modalidade de Incorporação: 1865-1870

	1865	1866	1867-68	1869	1870	total
engajados	54	3		3	0	60
voluntários	41	06	13	31	76	.567
. da Pátria	0.274	6.904	.345	81	9	9.353
recrutados	435	543	.894	.512	.806	6.190
.N. Destacada	4.619	2.784	.548	.455	77	6.783
libertos			.081	.854	0	.945
substitutos				03	5	58
total	7.423	3.980	9.081	.289	.638	01.456

Fonte: Relatório do Ministério da Guerra, 1865-70.

A tabela acima demonstra o aumento do número dos Voluntários da Pátria no ano de 1866, ano em que o Brasil sofreu vários reveses e as notícias do *front* eram terríveis e aterradoras. A consequência direta desses fatos foi a diminuição dos Voluntários da Pátria nos anos de 1867 e 1868, demonstrando a dificuldade em arrematar indivíduos para as suas fileiras.

Percebe-se, ao longo do processo de recrutamento, a resistência da Guarda Nacional ao serviço de guerra e as dificuldades com que o governo se deparava para mobilizar recrutas e voluntários. Frente aos obstáculos do recrutamento, em fins do ano de 1866, o governo imperial recorreria à alternativa de compra e manumissão de escravos²⁴.

A inclusão de escravos libertos causaria grandes discussões na sociedade imperial e escravista brasileira. Muitas críticas foram feitas a esse posicionamento, julgando tal proposta "impolítica, indecorosa, ineficaz e muito onerosa para o cofre público"²⁵. Mas também existiu quem apoiasse, fazendo doações de escravo ou vendendo seus escravos para o governo. Escravos pertencentes a ordens religiosas também seriam incluídos, assim como os doados por particulares. O Estado Imperial passou a comprar escravos de particulares que dispusessem a vendê-los, fazendo deles soldados de guerra. Como tratou o governo da Província de Minas Gerais (Secretaria de Polícia), em 26 de maio de 1868, Ouro Preto:

Para que possa o Governo Imperial avaliar e tornar na devida consideração os serviços prestados e todas as demonstrações do patriotismo e espírito de humanidade que se tem revelado, e, cumpre disê-lo em honra ao país, continuão a excluir-se do modo o mais lisonjeiro na presente quadra, por ocasião da luta em que achamos empenhado contra o Governo do Paraguai; convém que V.Ex.^a remetta regularmente a este Ministério a relação dos libertos que assentarem praças ou vierem com esse destino declarando-se a quem pertenciam, por quem oferecidos, se forão como substitutos de recrutas ou Guardas Nacionais designados ou se pelos possuidores e com que condições, isto é, se gratuitamente ou mediante retribuição. Deverão igualmente compreender se em taes assentado praça desde o começo da guerra²⁶.

De acordo com Jorge Prata de Sousa, o recrutamento de libertos representava um "esquema" de substituição, atendendo a demanda de novos recrutas. Dentro dessa ótica, os escravos recém libertos substituíram os Guardas Nacionais destacados de famílias endinheiradas²⁷. Francisco Doratioto demonstra em seu livro *Maldita Guerra* que as dificuldades em preencher os vazios na tropa levou o Império a libertar escravos para lutarem no Paraguai²⁸. A presença de escravos libertos combatendo no Paraguai

²⁴ MENDES, Fábio Faria. **O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Op.Cit. p. 244.

²⁵ *Ibidem* pp. 244-245.

²⁶ Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial. (SP): Códice SP. n.1174

²⁷ SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. Op.cit. pp.80-81.

²⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. Op.Cit. p 272.

poderia significar sua liberdade. Jorge de Sousa, em sua obra *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*, afirma que a incorporação de escravos tanto no Exército quanto na Marinha representaria para os cativos uma grande mudança de *status*: o escravo teria direito a soldo permanente, comida, vestimenta, e ainda mais, o respeito que a farda impunha.

A guerra forçava a uma situação de apelo às formas de incorporação nem sempre aceitas que muitas vezes resultariam na insatisfação dos comandos e dos líderes do poder militar e imperial. De acordo com essa idéia, Doratioto demonstra que:

Durante a guerra, chefes militares brasileiros, viram com restrição a presença de escravos libertos no Exército, acusando-os de mau desempenho militar. Para Caxias, o comportamento dos libertos causava, pelo exemplo, indisciplina na tropa por serem "homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, que se consideram ainda escravos, que apenas mudariam de senhor. E nem podia ser diferente, afinal, o negro, ao ser escravizado, fora tratado como mercadoria e privado de cidadania e de vida familiar"²⁹.

Ricardo Salles ao analisar a participação dos escravos no exército imperial, apresenta duas vertentes do pensamento historiográfico. A primeira, tentando desfazer o mito dos Voluntários da Pátria como grande corrente patriótica, popular e em defesa da Pátria, e a segunda, valorizando a participação e o empenho do governo imperial de facilitar a inclusão de escravos libertos nas fileiras dos quartéis³⁰.

De acordo com Jorge de Sousa, a categoria de escravos se dividia em outras "subcategorias" como mostra a tabela a seguir:

TABELA 2

Recrutas, Voluntários e Libertos que assentaram praça no Exército

Categorias	866	867	868	869
Libertos da Nação	74	87	–	–
Libertos da Casa Imperial	7	–	–	–
Libertos gratuitos	05	53	–	–
Libertos de conventos	5	5	–	–
Libertos pelo governo				

²⁹ Ibidem. p.274.

³⁰ SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Op.cit. p.64.

	51	806	799	
Libertos substituto	74	89	3	–
Libertos por particulares	–	–	1	0
Libertos substitutos/RJ	62	–	–	–
Libertos substitutos/MG	7	–	–	–
Libertos outras províncias	65	–	–	–

Fontes: Mapa dos libertos e dos indivíduos alistados no Exército no período entre 1866-69. In "Relatório do Ministério da Guerra."

Segundo os dados acima, os escravos libertos representaram uma pequena parcela na mobilização militar. Tais informações foram acumuladas pela interpretação de Jorge de Sousa que analisou fontes cartoriais encontrando números de libertos muito maior que os dados do relatório para a Corte³¹. A tabela apresenta uma variedade de "canais" que se encarregaram de enviar os escravos libertos para o esforço de guerra. Porém, nota-se que essa modalidade de incorporação não teve grande representatividade na função de preenchimento das fileiras na contribuição da campanha da guerra.

As dificuldades que as condições de guerra impunham alteraram toda a dinâmica do recrutamento. A necessidade infundável de recrutas implicou na não observância dos preceitos legais, ignorando-se as Instruções de 1822, pois homens casados, proprietários de terra, Guardas Nacionais, homens que zelavam por mães viúvas e por irmãs menores ou doentes, homens com idade imprópria para o serviço de guerra, todos eles, que até então estavam protegidos, no instante da guerra, tornaram-se "vítimas" para os agentes recrutadores.

Nesse sentido, fica evidente que o recrutamento forçado não deixou de acontecer durante a guerra, numa suposta substituição pelos Voluntários da Pátria. O recrutamento forçado foi o elemento mais utilizado na incorporação de indivíduos no serviço militar durante o século XIX no Brasil, também acontecendo no período de beligerância.

O recrutamento se caracterizava pela incorporação de indivíduo, incluindo-o nas fileiras do exército ou destacando para serviços de estabelecimento da ordem ou guerra. Muitas vezes o Poder Público capturava e aprisionava indivíduos que se recusavam a se tornar recrutas. Em 1822, o governo

³¹ MENDES, Fábio Faria. **O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Op.Cit. p. 218.

brasileiro implementou uma lei que definiria as classes de isenções e de proteção ao recrutamento militar no Brasil oitocentista. Esse regulamento representava a imposição do poder central nos grotões mais distantes no território brasileiro; era a tentativa de se formar uma força pública através do controle e aumento da rede de poderes e de influências que exercia o governo imperial.

As Instruções de 1822 ditavam as normas para a dinâmica do recrutamento. Seus treze parágrafos organizavam e delimitavam os regulamentos referindo-se àqueles que podiam ser recrutados ou não. Na maioria das vezes, as classes mais favorecidas tinham vantagens na Lei do Recrutamento, pois esse regulamento isentava indivíduos possuidores de loja ou de mercado, casa de comércio, donos de escravos, proprietários de fazendas e estudantes. As Instruções de 1822 estipularam que estavam sujeitos ao recrutamento todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos de idade entre 18 a 35 anos. Seriam isentos do serviço militar homens casados, irmão de órfão, que tiver a seu cargo a subsistência, filho único de lavrador, administrador de fazenda com mais de seis escravos, tropeiros, boiadeiros, mestre de ofício com loja aberta, pedreiros e carpinteiros que tivessem bom comportamento. Também ficariam isentos do recrutamento pessoas ligadas à navegação como marinheiros e ajudantes de embarcação³².

O serviço militar era considerado um castigo, uma degradação, posto que os soldados do Exército eram vistos como desclassificados que seriam expostos às más condições de vida nos quartéis, sofrendo punições corporais para suas faltas e erros; além da baixa remuneração e da péssima qualidade de vida que se levava nas acomodações militares³³.

Fábio Faria Mendes, ao analisar a formação do exército e a vida militar no Império, indica o problema da incapacidade do Império de complementar as fileiras de soldados nas repartições militares, mesmo em tempos de paz. O problema da deficiência numérica nos quartéis se fazia pelas difíceis condições do soldado, uma vez incorporado no exército. Segundo o autor, tais condições seriam: o longo tempo de serviço, trabalhos pesados, privações e risco de toda sorte. Assim sendo, a consequência direta desses fatores eram a deserção ou até mesmo o falecimento devido a dura labuta na caserna³⁴.

Além disso, o recrutamento era realizado "a força", ou seja, o indivíduo era "capturado", sendo acorrentado e submetido às mesmas agruras de um preso. Desta forma, evidencia-se fatores que desmotivavam os indivíduos a se engajarem nas Forças Armadas (Exército). Mendes cita o General Cunha Matos que comentou sobre a condição do soldado no Império: "A pior desgraça em todo o universo é ser recruta no Brasil. É uma punição. Um soldado comum é considerado um escravo miserável"³⁵.

³² **Instruções de 10 de Julho de 1822.** Regula o recrutamento e define isenções.

³³ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** Op.Cit. p.111.

³⁴ MENDES, Fábio Faria.. **O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial.** Op.Cit. p.72.

³⁵ *Ibidem.* p.72.

A desvalorização da instituição militar e o repúdio da sociedade para com ela, incentivaram a população a desprezar tal representação imperial. Nota-se que o recrutamento torna-se uma tarefa muito difícil, uma vez que havia muita oposição entre o governo imperial, agentes recrutadores e a população.

No recrutamento forçado estavam sujeitos todos os homens livres e libertos aptos entre 18 a 35 anos. O esforço para incorporação dos indivíduos representava um verdadeiro jogo de "gato-e-rato", o que degradava a própria tarefa "recrutadora", uma vez que os recrutas ou potenciais "recrutáveis" poderiam ser humilhados e mantidos em condições constrangedoras (sendo presos e acorrentados)³⁶. Uma vez engajados nas forças armadas, os militares de baixa patente (soldados e recrutas) eram muitas vezes tratados como escravos, tendo castigos terríveis e punições que não condiziam com a honra militar e com sua posição social, tornando a instituição militar algo repulsivo frente à sociedade. O castigo mais comum eram as "pranchadas" de espada³⁷.

Podemos observar assim, que muitos desses indivíduos, recrutas ou potenciais recrutas, descontentes com o tratamento duro e punitivo do exército, realizavam esforços desesperados de evasão, fugas, a prática da automutilação, resistência armada, falsificação de documentos e até mesmo casamentos de última hora na esperança de não serem admitidos nos quadros militares, como podemos observar no ofício do dia 23 de janeiro de 1865, destinado ao Chefe de Polícia da Província de Minas pelo Subdelegado do Bonfim do Pomba:

*...devo requisitar a prisão do segundo recruta apesar de casado, a se à perverso a se fazer contra quem iludia a justiça. Tem havida uma opposição diabolica neste terreno da parte da gente intitulada conservadores, os padres são os piores; tem aqui um frade italiano servindo de capelão que tem casado a todos que estão perseguidos estão perseguidos para recrutas...*³⁸

A dificuldade para recrutar indivíduos pode ser observada no conteúdo dos Avisos e Ofícios do Ministro da Guerra e da Marinha enviados para o Presidente de Minas, em que o Ministro ordena maiores esforços para o recrutamento:

*Rio de Janeiro Ministério dos Negócios da Guerra em 7 de Fevereiro de 1868
Sendo por Portaria desta data encarregado o Capitão, José Thomas de Figueiredo Junior, de angariar voluntários nessa Província com destino as operações de guerra; assim o communico a V.Ex.^a para que lhe foste os auxílios necessarios, e expeça ordem às Autoridades dessa Província, recommendando que o coadjurem no desempenho de semelhante encargo.
Deus Guarde a V.Ex.^a
Presidente da Província de Minas Geraes*³⁹

³⁶ Ibidem. p.105.

³⁷ Ibidem. p.70-76.

³⁸ Arquivo Público Mineiro. Presidente de Província (PP): PP1/24 – cx.: 77.

³⁹ Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial (SP): Códice SP. n.1234.

Muitos indivíduos conseguiram fugir da prisão ou das correntes nas viagens a caminho da Corte. Dois episódios podem comprovar a conduta de evasão ao recrutamento. No primeiro, a fuga de um recruta que sumiu na mata após livrar-se das amarras, como demonstra o Ofício de 22 de agosto de 1867 da Secretaria de Policia de Minas ao Vice Presidente da Província de Minas:

Participo a V.Ex.^{cia} que à cadea d'esta Capital forão hoje recolhidos à disposição de V.Ex.^{cia} 33 recutas vindos da Bagagem e 2 de Patrocinio cujos nomes contão da relação junta. O Commd.^e da escolta T^e Francisco de Paula Carvalho Brasileiro informou-me que na fazenda dos Borges, Termo de Patrocinio evadio-se o de nome Joaquim da Silva, que conseguiu quebrar o collar em que vinha preso, e internar-se em uma grande matta.

O Commd.^e vio-se na impossibilidade, segundo diz, de perseguir o fugitivo por falta de força, visto como compunha-se a sua escolta de 8 praças quase todas imprestaveis, sendo que estava de sentinella na ocasião da fuga o designado José do Patrocinio Jose Felisberto. Chegarão tambem o referido designado Jose Felisberto, e o portugues Lazaro Romão Barroso que mandei-os para o Quartel d'Artilharia à disposição de V.Ex.^{cia}

Quando a Lazaro Barroso, devo informar à V.Ex.^{cia} que o mesmo é substituto de um G. N.^e (SIC), de quem recebo dinheiro, segundo declarou o Commd.^e Brasileiro, e não recruta como se vê da relação remettida pelo Delegado da Bagagem que enviei a V.Ex.^{cia} em data de 17 do corrente⁴⁰.

No segundo, dois recutas destruíram a porta da prisão onde se encontravam presos, escapando. Tal episódio foi descrito pelo Chefe de Policia para o Vice Presidente da Província de Minas em 8 de outubro de 1867:

Participo à V.Ex.^a que os recutas Jose de Magalhaes, e Antonio Pedro de Figueredo, que se acharão recolhidos à Cadeia de Caethé, arrombarão a porta da prisão, lançado fogo junto a fechadura, e conseguirão evadir-se na noite de 29 para 30 do passado.

Nesta data expeço as precisas ordens para a captura dos mesmos, e recommendo ao Delegado a instauração do processo para descobrir se houve ou não convenientes na fuga⁴¹.

O sistema de recrutamento no Brasil, durante a guerra, passava por um “descompasso”, na qual os meios para o recrutamento tornam-se violentos, na medida em que a resistência aumenta. Tal fato, por sua vez, implicou no aumento da violência e dos métodos autoritários do recrutamento. Esse círculo vicioso fez surgir inúmeras revoltas e conflitos, além de forçar o governo imperial a criar novas modalidades de incorporação no intuito de suprir as necessidades dos campos de batalha no território estrangeiro.

A análise do recrutamento nos oferece um caminho para entender o funcionamento do estado brasileiro e de estudar os valores que norteiam os homens dentro do aparelho do Estado. Por tanto, ao

⁴⁰ Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial (SP). Códice SP. n.1208.

⁴¹ Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial (SP). Códice SP. n.1208.

investigar as modalidades de incorporação militar durante a Guerra do Paraguai, percebemos que a relação entre a dinâmica do recrutamento e o desempenho aliado (brasileiro) na guerra, é diretamente proporcional. Assim sendo, as tragédias e as vitórias militares na campanha alteraram a dinâmica de incorporação de contingentes no esforço de guerra, constituído a priori por relações de proteção e isenções. Desta forma, a Guerra do Paraguai iniciaria uma fase de tensões e crise na prestação militar, uma vez que abalaria o funcionamento de incorporação de homens, refletindo seus resultados na sociedade em questão, colocando a prova as instituições de poder do Estado Imperial⁴².

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo de. (1974). "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador." **Cadernos DCP**. Nº 1/113-188.

CASTRO, Celso. IZECKSON, Vítor. KRAAY, Hendrik (org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro. Editora FVG. 2004.

CASTRO, Celso. (1995). **Os Militares e a República: Um Estudo sobre Cultura e Ação Política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IZECKSOHN, Vítor. **Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 27,2001.

LIBBY, Douglas Cole. (1988). **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX**. São Paulo, Brasiliense.

MARTINS, Cesar E. M. A (2004). **O recrutamento militar na Província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)**. Monografia. Viçosa: UFV; DAH, 2004.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. **A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia . Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983.

⁴² MENDES, Fábio Faria.. **O Tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Op.Cit. p.221.

MENDES, Fábio Faria.(1997). **O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Tese de Doutorado em Ciências Política, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

_____ (1998). "A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro" In: **Revista de Ciências Sociais**. 13 (38), 1998.

SALLES, Ricardo. (1990). **A Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ (2003). **Guerra do Paraguai: memória e imagens**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

SCHULZ, Jonh. **O Exército e a Política: Origem da Intervenção Militar, 1850-1894**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SOUZA, Jorge Prata de.(1996). **Escravidão ou Morte. Os Escravos Brasileiros na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro, Mauad/Adesa.

A política da década de 1860 a partir do conto "O Velho Senado", de Machado de Assis.

DANIEL EVELING DA SILVA*

Resumo: Os anos da década de 60, do século XIX, foram marcados por uma série de conflitos políticos, envolvendo os principais nomes do senado. Sobre esse período Machado de Assis escreveu um conto denominado "O Velho Senado", que retrata, a partir de sua experiência, as atitudes políticas do período. Tal comunicação tem como intuito demonstrar a política ministerial e as atitudes dos ministros do Segundo Reinado, sendo pautadas por atitudes próprias. Como exemplo dessas atitudes podemos notar o debate entre Uruguai e Zacarias, sobre a responsabilidade ministerial, a fundação da Liga Progressista e a queda do terceiro Gabinete Zacarias, e sua substituição por um conservador, em 68. Tentarei traçar um panorama político dos anos de 60, do século XIX, no Brasil, partindo da percepção de Machado e com a leitura do conto, "O Velho Senado", perceberemos assim a tênue ligação entre História e Literatura, pois as duas reconstruem a sociedade e política de determinado período, ainda mais em casos como o do fundador da Academia, ele possuía uma intensa participação nos círculos políticos e literários da Corte.

Palavras chaves: Machado de Assis, gabinetes ministeriais, império, política.

INTRODUÇÃO.

Neste artigo tentarei estabelecer um quadro geral da política senatorial dos anos de 1860 no Brasil a partir de um conto específico de Machado de Assis intitulado "O Velho Senado"¹. Para desempenhar tal intento recorrerei a trabalhos historiográficos, principalmente artigos, que traçam um panorama dos anos iniciais da carreira de Machado, enquanto ainda trabalhava como crítico de teatro e literatura no Diário do Rio de Janeiro².

Como proposta irei estabelecer primeiramente um breve resumo e mostrar as práticas de memória, ou melhor, o movimento de rememorar de Machado, estabelecerei nesse ponto também algumas características de sua formação intelectual. Depois buscarei alguns nomes presentes no conto de Machado, principalmente o de Zacarias de Góis e Vasconcelos, para traçar um panorama da política e debates entre diferentes grupos e senadores, a atenção em tal político provém também do fato de seu nome estar presente nos principais acontecimentos da vida política do país do período abordado. Neste ponto mostrarei seu debate com o Visconde de Uruguai e a fundação da Liga Progressista, juntamente

* Bolsista de iniciação científica da Universidade Federal de Juiz de Fora no projeto "O Poder Executivo na Monarquia Constitucional: A presidência do Conselho Ministerial e a experiência política dos ministros de Estado no Império do Brasil (1840-1889)", sobre a orientação da Professora Doutora Silvana Mota Barbosa.

¹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Velho Senado. In: _____. *Páginas recolhidas*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Garnier, 1990.

² FARIA, João Roberto. Machado de Assis: leitor e crítico de teatro. *Estudos avançados*. Disponível em: www.scielo.br.

com o Marquês de Olinda e Nabuco de Araújo, fundando esse partido. Mostrarei também brevemente o debate sobre a reforma do elemento servil no interior do quadro político.

Para a realização de tal trabalho parto da já mencionada "rememoração" de Machado com o intuito de traçar um breve panorama do cenário político brasileiro. Temos de levar em conta que muito do que ocorreu na década de 1860 provém dos anos 50 e do início do período da Conciliação³. Segundo Justiniano José da Rocha o período que vai de 1822 a 1836 seria denominado "Ação" e corresponderia a luta dos elementos monárquicos e democráticos e foi sucedida de uma vitória democrática incontestável com uma série de reformas aprovadas a partir da abdicação de Pedro I. O segundo momento seria da Reação, de 1836 a 1852 e tinha uma grande pressão conservadora e de centralização política. E o terceiro seria o da Transação, que seria a síntese entre essas duas fases antagônicas⁴, este em Machado aparece com o nome de Conciliação.

O "VELHO SENADO" E A POLITICA DOS ANOS DE 1860.

Machado de Assis ao escrever o conto "O Velho Senado"⁵, toma como base de sua experiência pessoal e sua memória que é uma "memória voluntária construída como estratégia de luta política"⁶, uso aqui a acepção dessa palavra significando tanto a astúcia do literato como a composição do governo. Publicado na Revista Brasileira em 1898⁷ e posteriormente no livro Páginas Recolhidas, este datado de 1899, esse conto retrata a composição senatorial dos anos de 1860, época em que as sessões ainda ocupavam Palácio do Conde dos Arcos, antiga residência do vice-rei⁸. Nas primeiras páginas já percebemos que ele rememora sua vida, pois a memória pode ser visualizada como desencadeada a partir de atitudes afirmativas "se desdobrando em múltiplas direções: a das relações entre os afetos políticos, entre sujeitos individuais, sua afetividade e práticas sociais"⁹.

O primeiro movimento de Machado em tal narrativa é sua percepção de lembrar dos anos de 1860 com a visualização de uma litografia de Sisson¹⁰. Logo após essa passagem Machado relembra que estava saindo do teatro em companhia de Quintino Bocaiúva então param para tomar chá e começam a conversar, iniciam falando de amenidades como literatura e depois o tema político é introduzido por

³Cf. GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁴ ROCHA, Justiniano José apud GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *União negociada*. Disponível em: www.scielo.br.

⁵ MACHADO DE ASSIS. Op.cit.

⁶ BRESCIANI, Stella; NAXARRA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.9.

⁷ FARIA, João Roberto. Op.cit.

⁸ JORNAL DO SENADO. Brasília 08 a 14 de maio de 2006.

⁹ BRESCIANI, Stella; NAXARRA, Márcia. Op. cit. p.10.

¹⁰ MACHADO DE ASSIS. Op cit. p.103.

Bocaiúva. Precisamos recordar que anteriormente a sua carreira de funcionário público¹¹ quando já gozava de certo prestígio literário, pelos seus romances, Machado teve sua formação, na década de 1850, início do período por ele denominado como "Conciliação"¹², ele era conhecido, nesse tempo, por ser um excelente crítico literário e teatral¹³ fato esse, que nos faz entender sua saída do teatro com Bocaiúva, este possuía também atividades de crítica literária e teatral¹⁴.

Além do elencado acima na biografia de Machado devemos também ressaltar sua intensa formação intelectual e política com influências da Sociedade Petalógica, sendo um intenso freqüentador nos anos de 1850 e 1860, onde se encontrava com outros intelectuais, poetas, dramaturgos, políticos, artistas, viajantes e curiosos, conforme ele mesmo lembrou em uma crônica. Ali dizia que todos os assuntos eram comentados¹⁵:

*Queríeis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir a Petalógica. Da nova opera italiana? Do novo livro publicado? Do ultimo baile da E***? Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não se precisava ir mais longe, era ir a Petalógica¹⁶.*

A partir dessas características podemos perceber que nosso "imortal" teve sua formação pautada por uma intensa atividade intelectual envolvendo os diversos grupos sociais.

Após esse breve histórico sobre sua formação e as influências que recebeu passemos a estrutura do texto em si e a análise que pretendo fazer, pois "tanto a literatura quanto à história, se conjugam no sentido de dar um sentido e uma ordem às sociedades modernas, é plausível que ambas se associem"¹⁷, no conto em questão isso se faz mais presente pelo fato de que o Machado remete a uma composição verídica. Vemos nesse breve conto posições e idéias muito consolidadas, temos Zacarias de Góis e Vasconcelos, Marquês de Olinda, Nabuco de Araújo, entre outros.

A composição senatorial de opiniões diversas e idéias que se estabelecem são visualizadas pelo próprio Machado em sua vivência no interior do jornal Diário do Rio de Janeiro, mencionado pelo próprio

¹¹ Cf. CHALOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. Chaloub nos mostra que ele ocupa tal posição de meados de 1870 até 1880.p.10.

¹² Gledson, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*.São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 87.

¹³ Cf. FARIA, op. Cit.

¹⁴ idem, p. 302.

¹⁵ Idem.p. 304

¹⁶ Idem, p.304.

¹⁷ LINO, Sônia Cristina da Fonseca Machado. *Mundo,Desmundo, Novo Mundo – Ficções históricas e hibridismo em narrativas sobre a origem*.

autor e também em Nelson Sodré¹⁸. Visto isso podemos demonstrar que o escritor acompanhava os embates e posições que tenta nos passar.

Uma característica muito emblemática nesse período é a questão da responsabilidade ministerial e os embates entre Zacarias e o Visconde do Uruguai nesse ponto. Esses dois representantes são opostos no que diz respeito ao poder moderador e à consequência que isso acarreta aos ministros. Se por um lado temos Zacarias afirmando "que a plenitude do governo representativo somente estaria assegurada pela responsabilidade ministerial nos atos do poder moderador"¹⁹, por outro temos o Visconde do Uruguai defendendo a idéia de que

*os ministros, como homens políticos, tem toda liberdade de ação dos ministros e encaminhão a realização de idéias que representam no governo; como chefes da alta administração, não lhes é lícito sem poderosas razões romper com as tradições e precedentes firmados pelo tempo e consagrados pela prática diuturna do serviço.*²⁰

Dessa forma percebemos que Zacarias se choca com a posição do Visconde de Uruguai e podemos notar que são opostos frontalmente na responsabilidade dos ministros, em que apareciam as suas convicções e idéias. Nesses momentos de confronto notamos que poderia ocorrer o fato sobre o qual Machado nos fala de Zacarias

O senado contava com raras exceções ardentes; muitas porém, eram animadas. Zacarias fazia a sessão reviver pelo sarcasmo e pelo vigor dos golpes. Tinha a palavra cortante, fina e rápida, com uns efeitos de sons guturais, que a tornavam mais penetrante e irritante. Quando ele se erguia, era quase certa que faria deitar sangue a alguém. Chegou até hoje a reputação de debater como ministro e chefe de gabinete. Tinha audácias como a escolha "não acertada"²¹.

¹⁸ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. A Imprensa do Império. In: _____. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹⁹ OLIVEIRA, Cecília Helena Salles. *O Poder Moderador no Segundo Reinado: Mediações entre fontes e historiografia*. [s.n.t].

²⁰ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1695/index.html>.

²¹ MACHADO DE ASSIS. Op.ci.p, 108.

Sendo que,

Um dos acontecimentos dramáticos e cruciais da vida pública do Segundo Império foi à demissão que Pedro II deu, em 1868, ao Gabinete liberal de Zacarias de Góis substituindo-o pelo Gabinete ultraconservador de Itaboraí. Embora Sua Majestade pudesse formalmente valer-se do Poder Moderador, a mudança abrupta de Ministério, sendo liberal a maioria da Câmara, soou como um golpe, um abuso de autoridade, manifestação extemporânea do chamado "poder pessoal"²².

Logo após a queda de seu gabinete em 1868, Zacarias redige um outro panfleto intitulado "Dissolução" onde ataca a atitude do monarca em demitir o seu ministério e "abusar" do Poder Moderador, utilizando-se do cinismo e uma ironia fina o ex-presidente do conselho de Ministros²³ expõem a situação política do país naquele momento.

Machado nos mostra que os anos de 1850 e 1860 são encarados, em sua percepção, como "o apogeu do Segundo Reinado", para o escritor em 1871 é o ano que marca as "primeiras divergências e dificuldades sérias no âmbito da oligarquia que dominava a sociedade brasileira desde 1850. Era o fim da Conciliação"²⁴, sendo que a última data, 1871, é de promulgação da Lei do Ventre Livre que já estava sendo discutida no interior do Gabinete de Zacarias²⁵. Promovendo assim uma reforma do "elemento servil"²⁶.

Anteriormente a essa querela já havia ocorrido no interior do senado uma separação política, nos anos de 1850 e 1860, onde aparecia uma "aliança formada na Câmara, entre conservadores moderados e liberais para fazer frente ao gabinete Caxias, que governou de março de 1861 a maio de 1862"²⁷. Interessante observar também no conto de Machado de Assis aparecem os nomes que corresponderiam ao período de maiores embates políticos no Segundo Reinado e nesse período das décadas de 50 e 60,

²² BOSI, Alfredo. *O teatro político nas Crônicas de Machado de Assis*. Disponível em: www.scielo.br .p. 1.

²³ Busco aqui a referencia no livro do Barão de Javari.

²⁴ GLEDSON. Op.cit.p, 87.

²⁵ CHALOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 140.

²⁶ Idem, p.152.

²⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena Salles. Da Natureza e Limites do Poder Moderador e a Memória do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. In: _____ (org). São Paulo: Editora 34, p. 12.

principalmente na primeira metade desta, do século XIX ocorreu a formação política intelectual de Machado. No conto de Machado temos Góis e Vasconcelos, com seu sarcasmo e ironia, Nabuco de Araújo era “outra das principais vozes do Senado, era especialmente o debatedor para os debates solenes”²⁸, o Marquês de Olinda não era popular²⁹, “mas a autoridade desta sabe-se que era grande. Olinda aparecia – me evolvindo na aurora remota do reinado, e na mais aurora liberal ou ‘situação nascente’”³⁰, precisamos também atentar que esses senadores são justamente o centro dos conservadores liberais que “fundaram a liga e os partidos progressista e liberal”³¹, que “glosaram por todos os feitos na tribuna e imprensa” se faz necessário percebermos que Zacarias participava do jornal a “Reforma”, fundado em 1869, juntamente com José Thomaz Nabuco de Araújo. Isso posto percebemos a que se referia Machado ao dizer que eles participavam na tribuna e imprensa, interessante que em março de 1869 foi lançado o Manifesto de Centro Liberal que “além da radiografia dos abusos que se seguiram à subida dos conservadores, avulta a exigência de reformas já então vistas como o necessário meio termo entre o regresso e a revolução”³² o conteúdo de tal é o seguinte

Ou a reforma ,

Ou a revolução.

A reforma para conjurar a revolução

A revolução, como consequência necessária da natureza das coisas, da ausência do sistema representativo, do exclusivismo e oligarquia de um só partido.

Não há que hesitar na escolha:

A reforma!

*E o país será salvo!*³³

²⁸ MACHADO DE ASSIS.Op.cit. p.108.

²⁹ Idem, p. 109.

³⁰ Idem.p.110.

³¹ Idem.

³² BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. Disponível em: www.scileo.br .

³³ Idem.

A crise de deposição do Gabinete Zacarias em 1868 “marcou o declínio do regime monárquico. Os liberais radicalizam –se e o republicanismo conheceu seu primeiro grande surto; As águas enfim moviam –se e a crise não seria passageira”³⁴. O manifesto mencionado acima junto com as idéias de abolição da escravatura inclusive com uma carta “do Comité pour l’ Abolition de l’Esclavage, solicitando-lhe [ao imperador] que usasse seu poder e influência para abolir a escravidão no Brasil”³⁵.A resposta foi assinada por Góis e Vasconcelos que na época era Ministro dos Negócios Estrangeiros, ‘estava pronto para promover a causa’³⁶, estabelecendo assim a reforma servil.

Machado nos propõe assim uma visão interna do senado brasileiro, onde apareceriam os maiores expoentes de um período político conturbado e marcante para a história política do Império. Os anos de 1860 carregam no seu interior atitudes e formações políticas intelectuais que marcaram e posteriormente e foram decisivos na formação do republicanismo. Além disso Machado permite no seu conto diferentemente dos seus romances em que utiliza o narrador em primeira pessoa

*seja ele Brás Cubas, o conselheiro Aires, ou o padre de Casa Velha, que Machado está, de fato, bem distante do ponto de vista deles: o fato de serem, em graus diversos, convincentes e simpáticos como personagens é parte essencial desse distanciamento - foram intencionalmente concebidos para agradar o leitor, alicia – lo no sentido de aceitar o ponto de vista do narrador. Em grande medida o fazem não simplesmente com argumentos sutis ou apresentando os fatos de modo convincente.*³⁷

Machado trás para sua vivência, memória e ponto de vista, marcado dessa vez pela sua posição em que assume que é ele que escreve, os fatos da política imperial na década de 1860.

CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto pelo artigo pretendi demonstrar que o escrito do “Velho Senado” está repleto com uma percepção da política da década de 50 e 60 do século XIX, no Brasil. Tomando como base a narrativa de Machado de Assis tentei estabelecer elos com a política ministerial e senatorial.

³⁴ BOSI. *O teatro político nas Crônicas de Machado de Assis*. p. 1.

³⁵ CHALOUN, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 140.

³⁶ Idem.

³⁷ GLEDSON. Op.cit. p. 8.

Depois de termos vistos o conto de Machado e a crise política que culminou na queda do Terceiro Gabinete Zacarias e a substituição desse por um ultraconservador, tentei mostrar que a Lei do Ventre Livre, abolição da escravatura, entre outros já ocorria no interior do ministério dos anos de 1860. Tentei também expor, mesmo que brevemente o que foi a Liga Progressista e a atitude de alguns dos principais nomes do senado e sua postura política, me "filiei" aqui mais ao lado do Terceiro Gabinete Zacarias, pois tentei demonstrar pelo viés da queda de seu ministério os conflitos e posições que ocorriam no interior do senado.

Como proposta quis situar três pontos principais: A Liga Progressista, o debate entre Uruguai e Zacarias e a responsabilidade ministerial e alguns pontos de vista dos políticos que estavam compondo o senado naquele período. Assim tentei estabelecer um panorama da política interna no Brasil, não mencionei a Guerra do Paraguai e sua implicação, justifico aqui essa posição, pois minha quis me ater mais aos debates no interior do senado para tentar compreender a queda de Zacarias. Dessa forma, tentei traçar um pequeno panorama dos anos de 1860 e percebermos "as tênues fronteiras narrativas da história e da ficção"³⁸, principalmente no caso do fundador da Academia Brasileira de Letras, pois possuía um trânsito livre entre a política, a literatura e a história.

³⁸ LINO, Sônia C.F.M. Op. Cit.

O Estado e a Guerra nas novas do *Mercurio Portuguez*

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho*

Em janeiro de 1663, saía em Portugal, pela oficina do impressor do rei, Henrique Valente de Oliveira, a primeira edição do periódico *Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castela*, segundo periódico impresso em terras portuguesas¹, publicação mensal sob a responsabilidade de Antonio de Sousa de Macedo, fidalgo da Casa Real e doutor em Direito Civil, que nas décadas anteriores havia se destacado como escritor e diplomata a serviço do Estado português restaurado.

Já passado mais de vinte anos desde o levante restauracionista que separou Portugal, até hoje definitivamente, da Coroa de Castela, Portugal vivia nos últimos meses importantes redefinições da política interna e externa, conseqüências da manobra política que pôs fim à regência de D. Luisa de Gusmão e deu início ao governo de D. Afonso VI, em junho de 1662. Naquele mesmo ano, Antonio de Sousa de Macedo foi nomeado Secretario de Estado, em estreita sintonia com o Escrivão da Pureza, Conde de Castelo Melhor.

Escrever e publicar, de janeiro de 1663 até dezembro de 1666, o *Mercurio Portuguez*, foi, certamente, uma das atribuições mais importantes de Antonio de Macedo a serviço do governo de D. Afonso VI². Período de redefinição política, o momento em que o periódico começa a ser impresso é também o de recrudescimento da guerra travada contra Castela desde 1640. Com propriedade o seu redator pôde comentar, como quem justifica a razão de seu esforço: "*trabalhando as Armas Portuguesas e Castelhanas há mais de 22 anos, estão hoje tão furiosas como se este fosse o primeiro*"³. Diante deste quadro é que o *Mercurio* se coloca, incumbindo-se de preencher a função de divulgar as notícias da guerra, das medidas tomadas pelo governo, com o objetivo explícito de combater informações difundidas por escritores castelhanos, e assim modificar a opinião que se difunde sobre o rumo dos acontecimentos.

A coleção completa das edições do *Mercurio Portuguez* constitui documentação valiosa para o historiador que pretenda se debruçar sobre este conturbado período de formação do Estado português, justamente por ser produto e instrumento da ação política daquele governo, portanto objeto de fundamental interesse para a compreensão das concepções de Estado, do projeto e do exercício político

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ.

¹ O primeiro periódico impresso em Portugal, vale destacar, foi a *Gazeta*, entre novembro de 1641 e setembro de 1647.

² Para uma biografia mais detalhada de Macedo, ver prefácio de Pedro da C. de Sousa de Macedo à edição atual de MACEDO, Antonio de Sousa de. *Flores de Espana, Excelências de Portugal*. Lisboa: Alcala Editores, 2003. Ed. Fac-Sim. pp. IX-XXVI.

³ *Mercurio Portuguez, com as novas do mez de fevereiro de 1663*. Lisboa: na Oficina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor delRey N. S., 1663. n.n.– Quaisquer citações de textos da época serão aqui trazidas para as normas ortográficas atuais da língua portuguesa.

dos homens que o ocuparam a partir da subida de D. Afonso VI ao governo; documentação, porém, ainda pouco aproveitada pela historiografia dedicada ao tema da Restauração portuguesa.

Na presente comunicação, que reflete os primeiros impulsos da pesquisa em que se pretende levantar questões em torno do discurso e da ação política deste periódico, apresentar-se-á as primeiras respostas à pergunta inicial que se coloca por sua análise: como é abordado no *Mercurio Portuguez* o tema da guerra? A pergunta não é casual: a ênfase sobre a questão da guerra é dada pelo próprio periódico, que expõe como sua principal função difundir as *novas da guerra* contra Castela, e sobre tal guerra dedica a maior parte de suas páginas. Não será inútil, portanto, focalizar no *Mercurio* o seu discurso sobre a guerra, para, a partir daí, retirar algumas conclusões acerca das concepções de Estado ali divulgadas.

De toda a recente historiografia que passa de alguma forma pelo tema da Restauração portuguesa, o livro *A Pena de Marte*, de Rui Bebiano⁴, diante do enfoque proposto, apresenta interesse especial, pois coloca importantes questões passíveis de serem discutidas pela análise do *Mercurio*. Rui Bebiano, dedicado a empreender, na esteira de alguns estudiosos ingleses e franceses, uma reaproximação entre a historiografia portuguesa e os temas militares, contextualiza o XVII português no processo moderno de laicização e institucionalização da guerra. Tal processo, segundo ele, deveria ser valorizado enquanto constituinte da formação do Estado Moderno, tanto quanto o esforço pela direção dos mecanismos dos sistemas econômicos, pela ampliação da máquina administrativa, ou pela direção da cultura, fatores até então melhor trabalhados pela historiografia. Para Portugal, Bebiano identifica a importância do período restauracionista, em que o esforço centralizador, muito ligado à conjuntura de guerra, teria ganhado grande impulso. Neste período, além disso, a necessária e constante busca pela sedimentação de apoios à causa restauracionista, tanto interna quanto externamente, contribuíram para a materialização de formas diversas pelas quais o poder régio se imbuíu de atribuir um sentido e criar as condições para a imposição de sua política. Diversas destas atitudes se concretizaram no domínio da escrita, tendentes à construção de um sistema de comunicação organizado e ritualizado, em que se destaca o surgimento da imprensa periódica portuguesa, representado pela *Gazeta* e pelo *Mercurio*.

O livro *A Pena de Marte* acompanha, portanto, a estabilização da organização das instituições militares, destacando sua cada vez maior dependência em relação ao poder monárquico, e deste processo identifica o surgimento de uma literatura vinculada a um *discurso monárquico acerca da guerra*. Tais textos, aos quais pertenceria o periódico de Antonio de Sousa de Macedo atuariam como instrumento de formação e de informação pública, de produção de opinião, tendentes à deformação da descrição da guerra, exacerbo dos ânimos e hipérbole dos gestos, e mesmo à atenuação dos horrores inerentes aos campos de batalha; tudo em nome dos valores que pretendiam impor, ligados à celebração regular e sistemática da guerra, entendida como manifestação essencial da função monárquica. Assim é que

⁴ BEBIANO, Rui. *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.

Bebiano classifica o *Mercurio* dentre a literatura militar de seu tempo, em contraposição a outros textos ligados de forma mais universal ao processo europeu de institucionalização da guerra, e portanto dedicados a pensar a própria idéia de guerra e a legitimidade da condição militar, partindo para fixar os preceitos da *arte militar*, com nítida tendência à idealização de um modelo social autônomo para a esfera militar.

Esta classificação estanque de dois tipos de escritas sobre a guerra, bem como aquela vinculação histórica entre a institucionalização da esfera militar e a centralização monárquica, é que deverão ser aqui discutidas a partir da leitura dos exemplares do *Mercurio Portuguez*. Ora, pois se o periódico é nitidamente um instrumento do governo de D. Afonso VI para a intervenção na opinião que circula acerca da guerra travada contra Castela, importa definir os traços distintivos de seu discurso sobre tal guerra, para então esboçar qualquer análise sobre o Estado de que ele é instrumento.

Como já foi dito, a guerra é o principal foco direto das notícias divulgadas pelo *Mercurio Portuguez*, mesmo que em alguns números ela apareça apenas em segundo plano. Sendo assim, ele traz aos seus leitores importantes traços do desenrolar de uma guerra, mas também, e principalmente, um importante panorama das principais questões ligadas ao discurso sobre a guerra àquela altura.

É de grande interesse notar como o *Mercurio* nos deixa entrever a dinâmica da última fase guerra da Restauração, seus movimentos. O cerne da campanha militar se dava no verão, e início do outono, pois era neste período que os rivais encontravam condições climáticas para reunir seus exércitos, e direcioná-los a batalhas de grande proporção e tomadas de praças militares. Nos outros períodos de cada ano, as novas do periódico mostram apenas pequenos recontros entre tropas, escaramuças, e saques a pequenas vilas e lugares com roubo de gado, alimento, e mesmo vestes para os soldados. A edição de janeiro de 1665, ao pôr em evidência os rigores do frio daquele inverno, comenta a morte de dois soldados que faziam sentinela nas guaritas da muralha da praça de Almeida, na Beira, e que "*dentro das estrebarias se entortaram as mãos a alguns cavalos com frio, de que pereceram*"⁵.

Em torno desta dinâmica militar sazonal, Antonio de Sousa de Macedo desenvolve também a dinâmica do seu periódico ao longo do ano. Nos meses de janeiro, a baixa temporada militar dava ocasião à apresentação de um prognóstico do ano. Prognóstico sempre político, e não astrológico, como argumenta no início de 1664:

Na Matemática (de que [Mercurio] é Rei) nos achou facilmente os Astros benignos. Mas sabendo que suas influências obedecem ao arbítrio e disposições humanas, e obram segundo o estado das coisas, lhe pareceu mais certo

⁵ *Mercurio Portuguez, com as novas do mez de janeiro do anno de 1665*. Lisboa: na Officina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor delRey N. S. 1665. n.n

*prognóstico o que inferisse destes antecedentes que o que filosofasse de figuras. Levanta, pois, um Juízo político por esta maneira.*⁶

Nestas ocasiões, o *Mercurio* tomava as feições de verdadeiro analista político, destacando os elementos pelos quais se mede o desenvolvimento da guerra (como o número e o valor dos soldados, o dinheiro empenhado, a disposição das coisas, certa dose de sorte, e mesmo a justiça do Rei para com seus vassalos), e contrapondo a situação de castelhanos e portugueses, sempre demonstrando a superioridade, ou pelo menos a capacidade de superação, dos portugueses.

Entre os meses de fevereiro e maio, o enfoque do periódico trazia a expectativa e a preparação para a campanha. As escaramuças, os saques, a descobertas de espias, tudo servia para apresentar ao leitor os personagens principais da guerra (inclusive os adversários), as praças em disputa, a organização dos exércitos, seu valor. A narrativa destes pequenos feitos de guerra, nestes meses, é normalmente bem detalhada, voltada para trazer ao leitor a emoção das lutas e peripécias ali narradas, e assim é pontuada pela identificação de heróis e seus feitos, demonstrações vivas de astúcia e valentia, ironia e escárnio em relação ao inimigo castelhano, e mesmo de imagens repletas de violência, e sangue. A escrita de Antonio de Sousa de Macedo, nestes momentos, diferentemente do que se suporia de um *discurso monárquico acerca da guerra*, pretende envolver o leitor, e conquistar sua adesão à causa guerreira do governo mesmo através da exposição dos horrores próprios da guerra:

*Achava-se nesta vila uma tropa nossa de que é Capitão Dom João de Sousa, filho do Conde de Prado Governador das Armas da mesma Província, e com esforço muito maior que seus poucos anos, não reparando na desigualdade do poder, saiu a defender a aldeia; pelejou-lhe valorosamente, com muito sangue de parte a parte, ficando um Cabo Português com uma perna passada de duas balas, outro com duas cutiladas na cabeça.*⁷

Era recorrente também, ao longo destes meses, que o *Mercurio*, representando o Estado diante da opinião de seus leitores, prestasse contas das medidas tomadas pelo governo em torno dos preparativos de guerra. Neste sentido, são freqüentes as notícias da construção de navios, fundição de peças de artilharia, recrutamento e pagamento de soldo às tropas, chegada de tropas aliadas estrangeiras (normalmente ingleses e franceses), e mesmo de exercícios militares diante da Corte:

Aos 17, também à tarde, à vista de Sua Majestade e Alteza, fez outra semelhante mostra e exercício no mesmo terreiro o terço novo da guarnição

⁶ *Idem.* Janeiro de 1664. n.n

⁷ *Idem.* Março de 1663. n.n.

desta Cidade de Lisboa, de que é Mestre de Campo Roque da Costa, todo com casacas azuis, forradas e guarnecidas de vermelho, mais ou menos custosas, conforme a possibilidade de quem as vestia; bem se deixa considerar quão alegre seria esta diversidade de cores em tanta gente, com tinham estes terços. Em 18 passou à Aldeia Galega, e nele se acharam mais de oitocentas praças. Daquela Vila marchou logo para o exército; e notou-se ao embarcar de ambos estes terços que iam os soldados tão contentes, e ligeiros, como se fosse para um banquete muito festivo; prognóstico da boa fortuna que os espera com o favor de Deus.⁸

A passagem acima, de abril de 1664, dá bem a dimensão do tom que Antonio de Sousa de Macedo dava a seu periódico nestes meses de preparação para a guerra. Ao mesmo tempo em que sua narrativa pode mesmo evocar os males e a violência inevitáveis da guerra, também se empenha em apresentar um exército alegre e numeroso, prenúncio de um destino favorável, abençoado: enquanto se preparam as tropas, Macedo prepara os ânimos de seus leitores para a campanha que vai tomando forma. Não poucas vezes, se noticiam também as demonstrações de devoção do Rei, e de sua generosidade com as instituições eclesiásticas. Suas doações para obras de piedade são identificadas também como investimentos de guerra: "*Entende bem que não se diminui para a guerra o que se dá a Deus; é usura divina fazer-lhe empréstimos semelhantes*"⁹. Se o que em última instância determina a vitória na guerra é a assistência do braço divino, o governo de D. Afonso VI é também apontado no *Mercurio Portuguez* exercendo sua função de angariar tal favorecimento.

Nas edições dos meses de novembro e dezembro, a aparição de notícias de guerra é tão pequena quanto entre janeiro e maio. O fim do outono e o início do inverno diminuem o ritmo da guerra e mais uma vez encontramos apenas descrições de casuais recontros entre tropas, roubos de gado, e, desta vez, a ocorrência de reparos nos fortes atacados e reestruturação de praças tomadas do inimigo. Nos meses finais de cada ano, como seria de esperar, Antonio de Macedo faz do seu *Mercurio* um observador dos impactos, das repercussões da campanha deixada para trás. Em toda edição de dezembro, inclusive, a conclusão do periódico é dada pela análise do conjunto dos principais eventos do ano (em sua maioria eventos de guerra), em que invariavelmente surge a imagem de um governo eficiente, de um Portugal vitorioso, cada vez mais próximo da defesa definitiva de sua independência:

Chamo a este ano feliz, porque (como vimos nas Relações de seus sucessos) nele estabeleceu el-Rei Nosso Senhor o acerto de seu governo (...) Nele vencemos e ganhamos inteiramente a mais gloriosa batalha que viram muitos

⁸ *Idem*. Abril de 1664. n.n.

⁹ *Idem*. Janeiro de 1664. n.n.

séculos. Restauramos valorosamente a Cidade de Évora. Defendemos com grande esforço e felicidade a praça de Almeida. Devastamos e saqueamos com grandíssima utilidade a melhor parte da Galícia. Passamos bizarramente o Rio Minho. Tomamos o importante forte de Gaião. Fizemos naquele Reino uma fortificação famosa, e das maiores conseqüências. Recuperamos com valor admirável o Castelo de Lindoso, melhorado a boa praça à custa do inimigo. Destruímos e queimamos Vilas e lugares sem conta. Aprisionamos muitas partidas de cavalos (além dos da batalha). Fizemos entradas, de que se tiraram opulentos despojos. Sendo estas vitórias não particulares a uma Província, mas gerais a todas.¹⁰

Tal recapitulação dos feitos do ano de 1663 leva, sem mais delongas, ao objeto central para a presente análise do discurso do *Mercurio Portuguez* sobre a guerra: os exemplares dos meses de junho a outubro, época em que se desenrolavam os principais movimentos das campanhas militares, em que "fervia Marte", na expressão recorrente do periódico.

O primeiro elemento que salta aos olhos nestes exemplares, principalmente os que tratam das principais batalhas daquela fase da guerra, como a perda e a retomada de Évora (na batalha do Ameixal) em 1663, a tomada de Valença em 1664, ou a longa batalha de Montes Claros em 1665, é a sua narrativa, bem mais sintética, e na verdade de caráter mais técnico, dos feitos de guerra. De forma oposta àquela que identificamos na descrição das escaramuças e recontros da baixa temporada militar, o *Mercurio*, ao narrar as principais vitórias do exército português, adota um tom mais conciso, sóbrio, e sua descrição se prende mais aos aspectos técnicos, normalmente encontrados nos livros de *arte militar* do período: o tamanho dos exércitos, suas armas, a disposição das tropas e do terreno onde se desenrolou a batalha, a perícia e a destreza dos soldados e dos capitães (sendo que são nomeados apenas os Cabos maiores do exército em questão), as manobras e táticas militares utilizadas, os números de mortos e prisioneiros ao final da contenda entre outros. Mesmo a narração das batalhas se torna um pouco mais seca, quase sem grandes arroubos de emoção, nem apelo à identificação de feitos individuais heróicos ou a imagens fortes e violentas.

O *Mercurio Portuguez* referente a junho de 1664 é o que apresenta este caráter de forma mais marcante. Antonio de Sousa de Macedo consome boa parte da notícia sobre a tomada da praça de Valença com a descrição da disposição das tropas portuguesas, desde a distribuição de infantaria, cavalaria e artilharia nas linhas de combate, até o elogio da bizzaria do homens e do colorido que fazia do exército como "um prado florido na Primavera"¹¹, passando depois a reproduzir todo o raciocínio por

¹⁰ *Idem*. Dezembro de 1663. n.n.

¹¹ *Idem*. Junho de 1664. n.n.

de trás da escolha da praça a ser tomada, e narrar a marcha do exército até Valença. Ao narrar propriamente o cerco à praça, seu tom é extremamente sintético:

Aos 15 ficou grande parte da nossa gente alojada a tiro de cravina das muralhas, retirando-se o inimigo para dentro; mas delas continuou toda a noite com a mosquetaria, de que foram feridos levemente dois Capitães e quatorze soldados do terço da armada. (...) Em 16 pela manhã apareceu Dom Diogo Correa Governador da cavalaria com coisa de cinco mil cavalos, e trezentas cargas, que as línguas disseram serem de morrão, bala miúda e pólvora, com intento de as introduzir na praça; não trazia infantaria, e vendo a disposição dos nossos se não atreveu a chegar, e ficou formado uma légua distante do exército até a noite em que se alojou junto à serra para a parte de São Vicente. De noite tocou arma, e avançou algumas partidas sobre o nosso exército, que estava posto em boa forma sem nunca deixar os ataques e baterias; tomamos-lhe alguns cavalos, e recolheu-se.¹²

Esta narrativa mais técnica, porém, nem por isso deixa de ter um resultado impactante. A pena de Antonio de Sousa de Macedo conduz o leitor por uma descrição do evento que se exime de colocá-lo no cerne da luta, mas sim o situa como que acima do ocorrido, dando ocasião a uma análise quase fria da batalha, que, por sua vez faz crer o exército português como um verdadeiro impassível e imbatível gigante. Isso na medida em que se retira da narrativa o sangue, o esforço, e a dureza da guerra, e sobressalta a perícia e a estratégia militar, o cálculo racional, e a força do exército é demonstrada pelo impacto visual de sua disposição e número, refletidos na grande variedade de cores que se espalha sobre o campo que ampara sua marcha.

Tal efeito, neste *Mercurio*, se une ainda à atenção que é dada, logo adiante, sobre as negociações para a entrega de Valença, em que se inclui até mesmo a suposta transcrição das *Capitulações* concedidas pelo Marquês de Marialva, General do exército português, ao Governador da Praça de Valença. Verídico ou não, o documento serve ali para ressaltar a civilidade e a generosidade dos portugueses, em contraposição explícita às menções recorrentes às barbáries cometidas pelas tropas castelhanas mesmo contra lugares dentro de suas fronteiras. A generosidade dos portugueses, seguindo o fio da narrativa tecida por Macedo, é então reconhecida pelos moradores dos lugares do entorno da praça de Valença, que prontamente apresentam seu autos de obediência ao rei D. Afonso VI. A manipulação da informação operada aí pelo *Mercurio Portuguez* é evidente, pois não há nada de mais natural do que a submissão das vilas e lugares ao exército que tomou a principal praça militar da região. O importante aqui, porém, é perceber como o redator do *Mercurio* constrói sua argumentação, fazendo

¹² *Idem. Ibid.*

esta ligação tão profícua entre o caráter mais técnico de sua narrativa e a demonstração da benignidade das tropas portuguesas, e de seus líderes.

O expediente de comparar as qualidades do exército português com a ineficácia das ações militares castelhanas é também, como seria de se esperar, facilmente detectável nas páginas do periódico de Antonio de Sousa de Macedo. Na edição de junho de 1665, em que é destacada a vitória das tropas portuguesas na batalha de Montes Claros, subsequente à bem sucedida defesa de Vila Viçosa das tropas do Marquês de Caracena, podemos ver reunidos os principais elementos normalmente utilizados neste sentido.

Saltam aos olhos, como primeiro exemplo, os números trazidos pelo *Mercurio*, tanto dos homens envolvidos nas batalhas como os de mortos e prisioneiros dos dois lados. Na defesa de Vila Viçosa, diz que havia apenas 1370 portugueses, contando com os moradores, e dez peças de artilharia, resistindo durante nove dias contra um exército de 15.000 infantes, 7.663 cavalos e 14 peças castelhanas. Até a chegada do exército português que deu início à batalha no campo de Montes Claros, teriam morrido 1.500 castelhanos, e apenas 112 portugueses. No que o periódico arremata: "*Foi verdadeiramente gloriosíssima para Portugal esta defesa pela fraqueza da praça com tão poucos soldados, pelo grande poder, e furiosa obstinação dos inimigos, que envergonhados da resistência pelejavam já pela reputação*"¹³. A narrativa da batalha de Montes Claros, por sua vez, mantendo em grande parte o caráter técnico das descrições dos grandes eventos militares noticiados no periódico, carrega-se um pouco mais de imagens internas da batalha, mas sempre com o intuito de proclamar as altas capacidades do exército português:

Resolveu-se o inimigo ao último intento; continuamente perseverou em uma terrível investida, oferecendo com desesperação os peitos dos cavalos aos botes das picas dos nossos terços, que ajudavam a cavalaria, para rompê-los; mas eles com o maior valor, e admirável constância, estiveram firmes, e fizeram grande mortandade nos que investiam. Caracena, de um alto em que estava apartado, vendo esta firmeza se deu então por perdido, e disse: a infantaria do inimigo firme; a nossa cavalaria se revolve, perdida é nossa armada, e o inimigo tem um grande dia; e conheceu o acerto com que os nossos entremeteram aquela infantaria com os esquadrões de cavalos, e quanto lhe valera ter ele feito o mesmo, porque a nossa cavalaria entretanto degolava, rompia, e desbaratava a sua, sem embargo de que esta pelejava também mui esforçadamente. Mas tinham os nossos a vantagem de que confundindo-se por vezes com a fúria do conflito, nele mesmo, sem cessar, se reformavam e compunham os soldados quase sem diligência de oficiais, coisa nunca ou raramente vista em outra nação, e já sucedida à nossa famosa vitória do Ameixal, no que se vê sua

¹³ *Idem*. Junho de 1665. n.n.

*singular destreza na milícia. Assim se foi adiantando a nossa cavalaria, e aqueles terços, e outros vizinhos ganhando a terra que o inimigo ia perdendo.*¹⁴

Deste importante passo, podemos destacar elementos centrais, e que surgem com freqüência, na argumentação do *Mercurio* em favor da valorização do exército português em detrimento das temidas forças castelhanas: o afobamento e desespero da ação das tropas castelhanas, e a conseqüente inutilidade de sua superioridade numérica; a arrogância, estupidez, desonradez, e nesse caso específico, a estupefação dos generais inimigos diante da força portuguesa, recursos que, por seu caráter de insistente recorrência, pode-se inferir como voltados para ridicularizar personagens que deviam causar, de fato, mais regularmente temor do que desprezo no seu público; e, por outro lado, o valor especial do exército português, tão hábil e eficiente na arte militar, como bravo e obstinado diante do seu opositor.

As passagens passíveis de ser enumeradas aqui como exemplos da aparição destes elementos nas diversas edições do *Mercurio*, bem como outras que trouxessem uma descrição ainda mais completa do discurso, e portanto da opinião que de alguma forma o seu redator pretendia difundir sobre os movimentos da guerra travada contra Castela, formariam um rol por demais extenso para o intuito deste trabalho. De qualquer forma, estão já delimitadas as características mais gerais do discurso organizado por Antonio de Sousa de Macedo em seu periódico, dispondo das quais já se pode pôr em discussão a classificação da literatura militar feita por Rui Bebiano, que separa de maneira tão assinalada o *Mercurio Portuguez*, bem como outras Relações não periódicas, por seu caráter de *discurso monárquico sobre a guerra*, dos escritos dedicados exclusivamente à *arte militar*.

Se a definição do *Mercurio* como integrante do dito *discurso monárquico* serve bem no livro de Bebiano para apontar para a cada vez maior ligação entre Estado e instituições militares já no século XVII, tal classificação se torna por demais rígida quando confrontada com o conteúdo do periódico de Antonio de Sousa de Macedo. Já foi visto como, por exemplo, o fato de ele representar um discurso em torno da legitimação da guerra empreendida pelo Estado não obriga seu redator a velar com seu texto os horrores próprios da atividade guerreira. Pode-se destacar também, através do que já foi analisado, que mesmo recorrendo a expedientes ligados à deformação da informação em nome da produção de opinião favorável ao governo, o *Mercurio* não deixa de se relacionar com os temas recorrentes nos escritos de *arte militar*. Se o periódico, justamente quando se dedica a descrever os eventos militares mais importantes das campanhas, se imbui de um tom mais sóbrio, e técnico, de um analista militar, por mais que sabidamente parcial, tal fato prova ser possível que se delineie um quadro mais rico de *relações entre* as diferentes formas de escrita sobre a guerra no período restauracionista português. Por ora, dentro das possibilidades abertas por este trabalho incipiente, já se pôde contribuir para tal com uma caracterização mais ampla dos diferentes recursos discursivos e estilos narrativos de que o *Mercurio Portuguez* faz uso, e com a certeza de que a variedade de estratégias de que seu texto lança mão deve ser então relacionada

¹⁴ *Idem. Ibid.*

com os desafios criados pela assunção da tarefa de intervir na opinião, a qual se dedicou Antonio de Macedo enquanto Secretario de Estado do governo de D. Afonso VI.

Este ponto leva ao outro já destacado da obra supracitada de Rui Bebiano, a saber, a tese mais geral de vinculação entre a institucionalização da esfera militar e a centralização do poder monárquico. O que nos oferece a leitura do *Mercurio Portuguez* sobre este assunto? Já foi visto como, ao tratar dos preparativos para a guerra, Antonio de Sousa de Macedo vincula totalmente tal função ao Estado, destacando sempre a ação do rei e de seus ministros no sentido da estruturação da força militar portuguesa, inclusive na busca pelo auxílio divino. Mas vale a pena também enfatizar a presença do governo central também nas descrições do periódico das façanhas militares portuguesas, seja através da menção da obediência dos generais a seu rei (a quem periodicamente vão beijar as mãos), das notícias que narram a chegada da notícia de vitórias militares na Corte de Lisboa, e acompanham todos as manifestações de alegria presenciadas por D. Afonso, ou mesmo quando são demonstrados, durante a descrição das batalhas, os sinais do auxílio divino aos portugueses, e tal auxílio é vinculado ao merecimento provocado pela ação justa e devota do governo: "*Este favor do Céu procuram os Ministros de Sua Majestade merecer, e Sua Majestade dar-lhes exemplo na administração da justiça*"⁴⁵.

Destacar também esta variedade de situações em que se destaca a atuação do governo central monárquico na abordagem sobre a guerra do *Mercurio*, mostra que talvez mais importante do que detectar os reflexos em seu discurso de uma ligação entre o Estado e a Guerra, seja pôr em evidência que tal ligação é um dos mais importantes focos da argumentação de Antonio de Sousa de Macedo. A direção do governo sobre os rumos da guerra, bem como a necessidade de sua eficiência administrativa e religiosa para a consecução de um destino favorável à Restauração definitiva da Coroa portuguesa, são elementos, mais do que encontrados por Macedo na sociedade de seu tempo, integrantes de sua lógica de defesa *daquele* governo, parte fundamental da opinião que esperava difundir em seus leitores. A ligação entre Estado e Guerra, percebe-se aqui nitidamente como em permanente construção, e sendo defendida pelo redator do *Mercurio* como necessária e benéfica para o reino, mais ainda enquanto operada pelos homens que tomaram o governo em 1662.

Em meio a este dos mais conturbados períodos da formação do Estado português, o *Mercurio Portuguez* se apresenta como um instrumento do governo de D. Afonso VI voltado para a sua manutenção, através de um expediente que se tornará cada vez mais comum enquanto prática política: a intervenção direta, através da imprensa, na opinião de um determinado público sobre a organização da política e da sociedade em que vive. A guerra contra Castela, para Antonio de Sousa de Macedo, surge então como tema crucial para a tessitura de seu discurso, já que lhe permite uma justificação para a empreitada de imprimir um periódico mensal, e ao mesmo tempo torna-se o elemento primeiro em torno do qual ele disporá seus argumentos em defesa das práticas políticas daquele governo, inclusive das suas próprias, de suas posturas e concepções de organização do Estado.

¹⁵ *Idem*. Agosto de 1663. n.n.

Entre a evocação do sangue a correr nos campos de batalha e a postura fria de uma analista da guerra instruído na *arte militar*, entre os tantos e vários elementos presentes na abordagem sobre a guerra da Restauração realizada pelo *Mercurio*, já se pode vislumbrar a possibilidade de uma melhor definição do tipo de ação política defendida e praticada por Antonio de Sousa de Macedo, e assim a aproximação de uma interpretação mais consistente e dinâmica da política e do Estado no século XVII português.

Bibliografia:

- BEBIANO, Rui. *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.
- MACEDO, Antonio de Sousa de. *Flores de Espana, Excelências de Portugal*. Lisboa: Alcala Editores, 2003. Ed. Fac-Sim.
- *Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castela*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1663-1666.

**Reforma Pombalina da Educação e sua implantação na capitania de Minas Gerais:
As primeiras aulas e os pedidos de abertura**

Danielle Rezende Berbert Dias
Mestranda em História do PPGHIS/UFJF

A educação nos setecentos ficava a cargo das câmaras, da Igreja, de congregações religiosas e dos pais. A instrução pública nunca fora tratada em nenhum capítulo das leis fundamentais do reino português. A preocupação com relação ao ensino era somente a de uma formação profissional. Nos Capítulos do Estado da Nobreza, apresentados nas cortes de Lisboa de 1641, no capítulo LXXX se sugere que devido às guerras, homens dados às armas são mais necessários dos que os afeiçoados às letras, "por isso se deviam fechar as universidades do reino, e de toda faculdade, por tempo de cinco anos, ficando só a Universidade de Coimbra; e as tais rendas se devem aplicar para as despesas das guerras"¹. Com a omissão do estado nos assuntos educacionais a Igreja entra como grande responsável pelo ensino. Os jesuítas se destacam como principais agentes da educação. Existiam também escolas vinculadas às ordens dos beneditinos, franciscanos, e dos carmelitas². O ensino da doutrina estava associado ao ensino da leitura e da escrita. O Catecismo, as orações, os Mandamentos de Deus e da Igreja, eram utilizados para auxiliar na aprendizagem. Alguns missionários achavam fundamental a alfabetização concomitante à cristianização para que os indígenas tivessem um contato melhor com as Escrituras sagradas.

É somente no reinado de D. José I que a educação passa a receber uma atenção maior do estado. A Reforma Pombalina da educação é mais bem entendida se pensarmos que na metade do século XVIII – o século das Luzes – Portugal era visto como atrasado em toda a Europa. De acordo com Kenneth Maxwell em *O Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*, a segunda metade do século pode ser vista como a "corporificação do Iluminismo" em Portugal³. Não pretendo me lançar na discussão que envolve as políticas pombalinas e os ideais iluministas de governo. Mais do que isso, é necessário saber que:

*"A reduzida estatura europeia das nações ibéricas no século XVIII, juntamente com a continuidade do papel de suseranos de vastos territórios ultramarinos, gerou entre os estadistas, tanto portugueses quanto espanhóis, da geração de Pombal a consciência aguda de que a **eficácia governamental** e a **consolidação imperial** eram essenciais para que um dos países viesse a reconquistar sua influência e poder em um mundo crescente de competitividade e inveja".⁴*

¹ ADÃO, Áurea. *Estado absoluto e Ensino das Primeiras Letras*. As escolas régias (1772- 1794). Lisboa, Fundação Calouteste Gulenkian, 1997, p.12.

² VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996, p.17.

⁴Grifo nosso. MAXWELL, Kenneth. Op. Cit., p16-17.

Eficácia governamental e consolidação imperial parecem ter sido o mote da administração pombalina. Toda a política deveria ser tomada de forma a modernizar os setores com problemas em Portugal como: agricultura, indústria, comércio. Esses ramos eram fundamentais para a conservação e progresso do Estado, assim como o ensino, que deveria formar homens capazes se satisfazer os interesses do país. A reforma educacional acompanha as demais. É determinada pela conjuntura política, econômica e social de então. Para Pombal ela ajudaria no engrandecimento nacional frente à Europa⁵. Além de impulsionar a modernização, seria fundamental para criar um corpo de funcionários públicos com a mentalidade transformada e reformada⁶. Maxwell afirma que inicialmente devido à dificuldade de encontrar indivíduos qualificados e com pensamentos semelhantes aos de Pombal, este tenta utilizar estrangeiros em que confiava, alternando-os de instituição para instituição. Posteriormente o esforço para criar burocratas e funcionários ilustrados iria beneficiar seus sucessores que iriam contar com um corpo administrativo mais eficiente. Seriam mais tarde os perpetuadores e defensores das idéias pombalinas.⁷

*

As primeiras mudanças aconteceram em 1759. Aos 12 de janeiro os jesuítas, que até então eram os responsáveis pelo ensino preparatório para os Estudos maiores, foram expulsos de todo o Reino, deixando sem aulas os estudantes dos colégios jesuíticos. Para dar conta dessa situação D. José publica a lei de 28 de junho 1759.

Foi o Alvará de 28 de junho 1759 que estabeleceu as novas diretrizes do sistema estadual de educação. O texto classifica o método usado pelos jesuítas como escuro, fastidioso e pernicioso, “com sinistros intentos, e infelizes sucessos”. Os alunos submetidos a ele por oito ou mais anos não possuíam pleno conhecimento da Gramática, nem falavam ou escreviam a Língua Latina ou Grega, e por isso os jesuítas foram considerados responsáveis pela decadência das referidas línguas. Eles teriam agido de forma a “alucinar os meus Vassallos (...) criando-os, e prolongando-os na ignorância, lhes conservassem uma subordinação, e dependência tão injustas, como perniciosas”. Diante desse estrago os homens de erudição deveriam clamar “altamente nestes Reinos contra o Método; contra o mal gosto; e contra a ruína dos Estudos”. E declara o Rei:

Hey, por extintas todas as Classes, e Escolas, que com tão perniciosos, e funestos efeitos lhes forão confiadas aos opostos fins da instrução, e da edificação dos meus fiéis Vassallos: Abolindo até a memória das mesmas Classes, e Escolas, como se nunca houvessem existido nos meus Reinos, e Domínios, onde tem causado tão enormes lesões, e tão graves escândalos.

⁵ ADÃO, Áurea. Op. Cit., p. 42-23.

⁶ MAXWELL, Kenneth. Op. Cit., p159.

⁷Idem, p.114-115.

E ainda:

Sou servido da mesma sorte ordenar, como por este ordeno, que no ensino das Classes, e no estudo das Letras Humanas haja uma geral reforma.⁸

A partir daí fala-se especificamente sobre as incumbências do Diretor dos Estudos, sobre os Professores de Gramática Latina, de Grego e de Retórica.

O Diretor de Estudos, indicado pelo Rei, averiguaria o andamento dos estudos e teria de fazer anualmente relatório para ser entregue, com o fim de evitar abusos que pudessem ocorrer. A ele seriam subordinados todos os professores que caso deixassem de cumprir com suas obrigações seriam advertidos e corrigidos. Em existindo opiniões diferentes e a partir delas discórdia entre os professores, deveria o diretor extirpar as controvérsias e zelar pela constante uniformidade da Doutrina. A criação desse cargo foi um primeiro ensaio de centralização dos estudos nas mãos do Estado.

É imposto o uso do “Novo Método da Gramática Latina” composto por Antônio Pereira, professor da Congregação do Oratório, ou a “Arte da Gramática Latina” reformada por Antônio Felix Mendes, Professor em Lisboa. Torna-se proibido Manoel Álvares, seus comentadores (“Antônio Franco; João Nunes Freire; Joseph Soares; e em especial de Madureira mais extenso, e mais inútil”) e todos os demais que não os dois permitidos, como pena, para os que assim não fizerem, de serem presos, castigados e não poderem mais dar aulas. Estabelece para cada vila um ou dois professores de Latim. Ninguém poderia ensinar sem a aprovação e licença do diretor, que faria previamente um exame dos pretendentes. Os aprovados “gozarão dos Privilégios de Nobres, incorporados em Direito Comum, e especialmente no Código, Título *De Professoribus, et Medicis*”.

Em cada Vila, Cabeça de Comarca, deveria ter um professor de Grego, estes teriam os mesmos privilégios que os da Corte e de Lisboa. Depois de um ano e meio os alunos que tivessem sido aprovados poderiam tentar ingressar na Universidade de Coimbra e seriam os preferidos nas faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina.

Haveria quatro professores de Retórica em Lisboa, dois em Coimbra, Évora e Porto, um em cada Vila, Cabeça de Comarca, seguiriam as mesmas ordenações dirigidas aos professores de Latim e Grego, e também os mesmos privilégios. Retórica era pré-requisito necessário para a admissão nas Escolas Superiores e na Universidade de Coimbra, tendo de ser os alunos examinados antes de ingressarem em tais Escolas.

A segunda reforma, de 6 de novembro de 1772, veio para complementar o que já havia se iniciado. Dava conta das Escolas Menores, ou seja, os primeiros níveis de estudos, as escolas de ler, escrever e contar. A administração e direção dos Estudos das Escolas Menores do Reino e de seus

⁸ Em todas as transcrições adotei o critério de atualizar a ortografia dos documentos da época, apresentado por extenso as palavras abreviadas, mas a pontuação foi integralmente respeitada.

domínios foi entregue à Real Mesa Censória. A criação desse órgão é vista como a segunda fase da centralização dos Estudos. Junto à primeira reforma, constituiu-se em umas das primeiras tentativas de organizar um sistema de ensino elementar em toda a Europa. Áurea Adão destaca os aspectos fundamentais: sistema de instrução pública nacional, com uma rede de escolas que abrangia todo o Reino; a gratuidade do ensino, as despesas seriam custeadas pelo Subsídio Literário; a conversão dos mestres em funcionários do Estado, nomeados e dirigidos pelo poder central; administração estatizada das estruturas escolares.⁹ Para a autora o aspecto mais inovador da reforma na Europa foi tornar o professor um funcionário do Estado.¹⁰

Ficava claro, portanto o desejo da Coroa, criar um sistema de ensino público e ter o controle dele em suas mãos. O afastamento da Igreja não significa que os ensinamentos cristãos deveriam ser deixados de lado. O Alvará de 1772 torna obrigatório o ensino do Catecismo, os professores eram avaliados nos conhecimentos da Doutrina Cristã, os textos utilizados para o ensino da leitura e da escrita continuavam ligados a matérias da Igreja, e a educação moral ensinada na escola não perdeu o caráter religioso¹¹. A pretensão era retirar das mãos dessa instituição o controle da educação, mas não afastar das populações os ensinamentos Cristãos. O presidente e cinco deputados da Real Mesa Censória eram membros de congregações religiosas e o corpo docente não se torna laico. Dos 22 professores atuantes em Minas Gerais no ano de 1800, 13 eram padres¹². Já haviam se passado mais de quarenta anos desde a expulsão dos Jesuítas, e religiosos continuavam como professores. Certamente a Coroa não teria dado licença a padres para lecionarem se o desejo dela fosse mantê-los longe.

A Coroa deixa claro que todo ensino estava subordinado a ela por meio do Diretor Geral. Temos noção disso ao ler os documentos referentes à uma carta de 1761 do Bispo de Mariana, D. Fr. Manuel da Cruz, à D. José¹³. O Bispo informa que ao tomar posse do seu bispado não havia nele nenhuma aula pública. Os moradores daquela região, caso quisessem estudar, eram então obrigados a ir ao Rio de Janeiro ou à Bahia, se não tivessem condições financeiras simplesmente não estudariam. Pensando nisso o Bispo cria nesta cidade um seminário, onde “há e tem havido nele há muitos anos, lição de Gramática Latina, e Retórica e também ensina Teologia Moral.” No documento está grifado a seguinte frase “Para a factura desse Seminário ainda não pedi a Vossa Majestade esmola alguma”. O destaque para a independência com que fez o Seminário indica logo em seguida um pedido para os professores pudessem agora ser pagos com ordenados da Fazenda Real. É interessante observar que ele faz referência às leis de 1759, pois diz: “que pelas ordens de Vossa Majestade havia de haver nessa cidade um mestre de Gramática e Retórica”. O parecer ao lado da carta indica que o pedido fora atendido, mas antes se faz uma advertência, lembrando que “pela Lei do estabelecimento dos estudos ninguém pode ensinar as

⁹ ADÃO, Áurea. Op. cit., p. 50.

¹⁰ Idem, p. 57.

¹¹ Idem, p.68.

¹² AHU/MG Cx.154 Doc.51

¹³ AHU/MG Cx.: 77 Doc.: 1

línguas Latina, Grega, Hebraica sem licença do Diretor Geral dos estudos”, a quem devem ser submetidos todos os candidatos a professores para exame, e ainda “não pode o Bispo com independência total do Diretor Geral abrir nesse Seminário escolas e por nelas professores”.

*

Na reforma de 1772 criou-se o Subsídio Literário. A coleta desse imposto serviria para que a Coroa pudesse custear todas as despesas referente às Aulas Régias. Desde os gastos com a coleta do mesmo, até do pagamento de toda a estrutura da Real Mesa Censória, além dos ordenados de mestres e professores. Em Portugal e nas Ilhas Atlânticas seria cobrado sobre a produção de vinho e aguardente. No Brasil e na Ásia o imposto recairia sobre a produção de aguardente e de carne. Dez réis para cada oito canada de aguardente e um real para cada arrétel de carne abatida. A Real Mesa mandou consultar as populações sobre o novo imposto e não observou pensamentos contrários, isso devido provavelmente ao fim a que se destinava e também a pequena quantia individual.¹⁴ Porém, no Brasil, nos anos seguintes à implantação desse imposto algumas Câmaras se dirigem à D. José pedindo alívio ou isenção no pagamento. Encontramos em 1774 e em 1778 pedidos dos oficiais da Câmara de São João Del Rei e de Vila Rica para isenção e alívio do pagamento¹⁵. O texto segue um mesmo formato, chegando a ser idênticos em muitas partes. Dizem que “não desconhecem o zelo incomparável com que Vossa Majestade quer felicitar os seus fieis vassalos, até promovendo-lhes os meios de adquirirem as ciências aos seus próprios países”. Sabem da importância do subsídio, mas não podem pagar devido à miséria em que se encontram os povos daquelas regiões. Alegam que estão em distância tal que não podem ir aos locais onde têm professores. Sairia mais barato enviar os filhos ao Rio de Janeiro para estudarem do que fazerem o pagamento do Subsídio e ainda percorrer distâncias dentro da própria capitania de Minas.

Um outro pedido de alívio é feito em 1778, desta vez pela Câmara de Vila Nova da Rainha¹⁶. Lembram do estado em que se encontram as extrações do ouro. As lavras dos rio e córregos estão acabadas e por essa razão os ‘aluvieros’ percorrem campos e morros, perdem muito tempo e dispendem uma soma considerável, sendo dessa maneira difícil fazer o pagamento do imposto. O Conselho Ultramarino dá seu parecer. Considera justa as queixas das câmaras do Brasil que pagam o Subsídio Literário, mas não recebem os mestres necessários e determinados para sua região. Sugerem que se faça uma revisão da introdução dos estudos no Brasil, para que se cobrasse o subsídio somente quando aquelas localidades pudessem pagar ou quando fossem enviados os mestres. Não pudemos verificar se o

¹⁴ ADÃO, Áurea. Op. cit., p.130.

¹⁵ AHU/MG Cx.107 Doc.: 13, Cx.113 Doc.:74.

¹⁶ AHU/MG Cx.: 113 Doc.:32.

pedido foi aceito, mas por meio de um outro documento ficamos sabendo que cinco anos depois Vila Nova da Rainha continuava sem mestres de ler e escrever e de gramática latina¹⁷.

A implantação das aulas no Ultramar parece não ter sido fácil. Verificamos um série de pedidos para a abertura de aulas. Esses pedidos são uns dos poucos testemunhos escritos sobre a criação de escolas, por esse motivo sua argumentação será bem destrinchada.

Muitos pedidos apontam como justificativa o montante pago pela localidade ao Subsídio Literário. Em consulta que faz o Conselho Ultramarino sobre a solicitação de mestres que fazem oficiais da Câmara de Vila do Pitangui, há referência a lei de 1772 que implanta o imposto:

...que sendo Vossa Majestade servida por lei de 6 de novembro de 1772 e 10 de outubro de 1773, estabelecer um subsídio literário para sustentação de mestres, que possam instruir a mocidade nos princípios necessários de letras, com que se faz capaz de Policia e Civilidade que requer o trato humano, estando os moradores daquela vila contribuindo para o mesmo fim; não gozão ainda do efeito saudável de tão sábia providência, por se lhe não haver ainda nomeado até agora os sobreditos mestres.¹⁸

Para São João del Rei os pedidos são para o estabelecimento de cadeiras de Retórica e Filosofia, dizem: "e como Vossa Alteza Real só compete este estabelecimento e deliberação que se faz tão atendível pelos motivos expandidos quanto por que das rendas do Subsídio Literário, imposto nesta comarca para o mesmo fim"¹⁹. Assim aparece nos demais pedidos, em meio a outras justificativas, o Subsídio Literário. A Rainha D. Maria I antes de dar parecer favorável aos pedidos, pede ao corregedor da Comarca do Rio das Mortes, Luis Antônio Bernardes de Carvalho, informações sobre os rendimentos da localidade de Campanha do Rio Verde: "E outro sim me dareis conta de quanto rende por ano o Subsídio Literário [...] calculado por um ano médio; e particularmente especificado o rendimento da referida vila e seu termo"²⁰.

Outros tipos de argumentos eram usados. Por exemplo, argumentos de ordem demográfica. Informavam sobre Vila de Pitangui que "a sua povoação de mais de doze mil almas", já São João del Rei merece a abertura de escolas "por sua situação abundância e populosidade", vem se tornando populosa "e feita florente em povo e multiplicado em mocidade"²¹. Ou ainda Campanha do Rio Verde é "pela sua população, e relativamente ao país, grande" e "que excede em número de 14.800 pessoas". Quando Joaquim Felix Pinheiro pede uma cadeira ou em Vila Rica ou em São João del Rei se refere à Capitania de Minas dizendo que sua população é muito superior que a de muitas outras do país. E o pedido para Vila de Caeté "se faz atendível a dita vila pelo numeroso povo que a habita".

¹⁷ AHU/MG Cx.: 119 Doc.: 47.

¹⁸ AHU/MG Cx.112 Doc.20

¹⁹ AHU/MG Cx. 160 Doc.53

²⁰AHU/MG Cx.139 Doc. 26

²¹AHU/MG Cx.160 Doc.53

A situação geográfica também ajudava na hora de justificar os pedidos de aulas. Em 1790 os mestres de Gramática Latina mais próximos de Vila de Pitangui estão, de acordo com o documento, “um em distância de quase 30 léguas, e o outro de 70”²². O Rio de Janeiro era o lugar mais perto onde havia aulas de Cirurgia Anatômica e Arte Obstétrica mas “dista 60 e 80 léguas do centro de Minas Gerais, esta longitude, e mais ainda, a carestia dos víveris em proporção, serve de obstáculo à mocidade pobre, que são ordinariamente os que se dedicam a essa profissão”. Argumentos que destacam como obstáculos a distância, geralmente vêm acompanhados dos de ordem econômica. No documento citado acima sobre Vila de Pitangui ainda encontramos a constatação de que o fato de não haver professores de Gramática Latina nas proximidades, “obriga a uns a não estudarem por não poderem com as despesas, e a outros que vivem em abundância, irem a lugares muito distantes como a cidade de São Paulo ou a São João del Rei”

A localização não era sempre um obstáculo, alguns a usavam para reforçar a importância de se abrir uma aula em determinado local. São João aparece novamente podendo servir de centro à instrução. Devido a sua localização poderiam ir para lá os indivíduos interessados em se instruir, sem que para isso tivessem que gastar muito²³. Em outro pedido pedem que a cadeira “se estabeleça na Capital Vila Rica, não só por ser o centro de toda aquela Capitania; e mais populosa e para onde comumente podem ir estudantes de outras comarcas”²⁴

Encontramos ainda argumentos de ordem cultural. A valorização do ensino aparece quando dizem à Rainha que ela deveria ser piedosa e não deixar “seus filhos privados de um bem tão estimável como o das letras”²⁵. O ensino não seria interessante somente para os povos moradores de Minas, mas ao Estado e à Igreja:

*[a mocidade] que sendo espiritual, ora, e cheia de viveza [sic] e habilidades, e corresse que tementemente hábil e capaz de servir a Igreja e ao Estado; se à natureza se houvesse de ajuntar a instrução e o ensino das belas Letras [...] e por isso seria de muita utilidade e proveito à mocidade, que houvesse aulas de Retórica, Filosofia [...] poderiam] beber estas primeiras ciências, que os habilitariam tanto para o sacerdócio, como para os lugares de Letras [...] pelo proveito, adiantamento, instrução e Luzes, que resultaria à mocidade e conseqüentemente à Pátria, à Religião, à Igreja e ao serviço de Vossa Alteza Real.*²⁶

*Só por meio das letras poderão os mancebos seus filhos ser úteis à Igreja, e ao Real serviço, logo precisarão nesta vila de Escolas das primeiras Letras e de Gramática Latina.*²⁷

²²AHU/MG Cx.134 Doc.1

²³ AHU/MG Cx.160 Doc.53

²⁴AHU/MG Cx.143 Doc.30

²⁵ AHU/MG Cx.112 Doc.20

²⁶AHU/MG Cx.160 Doc.53

²⁷ AHU/MG Cx.163 Doc.31

Não era somente o Estado português que refletia, em suas ações, as revoluções ocorridas na ciência e na filosofia; e não só a cultura e a mentalidade européia se modificavam. Podemos perceber em alguns discursos citados acima, que os que viviam na Colônia também acompanhavam as mudanças. O desejo pelas Luzes, a crença no progresso, também se faz sentir no discurso desses indivíduos.

Os pedidos para a implantação de aulas de Cirurgia Anatômica e Arte Obstétrica utilizam diferentes argumentos. Em um deles afirmam que tais aulas seriam importantes para o Hospital Militar de Vila Rica. Lembram também que não há no principal Hospital do país a cadeira requerida, isso faz com que se anatomize sem cadáveres “precisos para um profundo conhecimento da estrutura do corpo humano”. Para piorar os Europeus instruídos, que poderiam ajudar, não chegam até o interior ficam nas cidades litorâneas, “e só algum ignorante, por não ter ali aceitação, é que se entranha pela terra a dentro na esperança (como acontece) de que a necessidade lhe dê o que fazer”²⁸. Joaquim Felix Pinheiro o autor da carta, diz ainda, que muitas vidas são perdidas e muitas crianças vítimas da “estupidez” das parteiras. Esse problema tocava também ao Estado, pois “a infeliz escravatura pelo seu grande número, é sobre quem mais descarrega o peso essencial da falta desses conhecimentos”, e são eles que “formam os braços, e a riqueza daqueles Colonos, e por seqüência a do Estado parece que sua perda, vem a ser uma perda Real para a Metrópole”.²⁹

Os oficiais da Câmara de Sabará na representação em que pedem a licença para a abertura de uma casa de Aula de Cirurgia, fazem uma argumentação interessante:

*Certo que não há ciência mais necessária para a conservação da vida humana do que: a ciência da Medicina e Cirurgia bem administradas, nem coisa, mais prejudicial à mesma vida do Homem que as mesmas ciências indementes (sic) manipuladas. Este gravíssimo dano temos sofrido há muitos anos, vendo perecer muitos pais de família e ficar estas no desamparo, por causa dos imperitos cirurgiões, que por falta de médicos, se aplicam todos a curas de moléstias que pertencem a Medicina, sendo muitos os que deixam morrer, por eles não saberem aplicar os remédios próprios, do que, os que curam*³⁰.

Sabe-se que em 1768, o procurador da Coroa rejeitou um pedido da Câmara de Sabará para a abertura de uma Aula de Cirurgia. Alegam que essa medida atrapalharia as laços da metrópole com a colônia, afirmam “este vínculo não se devia relaxar e era princípio de relaxação a faculdade pública de uma Aula de Cirurgia”.³¹ Essa situação pode ser explicada pela frase de Antônio Ribeiro Santos: “Pombal

²⁸ Parênteses do documento.

²⁹ AHU/MG Cx.143 Doc.30

³⁰ AHU/MG Cx.91 Doc.66.

³¹ VILLALTA, Luis Carlos . *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999, p.161.

quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la. Quis difundir a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo³².

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Márcia. *Leituras no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

_____. Entre a oralidade e a escrita: um estudo dos folhetos de cordel nordestinos. *Estudos de Literatura Oral*. Faro, Centro de Estudos Ataíde Oliveira. Universidade do Algarve, 1997b, p.7-23.

_____. Circulação de livros no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: *CD-Rom XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercon, Recife, 1998b.

_____. Leitura de Ficção no Brasil Colônia. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Editora 1996.

_____. *Os Caminhos dos Livros*. Campinas: Mercado das Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

_____. (org.), *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, São Paulo: Mercado das letras: ALB, 1999.

ADÃO, Áurea. *Estado absoluto e Ensino das Primeiras Letras*. As escolas régias (1772- 1794). Lisboa, Fundação Calouteste Gulenkian, 1997.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A Reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978.

ARAÚJO, Jorge de Souza. O perfil do leitor colonial. *Artes e Literatura – Revista de Cultura Vozes* (4). Petrópolis, jul./ago. de 1989, p.448-450.

_____. *O perfil do leitor colonial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

BARBOSA, Antônio da Cunha. Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nº63. Rio de Janeiro, 1900, p.239-262.

BELLO, Ruy de Ayres. Esboço de história da educação. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945; ARCHÊRO, FILHO, Aquiles. Lições de história da educação. Coleção Didática Nacional. Série Brasil – Normal. São Paulo, Edições e publicações Brasil Ed., s.d.; SANTOS, Theobaldo Miranda dos. Noções de história da educação. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.

BOSCHI, Caio. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Estudos Históricos* nº7. t.4. Rio de Janeiro, 1991.

BURNS, E. Bradford. O Iluminismo em duas bibliotecas da Brasil colônia. *Universitas* nº8-9. Salvador, Jan./ago. 1971, p.5-15.

³² MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996, p.2.

- CAVALCANTE, Berenice. Os letrados da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo. Leituras e Leitores. Revista do Arquivo Nacional*. nº1-2, vol.8. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Jan./dez. de 1995.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. A Livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794. *Acervo. Leituras e Leitores. Revista do Arquivo Nacional* nº1-2, vol.8. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, jan./dez. 1995.
- CARVALHO, Laerte. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo. Ed. USP, 1978
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ªed. Brasília: UnB, 1998.
- _____. *A história cultural: entre práticas e interpretações*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *Crítica textual e História cultural: o texto e a voz, séculos XVI-XVII. Leitura: teoria e prática*. Associação de leitura do Brasil . Campinas, São Paulo: ALB: Porto Alegre: Mercado aberto, n.30: 67-75, dez. 1997.
- _____. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Potro Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- _____. *Boêmia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- DINIZ, Sílvio Gabriel. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. *Kriterion* (47/48). Belo Horizonte, jan./jun. 1959^a, p.180-198.
- FERREIRA, Tito Livio. *História da educação lusobrasileira*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do cônego*. 2 ed. rev. e aum. São Paulo: EDUSP: Belo Horizonte: Itatiaia, 1981
- FURTADO, Júnia. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Anna Blume, 1996
- KURY, Lorelai Brilhante e MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo. Leitura e Leitores. Revista do Arquivo Nacional*. nº1-2, vol.8. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, jan./dez. 1995.

- LAJOLO, Marisa e ZIBERMAN, Regina. *A Leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991a.
- LEITE, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo. Leitura e Leitores. Revista do Arquivo Nacional*. nº1-2, vol.8. Rio de Janeiro Arquivo Nacional, jan./dez. 1995.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalia: Rio de Janeiro: INL, 1938-1950. 10 v
- LESSA, Clado Ribeiro. As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nº191. Rio de Janeiro, 1946, p.339-345.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996
- MORAIS, Rubens Borba Alves de. *Bibliografia brasileira do Período Colonial*. São Paulo:IEB, 1969.
- _____. *Livros e bibliotecas na Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia,1979.
- _____. *Bibliographia brasiliana: rare books about Brasil published from 1504 to 1900 woks by Brazilian authors of the colonial period*. Los Angeles: Latin American Center Publications, University of the California; São Paulo: Kosmos, 1983, 2 vols.
- MOYSÉS, Sarita Maria A. *Entre-tempos: alfabetização e escravidão*. Tese de Livre-docência apresentada na Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, 1992.
- NUNES, José Horta. *Formação do Leitor brasileiro, imaginário da leitura no Brasil Colônia*. Campinas: Editora da Unicamp,1994.
- PASSOS, Alexandre. *A Imprensa no período Colonial*. Rio de Janeiro: MEC, 1952.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A educação mineira na história: notas para um inventário. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FILHO, Luciano Mendes de Faria; XAVIER, Maria do Carmo. (orgs.) *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.
- PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. *A instrução pública no Brasil (1500-1889)* São Paulo: EDUC, 2000.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.
- _____. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo:Cia. Editora Nacional, 1977.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, 1973.
- _____. Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro. *Revista de História* nº97, 1974.
- _____. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1801- 1821)*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977.
- _____. Produção, distribuição e consumo de livros no Brasil Colonial. *Colóquio – Letras* nº50. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.1979.
- _____. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis:Vozes, 1981.
- _____. (coord.) *O Império Luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1990.

- _____. (org.) *Cultura Portuguesa na terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995.
- VEIGA, Cynthia Greive. Historiografia da Educação de Minas Gerais: uma história Regional? In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FILHO, Luciano Mendes de Faria; XAVIER, Maria do Carmo. (orgs.) *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.
- VIDAL, Diana Gonçalves & FILHO, Luciano Mendes de Faria. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23,nº45,p.37-70, 2003.
- VILLALTA, Luis Carlos. O diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura 1992.
- _____. A "Torpeza diversificada dos vícios": celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748- 1801). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1993.
- _____. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo. Leitura e Leitores. Revista do Arquivo Nacional*. nº1-2, vol.8. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Jan./dez. 1995.
- _____. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

Poder e Violência: aspectos do cotidiano da cidade de Mariana em fins do século XVIII

Edna Mara Ferreira da Silva¹

A mais bela vista da cidade eclesiástica é do lado meridional da elevação onde está sendo – ou melhor não está sendo – construída a Igreja de São Pedro.²

Assim como Burton, Saint- Hilaire também destacava a visão da Igreja de São Pedro que mesmo inacabada, parecia dominar toda a cidade de Mariana³. A via de acesso à cidade naquele momento, obrigava o visitante a passar ao lado daquela igreja e alcançando o morro onde estava localizada podia-se enxergar toda a cidade. Até hoje é desde ponto que temos uma visão panorâmica das antigas construções coloniais, e a Igreja de São Pedro ainda se destaca sobre a paisagem da primeira cidade de Minas Gerais.

Para aqueles viajantes, ao longo do século XIX, que vislumbravam a antiga cidade colonial, sede do bispado mineiro, a igreja inacabada consagrada aos clérigos e ao Príncipe dos Apóstolos, São Pedro, parecia confirmar a vocação eclesiástica da cidade nascida para abrigar o bispado.

No entanto, a permanência da Igreja de São Pedro como templo inacabado, por séculos⁴, justamente a igreja consagrada aos clérigos, pode ser um indicativo das dificuldades da instituição eclesiástica em se impor frente aos costumes que estabeleciam as relações dentro da sociedade mineira.

Assim, apresentaremos os índices de criminalidade em relação aos crimes interpessoais⁵, analisando manifestações da violência na cidade de Mariana, tentando identificar as contradições dos diversos grupos que a compunham.

Recorrente na historiografia sobre Minas Gerais no período colonial, o tema da violência vem sendo apresentado sob perspectivas diferentes.

¹ Aluna do programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e professora - titular do departamento de Ciências Humanas e História da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG/Campus Campanha

² BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p.275

³ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 78.

⁴ Embora Dom Frei Manuel da Cruz tenha avaliado que suas obras seriam logo concluídas, este seu prognóstico falhou, e este templo foi sagrado apenas ao final dos anos 80, deste século XX, por Dom Luciano Mendes de Almeida. VILLALTA, Luiz Carlos. *O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano*. In: TERMO DE MARIANA: *História e documentação*, Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 81.

⁵ VELLASCO. Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. Bauru/São Paulo: EDUSC/ ANPOCS, 2004, p. 228

Na obra *Desclassificados do Ouro*, Laura de Mello e Souza aponta para o início turbulento do povoamento da região das Minas. Para ela, a Coroa, muitas vezes, ignorava os desmandos dos primeiros colonizadores, enquanto estes serviam ao seu interesse de efetivar a ocupação do território.

Na fase de conformação do território das Minas, aventureiros, assassinos e bandidos conviveram com "homens bons", muitas vezes tornando-se um deles enquanto estes, por sua vez, se perdiam em desmandos e acabavam perseguidos pela justiça. Não foi outro o caso de Borba Gato, a que a justiça fechou os olhos.⁷

A Coroa serviu-se da violência e do banditismo dos grupos que se organizavam nas Minas nos primeiros tempos da colonização, de modo ambíguo, para dessa forma, garantir a exploração do ouro na região.

No entanto, a partir do momento em que os costumes e privilégios internalizados pelos *vassalos rebeldes* das Minas, fomentaram uma série de conflitos que passaram a comprometer a arrecadação dos impostos, o governo português teve que tomar medidas no sentido de estabelecer o aparelho administrativo do estado e assim garantir a ordem nas áreas mineradoras.

Segundo Laura de Mello e Souza os anos compreendidos entre 1707 e 1740 foram um período crítico para o governo das Minas⁸. O movimento urbanizador teve como resultado uma maior aproximação entre a população, o que favoreceu o surgimento de conflitos. Mas criadas as condições para o funcionamento das instituições administrativas dentro desses centros urbanos, as medidas punitivas também poderiam ser melhor aplicadas.⁹

Além disso, a Coroa tentava cooptar os membros da elite local obtendo sua adesão através da concessão de mercês. Favorecia, dessa forma, os agentes da normalização, os que primavam pelo ordenamento das Minas com tabelionatos, ofícios de juiz de órfãos, patentes militares e cargos de importância.

A partir de meados do século, como se ia dizendo, as revoltas tornaram-se surdas, constantes, disseminadas, cotidianas: então, e até o governo de Luís da Cunha Menezes, os oligarcas mineiros estiveram antes do lado do poder do que contra ele, gozando de propinas: enraizando-se localmente, como viu Kenneth Maxwell em *A Devassa da Devassa*; moldando-se cada vez mais pela vida intensamente urbana da capitania;¹⁰

⁶ MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4ª edição. 2004.

⁷ Idem, p.145

⁸ MELLO E SOUZA, Laura de. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed, UFMG, 1999, p.89

⁹ MELLO E SOUZA. op. cit. 2004, p.152.

¹⁰.Idem, p.90

Para Carla Anastasia¹¹, o chamado fim da era dos potentados não significa que a situação administrativa das Minas tenha se normalizado. Segundo ela tal assertiva perde a validade quando se examina as áreas mais distantes dos centros administrativos da capitania.

Ainda segundo Anastasia, todas as tentativas da Coroa portuguesa para alcançar um efetivo controle das áreas mineradoras, incluindo alguns núcleos urbanos, se detiveram em três questões fundamentais que contribuíram para o baixo grau de institucionalização política da capitania de Minas Gerais, a generalização de zonas *sem direito*, a criação de áreas de mando e o crescimento do mandonismo bandoleiro.¹²

Em primeiro lugar, destaca-se a permanência da violência, não obstante todos os esforços que foram feitos, especialmente pelos governantes da Capitania, para controlá-la nas zonas mais distantes dos centros administrativos, onde, ou não havia a presença de autoridades ou a autonomização das mesmas era ainda maior. Outra questão foram as divergências dos ministros de rei quanto a necessidade da ocupação das áreas consideradas proibidas desde 1736, além da presença de interesses privados dos que insistiam em mantê-las fora do alcance da população da Capitania. E, finalmente, o processo da autonomização da burocracia que gerava não só a iniquidade da ação das autoridades, como, principalmente, os reiterados conflitos de jurisdição.¹³

Se Laura de Mello e Souza aponta a iniquidade como principal característica da aplicação da justiça em Minas,¹⁴ Anastásia sugere como causa dessa perversidade a autonomização da burocracia. Essa idéia de autonomia está diretamente ligada a imbricações do jogo político colonial. Para Anastásia predominava na colônia o que ela chamou de "concorrência de impressões":

O rei delegava competência aos ministros para que exercitassem a autoridade em seu real nome, mas esperava poder reduzi-los à obediência por meio, por exemplo, dos governadores. Os ministros, por seu lado, ultrapassavam as suas competências, uma vez que estavam convictos de possuírem uma autonomia muito maior daquela que o soberano acreditava que efetivamente lhes havia delegado.¹⁵

Essa "concorrência de impressões" levou a quebra das regras do jogo político na capitania de Minas Gerais, o que determinou um baixo grau de institucionalização política, levando a generalização das arbitrariedades e, conseqüentemente a intensificação da violência.¹⁶

Dessa forma, a autonomização da burocracia seria a principal responsável pela dificuldade na manutenção do ordenamento social na capitania de Minas Gerais.

¹¹ ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: a violência das Minas setecentista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.35.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ MELLO E SOUZA. op. cit. 2004, p.117

¹⁵ ANASTASIA, Carla. op.cit., p.46

¹⁶ Idem, p.47

Sem, no entanto, se deter à origem da violência na formação política da capitania ou ao processo de inconformidade das instituições do estado, Marco Antonio Silveira, em "justiça e criminalidade"¹⁷ analisa as manifestações cotidianas da violência em Minas.

Os inúmeros conflitos diários multiplicavam-se em agressões e assassinatos; casas eram com frequência violadas; armavam-se tocaias por vingança; mulheres sofriam constantes surras de seus parceiros; soldados abusavam livremente de sua autoridade. O conjunto destes crimes em sua maioria cometidos nas perigosíssimas noites do mundo mineiro desvendava uma realidade em que a violência tornava-se uma linguagem fundamental.¹⁸

Segundo Silveira, muitos crimes refletiam o embate entre a importância da palavra e sua fragilidade em meio a conturbada sociedade mineira. O rompimento da palavra dada podia se configurar em delito. A preservação da honra se torna desse modo um dos caminhos para a erupção da violência. Assim se a tipologia da criminalidade define o forte peso da palavra, a recorrência a vingança indica sua fragilidade.

Havia nas Gerais uma espécie de obsessão pela honra preservada e isso refletia a necessidade que cada um tinha de afirmar seu valor naquele contexto de fluidez. A pujança das relações pessoais convivía com a instabilidade institucional e valorativa; portanto, era preciso impor insistentemente a condição e qualidade. Nesse sentido, a violência transformava-se em linguagem mediante a qual se debatiam as identidades. A violência expressava a distinção.¹⁹

Violência, honra e vingança organizavam-se com modelos valorativos e comportamentais da sociedade mineira, levando em consideração os rearranjos cotidianos para a solução dos conflitos em virtude da ineficácia ou inadequação dos mecanismos de controle

Interessa-nos aqui mais precisamente a análise de Silveira sobre as manifestações da violência cotidiana. Buscamos através dos crimes de cunho pessoal explicitar as regras de comportamento e condutas sociais assentadas sobre a violência e a honra.

Através do levantamento primário das fontes, pertencentes ao Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, é possível indicar certas características da criminalidade em Mariana nos séculos XVIII E XIX.

O Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana reúne series documentais de natureza cartorial, inventários post-mortem, testamentos, ações cíveis, processos crimes, entre outros. Este acervo procedente dos cartórios do 1º e 2º Ofício da comarca de Mariana, abrange o extenso período de 1709 a

¹⁷ SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas oitocentistas, 1735-1808*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 143

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem, p. 150.

1956, somando cerca de 50 mil documentos segundo dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em virtude da delimitação de nosso recorte temporal estabelecido a partir da segunda metade do século XVIII, nos restringimos aos processos- crimes pertencentes ao cartório do 2º Ofício que reúne quase a totalidade dos autos desse período.²⁰

Os processos-crime referentes ao 2º Ofício somam cerca de 1800 autos do período que vai de 1738 a 1884. Dentro do recorte proposto de 1741 a 1820 encontramos um total de 752 autos referentes aos mais diversos crimes. Compõe o conjunto desses processos, crimes que teriam uma ocorrência maior, dessa forma, podendo ser classificados como comuns, por exemplo: injúrias, assassinatos, roubos, furtos e arrombamentos, agressões diversas, invasão de terra, resistência a prisão; crimes com uma baixa ou eventual ocorrência, por exemplo: jogos proibidos; sedição contra as autoridades constituídas; aliciamento e seqüestro de escravos; incêndio em rancho ou roça, morte ou ferimento em animal (cavalo ou gado), embriaguez; fuga de presos; e crimes que tem uma única ocorrência e que seriam no mínimo casos insólitos: furto da mulher do autor, falta de cumprimento do dever na conclusão de uma Capela, preso por engano de nome, corte da cauda de um cavalo de oficiais de justiça.

Dentro da nossa perspectiva crítica que privilegia as relações entre violência, moral e honra foram arrolados os seguintes crimes: assassinatos e tentativa de assassinato; lesões corporais (ferimentos, agressões, espancamento, facadas, tiros); injúrias, insultos, ameaças, defloramento (estupro); adultério, divórcio, alcovitice e mancebia. Crimes como porte de armas proibidas, conflitos e violências, indiretamente ligados a temática central de análise, também foram arrolados.

Constam ainda relacionados os autos com pedidos de livramento crime e ou de cartas de seguro e os processos de presos por suspeita de algum crime violento.

Os 313 processos²¹ que constam desse levantamento têm como principal parâmetro classificatório as possíveis relações entre a preservação da honra na vivência cotidiana, os padrões moralmente aceitos e o uso da violência. Assim, as agressões ou ofensas que tenham como mote disputa de terras; roubos, furtos e arrombamentos; injúria na cobrança de créditos; crimes contra a propriedade ou contra o patrimônio, não foram arrolados nesse levantamento.

Os furtos listados na tabela abaixo se referem aos raptos de mulheres. Esse crime tanto aparece nomeadamente na documentação, nas petições de abertura dos processos, como rapto, ou como roubo e furto de mulher. Inclui-se nesse campo um único caso para o período de furto de escrava, que teria o envolvimento entre a escrava e seu raptor como motivação para o crime.

²⁰ Os processos-crime reunidos no cartório do 1º Ofício, referentes ao século XVIII limitam-se a última década de 1790.

²¹ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2º Ofício – Crime

Tabela 1: Crimes interpessoais, Mariana, 1741-1820

Crimes	Número de processos	Percentual (%)
Adultério	8	2,6%
Alcovitice	2	0,6%
Ameaças e agressões	11	3,5%
Armas proibidas	2	0,6%
Assassinato	41	13,0%
Carta de seguro	4	1,3%
Conflitos e tumultos	4	1,3%
Defloramento	3	1,0%
Divórcio	2	0,6%
Espancamento	31	9,9%
Facadas	4	1,3%
Ferimentos	98	31,3%
Furto/Rapto	3	1,0%
Injúria	58	18,5%
Insultos	3	1,0%
Livramento crime	7	2,2%
Preso pro suspeita ou denúncia	5	1,6%
Tentativa de assassinato	4	1,3%
Tiros	11	3,5%
Violências	3	1,0%
Outros *	9	2,9%
total	313	100%

*Na tabela 1, os crimes que tiveram apenas uma ocorrência foram agrupados e classificados como outros.

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2º Ofício – Crime

Verificamos na tabela 1 o grande número de crimes contra a integridade física das pessoas. Se somarmos ferimentos, agressões²², espancamentos, tentativas de homicídio, facadas e tiros, ou seja, crimes que causaram lesões variadas, mas que não necessariamente levaram ao óbito, aos homicídios teremos 66% dos processos levantados, o que confirma o uso da violência nas relações interpessoais. Os crimes contra a honra que não necessariamente teriam como característica o uso da violência, adultério, injúrias, insultos, alcovite, somam 25% dos processos listados. Os processos contra crimes violentos são, portanto a maioria para o período pesquisado.

As leis do Reino determinavam punições severas para os crimes violentos o que era um indicativo não só da gravidade desses crimes para o Estado, como da necessidade premente de contê-los.

As Ordenações Filipinas previam a mesma pena para os *que matam ou ferem ou tiram com arcabuz ou besta*²³:

Qualquer pessoa que matar outra ou mandar matar, morra por isso morte natural. (...)

E qualquer pessoa que matar por dinheiro, ser-lhe-ão ambas as mãos decepadas e morra morte natural, e mais perca sua fazenda para a Coroa do Reino, não tendo descendentes legítimos. (...)

E ferindo alguma pessoa por dinheiro, morra por isso. (...)

E se alguma pessoa, de qualquer condição que seja, matar outrem com besta ou espingarda, além de por isso morrer morte natural, lhe serão decepadas as mãos ao pé do pelourinho. (...)

E matando ou ferindo, além da dita pena de morte, perca todos seus bens para a Coroa, e havendo acusador, haverá a terça parte deles. (...) ²⁴

Numa sociedade em que o castigo físico fazia parte dos mecanismos legais de punição, é possível pensar que a população enxergava também a sua maneira ferir como forma de punir os que de alguma maneira não seguissem as normas. Essa possibilidade de empregar licitamente a violência era favorecida em alguns casos em que havia permissão para ferir. É o que observamos nas disposições das Ordenações Filipinas sobre em que ocasiões as penas sobre os que ferem não devem ser aplicadas:

E estas penas não haverão lugar no que tirar arma ou ferir em defesa de seu corpo e vida, (...) nem em quem castigar criado ou discípulo, ou sua mulher ou seu filho ou seu escravo, nem mestre ou piloto de navio que castigar marinheiro ou servidor do navio enquanto estiverem sob seu mandado.²⁵

²² Sobre os processos-crime das agressões verificamos que dos 11 processos, 4 se referem a ameaças de agressão e ameaça de morte, portanto apenas 7 integram o somatório dos crimes que provocaram algum tipo de lesão corporal.

²³ LARA, Silvia Hunold (org.). Ordenações Filipinas: livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.143

²⁴ Idem, p.143,144,146.

²⁵ Idem, p. 149.

Se ferir era um modo de corrigir, utilizado tanto pelas autoridades constituídas quanto pelo homem comum, (pai marido e senhor), qual seria o limite entre castigo e crime? A contar pelo número de crimes violentos, parece difícil definir tal limite.

Tabela 2: Ferimentos e facadas, em relação ao sexo das vítimas, Mariana, 1741-1820

Crime	Número de processos	Percentual
Ferimentos ²⁶	6	6%
Ferimentos em mulheres	25	24%
Ferimentos em homens	67	66%
facadas em mulheres	2	2%
facada em homens	2	2%
total	102	100%

Destacamos a seguir na tabela 2, os índices referentes aos processos crime de ferimentos. Dos sessenta e sete processos em que homens foram vítimas de ferimentos, dez eram de escravos. Nesses dez processos conseguimos identificar treze escravos vítimas, já que em um desses processos os ferimentos foram feitos em mais de um escravo.²⁷

Em relação aos homens livres vítimas de ferimentos, muitos deles pardos e forros, encontramos também um processo em que, a exemplo do caso acima, mais de um homem foi ferido²⁸. Mas o que percebemos em relação aos homens livres é a ocorrência de ferimentos infligidos a vítima por mais de um réu. Em pelos menos sete processos existe a indicação de que os ferimentos foram feitos por mais de uma pessoa, incluindo o único processo de ferimentos feitos a um homem por mulheres²⁹. Com exceção do processo aberto pela justiça para esclarecer os vários ferimentos feitos a Manoel Muniz, em 1804, nos demais casos de homens vítimas de ferimentos todos os réus, quando identificados, são homens.

Entre os processos de ferimentos contra mulheres, apenas três tem como vítimas nomeadamente escravas. Na maioria dos casos as vítimas são feridas por homens, mas em cinco processos encontramos mulheres figurando como réus.

²⁶ Em 4 desses processos de ferimentos não há a identificação das vítimas. Os outros 2 se encontravam indisponíveis pra a consulta, daí terem sido arrolados mas sem a identificação das vítimas ou da motivação do crime.

²⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2^o Ofício – Crime, código 187, auto 4670.

²⁸ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2^o Ofício – Crime, código 188, auto 4709

²⁹ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2^o Ofício – Crime, código 231, auto 5769.

Assim, em relação ao sexo dos agressores nos crimes de ferimentos, temos a maioria de homens como réus nos processos, somando 83% dos casos. As mulheres representam a minoria dos casos, são réus em 6% dos processos-crime de ferimentos. E os outros 11% se referem aos processos que não tem os réus identificados.

Se em relação aos ferimentos temos uma expressiva maioria de homens tanto como vítimas quanto como réus, nos casos de espancamento e agressões é possível verificar um número ligeiramente maior de mulheres como vítimas.

Tabela 3 Agressões, Mariana, 1741-1820

Crimes	Mulheres vítimas %
agressões	57%
Ameaça de morte	75%
Ameaça de agressão	71%
Tentativa de morte	50%

Tabela 4: Espancamentos, Mariana, 1741-1820

Crimes	Número de processos	Percentual %2
Espancamento(s)	8	25,8%
pancadas	18	58,0%
Pancada e facada	1	3,2%
bordoadas	3	9,8%
sevicias	1	3,2%
total	31	100%

Tabela 5: Percentual de espancamentos por sexo da vítima, Mariana, 1741-1820

Crimes	homens	mulheres
--------	--------	----------

Espancamento(s)	37,5%	62,5%
Pancadas	50%	50%
Bordoadas	33,3%	66,7%
Total	45%	55%

Crimes cotidianos que revelam os descaminhos de uma sociedade, em que a população procurava solucionar suas desavenças através da violência. Em 1792, Manoel Pedro da Silva, feriu com uma facada no *lombo esquerdo* João Bernardes Maciel³⁰. O réu no entanto, não tinha nenhuma rixa com o João Bernardes, ele queria mesmo acertar as contas com *um tal* Vitorino Pinto. Mas infelizmente no dia em Manoel Pedro resolveu surrar Vitorino, dando nele umas porretadas, Bernardes *acudindo a esta desordem*³¹ foi vítima da faca de ponta que o réu levava na algibeira. Manoel Pedro, segundo as testemunhas, ainda *deu a facada com a mesma faca no dito Vitorino no peito*.³²

Em outro processo³³, Antonio Gonçalves Moreira foi vítima de uma tocaia que não era pra ele. Levou um tiro, dos dois que foram disparados, porque uma das armas negou fogo. Segundo Antonio os autores da tocaia eram Eugenio da Silva e Souza sobrinho do capitão Joaquim José da Silva, Manoel escravo do mesmo capitão e outros que ele não sabia nomear. Estes estavam embrenhados no mato a beira da estrada, próximos a fazenda dos Cristais, a oito dias esperando o capitão Miguel Ferreira de Souza, jurado de morte pelo capitão Joaquim José da Silva. Mas Antonio Moreira passou antes pelo caminho:

(...) sucedeu o suplicante vir de viagem adiante do dito capitão Miguel e como era de manhã cedo e o suplicante vinha com hum chapéu carmesim e trages tudo como o dito capitão Miguel, por engano os declarados da tocaia dispararam do mato dois tiros no suplicante (...) e como os deram o tiro não mataram ao suplicante saio do mato o crioulo nomeado Manoel, para matar o suplicante mão e conhecendo que não era quem queriam matar e que tinham se enganado tornou o dito crioulo a voltar para o mato.³⁴

Em ambos os casos, a vítima não é o alvo do acerto de contas. Aparentemente, as semelhanças existentes entre os processos e as ofensas físicas que Antonio e João sofreram se limitam a máxima de se estar na hora errada, no lugar errado. A facada e o tiro também não parecem revelar conflitos morais ou

³⁰ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime, código:189, auto:4743.

³¹ Idem, fala das testemunhas.

³² Idem.

³³ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime, código: 204, auto: 5109

³⁴ Idem. Autuação.

contra a honra. No entanto, os casos citados são paradigmáticos por que trazem a tona outro quesito que organizava o mecanismo de preservação da honra, e a reboque de valores morais, a vingança.

Nos processos acima citados, o sentimento de vingança acabou por envolver pessoas que não estavam diretamente ligadas aos conflitos. Mas, em alguns aspectos a noção de vingança privada, como vimos no capítulo 2, ainda prevalecia no estabelecimento de certas punições. Da mesma forma que era permitido ferir sob pretexto de *reabilitar*, havia a possibilidade do uso da vingança sem que houvesse nenhuma pena conforme o delito. Assim, as Ordenações Filipinas em relação ao marido que mata a esposa por achá-la em adultério determinam o seguinte:

Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela como o adúltero, (...) e não somente poderá matar sua mulher e o adúltero que achar com ela em adultério, mas ainda os pode licitamente matar sendo certo que lhe cometeram adultério; e entendendo assim provar, e provando depois o adultério por prova licita e bastante conforme o direito, será livre sem pena alguma, (...)³⁵

Analisando especificamente os processos-crime de adultério, encontrados no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, podemos notar algumas questões em torno do significado da preservação da honra.

A primeira constatação em torno da documentação pesquisada é a do reduzido número de processo contra adultério em relação a outros crimes. São 8 processos ³⁶, sendo 4 incompletos. Com exceção do processo 5403 do código 216, em que só aparecem os nomes do autor e do réu e a data da autuação do processo, ou seja o seu pedido de abertura, nos demais processos, incompletos ou não, é possível obter alguns dados.

Dados que inclusive apontam para uma organização cotidiana no que se refere a solução dos conflitos e usos da justiça, diferenciada em relação as determinações impostas pela legislação

Essas especificidades podem ser exemplificadas no processo que se segue. Na realidade, são dois processos³⁷, um movido contra a mulher e outro contra o suposto amante. Primeiro Manuel Antunes oferece a denuncia ao vereador mais velho do Senado da Câmara e Juiz de Fora e dos órfãos, contra Serafim Gonçalves, que não chegou a ser preso pois apresentou *carta de seguro*, quando primeira audiência. E foi nessa audiência em que o promotor acusava Serafim Gonçalves que o próprio Manuel Antunes acusou sua esposa Anna Caetana de Souza.

Foram ouvidas as mesmas testemunhas nos dois processos. Em ambos, as alegações das testemunhas, tanto de acusação, quanto de defesa, revelaram que Anna Caetana *vivia apartada do*

³⁵ LARA, Silvia Hunold (org.). op. cit. p.151e 152.

³⁶ Os autos 5207 e 5208 do código 208, são de um mesmo processo, sendo o segundo o traslado do primeiro, com a inclusão de uma *carta de seguro* – uma espécie de *habeas corpus*, concedido mediante pagamento.

³⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime: código : 231 auto:5767 e código : 202 auto:5052,

*marido a mais ou menos 6 ou 7 anos, vivendo de sua prostituição*³⁸. Segundo as testemunhas de acusação a mais ou menos um ano os réus viviam amancebados. Acusação que foi desmentida por Serafim Gonçalves ao afirmar que Anna Caetana era encarregada de cozinhar sua comida e da lavagem de sua roupa. Situação que foi confirmada pelas testemunhas de defesa.

Porém outra questão sobressai à fala das testemunhas de defesa, o fato de que Manuel Antunes teria sido incitado a fazer a acusação por Felisberto Lopes, inimigo de Serafim Gonçalves. Felisberto teria *arrumado e pago* as testemunhas de acusação contra Serafim. O que justificaria a demora do marido em acusar sua esposa, 6 ou 7 anos, e seu posterior silêncio em relação ao processo, o que acabaria inocentando Anna Caetana.

Observando as disposições legais contra o adultério presentes nas Ordenações e sua severa punição, a princípio, justificaria a baixa incidência de processos contra mulheres. No entanto, os próprios processos demonstram que o rigor do código não prevalecia.

Dos quatro processos, um está incompleto, e em dois as mulheres são condenadas, sendo que uma delas é condenada apenas a pagar as custas do processo em virtude da ausência do marido na última audiência, o que foi entendido como sendo seu perdão. A outra foi presa e apresentou uma ação de livramento em virtude de seu *estado* o traslado do processo é remetido ao Tribunal de Correição do Rio de Janeiro. Ainda sobre as mulheres acusadas, uma é absolvida mediante o prolongado silêncio do marido.

Tabela 6 Crimes de Injúria 1741-1820

Crimes	Número de processos	Percentual (%)
Injúria atroz	43	74,2%
Injúria(s)	12	20,7%
Injúria, perdas e danos	2	3,4%
Injúrias verbais ³⁹	1	1,7%
Total	58	100%

Revelador das ofensas morais, o crime de injúria compreende ofender alguém em sua dignidade ou decoro. O crime de injúria assemelha-se em alguns processos a uma traição, ou nos termos das Ordenações do Reino aos crimes cometidos aleivosamente.

³⁸ Idem

³⁹ Apesar de constar em outros processos de injúria ofensas verbais, apenas um processo-crime de 1768 traz essa expressão. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2º Ofício – Crime, código: 222, auto:5535.

Em relação aos processos arrolados, temos uma grande maioria de homens como autores nos crime de injúria, somando 84%. As mulheres figuram como autoras em 14% dos processos e a Justiça é autora apenas em 2%

Curioso, no entanto são os processos de injúria em que os autores apresentam sua argumentação de queixa em relação ao comportamento dos réus com suas esposas. A injúria, assemelhada a traição, apresenta-se como uma ofensa grave em relação a confiança depositada pelo autor no réu. A ofensa moral apresentada como crime de injúria às vezes pode disfarçar um crime de adultério, como nesta autuação de um processo crime de 1797.⁴⁰

...apareceu presente o Alferes Manoel de Souza Pinto homem branco... ele queria querelar, e denunciar as justiças de Sua Majestade como com efeito querelara e denunciava perante ele Ministro de [fuão], e de Manoel Ferreira da Costa Amaral, e consistia a razão de sua queixa em que sendo casado na forma que determina a Igreja com [fuão], e fazendo com ela vida marital, acontece que esquecida a mesma das obrigações do seu estado se deixou seduzir por Manoel Ferreira da Costa Amaral passando a cometer com ele adultérios até a deixar a companhia do suplicante, estando ambos os ditos suplicados com pública voz e fama de concubinados...⁴¹

Do mesmo modo Cipriano da Costa no ano de 1792 acusa num libelo de injúria sua esposa Marianna Felícia da Silva de cometer adultério⁴².

O que Cipriano pretendia conseguir com isso? Preservar sua honra tentando não explicitar o comportamento reprovável de sua esposa? Salvar-se da publicidade do adultério? Vingar-se da mulher? Punir o sedutor? Teria sido ameaçado pelo adúltero? E Marianna seria realmente adúltera?

Essas questões podem nunca ser esclarecidas, no entanto, outras relacionadas aos usos da Justiça e aos valores socialmente aceitos dentro da sociedade mineira e marianense, devem se constituir como foco da análise qualitativa num momento posterior.

Ao eleger os processos – crime como fonte para a pesquisa, pretendemos recuperar os códigos de valores morais que regiam e ordenavam a sociedade marianense e talvez mineira no século XVIII, por meio da fala de seus moradores, ouvidos como testemunhas, depositários de costumes. Da mesma maneira, por meio da ação dos juizes, pretendemos analisar os procedimentos da justiça contra os desvios de conduta, estabelecendo assim as relações entre justiça e sociedade.

Referências bibliográficas

⁴⁰ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime: código : 190 auto: 4750

⁴¹ Idem.

⁴² Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime: código : 215 auto:5355

ANASATASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: a violência das Minas setecentista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

LARA, Silvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas: livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4ª edição. 2004.

_____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed, UFMG, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas oitocentistas, 1735-1808*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano. In: *TERMO DE MARIANA: História e documentação*, Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

VELLASCO. Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. Bauru/São Paulo: EDUSC/ ANPOCS, 2004, p. 228

Controle sanitário, gestão científica e os populares nas questões de saúde: as Políticas de Saúde em Juiz de Fora - 1891-1906

Elaine Aparecida Laier Barroso¹

O presente trabalho trata do movimento sanitário na cidade de Juiz de Fora nos primórdios da I República. Especificamente no ano de 1891, quando é promulgada a primeira Constituição republicana até o ano de 1906, quando é promulgada a Lei Xavier Rolim para reorganização do serviço sanitário em Minas. Trata ainda das relações que se estabelecem entre as medidas salubres e profiláticas e a população local, que ora se mostra receptiva, ora se mostra resistente à intervenção em seus costumes e práticas.²

No interior deste recorte temporal, 1891 a 1906, temos um marco importante para o sanitarismo e para o modelo biomédico de organização do espaço público que é a lei 144 de 23 de julho de 1895, regulamentada pelo decreto 876 do mesmo ano. A referida lei organizou o serviço sanitário no Estado de Minas, estabelecendo um regulamento sanitário que norteava as práticas médicas e determinava que haveria um Conselho de Saúde Pública no Estado e uma Diretoria de Higiene que se alocava na Capital, na época, Ouro Preto.³

*O Conselho de Saúde Pública, presidido pelo secretário do Interior, teria como membros o diretor e o subdiretor de higiene, o chefe de laboratório, o diretor da escola de farmácia e o consultor técnico da Secretaria de Agricultura ou, na sua falta, um engenheiro do Estado designado pelo governo. Encarregada da execução do regulamento sanitário, a Diretoria de Higiene dispunha de um instituto vacinogênico, de um laboratório para estudos bacteriológicos e análises químicas e de aparelhos de desinfecção.*⁴

É notável que a organização do serviço sanitário na cidade de Juiz de Fora tenha estado em consonância com os ditames legais ofertados pelo Estado de Minas sobre o assunto conforme descrito acima. A legislação da cidade, ou seja, as resoluções do código de Posturas para o período republicano, tratavam das questões de saúde demonstrando a aplicabilidade da lei mediante ao contexto específico da cidade, sobretudo com a SMCJF.⁵

Com o advento da Revolução industrial nos principais países ocidentais começa a ser delineado um ambiente urbano carregado, com pobreza, alcoolismo, nascimentos ilegítimos, violência e

¹ O presente artigo insere-se em nossa pesquisa, em fase de conclusão para Dissertação de Mestrado em História da UFJF no ano de 2007.

² MARQUES, Rita de Cássia. A Gênese da Ciência em Belo Horizonte (1894-1920). FAPEMIG/UFMG. Belo Horizonte, 1996.

³ Idem. p.8

⁴ Idem. p.9

⁵ Sobre isto ver: FCMRV / 5ª.- Órgãos e Funcionários da Câmara?VII- Residência da Câmara. 174- documentos diversos-1891-1928. Resoluções e Portarias, além do livro de Resoluções. Para o período imperial e os dois primeiros códigos de posturas ver: GOODWIN JR, James Willian. A "Princesa de Minas" A construção de uma identidade pelas elites juizforanas (1850-1888). Dissertação de Mestrado. FAFICH. UFMG, Belo Horizonte, 1996.

promiscuidade. A população em geral, os subalternos, eram os mais atingidos e ficavam fora da cobertura das leis e instituições sociais. A aglomeração, a fome, falta de saneamento e água encanada, lixo acumulado nas ruas e a insalubridade do meio urbano, eram fatores mortais e contribuidores da disseminação de doenças. ⁶Este é o contexto geral do surgimento do sanitarismo e das primeiras ações de saúde pública. Na área médica passa a haver a necessidade de não somente novas terapêuticas, mas, sobretudo, de medidas profiláticas e higiênicas capazes de intervir junto às populações dos centros urbanos que se desejava salubre a fim de que fossem evitadas as mortais epidemias. A transição para o capitalismo inaugura o que consideramos como modernidade e que é composta por fatores como industrialização, construção, urbanização, desenvolvimento de mercados, formação das elites, ascensão do cientificismo. Tenta-se organizar métodos científicos para que os grupos humanos possam viver cotidianamente de acordo com variados tipos de códigos posturais.⁷ Organizam-se também, a partir de políticas públicas, formas de intervenção no espaço público e privado em meio ao crescimento urbano que se tentava planejar, mas, que em geral, se apresentava catastrófico.

É neste plano que se situa também o Brasil, sua capital e principais cidades brasileiras que tentavam se “modernizar”, ou seja tornar-se urbana, salubre e organizada. Segundo Rita de Cássia Marques, foi com a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia na Corte brasileira em 1829 que se inicia a implantação da medicina social no Brasil. Para a autora:

Entre outras ações, a higiene pública defendia mudança nos costumes, estudo de epidemias, endemias e doenças contagiosas, estabelecimento de consultas gratuitas para pobres, intervenção em instituições e, principalmente, criação ou reformulação de regulamentos sanitários, cuja aplicação deveria ser controlada por médicos.⁸

A partir do contexto acima descrito, interessamo-nos pela introdução dos hábitos salubres e medidas profiláticas junto ao corpo cidadão em Juiz de fora com a finalidade de torná-la uma cidade moderna, de acordo com os ditames médico-científicos que estavam sendo colocados em prática nas grandes metrópoles brasileiras e mundiais. Juiz de Fora recebia e buscava por esta influência externa por meio da difusão científica d SMCJF e da materialização destes preceitos através das medidas empreendidas pela câmara municipal .

⁶ QUINTANEIRO. Tânia. **Um toque de clássicos**. Marx, Durkheim e Weber. BH: Ed UFMG, 2002. p.10-12

⁷ Em Juiz de Fora, consultar: Código de Posturas referência na nota de no. 5. Documentos referentes ao Código de Posturas e outros documentos, inclusive o texto impresso do Código de Posturas de 1858. Sobre a existência de uma espécie de código ou conjunto de normas para conduzir a sociedade em termos sanitários na Europa ver: ROSEN, G. op., cit. Capítulo VI. Sabemos que para o Rio de Janeiro e São Paulo também existiam tais códigos. Para São Paulo ver: MOTA, André. SANTOS, M. A. Cabral dos. **Entre Algemas e Vacina: Medicina, polícia e Resistência Popular em São Paulo (1890-1920)**. In: Novos Estudos- CEBRAP, n.65, março de 2003, p.152-168. Ver também: CAMPOS, Cristina de. **São Paulo pela Lente da Higiene**. As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945). São Carlos, RiMa, 2002. Para Minas ver: conjunto das leis Mineiras Legislação mineira Leis e Decretos de 1895. Tal coleção está disponível no AHPJF, embora ache-se incompleta no referido Arquivo.

⁸ MARQUES, Rita de Cássia. Op. cit.p 6-7

Através da vasta documentação da Câmara que está sendo por nós analisada⁹, percebemos uma clara intenção de fossem disseminados hábitos higiênicos entre a população por meio de tentativas de controle social. Era de fato uma prática sanitaria ou uma gestão científica, por assim dizer. As medidas profiláticas expedidas pela Câmara Municipal com o aval científico da Sociedade de Medicina e Cirurgia estavam em consonância com as questões em voga no cenário científico nacional e internacional e com os problemas de saúde pública locais. Neste sentido, buscamos as especificidades locais combinando-as com o que de comum entre o fenômeno higienista que era disseminado em praticamente todo o cenário científico mundial. A parte que enfatizamos neste trabalho é que tais premissas higiênicas não eram dissonantes da Legislação da província de Minas Gerais no período estudado¹⁰. É claramente percebido ainda que o sanitarismo brasileiro fora, neste contexto, um movimento de amplo espectro devido à sua ligação com a modernização decorrentes da industrialização e urbanização e transição para a mão-de-obra assalariada, ou seja, um movimento que se ajustava bem à gradativa transição capitalista no país, pois visava a modernidade, o controle social e à salubridade. Nas metrópoles mundiais, que também tiveram suas especificidades históricas, o ideário médico-sanitário ou científico também guardava relação com as novas forças produtivas advindas do capitalismo.¹¹

Ao centrarmos nossa análise no processo acima referido, percebemos que houve em Juiz de Fora uma intensificação da industrialização, modernização e urbanização a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo nas décadas de 1880 e 1890. Momento este em que a mão-de-obra passa a ser assalariada, sendo provida por libertos e imigrantes.¹² Tais setores passam a habitar as regiões próximas ao centro comercial e industrial da cidade em formação, Caso estivessem doentes, seriam um grande o

⁹ Trabalhamos com a documentação da Câmara Municipal no período de 1891 a 1906, alocada no Fundo Câmara Municipal República Velha. Seção I: órgãos públicos, Documentos 2 – Órgãos públicos do governo estadual, Seção II: Fazenda Municipal, Documentos 3 - Diretoria de Polícia Municipal Fazendária, Seção III: Obras públicas, documentos - 1. Diretoria de Obras Públicas, 2-Repatrição de obras públicas, Seção IV: Requerimentos recebidos pela Câmara Municipal, documentos 1- Higiene pública e Privada, 2- Impostos de Indústrias e Profissão, 9- Requerimentos referentes a assuntos diversos, Seção V: Órgãos e funcionários da Câmara, documentos 3- Inspetoria/Serviço/Diretoria de Higiene, Seção VII: Entidades Privadas, documentos 11- Entidades médicas, Legislação da Câmara: Séries 163,174,188 e livro de Resoluções da Câmara Municipal. Trabalhamos com o Jornal do Comércio, nos anos de 1896 a 1906, além de cruzamento das fontes da câmara com o Jornal "O Pharol" nos anos que se insere nossa pesquisa. Por fim, trabalhamos com a Legislação Mineira e a Constituição Brasileira de 1891.

¹⁰ Sobre a SMCJF ver: LANA, Vanessa. **Uma associação científica no "interior das Gerais": A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889-1908**. Dissertação de Mestrado. Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006.

¹¹ SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil: república da Belle Époque à era do Rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. SILVA, Mozart Linhares da (Org). **História, Medicina e Sociedade no Brasil**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003. Sobre a reforma sanitária ser uma resposta às condições insalubres em que viviam os trabalhadores ver: ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. SP: HUCITEC/EDESP, 1994. p. 155-165. O autor relaciona o advento do sanitarismo às contradições impostas pelas novas relações econômicas experimentadas no século XVIII. Sobre a agenda do Governo federal republicano e as delegações de obrigações em termos de saúde aos estados ver: SALES, Pedro. **História da medicina no Brasil**. Belo Horizonte: Editora G. Holman, Ltda, 1971. Alguns apontamentos também são feitos em VALE, Vanda Arantes do. Contribuição da epistemologia de Ludwick Fleck para o entendimento da Medicina nos textos de Pedro Nava.

¹¹ Ver: ROSEN, G. op.cit.

¹² CHRISTO, Maraliz. CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres: a belle-époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF. 1994**. p 104-106

risco de contágio e propagação das epidemias. Mesmo os trabalhadores rurais, alocados nos chamados Distritos e Estações, regiões mais afastadas do perímetro urbano, também deveriam estar aptos para a produção de riquezas, não deveriam ser portadores de doenças infecto-contagiosas para que estas não se alastrassem pela cidade.

Em conjunto com a urbanização houve a demanda por melhorias nas condições de saúde pública da cidade. Tal fator impulsionou uma intensificação do movimento higiênico-sanitário bem visualizado a partir da inauguração da Sociedade de Medicina e Cirurgia em 20 de Outubro de 1889. Esta instituição fora a principal mentora intelectual das propostas saneadoras adotadas pelo município para o período. Segundo Vanessa Lana, o corpo societário da Sociedade de Medicina buscou, *mostrar-se importante para o poder público e para os cidadãos, visando evidenciar a utilidade e aplicabilidade do seu ofício.*¹³ Ainda segundo a autora, os membros da SMCJF buscaram, através de planos de intervenção sanitária junto a sociedade juizforana, legitimarem-se enquanto categoria profissional, modificarem os hábitos dos cidadãos e as condições de salubridade e higiene locais para que fossem evitadas as tão temidas epidemias que desde a primeira metade do século XIX, assolavam o município.¹⁴ Segundo Rita de Cássia Zambelli, após as eleições provinciais de 1889, vários membros da SMCJF passaram a terem assento na Câmara, teoria corroborada por Vanessa Lana.¹⁵ Este fator indica a possibilidade ainda maior de convergência entre a SMCJF e os poderes municipais. Teriam sido feitas neste período as principais obras dos primeiros cinquenta anos de existência do Município como o saneamento e abastecimento de água, a criação da Inspeção de Higiene e da Polícia sanitária em 1892, a implementação de serviços de limpeza e incineração do lixo.¹⁶

Acreditamos que a SMCJF valeu-se do caráter utilitarista no tocante *“aos projetos de formulação de medidas referentes à saúde pública, que era vista como principal objetivo ao qual a Instituição se propunha a cumprir”*, além de defenderem os interesses da categoria médica como nos alerta LANA.¹⁷ A relevância da SMCJF para o nosso trabalho consiste exatamente no fato de que os poderes municipais materializaram boa parte das propostas indicadas por ela para a aplicação do conhecimento médico-científico junto à população.¹⁸ Tal conhecimento era norteado por idéias e por problemas sanitários presentes no cenário científico, tanto nacional, quanto internacional. Aglomeração urbana decorrentes da industrialização, urbanização e modernização da cidade, imposição de novos hábitos higiênicos para substituírem os antigos, considerados precários: estas eram foram as bases que norteavam o sanitarismo na cidade geradas com a necessidade de modernização dos espaços públicos e privados a fim de que

¹³ LANA, Vanessa. Op.cit.

¹⁴ Sobre as epidemias em Juiz de Fora ver: ZAMBELLI, Rita de Cássia. **A cólera em Juiz de Fora: uma realidade presente no século passado**. Monografia de bacharelado em História, UFJF, 1994.

¹⁵ ZAMBELLI, Rita de Cássia. LANA, Vanessa. Op. Cit.

¹⁶ ZAMBELLI, Rita de Cássia. Op cit. p. 10.

¹⁷ LANA, Vanessa. op . cit. p-p 20-21.

¹⁸ Sobre este assunto ver: Passin. LANA, Vanessa.

fossem evitados os problemas de saúde para o conjunto da sociedade. Decorre daí, a necessidade de intervir e sanear. Segundo James Willian G. Jr:

A urbanização, a partir das inúmeras modificações introduzidas pelo progresso moderno, afetou profundamente a maneira de viver das pessoas. É verdade que as transformações mais radicais ocorreram no campo e nas fábricas. Os resultados, porém, são mais claramente percebidos dentro do perímetro urbano.¹⁹

As medidas sanitárias eram expedidas pela câmara municipal na maioria das vezes em consonância com a SMCJF. A Câmara, na verdade, era muito criticada pela SMCJF e pela imprensa²⁰ quando não conseguia implementar, por falta de verbas, ou ingerência, as medidas sugeridas pela SMCJF ou clamadas pela imprensa.²¹ Não são encontrados nas fontes, indícios de que a população reclamasse da falta de tais medidas. Mas há um certo temor em relação às epidemias e daí decorriam as denúncias entre vizinhos por exemplo. Na vasta documentação encontramos as medidas profiláticas que se referem ao saneamento em si. São elas as matanças de cães com *strichinina* por medo da raiva, a tentativa de controle das águas paradas através da dissecação de pântanos, a organização de distribuição de água e esgoto, além de obras públicas de saneamento, controle de formigueiros, instalação de mictórios em lugares públicos, regulamentação de matadouros, coleta de lixo e fiscalização intensa de todas as medidas salubres. Como tentativa de controle social temos a vigilância da polícia sanitária para a imposição das medidas e códigos posturais: aplicações de multas aos infratores, condução de vistorias aos domicílios e estabelecimentos comerciais, desinfecções dos lares e aplicação de impostos e multas. As resistências e interações entre população e câmara neste âmbito se dão ora pelas denúncias e reclamações feitas por parte dos próprios munícipes uns contra os outros, ora quando reivindicavam a retirada de multas e penalidades sobre si. Os cidadãos renomeiam seus lares que foram denominados por fiscais de cortiços e buscam como mencionamos acima, não serem multados mesmo não estando de acordo com os códigos do Município. Através de dois processos-crime contra a saúde pública para o período podemos visualizar as medidas que visavam a profissionalização da categoria médica. Tais medidas ficam ainda mais em evidência nos períodos em que ocorrem as epidemias: em 1894-95 acontecem simultaneamente a epidemias de Cólera e de Varíola, seguidas em 1896 das febres de "mau caráter" como a Febre Amarela que atinge principalmente o morro da Graditão, seguidas das febres Tifóide e Palustre no mesmo ano. Em 1899 ocorre uma segunda edição da febre amarela, só que desta vez, a doença assola o centro comercial da cidade, exatamente o que se desejava conter através das medidas profiláticas e dos preceitos higiênicos que vinham sendo implementados.²² Segundo Christo:

¹⁹ GOODWIN JR, James Willian. **A "Princesa de Minas" A construção de uma identidade pelas elites juizforanas (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. FAFICH. UFMG, Belo Horizonte, 1996.

²⁰ Idem. Ver também: LANA, Vanessa. Op. cit.

²¹ Idem.

²² Sobre as epidemias ver: ZAMBELLI; Rita de Cássia. Op. cit. p. 31 a 34.

*O "projeto de modernização" da cidade era incitado a responder a um outro problema: não só controlar a mente e os braços dos trabalhadores, mas igualmente a sua saúde. Juiz de Fora, desde o início de sua urbanização, era assolada por constantes epidemias, sendo de maior frequência o tifo, a febre amarela, a varíola e, com menor intensidade, a cólera.[...] Para quem vinha do Rio com destino às "Minas Gerais", Juiz de Fora era passagem obrigatória. Esta proximidade e as condições sanitárias da cidade eram apontadas como responsáveis pelas constantes epidemias.*²³

Neste sentido, a legislação municipal é verificada como *gestão científica* através de sua relação estreita com a ciência difundida pela SMCJF, da explicitação destas teorias científicas que norteiam suas ações como das teorias miasmática e contagionista, as mais recorrentes no período em que estudamos atestada nos documentos²⁴.

O contexto em que se lança o movimento sanitário -século XIX- demonstra que havia mesmo a necessidade de que tais medidas profiláticas fossem empreendidas para atenuar a situação de pandemias, epidemias e mortes generalizadas decorrentes do surgimento das cidades enquanto pólos industriais e devido à aglomeração de indivíduos, o que facilitava a disseminação de doenças. As intervenções eram esperadas também nas melhorias das condições de trabalho e na moradia das populações. Mas não foi tão fácil assim essa implementação, uma vez que, no seio dos próprios atores que impunham a reforma sanitária, havia várias teorias ligadas à Medicina desarticuladas entre si, que tentavam justificar o surgimento e proliferação das doenças.

Por um lado, tinha-se a *Teoria dos Miasmas ou anticontagionista*. Acreditava-se que as epidemias eram causadas pela atmosfera. Um estágio sanitário deteriorado seria o agente causador das doenças. Neste sentido, o combate às epidemias se daria por meio da reforma sanitária e por aplicação dos preceitos higiênicos no cotidiano dos indivíduos.²⁵

Por outro, a *Teoria da contaminação*, que supunha que os contágios específicos eram os únicos agentes capazes de disseminar as doenças. Como profilaxia propunha a quarentena e o isolamento.

Havia ainda uma terceira vertente, que tentava conciliar as duas anteriores. *Seria a do contagionismo limitado*. Admitia-se o contágio por agentes específicos, mas sem deixar de lado a questão da atmosfera. A noção de contágio poderia se dar de pessoa para pessoa ou através do ambiente contaminado.²⁶

Nenhumas dessas vertentes continham, até fins do século XIX, conhecimento empírico dos elos existentes na cadeia de infecção, como o ser humano enquanto portador e o inseto como vetor. George

²³ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira.op. cit.. p. 124.

²⁴ Sobre as teorias científicas para as doenças em Juiz de Fora baseamo-nos nos documentos do Fundo municipal Câmara República Velha, documentação principal de nossa dissertação. Ver: FMCRV alocado no Arquivo Municipal de Juiz de Fora. LANA, Vanessa.

²⁵ Sobre as teorias de contágio ver: ROSEN, George. **Uma História da Saúde Pública**. SP: Hucitec; EDUESP: RJ: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva,1994op., cit., p.210-212

²⁶ Idem. Idem.

Rosen nos afirma que por vezes, as teorias estavam ligadas a fatores distantes da ciência objetiva, ou seja, eram fatores políticos, econômicos e sociais.²⁷

O advento da bacteriologia se dá em 1870 quando das descobertas dos microrganismos por Pasteur e Koch. Em Juiz de Fora, foi na SMCJF em 1904 que se iniciaram os debates em torno das premissas bacteriológicas devido ao temor frente à possibilidade de um novo surto de febre amarela.²⁸ Lana demonstra que os debates suscitados no interior da SMCJF não impediram ou transtornaram a adoção do novo modelo científico para evitar o mal amarílico: a bacteriologia.²⁹

Ainda no período imperial juizforano ocorria uma intensa fiscalização das medidas baseadas no Código de Posturas, em vigor desde 1858 e revisado algumas vezes para adaptar-se ao novo contexto que a cidade passava.³⁰ Percebe-se que na I República tal fiscalização se tornará mais intensa, sobretudo no perímetro urbano, apesar de haver fiscalização também nos distritos, principalmente se era noticiado ou sabido de algum caso de doença nestas localidades. Os Distritos e Estações funcionavam como algo além de fronteiras geográficas, pois tornaram-se verdadeiras trincheiras de salubridade: eram por onde as epidemias podiam adentrar e cercar a cidade.³¹

James William Goodwin Jr analisou as atas de sessões da Câmara nos anos compreendidos entre 1870 e 1888 e concluiu que havia:

*"... forte predominância da discussão de temas ligados às Obras de urbanização, seguida da discussão de Assuntos fiscais e de Administração interna, estas com pouca diferença entre si. Surpreendentemente, as questões de Ordem e segurança não são preocupação em 49,6% das sessões da Câmara Municipal."*³²

Sobre a principal forma de receita da Câmara Goodwin afirma:

*"...ao longo das quatro décadas observadas, especificamente de 1854 a 1888, pelos 21 documentos financeiros analisados, a maior fonte de Receita do Município de Juiz de Fora foi, de longe, a cobrança de taxas sobre as atividades, especialmente comerciais, realizadas no município: as Licenças arrecadaram 214:979\$005, ou 73,2% dos 239:621\$527 arrecadados. Em seguida, quase equilibradas, as outras categorias de impostos e multas aplicadas à população. As rendas obtidas através de aluguéis, do cemitério, etc., respondem por menos de 5% do total."*³³

Sobre a modernização e modernidade no município de Juiz de Fora, ainda no período imperial:

²⁷ Idem. Idem.

²⁸ LANA, Vanessa. Op. cit. p. 82-86

²⁹ Idem.88-95

³⁰ Idem. Sobre o código de posturas na I República ver: FMCRV, série 163, Código de posturas de 1858, Série 174, documentos diversos,-1891-1928, resoluções. Série 188, resoluções da Câmara Municipal-1895, e o Livro de Resoluções da Câmara.

³¹ FMCRV. Série 44,Correspondência^no decurso da referida análise. da Diretoria de Polícia Municipal ao Presidente da Câmara municipal. subsérie 44/4: documentos referentes a limpeza pública e saúde pública., 44/5 44/7 e 45/6. como as fontes ainda estão em análise, acreditamos que possa haver mais informações a respeito

³² GOODWIN JR., James Willian.op. cit. p. 68,69 e 70.

³³ Idem p.83

Pode-se afirmar, pois, que a elite política de Juiz de Fora está perfeitamente inserida no contexto de modernização vivenciado pelo Brasil durante o reinado de D. Pedro II, ícone, aliás, reiteradamente afirmado como objeto de fidelidade das elites dominantes do Município do Juiz de Fora, no que não diferem muito das demais regiões opulentas que buscavam legitimar sua riqueza pelo reconhecimento da ordem nobiliárquica.³⁴

Esta diferença pode ser atribuída a dois fatores. Um, o fato de que Juiz de Fora, "a maior cidade em Minas durante o auge cafeeiro", possui uma elite disposta a gastar com obras públicas, a fim de implementar na cidade seu projeto de uma cidade moderna, reflexo do seu progresso. Além da disposição, a Municipalidade em Juiz de Fora possui efetivas condições financeiras para implementar tal projeto.³⁵

Para Goodwin, os esforços empreendidos pela câmara municipal objetivavam, principalmente, a transformação da Cidade do Juiz de Fora num símbolo do seu poder e do sucesso de seu estilo de vida - leia-se, da economia cafeeira de exportação, baseada na exploração do trabalho escravo.³⁶

Ainda:

A pretensão é tornar o centro urbano um lugar atraente, para o bem viver de uma elite poderosa e em sintonia com as modernas noções de higiene, planejamento urbano, transporte, cultura e segurança. Uma cidade moderna, uma cidade oitocentista.³⁷

Para o autor, a preocupação em modernizar a cidade de Juiz Fora por suas elites de modo a atender seus anseios e legitimação de status quo expressava-se em quatro aspectos fundamentais: o aparelhamento para o funcionamento da cidade; a regulamentação do plano da cidade; o saneamento da cidade; e o controle da vida urbana.³⁸

A política sanitária se fortalece no período republicano e os aditamentos do código de posturas indicam o recrudescimento do controle social via sanitarismo no período. *As "posturas municipaes" ... são na verdade um locus privilegiado para a atualização da política a nível local.*³⁹No Livro de Resoluções da Câmara para o período republicano, os aditivos dos códigos de Posturas a partir do ano 1892 visam organizar e regular cada vez mais as relações de saúde com as instâncias pública e privada. Os códices norteiam sobre as práticas que devem ser mantidas e introduzidas no cotidiano dos cidadãos além de como regulá-las através de fiscalização intensa e multas para os infratores.

Todos esses artigos refletem uma política sanitarista intensificada se comparada ao período imperial na cidade de Juiz de Fora. Tratava-se da categoria médica delimitar seu espaço exclusivo de atuação, de ampliar seu status quo demonstrando a utilidade de seu conhecimento para a sociedade

³⁴ Idem p. 85

³⁵ Idem p.81.

³⁶ Idem.Idem.

³⁷ Idem. Idem

³⁸ Idem.Idem.

³⁹ Idem.

juizforana.⁴⁰ Neste momento, o anseio da referida categoria é bem visto pela câmara municipal por também pleitear uma demarcação de seu espaço político de atuação através dos modernos preceitos de salubridade e higiene. Para Goodwin *“Esta preocupação não restringe-se apenas a Juiz de Fora, mas é a marca da política sanitária que se instaura no Brasil, motivada pela cientificidade oitocentista”*.⁴¹

Apesar do código de posturas municipais e as leis estaduais estarem alinhadas ao Estado mineiro como um todo, não impediram à especificidade do município de Juiz de Fora na busca por uma identidade própria, forjada pelas elites e que continham um aguçado caráter coercitivo para os munícipes. A imprensa e também a SMCJF não criticavam a urbanização, nem os projetos de modernização empreendidos pela Câmara de Vereadores, as críticas recaíam sobre a ingerência ou o não cumprimento dos preceitos que a SMCJF elegia para a cidade. Ainda sobre a não transformação de tais preceitos em práticas imediatas. Não se criticam os objetivos: criticam-se, algumas vezes os caminhos escolhidos para alcançá-los, e mais comumente a ineficácia na sua implementação.

As responsabilidades recaíam sobre os cidadãos que deveriam estar aptos a atentos às resoluções da Câmara para assuntos de higiene. Os proprietários de imóveis principalmente os que se localizavam no centro da cidade eram intensamente fiscalizados e multados quando infringiam os ditames sanitários estabelecidos por lei. Alguns casos de proprietários da área rural que alegavam nada saber a respeito das leis municipais, ficaram livres da multa e foram apenas advertidos verbalmente. Parece não ser o caso da região central da cidade, onde a fiscalização ainda se intensificava com as constantes denúncias dos próprios cidadãos, às vezes denunciavam seus vizinhos por medo de que a doença emergisse de sua propriedade.

À população, em termos mais gerais, podemos imputar que não houve conflitos de maior monta e repercussão como no caso da Revolta da Vacina em 1904 na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, isto não significa que houve apenas conformismo por parte dos cidadãos em relação ao movimento sanitário. No centro comercial da cidade, os incidentes mais comuns são as denúncias entre vizinhos por conta de águas paradas ou irregularidades afins, o que a fiscalização ia conferir. Caso fosse confirmada a situação de irregularidade, a multa era aplicada ao infrator. Na documentação analisada em nosso trabalho, as multas são medidas coercitivas autorizadas no plano estadual, implementadas no plano municipal e corroboradas pela ciência difundida pela SMCJF. As autoridades entendiam que esta forma de punição, além de lucrativa para os cofres públicos, poderia gerar obediência e regulação do que se pretendia como tecnologia higiênica sobre o município. A população, claro, não gostava disto e vivia, constantemente a recorrer das penalizações juntos aos órgãos públicos. Os fiscais eram chamados a verificarem a veracidade das informações dos suplicantes e em geral, discordavam das mesmas, incitando ao órgão público à manutenção da multa. Esta é a forma clássica por nós encontrada em Juiz de Fora a indicar um movimento sanitário permeado por idéias científicas que visava modificar os hábitos da população em prol

⁴⁰ Passin. LANA, Vanessa. op. cit.

⁴¹ GOODIN JR. J op.cit.

da salubridade. Esta por sua vez, manifestava-se contrária à penalização que sofriam. A documentação oficial indica que em geral, não estavam contra a vacinação, contra a dissecação de pântanos ou às medidas sanitárias em si. Eram contrários, em sua maioria, a constante vigilância e penalização financeira que estavam submetidas por não cumprirem às novas normas. Os munícipes parecem resistir indiretamente à regulação das instâncias privadas de suas vidas a partir do não cumprimento, em seus cotidianos, dos preceitos higiênicos. A quantidade de multas lavradas indicam este fato. Entretanto eles não reclamavam diretamente sobre a medida sanitária que fora empreendida, mas sobre a multa aplicada. Tentavam se escamotear das medidas, não as cumprindo integralmente ou em partes, mas isto se dava no plano individual. Não foram levantes contra a saúde pública.

O único caso de motim foi a Revolta dos Imigrantes Horta Barboza em 1891 contra à imposição de um cordão sanitário. Este sim é um atestado de resistência às políticas sanitárias. A referida hospedaria fora a passagem obrigatória dos trabalhadores recrutados pela imigração em fins do século XIX⁴². Até onde vislumbramos nas fontes, fora um motim de curto prazo devido à imposição de um cordão sanitário à Hospedaria em 07 de novembro de 1891. O objetivo desta medida parece ter sido o de evitar o contágio ou propagação de epidemias na cidade entre os imigrantes recém-chegados de seu país de origem. Embora, o Delegado de Higiene, Júlio Delgado tivesse atestado, em correspondência para a Câmara, que estavam sãos, o Presidente desta instituição não abriu mão do isolamento e cerca de 1300 imigrantes acabaram por rompê-lo sem dificuldades, afinal só dois praças vigiavam o estabelecimento. Os imigrantes alegaram que precisavam comprar víveres na cidade e pegar suas bagagens⁴³. O episódio terá uma atenção maior em nossa pesquisa e será adequadamente esmiuçado. Entretanto, para este artigo, o trazemos à tona a fim de reforçarmos que houve resistências múltiplas ao contexto médico-sanitário na cidade de Juiz de fora. Até onde se sabe, não houve processo-crime contra nenhum imigrante, inclusive porque sua chegada aqui era aguardada por serem mão-de obra importada. Mas em geral, o que observamos é que não havia uma demanda em processar os cidadãos juizforanos, ou neste caso os revoltosos, por infrações, nem no caso de revolta velada, apenas os multavam. As multas como já mencionamos, eram a forma eficaz de implementação das medidas sanitárias junto à população e claro, estas eram aplicadas por agentes fiscais com o auxílio da polícia sanitária.⁴⁴

Levantamos apenas dois processos-crime contra a saúde pública para o período estudado. Ambos tratam de exercício ilegal da medicina. O primeiro processo data de 1893 e é contra Ignácia Joana Conceição. Trata de apurar a morte de Henrique, um bebê de menos de dois meses de idade, pela ingestão de substância medicamentosa dada por Ignácia. O outro processo data de 1899 é contra o

⁴² CHISTRO, Maraliz de Castro Vieira. op.cit.p

⁴³ BARROSO, Elaine A. L. **As doenças e o Poder. Saúde e Modernização em Juiz de Fora. (1889-1918)**. Anais eletrônicos do XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz. 17 a 22 de Julho de 2005. UEL. Londrina. PR.

⁴⁴ Sobre as multas aplicadas ver: FMCRV, . série 44; sbséries 4 a 10., séries 143 e 148

italiano José Luís “Gaclo” que *exercia ilegalmente a profissão de médico, que supostamente utilizava o título de especialista das moléstias do nariz, garaganta e ouvidos e* medicava seus pacientes, além de estorquí-los, conforme diz o auto de infração. O ocorrido indica claramente a demarcação do espaço da medicina e dos profissionais desta categoria. Espaço não compartilhado com os leigos que eram punidos por infração grave e julgados .⁴⁵

Podemos concluir, ainda que parcialmente em relação à completude da pesquisa, que houve uma gestão científica por parte da Câmara Municipal nos assuntos que tangem à regulação legal das medidas de Saúde Pública. Estas não surgem apenas na I Republica. Ganham uma nova roupagem num novo contexto, tendendo a ampliar preocupações e precauções existentes desde 1860, quando da publicação do código de posturas de 1858. A nova roupagem são os ditames modernos republicanos, a ascensão e consolidação do modelo médico-científico e a conseqüente fomentação para a intervenção nos antigos hábitos populares e introdução de novos valores, caros inicialmente à elite que planejava implementar o movimento sanitário no município como ampliação de seu poderio e *sattus quo*..

Como já mencionamos, nossas conclusões para este artigo são preliminares, haja vista a nossa pesquisa estar em fase de conclusão e por isso , ainda temos que ter muito cuidado com as generalizações sobre as fontes primárias que estão parcialmente analisadas. Deste modo, podemos indicar que houve uma intensidade das fiscalizações no centro urbano e comercial da cidade, devido ao rigor do ideal de salubridade que a câmara tentava empreender. A SMCJF , órgão fomentador de tal ideário sanitário, buscava sua legitimidade e cobrava da câmara a rápida implementação do higienismo na cidade. Este movimento sanitário colocado em prática na cidade de Juiz de Fora foia uma gestão científica, consonante com a legislação estadual e por isto mesmo, tinha muito em comum com outros municípios mineiros, como passa a ser o caso da própria Belo Horizonte. Mas nosso objetivo é justamente generalizar o que pode ser generalizado, como procede no caso do sanitário como um movimento do estado de Minas, dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais e verificar a originalidade mediante a um contexto específico da cidade de Juiz de Fora. No interior deste movimento sanitário, buscamos levantar as especificidades da Manchester Mineira que estarão melhor respondidas ao final de nossa dissertação, mas que já puderam, ao menos, serem apontadas e parcialmente analisadas com base na documentação. Tais especificidades foram, enfim , a implementação do sanitário com bases naqs leis estaduais pelas elites políticas alocadas na Câmara Municipal , fomentada pela categoria médica alocada na SMCJF , num contexto em que a cidade era um pólo econômico devida à intensa industrialização e modernização. Por fim, levantamos a receptividade dos cidadãos que fora ativa, uma vez que buscavam se relacionar com as posturas municipais sem prejuízo de modo de vida. Caso fossem flagrados em infrações, buscavam recorrer das multas , inviabilizavam as visitas domiciliares , ou aceitavam as medidas pura e simplesmente. Para nós, estes são indicativos que caracterizam as permanências e rupturas, típicas do momento da transição política, econômica e sócio-cultural por qual

⁴⁵ Tais processo-crime estão alocados no FMCRV, no Arquivo Público Municipal.

passava o país e que tiveram seus repercussões refletidas na cidade de Juiz de Fora através, sobretudo, da modernização via sanitário.

Referência bibliográfica:

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres: a Belle Époque Mineira**. Juiz de Fora. Ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994.

GOODWIN JR, James Willian **A princesa de minas. : A construção da identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888**. Dissertação de Mestrado;UEMG

PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora– 1870/1930**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. UFF. Niterói. Julho de 1993.

MIRANDA, Sônia Regina, **Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão urbana na Velha Manchester Mineira**. (Dissertação de Mestrado) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. UFF. Niterói. Novembro de 1990.

_____.**A organização da medicina científica em Juiz de Fora**. Baú de Ossos – Memórias, Juiz de Fora. Semana do ICHL. 2000.

_____.**Manchester Mineira**. Cambridge – Inglaterra: IX_Congresso da Associação dos Latino-americanistas, 1996.

_____.**Saúde e doença na Sociedade capitalista (1789 – 1914)**. V Semana de Psicologia e Cultura – FUNREI. 2000.

ZAMBELLI, Rita de cássia. **A cólera em Juiz de Fora: uma realidade presente no século passado**. Monografia de Bacharelado. UFJF. Juiz de Fora. 1994.

CAMPOS, Cristina de. **São Paulo pela lente da Higiene** As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945). São Carlos RiMa, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febre**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo: Juquery, A história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HOCHMAN, Gilberto & LIMA, Nísia T. **Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República**. In: MAIO, Marcos LEAL, Thiago Teixeira. **Mediação distante: medicina científica e a relação médico-paciente em xeque**. Anais Eletrônicos do 1º. Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo. Hucitec/Edusp.1994

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitário na I República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, rio de Janeiro, V. 28, n.2, p. 193-210, 1985.

As visitas pastorais em perspectiva: fontes e historiografia

Elias Felipe de Souza Cruz
Mestrando em História – UFJF
eliascruz@terra.com.br

Introdução

O presente artigo visa colocar em perspectiva a ação da Igreja Católica em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, especialmente o papel que as visitas pastorais tiveram na formação espiritual e moral da população. Partiremos de uma análise conjunta de algumas fontes normativas com outras produzidas pelas próprias visitas, e buscaremos a partir dessa análise, propor uma discussão introdutória com alguns textos historiográficos luso-brasileiros que em algum momento se ocuparam das visitas diocesanas.

Normas e regimentos

A América lusa presenciou desde sua gestação enquanto sociedade ao mesmo tempo subordinada e articulada a estrutura imperial ultramarina portuguesa uma ação afirmativa da Igreja Católica. Via-se esta última como grande parceira do empreendimento expansionista, que objetivava a propagação da fé e conseqüentemente um aumento da comunidade cristã.

Em finais do século XVII, quando segundo alguns autores,¹ dera-se de fato o início do processo colonizador português, a Igreja Católica implementou significativamente sua posição enquanto guia espiritual dos trópicos. Isso estava em consonância com os preceitos defendidos em Trento,² que instavam com suas dioceses que cuidassem da espiritualidade de seus rebanhos e promovessem a desejada organização eclesiástica.³ Na Ibéria lusitana tais palavras ecoaram com um censo de urgência, note-se, por exemplo, o fato de logo em seguida ao término do Concílio, terem sido produzidas Constituições Sinodais e Auditórios Eclesiásticos em grande parte das dioceses do reino.⁴

¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Economia Política dos descobrimentos. in Novaes, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 194, 195.

² O Concílio de Trento reuniu-se com algumas interrupções de 1545 – 1563.

³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997. pg. 30.

⁴ PAIVA, José Pedro de Matos. Uma instrução aos visitantes do bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal, *Revista de História das Ideias*, 15 (1993), p. 637-661.

Aos 21 de julho de 1707, o Padre Manoel Ferreira de Mattos, notário do sínodo que ocorrera no Arcebispado da Bahia, subscrivia uma carta enviada pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide a todas as autoridades eclesiásticas e seculares que encontravam-se sob jurisdição do Arcebispado da Bahia. A carta apresentava as novas Constituições e o Regimento do Auditório Eclesiástico. Além disso, a carta salientava a importância de tais instrumentos devido a percepção que havia tido o antítite durante as visitas pastorais que fizera desde o ano de 1702 – quando assumira o Arcebispado – em algumas paróquias. Além disso, dizia a carta:

"... achamos, que pelas do Arcebispado de Lisboa, de quem este havia sido suffraganeo; porque suposto todos nossos dignissimos Antecessores as procurassem fazer, o não conseguirão ... considerando Nós, que as ditas Constituições de Lisboa se não podiam em muitas cousas accommodar a esta tão diversa Região, resultando dahi alguns abusos no culto Divino, administração da Justiça, vida, e costumes de nossos súbditos ... revogamos os Capítulos, Visitas, Regimentos, Provisões de nossos Predecessores, e todos e quaesquer costumes, usos, estilos, (por mais antigos que sejam) que nestas Constituições, e Regimento se não approvarem, ou permitirem expressamente."⁵

Assim, fixava-se – pelo menos de modo aparente – as estruturas normativas que deveriam nortear a vida religiosa e promover os bons costumes dentro das comunidades. É curioso que tal “reivindicação” de autoridade seja feito exatamente no mesmo período em que se processava o maior esforço até então presenciado, de colonização portuguesa nas Américas. É tácito que naquele tempo a liderança religiosa na América portuguesa se preocupou sobretudo em acompanhar os alicerces de civilização que sabia-se era inevitável a partir daquele áureo momento.

Em praticamente toda a primeira metade do século XVIII, as paróquias em Minas Gerais encontraram-se subordinadas à autoridade episcopal do Rio de Janeiro. Foi somente em 1745 que através da bula *Candor Lucis Aeternae* foi criada a diocese de Mariana. Na prática, foi apenas três anos mais tarde que as paróquias mineiras deixaram de responder ao bispado do Rio de Janeiro, quando D. Frei Manoel da Cruz tomou posse como o primeiro bispo marianense.⁶

A despeito da causalidade de tal aparente resistência – essa é uma discussão que pretendemos retomar em breve – parece que a publicação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e a

⁵ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo illustrissimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas e aceitas em o Synodo diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707.*

⁶ BOSCHI, Caio César. As Visitas Diocesanas e a Inquisição na Colônia. In. Revista Brasileira de História, v. 7, n. 14, São Paulo, 1987. pg. 160.

ordem expressa de obediência não foi prontamente cumprida. O Cônego Raimundo Trindade, que por muitos anos dedicou-se à pesquisa e organização documental relativa à religiosidade mineira, em sua obra Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história, afirmou que foi D. Antônio de Guadalupe, terceiro bispo do Rio de Janeiro, que adotou para sua diocese as Constituições Primeiras, sugerindo isso que os anteriores bispos não o fizeram por alguma razão.⁷

Que D. Frei Antônio de Guadalupe era zeloso em cumprir seus deveres episcopais é perceptível não somente na leitura que Trindade faz de sua atividade, mas também pelo enorme número de pastorais suas que encontramos no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), além de inúmeras citações que bispos posteriores fizeram dos textos de D. Guadalupe em suas próprias pastorais.⁸

Talvez entendia o bispo que para melhor desempenhar seu trabalho, necessitava de normas mais claras, que lhe possibilitassem agir de modo equilibrado em relação à defesa dos princípios cristãos e à pluralidade cultural existente em sua diocese. Mas não se tratava de cumprir as ordens expressas do conselheiro de sua majestade enviadas de Salvador à quase vinte anos? De qualquer modo, D. Frei Antônio de Guadalupe assim o fez quando assumiu sua diocese em agosto de 1725, e pelo que indica anos depois em seu testamento, apesar do pietismo e da exacerbação de sua pequenez, postura essa apontada por Adalgisa Arantes Campos como uma postura essencialmente barroca,⁹ dedicou-se sobremaneira em cumprir – apesar de suas “imperfeições”, realidade amplamente evocada pelo próprio autor – sua missão de “bem viver”, a fim de alcançar a “boa morte”.¹⁰

De qualquer forma, temos para as Minas e para todo o bispado do Rio de Janeiro, mais de quartel de século em que a vida religiosa aparentemente era norteada pelas *Constituições extravagantes primeyras do arcebispado de Lisboa* de 1588. Assim, D. Francisco de São Jerônimo, que tomou posse como bispo do Rio de Janeiro em 1702 e veio a falecer apenas em 1721, governou seu bispado à parte – será tão à parte assim? Talvez um estudo mais acurado sobre as razões de tal abstenção, uma comparação detalhada das Constituições de Lisboa de 1588 e das Constituições da Bahia de 1707 e as relações entre a diocese do Rio de Janeiro e a Arquidiocese da Bahia nesse período revelem algo diferente – de algumas delineações arquidiocesanas dos trópicos.¹¹

⁷ TRINDADE, Con Raymundo Trindade. Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua Historia. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953. pg. 65 – 69.

⁸ AEAM, Pastorais, 1727 – 1793; AEAM, Pastorais, 1747 fls. 9, 9v.

⁹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão barroca de mundo em D. Frei de Guadalupe (1672 – 1740): seu testamento e pastoral. In. Varia História. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Encontramos no AEAM alguns fragmentos de pastorais enviadas por D. Frei de São Jerônimo, obviamente em número reduzido quando comparado às pastorais enviadas pelo seu sucessor D. Frei Antônio de Guadalupe. AEAM, Pastorais, 1727. fls. 55-57

Visitas pastorais

As visitas pastorais realizadas no ocidente cristão desde a Idade Média possui suas especificidades ligadas ao período e à região em que foram implementadas. Algo que é lugar comum entre a maior parte dos historiadores que estudam as visitas pastorais na Idade Moderna, é que após o Concílio Tridentino, deu-se uma atenção maior ao papel que essas visitas tinham na promoção e manutenção da fé.¹² Bispos ou delegados enviados poderiam cuidar de modo mais próximo dos reais problemas que ameaçavam a paz espiritual de suas dioceses, e através da parceria estabelecida com os párocos e demais religiosos locais – parceria essa que seria tenazmente buscada, mas não sem a necessidade de modificação nos hábitos por parte de um clero até então considerado incompleto do ponto de vista Tridentino – tomar conhecimento e reparar prontamente qualquer desvio ameaçador.

Dessa forma, no mundo português as visitas pastorais foram importantes como instrumento de afirmação da autoridade episcopal, e tinham como objetivo organizar administrativamente o funcionamento das paróquias e as liturgias que necessitavam a partir de então de uniformidade.

Os historiadores portugueses Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva por mais de uma década se dedicaram ao estudo das visitas pastorais na diocese de Coimbra e a relação dessas com as realizadas em outras partes do Reino. Ambos perceberam ao longo de seus estudos o caráter organizativo que as visitas pastorais possuíam. Fizeram isso, não somente através da análise das fontes produzidas ao longo das visitas, como por exemplo os relatórios das visitas, mas também por levarem em consideração os instrumentos normativos que apontamos no subtópico anterior. Interessante, é que além das Constituições sinodais e dos Regimentos dos Auditórios eclesiásticos das dioceses que estudaram, tiveram acesso aos chamados “manuais” de visitantes. Tratam-se de instruções dadas a como os religiosos que desempenhariam a função de visitantes diocesanos deveriam se portar durante a realização de sua atividade.¹³

Reputamos tais trabalhos como indispensáveis aos pesquisadores brasileiros que desejam fazer das visitas diocesanas o objeto de seus estudos. E é justamente nesse momento que se faz mister tecer alguns comentários introdutórios sobre as visitas pastorais na historiografia brasileira.

Antes de dar destaque a alguns trabalhos que usaram as fontes produzidas à partir das visitas pastorais, cabe esclarecer um equívoco quanto ao termo. Parece que num esforço persecutório de se encontrar as respostas do porque da não instalação de um Tribunal do Santo Ofício na América portuguesa durante o período de sua existência, e de buscar a ação do mesmo nessa parte do império – a despeito da ação de comissários e familiares da inquisição que aqui atuaram, pois voltaremos a essa

¹² Não que as visitas fossem menos importantes antes de Trento. Como exemplo da necessidade de se relativizar alguns pressupostos, nesse respeito é interessante ver o trabalho de BAUBETA, Patrícia Anne Odber. *Igreja, Pecado e Sátira Social na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional_Casa da Moeda, 1995.

¹³ PAIVA, Jose Pedro. *Op. Cit.*, pg. 637 – 661.

questão em outro momento – enxergou-se nas visitas pastorais, mais especificamente nas devassas eclesiásticas produzidas durante o período das visitas, um reflexo da ação inquisitorial, na verdade, uma continuidade e uma expressão do sagrado Tribunal. Chegou-se mesmo a se falar em subordinação de um para com o outro, e nesse sentido, o autor desse texto não se isenta de responsabilidade, atribuindo às visitas (devassas) um caráter coadjuvante de um contexto mais importante, o contexto da inquisição.¹⁴

A já citada Adalgisa Arantes Campos, em artigo publicado em 1997, discutindo as visitas pastorais salientou a respeito da confusão que pode ser feita quanto ao papel dessas na sociedade luso-brasileira do século XVIII:

"Ao contrário das visitas pastorais, as devassas, justamente por registrarem no plano individual os delitos contra a doutrina e os bons costumes – simonia, usura, sodomia, concubinato, heresia, feitiçaria, práticas judaizantes, incesto, relaxamento eclesiástico, etc...(Constituições livro V, tit. 1 a 32) foram bastante pesquisadas, merecendo estudos específicos... tinham uma dinâmica absolutamente diversa, pois, nas devassas, além do secretário, constituía-se um meirinho, e a partir de um rol devidamente preparado, havia arguição de testemunhas... visitas pastorais estavam imbuídas do ideal tridentino... no sentido de se desenvolver um sistema paroquial uniforme, com ênfase nos sacramentos e na concepção hierárquica, desalojando os particularismos de família, região, confraria, raça... em... grandes linhas concordamos com a interpretação de Caio Boschi, isto é, tanto as pastorais quanto as devassas tentavam 'obter uma nação espiritual e ideologicamente homogênea, a serviço dos interesses políticos e da centralização do poder'. Contudo, o autor trata as visitas pastorais juntamente com as devassas, como se fossem coisas idênticas, consideradas como atividades através das quais o 'ideário e a ação do Santo Ofício se fizeram sentir no Brasil, mais especificamente nas Minas Gerais'".¹⁵

Concordamos com a professora Adalgisa Arantes Campos, quando faz a distinção entre as visitas pastorais e as devassas eclesiásticas que tinham como função a apuração e a extirpação de vícios. É passível de justificativa o porque que por muito tempo se confundiram tais práticas religiosas distintas. É

¹⁴ Ver por exemplo BOSCHI, Caio César. *Op. Cit.*, pg. 160; VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 220 e CRUZ, Elias Felipe de Souza. Regras, Pecados e Conflitos: o pensado e o vivido na Comarca do Rio das Mortes (1726-1748). In. *Anais do XV Encontro Regional de História*. São João Del Rei: UFSJ, 2006.

¹⁵ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A mentalidade religiosa do setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas. In. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, 1997. pg. 13 – 15.

porque na verdade não eram tão distintas assim. Estavam profundamente interligadas, pois se as primeiras não dependiam necessariamente das segunda, o mesmo não pode ser dito ao contrário. As devassas eram implementadas no decorrer das visitas diocesanas. Assim, quando se liam documentos produzidos pelas devassas eclesiásticas podia se ler um documento produzido pelas visitas pastorais; talvez o mais correto seria dizer um documento produzido durante as visitas pastorais.

Outro dado importante apontado pela historiadora, mas não do modo como fez quando desejou diferenciar as visitas pastorais das devassas – e que penso que é justamente essa uma das grandes questões que precisam ser discutidas por nossa historiografia – foi quando fez menção à noção defendida por Boschi em 1987 de que as visitas (devassas) faziam parte de um “ideário” do Santo Ofício, e uma manifestação de sua “ação” que “...se fizeram sentir no Brasil, mais especificamente nas Minas Gerais”.¹⁶

O risco de homogeneização da ação do Santo Ofício com as visitas pastorais foi facilmente assumido por diversos autores. A própria Adalgisa Arante Campos quando citou em seu texto as Constituições da Bahia, afirmando que

*"Ao contrário das visitas pastorais, as devassas, justamente por registrarem no plano individual os delitos contra a doutrina e os bons costumes – simonia, usura, sodomia, concubinato, heresia, feitiçaria, práticas judaizantes, incesto, relaxamento eclesiástico, etc...(Constituições livro V, tit. 1 a 32)..."*¹⁷

não teve o cuidado de mencionar – isso não significa que essa seja de fato a percepção da autora – que pelo menos a heresia, as práticas judaizantes, e em alguns momentos a sodomia e o incesto foram considerados como pecados de foro inquisitorial e não episcopal. Dessa forma, percebe-se quão cuidadosa deve ser nossa abordagem sobre as visitas pastorais

Outra razão que possivelmente levou a um mau entendimento sobre o que de fato foram as visitas pastorais realizadas na América portuguesa, especificamente a tentativa de fundi-la com a ação do Santo Ofício da Inquisição, foi o objeto de estudo da maior parte dos historiadores que usaram em algum momento de sua trajetória intelectual as visitas (devassas) como fontes historiográficas.

Como exemplo, podemos citar dois trabalhos de Luciano Raposo de Almeida Pesquisando a família mineira e as relações sócio-culturais durante o século XVIII, Figueiredo buscou, através das devassas eclesiásticas preservadas no (AEAM), retratar as tensões da conjugalidade, bem como as estratégias de

¹⁶ BOSCHI, Caio César. *Ibid.*

¹⁷ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Ibid.*

sobrevivência tecidas pela população com o fim de manter suas práticas afetivas e familiares tidas pela sociedade como marginais.¹⁸

Figueiredo levantou dados que lhe permitiram estabelecer algumas conexões e que lhe possibilitaram construir alguns traços aparentemente uniformes – se é que se pode se falar em uniformidade quando se trata das visitas pastorais realizadas no mundo português – para as visitas realizadas na Capitania de Minas Gerais.¹⁹ Algo importante constatado por Figueiredo em seu trabalho é o número significativo de devassas realizadas na Capitania durante as décadas de 1730 e 1750, período que se confunde com o firmamento das comunidades mineiras que vinham se estabelecendo nas primeiras décadas nas Gerais, com o aumento significativo de extração aurífera, e com a atuação marcante do primeiro bispo marianense, D. Frei Manuel da Cruz.²⁰

Barrocas famílias consiste num estudo não só sobre uma história da família na América portuguesa, mas também nos apresenta um levantamento significativo das fontes eclesiásticas, especialmente as devassas eclesiásticas, também confundidas pelo autor com as próprias visitas pastorais, que consultou e seriou durante sua pesquisa no AEAM para a preparação de sua dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo em 1989.²¹ Entretanto, não seria em sua dissertação a primeira vez que Figueiredo falaria das visitas pastorais (na verdade estava falando das devassas) nas Minas setecentistas. Publicou dois anos antes da defesa de sua dissertação, em 1987, na revista do Arquivo Nacional, um artigo intitulado, *Segredos de Mariana: pesquisando a inquisição mineira*, onde além de apresentar os resultados preliminares de sua pesquisa, apresenta aos leitores um sumário dos códices das devassas eclesiásticas existentes no AEAM.²² Muitos dos trabalhos realizados por outros pesquisadores sobre as devassas eclesiásticas nas Minas dos setecentos partiram e partem inicialmente do sumário apresentado pelo autor. Em nosso caso não foi diferente, pois no início de nossa pesquisa esse sumário serviu de norte para o

¹⁸ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997

¹⁹ *Ibid.* Ver anexos.

²⁰ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Op. Cit.*, pg. 33, 34. Pensamos que outro fator importantíssimo para se compreender o aumento do número de devassas realizadas na década de 1730, é justamente o episcopado de D. Frei Antonio de Guadalupe que gozava de um zelo impar no que tange a execução de seu papel episcopal. Talvez isso se relacione com a discussão que apresentamos anteriormente sobre a adoção por parte deste bispo das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

²¹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Op. Cit.*

²² FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Segredos de Mariana: pesquisando a inquisição mineira*. In. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 2. 1987. Ver anexos.

levantamento dos códices das devassas que diziam respeito ao nosso recorte temporal e espacial, a saber, a Comarca do Rio das Mortes durante a primeira metade do século XVIII.²³

Pode-se dizer que em *Segredos de Mariana*, Luciano tende já a levantar algo que depois será marcante em seu trabalho que é apreciação das especificidades da relação entre a Igreja portuguesa e a Igreja no Brasil. Configurando-se dentro de uma corrente de estudiosos no Brasil, Luciano Figueiredo concluiu que tais visitas só podiam servir como um braço do Santo Ofício português, especialmente em territórios onde não estiveram aparentemente visitantes do Santo Ofício.²⁴

Nesse sentido, é nítido o caráter demonizador das visitas atribuído por Luciano Figueiredo, restringindo-se à análise de sua face persecutória e punitiva. Como constatamos e de fato alguns pesquisadores luso-brasileiros já vem percebido isso em seus trabalhos, a função das visitas pastorais não se restringiam na abertura e execução de devassas.²⁵ Deveriam em primeiro lugar trabalhar na preservação da hierarquia e na vigilância da liturgia e da administração dos dogmas cristãos, atividade essa importantíssima na preservação de sua imagem enquanto detentora do *Kerigma* cristão da vida e da morte. Pensar as devassas como subproduto das visitas em si, sendo essa um subproduto de toda a atividade pastoral que reforçada e delineada em Trento deveria zelar pelo bem estar espiritual e moral de todas as freguesias eclesiásticas sob sua jurisdição, é nosso objetivo ao re-visitar as visitas diocesanas realizadas nas Minas do ouro durante os dois primeiros quartéis século XVIII.

Figueiredo chega a chamar as visitas pastorais realizadas nas Minas do século XVIII como *pequena inquisição*.²⁶ Seus trabalhos, publicados na segunda metade da década de 1980, mesmo período em que José Pedro de Matos Paiva escreveria sobre as visitas pastorais na diocese de Coimbra, já apontava para alguns órgãos normativos como as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707*, produzidas como resultado do primeiro sínodo diocesano no Brasil.²⁷

²³ Nosso recorte corresponde aos bispados de D. Francisco de São Jerônimo, D. Frei Antônio de Guadalupe, D. Frei João da Cruz e os primeiros anos de D. Antônio do Desterro. Tratamos sobre a atividade episcopal exercida por esses quatro bispos nas Minas setecentistas, período que se confunde com a jurisdição do Rio de Janeiro sobre as Minas do ouro, período esse encerrado com a posse de D. Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo marianense em 1748.

²⁴ Ver por exemplo, Vainfas, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 220. Voltaremos a discutir isso nos comentários aos trabalhos de Ronaldo Vainfas que faremos oportunamente. De modo significativo, em minha monografia de bacharelado, segui justamente essa orientação no que diz respeito à minha visão sobre as visitas pastorais.

²⁵ Ver por exemplo, CAMPOS, Adalgisa Arantes. A mentalidade religiosa do setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 18, p. 11-28, 1997 e PAIVA, José Pedro de Matos. Inquisição e Visitas Pastorais: Dois mecanismos complementares de controle social? In. *Revista de História das Ideias*, 11 (1989), p. 85-102.

²⁶ Ver FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Op. Cit.*

²⁷ *Ibid.*

De fato as ditas *Constituições da Bahia*, mais especificamente os Regimentos do *Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia de 1704*, se propunham como instrumentos normativos a regulamentar toda a atividade eclesiástica na América portuguesa. A despeito da aplicação desses instrumentos normativos e da adoção da referida *Constituição* por parte das dioceses sob sua jurisdição, assunto esse que merecerá lugar de destaque em outro momento, são colocados alguns apontamentos sobre a relação que as visitas pastorais deveriam ter com o tribunal do Santo Ofício, relação essa pertinente quando damos voga às devassas eclesiásticas, momentos esses, que não raro seriam os espaços – através das denúncias - para a tomada de conhecimento dos pecados públicos cometidos pela comunidade visitada.²⁸

Os objetivos das visitas pastorais podem ser apreendidos também numa série de documentos existentes nos arquivos portugueses que dispunham do objetivo e do funcionamento das visitas. Esses verdadeiros “manuais” dialogam em muito com as constituições sinodais e com os regimentos dos auditórios eclesiásticos, mas se mostram em muitos momentos, como bem demonstrou Paiva, mais específicos e objetivos quanto à realização das visitas.²⁹

Retomando a discussão sobre a relação das visitas pastorais com a ação inquisitorial, existem alguns aspectos que precisam ser salientados e analisados detidamente. Em primeiro lugar, como demonstrado por especialistas sobre a atividade inquisitorial no mundo luso, cabia ao Santo Ofício português o conhecimento de crimes relativos à fé, ou seja, os crimes de heresia e apostasia.³⁰ É certo que muitos indivíduos que na América portuguesa foram tidos como hereges, chegaram ao Rossio através das visitas pastorais.³¹ Na verdade, a alçada sobre determinado tipo de pecado variou conforme o tempo em questão. Em determinado período, a bigamia e a sodomia por exemplo, ficariam sob alçada da inquisição, e em outro momento, sob alçada da justiça episcopal.³²

Bruno Feitler, em interessante artigo sobre a relação entre o bispado de Pernambuco e a Inquisição portuguesa, salientou alguns momentos de congruência no que tange a tomada de decisões relativas a certas culpas de que as autoridades se ocuparam.³³

²⁸ *Constituições...* liv. 5, t. I e II

²⁹ PAIVA, José Pedro de Matos. Uma instrução aos visitantes do bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal, *Revista de História das Ideias*, 15 (1993), p. 637-661.

³⁰ BETENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV – XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ver também VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.*

³¹ Ver SOUZA, Laura de Melo e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

³² Ver BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond. *A bigamia em Portugal na época moderna: sentir mal do sacramento do matrimônio?* Lisboa: Hugin, 2003.

³³ Ver FEITLER, Bruno (Org.) ; VAINFAS, R. (Org.) ; LIMA, L. L. G. (Org.) . *A Inquisição em Xequê: temas, debates, estudos de caso*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006. v. 1. 280 p.

Podemos antecipar três pontos que elucidam melhor essa questão. Por um lado podemos perceber uma relativa autonomia no que tange à ação dos visitantes diocesanos com relação à ação inquisitorial nas Minas, que como iremos discutir mais à frente, se dará através das figuras marcantes dos comissários e dos familiares do Santo Ofício. Por outro, fica explícito uma relação de complementaridade entre as duas esferas de poder, e tal proximidade pode ser perceptível em especial nas trajetórias individuais de alguns visitantes que também serviram como agentes do Santo Ofício português. Por fim nos propomos a olhar para as visitas pastorais realizadas nas Minas como as visitas pastorais realizadas por uma Igreja ligada ao padroado, mas que ao mesmo tempo possuiu algumas especificidades marcantes. Especificidades essas que talvez sejam a chave para se compreender como nos Trópicos as visitas se tornaram mais próximas do Sagrado Tribunal do que de fato foram de Braga ao Algarve.

A modernização da mão-de-obra no Sul de Minas, 1870-1920

Fábio Francisco de Almeida Castilho

A presente comunicação busca problematizar o processo de modernização das Minas Gerais no final do século XIX e início do XX. Analisaremos a imigração estrangeira para o Sul de Minas sobre o prisma da modernização, pois neste período, a região passava por um processo de adaptação ao novo.

A escolha pela análise da imigração para entender a modernização não foi simples, já que à primeira vista outros fatores, como a chegada da eletricidade, a instalação de fábricas e até mesmo o processo ferroviário dialogam mais diretamente com o tema que se pretende trabalhar. No entanto, a imigração se impôs por entendermos que a transição da mão-de-obra era essencial para a efetivação do processo de modernização que se pretendia por em prática na província mineira.

A chegada da corrente imigratória trazia ares de inovação. Acreditava-se que o tão sonhado progresso só seria alcançado com a utilização de uma mão-de-obra livre, adaptada aos tempos modernos, que, segundo o discurso da época, contribuiria para civilizar a região.

A demarcação "Sul de Minas", a princípio, pode parecer pouco objetiva devido às inúmeras alterações geográficas administrativas que Minas Gerais sofreu ao longo do século XIX. A historiografia aponta para o constante "desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas"¹, ocorridos devido à extrema maleabilidade da política administrativa mineira.

Por outro lado, existe a recomendação² de que as fronteiras da região escolhida como objeto de pesquisa não sejam demasiadamente amplas, para que a documentação não se disperse. E que, além disso, é inviável tomarmos como base as fronteiras administrativas adotadas no presente ou no passado. Aconselha-se, ao contrário, que o pesquisador não se prenda a limites geográficos ou administrativos, mas defina seu recorte regional conforme os objetivos do trabalho.

Portanto, aqui, a região que se pretende abordar é o quinhão mineiro que segundo o mapa político de 1854³ compreende as comarcas de *Sapucay*, *Rio Verde*, *Jaguay* e *Baependy*. Entre suas principais cidades podemos citar Alfenas, Caldas, Pouso Alegre, Itajubá, Baependi, Campanha, Três Corações, Três Pontas, Ouro Fino, Cristina, Lavras, Poços de Caldas, Lambari, São Lourenço e Varginha.

¹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume. 2002.

² BLOCH, Marc. Introdução à história. Publicações Europa-América. 4ª edição. S.d.

³ In.: VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: Violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século 19. Bauru: EDUSP. 2004.

A escolha do Sul de Minas como objeto de estudo se impôs pelo menos por quatro fatores: primeiramente porque na região foram instalados vários núcleos coloniais⁴. Em segundo porque a região, juntamente com a Zona da Mata, foi pioneira na produção de café em Minas, principal produto do país e historicamente associado à utilização da mão-de-obra estrangeira. Em terceiro lugar, por ser a região do estado mais próxima de São Paulo, que utilizou largamente o braço imigrante e foi considerada por algum tempo como paradigma para os demais estados do país⁵. E por último, por existirem poucos trabalhos que tentem esclarecer a questão da modernização da mão-de-obra naquela região.

A presença imigrante no Sul de Minas pode ser observada através de jornais locais mesmo alguns anos antes das propostas de instalação de Núcleos Coloniais na região. Pois estes jornais já repercutiam as discussões nacionais, que, em geral, circulavam em torno da questão da transição da mão-de-obra e da escolha entre uma imigração subvencionada pelo Estado ou de outra espontânea. O tema ganhou um espaço maior nos periódicos quando foi definida a instalação de colônias na região. Com efeito, o tema esteve ainda mais freqüente no momento da chegada e da instalação destes trabalhadores⁶.

O recorte temporal da presente pesquisa esta relacionado com a compreensão da co-relação entre imigração e modernização. Portanto, faz-se necessário voltamos nossa atenção para outros processos civilizatórios que começaram a ocorrer na região algumas décadas antes, em especial a expansão da malha ferroviária. Segundo Norma de Góes Monteiro⁷, o surto ferroviário se deu a partir da década de 1870, e significou um impulso definitivo na economia cafeeira de Minas. Além disto, é na década de 1870 que chegaram ao Brasil as idéias científicas e evolucionistas, que ajudaram a definir o encadeamento do processo de modernização e de imigração para o país. Estas idéias postulavam a troca da mão-de-obra nacional pela européia, com a finalidade de branquear o país e torna-lo mais civilizado⁸.

O recorte com o qual se pretende trabalhar se estende até o ano de 1930, quando os núcleos coloniais financiados pelo governo já haviam sido emancipados e os imigrantes que neles viveram estavam completamente inseridos na realidade do Sul de Minas. Seja permanecendo nos antigos núcleos, na zona rural, ou se mudando para as pequenas concentrações urbanas do Sul de Minas, ou ainda para outros estados. Além disto, em 1930 se encerraram os incentivos do governo do estado para promover a

⁴ Alguns deles são citados por Norma de Góes Monteiro em *Imigração e Colonização em Minas, 1889-1930*. São eles: Francisco Sales, em Pouso Alegre; Nova Baden, em Lambari; Itajubá, na cidade de mesmo nome; Inconfidentes, em Ouro Fino; Joaquim Delfino, em Cristina e Padre José Bento, também em Pouso Alegre.

⁵ Ver o tópico referente à Justificativa e Revisão Bibliográfica, pág.: 3.

⁶ Acervo da Biblioteca da Universidade Federal de São João del Rei- UFSJ-.

⁷ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas, 1889-1930*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora Itatiaia. 1994.

⁸ Ver: ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra; 2002. NEEDLE, Jeffrey D., *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. SCHWARCZ, Lilian Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

imigração. Portanto, nosso recorte temporal terá como balizas os anos de 1870 a 1930, período que coincide com a chamada “Grande Imigração”⁹.

Tais considerações serão feitas dentro de um contexto nacional de troca do regime Monárquico para o Republicano, que como podemos perceber com um exame preliminar das fontes, influenciou, em grande escala, as questões referente à imigração e a modernização.

A historiografia percebe esta passagem dentro do amplo quadro da constituição do capitalismo no Brasil, ressaltando as transformações socioeconômicas e a transição de relações sociais do tipo “senhorial-escravista” para relações do tipo “burguês-capitalista”¹⁰. Durante este período o Sul de Minas passava por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. E, aos poucos, se inseria a nova ordem capitalista. Embora não exista um trabalho que descortine a questão, com a apresentação de números exatos da demografia sul-mineira, trabalhos seminais, como o de Douglas Libby e Lanna, indicam que a migração de libertos da zona rural para a urbana¹¹, as melhorias nas condições de saneamento e a intensificação da imigração¹², impulsionada pelo Estado, estimularam o crescimento populacional regional.

Por outra senda, questionaremos o processo de modernização do interior. Como este processo se deu nos grandes centros a historiografia já cuidou, no entanto, faltam trabalhos que discutam a questão para o interior do país. Tencionamos entender a *Belle Époque* no interior e compreender o seu complexo quadro de desenvolvimento, com suas descontinuidades e resultados imprevisíveis na região do Sul de Minas.

O café e o poder político em Minas

A questão da imigração se tornou bastante cara para a historiografia devido ao enorme contingente populacional que deixou o Velho Mundo na busca de uma vida melhor nas Américas. Segundo Herbert Klein¹³, entre 1881 e 1915, 31 milhões de pessoas migraram para o Novo Mundo. Deste total 70% se dirigiram para os Estados Unidos. O Brasil foi o terceiro maior receptor, incorporando 2,9 milhões de imigrantes.

Fernando Devoto demonstra como este movimento migratório alterou a “cara”¹⁴ dos países de destino. A grande porcentagem de imigrantes e descendentes encontrados em cada país ajudou a definir

⁹ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

¹¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense. 1988.

¹² LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira*. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.

¹³ KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In.: FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp. 2º edição. 2000.

¹⁴ DEVOTO, Fernando J. *Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas*. In FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp. 2º edição. 2000.

as identidades nacionais da América Latina como conhecemos hoje, principalmente a argentina e a brasileira.

Segundo Hobsbawm¹⁵, também não eram poucos os motivos que “empurravam” as populações da Europa para a América. O velho continente passava por uma crise causada pelo grande crescimento demográfico que não fora acompanhado por um desenvolvimento agrícola suficiente para suprir a sua crescente demanda. Somou-se a isto as novas facilidades de locomoção, as estradas de ferro e as embarcações a vapor proporcionavam um cômodo meio de transporte capaz de levar famílias inteiras do interior para as áreas litorâneas.

A presente pesquisa se insere no debate historiográfico sobre a importância da imigração estrangeira para Minas Gerais. Este debate problematizou os dois principais entraves enfrentados no processo. Primeiramente, a má administração à qual a questão dos imigrantes ficou entregue e os problemas com a legislação, ainda pouco definida e até mesmo incoerente em determinados aspectos. Em segundo lugar, a resistência dos fazendeiros representantes da elite local em aceitarem o trabalhador estrangeiro e a concorrência com o estado paulista, que atraiu um contingente muito superior. No entanto, nosso prisma investigativo trará à baila o processo de modernização que ocorreu concomitante a chegada dos imigrantes. Ambos os processos, de modernização e imigração, foram fomentados pela crescente produção cafeeira da região estudada, que ao longo dos anos ganhou importância na receita arrecadada pelos impostos de exportação de Minas Gerais¹⁶.

Para melhor desenvolver nossa argumentação devemos passar por um mapeamento do desenvolvimento da cafeicultura em Minas Gerais, principal responsável pelo fomento do processo de modernização na província. Posteriormente será necessário entender o papel das elites neste complexo quadro de mudanças, neste sentido, serão necessárias considerações sobre o recrutamento dos políticos da região, a importância da composição demográfica sulina e demais dados que melhor expliquem o contexto do Sul de Minas no final do século XIX. A presente comunicação se propõe a entender toda esta estrutura para posteriormente se deter no problema da mão-de-obra e da alternativa imigrante.

Segundo Maria Efigênia Lage de Resende a expansão da cafeicultura na Mata e no Sul e o transporte ferroviário foram os principais fatores para romper com a estagnação mineira do início do XIX¹⁷. A invasão cafeeira deslocou a vida econômica da província em direção ao Sul do estado, segundo a autora, o Sul e a Mata mineira, combinando-se com o estado do Rio, e a seguir, com São Paulo e Espírito Santo, iriam integrar um extenso bolsão agrícola, fundamentado na lavoura cafeeira. Assim, a cafeicultura

¹⁵ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.

¹⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

¹⁷ Afonso de Alencastro e Otávio Soares Dulci demonstraram que Minas não passou por um processo de estagnação na primeira metade do século XIX, mas o pequeno crescimento, se comparado com o período da mineração, causou esta sensação de estagnação que se repetiu na historiografia.

seria decisiva na aceleração de mudanças que vinham se operando no território mineiro há muito tempo¹⁸.

Com esta expansão da cafeicultura teve início a dinamização da vida econômica na Mata e no Sul, inicialmente possibilitada pelas novas vias de transporte abertas pela cafeicultura que estimulou novos setores, como o pastoril. No entanto, lembra a autora, que o sistema ferroviário, implantado em Minas Gerais a partir de 1869, como decorrência da expansão cafeeira, beneficiou apenas parcelas do território, essencialmente o sudeste e sudoeste da província. Este crescimento regionalizado provocou um interno desequilíbrio econômico entre as regiões. Somado ao problema da desorganização do trabalho em 1888 a província acabou por se dividir entre regiões cafeeiras, Mata e Sul, que passaram a exigir mão-de-obra e amparo governamental; e regiões estagnadas, que exigiam Estradas de Ferro para dinamizar suas produções locais.

Mas Vera Alice Cardoso Silva¹⁹ observou que também existiram distinções entre os interesses da Zona da Mata e do Sul quanto à expansão cafeeira, pois o próprio surgimento do café na região sulista não era resultado da expansão do café da Zona da Mata, ao contrário, o fluxo de comércio das duas regiões era diferente: O Sul vinculava-se ao porto de Santos e a Mata ao porto do Rio de Janeiro. Resende assim descreve expansão cafeeira no Sul: "o café no Sul de Minas instalou-se sob a influência paulista, tanto na técnica de plantio quanto no gênero de vida. O próprio regime de trabalho, baseado na mão-de-obra imigrante e não mais no escravo, fixou-se no Sul de Minas"²⁰.

No entanto, apesar deste propenso encaminhamento para uma maior fomentação dos projetos de imigração estrangeira, como também indicaram alguns políticos²¹, o mesmo não se concluiu e a imigração para Minas jamais alcançou índices tão significativos como os esperados. Problema que analisaremos mais adiante.

Em "*Política e recuperação econômica em Minas Gerais*", Otávio Soares Dulci analisa o desenvolvimento das elites do estado, dividindo-as em quatro grupos: a elite política, a agrária, a empresarial urbana e a técnica, mas apenas as duas primeiras interessam a este estudo. Para o autor os dois grupos remontam à estrutura sócio-econômica tradicional, em que predominam as atividades rurais. Dulci observa a sobrevivência desta *elite tradicional* ao longo do processo de modernização. Isso se deve por ser a elite tradicional o resultado da aliança entre a elite política com a oligarquia rural²².

Segundo Otávio Dulci a modernização social e a diversificação econômica não deslocaram a elite tradicional do poder, ao contrário, foi este grupo que conduziu o processo, adaptando-se ao novo

¹⁸ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

¹⁹ SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira República. In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED: 1982.

²⁰ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982. p. 46-47.

²¹ Relatórios do ministro da agricultura de comércio e obras públicas de 1884-1896.

²² DULCI, Otávio Soares. Política e recuperação econômica Em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1994.

contexto agro-exportador. Para o autor, esta direção tradicional provocou duas conseqüências: Primeiramente esta elite teria logrado amortecer o impacto da mudança social, e conservado a feição oligárquica do Estado. Em segundo, o próprio grupo dirigente sofreria modificações de vulto, com o empresariado passando a integrá-lo, mas em um processo de justaposição, não de substituição.

Dulci enfatiza que com a diversificação de papéis da elite tradicional, partindo de sua base agrária, a mesma passou a abranger interesses industriais, financeiros e outros. Mas esta convergência de interesses não se dava em torno do projeto econômico, e sim de forma política, isto é, ela não se opunha ao progresso desde que não perdesse poder. Ela também não conferia ênfase à indústria como eixo de desenvolvimento da região, ao contrário, exigia medidas compensatórias em favor da agricultura.

A historiografia demonstra que para além do papel da expansão cafeeira e das ferrovias também foi capital a condição demográfica²³, que possibilitou uma participação relevante dos principais atores políticos de Minas no desenvolvimento do processo de modernização. Aqui, tentaremos enfatizar o papel do Sul de Minas no encaminhamento político das mudanças em curso.

Quanto à densidade demográfica das regiões mineiras, Resende apresenta um quadro da população relativa de todo o estado, com base do censo de 1920, portanto, período em que o processo de modernização que pretendemos estudar já estava praticamente estabelecido, e demonstra que a população do Sul de Minas era a segunda maior do estado, com 25,67 habitantes por quilometro quadrado, ficando atrás apenas da Zona da Mata, com 30,60; mas muito a frente das demais regiões; o centro e o oeste, respectivamente terceira e quarta zona contavam com apenas 13,00 e 12,30 habitantes por quilometro quadrado²⁴.

Tais condições refletiam nas ambições de mando político das zonas mais dinâmicas do estado, Mata e Sul, que passaram a ter maior participação no novo jogo político. Segundo análise de David Fleisher²⁵, a região do Sul de Minas teve grande importância como base política dos presidentes de província, senadores e de deputados federais, a região seria a terceira maior neste aspecto, o que lhe conferiu uma crescente importância no desenvolvimento das iniciativas governamentais.

Visto este amplo quadro sul mineiro passemos à questão da modernização da mão-de-obra.

O problema com a mão-de-obra e as propostas modernizantes

²³ Ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O teatro das oligarquias, uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001. FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e viça-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982. IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930). In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

²⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

²⁵ FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e viça-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

Segundo Resende²⁶ o problema da mão-de-obra se fez sentir em toda província. Com a análise dos gráficos da produção cafeeira de Minas, a autora percebeu que após a abolição existiu uma queda desta produção. A autora interpreta esta queda como um indicativo da dominação da mão-de-obra escrava nos cafezais. Este domínio provocaria um grave problema, pois o alto preço do café, em 1890, possibilitou salários mais altos e atraiu trabalhadores de outras zonas do estado, o que provocou o abandono de outras culturas, ameaçando até mesmo a tradicional economia de subsistência mineira, que passara a apresentar queda com a migração de braços para a lavoura cafeeira. Assim se delineou a crise da mão-de-obra do final do século XIX.

A produção de café só volta a crescer em 1890, quando Minas Gerais atinge o segundo lugar como maior produtora do país, ou seja, a produção mineira se recuperou rapidamente, pouco tempo depois da abolição ela já atingiria números "consideráveis"²⁷. Como já foi dito, o café no Sul de Minas instalou-se sob a influência paulista, fato que levou Maria Resende a afirmar que até mesmo o regime de trabalho se baseou na mão-de-obra imigrante por influência daquele estado. Mas, os projetos de imigração estrangeira não se concluíram e a imigração para Minas jamais alcançou índices tão significativos como os esperados.

O trabalho de Norma de Góes Monteiro²⁸, *Imigração e Colonização em Minas, 1889-1930*, procura elucidar as questões referentes à transição da mão-de-obra no estado. Para entender o processo, a autora se debruça sobre a imigração e o papel do Estado para impulsionar a vinda de trabalhadores estrangeiros. Neste sentido, Monteiro utiliza como fonte inúmeros relatórios e documentos oficiais, que segundo a sua interpretação, demonstram que o objetivo da imigração para o Estado nacional era solucionar dois graves problemas: a carência de braços para a lavoura e o povoamento de áreas de baixa densidade demográfica. A autora considera de grande importância a influência que o elemento estrangeiro exerceu na economia e no processo social de Minas, apesar de seu pequeno fluxo para o estado, se comparado ao caso paulista e do sul do país.

Para Monteiro, a província mineira não enfrentaria o problema da escassez de mão-de-obra, constituindo uma exceção ao restante do país, já que a mesma era possuidora da maior população escrava, que rapidamente fora transferida da mineração decadente para a lavoura de café na Zona da Mata e no Sul. Neste processo, houve reação do meio rural à introdução do trabalhador livre, já que aquele era possuidor de um considerável mercado de escravos.

Mas, com nosso exame das fontes, percebemos que a partir de 1884 o tema imigração se tornou cada vez mais freqüente nos periódicos do Sul de Minas, e alcançou seu auge na década de 1890 com a chegada dos primeiros trabalhadores estrangeiros à região. Em geral, a questão era apresentada como

²⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

²⁷ Idem. Ibidem.

²⁸ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas, 1889-1930*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora Itatiaia. 1994.

um incremento indispensável para o melhoramento da região. É bastante comum encontrarmos notícias que tratam do “salvamento da lavoura”, da “expansão do ouro verde”²⁹ e das ferrovias. Processos que, segundo a visão destes jornais, só se concluiriam com a utilização da mão-de-obra estrangeira. Embora estes periódicos não apresentem números exatos da quantidade de trabalhadores que chegaram ou de onde eles vinham sabemos que se tratou de imigração oficial, financiada pelos cofres públicos. Importante neste momento é ressaltar que o projeto da imigração estrangeira encontrava grande apoio de alguns destes jornais e dos grupos que eles representavam, o imigrante era apresentado como o agente que impulsionaria a lavoura de café e garantiria o progresso. Esta ideologia diz muito do contexto e das diferentes posições encontradas no Sul de Minas referentes à questão da promoção de políticas de imigração e modernização.

Esta campanha jornalística estava relacionada ao contexto econômico da segunda metade do XIX, com a expansão do café, das ferrovias e do gradativo processo de fim do escravismo. Verificaram-se por todos os municípios da região, durante o último quartel do século XIX várias transformações que tornariam o Sul de Minas mais moderno. Dentre estas transformações temos: o tratamento de água potável, o serviço telefônico, o telégrafo e a usinas de luz elétrica. Ainda foram instaladas Companhias Industriais com o fim de estabelecer fábricas na região, além da chegada da Estrada de Ferro, ligando o Sul de Minas a São Paulo e a outras regiões do estado.

Portanto, a imigração para Minas Gerais estaria relacionada com um grande processo modernizador, inserindo em sua infra-estrutura uma série de melhoramentos para torná-la capaz de suportar a nova demanda populacional. Assim, podemos acrescentar às idéias de Góes Monteiro, este caráter modernizador que estava imbuído nas propostas de promoção da imigração para o estado. O projeto não se reduziria à promoção da transição do trabalho escravo para o livre, aventamos que se pretendia inserir Minas Gerais no seleto grupo de “vanguarda”, isto é, situar as cidades mineiras no mapa em que constavam alguns centros, principalmente paulistas e fluminenses, possuidores de um determinado nível de civilização e progresso, vejamos por que:

Neste período foi comum no Sul de Minas a reprodução de artigos de outros jornais, principalmente da província de São Paulo e do Rio de Janeiro, que tratavam de temas civilizatórios. Por exemplo, o jornal *O Mineiro*, de Pouso Alegre, realizou uma longa campanha³⁰ de promoção dos meios de transporte e urbanização da cidade ainda em 1873. Os artigos que compunham esta campanha eram, em sua maioria, retirados de um jornal de Taubaté, *O Paulista*, e reproduziam discussões a cerca da produção de café e do seu escoamento. Este apanhado de artigos concluía com a inviabilidade da produção cafeeira no Sul de Minas caso não fossem resolvidos os problemas com o transporte.

²⁹ Estes são alguns dos títulos encontrados nos periódicos daquela época.

³⁰ Foram publicados artigos semanalmente de 09 de novembro de 1873 a 19 de julho de 1874 que discutiam a questão do relativo atraso do município e cobrava medidas de modernização.

A partir destas considerações aventamos a relação paradigmática entre cidades do Sul de Minas, com casos mais adiantados em outras províncias próximas a região, em relação às transformações modernizantes. Outro fato que aponta para esta busca de modelos fora da província é a posição geográfica do Sul de Minas, que além de ser adjacente ao estado de São Paulo não possuía cidades de maior porte nas suas proximidades.

No caso específico do Sul de Minas, o processo modernizador se apresenta em duas vertentes que merecem investigação, pois dizem muito da formação das cidades sul-mineiras e do seu cenário atual. Algumas cidades buscaram a modernização física, isto é, o incremento material de suas infra-estruturas municipais, seja o calçamento de ruas, melhorias de pontes e instalação de pequenas fábricas. Estas cidades estavam mais preocupadas com a produção, o escoamento da mesma e com a competitividade regional³¹. Este é o caso de cidades como Varginha, Pouso Alegre, Itajubá e outras.

No periódico *Correio do Povo*, que circulava em Itajubá no final do século XIX encontramos a seguinte preocupação:

"Como tudo acompanha a moda o café caiu em moda e peço aos céus que, em Itajubá, essa moda avassale todos os centros, todas as grotas, onde a geada esteja em desuso." (...) o cafezal, que dizem ser o eldorado de São Paulo, sem dúvida alguma o é: neste caso cada cafeeiro é um torrão: ao som do aço da enxada e da voz das italianas(...).

Naquele paraíso do pomo cafeeiro, a vida desliza-se magnífica e, em todas as fisionomias, encontra-se o animo como a sintetização do progresso e que voa conquistando as matas frondosas da Pátria Paulista.

A locomotiva corre parelha com o grito de avante, que reboja alegremente em todos os cantos da zona que é a principal fonte de riqueza deste florescente Estado. Lá o calor do café produz um movimento vertiginoso, que tem sua explicação na mecânica do comercio e cujos efeitos preparam um futuro soberbo à classe dos lavradores. A Itajubá segundo, o desenvolvimento que vai tendo sua cultura de café, cabe, em um futuro próximo, um galardão de glória e, quem sabe, a supremacia das cidades sulmineiras.

E nem se diga que esta preposição é ousada, por quanto a natureza dos fatos assim estão prezagiando.

Em Itajubá o animo já vai se apoderando dos lavradores e isto terá como desfecho a riqueza do município cuja natureza do solo é o maior elemento que, a par do trabalhador inteligente, traz como consequência forçada o seu desenvolvimento"³².

O artigo a cima toca em cinco elementos centrais, são eles: a expansão cafeeira no Sul de Minas; o uso da mão-de-obra italiana; a ideologia do progresso e da modernização; a disputa pela hegemonia da região; e o constante viés comparativo com São Paulo. A cidade de Itajubá, como outras da região, investiu na produção de café e no braço estrangeiro a fim de civilizar-se e conhecer um progresso tal qual

³¹Como foi discutido anteriormente o principal produto da região era o café, mas o Sul de Minas também possuía uma considerável produção pastoril, "na qual ocupava o primeiro lugar no estado" e também possuía o maior número de estabelecimentos agrícolas ligados à produção de fumo, cana-de-açúcar, cereais e frutas que estavam concentrados nesta região e na Mata, como demonstrou RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

³² *Correio do Povo*, 02/08/1891.

o encontrado nas cidades paulistas e fluminenses. Este viés comparativo é constante nas fontes pesquisadas e refletem uma preocupação dos mineiros de se guiarem pelo paradigma de estados vizinhos, isto se explica pela proximidade da região a estes estados e de a mesma não possuir nenhuma cidade pólo que pudesse servir de exemplo, por isso, no contexto da busca pelo desenvolvimento escolheram modelos em outros estados.

Por outro lado, também existiu a visão empreendedora de se investir no turismo medicinal, com o aproveitamento das águas minerais. Caso de Lambari, São Lourenço, Cambuquira e Poços de Caldas. A administração destas últimas queriam tornar suas cidades agradáveis para receberem turistas, principalmente estrangeiros, cariocas e paulistas, que construam casas de veraneio nos municípios. Para tanto, estas cidades tiveram de ser adaptadas às novas imposições de conforto e higiene.

Em Lambari circulou um periódico de distribuição gratuita, o *Águas Virtuosas do Lambari*, publicado sob a direção de dois médicos e tinha por finalidade “tornar conhecidas as riquíssimas fontes minerais das águas virtuosas do Lambari (...) não esquecendo de tudo quanto for de interesse para o progresso moral e material da localidade”. Afirmavam que “a iniciativa de publicar um jornal de propaganda das águas minerais de Lambari, é uma contribuição preciosa para o edifício da salubridade publica”. Este jornal constituia-se em um verdadeiro folheto de propaganda, que tinha como principal produto a própria cidade de Lambari, que era vendida como um ponto de calma e saúde para seus turistas³³.

Já a cidade de Poços de Caldas apresentava um amplo complexo hoteleiro para atender todos os tipos de hóspedes interessados em seus tratamentos aquíferos, é o que podemos perceber com a leitura do *Correio de Poços*³⁴, de 26 de julho de 1891. Neste periódico são encontradas propagandas de sete diferentes e luxuosos hotéis que atendiam a públicos diferentes; de homens solteiros a casais de idosos, passando por famílias completas com filhas moças e rapazes; todos os hotéis próximos às famosas *thermas* de Poços de Caldas indicada para tratamento e descanso.

Embora com dois objetivos diferentes, o avanço industrial e o turismo medicinal, ambos os casos tencionavam promover a urbanização e modernização do Sul de Minas e ocorreram concomitantemente.

Considerações finais

Outro aspecto bastante debatido pela historiografia é a concentração do movimento imigratório para o Brasil em São Paulo. Fato que levou alguns autores a tomarem o caso paulista como modelo para as demais regiões do país. Este processo foi norteado pela expansão do café, principal incentivo para o investimento na mão-de-obra estrangeira.

³³ *Águas Virtuosas do Lambari*, de 23 de agosto de 1884 a 09 de setembro de 1884.

³⁴ *Correio de Poços*, de 26 de julho de 1891.

Maria Tereza Shorer Petrone salienta que em São Paulo a substituição do trabalho escravo significou a busca por autonomia econômica pelos fazendeiros daquele estado. Neste sentido, o trabalhador estrangeiro representava o desenvolvimento para a lavoura. No entanto, a autora utiliza o caso paulista como paradigma para muitos outros processos, que ocorriam concomitantes em outros pontos do país, como a produção de café, o industrialismo e o incremento da imigração. Para a autora, o movimento imigratório para Minas não passou de um simples “prolongamento do caso paulista”³⁵.

Segundo este prisma comparativo, que enfatiza o espírito empreendedor paulista, a imigração para Minas Gerais redundou em um grande fracasso, pois o estado não conseguiu atrair o mesmo contingente populacional que o estado vizinho atraiu.

Para o brasilianista John D. Wirth³⁶, este fracasso da imigração para Minas Gerais deveu-se a diversificada economia paulista que acenava com variadas oportunidades. Enquanto em Minas Gerais os estrangeiros não foram vistos como colonizadores capazes de “deitar raízes” no solo mineiro, mas ao contrário, foram utilizados como mão-de-obra barata para ressarcir os proprietários do prejuízo tido com a Abolição.

Segundo o autor, durante o período de pico da imigração, da abolição até a queda do preço do café em 1897, cerca de 69.500 europeus chegaram a Minas com despesas custeadas pelo estado. Em pouco tempo, porém, deixaram as fazendas de café pelas zonas rurais de São Paulo ou pelas cidades.

Afirma Wirth que, de modo geral, a imigração para Minas fracassou porque os cafeicultores, principais beneficiários com o processo, não queriam nem podiam manter a mão-de-obra estrangeira. Tampouco as colônias, planejadas pela administração do estado para promover novas lavouras e novas técnicas agrícolas, convenciam número suficiente de estrangeiros das vantagens que oferecia³⁷.

Por outro lado, Ana Lúcia Duarte Lanna³⁸, em *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira*, também reconhece que o movimento imigratório foi mais presente em São Paulo. No entanto, enfatiza que o caso paulista não deve ser tomado como modelo para o estudo das demais regiões do país, principalmente o caso mineiro. Pois em São Paulo, a transição da mão-de-obra esteve fundamentalmente preocupada com a solução da questão do trabalho. Enquanto em Minas Gerais desenvolveu-se uma proposta própria de transição da mão-de-obra, devido a outros problemas enfrentados pela administração do estado, como a falta de capitais para investimentos e as condições de atraso nos meios de transporte.

³⁵ PETRONE, Maria Tereza Shorer. *Imigração*. IN: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: Sociedade e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.

³⁶ WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³⁷ Idem. *Ibidem*.

³⁸ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira* Campinas: Editora da Unicamp. 1988 .

Lanna salienta a distinção entre estes dois projetos de transição da mão-de-obra e demonstra como o processo paulista foi específico, assim como foi único o caso mineiro. Neste sentido, a autora questiona o real interesse dos fazendeiros mineiros em inserir uma mão-de-obra estrangeira mais dispendiosa do que a que era encontrada em abundância na sua região.

Para Lanna, a maneira como se deu a troca de mão-de-obra em Minas Gerais foi resultado de uma postura empresarial dos fazendeiros, que entenderam as vantagens e benefícios de utilizar o trabalhador nacional. Estes cafeicultores estariam cientes de suas dificuldades e não se iludiram com a concretização da proposta paulista. Ao contrário, se mostraram reticentes a ela e adequaram seus meios de produção ao aproveitamento dos nacionais e libertos.

Bibliografia:

- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra; 2002.
- BARBOSA, Francisco de Assis. Minas e a Constituinte de 1890. In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.
- BENCHIMOL, Jaime Larry, Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- BLASENHEIN, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata Mineira. In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.
- BLOCH, M. Introdução à história. Publicações Europa-América. 4ª edição. S.d.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- CHRISTO, Maraliz de Castro V. *Italianos: trabalho, enriquecimento e exclusão*. In BORGES, Ceia Maia (Org.) *Solidariedades e Conflitos: História d vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da UFJF. 2000.
- DEVOTO, Fernando J. Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas. In FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp. 2ª edição. 2000.
- DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica Em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1994.
- FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: editora UFMG. 2005.

- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume. 2002.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era do Capital(1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.
- IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930). In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.
- KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In.: FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp.2º edição. 2000.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira* Campinas: Editora da Unicamp. 1988 .
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense.1988.
- MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas, 1889-1930*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora Itatiaia. 1994.
- NEEDELL, Jeffrey D., *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora: 1854/1920*. Dissertação de mestrado. Niterói. UFF, 1991.
- PETRONE, Maria T. S. *Imigração*. IN: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: Sociedade e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. *O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira República*. In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias, uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.
- WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WIRTH, John D. *Apogeu e declínio da Comissão Executiva do PRM, 1889-1929*. In.: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

Entre guardas e policiais: ordenamento urbano e posturas municipais em Belo Horizonte (1897-1930)

Fábio Luiz Rigueira Simão
Universidade Federal de Juiz de Fora

A cultura jurídica brasileira apresenta uma forte influência do direito romano-germânico e, especialmente no que toca às leis penais, a dogmática jurídica nacional fundamenta-se na *civil law tradition*. Segundo Roberto Kant de Lima, essa tradição difere-se da *common law tradition* nos sistemas jurídicos ocidentais por privilegiar, entre outros aspectos, a *prescrição* em lugar da *descrição*. Isso equivale a dizer que no Brasil as leis obedecem a critérios formais e abstratos na sua composição, apresentando “(...) caráter eminentemente normativo, de dever ser, e sua aplicação aos casos concretos depende, portanto, de interpretações que dêem conta do caráter contingencial da realidade” (LIMA, 1989:69).

A partir dessa idéia geral, havemos de considerar que no início da República, entremeados a um projeto maior de civilização, o Estado Nacional brasileiro debateu-se com problemas de ordenamentos urbanos de maneira central. Assim, as legislações municipais das principais cidades brasileiras em todo o período da Primeira República estiveram em constante construção orientadas, é claro, pelas leis constitucionais (federal e estadual) e pelo Código Penal, especialmente no tocante às posturas municipais e suas disposições punitivas. Assim, levando em consideração o caráter prescritivo do Direito brasileiro, faremos deste momento de nosso trabalho uma análise da legislação municipal de Belo Horizonte, a fim de compreender como os órgãos administrativos, e de uma forma geral o próprio Estado, inscrevem-se ao projeto de criação ideal de uma cidade moderna e civilizada. Sem analisar as disposições legais em sua coerência e lógica internas, ou seja, na sua qualidade jurídica integral, o que escaparia ao objetivo deste trabalho, focaremos nossa análise naquilo que compõe o quadro de *intenções* do Estado para a criação de um corpo de agentes que tornasse possível a gestão de um espaço urbano pautado em pressupostos de organização do meio público e de conformação e recrutamento da população ao mundo do trabalho a partir dos referenciais de moral pública.

No seio da legislação municipal interessa analisar o conjunto de leis e decretos que regulamentavam a criação e principalmente a atividade da *Turma de Guardas e Vigias Municipais*. Essa documentação, a julgar pelo modo como foi organizada e pela correspondência que guarda com os principais pressupostos do urbanismo moderno – isto é, embelezamento, higienização e racionalização do espaço urbano –, pode ser considerada a mais relevante fonte para a análise da *imagem de cidade* que se queria imprimir a uma realidade ainda em construção.¹

¹ Não encontramos documentação específica sobre a atuação desses agentes junto à sociedade. Os autos de infração das posturas ou regulamentos eram enviados ao chefe da turma, que, por sua vez, os remetia à diretoria competente,

A Turma de guardas e vigias municipais

Assim, em 8 de outubro de 1903 a Lei Municipal nº. 12 criava a Turma de Guardas e Vigias de Belo Horizonte, destinada a fazer cumprir as posturas e regulamentos constantes das leis e dos decretos municipais, proibindo, coagindo e punindo aqueles que os contrariassem.

Via pública

Caberia aos guardas municipais proibir entre outras coisas:

“Que se dispensem na via publica materiais de construção que embarquem o transito ou as sarjetas, e bem assim os entulhos ou terras provenientes das obras, obrigando o depositante constructor, proprietário ou habitante da casa, conforme o caso verificado, a remover os materiaes no prazo que for fixado. Terminando este e não tendo sido realizado o serviço, lavra-se-á o auto de infracção, com a applicação da multa, nos termos do art. 59 e § das posturas aprovadas pelo Dec. nº1.211, de 31 de outubro de 1898”.²

Essas proibições, ancoradas no conjunto das posturas municipais, revelam o expoente fundamental da constituição do espaço urbano na relação público/privado, ao mesmo tempo em que revelam práticas policiais. Os cidadãos haveriam de respeitar certos moldes que a cidade “aspirava” ter. Era forçoso, por exemplo, como se pode observar, que não ficasse qualquer resquício de materiais de construção e outros objetos que entulhassem as ruas causando um duplo disparate em relação ao modelo de cidade que se pretendia imprimir ao plano da realidade concreta: primeiro, trata-se de cuidar para que não haja em circunstância alguma obstrução da via pública; segundo, trata-se de cuidar da imagem da cidade que se quer limpa e admirável.

dependendo da natureza do auto. Por isso uma pista seria a documentação produzida pelas diretorias, mas não será nosso interesse especificamente neste trabalho perceber essa relação dos agentes com a sociedade, ou seja, conhecer a sua atuação e as possíveis reações que poderiam advir dos homens e mulheres submetidos relativamente de súbito por um novo conjunto de modos de agir e se comportar no espaço da cidade. Algumas notas de jornais, porém, embora muito esparsas, podem nos fornecer elementos sobre a atuação dos guardas, mas devido à sua escassez e aspecto lacunar optamos por restringir a nossa análise às posturas por elas mesmas, a fim de conhecermos um pouco do que o poder público municipal tinha em mente ao pensar a cidade ideal, a cidade do asseio e da ordem.

² Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da turma de guardas e vigias. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903, p. 3. APM, 30 FM 352 B CX.BH 2, p. 4.

Outra preocupação do poder público com relação à manutenção da imagem e da livre circulação nas ruas da cidade era com o tráfego de animais. Proibia-se deliberadamente, por exemplo, o trânsito de cães desacompanhados de seus donos, sem coleira e sem comprovante de registro junto à prefeitura. A justificativa para esse tipo de proibição pautava-se na idéia de que a presença de animais à solta comprometeria a imagem e a funcionalidade do meio público urbano, daí proibir igualmente

“Que se transitem ou estacionem sobre os passeios cavaleiros, animaes, carregadores com cargas, carroças e carrinhos e que se depositem nos passeios cargas ou quaesquer outros objectos que embaracem o transito; (...) que se amarrem animaes nas gradis dos portões, arvores e postes da electricidade; que se toquem boiadas ou tropas soltas pelas ruas, salvo se vierem convenientemente guiadas e a passo (multa de 10\$000 a 20\$000)”.³

Em 1913, um jornal informava sobre multa aplicada a três carroceiros em Belo Horizonte:

“Foram multados em 10\$000, cada um, os carroceiros dos carros números 21, 27 e 44, que infringiram hontem o regulamento de vehiculos, trazendo as suas carruagens a contra mão em diversas ruas”.⁴

Está presente também entre as preocupações do poder público municipal a idéia de promover a total inserção em registro formal de agentes e ações, a fim de melhor regular o cotidiano urbano. É recorrente na letra das leis municipais essa preocupação com o comportamento previsível das pessoas e grupos, algo presente, conforme vimos, no próprio Código Penal de 1890. Manter a sociedade sob registro a tornaria de mais fácil vigilância e controle. Um exemplo marcante neste sentido pode ser encontrado na disposição nº. 10 do manual de instruções da turma de guardas municipais, à qual competia nunca permitir “que se estabeleçam nos logares públicos Kiosques ambulantes, *sem que os seus proprietários exhibam a respectiva licença* (grifos nossos)”.⁵

A criação de uma rede de registros formais pode ser entendida como estratégia do governo para fazer surtir um duplo efeito de controle social: em primeiro lugar os registros tornam conhecidos os agentes e suas ações, ficando mais fáceis e eficazes operações de vigilância e punição dos indivíduos; em segundo lugar, exigindo a inscrição, o governo coagia o cidadão a estar em dia com suas obrigações, além de fazê-lo cumprir minimamente as normas públicas.

³ Idem.

⁴ A CAPITAL, Belo Horizonte, 31 dez. 1913, p. 2.

⁵ Ibid, p. 5.

Mas o poder público municipal não parecia dar conta das atividades exercidas pela população, ao que responderia com uma vigilância enérgica e constante em relação às *ações sem registro*. Caberia aos guardas municipais não permitir, por exemplo, a caça sem licença prévia a ser conseguida junto à prefeitura, sob pena de multa de 10\$000, conforme prescrição do art. 70 das posturas municipais vigentes à época.

Mas para além de impor o registro e o licenciamento às atividades de lazer como a caça, o poder público incumbia os guardas de cuidarem para que todo trabalho relacionado de alguma maneira à infraestrutura urbana fosse feito por homens devidamente registrados – designados ou licenciados – pela prefeitura. Assim o que poderia parecer mera medida técnica de proibição dos serviços por pessoas não qualificadas, pode ser também entendido como projeto do governo de estar presente em todos os movimentos da nova cidade. Competia, portanto, aos guardas municipais proibir expressamente que:

bombeiros estranhos à prefeitura manobrem os registros da canalização pública e também das ramificações para prédios, collocalos nos passeios ou ruas (multa de 10\$000, art. 65 das posturas); Que pessoal estranho à prefeitura faça ligações de esgotos, quer com a rede geral, interna ou nos quarteirões, quer com a rede interna de cada prédio (...) Que façam serviços de instalação sanitária operarios que não estejam devidamente licenciados e matriculados (...).⁶

Todas essas obrigações, especialmente as últimas em que apresentamos a recorrência da preocupação em regar o mundo das atividades não registradas e não formalizadas, apontam para a formação de uma rede burocrática eficiente, que tudo vê, que tudo registra, que tem previsibilidade e, portanto, controle sobre a dinâmica cidadina. Essa intenção expressa a necessidade de não permitir certas atividades sem licenciamento, mas sugere também que essas atividades já fossem corriqueiras, demandando, por isso mesmo, vigilância e jurisdição.

Esmoleiros e indigentes

Esmoleiros e indigentes também estavam na mira dos guardas municipais. Havia um “Regulamento dos Mendigos”, aprovado em 1900, pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Benjamin Franklin Silviano Brandão, no qual se lia: “nenhum indivíduo poderá pedir esmolas no distrito da cidade sem estar inscrito como mendigo no respectivo livro da Prefeitura”.⁷ Por isso figurava também entre os

⁶ Ibid, pp; 6-7.

⁷ Regulamento dos Mendigos, 1900, *apud* ANDRADE, 1987:24.

deveres dos guardas municipais: "Impedir: - que esmolem na cidade indigentes que não estejam matriculados na prefeitura".⁸

A mendicância estava intimamente ligada ao ócio e, por conseguinte, à própria vadiagem. Desde o último quartel do século XIX, o Brasil experimentava um processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado. O grande desafio que estava colocado era a superação do estigma do trabalho braçal no país, sempre ligado a uma imagem negativa de inferioridade, própria dos escravos. Urgia, portanto, convencer as pessoas de que o trabalho ordeiro e regular era uma atividade nobre e dignificante. O propagandismo não tardou, mas um outro problema se colocava à sombra da questão do trabalho: o da vadiagem. Esta representava o avesso do trabalho, e, diante da celebração deste último como a mais digna atividade humana, não seria difícil criar uma mentalidade de repúdio ao ócio, e, por conseguinte, aos ociosos.⁹ Assim o tema da vadiagem passara à ordem do dia e figurou como problema central na República. O Código Penal de 1890, primeiro feito da justiça criminal brasileira em regime republicano, prescrevia a vadiagem como contravenção, e, não por acaso, foram estimuladas construções de colônias disciplinares e correccionais a partir de sua vigência.

Em Belo Horizonte, a mendicância era tolerada, mas somente em hora, dia e local próprios, previstos pelo poder público municipal, através do acima referido "Regulamento dos Mendigos". Quando identificado pela guarda municipal ou pela polícia o mendigo passava por uma avaliação, a partir da qual se resolvia o seu destino. Se identificado como vadio era preso e processado conforme manda a lei, e passaria (ao menos em tese) a ser vigiado e coagido ao mundo do trabalho regular; se fosse constatada a sua inaptidão para o trabalho receberia, conforme regulamento municipal, a licença para exercer a mendicância.

O mendigo, assim que realizasse sua inscrição na Prefeitura, receberia uma placa de identificação com a designação "Mendigo", a qual deveria trazer no peito de modo que fosse reconhecido de imediato. Recebia também um bilhete de identidade onde constavam seus dados pessoais e o local em que poderia exercer a mendicância. Esse quadro reflete uma atitude de tolerância por parte de uma sociedade que reconhece a invalidez para o trabalho como digna de amparo. Mas o mesmo regulamento, além de vigiar austamente os "mendigos farsantes", prevê a proibição irrevogável da exibição de escrófulas, chagas e deformidades.

⁸ Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da turma de guardas e vigias. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903, p. 8.

⁹ Ainda nos tempos do Império, quando era recente a assinatura da Lei Áurea, o então Ministro da Justiça, Ferreira Vianna, encaminhara ao congresso um projeto de lei de *repressão à ociosidade*, o qual fora aprovado em seguida (SANTOS, 2004:180).

Institucionalização partidária e institucionalização acadêmica: dilemas da intelectualidade petista

Fernando Perlatto

A história dos intelectuais tem chamado a atenção de diversos estudiosos nos últimos anos. Vários trabalhos que buscam analisá-los têm sido produzidos no campo da história social ou cultural. A história dos intelectuais sofreu durante um bom tempo com o processo de suspeição que rondava todos aqueles estudos dedicados à história política.¹ Contra a hegemonia do estudo do político no campo historiográfico, a renovação historiográfica – trazida pelo marxismo e pelos Annales – acusou-o de privilegiar os acontecimentos, a história factual (*histoire événementielle*), a narrativa linear, o indivíduo e de se prender à superfície das coisas, sendo idealista, bem como elitista e aristocrática. Em oposição, pregava-se a favor de uma história total e vinculada às causas profundas, que não se prendesse aos grandes homens, mas, pelo contrário, que se dedicasse ao estudo do coletivo e das massas.² A história dos intelectuais, situando-se no cruzamento da biografia e do político, não escapou aos ataques – muitas vezes injustos – desferidos contra a história política.

O fato dos intelectuais se constituírem como um grupo social de contornos vagos também contribuiu para manter a análise dos mesmos à margem dos estudos historiográficos. A onda dos estudos quantitativos, a obsessão pela análise das massas e o privilégio à longa duração foram fatores que também contribuíram para conduzir ao desterro as análises a eles dedicadas. A pergunta acerca da influência do intelectual sobre determinado acontecimento era considerada um ultraje em um momento no qual o acontecimento era visto de maneira crítica.³

A partir da década de 70 o quadro começou a mudar e a história dos intelectuais passou cada vez mais a chamar a atenção dos historiadores. As transformações ocorridas na historiografia propiciaram a chamada “volta do político”, que trouxe consigo uma maior respeitabilidade e interesse em relação a esta temática.⁴ A atuação destacada de grandes intelectuais, como Sartre, no decorrer da Guerra Fria, bem como os embates por eles travados acerca de qual seria a função dos mesmos na sociedade contemporânea, também contribuíram para que os estudiosos voltassem seus olhares para este grupo.

¹ SIRINELLI, J.F. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 234.

² BURKE, Peter. **A Revolução Francesa na historiografia: Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Paulista (UNESP), 1991, p. 17-19 e FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

³ SIRINELLI, Jean François. *Op. cit.*, p. 234.

⁴ Sobre o retorno o debate acerca da histórica política e do seu “retorno”, ver: RÉMOND, René. Introdução e Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.) *Op. cit.* pp. 5-35 e FALCON, Francisco. *Op. Cit.*

Nos anos 80, as condições já estavam reunidas para que a história política dos intelectuais se consolidasse, faltando somente definir seus objetivos e seus métodos. Conforme ressalta Sirinelli:

O outono dos *maîtres à penser*, ou seja, dos grandes líderes intelectuais, fez, portanto, a primavera dos historiadores dos intelectuais, e essa história não foi, daí em diante, apenas a soma das iniciativas de alguns pesquisadores isolados, mas uma disciplina cujos praticantes eram reconhecidos por seus pares.⁵

Um estudo a respeito dos intelectuais corre o sério risco de cair no erro da falsa generalização. É um equívoco falar deles como se pertencessem a uma categoria homogênea e constituíssem uma massa indistinta.⁶ A noção de “intelectual” possui um caráter polissêmico e polimorfo, sendo difícil estabelecer os contornos deste agrupamento heterogêneo.⁷ Desde o surgimento do termo “intelectual” com o caso Dreyfus, ocorrido na França, no final do século XIX, vários autores já apresentaram qual seria a definição sobre o “intelectual” e seu papel na sociedade, como Julien Benda, Paul Nizan, Gramsci, Mannheim, Foucault, Deleuze, Sartre, Merleau-Ponty, Raymond Aron, Noam Chomsky, Norberto Bobbio, entre outros. Apesar dessas dificuldades, assumirei o risco da generalização e tomarei como intelectuais aqueles que se dedicam a atividades literárias ou acadêmicas, mas que intervêm no debate na esfera pública em nome de causas universais, mesmo que a defesa destas causas implique a tomada de posição de um partido.

Este artigo pretende discutir as relações existentes entre intelectuais, poder e partidos no Brasil no século XX, dando especial ênfase ao Partido dos Trabalhadores. Partindo-se do pressuposto de que houve um distanciamento da intelectualidade das instâncias partidárias, sobretudo em decorrência do processo de institucionalização deste partido e sua adaptação às regras do “jogo eleitoral”, bem como pela institucionalização da academia, procurarei analisar de que forma ambos processos contribuíram para o afastamento de muitos intelectuais das esferas de decisão do PT, o que teve profundas conseqüências para a própria prática partidária, que passou a ser pautada no decorrer dos anos muito mais pelo pragmatismo eleitoral do que pela reflexão teórica.

Parto da idéia de que à medida que um partido elenca como prioridade um tipo de atuação pautada pelo pragmatismo e estabelece como único foco a vitória eleitoral, ele acaba se afastando daqueles intelectuais responsáveis pela elaboração teórica e discussões que antes eram vistas como fundamentais (*ideólogos*), mas agora são consideradas como desnecessárias, dando espaço aos

⁵ SIRINELLI, Jean François. *Op. cit.*, p. 240-241.

⁶ BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 9-11.

⁷ SIRINELLI, Jean François. *Op. cit.*, p. 242-3.

intelectuais *expertos*.⁸ Os ideólogos seriam, portanto, aqueles que se dedicariam à elaboração de utopias, ainda que possíveis, enquanto os *expertos* seriam aqueles especialistas, que passaram gradativamente a ocupar os espaços de formulação e decisão. A partir da década de 90, com o processo de institucionalização partidária, bem como de institucionalização acadêmica, o Partido dos Trabalhadores teria se aproximado dos intelectuais *expertos*, afastando-se da intelectualidade *ideóloga*.

Intelectuais, poder e partidos no Brasil

*Em minha opinião, a vida de um filósofo dedicado à especulação e a de um homem político não são a mesma coisa. O filósofo move sua mente para nobres fins, sem necessidade de instrumentos ou materiais externos para fazê-lo; por sua vez, o homem político deve colocar a própria vida em contato com as baixas exigências do homem comum.*⁹

As relações entre os intelectuais e o poder são antigas e nunca se deram de maneira tranqüila. Os homens do poder sempre tiveram consciência da diversidade dos fins que os intelectuais perseguem, procurando subordiná-los ou impedi-los de causar prejuízo com suas críticas. Por outro lado, os intelectuais freqüentemente ostentaram sua superioridade sobre os políticos, colocando sua atividade de pensamento como algo mais digno e menos sujeito às contaminações do que a prática política cotidiana, repleta do pragmatismo e imediatismo.¹⁰ A opção entre a aproximação da vida política e partidária e, portanto, do engajamento, em oposição a uma postura mais reflexiva sempre provocou debate entre os intelectuais. O empenho dos intelectuais na política ou em um partido sempre deu lugar às acusações de traição e parcialidade, sobretudo a partir do famoso livro de Julien Benda, publicado em 1927. Por outro lado, o distanciamento de muitos filósofos da esfera pública provocou acusações de conformismo e aceitação por parte da intelectualidade engajada.¹¹

Norberto Bobbio ressalta em sua obra *As ideologias e o poder em crise* que os intelectuais e os partidos sempre estiveram interligados, na medida em que da mesma forma que não existe ação política séria que não seja orientada por uma idéia diretriz, não existe uma construção teórica que possa ser imediatamente aplicada na prática.¹² No Brasil, os intelectuais – tanto conservadores, quanto progressistas – intervieram com freqüência no debate político, quando não atuando diretamente em

⁸ BOBBIO, Norberto. *Op. cit.*, 73-5. Os intelectuais *ideólogos*, segundo Norberto Bobbio, são aqueles que fornecem princípios-guia, ao passo que os *expertos* fornecem os conhecimento-meio, recolocando a diferença estabelecida por Max Weber entre ações racionais segundo o valor e ações racionais segundo o fim.

⁹ PLUTARCO. *Vida de Péricles*.

¹⁰ BOBBIO, Norberto. *Op. cit.*, p. 93-4.

¹¹ Nesse sentido, podemos ressaltar os debates travados entre Sartre, Merleau-Ponty e Raymond Aron, Foucault e Deleuze, entre outros.

¹² BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*, pp. 85-86.

partidos. No século XX, podemos constatar que os três grandes autores dos anos 30 – Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior – se aproximaram da política institucional e partidária. Gilberto Freyre atuou como deputado pela Constituinte, ajudou a fundar a Esquerda Socialista – que posteriormente se transformou no Partido Socialista Brasileiro – e acabou na União Democrática Nacional (UDN). Caio Prado Júnior foi deputado em São Paulo pelo Partido Comunista até a cassação do registro do Partidão em 1947. Já Sérgio Buarque foi membro do Partido Socialista Brasileiro (de antes de 1964) e, depois, junto com outros intelectuais, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores.

De acordo com Marilena Chauí, entre 1953 e 1963, os intelectuais colocaram-se como portadores da consciência avançada das massas, bem como produtores de planos político-econômicos e governamentais para o Estado.¹³ Criado em 1955, sob o “patrocínio” do Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi exemplar neste sentido, atuando como principal responsável pela elaboração do discurso nacional-desenvolvimentista. Intelectuais como Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes e Roland Corbisier destacaram-se na busca pela formulação acerca do desenvolvimento do país, seus problemas e alternativas de superação.¹⁴ O ISEB, segundo Caio Toledo, se tornaria uma verdadeira “fábrica de ideologias”, visando legitimar as transformações econômicas em curso no período.¹⁵

Entre 1964 e 1969, devido à ditadura, muitos intelectuais puseram-se como “braço auxiliar e armado” do proletariado, alguns se direcionando à guerrilha, outros dando origem a pequenos grupos auto-centrados e auto-referidos, que seriam destruídos pela repressão no início dos anos 70.¹⁶ A criação e ampliação dos cursos de pós-graduação na área das ciências humanas entre os anos 60 e 70 possibilitaram a penetração e difusão do marxismo nas universidades, que acabou por influenciar as dissidências políticas do PCB, do PCdoB, da Ação Popular, da Polop, que se multiplicaram no decorrer do período militar, a maioria enveredando para a luta armada.¹⁷

O período que se estende de 1969 a 1975 foi marcado pelo aumento da escalada da repressão sobre os intelectuais. Apesar disso, foram desenvolvidas diversas atividades no âmbito cultural que visavam questionar, ainda que de modo metafórico e indireto, a ditadura militar. Milton Lahuerta destaca que nos anos 70 foi-se constituindo uma espécie de “partido” difuso, comprometido com a democratização e com forte tendência oposicionista, marcado pela articulação entre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), o jornal *Opinião*, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a

¹³ CHAUI, Marilena. No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil. In: NOVAES, Adauto (org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 40.

¹⁴ MENDONÇA, S.R. de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

¹⁵ TOLEDO, C.N. de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo. Ática, 1978.

¹⁶ CHAUI, Marilena. *Op. cit.*, p. 40.

¹⁷ OLIVEIRA, Francisco de. No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil. In: NOVAES, Adauto (org.). *Op. cit.*, pp. 298-99.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que fez com que os intelectuais assumissem um inédito protagonismo político durante os anos setenta.¹⁸

Lahuerta aponta para o fato de neste período ter se constituído no país uma espécie de “estado maior” de um *partido da inteligência*, “num contexto em que os especialistas saem de seus afazeres e são impelidos a se defrontarem com problemas políticos e/ou gerais”.¹⁹ A intelectualidade, segundo o autor, mantém-se no campo da “cultura heróica”, marcada por um discurso nacionalista, pautado por um marxismo difuso e em uma posição genérica de oposição ao Estado autoritário.²⁰ Para Emir Sader, o pensamento crítico brasileiro teria se apoiado neste momento em duas vertentes diferenciadas: de um lado, a tradição marxista e de outro a tradição democrática, seja na vertente liberal, seja no merco do pensamento gramsciano (com grande influência de Norberto Bobbio), seja no pensamento foucaultiano e outras vertentes, como as de Claude Lefort e Castoriadis. O pensamento marxista tradicional, apesar de enriquecido pelo viés gramsciano – principalmente a partir das obras de Carlos Nelson Coutinho –, assumiu um caráter que pode ser englobado como filiado ao “marxismo ocidental”²¹, “pela temática e metodologia – centradas mais nas análises do mundo da cultura do que no da política e da economia”.²²

No intuito de superar o modelo explicativo pautado pelo nacionalismo e dominante entre diversos setores da intelectualidade nesse período, se constituirá o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Formado por intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, José Arthur Giannotti, Francisco de Oliveira, Octavio Ianni, Paul Singer, Roberto Shwarz, Bóris Fausto, entre outros, o Cebrap visava preservar o ambiente intelectual e a tradição de pesquisa que se haviam consolidado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sobretudo depois da assimilação do marxismo em sua agenda de pesquisa. Esta instituição acabou por se transformar em um ponto de referência para o pensamento de oposição ao regime autoritário e pólo principal de produção intelectual do país. Muitos dos intelectuais do Cebrap adquiriram importante projeção e foram chamados para colaborar na atualização do programa do Movimento Democrático Brasileiro, que constituía a oposição institucional ao regime militar.²³

A produção intelectual do Cebrap será de grande importância para a renovação da agenda temática e teórico-metodológica das Ciências Sociais, assim como da esquerda e do movimento democrático do país, incorporando novos temas à agenda pública. Os estudos do Cebrap apontaram para a crítica ao nacionalismo, o questionamento das teorias estagnacionistas, a discussão em torno do desenvolvimento dependente-associado, a caracterização do regime autoritário, o apontamento das

¹⁸ LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: **Cadernos da AEL**, v. 8, n. 14, /15, 2001, p. 58.

¹⁹ Idem, p. 59.

²⁰ Idem, pp. 59 e 60.

²¹ ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Boitempo, 2003.

²² SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 15. COUTINHO, Carlos Nelson. A “cidadania brasileira” do marxismo italiano de Antonio Gramsci. **Revista Teoria e Debate**. nº 9 – janeiro/fevereiro/março de 1990.

²³ LAHUERTA, Milton. *Op. cit.*, pp. 60 e 61.

possibilidades da democratização e a reflexão sobre o sindicalismo populista e sobre suas conseqüências para a organização autônoma da classe operária.²⁴ Em meados dos anos 70, diversos intelectuais, sob a liderança de Francisco Weffort, saíram do Cebrap e constituirão o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), que será um espaço de sociabilidade de fundamental importância para a articulação da intelectualidade que mais tarde contribuirá para a fundação do Partido dos Trabalhadores.

Intelectuais e Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1979, com participação ativa de muitos intelectuais, como Francisco Weffort, Sérgio Buarque de Holanda, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, José Álvaro Moisés, Antônio Cândido, entre outros. Desde então, manteve laços orgânicos com setores da intelectualidade progressista. Nos primeiros anos do PT esta relação foi bastante intensa, porém com o passar dos anos houve um afastamento da intelectualidade dos espaços de decisões partidárias. Alguns intelectuais, apesar das críticas ao processo de institucionalização do partido, permaneceram no mesmo, afastando-se da militância ativa ou dirigindo-se para espaços no interior do partido que ainda possibilitavam a formulação teórica, como a Fundação Perseu Abramo e a *Revista Teoria e Debate*. Outros se afastaram do PT, dirigindo-se, inclusive, para outros partidos, como Francisco de Oliveira, Valério Arcary, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, entre outros.

Em 1976 foi criado o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) por vários intelectuais outrora ligados ao Cebrap e sob a liderança de Francisco Weffort, com a perspectiva da fundação de um novo ator político com base nos movimentos sociais e no sindicalismo autônomo da tutela do Estado. Enquanto participavam do Cebrap, o grupo hegemônico do mesmo, tendo Fernando Henrique Cardoso à frente, dava maior ênfase aos estudos que buscavam a compreensão do regime militar, o Estado autoritário-burocrático e questão da distribuição da renda, ao passo que o grupo que se articulava posteriormente em torno do Cedec, focalizava a problemática dos movimentos sociais e visava o desenvolvimento de uma *hegemonia de base popular*. Apesar das divergências de opiniões e de propósitos, este grupo permaneceria sob a liderança de Cardoso, participando ativamente da sua campanha para o Senado em 1978.²⁵

Segundo Milton Lahuerta, o Cedec, sob a influência teórica de Weffort, surge com a perspectiva da construção de um instrumento partidário autônomo, "tanto diante da frente democrática expressa pelo MDB, quanto da tradição do movimento operário ligada ao PCB". Inicialmente, o grupo se prenderá a um discurso anti-institucional difuso, vendo a transição democrática com grande desconfiança, na medida em

²⁴ Idem, pp. 62 e 63.

²⁵ Idem, p. 83.

que as instituições não ampliavam os mecanismos para participação popular. Havia a perspectiva de uma sociedade civil mobilizada, autônoma em oposição ao Estado. Os intelectuais que se reuniram em torno do Cedec tinham, portanto, a perspectiva da criação deste “novo sujeito político”, que representasse os subalternos, valorizasse os movimentos sociais e fosse expressivo da classe operária autônoma. Nesse sentido, os trabalhos de Francisco Weffort sobre o “sindicalismo populista” são exemplares, influenciando outras análises nesse sentido, que criticavam a experiência sindical identificada com o populismo e propunham a construção de uma nova tradição.²⁶

Além da análise das questões nacionais, visava-se através do Cedec discutir os caminhos da esquerda, avaliando-se as possibilidades de ação para as forças que lutavam contra o regime militar. A perspectiva da luta de classes e a crítica à conciliação de classes pautarão o discurso de muitos destes intelectuais, colocando-os em uma perspectiva oposta àqueles do Cebrap. Havia o questionamento, portanto, não somente ao regime militar e ao Estado autoritário, mas também à história política posterior a 1930, pela subordinação à lógica estatista e à manipulação populista. Essa interpretação vai de encontro às críticas do “novo sindicalismo” frente ao “peleguismo” dos sindicatos outrora vinculados ao Estado. Este encontro da intelectualidade com o movimento sindical será fundamental para o desenvolvimento de uma teoria e de uma prática alternativa:

Essa é, portanto, uma circunstância singular em que ocorre o encontro entre uma intelectualidade portadora de uma interpretação do Brasil que pretende romper com as tradições consideradas nacionais populistas e um movimento que, em sua recusa ao velho sindicalismo, está apto a realizar tal ruptura como programa.

A relação entre os intelectuais e os sindicalistas não se dará de maneira tranqüila, devido à postura antiintelectualista de muitos sindicalistas, adeptos ao pragmatismo e avesso às formulações teóricas. Para Francisco de Oliveira, os sindicalistas – sempre refratários aos intelectuais – estavam imbuídos do antiintelectualismo que, segundo o autor, “foi uma espécie de praga nas experiências do sindicalismo em escala mundial”.²⁷ Com o passar dos anos, os sindicalistas vão ganhando cada vez mais espaço no interior do partido, enquanto que os intelectuais vão se afastando das esferas de decisão, contribuindo sobremaneira para que o PT adotasse uma postura cada vez mais pragmática. A *Revista Teoria e Debate* constituiu-se como um *locus* de resistência e de intensa produção teórica dos intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores.

²⁶ Ver: WEFFORT, F. **Participação e conflito**: Contagem e Osasco (1968). São Paulo: Cebrap, 1972; WEFFORT, F. **Sindicatos e política**. 1972. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

²⁷ OLIVEIRA, Francisco de. *Op. cit.*, p. 298.

Esta *Revista* foi criada em 1987, com o intuito de “influir na conjuntura do debate político-ideológico da sociedade” e “subsidiar a formação política dos militantes e filiados”. Segundo a “Apresentação” do primeiro número da revista, ela não seria um veículo para a “linha oficial” do partido, mas objetivaria “transferir, para o campo da teoria, a riqueza e a inovação presentes no cotidiano das lutas dos trabalhadores e do movimento popular”. Assumindo como divisa a idéia de que “sem teoria não existe prática revolucionária”, a *Revista Teoria e Debate* atuou e continua atuando como um espaço de debate e reflexão sobre o próprio partido, a sociedade brasileira, o socialismo, participação popular, educação, meio ambiente, etc, contando com artigos de diversos intelectuais, como Florestan Fernandes, Antonio Candido, Marilena Chauí, Carlos Nelson Coutinho, Tariq Ali, Antonio Negri, Leandro Konder, Jacob Gorender, Francisco de Oliveira, entre outros.

Institucionalização partidária

Desde 1994, o Partido dos Trabalhadores tendeu a polarizar, junto com o PSDB, a disputa presidencial. A “vocação presidencial” desse partido o forçou a formular propostas para o país e, portanto, a criar redes cada vez mais orgânicas com o mundo intelectual. Porém, o processo de institucionalização e pragmatismo eleitoral pelo qual passou o PT nos últimos anos levou a um afastamento de grande parte da intelectualidade do mesmo. Seguindo a divisão estabelecida por Norberto Bobbio entre *ideólogos* e *expertos*, o PT tendeu a se afastar dos primeiros e se aproximar dos segundos.

Para Bobbio, o dissídio entre os intelectuais e os partidos socialistas “está na própria natureza das tarefas e das responsabilidades de cada uma das partes e é a expressão (...) do plano diverso em que se colocam a teoria e a prática, o pensamento e a ação”.²⁸ O pragmatismo eleitoral imediatista se coloca no plano oposto de uma prática reflexiva e teórica mais problematizada, que visa o questionamento e proposições estruturais de longo prazo, culminando com o distanciamento daqueles que “fazem” dos que “agem”. Esse movimento de distanciamento dos intelectuais não é privilégio do Brasil. Com a chegada ao poder de François Mitterrand na França e Felipe González na Espanha, partidos com tradição na elaboração teórica deixaram de lado essa característica, fazendo com que muitos intelectuais de esquerda se distanciassem ainda mais destas organizações.

Segundo Emir Sader, em sua obra *A vingança da História*, no Brasil, a intelectualidade crítica no decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso ficou, em geral, entre o isolamento e a fragmentação acadêmica. A esquerda partidária, por sua vez, foi se institucionalizando cada vez mais, o que promoveu o distanciamento de vários intelectuais da militância e da intervenção partidária. Nesse contexto, marcado pela “miséria da teoria”, o Partido dos Trabalhadores formulou suas posições mais em função do debate político propriamente dito do que da escassa produção teórica realizada. De acordo com o autor, a própria

²⁸ BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*, pp. 85-86.

distância da direção nacional do PT em relação ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre – evento este que aglutinou grande parte das novas produções teóricas – “revela como caminhavam em planos distintos a evolução política desse partido e a resistência social, cultural e política ao neoliberalismo”.²⁹ Sader ressalta, que “o Partido dos Trabalhadores e a prática teórica da intelectualidade crítica caminharam por vertentes paralelas, olhando-se, mas definindo cada um seus próprios caminhos”.³⁰

Emir Sader destaca que pensadores como José Luis Fiori, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, entre outros, mantiveram uma visão crítica frente ao governo de FHC, sem que, no entanto, o pensamento crítico ou o próprio PT tivessem formulado alternativas e formas de rupturas com as políticas neoliberais. Prova disso, foi que o partido chegou ao governo sem dispor de uma alternativa para romper com as políticas neoliberais que tanto criticara.³¹ Segundo o autor:

*Nos seus vinte anos de existência, em que se projetou como a principal força política e partidária do país (...) o Partido dos Trabalhadores não chegou a construir sua própria teoria e, assim – num caso único nas trajetórias de partidos mais ou menos similares –, não gerou sua própria intelectualidade.*³²

Sader destaca que embora o Partido dos Trabalhadores tenha incorporado uma parte da intelectualidade preexistente e se associado a outros intelectuais emergentes na sua história, “sua prática política não iluminou uma nova prática teórica, não definiu novas problemáticas nem orientou novas modalidades de produção intelectual”, assumindo cada vez mais um caminho empírico e programático. Segundo o autor, o PT teria chegado ao governo sem um arcabouço teórico formulado capaz de construir uma sociedade pós-neoliberal.³³

Francisco de Oliveira aponta para o fato de que com o processo de redemocratização quase todas as interpretações analíticas foram lastreadas numa “espécie de torna a Furtado, uma crença no desenvolvimento com base nacional, como se a intensa globalização não tivesse afetado as estruturas de classe e as formações estatais”.³⁴ Segundo Daniel Aarão Reis, os partidos políticos populares fundados e/ou refundados em fins dos anos 70 e início dos anos 80, embora trouxessem aspectos inovadores e rupturas radicais para a cena política, “cometeram a grande imprudência de se julgarem livres dos legados e das tradições” e aqueles discursos pautados pelo nacional-estatismo, centrais nos partidos de esquerda existentes antes da ditadura, como o PTB e o Partidão, voltam para o centro da cena, sobretudo nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso.³⁵

²⁹ SADER, Emir. *Op. cit.*, pp. 14-15.

³⁰ Idem, p. 15.

³¹ Idem, p.16.

³² Idem, pp. 16 e 17.

³³ Idem, p. 17.

³⁴ OLIVEIRA, Francisco. *Op. cit.*

³⁵ AARÃO Reis Filho, Daniel. Lutas sociais, reforma e revolução. *Revista Teoria e debate*. nº 44 – abr/maio/junho de 2000.

Para Milton Lahuerta, a predominância do economicismo no marxismo, bem como a tradição funcional e dualista do pensamento social brasileiro, contribuíram substancialmente no sentido de deixar pouco espaço para o desenvolvimento de uma reflexão propriamente política.³⁶ Além disso, conforme destaca Francisco de Oliveira, o deslocamento do PT do “socialismo real” teria resultado em uma indefinição fatal para a elaboração teórica. A ausência de uma proposta clara sobre o socialismo desejado teria levado o partido a fazer uma crítica ao “modelo brasileiro” de maneira superficial:

A crítica era mais analítica que teórica. A complexidade da nova forma de capitalismo, já globalizado principalmente para as periferias não foi entendida radicalmente pela crítica (...) Uma espécie, pois, outra vez, de torna a Furtado, com tudo de positivo, mas de clara insuficiência teórica.³⁷

O processo de institucionalização do PT contribuiu de maneira decisiva para agravar este quadro de insuficiência teórica, ficando os intelectuais à margem dos processos decisórios. Na busca por capacitar-se para disputar e vencer as eleições, muitos membros do partido acabaram por se adaptar ao que Paulo Roberto Leal denominou de *nova ambiência eleitoral*, caracterizada pela predominância da figura das supostas qualidades dos candidatos em detrimento do discurso partidário. Em consequência deste fenômeno da chamada “americanização da política”, os valores de curto prazo passam a ser determinantes do voto, deixando pouco espaço para o debate político e questões ideológicas complexas. Além das mudanças estatutárias ou estruturais internas, muitos membros do PT orientaram-se cada vez mais na prática política cotidiana por essa “nova ambiência eleitoral”, que teve como consequências a ampliação do arco de alianças e o pragmatismo na condução das campanhas eleitorais.³⁸ Os intelectuais estavam sendo alijados e isolavam-se dos espaços partidários, na medida em que o ambiente para a reflexão teórica se reduzia.

Institucionalização acadêmica

Nos últimos anos, tem havido um processo cada vez mais intenso de institucionalização acadêmica, que teve consequências para o afastamento da intelectualidade do Partido dos Trabalhadores. O termo institucionalização acadêmica refere-se ao recolhimento e fechamento dos professores universitários em suas instituições de ensino, deixando de lado a participação na esfera pública e preocupando-se principalmente com a produtividade de suas pesquisas. Este processo teve início sobretudo nos anos 90 e vem sendo intensificado nos últimos anos, em decorrência da pressão que as

³⁶ LAHUERTA, Milton. *Op. cit.*, p. 60.

³⁷ OLIVEIRA, Francisco. *Op. cit.*, p. 301.

³⁸ LEAL, Paulo Roberto Figueira. **Os debates petistas no final dos anos 90: aderir ou não à lógica do mercado eleitoral?** Rio de Janeiro: Sotese, 2004 e LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

agências financiadoras de pesquisa exercem sobre os intelectuais para que eles desenvolvam e publiquem o máximo de pesquisas em um curto espaço de tempo. Além desta busca pela produtividade a todo custo contribuir para a ausência de reflexão mais problematizada por parte da *intelligentsia* sobre questões universais e gerais, ela a conduz a um afastamento da esfera pública e de espaços de organização política, como os partidos.

O processo de institucionalização acadêmica está diretamente relacionado à especialização cada vez maior dos intelectuais, em decorrência das exigências do mercado. Os intelectuais sempre se destacaram pelas questões universais. O fio principal que perpassa todos esses princípios pós-modernos é a ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano. Os fundamentos do conhecimento moderno e os conceitos que fundaram e orientaram a modernidade – como as idéias de verdade, racionalidade e universalidade – vêm sendo sistematicamente colocados em cheque.

A agenda “pós-moderna” contribui de maneira decisiva para o afastamento dos intelectuais da esfera pública e dos espaços partidários. Conforme destaca Ellen Wood, o pós-modernismo implica em uma rejeição dos modelos de explicação “totalizantes” e dos valores “universalistas”, outrora tão caro aos intelectuais. As concepções ocidentais de racionalidade, assim como idéias gerais de igualdade e a concepção marxista de emancipação humana geral, caíram por terra, dando espaço para explicações relativistas. Os pós-modernistas, ao invés da igualdade, enfatizam a “diferença”; ao invés de lutas gerais, enfatizam os conflitos particulares, distintos e variados.³⁹ Segundo a autora, as conseqüências políticas de tudo isso são bem claras: “não pode haver base para a solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma ‘identidade’ social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns”.⁴⁰

A queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética, o avanço das políticas e do pensamento neoliberal, pautado por um determinismo “economicista”, bem como pela “economização” da política contribuíram para colocar em cheque as utopias revolucionárias. Os modelos de explicação metanarrativos outrora utilizados, como o marxismo e o estruturalismo, foram criticados, assim como as propostas de transformação radical da sociedade foram substituídas pela aceitação do sistema capitalista e da ideologia do “fim da história”. Os expertos vêm ganhando as batalhas dos ideólogos nos últimos tempos e sua palavra de especialista competente tem mais valor do que as propostas utópicas de mudança do *status quo*. Esse discurso ganha espaço na academia e aqueles que têm participação partidária ativa são vistos como pessoas “fora do lugar” nas universidades.

Obviamente, o abandono das utopias revolucionárias, a crítica ao socialismo e a predominância do discurso do *experto* especialista, pautado pelo economicismo fora do qual não há resposta, tiveram conseqüências determinantes para o afastamento de setores da intelectualidade petista da esfera pública e dos espaços partidários. O alargamento do espaço privado sob os imperativos do mercado leva o

³⁹ WOOD, Ellen M. Introdução: o que é a agenda “pós-moderna”? IN: WOOD, Ellen M. E FOSTER, John, B. (org.) **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, pp. 12-13.

⁴⁰ Idem, p. 13.

intelectual a afastar-se a esfera pública. Conforme destaca Habermas, na nossa sociedade midiática ocorre uma nova mudança estrutural da esfera pública, que provoca mudanças fundamentais na figura clássica do intelectual.⁴¹ Embora a esfera pública tenha se tornado mais incluyente, as mudanças nela ocorridas os últimos anos parecem ter contribuído para colocar a intelectualidade diante de novos dilemas.

Conclusão

O III Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores ocorrerá . Este espaço permitirá a discussão – entre outras temáticas – sobre o caráter do “socialismo petista”, temática esta sempre tão cara a muitos dos intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores. O debate em torno do “socialismo petista” é um campo privilegiado para se analisar as perspectivas em torno das quais se travam as discussões entre a intelectualidade do partido. Como o socialismo é algo *a ser conquistado* e, portanto, *ideal*, ele foge da alçada dos *expertos* – e a eles pouco interessa – cabendo aos ideólogos. Alguns intelectuais assinam algumas teses que estarão em debate no Congresso, podendo este movimento apontar uma possível reaproximação de muitos deles das esferas partidárias.

Conforme analisamos no decorrer do texto, o duplo movimento que ocorreu de maneira concomitante – a institucionalização partidária e a institucionalização acadêmica – acabou por afastar os intelectuais das esferas de decisão do Partido dos Trabalhadores. O primeiro destes movimentos fez com que o partido, ao colocar como questão prioritária as vitórias eleitorais, pautasse suas ações pelo pragmatismo, relegando a segundo plano as reflexões teóricas. O segundo movimento – influenciado pelas transformações que ocorreram no mundo e na academia - contribuiu para o afastamento de muitos intelectuais da esfera pública e do partido, tomados por políticos profissionais e *expertos*, nos quais o espaço para os *ideólogos* ficou cada vez mais reduzido.

A intelectualidade petista passou nos últimos anos por uma série de dilemas, caracterizados pela opção ao engajamento ou ao distanciamento das esferas partidárias. Participantes diretos do processo de formação do Partido dos Trabalhadores, os intelectuais a ele ligados viram-se diante de novos dilemas, surgidos com a chegada de Lula ao poder e, sobretudo após os escândalos de 2005, a partir dos quais difundiu-se a idéia do “silêncio dos intelectuais”. No segundo governo Lula, a intelectualidade petista se defrontará com novos dilemas e o futuro dirá se continuarão a prevalecer os *expertos* ou se os *ideólogos* retornarão à posição de destaque e influência que outrora ocupavam no partido.

⁴¹ HABERMAS, Jürgen (2006). O caos da esfera pública. *Folha de S. Paulo*, Caderno "Mais", 13/08, pp. 4-5.

O AMPLO DEBATE DE CULTURAS POLÍTICAS NA PENITENCIÁRIA DE LINHARES DURANTE O REGIME MILITAR

Flávia Maria Franchini Ribeiro*

Esta comunicação é a síntese de um dos pontos desenvolvidos em nossa pesquisa de mestrado, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação da UFJF, onde trabalhamos a experiência dos presos políticos na Penitenciária Regional de Linhares, a serviço da Justiça Militar de Minas Gerais.

Entre os anos 1967 e 1980, a Penitenciária Regional de Juiz de Fora (MG), José Edson Cavaliari, foi utilizada como presídio político para abrigar os indiciados na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (4ª CJM). O local marcou a memória dos que passaram por lá com o nome de sua localização, "presídio de Linhares", uma referência ao bairro que abriga a instituição, na época, isolado do centro da cidade pela dificuldade de acesso.

Embora tenha recebido presos políticos de várias partes do Brasil por mais de uma década, a maior incidência dessa população carcerária foi nos anos 1969 a 1972. Este período, imediatamente após o AI-5, também coincide com o auge da ação repressiva empregada pela polícia política no Brasil e com o desmembramento de organizações políticas de esquerda em Minas Gerais, algumas destas precursoras do movimento de luta armada. Foi nessa fase que a maioria dos presos comuns da Penitenciária, que não respondiam por crimes contra a Segurança Nacional, foram transferidos para outras unidades do Estado, e a instituição foi destinada a abrigar preferencialmente os acusados por práticas subversivas.

Dessa forma, um amplo universo de culturas políticas passou a conviver naquele presídio, formando ali o cenário ideal para o debate de idéias e perspectivas que se concretizaram em ações políticas contra a Ditadura Militar.

Linhares recebeu uma grande quantidade de membros pertencentes a setores representativos da oposição ao processo desneceado pelo golpe civil-militar de 1964. No período com maior concentração de presos políticos, a Penitenciária abrigou uma quantia estimada em aproximadamente 220 detentos, homens e mulheres, um número significativo se considerarmos a instituição localizada numa cidade que não sediou embates mais violentos contra os governos militares durante aqueles anos, conforme as pesquisas nos revelam até o momento.

No entanto, essa significativa concentração de presos políticos reflete a intensa atuação da Justiça Militar da IV Região, cuja sede está localizada nesta cidade até os dias atuais, contra aqueles considerados os inimigos internos da nação. Essa atividade teria o seu perfil persecutório personificado na figura do Promotor Militar da 4ª CJM, Joaquim Simeão de Faria, responsável pelas denúncias contra indivíduos ou grupos que associava ao comunismo e à ameaça ao que considerava o "processo revolucionário" instalado após abril de 1964. É sintomática a experiência vivida por um ex-presidente do

* Mestre em História, Cultura e Poder pela UFJF.

Diretório Central dos Estudantes (DCE), acusado de ações junto à Ação Popular Marxista-Leninista (APML) no início da década de 1970, durante os interrogatórios com o Promotor Militar:

Ele acompanhava tudo, inclusive, com as ameaças que fazia constantemente à gente: "Nós vamos mandar vocês para Belo Horizonte. Aqui não acontece nada, mas lá em Belo Horizonte vocês sabem que o bicho pega." (...) No primeiro dia, eu já de saco cheio, duas horas da manhã, eles me inquirindo, eu virei e falei assim: "Gente, eu não tenho nada a ver com isso aí. Vocês estão procurando chifre em cabeça de cavalo". Ele virou para mim, duro, falou assim: "Eu sei disso, mas eu sempre fui seco para te pegar. Agora eu consegui".¹

Devemos ressaltar, porém, que no universo de presos da Penitenciária Regional de Linhares, mesmo após a transferência dos acusados de crimes comuns para outros locais, encontram-se, inevitavelmente, pessoas detidas sob a mesma acusação dos políticos.

Isso porque nos últimos anos da década de 1960 houve uma instensificação das ações armadas em várias cidades brasileiras comandadas por grupos de esquerda revolucionários. Essas atividades visavam principalmente o recolhimento de dinheiro nas cidades para que fosse possível detonar a guerrilha rural visto que, na concepção dos militantes das organizações, o campo seria o lugar estratégico para realizar a mobilização popular armada que poria fim à Ditadura e deflagaria a implantação do regime socialista. As ações armadas possuíam o caráter de expropriação de fundos de setores considerados inimigos do povo brasileiro, como os bancos.

Com a intensificação das ocorrências nas agências bancárias, todos os assaltos a bancos passaram a ser tratados como crimes políticos, numa tentativa da repressão para desmoralizar as ações armadas promovidas pelas organizações de esquerda. Os presos comuns enquadrados como os militantes políticos no Decreto-Lei 898/69 também responderiam por seus crimes junto à Justiça Militar, e ficaram conhecidos como os "Lei de Segurança".² Eram alocados nos presídios juntamente com os presos políticos, sendo o processo mais conhecido desta experiência, a convivência dos detentos do presídio de Ilha Grande (RJ), atribuída por muitos às origens do crime organizado.³

Essa realidade também está presente na Penitenciária de Linhares, como o famoso assaltante de bancos em Minas Gerais na época, Dino Valesi, que foi levado ao local e processado na Auditoria Militar, embora nos pareça que tenha ocorrido uma menor incidência nesse processo, sendo necessárias pesquisas que responderiam a esse vácuo na história da repressão em Juiz de Fora. No entanto, para os objetivos desta comunicação, iremos nos fixar especificamente nos detentos de Linhares presos por ação direta contra o regime militar, ou por associação a atividades opositoras àquele *status quo*.

¹ Depoimento de Renê Gonçalves de Matos à autora.

² BORGES, André. *Da Ilha Grande ao Poder* - Trajetória de um revolucionário que passou 21 anos no cárcere. Rio de Janeiro: Contemporânea, 1984. APUD: SÁ, Geraldo Ribeiro de. *O prisioneiro: um processo de qualificação e requalificação*. (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1990, p.366.

³ Sobre o assunto, recomendamos o filme *Quase dois irmãos*. Direção de Lúcia Murat. Taiga Filmes e Vídeo, 2004. DVD, son., col. Port.

Segundo o Projeto Brasil Nunca Mais, que analisou os processos da Justiça Militar Brasileira, entre abril de 1964 e março de 1979⁴, 38,9% das pessoas citadas eram menores de 25, e até mesmo de 18 anos. O material ainda revelou a predominância de moradia nas cidades, enfatizando que “a resistência foi um fenômeno predominantemente urbano”, embora a maior parte dos estudantes não fosse nascido nas capitais. Refere-se também à maioria dos indiciados, nos processos estudados, oriundos da classe média, com número significativo de universitários.⁵

Porém, deve-se atentar para o fato de que a predominância de presos políticos com determinadas características comuns, não foi condição determinante na exclusão de um universo plural. Mesmo porque na instituição também conviveram pessoas com várias idades, com origens regionais e sociais diversas, conforme relatou em suas memórias um preso político que esteve em Linhares:

(...) Mas estou certo de não exagerar se disser que a sociedade brasileira estava ali bem representada em diversos aspectos da sua heterogeneidade: homens e mulheres; brancos, negros e mestiços; jovens, velhos e de meia-idade; profissionais liberais, intelectuais, estudantes, pequenos proprietários, operários e camponeses; cultos e semi-analfabetos; pobres e remediados... Como não podia deixar de ser, já que éramos presos políticos, compúnhamos-nos principalmente de brancos, jovens, estudantes, naturalmente oriundos basicamente das classes médias.(...)⁶

Essa realidade refletiu-se na composição da segunda leva de prisioneiros que chegaria à Penitenciária Regional de Juiz de Fora no final da década de 1960 e início de 1970. Em 1967, integrantes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), presos na Serra de Caparaó, na fronteira de Minas com o Espírito Santo - e transferidos para a sede da 4ª CJM-, inauguraram Linhares enquanto presídio político. No entanto, os ingressos na instituição a partir de 1969, comporiam um perfil específico majoritário conforme o apurado, enquanto tendência nacional, pelo Projeto Brasil Nunca Mais. Essa característica refletiu-se no debate político formado em Linhares.

A esse grupo específico, podemos associar os estudantes que explodiram em manifestações pelas ruas em 1968, num movimento de contestação que não foi apenas nacional, mas que se caracterizou por “(...) uma onda (que) varreu os três mundos, ou grande parte deles, levada essencialmente pela nova força social dos estudantes (...)”, nas palavras de Eric Hobsbawm.⁷ No Brasil, esses estudantes se integraram em organizações políticas que pretendiam o fim dos governos militares e dos valores a que representavam, caracterizados pelo capitalismo excludente e o imperialismo norte-americano, e a substituição desse sistema pelo regime socialista, tendo por inspiração a Revolução Cubana e seus líderes, principalmente Ernesto Che Guevara.

⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 15.

⁵ Idem, pp. 85-86.

⁶ PAIVA, M. *O Sonho Exilado*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2004, p. 75

⁷ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 431.

O militante de esquerda no Brasil forjava-se dentro de uma cultura global revolucionária, inserida no contexto de Guerra Fria, que vislumbrava a possibilidade de rebelião contra o sistema dominante, por um mundo melhor. O desenvolvimento do processo revolucionário no continente latino-americano era interpretado como algo inevitável e incontrolável. Caberia aos militantes, a “vanguarda revolucionária”, impulsionar o desejo das massas para promover esse processo.

Imbuídos dessa proposta, vários setores de oposição ao regime integraram-se às organizações de luta contra o sistema, que se multiplicaram ao longo do período em variadas tendências e siglas que creditavam para si o papel de “vanguarda revolucionária”, e possuíam em comum várias características, como a atribuição do PCB a um papel conciliador com as classes burguesas e a sua conseqüente negação.⁸

De uma forma generalista, esses grupos poderiam ser divididos em “foquistas” e “massistas”. Aqueles, influenciados pela teoria do foco, propagada por Régis Debray como a tática vitoriosa da revolução cubana, que atribuía a ação do guerrilheiro a função motora de acionamento insurrecional das massas populares. Já os outros, os “massistas”, propunham a conscientização das massas enquanto um trabalho incluído dentro de um longo processo que, então, culminaria com a ação armada popular.⁹

Para a prática de todas as concepções teóricas revolucionárias de esquerda, os militantes se organizaram segundo a orientação das variadas siglas, clandestinamente, visto que, paralelamente, a repressão aguçava a sua estrutura operacional, com prisões e torturas cada vez mais freqüentes. De toda a forma, nas ações “foquistas” ou “massistas” era exposta a atuação subversiva desses grupos, segundo a repressão, pelas ações armadas ou trabalhos organizados junto a operários e camponeses.

Esse fator dava a todos esses militantes de esquerda, quando apanhados pela polícia política e envolvidos em todo o processo prisional que se desencadearia a partir de então, a condição única de “presos políticos” do regime militar. Segundo aponta Maria Cristina Soto, o termo crime político é histórico, mas está sempre associado à prerrogativa de “lesa-nação”, de acordo com a proposta concebida a partir da introdução de ideais iluministas na elaboração do sistema jurídico-penal.¹⁰

Os militantes de esquerda indiciados por crimes políticos durante o regime militar assumiram na cadeia a identidade de presos políticos, para então adotarem uma conduta que guiaria todas as suas ações naquela situação, segundo essa concepção.

⁸ Sobre o tema ver: RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993, passim. Também são esclarecedores sobre o assunto as obras: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987; e, REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁹ GORENDER, J. Op. cit., pp. 82-92.

¹⁰ SOTO, Maria Cristina Martinez. Crime Político, Crime Comum: leituras cruzadas. IN: *Seminários: Crime, criminalidade e repressão no Brasil república*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, novembro/2002, n. 1, pp. 09 e 12.

Quando os valores individuais diferem segundo o perfil sócio-econômico e o grupo a que pertencem,¹¹ as culturas políticas são, principalmente, representações historicamente constituídas e fortemente ligadas à cultura global de uma sociedade, na medida que intentam a solução para os problemas desta. Estão de acordo com as práticas e os valores sociais, mesmo que se constituam enquanto oposição às instituições vigentes. Seus detentores seguem uma "leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa (...)" expressos em "um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham (...) o mesmo papel significativo".¹²

Presídios e penitenciárias como Linhares correspondiam a uma situação muito específica do processo prisional, quando os presos políticos estavam sob a guarda oficial da Justiça Militar. Essa seria para muitos uma outra etapa. No momento em que caíam nas mãos da repressão, o destino de muitos presos era desconhecido por eles e seus parentes. A maioria foi submetida às torturas na fase policial dos inquéritos, quando "desaparecidos", ou seja, com destino oficial desconhecido, tendo sido obrigados a assinar confissões falsas ou a responder perguntas sobre extrema pressão física e emocional.

Quando as informações prestadas eram consideradas suficientes para a polícia política, o inquérito era então formalizado nas Auditorias Militares com a denúncia do Promotor Militar. Dessa forma os presos eram reunidos em locais específicos que facilitassem o traslado para prestar depoimentos, estes considerados oficiais, segundo uma farsa que visava obscurecer a fase policial daquele interrogatório. A Penitenciária Regional José Edson Cavaliere correspondia a essa função tendo abrigado presos políticos que respondiam a inquéritos na 4ª CJM, aguardavam julgamentos ou até mesmo, cumpriam suas penas.

Muitos dos que chegaram à penitenciária de Linhares, a partir de 1969, vinham de experiências traumáticas, em que as constantes mudanças de prisões, com passagens por DOPS, Quartéis e Vilas Militares - ou até mesmo, a partir de 1970, o já consolidado sistema DOI-CODI -, implicavam na exacerbação do medo pela constante exposição ao terror. O transporte para o local desconhecido até a chegada implicaria na expectativa de fim para o sofrimento, ou "alívio" para os que conseguiram identificar o caminho que levava ao presídio de Juiz de Fora, já famoso entre os presos políticos pela ausência de torturas físicas.

A penitenciária de Linhares possuía celas individuais e suas dependências eram novas, foram inauguradas em 1966. Com a grande quantidade de presos da Lei de Segurança Nacional, as alas foram destinadas a recebê-los, sendo a ala dos presos comuns da manutenção do local, separada dos demais. Havia também a separação dos homens e mulheres, muitos deles casais, que somente se encontravam durante as visitas. A disciplina interna era regrada com horários determinados para as várias atividades e

¹¹ RIVIERE, Claude. As liturgias políticas. RJ: Imago, Ed., 1989, p. 173.

¹² BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". IN: RIOUX, J. P. e SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988, p. 350-353.

a alternância de períodos dentro da cela e no pátio, o período de “convívio” como os presos políticos denominavam o momento em que estavam juntos.

O preso ingresso era destinado a uma ala separada, para o isolamento, onde ficaria trancafiado todo o tempo, até que sua transferência para a ala dos que pudessem participar do “convívio” fosse autorizada. Nessa situação, o indivíduo recém-chegado e temeroso por seu futuro, ou com seu moral abalado pela experiência anterior vivida na prisão, era tomado pelo sentimento de solidão, apenas quebrado pelos sons vindos da mata no entorno de Linhares.

É nesse momento, de total abandono, quando não conhece o que lhe aguardam as próximas horas, que o grupo chama seu novo companheiro para integrar aquela reunião, numa reafirmação da identidade política assumida antes da prisão, conforme nos relatou um deles:

Eles me deixaram, se não me engano, dez dias incomunicável. Você fica arrasado. É para você entrar mesmo em depressão. A gente ali naquela situação. Na hora que o cara tranca a porta da cela, bota o cadeado e vai embora, desaba o seu mundo! Até porque nós não sabíamos se íamos sair vivos dali. E aí ocorreu aquilo! (...) Os outros presos tinham um correio interno e ficavam sabendo quando entrava preso novo. Não sei como, mas eles ficavam sabendo. Era quando começava a entardecer. E aí eles cantavam. (emoção) E a principal canção era a "Internacional". (...) O pessoal começava a cantar essas músicas em todas as alas. É um negócio que só quem viu e sentiu é que pode dimensionar. É um negócio indescritível, não existem palavras para traduzir isso.¹³

O recurso às canções foi frequentemente utilizado em presídios políticos. Cantava-se por tudo: para protestar, para namorar, para passar o tempo, mas também para comemorar datas importantes para os militantes de esquerda, ou até mesmo, a liberdade de alguns companheiros. Entre as canções entoadas no presídio de Juiz de Fora, diversas músicas de autoria dos próprios presos para homenagear guerrilheiros simbólicos da resistência ao regime como Carlos Lamarca, ou para se posicionarem contra a administração carcerária, como a que segue:

Seu diretor tenha compaixão/Melhora a bóia dessa prisão/O arroz duro e o macarrão/Que parece cola de colar balão/De manhã cedo eu não suporto mais/Esse pão duro, branco e mofado/Eu quero é um sanduíche/De presunto e queijo/Muito caprichado(...)/Seu diretor/Não me trate mal/Pelo bem da Segurança Nacional¹⁴

Quando os presos de Linhares cantavam a *Internacional* para os que chegavam, atuavam para enfatizar a continuidade da luta política, um recado para a repressão, e também para o novo detento da penitenciária a ambientar-se a um local onde o debate político seria uma constante. Assim, evitava-se a dispersão, na medida em que os presos reafirmavam as suas condutas políticas em freqüente contraste

¹³ Depoimento de Luiz Flávio Rainho T. Ribeiro à autora.

¹⁴ Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo, autor da música, à autora.

com a realidade. Naquele caso, a estrutura repressiva de uma penitenciária do regime militar. Era o sinal de que, apesar de tudo, “a luta continua, companheiro!”.

A *Internacional* era o chamado para integração com o grupo, quebrando as tentativas de desestabilização do sujeito típicas a uma instituição como a Penitenciária de Linhares, como o isolamento. A entrada de um preso era conhecida pelos demais, mesmo quando trancafiados, através de um correio interno com informações passadas pelas diferentes alas do presídio pelos mais variados métodos, segundo relembrou uma militante detida na ala feminina:

E eu lembro que tinha um companheiro da ala masculina, acho que era do Partidão, o Farid (Helou) (...), ele era árabe. Então ele recebia aquelas comidas árabes, não é? Pois uma vez ele recebeu uma comida de damasco que era uma coisa de uma grossura assim que dobrava (faz gestos com a mão demonstrando as camadas). Aí no início a gente começou... (gesto como se olhasse entre as camadas). “Não, eu acho que não tem nada”. Quando eu vi, estava cheio de bilhetes! Era incrível!¹⁵

Esse foi um dos tipos de comunicação que se abria entre o grupo após a saudação da chegada, e seria marcada pelo contato permanente, mesmo que o preso político estivesse trancafiado e isolado dos demais. Havia as “balas” ou “caramelos”, bilhetinhos escritos em papel fino, com letras minúsculas, enrolados e escondidos sob a língua. Caso a guarda desconfiasse de algo, ocultar a prova era fácil: engolia-se o papel.

Outro recurso freqüente no presídio de Juiz de Fora foi a “Teresa”, técnica aprendida com os presos comuns, que consistia em amarrar o bilhete ou objeto a um fio, e passá-lo para o seu destino. Um preso político de Linhares, ainda no isolamento, chegou a receber um rádio enviado por seus companheiros por essa técnica. O presente talvez fosse uma concessão da administração carcerária para outro detento, que devido a um incessante zumbido no ouvido, tinha a permissão para utilizar o rádio por recomendação médica. Como conseguia pegar, além das notícias eventuais, rádios como a de Havana, publicava informativos para retransmitir aos colegas as informações escutadas.

Todas essas ações eram organizadas pelo “coletivo” de presos políticos, grande trunfo do grupo contra as tentativas repressivas de desestabilização do preso. Este era uma construção para assegurar aos presos desde o acesso a bens materiais escassos – pois muitos deles, longe de suas famílias, não recebiam visitas, e portanto não tinham acesso a roupas, medicamentos e alimentos variados -, até a promoção de atividades para a distração e o aprimoramento intelectual e político dos detentos.

A punição contra um preso seria acatada por todos os seus membros, como sinal de protesto. Intransigências da administração carcerária de Linhares, que mantinha um intenso rigor disciplinar, aguçado com o passar dos anos, eram enfrentadas com greves de fome. Um protesto muitas vezes silencioso para a sociedade, mas que comprometia a pretensa integridade legal que as Forças Armadas procuravam forjar, quanto a uma suposta segurança e bons-tratos dispensados aos presos brasileiros.

¹⁵ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas à autora.

O “coletivo” era organizado em células com lideranças assumidas de forma natural. Geralmente reproduzia-se na Penitenciária a estrutura externa das organizações de esquerda, com os porta-vozes dos presos políticos sendo os mesmos que se destacaram na militância. Porém, todas as decisões dessa organização eram exaustivamente discutidas até que se chegasse a um consenso da maioria, que deveria ser acatado por todos, segundo o preceito leninista de “centralismo democrático”, que regia os partidos de esquerda da época.

As reuniões do “coletivo” eram realizadas durante o “convívio”, no pátio ou no refeitório. Segundo lembrou um deles houve encontros com cerca de 150 pessoas, todas debatendo e votando a conduta a ser adotada pelos presos políticos em Linhares, em discussões exaustivas na penitenciária.¹⁶

Os presos políticos também se mobilizavam segundo suas organizações políticas. Algumas possuíam intensa atividade dentro das prisões através do contato das lideranças com os militantes que atuavam fora da prisão. O resultado desse contato pôde ser expresso, por exemplo, na retirada de seis militantes de Linhares, exilados em troca do embaixador alemão seqüestrado, Ehrenfried von Holleben, em 1970 pela VPR.

A inclusão desses nomes nesta lista foi provocada principalmente pela preocupação dos colegas de organização com a segurança dos companheiros presos devido a documentos passados ao exterior da prisão, e que eram de conhecimento da repressão, como o famoso “Documento de Linhares”, contendo denúncias de torturas.¹⁷

No entanto, as informações trocadas entre os presos políticos, internamente ou com o exterior, eram mais ações de caráter político contra a Ditadura Militar. Os presos evitavam passar informações que pudessem comprometer pessoas que atuavam em liberdade, ou até mesmo, a estrutura de suas organizações,¹⁸ informações estas muitas vezes asseguradas durante as sessões de tortura em que viveram.

Apesar de todo esse cuidado, alguns documentos clandestinos de Linhares caíram nas mãos da repressão e tornaram-se um alvo de preocupação para o Sistema de Informações, conforme revelou o historiador Carlos Fico, com um relatório onde uma parte era dedicada ao que chamaram : “caso Ângelo Pezzuti e da penitenciária de Linhares”.¹⁹

Toda a ação mais eficaz do “coletivo” seria de caráter político expresso por constantes demonstrações de solidariedade, conforme ressaltou um preso, ao caracterizar o que chamou de “República Comunista de Linhares”, pois: “Era uma sociedade utópica onde ninguém trabalhava e não podia trabalhar, e toda a comida era distribuída, inclusive o cigarro”.²⁰

¹⁶ Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo à autora.

¹⁷ SARKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. São Paulo: Global, 1981, p. 167.

¹⁸ Depoimento de Gilney Amorim Viana à autora.

¹⁹ APUD: FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. RJ: Record, 2001, p. 131. nota 59.

²⁰ Depoimento de Marco Antônio de Azevedo Meyer à autora.

Porém, muitas vezes a organização do “coletivo” resultou em conflitos. É importante ressaltarmos a heterogeneidade presente naquela penitenciária, com uma população carcerária plural e portadora das mais variadas experiências, conforme já ressaltado. A individualidade dos presos seria de certa forma assegurada pelas celas individuais ou “cubículo” - como eles as chamavam -, o local em que o preso aproveitava para expressar suas particularidades.

No entanto, a exigente disciplina imposta, e que era necessária num cenário de confronto com a repressão, chegou em certos casos a sublimar a capacidade dos indivíduos expressarem seus próprios desejos, num ambiente naturalmente tenso que é a prisão. Segundo narrou uma liderança:

*(...) nós tínhamos um ritmo de vida muito regulado. Um, pelo regimento, porque os banhos de sol eram muito restritos; dois, regulado pelo nosso coletivo de preso político, que nós tínhamos uma rotina organizada; e três, regulado pelos grupos, as organizações que também persistiam e subsistem dentro da cadeia. (...) Mas tinham uns que não aceitavam e estavam fora. Não tinha acordo ali. Ali, ou aceitava a lei do coletivo ou está fora. (...)*²¹

A coesão eficaz do grupo no momento inicial da entrada daquele indivíduo em Linhares, seria permanentemente posta a prova pela rotina maçante de um local cerceador da liberdade e das condutas humanas, e extremamente controvertido pelos diversos tipos de relacionamentos que são impostos a partir de então. A reprodução do comportamento militante dentro dos presídios, e até mesmo, a sobrevivência interna das siglas no interior da instituição, não foi idêntica para todos, mesmo que cada preso de Linhares, com um passado relacionado a essas atividades, se considerasse como um preso político.

Durante o processo prisional muitos se arrependeram de suas opções passadas, ou não desejavam envolver-se com os movimentos temerosos de longas condenações. Houve até mesmo casos de pessoas dentro da Penitenciária Regional, que tendo rompido com suas organizações em fases remotas, não possuíam a menor identificação com a exigência dos debates políticos travados naquele local.

Nem todos os presos políticos integravam o “coletivo”, por opção própria ou por serem considerados traidores pelo grupo, por terem fraquejado durante a fase policial entregando informações para a repressão. Eram chamados de “minhocões” pelos outros, que insistiam em dar continuidade ao processo revolucionário, mesmo dentro da prisão. Em outros presídios do país eram os “desbundados” ou “bundas-mole” em oposição aos lutadores, os “pontas-firmes” ou “facas-grandes”.²²

Algumas organizações realizavam tribunais internos para avaliar a conduta dos companheiros na prisão, e caso fossem considerados delatores, seria analisada a possibilidade de suas integrações ao

²¹ Depoimento de Gilney Amorim Viana à autora.

²² Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo para o termo “minhocões” à autora. E “facas-grande” e “bundas-mole”, segundo: RIDENTI, M. Op. cit., p. 52. Jaime de Almeida nos relatou, em depoimento, que essa situação foi explícita para ele no Presídio de Tiradentes (SP), após uma reavaliação de suas ações no presídio e um gradual afastamento do “coletivo”.

grupo. Uma atitude posteriormente repensada por alguns durante o depoimento que nos prestaram: “Na minha visão de hoje, eu acho que... de alguma forma, se você acha que alguém pode se comportar bem na tortura, então você legitima a tortura. A tortura é uma situação totalmente fora do normal, ou seja, é uma situação que você não tem a obrigação de ser herói”.²³

É importante ressaltar que os presos políticos viviam num clima de ditadura. Dessa maneira, assumiram muitas vezes o caráter extremado em suas ações reproduzindo a estrutura que combatiam. Por isso, o mesmo preso político que relatou acima uma reavaliação sobre os julgamentos dos que “fraquejaram” ou traíram a organização, avalia a condição dos que coordenavam essa situação, embora para ele não justifique a posição assumida em Linhares: “Naquele clima de pressão, por exemplo, você sofrer e muitos companheiros inclusive morrerem para não dar uma informação, e o outro dar a informação muito mais facilmente, isso revolta um pouco, entendeu?”.

Mas existem também casos de negação pública dos ideais passados, por presos políticos de Linhares. Um integrante de uma organização de luta armada deu entrevistas a revistas contrariando suas convicções políticas de esquerda, rechaçando os antigos companheiros e afirmou em carta aberta à população: “Creio que as principais características que levou à (ilegível) daquela opção são a imaturidade psicológica e intelectual, o idealismo e a vontade de melhorar – ótimos ingredientes para a formação de idéias radicais e sectárias. (...)”²⁴.

A condição de militantes de esquerda foi reavaliada por muitos dentro do presídio, embora a grande maioria não chegou ao arrependimento público, como o relatado. Mas é importante ressaltar que, mesmo quando divididos internamente por questões relacionadas à política, à resistência e à repressão dentro da prisão, a identidade de presos políticos e a unidade solidária do “coletivo” foi uma constante. Conforme relatou uma liderança estudantil que passou por Linhares e também pelo presídio Tiradentes (SP): “(...) não é desunião não, existia uma *desunidade*, que dizer, falta de unidade, quando se tratava de política. Quando se tratava de comportamento, não.”²⁵

Com o tempo, a ação política dos presos da Penitenciária Regional de Juiz de Fora se concretizaria em algo mais do que as simples manifestações internas contra a repressão. A divulgação de documentos de presos políticos no exterior, contendo denúncias sobre os abusos da ditadura no Brasil, entre estes aqueles produzidos pelos encarcerados em Linhares, ia de encontro ao discurso oficial dos governos militares, sobre a não existência de presos políticos ou torturas no país. Em seus relatos, aproveitavam também para denunciar a situação em que viviam nas dependências de presídios ou penitenciárias da Ditadura, embora alguns menos traumáticos, pela ausência de torturas, no entanto, ainda opressores pelo trabalho da administração carcerária:

²³ Depoimento de Jorge Raimundo Nahas à autora.

²⁴ Cópia de Carta Aberta de Erwin Resende Duarte escrita em 22 de junho de 1971. Processo 32/70. 2º Volume. (Arquivado no Superior Tribunal Militar e pesquisado através da 4ª Circunscrição Judiciária Militar).

²⁵ Depoimento de Waldo Silva à autora.

*Permanecemos trancafiados em celas individuais durante 19 horas diárias, com a proibição de ter fósforos, isqueiros, periódicos, revistas ou rádios dentro das celas. Não podemos receber livros, exceto os de caráter didático. As visitas são dificultadas por inúmeras exigências, não podemos ter contato privado com nossos advogados, etc.*²⁶

Concluída a intenção original da repressão política durante a Ditadura, e que consistia na prisão dos sujeitos considerados subversivos para a descoberta de informações sobre a estrutura organizacional dos grupos de esquerda, os presos foram levados a locais que consideraram como a fase do “alívio”²⁷ - mesmo que o preso vivesse sob a constante ameaça de retorno à fase policial, para o esclarecimento de novas informações. Quando fossem alcançados os objetivos da polícia política, os presos políticos eram, então, coagidos a participar de uma farsa montada na Justiça Militar que envolvia todo um processo legal com novos interrogatórios, acusações, tentativas de defesa e julgamentos.

Com a reunião em instituições, quando estavam à disposição da fase legalizada do processo prisional, abandonados no ócio e submetidos a um pretense isolamento social pela repressão, os presos políticos, imbuídos de uma disciplina tradicional aos militantes de esquerda da história da República brasileira, puderam se reorganizar para combater as adversidades. Segundo Jacob Gorender, o Presídio Tiradentes (SP), por exemplo, era conhecido pelos militares da OBAN como “aparelhão” em referência às moradias utilizadas pelos militantes de esquerda para se organizarem, quando ainda estavam clandestinos.²⁸

Isso porque dentro dos presídios políticos fazia-se política todo o tempo. Propostas eram debatidas, procedimentos reavaliados, a história do Brasil estudada para que fossem compreendidas as lacunas do sistema em vistas à sua superação. Nesse ambiente propício, os presos perceberam a possibilidade de narrar suas experiências na prisão e divulgá-las para que outros conhecessem a repressão no país.

Podemos afirmar que o afã persecutório da Ditadura Militar produziu em determinado momento um universo propício para uma forma de resistência a ela. Com o passar das décadas, a memória do regime militar adotou considerações que passaram a negar a atuação da polícia política, sempre associada às torturas. Os elementos para essa outra versão foram construídos ainda durante a atuação da

²⁶ COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Organización de los Estados Americanos. Informe Anula 1973 – Sección Primera, Parte III Brasil (a). IN: <www.cidh.org/annualrep/73sp/sec.1.Brasilia.htm>, em 01/11/2004. Esse material, pela identificação do conteúdo, baseia-se no *Documento de Linhares*, divulgado por um grupo de presos da Penitenciária Regional de Juiz de Fora.

²⁷ O termo foi frequentemente relatado nas memórias do Presídio Tiradentes (SP), tendo sido destacado pelos organizadores da obra como uma referência comum ao presídio, pelos presos políticos, para descrever o local. No entanto, advertiram os organizadores, esta referência denota o grau de selvageria imposta aos presos durante a fase policial. IN: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um Presídio da Ditadura: Memórias de Presos Políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997, p. 27. Acrescentamos ainda que a mesma comparação foi feita pelos presos da Penitenciária Regional de Linhares, que nos prestaram depoimentos, atribuindo a esta, uma fase menos conturbada do processo prisional, pela ausência de torturas físicas.

²⁸ GORENDER, J. Op. cit., p. 251.

repressão, pelos próprios presos políticos. Conforme constatou um entre os que passaram por Juiz de Fora, sobre a disposição deles durante a fase judicial das prisões:

Retrospectivamente, olhando isso, não foi uma boa. Foi uma decisão tecnocrática. A tecnocracia sempre erra. Porque concentrar aquele grupo de presos gerou um ambiente naturalmente propício para que a gente se organizasse, trocasse idéias, debatesse, etc, etc. A gente tinha um ambiente de muitas organizações de esquerda, muitas experiências de vários estados. Nós convivíamos ali, desde os guerrilheiros de Caparaó, que era uma outra geração de revolucionários, com uma outra formação política. (...) Todos nós éramos militantes. A luta armada continuava fora, não é? O tempo que eu fiquei em Linhares foi um período em que a luta lá fora continuava, então você se sentia preso, mas vinculado à luta que continuava. Então você se sentia na obrigação de militar na prisão, mesmo porque muita coisa que você fazia ali dentro, repercutia ali fora.²⁹

Foram formuladas as primeiras denúncias, que atravessaram os muros da Penitenciária de Linhares, e ecoaram lentamente pelo País e o mundo, contribuindo para que os terroristas de ontem, fossem hoje vistos apenas como presos políticos, vítimas de um período arbitrário para boa parte da opinião pública. A farsa do regime, então, começava a se desmoronar, a partir do interior do próprio sistema repressivo.

Referências Bibliográficas:

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". IN: RIOUX, J. P. e SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa, Estampa, 1988.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*: Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política. RJ: Record, 2001.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um Presídio da Ditadura*: Memórias de Presos Políticos. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*: O Breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PAIVA, M. *O Sonho Exilado*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*: Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. A subida do monte purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares. (Dissertação de Mestrado). Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- RIVIERE, Claude. As liturgias políticas. RJ: Imago, Ed., 1989.
- SÁ, Geraldo Ribeiro de. *O prisioneiro*: um processo de qualificação e requalificação. (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1990.
- SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*: Memórias da Guerrilha Perdida. São Paulo: Global, 1981.

²⁹ Depoimento de Jorge Raimundo Nahas à autora.

SOTO, Maria Cristina Martinez. Crime Político, Crime Comum: leituras cruzadas. IN: *Seminários: Crime, criminalidade e repressão no Brasil república*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, novembro/2002, n. 1.

NO COMPASSO DA SOCIABILIDADE

A utilização do conceito de sociabilidade em estudos sobre a maçonaria

Giane de Souza Castro*

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar o uso do conceito de sociabilidade em trabalhos históricos sobre a maçonaria e, também, compreender os momentos iniciais da instituição maçônica e sua inserção na sociedade enquanto um importante espaço de sociabilidade, capaz de agregar homens das mais variadas condições sociais, portadores de diferentes níveis de escolaridade, de variada condição econômica e também, de diferentes religiões.

Cabe destacar que o uso do conceito de sociabilidade em trabalhos de cunho historiográfico foi fundamental no processo de renovação dos estudos de história política e, ainda, foi bastante significativo para o enriquecimento dos estudos históricos sobre as lojas maçônicas e os indivíduos que dela faziam parte. A noção de sociabilidade, oriunda da sociologia e trazida para a história por Maurice Agulhon, é utilizada com o objetivo de compreender o espaço das lojas enquanto um lugar de socialização, onde os homens se agrupavam com o objetivo de alcançar as luzes e, ao mesmo tempo, na busca de um espaço de convívio.

O trabalho começará, portanto, com uma análise desse conceito, analisando seu significado e o emprego da noção em trabalhos históricos sobre a Maçonaria. Dessa forma, o conceito de sociabilidade será elucidado desde sua utilização na sociologia, onde destacamos o trabalho de Georg Simmel, passando pela sua inserção nos estudos históricos com Maurice Agulhon, até chegar aos trabalhos recentes sobre a sociabilidade maçônica no Brasil e em Minas Gerais.

Em seguida, fazer-se-á um breve histórico da instituição maçônica, ressaltando seu caráter secreto e, muitas vezes, mitológico. Será abordado, também, o processo de inserção das lojas maçônicas na sociedade e sua importância enquanto um espaço de sociabilidade aberto ao diálogo e à interação entre diferentes classes sociais.

Para finalizar, será traçado o período de instalação da primeira loja maçônica da cidade de Juiz de Fora, a *Fidelidade Mineira*, procurando analisar não somente o processo de fundação em si, mas também

* Mestranda em Ciência da Religião do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.

a composição de seus membros, a participação política de alguns maçons e o impacto desse novo espaço de sociabilidade sobre a sociedade juizforana e sobre a instituição católica presente na cidade.

1. O conceito de sociabilidade – uso e definição

A incorporação dos estudos sobre a instituição maçônica no Brasil a uma nova abordagem da história política, que se estrutura a partir do diálogo entre a História Política e a História Cultural, perpassa pela adoção de dois conceitos básicos: o de “cultura política”¹ e o de “sociabilidade”.

Dentro desse processo de renovação dos estudos de história política, um conceito tornou-se bastante significativo: o de sociabilidades. Antes de analisar o uso da noção pelos historiadores, fazer-se-á um recuo sobre seu uso na sociologia, especificamente nos estudos de Georg Simmel. Para este autor, a própria sociedade se explica pela interação entre os indivíduos, os quais, devido a interesses ou necessidades, interagem com outros homens, influenciando e sendo influenciado por estes, unindo-se em associações comuns. (SIMMEL, 1983, p. 170)

Na década de 1960, o conceito de sociabilidade passa a fazer parte do vocabulário histórico, através do trabalho pioneiro de Maurice Agulhon, *“Pénitents et Francs-Maçons de l’ancienne Provence – Essai sur la sociabilité Meridionale”*. Nesse trabalho, ele analisa dois tipos de sociabilidades, sendo a primeira oriunda das confrarias de penitentes e, a outra, das lojas maçônicas. Segundo Agulhon (1984, p.360-366), as confrarias teriam cedido lugar às lojas maçônicas no século XIX. Isso aconteceu porque nobres e burgueses teriam sido deixados de fora da sociabilidade advinda das confrarias, vindo a encontrar nas lojas, mais modernas, menos devotas, mais francesas, um espaço apropriado para a convivência social e que, ao mesmo tempo, atendesse seus anseios de modernidade. A tentativa de Agulhon é ligar a sociabilidade à vida associativa.

Segundo Jordi Canal Morell (1993, p. 6), o estudo das sociabilidades se expandiu posteriormente, tanto cronologicamente, quanto geograficamente, passando a abranger um grande campo de estudos e diversos objetos de pesquisa, como os cafés, as tabernas, a vida familiar, as praças, as associações obreiras e militares, a vida de salão, as agrupações políticas e as lojas maçônicas, as escolas de campo e de esportes. Para esse autor, o êxito do uso do conceito de sociabilidade deve-se aos seguintes fatores: a sua amplitude temática; à incorporação do conceito pela disciplina histórica; ao sucesso do conceito entre os historiadores franceses e a sua expansão em estudos históricos do mundo inteiro. O uso dessa noção

¹ A noção de cultura política situa-se entre a história cultural e a história política na tentativa de melhor explicar os comportamentos políticos através do patrimônio cultural adquirido pelos indivíduos ao longo de sua existência. Trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo individual, interiorizado pelo homem, e coletivo, partilhado por diversos grupos. Diz respeito aos elementos da cultura de uma dada sociedade, centrando-se no que se refere aos aspectos políticos. Ver: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 359-363.

permitiu uma renovação nos estudos clássicos sobre a política, permitindo novas vias de compreensão para vários problemas e objetos históricos.

Passando para os historiadores brasileiros que fizeram uso do termo “sociabilidades”, destacamos o trabalho de Marco Morel (2005), Alexandre Mansur Barata (2002) e Françoise Jean de Oliveira Souza (2004). A escolha desses trabalhos deve-se ao fato deles utilizarem esse termo para falar de um tipo de associação em especial: as lojas maçônicas.

Marco Morel (2005, p. 247 e 255-256), em seus estudos sobre a imprensa, os atores políticos e as sociabilidades na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1820 e 1830, assinala a importância que o modelo maçônico desempenhou, a partir de 1822, na criação de lugares de sociabilidade, característicos de um espaço público moderno. Segundo esse autor, as maçonarias constituíam-se em uma das formas de sociabilidade existentes na sociedade daquela época e interligavam-se a outros tipos de associações e com outras redes de poder, das quais também faziam parte.

Alexandre Mansur Barata (2002, p. 3 e 311), por sua vez, em sua tese de doutorado intitulada “*Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)*”, se propôs a analisar a inserção da sociabilidade maçônica no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, no período que antecedeu a Independência, com o objetivo de melhor compreender a progressiva politização do espaço maçônico. Segundo esse autor, apesar do caráter fechado/secreto da maçonaria, ela se mostrou permeável ao diálogo com o mundo exterior, fazendo parte dos debates que mobilizavam o espaço público.

Em “*Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)*”, Françoise Jean de Oliveira Souza (2004, p. 5 e 208-210), analisa a maçonaria mineira no período de consolidação da instituição na província, tomando-a como um dos importantes espaços de sociabilidade existentes na época. As lojas maçônicas teriam assumido um papel importante na sociedade mineira, ao oferecer um espaço propício à interação e à prática política.

O uso do conceito “sociabilidade” tem contribuído consideravelmente para o avanço dos estudos sobre história política, especialmente no que diz respeito à análise do associativismo, onde se destacam os estudos sobre a Maçonaria. O estudo desta instituição se enriqueceu muito com a adoção dessa noção.

2. A sociabilidade maçônica através da História

O momento exato da fundação da maçonaria é bastante impreciso. Sua história muitas vezes se mistura a mitos e lendas, principalmente quando narrada por estudiosos provenientes do meio maçônico, os quais estão interessados em dar legitimidade à sua ordem e, para isso, esforçam-se para encontrar

suas raízes num passado distante. Segundo Alexandre Mansur Barata (2002, p. 17), nas obras desses estudiosos, “os maçons do século XVIII apareciam como herdeiros diretos dos egípcios antigos, dos essênios, dos druidas, de Zoroastro, de Salomão, das tradições Herméticas, da Cabala, dos Templários, etc.”.

Essa utilização de fatos históricos como uma tentativa de se estabelecer continuidade com um passado que passa a ser apropriado por determinado grupo se encaixa no que Eric Hobsbawm (2002, p. 9-10) denominou de “invenção das tradições”. A continuidade com um passado histórico se dá, portanto, de forma artificial. Volta-se ao passado na tentativa de nele encontrar sustentação para toda uma rede de simbolismo que passa a ser apropriada como forma de legitimação de uma instituição dita “tradicional”.

Hobsbawm (2002, p. 17) considera a Maçonaria como uma das mais antigas tradições inventadas, possuidora de um grande poder simbólico, na medida em que novas tradições são inventadas através de empréstimos fornecidos pelo passado para seu ritual, simbolismo e princípios morais. O uso de tradições inventadas pela instituição maçônica se dá não apenas como forma de legitimação da própria instituição, como também com o propósito de socialização e imposição de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

Como exemplo dessa tentativa de se buscar nos fatos históricos um meio de se legitimar a ordem, podemos citar o autor maçom Jayro Boy de Vasconcellos (1999, p. 30). Segundo ele, o Rei Salomão e sua equipe estabeleceram os alicerces da Maçonaria ao dividir os trabalhadores em três grupos destinados ao volumoso trabalho da construção do Templo de Salomão. Ao fazer essa divisão, eles estariam criando os primeiros graus da maçonaria: *aprendizes*, que extraíam as pedras brutas como a natureza lhes oferecia e que estavam aprendendo uma profissão; os *companheiros*, que trabalham a pedra bruta, fazendo-a polida ou cúbica; e os *mestres*, que erigiam a construção e, parte deles, ensinava o povo a trabalhar. Para comprovar sua teoria, esse autor utiliza trechos da Bíblia que, segundo ele, comprovam que “a Maçonaria aparecera na época do Rei Salomão, no ano de 970 antes de Cristo, durante a construção do Templo, na cidade de Jerusalém”.

Outros autores maçônicos, como Ziéde C. Moreira (2005, p. 16-17), consideram que a maçonaria teria suas raízes na aproximação entre corporações de ofício medievais e ordens como a dos templários. Segundo este estudioso, após a perseguição efetuada pelo papa Clemente V, instigado pelo rei francês Felipe IV, “grande parte dos cavaleiros que escaparam da perseguição fugiu para a Escócia, onde ampliaram o ponderável apoio material e cultural (que ali já acontecia) à Corporação de Ofício integrada pelos profissionais da construção arquitetural.” Dessa forma, após a destruição da Ordem dos Templários, seus antigos membros teriam se aliado aos construtores, fundando associações que teriam dado origem às lojas maçônicas.

Historiadores acadêmicos, por sua vez, consideram que a maçonaria teria surgido na Escócia e na Inglaterra na virada do século XVII para o século XVIII. De qualquer modo, há um consenso entre os estudiosos da maçonaria, sejam eles engajados ou não com a ordem, em considerá-la como herdeira das

corporações de ofício da Idade Média. A franco-maçonaria moderna (a maçonaria especulativa) teria uma filiação direta com a antiga maçonaria de ofício (a maçonaria operativa). (AZEVEDO, 1996-97, p. 180)

Os traços especulativos das sociedades de franco-maçons mesclavam-se às suas bases operativas, isto é, entre as metas profissionais dessa corporação mesclavam-se preocupações de ordem teórica e cultural. Aos poucos, sobretudo a partir do ingresso de membros "aceitos"² e também devido aos privilégios gozados por seus membros, os franco-maçons foram aprofundando o caráter especulativo de suas organizações. (AZEVEDO, 1996-97, p. 180) Segundo Alexandre Mansur Barata (2002, p. 21):

A maçonaria deixava de lado as preocupações tipicamente ligadas ao exercício da profissão de pedreiro, para se dedicar ao aperfeiçoamento moral e intelectual dos seus membros. Ela se transformava cada vez mais em uma espécie de "sociedade de pensamento" de caráter cosmopolita e secreto, reunindo homens de diferentes raças, religiões e línguas, com o objetivo de alcançar a perfeição moral por meio do simbolismo de natureza mística e/ou racional, da filantropia e da educação.

Com isso, a franco-maçonaria passou a atrair muitos estudiosos, os quais queriam aprofundar seus conhecimentos e expor livremente suas opiniões sem incorrer em suspeitas. O caráter itinerante dos trabalhos exercidos por essa corporação também contribuía para seu poder de atração, uma vez que os laços organizativos estabelecidos entre cidades e, até mesmo, entre países, favorecia a proteção e acolhida dos irmãos em trânsito. (AZEVEDO, 1996-97, p. 181)

O ingresso de membros teóricos na confraria corporativa maçônica contribuiu para a introdução de temas filosóficos nos salões dos maçons práticos. Estes passaram a compartilhar com os novos membros de temas ligados às artes e ciências diversas. A partir desse processo surge o filosofismo maçônico e a criação de novos graus, além dos três originais (a saber: aprendizes, companheiros e mestres). Com as inovações metodológicas e a difusão das lojas pela Grã-Bretanha, surge a necessidade de se organizar os princípios básicos da ordem. Então, no ano de 1717 é fundada a Grande Loja de Londres. (MOREIRA, 2005, p. 16-17.)

No ano de 1721, o pastor presbiteriano James Anderson foi encarregado de examinar, corrigir e redigir a história, as obrigações e os regulamentos da antiga Confraria. Em 1723, o livro das Constituições de Anderson foi publicado, sendo responsável por uma série de dispositivos que se destinavam a todas as lojas. O texto começa com um relato fantasioso dos primórdios da Franco-Maçonaria que, para uns, não passa de uma narrativa absurda e, para outros, trata-se de um texto construído com base na metáfora, na alegoria e na simbologia.

Em seguida, Anderson expõe os deveres de um franco-maçom no que diz respeito a Deus e a Religião (onde se prega a liberdade de crença religiosa, exigindo-se apenas a crença em um Deus único), ao comportamento dos maçons no interior e fora das lojas e, ainda, sobre a organização das lojas e de

2 Outros profissionais, que não se ligavam à profissão de pedreiro, passaram a ser aceitos nas lojas.

seus membros. Para serem admitidos como membros de uma Loja, os candidatos deveriam ser "Homens bons e leais, nascidos-livres e de Idade madura e discreta, não sendo nem Servos, nem Mulheres, nem Homens imorais ou escandalosos, mas de boa Reputação". Por último, o autor faz uma compilação dos regulamentos gerais que regem as lojas maçônicas. Tais princípios continuam tendo uma importância central nas lojas maçônicas dos dias atuais. (ANDERSON, 2003)

A maçonaria especulativa, portanto, surgiu na Grã-Bretanha, primeiramente em lojas escocesas e, em seguida, inglesas. Embora despertasse suspeitas, esta nova forma de sociabilidade rapidamente se expandiu para outras regiões da Europa e mesmo para a América. Devido ao seu caráter secreto e ao grande número de adesões que provocava, a maçonaria sofreu muitas perseguições tanto dos governos seculares, como da Igreja Católica, o que fez com que sua expansão se desse de forma irregular nos diversos países em que se instalou. (BARATA, 2002, p. 23)

Segundo Azevedo, a primeira loja brasileira, Reunião, foi criada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1801 e encontrava-se vinculada ao Oriente francês. No ano seguinte, fundou-se uma segunda loja na Bahia, intitulada *Virtude e Razão*. No ano de 1804, a maçonaria portuguesa ingressa no Rio de Janeiro através da instalação de duas lojas, *Constância* e *Filantropia*, as quais estavam sob a proteção do Grande Oriente da Lusitânia. (AZEVEDO, 1996-97, p. 181)

Os anos que se seguiram à instalação das primeiras lojas no Brasil foram marcados por um relacionamento contraditório entre os organismos maçônicos e as altas esferas do governo. Fases de perseguições policiais e proibições oficiais à maçonaria alternaram-se com momentos de tolerância e participação de altas autoridades políticas em suas lojas, como é o caso de D. Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva e o visconde do Rio Branco. Soma-se a isto um ambiente de rivalidades internas entre as lojas, com a presença concomitante de obediências distintas, tanto no plano nacional quanto internacional. (AZEVEDO, 1996-97, p. 181)

Por constituir-se em um espaço de circulação de idéias, principalmente iluministas, a maçonaria contribuiu para várias mudanças nas sociedades em que agiu. Também foi fundamental no ensino de práticas modernas (implicitamente revolucionárias) aos seus membros, através da escolha dos associados, dos debates entre os pares e das deliberações. A Igreja via nessas atividades preponderantemente secretas uma ameaça a sua sobrevivência e ao seu poder na sociedade. (VÉSCIO, 2001, p.87)

O relacionamento conturbado entre Igreja Católica e Maçonaria, existente desde o século XVIII, quando ocorreram as primeiras condenações pontifícias, agravou-se no decorrer do século XIX. No Brasil, entre 1870 e 1910, a situação se complicou com a Questão Religiosa e o debate em torno da separação Estado/Igreja, protagonizados pela Igreja Católica e pela maçonaria, envolvendo o Império brasileiro. (COLUSSI, 1998, p. 365)

3. A sociabilidade maçônica em Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora, durante o século XIX, era bem diferente das tradicionais cidades coloniais mineiras. Em estreita vinculação com o dinamismo do Rio de Janeiro, a cidade era mais européia do que colonial. Segundo Mônica Ribeiro de Oliveira (1994),

Seu desenvolvimento industrial, pautado pela modernização capitalista, trouxe para a cidade, além de apitos das fábricas e da luz elétrica, o desejo de civilizar-se nos moldes dos centros europeus. Seus teatros, cinemas e intensa atividade literária refletiam a vontade de criar uma nova imagem para a cidade, fugindo à tradição escravista.

Essa distância dos centros barrocos aliada ao crescimento econômico da cidade, atraiu pessoas com os mais diversos interesses. Católicos, protestantes, espíritas, liberais, republicanos, monarquistas: todos residiam no mesmo espaço. Embora houvesse conflitos entre eles, o debate de idéias era comum nos espaços públicos. (OLIVEIRA, 1994) Havia, portanto, um contexto sócio-cultural extremamente favorável à implantação da instituição maçônica, organização dotada de princípios de civilidade e com idéias bem avançadas. Dessa forma, a elite econômica, juntamente com a classe média em formação em Juiz de Fora, viram a maçonaria como um importante espaço de difusão dos ideais da modernidade, através da elaboração e propagação de suas idéias dentro das lojas. (SOUZA, 2004, p. 103)

A primeira instituição maçônica da cidade de Juiz de Fora foi a *Loja Maçônica Fidelidade Mineira* e sua primeira reunião, conforme consta no Livro de Atas n.º 1 da loja, ocorreu na noite de 12 de março de 1870, em uma casa alugada para esse fim, a qual foi posteriormente adquirida³. Transcreve-se a seguir o que consta em sua ata de fundação:

"Acta da sessão nº1, da "Officina Fidelidade Mineira". Aos 12 de M.co de 1870. E.: V.:, para instalação. À Gl.: do Sup.: Arch.: do Uni.: – Às oito horas da noite, reunidos M.:M.: inscritos no Livro de Presenças, em local coberto, onde reinava o socego e a paz, deliberação entre si a que se instalasse uma officina dirigida por São João da Escossia, debaixo do título distintivo " Fidelidade Mineira", do rito escossez e Acceito e logo se procedeo à votação dos empregados respectivos; sendo eleitos: para Venerável o ir.: Dr. Christovão Rodrigues de Andrade; para 1º Vigilante o irmão Dr. José Moreira da Rocha, para 2º Vigilante o irmão Dr. José Correa e Castro; para Orador o irmão Avelino Rodrigues Milagres: para Secretário o irmão Agostinho Antonio Correa; para Thesoureiro o irmão Ricardo José de Araújo; para Mestre de cer.: o irmão Dr.

³ Local onde ela funciona até hoje: Avenida Rio Branco, nº. 1962.

José Caetano de Moraes e Castro. Nada mais havendo a tratar, forão encerrados os trabalhos, e se retirarão em paz.⁴

Durante alguns anos, a loja funcionou em caráter provisório, pois, nesse período, a Maçonaria brasileira encontrava-se ameaçada pelos conflitos que estavam ocorrendo no Poder Central. Esse fato não impediu que as reuniões da *Fidelidade Mineira* continuassem acontecendo, ela apenas funcionava independente de filiação superior, isto é, não se ligava a uma Potência. Foi somente em 1º de junho de 1873 que ela foi oficialmente instalada, recebendo sua Carta Constitutiva das mãos do Grão Mestre Comendador, Dr. Joaquim Saldanha Marinho. Sua comitiva era composta pelo Padre Dr. José Luiz de Almeida Martins, Jornalista Quintino Bocaiúva, Inspetor Geral Francisco Antunes da Silva Guimarães e Nuno Telmo da Silva Mello, personagens importantes tanto na história política quanto na maçonaria brasileira. (NASCIMENTO, 2005, p. 5)

A sessão de instalação foi aberta (Sessão Branca), o que significa que pessoas do meio profano podiam assistir a reunião. Dessa forma, estavam presentes autoridades civis e maçônicas, os Irmãos da *Fidelidade Mineira* e membros da sociedade juizforana. Pode-se considerar que, ao promover uma solenidade aberta ao público, os maçons juizforenses pretendiam mostrar à população um pouco do que se passava no interior das lojas e, também, atrair novos adeptos para a ordem. Tal atitude tornava-se necessária, uma vez que eram muitos os boatos que corriam sobre a Maçonaria, além das freqüentes investidas da Igreja, que, por meio dos jornais, procurava alertar os fiéis dos perigos que a "seita" representava.

A sessão foi presidida pelo Grão Mestre Saldanha Marinho, que empossou oficialmente a Diretoria da Loja. Esse acontecimento foi registrado no "*Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*" em junho de 1873:

Entre as solemnidades ultimamente celebradas hade sem duvida eternisar-se a memória da que foi effectuada no dia 1º do corrente na pittoresca e culta cidade do Juiz de Fora.

Nesse dia foi, com todas as formalidades do ritual maçônico, regularisada a loja Fidelidade Mineira cujo pessoal numeroso, com raríssimas excepções, pode-se dizer que consta do que há nessa cidade de mais distincto pela intelligencia, pelo character e pela posição.⁵

4 LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. Livro de Atas, nº 1, 1870. [A ortografia respeitou a cópia original.]

5 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE UNIDO E SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL. Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Num. 4 a 6, Abril a Junho, 1873. 2º Anno, p. 473.

Ao longo dos anos, outras oficinas foram sendo fundadas a partir da *Fidelidade Mineira*, tais como *Caridade e Firmeza*, em julho de 1896, *Benso di Cavour*, em julho de 1902, *Acácia do Paraibuna*, em março de 1967, e tantas outras lojas.

A loja maçônica funcionava como um importante espaço de sociabilização, não só para seus membros, como para a comunidade que tantas vezes utilizou seu espaço para encontros e comemorações. Como exemplo, pode-se citar a festa de inauguração da Companhia Mineira de Eletricidade que havia sido instalada na cidade de Juiz de Fora. Tal festa ocorreu dentro do espaço da Loja Maçônica Fielidade Mineira no ano de 1888. (SOUZA, 2004, p. 63) No livro "*Companhia Mineira de Eletricidade*", Paulino de Oliveira (1969) descreve a festa de inauguração da Usina de Marmelos, ocorrida no dia 05 de setembro de 1889:

Houve grandes folguedos populares, tendo sido a Diretoria da Empresa acompanhada por enorme multidão desde a Fábrica Mascarenhas até a Maçonaria, na Rua Direita, que estava feericamente iluminada. Serviu-se ali lauto banquete, durante o qual falaram diversos oradores, seguindo-se um baile.

Os maçons juizforanos estavam realmente imbuídos dos ideais modernos e liberais vigentes no período. Destaca-se, por exemplo, o empenho dos membros da *Fidelidade Mineira* em angariar fundos para a libertação de escravos, assim como estava ocorrendo nas lojas dos grandes centros urbanos do país. Há registros da libertação de escravos durante cerimônias comemorativas da ordem, como por exemplo, na cerimônia de instalação oficial da loja, em 1º de junho de 1873, ocasião em que duas escravas foram libertas, Honorata de 14 anos e Tereza de 18 anos. (COSTA, 1958, p. 9-10) Tem-se notícia também de uma caixinha mantida pelos irmãos com o objetivo de arrecadar fundos para a alforria de escravos.

Um dos marcos na história da loja *Fidelidade Mineira* é a instalação da Loja de Adoção das Filhas de Hiram em 20 de julho de 1902, uma experiência maçônica feminina que acabou sendo extinta em 04 de outubro de 1903. Sua curta duração deve-se ao fato de o Grão Mestre Quintino Bocaiúva não a ter aprovado devido a interesses políticos. O que restou foram apenas suas atas, que estão disponíveis no atual museu da *Fidelidade Mineira*. (NASCIMENTO, 2005, p. 6) Mas essa extensão da sociabilidade maçônica, até então exclusivamente masculina, para as mulheres ainda não foi devidamente analisada por nenhum historiador.

Em 11 de junho de 1894, a *Loja Maçônica Fielidade Mineira* tentou fundar um Grande Oriente Estadual. É então que surge o Grande Oriente Mineiro, organizado por essa loja, tendo como fundador e primeiro Grão Mestre Christovão Rodrigues de Andrade. Mas a experiência durou pouco, apenas 1 ano e

três meses, pois a *Fidelidade Mineira* voltou a se filiar ao Grande Oriente do Brasil em setembro de 1895. (NASCIMENTO, 2005, p. 6-8) Isso porque de acordo com o Cadastro Geral das Lojas Maçônicas do Brasil, o Decreto nº 9 de 08/03/1895 “declara ilegais e ilegítimos todos os corpos maçônicos do Estado não filiados a ele, e sendo posto a coberto todos os maçons que delas fizerem parte...”.⁶

Passando para o aspecto político, observa-se que alguns maçons juizforanos se fizeram presentes na Câmara Municipal, mas não há uniformidade na ação política desses homens. Isso porque não se pode dizer que esses maçons partilhassem dos mesmos ideais, pertencessem ao mesmo partido ou que sofressem influência de sua identidade maçônica em suas atuações políticas. Com isso, alguns poucos maçons juizforanos tornaram-se figuras importantes na política local, tais como Christovão Rodrigues de Andrade, Major Henrique César Vaz, membros da família Tostes e da família Halfeld. (SOUZA, 2004, p. 122)

O fundador da loja *Fidelidade Mineira*, por exemplo, Christovão Rodrigues de Andrade, iniciou sua carreira política no ano de 1865, sendo eleito Vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 1869 foi reeleito, passando a ocupar o cargo de Presidente da Câmara e Intendente da cidade⁷, por ter sido o candidato mais votado nas eleições desse ano. No ano de 1874, ele foi nomeado Provedor da Santa Casa de Misericórdia e em 1877, Christovão volta novamente à Câmara Municipal. (NASCIMENTO, 2005, p. 2)

Cabe ressaltar ainda, que, mesmo em uma época em que o poder monárquico combateu violentamente homens e corporações que defendessem os ideais de liberdade e as idéias democráticas e republicanas, a *Fidelidade Mineira* foi sede do último congresso republicano na cidade. Mesmo indo contra os ideais do clero e do governo, os congressistas achavam-se sob a proteção do templo maçônico. Sobre tal acontecimento, Jacintho Rodrigues da Costa (1958, p. 15-16), então venerável da loja, pronuncia em trabalho realizado em 16 de maio de 1928:

Daí temos que nos render à evidencia de que, naquele tempo de obscurantismo a nossa Arte Real personificada na Maçonaria Brasileira era de fato uma potência político-cívico-social.

Nem o poder imperial se atreveu a interpor-se às resoluções dos nossos saudosos Iir.: consentindo sessões republicanas nesta casa, em plena efervescência da política nacional.

Esse trecho deixa bem claro a proliferação dos ideais republicanos no ambiente da loja maçônica, mesmo em um período tão conturbado como foram os anos finais do Império. O espaço maçônico pode

6 KURT, Prober. Cadastro Geral das Lojas Maçônicas do Brasil: Ativas, Abatidas e Inativas. 1975, p. 30.

7 Tal cargo possuía poderes referentes aos de Prefeito nos dias atuais.

ser considerado, nesse momento, como um lugar privilegiado para se fazer política, pois seus membros estavam protegidos pelo segredo e pela discricção de seus membros.

Mas, nem sempre, os maçons estiveram livres das reações opostas do mundo exterior. Como se sabe, a maçonaria foi condenada diversas vezes pelos poderes papais e alguns maçons perseguidos, considerados membros de uma ordem monstruosa, ímpia, criminosa, inimiga da Igreja de Deus, do trono e do altar. Um exemplo dos ataques católicos à instituição maçônica juizforana é o ocorrido com o Padre Dr. Paulo Grande, diretor do Colégio Progresso em Juiz de Fora. Ele ingressou na *Fidelidade Mineira* em 08 de janeiro de 1873, mas devido a perseguições, em março do mesmo ano, ele é suspenso das ordens eclesiásticas. (COSTA, 1958, p. 15-16)

Acrescenta-se, ainda, um outro caso semelhante: no mês de dezembro de 1873, conforme consta no Livro de Atas, a loja toma conhecimento da perseguição exercida pelo clero contra o Colégio do Padre Almeida Martins, membro do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. O venerável da loja *Fidelidade Mineira*, Christovão Rodrigues de Andrade, também sofreu perseguições, tendo sido processado pelas autoridades religiosas e absolvido em junho de 1874. (COSTA, 1958, p. 6, 7 e 12)

Ao se perguntar quem eram esses homens, iniciados nos mistérios maçônicos, normalmente as pessoas acreditam que eles são, em sua grande maioria, pertencentes a uma elite política, econômica e ilustrada. Tal visão deve ser relativizada, afinal, não é possível fazer generalizações nesse sentido, nem tomar seus dirigentes como o espelho do restante dos membros de uma loja, como fazem alguns autores. Torna-se necessário, portanto, enxergar a maçonaria em sua diversidade e complexidade, levando em conta as especificidades de cada região e de cada loja.

Dessa forma, quando se fala na maçonaria em Juiz de Fora deve-se ressaltar a variedade de profissionais que ingressaram na ordem: negociantes (os quais, segundo Souza, eram maioria), advogados, médicos, professores, jornalistas, artistas, fazendeiros, empregados públicos, militares e capitalistas. (SOUZA, 2004, p. 110) Como se percebe, não é possível fazer generalizações, afinal, há uma grande variedade no que diz respeito ao perfil profissional desses homens.

Apesar das diferenças, pode-se fazer duas considerações: em primeiro lugar, eram homens que tinham condições de arcar com as contribuições exigidas pela instituição; e, em segundo lugar, eram alfabetizados, o que permitia um certo diferencial perante a sociedade laica, onde a maioria da população não sabia nem ler, nem escrever. Mas, deve-se ressaltar, nem todos eram diplomados, o que não impedia o convívio destes com a elite cultural presente nas lojas. Tal relacionamento permitiu a circulação de idéias e trocas culturais entre os diversos segmentos sociais pertencentes à Maçonaria.

No que se refere à religião proferida pelos maçons da Loja Fidelidade Mineira, destaca-se o considerável número de maçons acatólicos (aqui enquadrados os protestantes, evangélicos, metodistas, cristãos e os que não delimitaram uma religião), cerca de 30% dos membros da loja. Trata-se de um

índice considerável, se compararmos com outras regiões da província, como Diamantina e Machado, as quais possuíam predominantemente católicos em seus quadros. De acordo com Souza (2004, p. 158-159), o significativo número de protestantes dentro das lojas deve-se não somente ao grande número de conversões de ex-católicos, como também à significativa presença de imigrantes na região. Estes, segundo o autor, encontraram no espaço das lojas um eficiente canal de inserção na sociedade juizforense.

Conforme o exposto, fica clara a importância que a sociabilidade maçônica assumiu para diversos setores da cidade, principalmente aqueles que precisavam se afirmar numa sociedade em constante evolução e que, muitas vezes não possuíam um espaço onde pudessem falar abertamente sobre questões políticas, religiosas e econômicas. Dentro do espaço das lojas, esses homens não apenas adquiriram um espaço de socialização, como também passaram a fazer parte de uma vasta relação de trocas, que ia desde o ponto de vista cultural até os privilégios oriundos da fraternidade maçônica.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar o uso do conceito de sociabilidade em trabalhos históricos sobre a maçonaria e sua importância no processo de renovação dos estudos de história política. Além disso, procuramos abordar a forma como a Maçonaria se consolidou na sociedade, assim como a inserção da sociabilidade maçônica na cidade de Juiz de Fora. Em outras palavras, buscou-se compreender o significado que as lojas assumiram não apenas para seus membros, como também para a sociedade juizforana da década de 1870. Nesse sentido, acabamos por encontrar no espaço maçônico um lugar de convívio e de trocas culturais e ideológicas.

Esse artigo teve início com uma apresentação do conceito de sociabilidade, analisando, principalmente, a forma como alguns historiadores fizeram uso dele dentro de um contexto de renovação dos estudos de história política. Procurou-se mostrar a relevância do uso desse conceito para os estudos sobre maçonaria. Por esse motivo, muitas obras que também fizeram uso dessa noção, em pesquisas igualmente relevantes, não foram abordadas nesse trabalho.

Na segunda parte desse artigo, elaborou-se um breve histórico da instituição maçônica e de seu desenvolvimento enquanto um importante espaço de sociabilidade nas sociedades onde se instalou. Desse modo, identificou-se as corporações de ofício medievais como as precursoras da moderna maçonaria especulativa. Destacou-se, ainda, o aspecto mitológico que envolve a maior parte dos trabalhos sobre a instituição maçônica.

Num terceiro e último momento, procurou-se abordar o período de instalação da primeira loja maçônica na cidade de Juiz de Fora, analisando desde os acontecimentos que marcaram a chegada da

maçonaria na cidade, até a composição de seus membros, do ponto de vista profissional, político e religioso. Nesse sentido, pode-se afirmar que a maçonaria mostrou-se bastante atrativa para homens de diversas posições na sociedade juizforana, que nela encontraram um espaço de convívio e também um lugar privilegiado para debates políticos e religiosos, em pleno período de efervescência dos conflitos entre Igreja e Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Documentação Maçônica:**

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE UNIDO E SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL. Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Num. 4 a 6, Abril a Junho, 1873. 2º Anno, p. 473.

COSTA, Jacintho Rodrigues da. Fundação da Loja Maçônica "Fidelidade Mineira" – Or.: De Juiz de Fora. Juiz de Fora, Loja Maçônica Fidelidade Mineira, março de 1958. (Trabalho realizado em 16 de maio de 1928).

KURT, Prober. Cadastro Geral das Lojas Maçônicas do Brasil: Ativas, Abatidas e Inativas. 1975

LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. Livro de Atas, nº 1, 1870.

NASCIMENTO, Robert Junior do. Christovão Rodrigues de Andrade. Juiz de Fora, 2005.

- **Obras de Referência:**

AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence* – Essai sur la sociabilité Meridionale. Paris: Fayard, 1984.

ANDERSON, James. *As Constituições de Anderson*. (Texto original – Traduzido, comentado e anotado por Valton Sergio von Tempski-Silka M.:M:.). 1.ed. (ano 2001), 3ª tiragem. Curitiba: Juruá, 2003.

AZEVEDO, Célia M. Marinho. Maçonaria: História e Historiografia. *Revista USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez-fev/96-97.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência* (Brasil, 1790 – 1822). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MOREIRA, Ziéde C. Herança Medieval. *Nossa História*. Rio de Janeiro, Editora Vera Cruz, editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, ano 2, n. 20, junho 2005, p. 16-17.

MORELL, Jordi Canal. *El concepto de sociabilidad en la historiografía contemporánea (Francia, Itália Y España)*. Siglo XIX: Nueva Época, n. 13, enero-junio de 1993.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Juiz de Fora : Vivendo a História*. 1a. ed. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994.

OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: EDUFMS; Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

VASCONCELLOS, Jayro Boy. *A Fantástica História da Maçonaria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1999.

**Da teoria à luta: a abertura para o mundo político
pelos integrantes do Jardim da Infância**

Giovanni Stroppa Faquin

O presente artigo deriva-se de uma pesquisa por nós realizada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta trata de um momento político ocorrido nos primeiros anos de nossa história republicana: o “Jardim da Infância”. O ano de 1906 assistiu a chegada ao poder do primeiro Presidente da República a romper com a hegemonia dos paulistas no mais alto posto do executivo nacional. O mineiro Afonso Pena chegaria ao poder com o apoio fundamental de uma união de forças federativas principalmente arquitetadas pelo senador gaúcho Pinheiro Machado. Uma vez eleito, Afonso Pena iniciaria sua busca em limitar a interferência das forças políticas estaduais que compuseram a coligação vencedora. Nesta tarefa, o presidente mineiro alçaria ao poder uma jovem frente ministerial e parlamentar que seria apelidada pelas forças de oposição e pela crônica política da época como Jardim da Infância.

Identificados pela crônica política da época e pela historiografia subsequente como estudiosos de problemas econômicos, jurídicos e sociais brasileiros, os políticos do Jardim da Infância não constituíram um partido político definido e tampouco tiveram suas idéias sistematizadas em um manifesto mas suas atuações relacionavam-se à renovação das viciadas práticas políticas então existentes. A própria expressão “Jardim da Infância” foi cunhada em um inflamado discurso do deputado baiano Augusto de Freitas no Parlamento. Ao referir-se à preterição sofrida pelos antigos aliados do Bloco no arranjo ministerial e parlamentar do novo governo, Freitas afirmara que aquele “partido” desaparecera do cenário político. Agora generais obedeciam a soldados e a ingratidão sobrepujava a lealdade, prisioneiros que haviam se tornado de “políticos da nova raça” que haviam convertido “este país em um verdadeiro *Jardim da Infância*”.

A contribuição que pretendemos dar com o presente texto em um evento que sublinha a importância de novas dimensões aplicadas à história política inscreve-se em uma das tarefas que procuramos realizar em nossa pesquisa: nos separarmos agora de um momento específico da vida política republicana para promovermos um retorno às origens familiares, escolares e acadêmicas dos integrantes do “Jardim da Infância”. Trataremos, desta forma, um pouco mais da geração de políticos nascida entre as décadas de 60 e 70 do século XIX.

No entanto, limitaremos a tarefa deste trabalho a dois pontos principais. Primeiro, apresentaremos um esboço biográfico dos integrantes do grupo por nós pesquisado. Em seguida citaremos alguns temas relacionados a experiência política à qual estiveram expostos nossos personagens

nos últimos momentos do regime monárquico, quando então se encontravam ao término de seus estudos superiores. Podemos adiantar que o “Jardim da Infância” integrou uma geração de políticos que fora exposta, já no regime republicano, às reivindicações de retomada dos valores puros dos dias da propaganda republicana. No ano 1906, momento em que se principia a ascensão do Jardim da Infância, o novo regime já encaminhava-se para os 20 anos de vida sem superar, porém, muitos dos vícios herdados do Império. A noção de que a vida político-administrativa se faz mais através dos homens que a compõem do que das instituições que estes representam se revelaria um fato intransponível.

A compreensão das regras do jogo vão se revelando indispensáveis para a sobrevivência no mundo político. Estas regras foram incorporadas por nossos personagens ao longo de suas trajetórias familiares e escolares: as facilidades ou dificuldades trazidas “do berço”; o restrito universo acadêmico nacional; os comprometimentos pessoais necessários à adequada iniciação da vida pública com seu implacável processo de escolha das capacidades e conveniências particulares.

Traços biográficos dos integrantes do Jardim da Infância

A educação fundamental brasileira do século XIX nos oferece um primeiro retrato da sociedade imperial. A presença da Igreja na formação dos jovens era uma das poucas garantias que poderiam ser oferecidas dentro de um precário sistema educacional. Descentralizadas e entregues aos caprichos pedagógicos de seus diretores, as escolas de ensino fundamental públicas, particulares e religiosas assim realizavam a tarefa dos primeiros anos da educação infantil.

A solução comumente encontrada pelos pais intencionados em dar uma sólida formação a seus filhos e financeiramente aptos a isso era a matrícula nos diversos internatos e externatos ligados à Igreja Católica espalhados pelo país. Retirados do seio de suas famílias e jogados em um meio hostil e rigoroso, dava-se a aprendizagem das primeiras letras pelas crianças.

O colégio do Caraça é o mais tradicional exemplo desse tipo de instituição em Minas Gerais tendo por ali passado, por exemplo, Afonso Pena (pai e filho), Artur Bernardes e Raul Soares. Encravado nas montanhas e matas da serra do Caraça, este colégio foi fundado por volta de 1800 pelo Irmão Lourenço, ligado à irmandade Nossa Senhora Mãe dos Homens. O curso de *humanidades* – nome dado aos primeiros anos da vida escolar – estendia-se por 7 anos completos onde eram ministrados cursos de história, retórica, matemática, literatura, filosofia, latim e ciências naturais.

Da capital do Império citamos outra tradicional instituição de ensino: o Colégio Pedro II. Passaram por este colégio três de nossos personagens Pandiá Calógeras, João Luis Alves e David Campista. Entre as disciplinas lá cursadas citamos aritmética, religião, história sagrada, história antiga e medieval além de latim e francês. Nesse colégio as crianças conviviam num ambiente de reverência à figura do Imperador e de prática da religião católica.

Nascido em junho de 1870, Pandiá Calógeras descendia de uma nobre linhagem grega. Seu avô era titular de diversas comendas e honrarias dos reinos da Espanha, Itália e do Brasil, onde veio lecionar Geografia e História no Colégio Pedro II tendo sido também autor de livros didáticos. Filho de Michel Calógeras, um operoso engenheiro de obras oficiais do império brasileiro, João Pandiá não frequentou escolas e ginásios oficiais, tendo passado pelo colégio Pedro II apenas para realizar os exames preparatórios. Sua educação fora confiada a um corpo de professores particulares – na maioria alemães – em sua cidade natal, Petrópolis.

David Campista nasce no Rio de Janeiro em 1863. Seus avós maternos, David Moretzohn e Maria Carolina Moretzohn, eram de ascendência judaica nascidos na Prússia. No Brasil, o avô David Moretzohn se tornaria negociante de tecidos e banqueiro. Seus filhos se ligaram, por casamento, a bacharéis, funcionários públicos e políticos do Império. David Moretzohn Campista passaria a infância em Juiz de Fora deixando esta cidade para fazer os estudos fundamentais na capital da Corte.

Boas condições desfrutavam aqueles que traziam o peso da política em seus sobrenomes. Carlos Peixoto Filho encarnaria fielmente a família de tradições políticas. Neto e filho de um deputado e um senador do império, respectivamente, concluiu seus estudos secundários no Liceu de Juiz de Fora. Aos 13 anos de idade, com uma autorização especial concedida pelo Ministério da Justiça pela sua reduzida idade, matriculava-se na Faculdade de Direito de São Paulo.

Aparentados ou filhos de políticos foram também Afrânio de Melo Franco e Gastão da Cunha. Cursaram o secundário em escolas regulares, ambos em São João Del Rei e iniciaram seus estudos superiores com cerca de 16 anos de idade. Afrânio descendia de uma tradicional família do noroeste de Minas Gerais cujos ramos, desde tempos coloniais, estendiam-se sobre o exercito, a política e cargos judiciários, fossem estes leigos ou eclesiásticos. Tinham como “sede” o município de Paracatu onde gerações dos Melo Franco lutaram com famílias rivais pelo controle da política municipal. Gastão da Cunha, nascido em São João Del Rei, na região central de Minas, era filho do médico e político Balbino Cândido da Cunha, deputado geral e presidente da província do Paraná no final do regime imperial. Seu avô materno, João Crisóstomo Pinto da Fonseca, foi magistrado no Império.

Outro nome pesquisado e que possuía ligações familiares com a política imperial foi o do baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida. Nascido em 1879 na cidade de Salvador, Calmon pertencia, pelos lados materno e paterno, a antigas famílias vindas de Portugal para o Brasil nas primeiras décadas de colonização. Ocupariam diversos postos na sociedade colonial como militares, clérigos, burocratas, proprietários rurais e magistrados. Miguel Calmon contaria com a ajuda de um compadre de seus pais para completar seus estudos superiores. Dono da maior banca de advocacia da Bahia, Inocêncio Marques de Araújo Góes era católico fervoroso, pertencia ao Partido Conservador e simpatizante da mão-de-obra cativa já pelos idos da década de 1880.

Elói de Souza nasce em Recife, Pernambuco, em março de 1873. Seu bisavô paterno era proprietário de vastas terras. Seu pai, Elói Castriciano, era sócio do sogro em uma firma de importação e

exportação na capital. Elói Castriciano tivera ainda uma breve experiência como deputado provincial pelo Partido Liberal durante os anos 1878-79. Num curto lapso de tempo, Eloi de Souza e seus irmãos ficaram órfãos de pai e mãe, passando a ser criados por seus avôs maternos em Recife, onde Elói se formaria em Ciências Sociais pela Faculdade de Direito desta capital.

Aquelas famílias que porventura não tivessem condições de financiar os estudos de seus filhos em escolas particulares tinham por opção confiar-lhes ao seminário. Uma opção nem sempre relacionada à formação de sacerdotes e que desde cedo impunha às crianças uma dura caminhada, poucas vezes colimada com estudos superiores. Vindo de uma humilde família da cidade mineira do Serro e exemplo nesse caso, João Pinheiro da Silva não teve oportunidade de freqüentar escolas regulares. Com 10 anos de idade perde seu pai, um imigrante italiano da região de Nápoles de nome Giuseppe Pignataro, o que obriga sua família a viver com parentes em diversas cidades mineiras. Sua mãe então entrega a educação de João e de seu irmão mais velho José ao padre João de Santo Antônio que os matricularia no seminário de Mariana, onde o mais jovem se destacaria. Apenas José optaria pela carreira eclesiástica.

Normalmente, a pouca preocupação com métodos pedagógicos no ensino fundamental impunha grandes dificuldades aos alunos quando atingiam a idade dos cursos preparatórios. Nesta fase, os meninos deixavam suas roças e escolas dirigindo-se aos centros regionais de suas províncias. Lá prestavam exames perante a Comissão de Instrução Pública da Província. As disciplinas avaliadas eram História, Aritmética, Geografia, Filosofia, Geometria, Retórica, Inglês, Francês e Latim, esta última a grande vilã dos preparatórios e pedra de toque do ensino clássico de então. Os que possuíam recursos, além dos preparatórios, podiam recorrer à ajuda de repetidores particulares.

O ensino superior, na sua grande parte representado pelas faculdades de direito de São Paulo e Recife, não apresentava uma tradição de inovações pedagógicas que se traduzissem num maior rigor na formação de seus bacharéis. Junta-se a isso a despreocupação do Governo Imperial em oferecer instalações adequadas ao funcionamento das faculdades de direito. Como nos informa Afonso Arinos, expunham-se ao catolicismo e ao positivismo nas suas expressões jurídicas, ainda que a estrutura de ensino privilegiasse fundamentalmente o “velho espírito rotineiro e canônico”. A repetição, por parte dos professores, dos mesmos compêndios e apostilas ano após ano tornava o ensino extremamente fatigante, repetindo a ineficácia do ensino básico.

Desafio maior enfrentava a Escola de Minas de Ouro Preto. Instituição fundada na década de 1870 na antiga capital mineira e ligada ao desenvolvimento técnico e científico da engenharia no país desfrutava de pouca aceitação dentro da mentalidade política do Império. O diretor e fundador da Escola de Minas, o francês Henri Gorceix, apesar da animosidade com que era tratado em discursos no Parlamento, contava com o apoio irrestrito do amigo e Imperador D. Pedro II, que lhe deu plena liberdade e financiamento para a estruturação de sua Escola de Minas. O estranhamento provocado em grande parte pela disciplina que o engenheiro francês procurou aplicar a sua escola serve como ilustração do nível do ensino fundamental e secundário no país. Nos quinze anos que foi diretor da escola, Gorceix

jamais teve que fazer uso da sua limitação regimental que estipulava um máximo de dez alunos por turma. Pandiá Calógeras lá matriculou-se em 1884 e em sua turma apenas três concluíram o curso. Entre as medidas que causavam espanto naqueles que debatiam o ensino superior no Império constavam os altos salários oferecidos pela escola aos seus professores, dada a incomum exigência de exclusividade de trabalho e tempo integral dedicados à escola. Entre outras “peculiaridades” dessa escola constava a gratuidade do ensino, a concessão de bolsas integrais aos alunos pobres além de viagens de aperfeiçoamento para a Europa ou EUA aos seus primeiros alunos, prêmio que Calógeras, como o melhor entre os formandos de 1890, preferiu abrir mão. Devido à estreita mentalidade de parte das elites políticas do Império, geralmente pouco familiarizadas com o rigor científico das disciplinas lecionadas, não raras foram as ocasiões em que a extinção da Escola de Minas foi proposta no Parlamento.

Para nossos personagens, as Faculdades seriam escolas políticas, sociais e jurídicas por excelência, que formavam administradores para o Estado, dos vereadores aos ministros. Isto lhes permitia desfrutar de um prestígio especial no imaginário social, como representantes da vida intelectual do país. O prestígio originava-se menos no curso ou na profissão em si, mas tornava-se cada vez mais claro para a sociedade da época, que era desses bancos que saía a elite política nacional. Pela Faculdade de Direito de São Paulo formaram-se: Celso Baima, o gaúcho James Darcy e os mineiros Afrânio de Melo Franco, Carlos Peixoto de Melo Filho, David Moretzohn Campista, Gastão da Cunha, João Luís Alves, e João Pinheiro. Este último fora aluno da Escola da Minas por dois anos recomeçando, no entanto, seus estudos superiores em São Paulo. Mas Pinheiro manteria correspondência com o antigo mestre por toda a sua vida. O potiguar Augusto Tavares de Lira e o pernambucano Elói Castriciano de Souza formaram-se pela Faculdade de Direito de Recife.

Pudemos constatar que cabia aos cursos de direito, medicina e engenharia suprir a imensa gama de conhecimentos necessários às mais diversificadas atividades relacionadas ao exercício da administração pública. A formação técnica e científica exigida para o estudo adequado dos problemas e necessidades brasileiros era fornecida por um sistema de ensino superior tradicionalmente alheio a estas especificidades. Apenas por aproximação as instituições de ensino jurídico suprimiam tais demandas em seus programas, como nas cadeiras de Direito Marítimo e Comercial, ordinárias a qualquer curso de direito. Instituições de ensino comprometidas com uma formação aplicada a específicos ramos da administração tanto pública quanto privada - como as escolas de comércio, economia e estatística já largamente disseminadas na Europa e nos EUA - ainda eram desconhecidas no Brasil imperial.

Outro impedimento bastante recorrente à profissionalização do ensino jurídico nas faculdades brasileiras era as múltiplas ocupações profissionais observadas em seu corpo docente. Da mesma forma que a academia pecava pela falta de excelência no ensino também era muito pouco considerada a carreira de professor. As baixas remunerações observadas nas faculdades praticamente obrigavam seus lentes a dividirem seus esforços com outras atividades como o jornalismo, a advocacia, o magistério e a política. A atividade docente tampouco oferecia perspectivas profissionais atrativas para o futuro a

aqueles que só a ela dedicassem seu tempo. Conhecidos eram os casos de penúria financeira de professores “imprevidentes” que, ao falecerem, deixavam seus familiares na dependência da concessão de pensões pelo governo.

No processo de aprendizagem, era comum a adoção de material didático de qualidade questionável. Raramente os alunos - e talvez os professores - tinham acesso aos grandes sistemas filosóficos através de seus proponentes originais. Assim, a adoção providencial de compêndios e manuais nos momentos em que houvesse necessidade de se apresentar obras de Kant ou Hegel expunha os alunos ao contato com a ciência filosófica através de comentadores pouco autorizados. Se tal prática contribuiu para a formação de profissionais menos qualificados de uma forma mais imediata, no longo prazo resultou na inexistência de uma tradição filosófica sólida na formação jurídica nacional. Trata-se de uma das mais aceitas explicações para o reduzidíssimo número de juristas formados pelas faculdades de direito em contraposição à enorme massa de advogados, administradores, jornalistas, oradores e poetas saídos dessas escolas.

Além da vida acadêmica ordinária podemos citar como importantes meios de reforço de laços de amizade e identidade entre os acadêmicos as repúblicas estudantis e as comunidades secretas. Após a chegada desses jovens aos centros urbanos, dirigiam-se eles para as pensões e repúblicas cuja divisão geralmente respeitava suas procedências regionais. Pairando por sobre a divisão regional dos estudantes, as sociedades secretas basicamente se ligavam uma a cada faculdade. Assim, tivemos a *Tugendsbund* na Faculdade de Direito de Recife, a *Landmanschaft* na Escola Politécnica de São Paulo e a *Burschenschaft* da Faculdade de Direito de São Paulo, esta última a mais importante e conhecida de todas e que também era chamada simplesmente por “Bucha”.

Essas associações secretas eram baseadas em laços de amizade pessoal, que se estendiam para muito além dos anos de academia. Uma das mais importantes características dessas fraternidades era sua atividade assistencial aos estudantes mais necessitados. A “bucha” auxiliava-os com livros, remédios e roupas que eram fornecidos sempre dentro do mais absoluto sigilo.

Venâncio Filho nos fornece uma relação de integrantes da “bucha” que alcançariam os mais altos escalões políticos do Império e da República. Entre seus integrantes citamos: Visconde de Ouro Preto, Rui Barbosa, Assis Brasil, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Rio Branco, Pinheiro Machado, Campos Sales, Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Lessa, Wenceslau Brás, Bernardino de Campos, Washington Luís, Raul Soares e Artur Bernardes. Entre os integrantes do Jardim da Infância participaram João Pinheiro, Afrânio de Melo Franco e David Campista. Essa lista nos fornece uma referência para medirmos a dimensão dessa fraternidade e sua inserção na vida pública brasileira.

A vida estudantil era muito variada, se levamos em conta que as exigências acadêmicas não eram as maiores. Os alunos podiam dividir seu tempo em atividades paralelas como o jornalismo nos diversos periódicos acadêmicos e dedicar-se à literatura, tanto poética como teatral. Participavam também das sociedades secretas, integravam grêmios literários e políticos. Era uma fase muito importante na vida

desses jovens se considerarmos que essa outra aproximação da vida política proporcionada pela vida acadêmica agia como um complemento às experiências familiares. Sobre essa fase conseguimos um relato da aproximação entre o então acadêmico de direito João Pinheiro e Antônio da Silva Jardim, bombástico difamador da Família Real e aclamado propagandista republicano, cujo perfil veremos mais detalhadamente adiante. A aproximação se dá quando Pinheiro – que até então mantinha-se em São Paulo com uma pequena mesada de seu irmão padre – consegue uma ocupação como zelador na Escola Normal de São Paulo onde Silva Jardim lecionava Português. Levado a essa função no colégio pelo também professor Cipriano de Carvalho, positivista convicto, Pinheiro ali se tornaria eleitor republicano, adversário da monarquia e defensor da abolição.

Com exceção de Pandiá Calógeras e Miguel Calmon, todos os outros integrantes do Jardim da Infância formaram-se em Direito. O mais jovem de nossos pesquisados, Miguel Calmon, cursaria a Escola Politécnica do Rio de Janeiro entre os anos 1896 e 1900. Contemporâneo do escritor Lima Barreto nesta instituição, Calmon era freqüentador assíduo da recém-inaugurada capelinha do Apostolado Positivista, situado na rua Benjamin Constant. Como nos informa Francisco de Assis Barbosa isso lhe importava uma atitude mais grave e circunspecta, “entre arrogante e aristocrático”, distante das rodas estudantis, dos teatros e da boemia. Tais eram os rígidos preceitos da moral comteana ministrados no Apostolado por Teixeira Mendes e Miguel Lemos. Estes, ao lado de Benjamim Constant, professor na Escola Militar do Rio de Janeiro, eram as maiores expressões do positivismo no país.

Nesses anos, nos informa Sérgio Adorno, o periodismo acadêmico representou um importante canal onde tendências políticas e reivindicações eram feitas por parte dos estudantes. Tais periódicos defendiam explicitamente suas orientações políticas, como os periódicos paulistas “O Liberal” e “A República”. De uma forma geral o republicanismo predominava na juventude acadêmica e também na *burschenschaft*. Esta última era francamente liberal, abolicionista e republicana ainda que nisto não residisse um empecilho para que seus membros viessem a se tornar conservadores e monarquistas. João Luís Alves esteve entre aqueles que não se deixaram levar pela onda republicana na mocidade, dirigindo nas arcadas o periódico conservador “O Constitucional”, de oposição aos adversários do regime monárquico. Certamente sua orientação devia-se ao fato de ter como padrinho o Barão de Santa Helena, senador do Império e responsável por sua matrícula na Faculdade de Direito. Outra exceção seria Gastão da Cunha, anti-liberal e anti-republicano quando estudante, cujo pai fora político no Império.

Em Ouro Preto, sede administrativa da província mineira, uma intensa atividade republicana era agitada na sua maior parte por professores da Escola de Minas. Dentro da rígida escola o republicanismo proliferava a contragosto do seu diretor, Henri Gorceix, amigo do Imperador e conhecido por sua aversão à política. Vários de seus alunos vivenciaram a propaganda de perto. Entre eles Pandiá Calógeras, cuja assinatura constaria no documento de fundação do Partido Republicano de Ouro Preto em 1888 quando ainda era estudante de engenharia ao lado do já bacharel em direito João Pinheiro e do professor da Escola de Minas Antônio Olinto dos Santos Pires.

A imprensa liberal mantinha-se distante de manifestações políticas mais radicais mas ainda conseguia comportar a defesa do abolicionismo e a implantação do regime republicano. Talvez fosse isso um reflexo, no espírito dos mais jovens, da fragmentação ideológica existente no bipartidarismo monárquico. O fisiologismo dos partidos liberal e conservador predominou durante o Segundo Reinado, principalmente a partir da década de 50, alimentando a descrença nos sistemas partidário e representativo nacionais. A máquina política operava sob a supervisão do Poder Moderador, presente na ampla obra do controle das forças eleitorais locais que daí estendiam-se ao alto círculo da Corte. No Império a distribuição dos títulos eleitorais era realizada pelas Juntas de Qualificação dos eleitores. Formadas por um Juiz de Paz, um delegado de polícia e por um pároco acabavam por ampliar a esfera de influência das famílias que tinham acesso a tais cargos-chave. Assim, o trabalho de qualificação se convertia em verdadeira escolha dos eleitores responsáveis pela formação das assembléias provinciais e gerais. A qualificação dos eleitores continuou centrada na política municipal com a República. A composição do Conselho de Estado e do Senado passava pela pena do Imperador e seus contemplados eram agraciados com a vitaliciedade de seus cargos, privilégio suprimido apenas com a República.

Dando forma à política do conchavo e do parentesco, Cid Rebelo Horta se referirá às *famílias governamentais* mineiras. Estas, na verdade, eram um fenômeno muito maior, difundido em todo o país. Os tradicionais sobrenomes da política regional solidificavam-se no folclore político dos municípios através da posse do poder local reproduzido por sucessivas ligações matrimoniais e pelas lutas com famílias rivais. Estes conflitos locais podiam tomar contornos violentos, constituindo a paisagem das cidadezinhas tanto quando as bucólicas descrições de montanhas, pássaros e árvores presentes em suas *chorographias municipaes*. Clãs fundados no poder econômico e político desta forma acumulavam capital para a disputa das casas de vereança pelo país afora. Por mais que estendessem sua influência para além dos anos, muitos destes clãs pereceriam sem nunca alcançar o topo da elite política estadual e federal.

Diversas oligarquias regionais tradicionais do café, do ouro, do charque, da borracha, do açúcar e do fumo nunca teriam a oportunidade de ver seus filhos inscreverem em suas histórias familiares a chefia de partidos políticos, governos de província ou o Conselho de Estado. Confrontavam-se na sua medianidade, por exemplo, nos pedidos de empregos – *aqui ou em qualquer lugar* – feitos pessoalmente ou por cartinhas endereçadas a quem achassem poder conceder-lhes tais favores. Procuravam segurar-se na liderança da política local seja pela violência, pela fraude eleitoral, seja através da chefia de cargos públicos nos correios e telégrafos ou mesmo nos postos eclesiásticos da paróquia. Na mais grandiosa das hipóteses, ambicionavam alçar seus elementos para obscuras representações na burocracia estadual ou federal.

Isso nos permite abrir uma forma de experiência de poder na qual também se educavam esses estudantes nos primeiros anos de suas vidas intelectuais e profissionais. A geração de bacharéis aí gerada ainda teria a oportunidade de assistir, dos bancos acadêmicos, tanto a abolição da escravidão quanto a proclamação da República e se bateriam pelas grandes idéias que haviam: liberalismo, federalismo,

democracia e República. Diversos de nossos personagens viriam a nutrir um profundo ceticismo com relação ao partidarismo nas primeiras décadas republicanas. Os partidos republicanos estaduais constituiriam verdadeiras agremiações políticas onde se davam as disputas intra-oligárquicas, guiadas pelo personalismo de seus líderes e sem maiores comprometimentos ideológicos ou sistematizações programáticas. A política municipal era a instância onde tais disputas se entranhavam pelas esferas legislativa, executiva e judiciária além do local onde se realizava a maior parte do recrutamento daqueles que se iniciavam na vida pública. Nossos personagens conviveram com as vias disponíveis de inserção na vida pública imperial como a politicagem na distribuição de cargos públicos e a presença cotidiana da fraude e do banditismo na prática eleitoral.

Um bom panorama das elites políticas brasileiras do oitocentos nos é dado por Roque Spencer Maciel de Barros. Ao analisar as elites intelectuais do último quartel do século XIX, o autor de "A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade" defende a tese do movimento "ilustrado" brasileiro que fundamentalmente acreditava no poder transformador das idéias. Desta forma, o "bando de idéias novas" a que se referiu Silvio Romero representava a incorporação, por nossas elites, de um conjunto de doutrinas vulgarizadas ao longo do século XIX a que Roque Spencer chama de "filosofias populares": doutrinas que traziam consigo uma "filosofia progressista de história" e "uma visão ecumênica dos fatos".

Tais idéias conseguiam grande penetração entre as elites brasileiras, principalmente nos círculos ligados ao direito, na medida que estas se viam cada vez mais libertas do constrangimento escolástico. A elite intelectual que incorporou o cientificismo como visão de mundo tinha motivos para vislumbrar um mundo cheio de oportunidades. No entanto, integrar o país a esta marcha científica exigia mudanças mais profundas. De uma forma geral, o Brasil era visto como uma nação ainda em sua "infância", sem efetiva ocupação do solo e com pouquíssimo conhecimento técnico-científico aplicado às suas parcas forças produtivas. Em outras palavras, o Brasil ainda não havia se adequado à marcha da humanidade.

Um assunto que integrou o vocabulário das disputas políticas nas últimas décadas do Império e na República foi a reforma do sistema fundiário. Na discussão levantada a respeito da concentração fundiária, uma parte dos intelectuais e políticos brasileiros enxergavam na pequena propriedade a condição indispensável de sucesso da empresa imigratória. Havia o risco, muitas vezes confirmado, de o trabalhador imigrante vir a constituir mera peça de reposição ao combalido mercado de escravos, que declinava desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil. A concentração de terras era um obstáculo a ser transposto.

A República abrigaria espaço para o confronto político em torno de vários destes temas. Os objetos de disputa travadas no calor desses anos, aqui rapidamente pontuados, seriam capazes de repetir desavenças em outras épocas e pela voz de outros homens. Com o início de suas carreiras públicas os integrantes do "Jardim da Infância" gradualmente vivenciariam as questões relativas ao sistema representativo, principalmente o sistema eleitoral e partidário, e o desequilíbrio federativo. Passariam pela política municipal onde se familiarizariam com o banditismo oligárquico e os crimes eleitorais. Como

exemplo de temas econômicos centrais no mundo político vivenciado por nossos pesquisados citamos o papel desempenhado pela grande lavoura, a diversificação de sua produção, a exploração de recursos minerais, a industrialização e a colonização do interior através da imigração e da pequena propriedade. A República cedo frustraria as esperanças de que uma simples mudança de regime pudesse *purificar* as *viciadas* práticas políticas monárquicas. A *irrealização* da República não demoraria a se tornar uma imagem freqüentemente retomada no novo regime.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, "Caras e modos dos migrantes e imigrantes" In: **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. **Idéias econômicas de Miguel Calmon**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

Annaes da Câmara dos Deputados, volume 1, 1907

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2002.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Convívio/USP, 1986.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Idéias políticas de Pandiá Calógeras**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

CARVALHO, Antônio Gontijo de. **Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista**. Vitória, Artenova, 1968.

CARVALHO, Antônio Gontijo de. **Calógeras**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

CASTRO, Sertório de. **A República que a revolução destruiu**. Brasília: UNB, 1982.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

GOMES, Ana Laudelina Ferreira Gomes. **VIDA E OBRA DA POETA POTIGUAR AUTA DE SOUZA (1876-1901)**. Artigo disponível no *site* da Fundação Joaquim Nabuco: <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte023.html>. Acessado em 21 de janeiro de 2007.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. **II Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte, UFMG, 1956.

LACOMBE, Américo Jacobina. **Afonso Pena e sua época**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MONTEIRO, Norma de Góis. (coord.) **Dicionário Biográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

O CENTENÁRIO do Caraça 1820-1920. Rio de Janeiro: Besnard Freres, 1920.

PEIXOTO FILHO, Carlos. **Discursos Parlamentares de Carlos Peixoto Filho**. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.

SANTOS, Cláudia Regina dos. Viajantes franceses e modelos de colonização para o Brasil (1850-1890), In **Revista do mestrado de história da Universidade Severino Sombra**. Vassouras, v. 5, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. A escola de Minas: um século de luz. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 322, p. 274-293, jan. 1979.

SILVA, Ildefonso Mascarenhas da. João Pinheiro: Comemoração do centenário do seu nascimento.in: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Volume 258, janeiro e março de 1963.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Educação feminina e imprensa no século XIX*

Gisele Ambrósio Gomes**

Resumo: As reflexões deste artigo têm por objetivo analisar discurso construído pelo periódico mineiro *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832) no tocante a defesa da educação feminina e aos tipos de conhecimentos que deveriam ser da competência das mulheres oitocentistas.

Palavras-chave: imprensa feminina, século XIX, *O Mentor das Brasileiras*, imprensa mineira e educação feminina.

A sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XIX vivenciou um período marcado por profundas transformações: diferentes projetos em disputa no que tange a natureza do Estado nacional que se queria construir; formação de uma esfera pública moderna; proliferação de novos espaços de sociabilidades; fortalecimento da opinião pública; e empreendimentos constantes no sentido de bem instruir política e moralmente a população.

Nesse momento a imprensa periódica constituiu-se em um importante instrumento para a elite política e intelectual da época em suas pretensões pedagógicas, políticas e civilizadoras. Assim, encontrada nas principais vilas e centros urbanos do Império, no espaço privado e no espaço público, ela atingiu uma intensa produção que, através da circulação de suas idéias, auxiliou no processo de "formar" e "educar" os cidadãos da incipiente Nação brasileira.¹

Em vista disso, o presente trabalho tem por objetivo analisar o discurso da imprensa em relação à educação feminina, tendo como fonte documental o periódico semanal *O Mentor das Brasileiras* impresso na antiga vila de São João del Rei entre os anos de 1829 e 1832. Esse periódico, parte integrante da incipiente imprensa feminina² oitocentista, foi partidário das idéias liberais tão divulgadas nessa época,

* Este texto foi elaborado a partir das pesquisas realizadas para a elaboração de minha dissertação de mestrado ainda em andamento que versa sobre a construção da figura feminina pelo discurso da imprensa direcionada para as mulheres no Brasil da primeira metade do século XIX.

** Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹ MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15,16 e 43.

² Apoiamo-nos aqui no conceito de "imprensa feminina" definido pela pesquisadora Dulcília Buitoni: impressos produzidos e direcionados para as mulheres. Para a autora tal conceito está relacionado ao seu caráter sexuado, ou seja, "o sexo de seu público faz parte de sua natureza" constituindo-se no seu "grande elemento definidor". Nesse sentido, é importante ressaltar que nem sempre a condição de alguns impressos serem redigidos por mulheres tornam-os passíveis de receberem a qualificação de "femininos". Ainda segundo a autora, baseando-se nas idéias da pesquisadora francesa Evelyne Sullerot, cabe uma outra distinção. Isto é, entre a "imprensa feminina"- entendida como "aquela dirigida e pensada para as mulheres"- e a "imprensa feminista" que, apesar de ter o mesmo público

acreditando que as mulheres da “boa sociedade” eram importantes interlocutoras em seus debates sobre a política, a educação, a moral, a vida privada e social. As suas intenções eram claras: informar e formar as “Senhoras Brasileiras”.

No Brasil encontramos os primeiros periódicos dedicados ao público feminino a partir da segunda década do Oitocentos. Essa primeira fase é composta pelos periódicos publicados por homens, tendo dentre os impressos pioneiros, além d’ *O Mentor das Brasileiras* (1829), *O Espelho Diamantino* (1827), *O Espelho das Brasileiras* (1831), *A Mulher do Simplício* (1832), *Jornal de Variedades* (1835) e *Espelho das Bellas* (1841).³

Já a segunda metade desse século foi o palco para o surgimento da imprensa elaborada por mulheres que, dependendo do posicionamento de suas editoras e colaboradoras, assumiam um caráter feminista. Inúmeras são as publicações: em 1850 surgiram em Recife *A Esmeralda* e *O Jasmim*; em 1852 surgiu no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras* e em 1862 o *Belo Sexo*; em Campanha, Minas Gerais, surgiu *O Sexo Feminino* em 1873; e em 1888 surgiu *A Família* em São Paulo.⁴

Esses jornais tornaram-se espaços nos quais as mulheres oitocentistas puderam expor e compartilhar suas idéias. Os assuntos abordados englobavam, por exemplo, a importância de se educar bem o sexo feminino e a reivindicação de direitos (reconhecimento da capacidade intelectual da mulher, acesso ao trabalho, sufrágio feminino, legalidade do divórcio...)⁵

É importante destacar que os jornais escritos por mulheres tiveram que “driblar” o preconceito da sociedade deixando bem claro em seus cabeçalhos e editoriais que não se constituíam em uma leitura nociva aos bons costumes e nem para a honra do público feminino.⁶ Esse foi o caso do periódico *Belo Sexo* do Rio de Janeiro que utilizou algumas estratégias para conquistar leitores:

*[...] o cabeçalho de Belo Sexo anunciava aos seus leitores que aquele era um 'periódico religioso, de instrução e recreio, noticioso e crítico moderado'. E as colaboradoras informavam que queriam ser vistas como membros úteis à sociedade, e que o lucro obtido com a venda do periódico seria destinado a Imperial Sociedade Amante da Instrução, uma instituição de caridade voltada para órfãos*⁷.

O periódico *O Mentor das Brasileiras* circulou semanalmente entre 30 de novembro de 1829 a 1º de junho de 1832; com um total de 129 números. Cada exemplar possui oito páginas e a sua numeração

alvo, assume uma finalidade política por inserir-se na luta feminina para sustentar suas “causas”. Cf. BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986, p. 7, 8 e 16.

³ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. Op. cit., p. 37 e 38.

⁴ Duarte, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In: AUAD, Sylvia V. A. Venturoli (org). **Mulher** – cinco séculos de desenvolvimento na América. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CRE/MG, 1999, p. 424-426 e 429.

⁵ Idem, ibidem.

⁶ Idem, p. 424.

⁷ Idem, p. 425.

respeita a ordem estabelecida desde o primeiro número, algo típico da época que favorecia a coleção dos periódicos vendidos por assinaturas.⁸

Em suas páginas encontramos a constante preocupação de alertar suas leitoras sobre a importância da educação na regeneração da sociedade. Segundo o *Mentor*, “a negligencia da educação foi sempre huma origem fecunda de terriveis males tanto domesticos como publicos.”⁹

Na luta contra esses “males” provenientes da ignorância, homens e mulheres deveriam – em nome do seu próprio bem e o da sociedade – ser alvos de uma educação calcada na razão, na busca por transformá-los em indivíduos “melhores” e “mais úteis”.¹⁰

A necessidade de reformar a educação para o *Mentor* visava constituir o verdadeiro cidadão digno de pertencer a Nação brasileira. Nesse processo a boa atuação do sexo feminino torna-se fundamental em função de seus deveres de mãe e educadora.¹¹

*[...] quem poderá duvidar que o Sexo mimoso he o primeiro influente do carater Nacional, e o movel principal da gloria e felicidade das nações? Os homens nunca forão nem poderão ser outra cousa senão precisamente aquilo que as mulheres quizerem que elles sejam, ou lhe será necessário vencer a Natureza.*¹²

Acreditando que o Brasil jamais estaria entre as “Nações civilizadas” se as mulheres permanecessem desprezadas e na escuridão da ignorância, o jornal defendeu a instrução do sexo feminino pela ciência e pela moralidade. Entretanto, essa educação não precisaria transformá-las em “Doutoras” e sim estar “entre a ignorancia e o saber profundo [...] que serve para melhorar o coração, para ornar a carreira da vida, e para preencher mais racionalmente a tarefa de qualquer encargo, ou dever.”¹³ Em consequência, o *Mentor* autoproclamou-se seu civilizador, como bem demonstra a epígrafe – *Rendez-vous estimables pour votre sagesse, et vous moeurs*¹⁴ – e o prospecto do jornal:

As senhoras pelos deveres, que lhe são inherentes fazem o fundamento principal da sociedade humana, e por isso são dignas de uma instrução mais sólida, e capaz de promover o bem geral de huma Nação.

*He pois para dar maior expansão ao gênio, que tanto se desenvolve nesta alma da sociedade [...] que tomamos a árdua, mas interessante tarefa de redigir esta folha, dedicada somente às estudiosas Brasileiras, que algum dia serão collocadas à par, e talvez acima das heroínas tão celebradas nas outras Nações civilizadas.*¹⁵

⁸ BUITONI, Dulcília Schroeder. op. cit., p. 39.

⁹ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 30/09/183, nº 94.

¹⁰ Retirado d’ O Despertador das Brasileiras, n’ O Mentor das Brasileiras. São João del Rei, 24/12/1829, nº 56.

¹¹ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 18/03/1831, nº 67.

¹² *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 01/10/1830, nº 44.

¹³ Retirado da *Aurora*, n’ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 19/11/1830, nº 51.

¹⁴ “Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria, e vossos costumes.”

¹⁵ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 30/11/1829, nº 1.

Para o *Mentor* as mulheres constituíam-se na “preciosa parte da raça humana, onde se encontra as graças, o espirito, a vivacidade e a delicadesa.”¹⁶ Nesse sentido, enfatiza a importância de se mudar a visão que os homens possuíam de suas “Senhoras” – a de mero “instrumento lubrico de seus prazeres secretos”¹⁷ – para o bem da família e da nação. Essa valorização da mulher não visava sua “emancipação”: apenas reafirmava a atuação feminina no âmbito privado enquanto mãe e esposa. Nas páginas do jornal é inquestionável a distinção, entendida como algo “natural”, dos espaços e funções destinados aos dois sexos. É o que percebemos no texto da professora Jacinta C. Meirelles transcrito no jornal:

*Se na ordem social, a mulher não representa papel algum aparente, se a administração das transações particulares, os empregos e funções públicas, a segurança e direitos dos Cidadãos: em fim se a defeza e os mais elevados interesses da Patria são confiados a sagacidade, luzes, e coragem do homem [...] As suas obrigações reduzem se especialmente a vigiar na educação de seus filhos, e no governo domestico, a ajudar seus maridos [...] a concorrer para o bem da familia por sua terna solitudine, bom senso, rasão, paciencia, coragem, em fim por huma conducta judiciousa, e adhesao sem limites.*¹⁸

O jornal na tentativa de instaurar a educação ideal para as “Brasileiras”, defendia a atuação tanto da família quanto das escolas públicas. Na primeira, os genitores, principalmente a mãe, deveriam estar atentos às armadilhas que uma educação inadequada poderiam trazer as suas filhas. Desta forma, foram elencados alguns “defeitos ordinários” da educação das “Jovens Brasileiras”: a ociosidade, leitura de “novelas” sem orientação, conhecimento restrito aos afazeres domésticos e casamentos arranjados.¹⁹ O “exemplo” foi citado como um meio eficaz para fazer florescer nas almas das incautas jovens os bons costumes: a presença de uma “mãe prudente” e de preceptores de moral inabalável tornava-se indispensável.²⁰ Ao pai também foi destinada uma parcela de contribuição: cabia-lhe “inspirar” em suas filhas a “polidez”, além de fazer coexistir “os passatempos com os bons costumes.”²¹

Já a aprendizagem feminina nas escolas públicas visava “dessairar os erros introduzidos em seus espíritos ainda débeis”²² e fortalecer as “idéas verdadeiras, longe dos prejuízos que muitos domésticos costumam insinuar nas jovens filhas.”²³

De uma forma geral, a educação deveria ser ministrada às mulheres para protegê-las dos perigos representados pela imprudência, futilidade, caprichos, indecência e prazeres torpes. Ademais, uma senhora polida nos espaços de sociabilidade traria “hum certo freio de decência que reprime a grosseria e

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 23/06/1830, nº 30.

¹⁹ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 07/12/1829, nº 2.

²⁰ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 12/03/1830, nº 15.

²¹ *O Mentor das brasileiras*. São João del Rei, 14/07/1830, nº 33.

²² *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 12/03/1830, nº 15.

²³ Idem.

soltura natural do sexo varonil” e o “bom tom” tão necessário par uma sociedade que se pretendia civilizada.²⁴

O *Mentor* também lançou mão de outros assuntos que a seu ver auxiliariam na ilustração das mulheres. Nesse sentido, temos uma “parte histórica” referente à História do Brasil e textos relacionados à política que ocupam boa parte de cada exemplar do jornal.

No jornal encontramos uma história do Brasil dada a ver em uma narrativa cronológica, que em sua essência assume as vestes de uma crônica. A cada novo número do periódico, eram descritos os acontecimentos considerados mais importantes para compor a narrativa. O fio-condutor da exposição dos fatos é a esfera política, sobretudo o enquadramento dos acontecimentos nos limites temporais de cada governo-geral estabelecido na América Portuguesa.

A autoria da narrativa não é indicada no jornal, mas acreditamos que ela tenha sido transcrita de algum livro de História que circulava na época. Nossa suspeita é baseada na forma como esse periódico era elaborado: o redator, ou redatores, apropriavam-se de outros textos que estavam em circulação (periódicos, livros...) para compor o conteúdo de cada um de seus números.

A história do Brasil no *Mentor* é iniciada com a “descoberta” do nosso território pelos portugueses como fruto de um acaso gerado por uma providencial “tempestade”, passando em seguida para outros aspectos, tais como: idéias de exuberância natural e abundância do território; a presença e atuação dos missionários jesuítas (consideradas de fundamental importância para o processo civilizacional); o cotidiano dos colonos portugueses (número de habitantes, plantações, comércio, alimentação...); a realidade rude e cheia de perigos da “Nova Terra” (insetos, animais peçonhentos, epidemias e fome); a lutas dos portugueses contra outros conquistadores, em especial os franceses e a condição de vida dos indígenas (os costumes, a linguagem, tipos de habitação e organização social).

Entre as personalidades destacadas no processo de constituição do Brasil emerge uma figura que destoa, para os olhos mais atentos, na elaboração de uma história estritamente masculina. Estamos falando da índia Paraguaçu, esposa de Caramuru e, posteriormente, conhecida como Catarina Álvares.

De acordo com Kantor, esse casal constituiu-se em um dos mais conhecidos mitos fundadores de nossa história e nacionalidade. O enlace matrimonial dessas duas figuras históricas fortaleceu a identificação positiva das “origens miscigenadas dos primeiros clãs colonizadores”²⁵ do Brasil e a idéia de soberania lusa no processo de colonização, representado nesse caso pelo casamento interétnico e pela vassalagem política sustentada pela indígena.²⁶

Percebe-se assim que a presença de Paraguaçu na narrativa histórica encontrada no jornal está relacionada ao seu casamento com o ilustre Diogo Álvares e é permitida por apresentar uma trajetória que favorece a construção da origem da Nação brasileira e de exemplos femininos memoráveis: se, em

²⁴ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 19/11/1830, nº 51.

²⁵ Kantor, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, p. 220.

²⁶ Idem, p. 221.

um primeiro momento, sua presença fica restrita a celebração do domínio português (é civilizada e civiliza os seus), essa mulher vai aos poucos assumindo sua feição de heroína, transformando-se em um exemplo feminino de coragem e determinação em nome de seu amor pelo marido: sob os “raivosos clamores de Paraguaçu”²⁷, os índios Tupis e Tamoios conseguiram heroicamente salvar Diogo do julgo do donatário Francisco Pereira Coutinho, considerado, na narrativa, como um homem “Caprichoso” e “despótico”.²⁸

Com a suspensão do jornal no mês de julho de 1832, alegada por motivos de saúde do redator de identidade desconhecida, não podemos descobrir o ponto final da história do Brasil difundida pelo *Mentor*. Em seu último número a narrativa foi interrompida com o episódio incompleto da luta travada entre os franceses e o mestiço Jerônimo de Albuquerque para determinar a posse e o controle do Maranhão.

Analisando o *Mentor* percebemos que o seu redator empreendeu uma síntese entre dois meios – a imprensa e a História Nacional - para concretizar seus objetivos de instruir cívica e moralmente o sexo feminino oitocentista. A circulação desse jornal entre o seletivo público feminino da “boa sociedade”, além de inseri-lo no ideário liberal da época, divulgava o passado do nosso país recém-independente com seus fatos “mais interessantes” e a apresentação das personalidades que ajudaram a forjar o presente que, por sua vez, construiria o futuro.

Sendo assim, a introdução de uma narrativa da história do Brasil no jornal é vista por nós como uma estratégia pedagógica utilizada para dois fins: inserir as Senhoras Brasileiras nos valores cívicos, sobretudo no amor à pátria (forjada sob os auspícios da civilização); e auxiliar no processo de construção de uma identidade nacional por meio de um passado unificado e povoado de fatos e personalidades memoráveis.

A presença de questões políticas no jornal é defendida por ser o sexo feminino “bem capaz de conceber idéas sublimes, e de dar hum realce nao pequeno à marcha, e bom andamento do Systema de Governo.”²⁹ Os temas abordados foram os mais variados como, por exemplo, os malefícios de um governo despótico, a importância de uma constituição e da liberdade; enaltecimento do dia da Independência do Brasil; o papel do monarca nos negócios públicos; e a necessidade de um novo código civil e criminal.

Notícias sobre o contexto nacional e internacional tiveram seu espaço nas páginas do *Mentor*, tais como: exames públicos de meninas, a quebra da carruagem do imperador na rua do Lavradio, celebração do casamento deste com a princesa Amélia, demissões de ministros, queda do Rei francês Carlos X e surgimento de novos periódicos.

²⁷ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 18/01/1830, nº 8.

²⁸ *Idem*.

²⁹ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 30/11/1829, nº 1.

É interessante citar que encontramos uma espécie de “seção” intitulada *Correspondencias*, na qual eram transcritas cartas de possíveis leitoras. Era, portanto, um espaço no qual as mulheres podiam exprimir suas opiniões e demonstrar sua capacidade literária, mesmo que timidamente, como foi o caso da suposta correspondente do jornal, identificada pelo pseudônimo *A Brasileira Constitucional*, que parabenizou a iniciativa dos redatores em dirigir-se ao sexo feminino na busca de imprimi-lhe conhecimentos adequados para sua atuação no seio familiar:

Sim, Srs. Redatores, he na obscuridade das casas que se formao esses heroes de character extraordinario, esses genios sublimes, que fazem o esplendor, e felicidade dos Imperios. He pelo habito de obedecer como filho, que e aprende com súbdito; he pelo habito de amar os seos irmãos e parentes, que se aprende a amar os seos concidadãos.

Portanto, eu conluo esta minha mal arranjada correspondencia agradecendo da minha parte a VV.mm. o trabalho que tomao de transmitir a meo sexo conhecimentos de que possa utilizar-se para bem desempenhar seos nao pequenos deveres.³⁰

Nós também encontramos em suas páginas indicações de que o *Mentor* sofria críticas severas por seu posicionamento. No texto *O Ginja* fica visível essa situação:

Periodico para mulheres! Aonde já se vio isso no mundo? Mulheres tambem saberem de politica, isso he querer a ordem das cousas, mulheres, que devem ser criadas em recato, fexadas, e que nem devem ver a luz do dia lerem folhas, e saberem das novidades. Nada, nada, nao ha de ser na minha casa.³¹

O *Mentor* não se intimidou com as críticas e, no mesmo texto, rebateu-as reafirmando a necessidade de instruir as “Senhoras”, pois enquanto mães influenciavam a educação do sexo masculino e no papel de esposas “seos conhecimentos podem tornar mais doces os laços conjugaes, e interter os seus maridos com o encanto de seus talentos”.³²

Em nossa análise desse periódico mineiro percebemos que o papel atribuído à mulher era o de mãe e esposa, a rainha absoluta do reduto familiar. Enquanto no espaço privado ela deveria estar atenta em seus desvelos com os filhos e com o marido, além de administrar as tarefas domésticas; no espaço público sua atuação resumir-se-ia a comportar-se polidamente, sendo símbolo da mulher virtuosa e ilustrada. A mulher, portanto, seria o centro da família com sua candura e dedicação, e os homens teriam o encargo de atuar direta e efetivamente no âmbito público.

³⁰ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 30/12/1829, nº 5.

³¹ *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei, 28/04/1830, nº 22.

³² *Idem*.

A necessidade de educá-la, como tão fervorosamente defendia o *Mentor*, não visava sua satisfação pessoal, mas sim os benefícios para os futuros cidadãos que, desde a tenra idade deveriam estar em contato com a excelência moral e a boa instrução para a construção de uma nação civilizada.

Referências Bibliográficas

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

Duarte, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In: AUAD, Sylvia V. A. Venturoli (org). **Mulher** – cinco séculos de desenvolvimento na América. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CRE/MG, 1999.

MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15,16 e 43.

Kantor, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

BNRJ. *O Mentor das Brasileiras*. São João del Rei. Typografia do Astro de Minas, 1829-1832.

Juiz de Fora e o Movimento Estudantil: a participação dos estudantes de Geisel à fundação do Partido dos Trabalhadores (1974-1980) *

Gislene Edwiges de Lacerda**

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória do Movimento Estudantil em Juiz de Fora e a sua importante atuação política durante o período do governo Geisel até a fundação do Partido dos Trabalhadores, identificando a sua capacidade de mobilização dos estudantes na cidade e seu envolvimento no cenário nacional. Tal objetivo será perseguido através de um resgate da memória dos militantes dessa época, utilizando, principalmente, a metodologia da História Oral.

1. A conjuntura política brasileira.

Em 1974 assume a presidência da República Ernesto Geisel sucedendo o General Garrastazu Médici. Geisel na ocasião era Presidente da Petrobrás e também já havia exercido o cargo de chefe do Gabinete Militar no governo e era irmão do ministro do exército.

Segundo Maria Helena Alves,

O governo Geisel inaugurou uma terceira etapa da institucionalidade do Estado. A primeira fase, abrangendo os governos Castelo Branco e Costa e Silva, lançou as bases do Estado de Segurança Nacional, corporificado na Constituição autoritária de 1967. a segunda, de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e o aparato repressivo, ampliando o quadro legal da repressão e, na prática, a engrenagem de coerção. Durante os governos Geisel e João Figueiredo, os planejadores de Estado concentraram-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado a longo prazo¹.

O período compreendido entre 1973 e 1974, conhecido como período do "milagre econômico", representou um período de uma nítida mudança de direção. Passou-se a preocupar com a criação de novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social. "A teoria da 'distensão' pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Associando-se a níveis mais elevados mas sempre controlados de participação política, os planejadores do Estado intentavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição"².

* Artigo a ser aproveitado pela comissão organizadora do I Seminário de Dimensões da política na história: Estado, Nação e Império.

** Bacharel e licenciada em História pela UFJF e estudante da especialização Ciências Humanas, Brasil: Estado e Sociedade, pela UFJF.

¹ ALVES, M. H. M.. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984. p.185.

² Idem.

O governo de Geisel promovia então, a política de distensão que Maria Helena Moreira Alves apresenta como sendo um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial de continuidade sem imobilidade. A meta global da política de “distensão” era concluir uma representação do Estado de Segurança Nacional e criar uma representação política mais flexível, de modo a baixar os níveis de dissensão e tensão que haviam tornado muito fortes. Nesse processo de distensão, uma característica da institucionalização do estado foi um investimento no fortalecimento eleitoral, mas,

o resultado das eleições de 1974 encurralou a ditadura. O MDB vencera as disputas para senador em dezesseis dos 21 estados, indicando que dentro de quatro anos conquistaria a maioria no Senado. (...) A ditadura militar estava economicamente robusta. Num regime de pleno emprego, a economia crescia, na media, a taxas de quase 7% ao ano. Também tinha prestígio internacional. Faltava só a Argentina para que toda a América do Sul abaixo do Equador fosse governada por generais. Em março de 1976 um ajunta instalou-se na Casa Rosada, e acabou-se a exceção³.

Na década de 1970, temos uma conjuntura e um processo de luta política fortemente marcada por dois pólos: por um lado o projeto de abertura do governo; de outro, a atuação de um movimento político de oposição, reunindo amplos setores da sociedade e com forte presença dos partidos e organizações de esquerda, que procurava alargar e implodir os limites do projeto de “abertura” do governo. Esta conjuntura pode, então, ser definida como uma “queda de braço” entre o regime e o movimento de oposição.

(...) a derrota da luta armada impusera às organizações e aos militantes que haviam sobrevivido a necessidade da definição de uma nova linha de atuação política. A maior parte da esquerda concordou com isso e passou a enfrentar tarefas de elaboração desta nova tática. Este processo não foi simples, ele dividiu as esquerdas, reconfigurando o quadro de aliança entre partidos e organizações⁴.

O governo Geisel viveu nessa dicotomia entre o Estado de Segurança Nacional e a ação dos movimentos esquerdistas, sendo que numa relação mutua o processo de abertura foi caminhando em direção à democratização. A atuação dos movimentos sociais como se deu nesse período só foi possível devido à abertura anunciada pelo governo e, o governo iniciou esse processo de abertura também influenciado pela pressão dos movimentos sociais como o movimento estudantil. O que culminou posteriormente, numa abertura a pluralidade democrática, a volta dos exilados políticos em 1985 ao fim da ditadura militar no Brasil.

2. O Movimento Estudantil de Geisel à anistia.

³ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. p. 13.

⁴ ARAUJO, M.P.N. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In.: REIS, D. A. (org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. cap. 10. p. 162.

Esse período caracterizando pelo processo de distensão iniciado com Geisel e a partir de 1977 temos um movimento organizado e intenso pela volta da União Nacional dos Estudantes, onde os estudantes se envolvem nessa luta nacional. Há um envolvimento dos estudantes com essa luta de forma a resgatar a entidade representativa de sua classe e faz isso rompendo com um período de abafamento de suas atividades e retornam com a força espelhada na geração de 1968. O desejo era voltar à mobilização estudantil daquela geração e voltar com sua histórica entidade representativa para o cenário político, tirando-a da ilegalidade. Essa luta aglutinou estudantes de todo o país.

Segundo Araújo,

Em meados da década de 1970 o Movimento Estudantil empreendia uma dupla luta: por um lado, estava empenhado na reconstrução de suas entidades representativas, principalmente a UNE e, por outro seguindo de perto a orientação das organizações de esquerda, levantava a bandeira de luta pelas liberdades democráticas. Em 1977 os estudantes do Rio e São Paulo conseguiram realizar, as primeiras passeatas depois de 1968, contra a ditadura militar. No Rio de Janeiro o movimento foi deslançado a partir da prisão de estudantes militantes do MEP. Aos gritos de "Libertem nossos presos! Agora, já!" estudantes realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, juntos com outros setores da oposição, aproveitaram o movimento e criaram o Comitê 1º de Maio pela Anistia: o primeiro passo para uma campanha pública, de rua e ofensiva, pela anistia no país⁵.

Os estudantes e a ditadura viviam em permanente confronto, até que chegou um momento onde era necessário praticamente um duelo. O governo tinha de um lado a radicalização da UnB, e de outro a possível realização, em Belo Horizonte, do Encontro Nacional dos Estudantes. Na verdade, o governo resolveu rapidamente o problema de BH, foi resolvido por eles rapidamente com a prisão de 348 estudantes e com o bloqueio das estradas que levavam à cidade⁶.

A reorganização da UNE começou em 1977. Com uma série de manifestações e passeatas, primeiro em SP, posteriormente em todo o país. As manifestações dos estudantes em silêncio nas ruas de São Paulo sofreram violenta repressão policial, comandada pelo Coronel Erasmo Dias. No dia 22 de setembro de 1977, os estudantes realizaram assembleia secreta na Universidade Católica de São Paulo para eleger a comissão de representantes que se encarregaria da reorganização clandestina da UNE.⁷

Sobre esse momento da História do movimento não temos bibliografia relevante escrita. Os historiadores não se aprofundaram muito em desenvolver um trabalho que foque o movimento estudantil nesse período de abertura política e se dedicam mais à pesquisa sobre a geração de 68.

O Movimento Estudantil Brasileiro entra em um novo momento assim como a política nacional que caminhava em direção de um processo de redemocratização. Muitos militantes do ME se envolveram

⁵ Idem. p.167.

⁶ Idem. p.423.

⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984. p.207

na fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 juntamente com muitos outros segmentos da sociedade brasileira.

3. O Movimento Estudantil em Juiz de Fora

A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada por decreto do governo federal, quando o presidente era Juscelino Kubitschek, em dezembro de 1960, através da união de cinco escolas particulares da cidade: as Escolas de Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia, Economia e Engenharia. Mais tarde, a Faculdade de Filosofia também foi integrada à instituição. A UFJF trouxe à cidade de Juiz de Fora uma contribuição fundamental: empregou e atraiu milhares de estudantes, incentivando um maior consumo de bens e de serviços.

Com isso, os remanescentes que temos da atuação de um movimento estudantil organizado em Juiz de Fora, ateriormente à criação da Universidade Federal, remontam apenas da atuação dos Diretórios Acadêmicos principalmente os de Engenharia e Medicina. Estes já atuavam nas faculdades. A criação da organização estudantil do curso de Engenharia remonta de em 3 de junho de 1925. Sob a liderança do estudante Theodomiro Rothier Duarte era fundado o Centro Acadêmico Clorindo Burnier, a 5ª instituição estudantil do país, que, mais tarde, em 1934, se tornaria o Diretório Acadêmico de Engenharia⁸.

Ao longo do tempo, o movimento estudantil caminhou na tentativa de se organizar dentro do espaço da Universidade. Não foi possível precisar a data de fundação do Diretório Central dos Estudantes da UFJF, mas sabemos que em 1968 ele já estava funcionando como entidade organizada em torno da luta pelos interesses dos estudantes e tinha como seu presidente o então acadêmico Renê Gonçalves de Matos.

O movimento estudantil em Juiz de Fora passava por uma difícil fase inicial, mesmo já estando organizado através do Diretório Central dos Estudantes. A repressão da ditadura intensificada em 1968 e uma perseguição militar intensa sobre as suas ações. Uma universidade que viva o reflexo desse controle ditatorial sendo o seu reitor subordinado direto de um general tendo a atuação de forças antidemocráticas dentro da universidade e a entidade que representava os estudantes nacionalmente vivia na ilegalidade, levando com isso a um abafamento do movimento em todo o país.

Em outubro de 1974 teve início o processo eleitoral para o DCE e haviam na ocasião duas chapas concorrendo à presidência do órgão, uma intitulava-se "Realidade" e tinha o acadêmico do curso de História Ivan Barbosa como seu presidente e a outra chapa era a "Renovação" presidida por Adonise

⁸ Capturado em 15 de janeiro de 2007, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Engenharia_de_Juiz_de_Fora.

José Ribeiro, acadêmico de odontologia. Após debate intenso entre os candidatos o resultado da eleição revela a chapa da situação como vencedora, onde Ivan Barbosa obteve 2950 votos contra 1477 do adversário da odontologia.

Em 1975, duas chapas se enfrentam, uma da situação e outra como oposição. Eram as chapas "Consciência limpa", oposição, liderada pelo acadêmico de medicina José Tavela Filho e a outra chapa denominada "Nossa Luta" que era liderada pelo acadêmico de Direito, Reginaldo Arcury, desta chapa também participava Paulo Delgado, este hoje expressiva figura política da cidade de Juiz de Fora⁹.

Depois de tanto tempo nas mãos do grupo mais ligado ao MDB, o DCE vai para as mãos do grupo mais ligado à ARENA que era o partido aliado ao governo. Mas depois de muitos embates vividos nessa gestão de Montezano, a entidade entra mais uma vez em processo de eleição onde temos três chapas: "Ponto de Partida", "Liberdade e Verdade" e "Sustentando". As chapas de maior expressão eram as lideradas por José Pimenta, "Ponto de Partida", e a chapa de Manuel Tonizete que representava a situação.

Depois de intensos debates e discussões, o resultado da eleição para a entidade é apresentado, onde a chapa de oposição "Ponto de Partida", encabeçada por José Pimenta sai vencedora com 2995 votos de vantagem sob a segunda colocada, "Liberdade e Verdade". A chapa vencedora só perdeu na urna da Pedagogia¹⁰.

Neste mandato de Pimenta tivemos o acontecimentos mais significativos do Movimento Estudantil em Juiz de Fora da década de 1970, a greve que ficou conhecida como greve dos cachorros que aconteceu para reivindicar sobre a questão do transporte para o Campus que passava por problemas a muito tempo.

Nessa dinâmica do movimento estudantil logo já entramos novamente em processo eleitoral onde as facções disputavam pela direção da entidade de forma acirrada. Essa intensa disputa, podemos perceber através de uma reportagem de capa do Jornal Diário Mercantil do dia 17 de outubro de 1978 que apresenta uma fala da tendência Estratégia que estava em busca pela presidência e que se apresentou dizendo que "nossas lutas são: democracia no DCE, na Universidade e na Sociedade".

Ao questionarmos sobre essas disputas entre as tendências o militante Luiz Antonio pôde nos relatar que,

era muito disputada, aqui tinham particularmente dois grupos um (...) chamava Estratégia, que era um grupo radical mais a esquerda, eu era de um outro grupo quem liderava naquela época era o Pestana e era um grupo mais leninista, então era um grupo mais trotskista e um mais leninista, esse grupo leninista sempre se unia com o grupo stalinista então a gente sempre conseguia maioria (...) o movimento estudantil nesse momento tinha um discurso muito denso, que todo mundo era basicamente marxista, então os militantes mais de frente tinham que conhecer mesmo Marx (...) então o

⁹ Diário Mercantil do dia 14 de outubro de 1975. p.8.

¹⁰ Diário Mercantil de 10 de novembro de 1977. capa.

debate meio que você ganhava pelo conhecimento que você tinha do Marx (...)¹¹.

A disputa se fez tão intensa que no final da eleição a chapa "Estratégia" venceu por apenas 39 votos de diferença da segunda colocada que era a chapa "Multirão". As demais chapas obtiveram votação bem inferior. A chapa "Estratégia" de orientação trotskista, não possuía um presidente, mas sim dois coordenadores gerais: Fernando Grossi, acadêmico de medicina e Flavio Procópio Cheker, acadêmico de letras.

"O sonho de 1968, a nossa geração queria reviver preenchendo esse vácuo, foi uma geração que enfrentou o regime e que abriu as portas para a anistia, para a Constituinte, enfim para a democracia". Era como Pestana, também militante desse período no movimento estudantil juizforano avalia a atuação de sua geração de militantes.

3.1 *Cultura como artefato político*

Encontramos freqüentemente informações sobre atividades culturais promovidas pelo Movimento Estudantil ao longo de sua trajetória em Juiz de Fora, fato que foi intensificado principalmente a partir das gestões da entidade no meio da década de 1970 em diante. Intensificou-se a promoção de shows, a produção de jornais e o espaço para o estudante expressar sua arte. Num período de intensa repressão, a cultura era atingida através da censura, e reivindicar cultura para os estudantes significava também uma postura contra o regime. E, portanto, promover cultura significava também naquele momento, discutir política. Era um movimento conjunto, aliado à luta política geral e específica havia um incentivo muito grande à atividade cultural pelo movimento estudantil.

Educação para o desenvolvimento e cultura para a libertação. Esse era o tema básico adotado pelo DCE¹². A cultura foi vista como algo sério e necessário ao estudante e chegou até mesmo a investir na aquisição de um sistema "off set" que facilitaria o acesso à "publicação" da cultura e ainda mais, favorecia a divulgação das idéias políticas através da impressão de panfletos e cartazes, essa gráfica adquirida nesse ano significou muito para o movimento. A gráfica significava uma independência e uma capacidade de produzir seu próprio material e permitir que outros movimentos sociais e sindicatos tivessem como confeccionar seu material e contribuir para a democracia, a gráfica do DCE tornou-se uma gráfica que atuava contra o regime imposto na época.

Foi criando também o Som Aberto, que era realizado toda semana no anfiteatro do ICBG no campus onde os alunos podiam mostrar sua arte. Jorge Sanglar, militante do ME na década de 1970, diz que "na virada de 75 para 76 o Som Aberto foi um grande trunfo da Universidade, teatro, música, artes

¹¹ Luiz Antonio do Vale Arantes. Entrevista realizada no dia 31 de março de 2006.

¹² Diário Mercantil de 25 de junho de 1974. p 08

plásticas, uma geração de grandes artistas nasceu ali”¹³.

E ele acrescenta que

a gente sabia que não adiantava mudar a universidade, não tinha movimento de professores organizado nem de funcionários organizados, o único canal de expressão que essa universidade tinha era o Som Aberto, a gráfica do DCE; o que aquela gráfica produziu para a democracia em Juiz de Fora é assustador, vocês não sabe o que representava ter uma gráfica contra um sistema repressor (...)”¹⁴.

José Pimenta, outro militante desse período falava sobre o Som Aberto: “você fazer cultura, era lutar para ter cultura, a gente queria ter teatro, queria ter cinema (...) o som aberto era só de aluno da universidade, a pessoa que tocava flauta, cantava, ia lá e apresentava e ficava lotado”¹⁵ e afirmava que “toda aquela atividade cultural que a gente tinha, era mais ou menos uma atividade de resistência dentro daquele período de censura”¹⁶.

Sendo assim, os militantes dessa época, por um reflexo também do seu período, entram num movimento de incentivar a cultura e de atrelá-la ao ideal político, utilizando sempre dela para contestar o regime e das oportunidades que ela também concedia para realizar seus discursos em favor das liberdades democráticas e dos interesses dos estudantes. A cultura se tornou um importante aliado nessa busca da democracia na qual o movimento estudantil estava envolvido.

3.2. *Contra a ditadura: a maior bandeira de luta.*

Falar do movimento estudantil é remeter frequentemente a suas bandeiras de luta. Mas, o que queria o ME na década de 1970? Quais eram suas lutas em Juiz de Fora? Sem dúvida temos muitas questões pelas quais lutavam, a mais expressiva era a questão do transporte para o Campus que se manteve presente durante toda a década e que deu origem ao maior movimento realizado pelo DCE em JF até aquele momento, a conhecida Greve dos Cachorros. Mas outras questões também se faziam presentes como era o caso do Restaurante Universitário e principalmente por uma maior democracia dentro da universidade. Dessa forma, suas bandeiras de luta sempre eram mais amplas, pois tinha reflexo na política nacional, lutava-se por uma abertura política e colocava-se sempre que todos os problemas da universidade que enfrentavam eram por culpa da ditadura militar.

Segundo Flávio Cheker,

A gente sempre procurou a fazer esse pulo do gato, sabe, eu me lembro que todas as palavras de ordem estudantis terminavam invariavelmente com o

¹³ Depoimento de Jorge Sanglar durante o Vídeo produzido para a exposição Memória e Movimento.

¹⁴ Depoimento de Sanglar durante o debate sobre ME no dia 09 de maio.

¹⁵ Depoimento de José Pimenta durante debate no dia 09/05/2006, na abertura da exposição.

¹⁶ Depoimento de José Pimenta durante o Vídeo produzido para a exposição Memória e Movimento.

“Pelos liberdades democráticas e abaixo a ditadura”, então não tinha luta estudantil que não se vinculasse a lutas mais gerais, da sociedade, sobretudo na época era essa pelas liberdades democráticas, depois a gente entrou com a convocação de uma constituinte, plena, soberana e aí, com o abaixo a ditadura, então isso era constante, era palavra de ordem constante, agora certamente as manifestações mais concorridas eram aquelas que tocavam diretamente ao interesse estudantil¹⁷.

Sendo assim, o movimento estudantil em Juiz de Fora estava ligado diretamente às questões mais gerais, nesse período de 1977 em diante, sempre usando como palavra de ordem, pelas liberdades democráticas, e se demonstrava realmente embrenhado nesse processo de restabelecimento da democracia no país, e mostrando ao estudante a ligação direta entre a universidade, sua realidade local, e o contexto nacional.

O movimento trazia consigo uma ideologia mais intensa que os impulsionava a lutar pelos casos mais específicos ligados diretamente aos interesses locais, se colocando de alguma forma, sempre a combater o regime da ditadura militar. Uma expressão disso é a fala de José Pimenta, “Eu acho que tem que sonhar em mudar a universidade, a sociedade e o mundo, então, nesse aspecto um debate que a gente tinha no ME na época e que deve ter até hoje, você quer mudar o que? E a gente queria era mudar tudo!”¹⁸ A mudança almejada estava além dos muros da universidade.

3.3 *A greve dos cachorros*

Em 1978 tivemos um momento de grande agitação em Juiz de Fora causado pelo ME. Devido à realidade da economia na época de uma grande inflação, a passagem de ônibus subia praticamente todo mês e junto a isso, o problema do número reduzido de ônibus para o Campus gerou uma pauta para várias greves estudantis, que eram greves na maioria das vezes de um dia. Nesse período o prefeito da cidade era o Sr. Mello Reis que era da ARENA, era ela que dominava o país na ditadura militar e tinha um prefeito em Juiz de Fora dificultando assim, ainda mais o ME. Mas a direção do movimento em Juiz de Fora tentava fazer uma ligação, diziam às massas estudantis que o preço da passagem estava aumentando, mas isso era culpa do prefeito que era da ditadura militar, sempre fazendo uma ligação do local com o nacional.

Dessa mobilização derivou o fato conhecido como a “greve dos cachorros”. Os estudantes em uma de suas greves tendo como pauta a questão do transporte, foram protestar em frente à prefeitura, ainda localizada no Parque Halfeld, e foram atacados por cachorros da polícia seguindo ordens do prefeito Mello Reis. Com essa atitude, muitos estudantes saíram machucados, com mordidas dos cachorros e tiveram que ser atendidos em hospitais e medicados, os policiais estavam começando a treinar os cachorros e mesmo assim eles foram levados para a rua contra os estudantes.

¹⁷ Flavio Procópio Cheker. Entrevista realizada em 06/04/2006.

¹⁸ José Pimenta. Debate promovido pelo DCE, gestão 2005-2006, no dia 09 de maio de 2006.

Esses movimentos de iniciativa do ME, na realidade não tinham tanto apoio dos movimentos sociais, mas contou com grande apoio da Igreja Católica que dava suporte jurídico e apoio institucional, cedendo espaço para reuniões e encontros, interferia para dar proteção aos militantes e por isso teve papel importante nessas manifestações¹⁹.

Sobre o fato, Gabriel dos Santos Rocha fala que,

a policia tava iniciando esse negócio com treinamento com cachorro, né, pastor alemão, eles não tinham um treinamento assim, então foi de uma irresponsabilidade danada da policia a pedido do prefeito levar os cachorros pra rua e teve policias que perderam o controle e cachorro começou a morder, não só estudante mas todo mundo que tava em volta, no parque Halfed, eu levei uma mordida no pé, o Odilon Andrade levou uma mordida na coxa então foi uma coisa que marcou muita a cidade e que foi vinculada a questão do aumento da passagem de ônibus.

Segundo Luiz Antonio

(...) eram dois eixos meio que recorrentes, um ônibus, porque o campus é longe, aqui era um lugar isolado, todo mundo achava isso aqui longe, a cidade era pequena na época, tinha pouco ônibus para o campus e o ônibus rosinha para o campus, ele não circulava, ele vinha deixava a gente no centro, depois vinha o pretão que era o ônibus da própria universidade que ficava recolhendo e distribuindo estudante, mas na época tínhamos sempre uma briga com esse negocio de ônibus porque não tinha ônibus e no horário de pico ninguém conseguia chegar na hora da aula, levava falta, naquela época os professores eram mais conservadores e tal, e principalmente quem militava no movimento não podia marcar porque senão tomava pau. Então a gente teve uma briga muito grande, muitas gestões do DCE que teve essa pauta, teve greve de ônibus, a primeira greve dos estudantes que aí foi um pouquinho antes da minha entrada foi comandada na época pelo Zé Pimenta que era presidente do DCE foi por conta do ônibus e essa sofreu uma repressão muito grande, porque os estudantes foram pro parque Halfed e a polícia reprimiu com violência, soltou cachorro, (...) bateu, machucou... mas também foi um momento que promoveu uma certa coesão, todo mundo falou "opa, isso não pode mais acontecer" e daí o movimento ganhou mais coesão interna e ganhou a solidariedade da sociedade, depois disso, então tinha o eixo do ônibus que teve essa greve inaugural e depois teve uma seqüência de greves pra regularizar o transporte pro campus.

José Pimenta, presidente do DCE nesse momento ao lembrar da greve dos cachorros disse que ela foi

a maior greve da história da universidade até então, ela estourou porque precisava de uma mudança no transporte, a manifestação foi na Rua Halfed, a gente ia fazer uma pressão no Mello Reis que era prefeito, a gente já tinha feito na reitoria (...) e de repente a gente descobriu que o prefeito não tava na prefeitura e tinha uns caminhões tampados e de repente saiu a lona daqueles caminhões e saiu a tropa de choque de lá com os cachorros.

"Fizemos uma grande mobilização e a prefeitura colocou a policia contra os estudantes e a

¹⁹ Gabriel dos Santos Rocha. Entrevista realizada no dia 10/04/2006.

sociedade com os cachorros”, afirma Jorge Sanglar. Segundo o Jornal Diário Mercantil que retratou o fato ocorrido, às 17 horas, do dia 17 de maio de 1978, os estudantes universitários se encontravam em frente ao prédio da prefeitura aguardando soluções pra o problema do transporte para o Campus da UFJF, quando a Polícia Militar desembarcou cerca de 200 homens, 35 cães amestrados e 30 homens armados de metralhadoras, com ordem para dispersar a concentração. A operação causou grande confusão no centro da cidade, pois foram atacados não só os estudantes que estavam ali pela manifestação como também populares que passavam pelo Parque Halfeld.

Segundo o jornal, o agrupamento universitário estava tranquilo e, no momento de chegada da polícia, discutia-se a constituição de um grupo especial para ir ao gabinete do prefeito e conhecer os resultados de sua reunião com o Reitor Almeida Paiva, mas o gabinete do prefeito negou esse encontro alegando que o contato estava sendo mantido com a Reitoria²⁰.

Com isso, oito mil estudantes entraram em greve por tempo indeterminado. Essa decisão foi tomada em uma assembléia realizada debaixo de chuva na praça cívica com a presença de três mil estudantes, como narra a matéria de capa do Jornal Diário Mercantil de 19 de maio de 1978. O movimento dos estudantes ganhou apoio dos professores universitários, tendo mais de 100 professores assinado um documento onde manifestaram repúdio a todo tipo de violência.

A reitoria e a prefeitura da cidade lançaram notas oficiais onde negaram a responsabilidade do chamado dos policiais anteontem em frente à prefeitura. O reitor chegou até mesmo a contatar José Salles Pimenta, presidente do DCE, para pedir que os alunos não paralisassem suas atividades.

O fato ocorrido em Juiz de Fora no dia 17 de maio obteve repercussão em vários lugares do país. Em Belo Horizonte com o deputado Sérgio Olavo Costa e deputado Amílcar Padovani e em Brasília com o deputado Silvio Abreu e Tarcísio Delgado.

A greve se manteve e chegou a ter a adesão de faculdades particulares da cidade como o Centro de Ensino Superior e a Fundação Machado Sobrinho que entraram em greve durante 48 horas e o Instituto Vianna Junior que entrou em greve por 72 horas.

Sendo assim, dias depois a prefeitura anunciava o aumento no número de coletivos para o campus da universidade. Esse fato foi informado ao DCE no mesmo dia mas a entidade permaneceu em greve. Mas apenas no dia 26 de maio a greve dos estudantes tem fim e logram êxito pois, as linhas para o campus foram ampliadas e naquele dia já não havia problemas devido a falta de ônibus para o campus. Sem contar que o fato de conseguir uma mobilização estudantil tão grande fez com que o movimento estudantil em Juiz de Fora ganhasse força e ampliasse sua inserção política. Foi a maior mobilização estudantil realizada em Juiz de Fora até o momento.

3.4 A Lei da anistia e a participação estudantil em Juiz de Fora, a anistia e a fundação do PT

²⁰ Diário Mercantil do dia 18 de maio de 1978. p.04.

No tocante à questão da anistia política, fato político de grande relevância no cenário brasileiro, temos a participação efetiva dos estudantes tanto no contexto nacional quanto no contexto local, envolvidos com o sentimento de cidadãos. Foram criados comitês pela anistia formados por diversas pessoas e que lutavam e reivindicavam pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Flávio Cheker, ao falar da campanha pela anistia política, diz que:

o movimento luta é pela anistia foi um momento da luta mais geral no Brasil e foi fantástica, foi essencial por fim da ditadura, quer dizer, serviu não só concretamente a volta pelos exilados, a anistia mesmo pelos perseguidos pela ditadura, mas ele foi um momento de luta fundamental, eu me lembro que aqui uns companheiros foram presos numa madrugada pela polícia federal quando pregavam nas ruas de JF um cartaz que trazia um retrato de Tiradentes, foto é boa um desenho de Tiradentes, e que em baixo estava escrito assim, "esse homem foi condenado como um terrorista, a história o absolveu, por uma anistia ampla, geral e irrestrita" então esses companheiros foram presos numa madrugada pregando aqueles cartazes e aquilo teve toda uma reação social a essa prisão, quer dizer, cumpriu uma função de luta política contra o regime muito grande a luta pela anistia, além é claro de todo seu conteúdo humanitário, todo seu conteúdo de trazer de volta mesmo todos que se foram e que puderam ser trazidos de volta, porque muitos se foram e morreram, e não puderam ser trazidos de volta.

Esse momento da História foi um marco importante no movimento que levou ao fim do regime da ditadura militar. Foi o culminar de um processo de abertura lenta, gradual e irrestrita, iniciada com Geisel e que em 1979 gerou a anistia dos exilados políticos que puderam regressar ao Brasil e assim, contribuir para uma maior abertura do regime até chegar ao seu fim.

Os estudantes de Juiz de Fora também participaram do congresso de reconstrução da UNE enquanto entidade e podemos verificar o ocorrido através da fala de Flávio Cheker:

aquela viagem foi memorável, primeiro porque a gente saiu de JF, foram dois ônibus, e a viagem foi muito tumultuada, me lembro que o exercito jogou na estrada aqueles grampos que são usados em manobras de guerra, e o pneu do ônibus furava com frequência, (...), e aí o ônibus parava varias vezes, muitas barreira policiais, e todo um zum zum, uma noticia de bastidor que dava conta que eles invadiriam o congresso, que não deixariam (...), e o congresso foi realizado onde hoje é o centro de convenções de Salvador, (...) e o congresso foi sendo realizado, entrou noite adentro, e lá pelas tantas, apagaram a luz, então deu aquele black-out (...) a mesa improvisou um coro que foi uma coisa emocionante ou seja, alguém da mesa falava e um coro composto por uns cinqüenta – sessenta estudantes repetia aquilo em coro e então potencializava a voz e todo mundo ouvia, e ai foi dando então aquele sentimento de unidade, todo mundo se manteve e outro episodio interessante é que jogaram parece que vidro moído e ventava muito e aquilo entrava no olho das pessoas, mas felizmente não houve nada além disso sabe, então tenho ate lembranças muito emocionantes desse congresso, e foi fundamental exatamente porque a partir daí a UNE saiu, é, da sua condição de ilegalidade, vamos dizer assim, pelo menos ela se institucionalizou a partir daí.

Os militantes do ME de JF nessa época também estiveram presentes na fundação do Partido dos Trabalhadores por entenderem na época que o PT era realmente a grande proposta de um partido nascido da base e que tinha uma proposta nacional popular de fato de fazer um governo voltado para a maioria da população brasileira. Sendo que, ao mesmo tempo poderia romper com esse esquema perverso, sobretudo com o regime militar²¹, e, portanto, tiveram a participação na construção dos ideais do partido o que culminou posteriormente na assinatura da ata de fundação do partido por muitos desses militantes.

no primeiro debate público que a gente fez aqui sobre o PT, (...), e isso foi em 79 – 80, e foi a partir daí que nós nos engajamos na fundação do PT em contato com essas lideranças operárias entendíamos que era realmente a grande proposta de um partido de massa, nascido na base, e com uma proposta nacional popular, quer dizer, uma proposta nacional popular, uma proposta de fato, de fazer um governo voltado para a maioria da população brasileira e que ao mesmo tempo pudesse romper com esse esquema perverso, sobretudo com o regime militar, com o poço de capital estrangeiro e tudo, mas enfim, é, eu tive a felicidade de ser um dos fundadores nacionais do PT, o PT foi fundado dia 10 de fevereiro de 1980 (...) em São Paulo e JF saiu um grupo de cinco pessoas (...).²²

Assim, como parte desse processo de abertura política, o Ato Institucional que havia fixado a existência de apenas dois partidos políticos, no caso ARENA e MDB, foi extinto e com isso, foram criados nesse momento novos partidos, como é o caso do Partido dos Trabalhadores, no qual esses militantes estavam envolvidos na sua fundação. Através do relato de Flavio Cheker supra citado, pudemos perceber esse envolvimento do ME de JF com o debate até mesmo anterior a essa fundação, que colocava em pauta quais seriam as características desse partido e a sua função na sociedade naquele momento.

Com esse movimento de criação de partidos, o ME também se partidarizou. A partir de então, as tendências ficaram ainda mais nítidas e os partidos políticos começaram a dar a forma de atuação dessas tendências. No caso do PT, militantes de diferentes tendências estavam presentes na sua fundação. Em Juiz de Fora, pudemos ver tendências completamente rivais nas disputas locais, mais próximas no início de 1980, devido ao ideal trazido pelo Partido dos Trabalhadores. Sendo assim, o Partido em Juiz de Fora, já teve sua formação composto por essa divergência de tendências vistas principalmente no movimento estudantil que era significativo na cidade nesse momento de formação dos partidos e onde seus militantes de maior expressão eram oriundos dessas tendências do movimento estudantil.

Com isso o movimento estudantil passa a ter uma atuação mais partidária e mais envolvida com a queda da ditadura militar e assim, com a fixação do sistema democrático brasileiro participando posteriormente de campanhas como pelas "Diretas Já" e o Impeachment do Presidente Collor. No âmbito local seguiu sua atuação voltada pelo interesse dos estudantes com a disputa sempre presente

²¹ Flavio P. Cheker. Idem.

²² Idem.

entre as forças políticas, como momentos dominados pela direita, em outros pelas ramificações da esquerda política.

Conclusão

Tentar interpretar os elementos que caracterizavam o Movimento Estudantil juizforano e o ao mesmo tempo o nacional no período de 1974 até a anistia em 1979 e a pluralização partidária em 1980, bem como o comportamento político do militante do ME atual, nos faz entender a necessidade de examinar de forma concreta a atuação estudantil em cada conjuntura histórica, para que assim, se compreenda os diferentes conteúdos e formas que assumem as mobilizações estudantis.

O movimento é resultado do seu tempo. A realidade política, cultural e econômica do seu tempo influência na sua composição e na sua forma de atuação. Essas variações podemos perceber pela diferença de atuação dos militantes de 1968, ano em que foi decretado o AI-5, com o discurso dos militantes de 1974 a 1979, que por sua vez apresentam diferenças dos militantes atuais do ME. Cada um é reflexo do seu tempo e

Com relação à participação dos estudantes juizforanos na fundação do PT deixo uma hipótese a ser em trabalhos futuros problematizada. Constatando a realidade do ME na cidade onde a esquerda era composta de diversas tendências e contando que as mesmas compuseram o PT no momento de sua fundação e permaneceram no mesmo, colocamos esse fato em paralelo com a história do PT em Juiz de Fora que desde sua origem possui varias tendências internas disputando forças. O que deixamos como questionamento é que se a realidade do ME da cidade e o seu total envolvimento com o partido em seu inicio, não seria a responsável por essa presença forte de diferentes tendências internas ao mesmo o que resultaria na dificuldade que o PT municipal encontra em construir nomes fortes para a política local.

Portanto, nosso trabalho vem trazer a reflexão sobre a atuação do Movimento Estudantil e a sua variabilidade devido a fatores ligados à realidade social e política de uma época; lançar a reflexão de que devemos entender as variedades do movimento e a concretude de suas ações orientadas pelo momento histórico, além de desmistificar a supervalorização da militância de uma época.

BIBLIOGRAFIA

ALABERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Movimento estudantil e a consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Junior Antonio Mendes de. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. **Capítulos de uma história no movimento estudantil da Bahia (1964-1969)**. Salvador: UFBA, 2003. Dissertação de mestrado

GASPARI, Elio. **A ditadura Derrotada**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Proj. Historia. São Paulo (17). Nov. 1998

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. Encontro Regional de história Oral Sudeste – Sul. São Paulo: Xamã, 1995.

OLIVEIRA, José A. Saldanha de. **A mitologia estudantil: uma abordagem do movimento estudantil Alagoano**. Maceió: SERGASA, 1994

POENER, Arthur. **O poder jovem**. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1979.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a historia oral diferente**. Proj. história, São Paulo, (14), fev. 1997

REIS, Daniel Aarão (org.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

TÉTARD, A. Ph. (org.) **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

A disputa pelo recurso simbólico religioso na Cultura Política Mineira no Periódico *O Universal* do Primeiro Reinado

Heiberle Hirsberg Horácio

Nossa pesquisa se inscreve na confluência entre a renovação da história política e a reavaliação da imprensa como objeto da análise histórica. A chamada nova história política se caracteriza pela valorização dos agentes sociais coletivos e individuais e do que é manifesto, ou consciente, no processo histórico.¹ Nesse entendimento, a imprensa periódica é um objeto de valor evidente, enquanto instrumento de ação de seus redatores, das elites a que esses pertencem e da construção de uma cultura política peculiar, sendo que, a criação de uma cultura política representa, portanto, a difusão de um "sistema de referências" que alcança extratos mais amplos da sociedade, para além da discussão teórica estrita de um grupo seleto de letrados.²

*"... este objeto complexo que é uma cultura política: o modo de leitura das grandes obras teóricas, as obras literárias, a imprensa, e os movimentos de opinião, os panfletos, os discursos de circunstâncias, os emblemas e os signos."*³

A pesquisa objetiva a compreensão da construção da sociedade civil e do espaço público⁴ brasileiro no início de sua formação. Esta construção que pode ser verificada como resultante de opções e esforços de grupos sociais e de suas elites políticas, eventualmente a elite política mineira, sendo aqui analisados no sentido proposto por Antônio Gramsci, em busca do "consenso" ou para Pierre Bourdieu, uma "luta simbólica pela produção do senso comum".

Deste modo, neste momento peculiar de uma sociedade civil propriamente brasileira, caracterizada pela emergência do constitucionalismo e das idéias liberais, a elite política mineira tem um papel significativo, tanto pela importância da província de Minas Gerais no processo de Independência, quanto pela dinâmica da sociedade, que estava na província, retratando a importância desta na construção do Estado.

¹ RÉMOND, René. Do Político In: RÉMOND, René. (org.). Por Uma História Política. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996, p. 444-445; FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova Velha História: o retorno da história política. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5 (n. 10,1992)

² BERNSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (org.). Por Uma História Política, p.88.

³ ROSANVALION, Pierre. Por uma História conceitual do Político. In : Revista Brasileira de História, v. 15, nº 30, 1995, p.17.

⁴ HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 e " O Espaço Público", 30 anos depois. In: Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas, v. 7, no 12, Abril 1999. Belo Horizonte, Unicentro Newton Paiva, 1999.

A província de Minas apresenta uma dinâmica peculiar em relação a outras províncias, sendo caracterizada por um certo equilíbrio na relação cidade-campo⁵, por um processo de abastecimento interno (comercialização intraprovincial, local e interprovincial), e na produção têxtil doméstica, se distanciando do senso de entendimento como uma economia baseada na mineração do ouro e de pedras preciosas e que sem isto sofria um processo de estagnação. Outra característica inversa é a idéia de grandes senhores de engenho ou dos plantéis gigantescos de escravos, sendo que, tendo maior plantel escravo do império ao longo do século, sendo ainda mais significativo na primeira metade do século⁶, Minas possuía como característica peculiar a fragmentação deste plantel escravo na mão de pequenos e médios proprietários (maior parte dos planteis de 1 a 5 escravos), invertendo a lógica de grandes plantéis de escravos numa só propriedade.

A província possuía uma diversidade social, onde: "comerciantes, tropeiros, artesãos e outros trabalhadores livres, que constituíram um núcleo intermediário socialmente orgânico"⁷, interagiam com seus representantes políticos, no momento à elite liberal constitucionalista, que "teve como objetivo reunir a classe proprietária de fazendeiros, mineradores escravistas e comerciantes, em torno de um projeto político"⁸.

"O forte adensamento da população mineira, as relações de convivência nas cidades, as práticas de regime representativo no senado da câmara e nas juntas", a presença de uma classe média, a penetração prematura de idéias liberais [...] tudo isso fizera de Minas uma província fortemente tingida de idéias liberais".⁹

Na região específica: Metalúrgica – Mantiqueira, aqui analisada por nós, estavam localizadas a capital Ouro Preto, a sede do Bispado de Minas Gerais Mariana, São João del Rei e Barbacena os "dois maiores entrepostos comerciais de Minas"¹⁰ no século XIX. Essa região possuía um legado urbano onde "nesta civilização urbana, a elite iria revelar grande capacidade de mobilização de razoáveis contingentes humanos, consideradas as circunstâncias do país na época..."¹¹

Neste processo observamos o papel da elite política mineira na construção da sociedade civil. Essa elite possui como instrumento eficaz, para esta construção, a imprensa. Destaca-se nesse contexto o

⁵ SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, p.38.

⁶ LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX p. 46

⁷ SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, capítulo1, p.40.

⁸ SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, capítulo1, p.133.

⁹ TORRES, João Camilo. História de Minas. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980, p.759

¹⁰ SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, p.65.

¹¹ RODRIGUES, José Carlos. Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986, p.47.

periódico *O Universal*, da capital Ouro Preto. O *Universal* circulou de 18 de julho de 1825 a 10 de junho de 1842, sendo o jornal de maior longevidade, durando 17 anos de publicação, e foi o periódico de referência da capital da província representando o pensamento liberal moderado mineiro, refletia e construía a dinâmica cultura de Minas Gerais. "O *Universal* é que refletirá, durante 17 anos, de 1825 a 1842, o pensamento filosófico, político e o ambiente cultural mineiro. Realmente só se compreende a vida cultural mineira na primeira metade desse século em referencia a este jornal, de forte tendência liberal"¹².

O Universal tinha como fundador, mentor, intelectual e um dos principais colaboradores, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos, Vasconcellos utilizava o periódico para defesa dos interesses dos proprietários que representava, sendo que o periódico dedica-se além de outras coisas à divulgação da atuação política do deputado.

O periódico publicava notícias da Corte e de outras províncias, além de informes sobre a situação mundial e notícias sobre a situação política de França, Inglaterra, Portugal e outros países. Aparece também no periódico extratos de sessões da Câmara dos Deputados e do Senado, dos Conselhos provinciais e de câmaras municipais, decretos e avisos de ministérios, nas palavras do Prof. Wlamir Silva: "fazendo às vezes de 'diário oficial' no âmbito da província", trazia também anúncios de venda de imóveis, folhinhas e animais, e ainda editais de comércio, ações públicas e avisos, além de diversos referentes à negociação e a fuga¹³ de escravos¹⁴. O *Universal* publicava extratos e traduções de obras doutrinárias acerca do liberalismo, do constitucionalismo e excertos dos autores, como no periódico de três de setembro de 1828 em que se apresenta parte do *Espírito das Leis* de Montesquieu, além de citações de filósofos como: Voltaire, Bonnin, Mably, Benjamin Constant, Ganiilh, Dunoyer, Torombert entre outros. Publica também considerações sobre conceitos como: liberdade, democracia, absolutismo, igualdade, constituição etc. Publicava ainda extratos de outros periódicos liberais, significando uma rede de influências e intercâmbio com outros periódicos liberais de Minas ou de outras províncias¹⁵. Tal prática era tão freqüente que no ano de 1825, 80% dos periódicos do *Universal* possuíam citações ou referências de outros periódicos.

Dessa forma, torna-se necessário a análise de alguns conceitos produzidos pela imprensa acerca da realidade provincial e nacional na formação de uma cultura política, sendo que, a construção desta se

¹² RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986, p.43.

¹³ *O Universal*, 12/04/1826 n.116. "Fugio um escravo cabra escuro, nome José Custódio, estatura baixa, cara feia, e mal feito do corpo, olhos pequenos, nariz chato, com ventas largas, pouca barba e uma cicatriz de bexigas na fonte direita, olhar de porco, pescoço curto e um pouco corcovado, pernas e coxas finas com cicatrizes de ferida nas canelas pés largos e magros, com sinal de ferida no dedo grosso do pé direito, encontrando dirija-se a redação do *Universal*, recompensa".

¹⁴ SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, capítulo1, p.139.

¹⁵ *Aurora Fluminense*, *Astréa*, *Correio Mercantil*, *Farol Paulistano*, *Abelha Pernambucana*, *Observador Constitucional*, *Astro de Minas*, *Sentinela do Serro*, *Sentinela Bahiana*, *Mentor das Brasileiras*, *Republico*, *Minerva Francesa*, *Observador das Galerias*, *Matutina Meia Pontense*, *Amigo da Verdade*, *Courrier do Brésil*, *Spectador* e *Diário Fluminense*, além de críticas aos absolutistas: *Telegrapho* e *Paraybuna*.

realiza pela difusão de representações ou conceitos acerca da experiência vivida, tornando-se o meio pelo qual a sociedade toma consciência de si mesma. Essa formação perpassa pelos novos vocabulários, novos conceitos e representações simbólicas. O embate dentro desse contexto específico se dá entre os liberais constitucionalistas mineiros e os absolutistas disputando os mesmos recursos simbólicos, entre eles a religião, que é vivida e representada por essas referidas classes dirigentes¹⁶.

"O que os faz representantes [...] é que sua cabeça não ultrapassa os limites que aquele não ultrapassa na vida; que, portanto, são teoricamente impulsionados para as mesmas tarefas e soluções para as quais o interesse material e a situação impulsionaram, praticamente, aquele. Tal é, em geral, a relação existente entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que eles representam"¹⁷

No tocante a religião, verificamos uma sociedade herdeira do pensamento Barroco setecentista: "No século XVIII as festividades e as manifestações artísticas, como o teatro, a música, a poesia e a dança se davam sob a influencia da Igreja"¹⁸. Era "um espetáculo de festa tão a gosto do Barroco" nas palavras de Afonso Ávila.¹⁹

Ainda no século XIX, esta sociedade apresenta fortemente ligada a tradição religiosa herdada: "No alvorecer do século XIX, a sociedade mineira não poderia ser de todo estranha a essas idéias, por

¹⁶ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Volume 2, p.16. Gramsci utilizou-se pouco do termo "elites", preferindo "classe dirigente" ou "classes políticas", cremos, no entanto, que o espírito de sua reflexão permite essa conceituação. No sentido de caracterizar a ação de intelectuais ligados à classe dominante na prática política, diz Gramsci: "A Chamada 'classe política' de Mosca não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de 'classe política de Mosca deve ser aproximado do conceito de 'elite' de Pareto, que é uma tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social." (p.163). Gramsci afirma, ainda, que a deficiência conceitual de Gaetano Mosca se deve ao fato do mesmo não enfrentar "em seu conjunto, o problema do 'partido político'", ou, como o compreendemos, a questão da luta de hegemonias contrastantes, idem; Volume 3, pp. 22-23. Gramsci desenvolve uma noção de elite presente em Lênin, José Guilherme Merquior acusa uma semelhança entre as perspectivas de Lênin e Pareto, na "igualização, feita por Lênin, de ideologia com a crença consciente de uma elite", ver MEUQUIOR, José Guilherme, O Véu e a Máscara. São Paulo, T. A Queiroz, 1997, p. 6. Na leitura sinalizada por Gramsci, o conceito de elite não deve ser identificado com o elitismo, ou seja, com a concepção da divisão da sociedade em governantes e governados como fato universal, encontrada em Mosca, e fundada nas qualidades superiores de alguns indivíduos, como afirma Pareto. De forma diversa da tendência elitista, que busca eclipsar a dominação de classe por uma concepção aristocrática, marcadas por concepções antidemocráticas e pelo darwinismo social, o desenvolvimento de uma noção de elites na tradição marxista (dos "representantes políticos e literários de Marx, à "elite", "intelectuais" ou "classe dirigente de Gramsci") avança no sentido da mediação entre classes e poder. Nesta medida, valorizando o papel das construções ideológicas, em Marx e Lênin, e, também, cultural, em Gramsci. Ver: BOTTOMORE, Tom (editor). Elite. In: Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, Política. Brasília, EDUMB, 1993, 5ª ed. P. 385-391; ALBERTONI, Ettore. Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites. Rio de Janeiro, Imago, 1990. ver SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830/34). RJ: IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002

¹⁷ MARX, Karl. O 18 Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX – ENGELS. Obras Escolhidas. Lisboa: Avante; Moscovo: Progresso, 1982, Tomo I, p.445.

¹⁸ Idem, pág.

¹⁹ ÁVILA, Afonso. As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural . In: ÁVILA, Afonso. O Lúdico e as projeções do Barroco II : áurea idade áurea da terra. São Paulo, perspectiva,1994, 3ed. Atualizada e ampliada, p. 35.

que era marcada pela religiosidade, profundamente arraigada em sua formação colonial”.²⁰ Nesse fluxo observamos uma monarquia constitucional que de certa forma para seus interesses continua aliada a igreja, “colocada esta porém doravante inteiramente ao seu serviço , pois ainda se fazia necessária a doutrina cristã para um maior controle dos cidadãos”²¹.

A influência da religião na vida dos cidadãos acaba por ser uma das armas da elite política para atingir um público mais amplo e com maior intensidade, pois esta possuía um valor simbólico significativo e, conseqüentemente, era utilizada contendo o ideário político numa mistura de sagrado e profano, que além de ser utilizada nos periódicos era também utilizada nas festas e comemorações. Um exemplo desta mistura sacro-política é a justaposição de datas religiosas, consagradas por santos que acabavam sendo utilizadas pela realeza, como a entrada de D.Pedro em São João del Rei na Semana Santa²², ou como no edital publicado na Corte, em que o Papa Leão XII confirma a declaração como o padroeiro do Império São Pedro de Alcântara, o mesmo nome do Imperador.²³

Nesse contexto a religião será ainda a referência para os absolutistas _ que tem como um de seus representantes o Bispo Francisco José da Santíssima Trindade dirigente do Seminário de Mariana _ como elemento de “persuasão” para uma estrutura de governabilidade pautada na teoria do poder divino dos reis e para a justificativa das autoridades e hierarquias²⁴. Será também no referido Seminário²⁵ o espaço das disputas sobre os entendimentos religiosos divergentes entre os absolutistas e os padres liberais, podendo servir de exemplo a exoneração em 05/10/1829 do Padre Bhering pelo Bispo José da Santíssima Trindade alegando que o padre pregava idéias contra a religião. Diga-se que mais tarde Bhering fundou o periódico liberal o Novo Argos.

Assim, nessa religiosidade mineira que guardava uma íntima relação com o poder absoluto, “coube aos liberais o combate a essas sobrevivências do ideário absolutista”²⁶ porém em outros termos, agora contrapondo-a a uma leitura iluminista da religião (não de um iluminismo ateu) e identificando-a dentro do projeto pedagógico liberal ao constitucionalismo e a essência liberal, como no Universal número

²⁰ SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, p.291.

²¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Uma Nova Cultura Política: Os folhetos nos debates da Independência. In: NEVES e MOREL, Marco. História e Imprensa: Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

²² SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada – o Brasil como corpo político autônomo – 1780 – 1831. São Paulo, p.197.

²³ O Universal, 11/12/1826 n.220

²⁴ SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, p.286.

²⁵ Além do Seminário de Mariana, Minas possuía outras escolas eclesiásticas como o: Recolhimento de Nossa senhora da Conceição de Macaúbas (nos limites das Freguesias de Roça Grande e Santa Luzia), a Casa de Oração do Vale das Lágrimas (no Arraial de São João da Chapada) o Colégio dos Padre Ozórios, no Sumidouro perto de Mariana (o referido colégio teve como aluno Francisco Pereira de Santa Apolônia mais tarde Cônego do Cabido de Mariana e presidente da Junta Governativa de Minas, o primeiro presidente que Minas teve após a Independência) e o Colégio do Caraça, sob a orientação dos padres Lazaristas. RODRIGUES, José Carlos. Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.

²⁶ SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, p. 286.

213 de 24/11/1826 onde há um paralelo entre Jesus Cristo e a constituição e a demonstração da relação dos atos de Jesus com o ato constitucional, qual a citação do redator: "até Jesus se reconheceu sujeito a lei"²⁷.

Outro exemplo de identidade política sagrada aparece numa correspondência sobre o testemunho de um diálogo entre dois telegráficos²⁸, onde os Corcundas²⁹ dizem não suportar espetáculos de Judas no sábado de aleluia. A causa da negativa, do sofrimento, é explicada por um Corcunda em tom humilhante: "Por caridade poupem-nos essa vergonha, o povo vendo nosso profeta assim tratado talvez nos deseje igual sorte".³⁰

Embora haja essa necessidade da utilização do sagrado para "imposição" do ideário político, o que nos é perceptível é a grande controvérsia entre o sacro-político liberal e o catolicismo tradicional, sendo que, como já dissemos, este ainda estava fortemente vinculado ao ideário absolutista do princípio do direito divino. O liberalismo combate essas sobrevivências do ideário absolutista:

"A idolatria fez com que o estatuário ajoelhasse diante da imagem que suas próprias mãos haviam formado; a superstição obrigou as nações a se prostrarem aos pés dos chefes que elas mesmas criaram. (Política Natural)"³¹

Porém esse combate do liberalismo ao absolutismo não se poderia restringir aos argumentos racionais, pois a forte religiosidade da sociedade mineira do alvorecer do século XIX não poderia ser afrontada de forma tão direta.³²

Destarte, os liberais procuram identificar a religião ao constitucionalismo, trazer a discussão para um plano laico numa leitura religiosa iluminista, "a religião é de todo independente da dos frades, e que a nossa província sempre conserve a religião mas sem ociosidade ou apoiando a estes que alegando professar as máximas do evangelho lutam para conservação do despotismo".³³ Buscam também criticar os absolutistas por utilizarem a religião como instrumentalização pelos "hipócritas religiosos"³⁴,

²⁷ O Universal, 24/11/1826, n. 213.

²⁸ O Universal 14/02/1831 – Telegráfico aquele que possui relação favorável ao periódico absolutista Telegrapho e na definição do Universal: "é amante do despotismo, cativo, hipócrita, intrigante, mentiroso, ladrão, ignorante, egoísta e matador".

²⁹ Corcunda, vocábulo criado para identificar absolutista como homem, que afeito e satisfeito com a carga do despotismo, se curva como dromedário para recebê-la, e trazendo esculpido no dorso o indelével ferrete do servilismo, tem contraído o hábito de não mais erguer a cabeça, recheada das estonteadas idéias de uma sórdida cobiça. LIMA, J. Lopes Dicionário Corcundativo ou Explicações das Frases dos Corcundas. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1821. P. 5

³⁰ O Universal, 10/03/1830, n. 414

³¹ O Universal, 21/02/1831 n. 560

³² SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, p.291.

³³ O Universal, 19/07/1830, n 468

³⁴ O Universal, 03/08/1829 n. 321

combatendo o utilitarismo da religiosidade oriunda do Antigo Regime³⁵ e dos "homens da Igreja", "o século XIX não é para frades"³⁶, opositores do pensamento liberal:

" O ministério da palavra de Deus é sem dúvida o mais importante que Jesus Cristo confiou aos Bispos porém a escolha dos sacerdotes pela Igreja deve ser feita de uma maneira atenta para evitar mal sacerdotes como temos exemplos."³⁷

Observamos que exemplos de críticas ao que chamamos³⁸ de utilitarismo e instrumentalização se dão quando os liberais como no periódico de 16/06/1828 publicam comentários sobre os padres absolutistas do Caraça que "abusam nos rendimentos, exigem dos estudantes altas quantias... e fanatizam e alienam os mesmos".³⁹, ou sobre a crítica do não cumprimento por alguns párocos da gratuidade dos casamentos, finalizando: "difícil coisa é fazer marchar pela vereda constitucional quem sempre andou por caminhos avessos ou subterfúgios"⁴⁰.

Para ilustrarmos ainda mais esses processos e as criações de identidades citamos o Universal de 13/04/1827 onde o autor faz "censura" ao Bispo de Mariana Santíssima Trindade por ter cancelado as solenidades da Paixão-de-Cristo, "decepcionando todos os mineiros que queriam assistir a celebração do Divino Ofício" já que tal bispo impediu os eclesiásticos de exercerem suas funções demonstrando despotismo,

"o abominável despotismo, o monstro do despotismo, pois parece que este pesa ainda sobre nós, nós estamos em tempo constitucional e tudo contra ele é despótico, pois nenhum empregado pode ser privado do seu emprego se o exercer corretamente, o que está acontecendo com a santíssima Igreja"⁴¹.

³⁵ SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, p.290.

³⁶ O Universal, 28/05/1830, n.446

³⁷ O Universal, 08/11/1830, n.516

³⁸ SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, p.288.

³⁹ O Universal, 16/06/1828, n.145

⁴⁰ O Universal, 10/03/1828, n.103

⁴¹ O Universal, 13/04/1827 n.273

Traçamos assim, pequenos apontamentos de como ocorreu no embate entre liberais e absolutistas no Primeiro Reinado à disputa pelo recurso simbólico religioso, como os absolutistas enxergavam e se apropriavam da religião numa tradição da teoria do direito divino dos reis e como os liberais utilizaram-na a seu favor e/ou tentaram deslocar o rumo da discussão para outras esferas.

Porém esse trabalho é resultado parcial de uma pesquisa que se interessa em perceber a construção dos significados dentro de uma cultura política, como por exemplo, o termo "*constituição*" que é utilizado pelos dois âmbitos, inclusive pelo grande opositor do liberalismo mineiro o bispo Santíssima Trindade que declara na saudação á vinda de D. Pedro I a Minas: "Sim, Imperial Senhor, os honrados mineiros em torno de V.M.I. declaram altamente que só querem Religião, Imperador e Constituição..."⁴². Interessamos-nos também por compreender qual o entendimento religioso da filosofia liberal, qual parte dela foi utilizada pelos liberais brasileiros e como foi adaptada para o projeto hegemônico dessa classe dirigente.

Referencias Bibliográficas

ÁVILA, Afonso. As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural. In: ÁVILA, Afonso. O Lúdico e as projeções do Barroco II: áurea idade áurea da terra. São Paulo: Perspectiva, 1994, 3ed. Atualizada e ampliada.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

FERREIRA, Oliveiros S. Os 45 Cavaleiros Húngaros – uma leitura dos Cadernos de Gramsci, São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB, 1986.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. 5 Volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1984 e " O Espaço Público", 30 anos depois. In: Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas, v. 7, no 12, Abril 1999. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999.

LÖWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen – Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX – ENGELS. Obras Escolhidas. Tomo I . Lisboa: Avante; Moscovo: Progresso, 1982.

MOREL, Marco. La Gênese de La Opinión Pública Moderna y El Proceso de Independência (RJ1820/40) In: GUERRA, F.& LEMPÉRIÈRE, A.. Los espaços Públicos em Iberoamérica. México, Fondo de Cultura Econômica: Centro Francês de Estudos Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

⁴² RODRIGUES, José Carlos. Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986, p.75.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Uma Nova Cultura Política: Os folhetos nos debates da Independência. In: NEVES e MOREL, Marco. História e Imprensa: Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

RÈMOND, René. (org.). Por Uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODRIGUES, José Carlos. Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.

ROSANVALION, Pierre. Por uma História conceitual do Político. In: Revista Brasileira de História, v. 15, nº 30, 1995.

SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830/34). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada – o Brasil como corpo político autônomo – 1780 – 1831. São Paulo: Unesp, 1999.

TORRES, João Camilo. História de Minas. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

Entre a polícia e a caridade: os “sem trabalho” na visão dos jornais no pós-abolição.

Isabel Cristina Medeiros Mattos Borges¹

Esse trabalho nos permite identificar, de acordo com o discurso dos jornais da cidade de Juiz de Fora, o lugar reservado aos “*sem trabalho*” no processo de crescimento urbano durante aproximadamente as três décadas que se sucederam à abolição da escravidão no Brasil. Estes periódicos se colocavam politicamente sempre a postos nas tarefas de estimular o trabalho e buscar soluções, marcadas por arbitrariedade, para o destino dos novos e velhos atores que, nesse período de transformações, experimentaram efervescentes conflitos envolvendo aspectos sociais e culturais da sociedade que se desenhava. Percebemos que só eram bem vindos à convivência na “*bela urbs*” aqueles que fossem trabalhadores, e paralelamente, identificamos o critério utilizado para separar o universo dos “*sem trabalho*” de acordo com duas lentes de interpretação. Para um primeiro grupo, classificado pelos jornais como “*mendigos verdadeiros*”, a grande solução vislumbrada era a prática da caridade, através de iniciativas particulares, ou a ampliação das casas assistenciais que pudessem amparar esses indivíduos. Em contrapartida, veremos como o tom dos jornais muda radicalmente quando tratam dos “*adeptos da vadiagem*”, considerados exclusivamente como casos de polícia.

A imprensa de Juiz de Fora se desenvolveu efetivamente a partir da década de 1870. Para a realização desse trabalho foram pesquisados prioritariamente os jornais locais de maior circulação no período: “*O Pharol*”, o “*Jornal do Comércio*”, e o “*Diário Mercantil*”, cujos exemplares estão disponíveis no Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes.

A História registrada por estes três jornais pesquisados é bastante interessante e, o contato com os mesmos representou uma experiência muito enriquecedora para a compreensão desse período tanto a nível internacional, nacional e local. As infindáveis horas de permanência no arquivo representaram uma verdadeira viagem no tempo, onde muitas vezes tornou-se irresistível a leitura das notícias, permeadas pelo “calor da hora”, sobre os acontecimentos que só conhecíamos através de outras fontes, que abrangem desde as relações cotidianas em relação aos libertos, imigrantes, até as greves operárias; o surgimento do cinema, o naufrágio do Titanic, a cobertura das epidemias de varíola e peste-bubônica na Europa e no Brasil, com listagens diárias e detalhadas de vítimas, o assassinato de Euclides da Cunha, os primeiros vôos dos aeroplanos; as leituras dos movimentos sociais rurais, como Canudos e Contestado, do levante dos marinheiros em 1910, que hoje conhecemos como a Revolta da Chibata, até a gestação dos conflitos internacionais que levaram ao advento da Primeira Guerra Mundial, assim como o desenrolar desta, através dos detalhados boletins diários de cobertura do conflito, e muitos outros acontecimentos marcantes, que se desenrolaram ao longo de mais de três décadas. O período de 1914 a 1918, que abrange o conflito, acaba por nortear nossa análise final, já que, conforme poderemos perceber, esse

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF.

acontecimento influenciou e transformou, gradativamente, os discursos jornalísticos pautados na certeza do *progresso* e na supremacia do *moderno* que caracterizaram as últimas décadas do século XIX, adentrando o século XX até esse momento, alterando também a forma de interpretação da categoria dos “*sem trabalho*”, de acordo com os periódicos estudados.

Tratando-se do tipo de informações que fomos buscar nesses jornais, relativos ao nosso tema e objetivos, encontramos o predomínio de continuidades, sendo que os três falam literalmente a “mesma linguagem” quando o assunto era a convivência urbana e os conflitos que esta perpassava. Assim, torna-se dispensável um histórico individual detalhado de cada um deles. Muitos de seus colaboradores eram comuns, freqüentavam os mesmos círculos sociais e políticos, e exerciam, como era bem recorrente nesse período, atividades profissionais paralelas ao jornalismo.² Assim, além de jornalistas, estes eram ligados principalmente ao magistério e/ou ao serviço público, como bacharéis de direito, professores, médicos, farmacêuticos, dentistas, e, predominantemente cultivavam uma longa e promissora carreira na literatura e na política.³

A imprensa caminhava paralelamente junto aos interesses das camadas dominantes, mas se achava a serviço da população, que, na maioria analfabeta, mais do que acesso à leitura dos jornais, recebia efetivamente no dia a dia os reflexos dos ideais e práticas propagadas no período:

"A imprensa, manifestando-se pelo jornal, constitui hoje uma força da maior importância, como instrumento de defesa do direito e dos interesses racionais, na esfera da ordem pública e privada.

É uma força universal, impondo-se, sob todos os regimes políticos de povos cultos.

Encyclopedia mundial, no dizer de um jurisconsulto, que estudou o jornal como um importante instrumento jurídico que já é, este órgão é o debatedor de todos os assuntos, que interessam aos homens, às nações e a toda a humanidade.

O jornal, diz um escriptor, sabe tudo, pelo pessoal competente que hoje vae chamando a seu serviço, conforme as exigências do espaço e do tempo.

*O jornal domina, esclarece, dirige, desde a cúpula até as ultimas camadas da sociedade.*⁴

Os temas, as principais abordagens e preocupações identificadas através dessa pesquisa, na verdade, são parte de um conjunto de percepções de mundo, e exprimem bem um crescente objetivo de promover projetos de “*Saneamento Moral e Material*”, termos utilizados recorrentemente nas próprias

² Um perfil detalhado de muitos desses colaboradores, ligados à Academia Mineira de Letras, pode ser visto em CHRISTO, Maraliz. **Europa dos Pobres. A belle-époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. P. 18 a 51.

³ *Idem*. P. 45

⁴ “**Jornal do Comércio**” – Juiz de Fora – 20 de dezembro de 1913 – P. 37 – colunas 1 a 6. (Edição Especial Comemorativa de Aniversário do Jornal.)

matérias, que norteiam os discursos jornalísticos desse período, diretamente relacionados aos conflitos e contradições característicos desse momento de formação de uma nova ordem pública no Brasil, desencadeada com o enfrentamento das novas realidades e experiências vividas com o surgimento e crescimento de muitos centros urbanos, em confronto com o “atraso” da tão presente herança rural dos seus habitantes, como mostra o exemplo a seguir:

*"O Jornal do Commercio iniciou uma campanha de saneamento tanto moral como material, atacando nesta cidade o vício em todas as suas manifestações. Falou contra os feiticeiros, contra o jogo do bicho, contra a vagabundagem, contra a falta de creados, fazendo uma reportagem minuciosa a respeito, pondo a nú toda a hediondez do vício."*⁵

Esses aspectos são muito interessantes, se buscarmos perceber nos mesmos, situações embrionárias de muitos problemas com os quais convivemos nas cidades contemporâneas, agora em proporções bem mais acentuadas, porque, para sua maioria, não se encontraram soluções realmente eficazes no momento em que se gestavam.

Do mundo do trabalho, da disciplina e, conseqüentemente, do progresso, eram excluídos todos aqueles que não se adaptavam, não encontravam espaço ou resistiam a se integrar na nova ordem, compondo um vasto universo de “sobras da modernidade” ou “indesejáveis”, num contexto onde surgiu e se afirmou o discurso anti-estrangeiros, então responsabilizados por grande parte da desordem urbana, que, juntamente com a noção de repulsa e expulsão como instrumentos de controle social, se transformam em marcos da Primeira República.⁶ Foram alvos de intensa repressão por parte das autoridades, com destaque para a polícia, os imigrantes, os ciganos, as prostitutas, os mendigos, os “ociosos válidos”, enfim, todos aqueles que teimavam em desestabilizar a pretensa e ilusória harmonia sonhada pelas camadas dominantes.

Os discursos, relacionando radicalmente doença e incapacidade, incapacidade e pobreza, e esta à delinqüência e ao crime, que, por sua vez era supostamente de caráter hereditário, servirá de pano de fundo para selecionar os indivíduos e grupos bem vindos na convivência urbana, e, principalmente, para delimitar aqueles que deveriam ser alvos da repressão sanitária e policial.

Os jornais possuíam a justa medida para uma cidade bela. Uma “*bela urbs*”, termo muito utilizado, era, em primeiro lugar, uma cidade limpa e ordenada, onde o progresso não comprometesse o bem estar de seus moradores. Obviamente, eram bem-vindos apenas os moradores capazes de promoverem e se ambientarem às novidades da convivência urbana. A maioria das normas de bem-viver, explicitamente ou não, estavam relacionadas diretamente ao avanço dos projetos de sanitarismo que tomavam vulto nesse contexto.

⁵ “**Jornal do Commercio**” – Juiz de Fora, 20 de setembro de 1913.

⁶ Referimo-nos aqui ao interessante trabalho de Lená Menezes sobre a constituição da sociedade do Rio de Janeiro, no período de 1890 a 1930, sob o contexto reprodutivo e contraditório da dinâmica da implantação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. IN: MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1996.

Sidney Chalhoub, ao estudar o contexto histórico no Brasil em que se deu a adoção do termo “*classes perigosas*”⁷, identifica bem a relação desse conceito com a forma de se conviver e administrar as cidades nas décadas derradeiras do Séc. XIX. Segundo ele, que volta sua atenção especialmente para o tratamento dispensado aos negros libertos (suspeitos preferenciais) e aos imigrantes, a postura política de expulsão das classes populares do centro da cidade reflete o entendimento e a prática vigente no período de que uma cidade poderia ser apenas “administrada” de acordo com critérios unicamente técnicos e científicos. Essa idéia, afirma Chalhoub, demarca a existência de uma “*racionalidade extrínseca*” às desigualdades sociais urbanas, e têm contribuído, ao longo de nossa história, também por meio da violência, para a “*inibição do exercício de cidadania*” no Brasil, com base na crença de que a pobreza estava associada à ociosidade, que esta era o suficiente para associar qualquer indivíduo pobre em um “*malfeitor em potencial*”. Esse, nos demonstra o autor, é um dos fundamentos teóricos que irá nortear as estratégias da polícia nas cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX.⁸

Os moradores dos cortiços, os imigrantes, os portadores de deficiência física, os doentes, os ciganos, e até as crianças, entre outros, constituíam grupos que incomodavam nossos vigilantes da ordem urbana. Vejamos o exemplo a seguir:

“Bella Imigração!

“Tendo as autoridades policiaes recebido denuncia de que além do matadouro publico havia um abarracamento de ciganos, para aqquele local se dirigiram hontem, ás 8 horas da noite, acompanhadas de força.

Ali chegadas, verificaram que se tratava de tres famílias de immigrantes russos que há dias vieram para este estado por conta própria.

Esses immigrantes acham-se sem trabalho, não tendo procurado collocação na lavoura por não entenderem desse serviço.

Faltos de recursos, armaram barracas no logar acima referido, onde cerca de cinco dias se acham acampados, ali vivendo na mais miserável promiscuidade.

*As autoridades policiaes intimaram-nos a procurar occupação licita ou a se retirarem do município.”*⁹

O que seria para as autoridades e para nossos jornalistas essa “*occupação lícita*”, citada acima? Identificamos essa percepção de maneira muito clara reproduzida nos jornais estudados, nesse contexto de transformações, marcado por efervescentes conflitos envolvendo aspectos sociais e culturais da sociedade que se desenhou, com a convivência entre escravos, imigrantes, libertos, operários, elites e “vadios”, enfim, uma marcante estratificação social.

⁷ Chalhoub destaca que o conceito de classes perigosas no Brasil aparece como um dos eixos de um importante debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império nos meses que se seguiram à abolição da escravidão, cuja pauta girava em torno da repressão à ociosidade. IN: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. P. 20 a 23.

⁸ *Idem*.

⁹ “**Jornal do Comércio**” – Juiz de Fora – 30 de setembro de 1897 – p. 1 – Coluna 2.

Se a política sanitária se fortalece e se impõe com o advento da República, as práticas que visavam valorizar e racionalizar o trabalho já são bem presentes no final do Império, acirrando-se com a abolição da escravatura em 1888, quando os grupos nacionais detentores do poder político e econômico investem pesado na elaboração de uma nova ética em relação ao trabalho. Sidney Chalhoub¹⁰, ao estudar o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na primeira década do século XX, consegue definir muito bem esse período complexo de um mercado capitalista em formação, levantando aspectos fundamentais do período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, principalmente no que diz respeito a políticas públicas, que expressavam o consenso de que a ordem estava ameaçada. Segundo ele, o mundo do trabalho já representava um problema para as elites brasileiras desde meados do século XIX, justamente a partir do fim do tráfico negreiro, alcançando seu ápice com o fim da propriedade escrava, levando a uma necessidade urgente de reajustes no universo mental tanto das autoridades, quanto do ex-proprietários e libertos. A maior preocupação, segundo Chalhoub, era fazer com que o liberto se tornasse um trabalhador e ao mesmo tempo, devia-se despir o conceito do trabalho do seu caráter "aviltante" e "degradador" que o caracterizava na sociedade escravista, *"assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo, tornando-se então o elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil"*¹¹.

Além dessa preocupação, Chalhoub destaca também uma segunda: a de inserir de forma exemplar o imigrante no mundo da ordem e do trabalho. Essas duas preocupações básicas nortearão o teor do "projeto de repressão à ociosidade" de 1888, elaborado pelo ministro Ferreira Vianna, que defendia dois instrumentos principais para sua concretização¹², sendo a **repressão** e a **educação** dos libertos. Nesse momento se elabora o conceito de vadiagem, que demonstra uma incompatibilidade irreduzível entre manutenção da ordem e ociosidade:

*"O Conceito de vadiagem se constrói nas mentes dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um simples processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. O ocioso é aquele indivíduo que negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade através do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum."*¹³

São recorrentes a partir de então as relações entre pobreza e a vadiagem, e da ociosidade com o crime contra a propriedade e segurança individual, que sustentam a idéia de que as classes pobres são também as "classes perigosas", ou, como vimos, a pobreza de um indivíduo ou de um determinado

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Pág. 35 – 58.

¹¹ **Idem**, p. 40.

¹² **Idem**, p. 42.

¹³ **Idem**, p. 46.

grupo era um fator suficiente para torna-lo um *"malfeitor em potencial"*. Retomamos aqui a idéia de Sidney Chalhoub, que resume o universo ideológico das elites brasileiras nesse período como dividido em dois mundos: o mundo do trabalho e o mundo da ociosidade e do crime, ou seja, o mundo marginal, e essa forma de interpretação, como podemos perceber, era assimilada e reproduzida eficazmente pelos jornais aqui estudados.

O mundo dos *"sem trabalho"* era alvo de vigilância constante nos jornais, que mapeavam e elegiam os indivíduos e grupos pertencentes às *"classes perigosas"*.

Vejamos inicialmente como os jornais expressavam a preocupação com o sentido do trabalho como virtude máxima, numa desvalorização constante de qualquer referência ao descanso, lazer ou atividades que não se adequassem à receita composta pelos ingredientes trabalho/tempo/lucro/progresso, como caminho indispensável e garantido para o "sucesso" dos "homens de bem". Na mentalidade dos "empreendedores", retratadas aqui pela imprensa desse período, todo espaço e tempo que não fossem ocupados pelas atividades do trabalho, eram oportunidades para o ócio, os vícios e a vadiagem. Sobre esses aspectos, não é difícil encontrarmos exemplos em diferentes jornais locais, em datas diversas.

O "Jornal do Comércio" publicou uma série de artigos especiais em comemoração a virada do século XIX para o XX e citamos a seguir um trecho da introdução desses artigos, que tratavam de Juiz de Fora no século XIX:

*"O século XX encontra esta zona de Minas transformada em centro de luminosa civilização; e, entretanto, há apenas meio século que o **trabalho** humano abre nestas terras o sulco indelével de sua acção. [...] Que os homens do século XX sejam herdeiros desse poder de iniciativa, dessa emulação vigorosa, dessa energia de vontade e dessas qualidades progressistas, eis os votos que fazemos ao assignalar o alvorecer do novo século."*¹⁴

Do Jornal "Diário Mercantil", escolhemos um outro exemplo:

*"Crescendo e desenvolvendo-se nas alegrias santas do **trabalho**, Juiz de Fora é a terra encantada de Minas Geraes, onde todas as iniciativas se incrementam, onde todas as energias se concentram para o bem, onde tudo progride e se expande, onde há um povo que se compenetra de que o homem deve começar pelo **trabalho** e acabar pela prosperidade."*¹⁵

Portanto, eram bem vindos à convivência na *"bela urbs"* aqueles que fossem trabalhadores. Os que não estavam inseridos nesse mundo, eram encarados sob duas lentes interpretativas, conforme nos

¹⁴ *Juiz de Fora – Século XIX* – Artigos publicados no "Jornal do Comércio" de Juiz de Fora comemorando a entrada do século XX – Juiz de Fora – Typographia Central, 1901.

¹⁵ "Diário Mercantil", – Juiz de Fora, 06 de abril de 1913 - P. 1 - Colunas 1 e 2.

demonstra a imprensa: num primeiro grupo, aqueles que *não podiam* fazer parte desse mundo encantado, em virtude de suas deficiências físicas e/ou mentais, portanto, os “*verdadeiros mendigos*” e um segundo grupo, formado por todos aqueles que *não queriam* trabalhar, porque se afinizavam com o ócio, a esperteza, a preguiça, os vícios, a selvageria, a ignorância, ou seja, os “vadios”, ou “*falsos mendigos*”.

"Diariamente, centenas de mendigos passeiam pelas ruas da cidade, abusando da caridade publica, uns inválidos e merecedores de esmolas e outros, em maior numero, perfeitamente validos, muito em condições de proverem á sua subsistência com o próprio trabalho."¹⁶

Apesar do discurso e as práticas autoritárias envolvendo essas duas categorias pontuarem algumas especificidades, a intencionalidade final era a mesma: afastar para o mais longe possível, banindo da convivência urbana, esses indivíduos ou grupos, que tanto atrapalhavam o propósito do “*Saneamento Moral e Material*” abraçado pelos jornais, conforme já nos inteiramos.

"Repressão Urgente:

Já uma vez chamamos a atenção da policia para o numero considerável de mendigos, verdadeiros e falsos, que infestam a cidade, de modo a tornal-a insuportável pelo aspecto triste que apresenta, nos logares mais concorridos, e inhabitavel para as famílias que aqui vêm passar temporadas, pelas importunações reiteradas e intoleráveis por parte dessa horda de pedintes, na mór parte vagabundos da pior espécie.

Provoca intensa indignação o espectáculo immoral e altamente irritante, dado por indivíduos no vigor da idade, sadios e talhados para o trabalho, a especularem cynicamente com a caridade publica, esmolando diariamente, de manhã á noite, quando deviam empregar a actividade em outras misteres de utilidade geral, concorrendo assim para o progresso do paíz."¹⁷

Apesar do incômodo comum, as abordagens praticamente diárias sobre o tema da mendicidade nos jornais demonstram diferentes propostas de solução desse crescente “problema” urbano, no que diz respeito ao tipo de controle e repressão propostos. Para o primeiro grupo, ou seja, para os “mendigos verdadeiros”, a grande solução vislumbrada era a prática da caridade, através de iniciativas particulares, ou a ampliação das casas assistenciais que pudessem amparar esses indivíduos.

"BELLA IDEIA:

A pedido de muitos commerciantes desta praça, um grupo de membros da Conferencia de S. José resolveu encarregar-se, aos sabbados, da distribuição de esmolas aos pobres, afim de se acabar de uma vez com a peregrinação dolorosa dos mendigos pelas ruas da cidade.

¹⁶ “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 10 de julho de 1898 – P. 2 – Coluna 1.

¹⁷ “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 28 de março de 1900 – P. 1 – colunas 1 e 2.

*Para que isto aconteça, é necessário, porém, que os nossos negociantes e outras pessoas se comprometam a contribuir mensalmente com determinado auxílio, seja em dinheiro, ou gêneros alimentícios, etc.
É um movimento digno de louvores e do amparo publico.
Si a excellente medida for posta em pratica só benefícios trará.¹⁸*

Notícias perpassam orgulho em relação ao aumento das entidades assistenciais da cidade, predominantemente de caráter religioso, mas, ao mesmo tempo, transparecem a incapacidade das mesmas em controlar as crescentes contradições sociais, que se tornavam cada vez mais acirradas. Vejamos abaixo dois exemplos:

*"Foram hontem sepultados no cemitério publico dois mendigos, tendo ambos fallecido sem assistência medica, um na plataforma da alfândega e outro na rua Carlos Otto.
É de lastimar que tal facto se dê numa cidade que possui uma excelente casa de caridade.¹⁹*

*"Correu o mundo a noticia do espírito de caridade que caracteriza a generosa população de Juiz de Fora.
A Santa Casa, [...] é um estabelecimento que honra a educação religiosa dos juiz-de-foranos, assim como o Pão de Santo Antonio, Azylo do Bom Pastor, Conferencia de S. Vicente de Paula, instituições orientadas pelos mais santos princípios e inspirados nas doutrinas pregadas pelo Martyr do Calvário.
Essas instituições que dia a dia mais prosperas se tornam, graças ao amparo do povo, levam á miséria, á invalidez e á orphandade todos os auxílios possíveis, desde o tecto que abriga das intempéries os desherdados até a instrucção que habilita os filhos da pobreza a se armarem para as lutas da existência num campo mais elevado.
Sabendo-se disto ao longe, de toda a parte affluem aleijados e doentes uns verdadeiramente dignos do soccorro publico, outros porém, exploradores da caridade.
É de urgência que a policia e os poderes municipaes ponham um paradeiro a essa invasão de mendigos vindos de todas partes do Estado e alguns até do estrangeiro.²⁰*

Se a solução para o problema da mendicidade girava em torno da caridade, a fiscalização da cidade, nesse aspecto, deveria, a princípio, ficar por conta das autoridades sanitárias. Porém, com o tempo o controle da mendicidade foi sendo relegado de maneira mais efetiva à polícia, o que percebemos por meio da publicação de diversas (e frustradas) tentativas de controlar os pedintes, e, principalmente, separar aqueles que tinham autorização para esmolar. Como exemplo, podemos citar a tentativa, em 1902, de identificação destes por meio da utilização de um vestuário próprio:

¹⁸ "Jornal do Comércio" – Juiz de Fora – 11 de fevereiro de 1913 – P. 1 – Coluna 2.

¹⁹ "Jornal do Comércio" – Juiz de Fora – 23 de junho de 1899 – P. 1 – Coluna 2.

²⁰ "Jornal do Comércio" – Juiz de Fora – 31 de março de 1906 – P. 1 – Coluna 6 – Edição da Tarde. Trecho marcado por interrogação em virtude de estar ilegível no jornal.

"- O sr. dr. delegado de policia, no intuito de obstar ao abuso da mendicidade, tenta levar a efeito a seguinte providencia.

Fará que se apresentem todos os individuos encontrados na via publica implorando a caridade publica e, depois de verificadas a invalidez e necessidade do socorro publico, fornecerá um vestuário numerado, que permitirá a sahida a esmolar.

Esse vestuário deve ser devolvido á cadeia até ás 6 horas da tarde dos sabbados e recebido até ás 10 horas da manhã do mesmo dia. Por elle saberá o publico que, exercendo a caridade, não é victima da especulação e, em caso da necessidade, pelo desaparecimento de qualquer objecto, bastará indicar o numero do mendigo a quem se socorreu para que a policia possa proceder com segurança.²¹

Mais de dez anos depois, o "problema" continuava sem solução, e a tentativa, depois de várias experiências, foi a adoção de placas de identificação:

"REGULAMENTAÇÃO DA MENDICIDADE"

"Começará hoje, ao meio dia, na delegacia de policia, a distribuição de chapas aos mendigos. Ao sr. dr. Ribeiro de Abreu já foram entregues as chapas a serem distribuídas, tendo também mandado fazer um livro especial para o respectivo registro.

Neste livro estão mencionados todos os apontamentos necessários: cor, filiação, idade, nacionalidade, etc.

O sr. dr. João Monteiro, medico legista, procederá a exame todos os candidatos á auctorização policial."

Em contrapartida, o tom dos jornais se altera radicalmente ao tratarem dos indivíduos ou grupos considerados como "falsos mendigos", ou "adeptos da vadiagem". O universo dos indesejáveis era, sem dúvida alguma, o maior alvo das críticas e o foco principal da postura vigilante dos jornais, que, para promover e justificar a perseguição aos considerados vadios, reproduziam paralelamente um discurso bem característico desse período, também a nível nacional, que girava em torno de uma nova leitura sobre a importância e o papel do trabalho.

A postura vigilante se fazia presente diariamente através de denúncias, como no exemplo abaixo:

"Já tivemos occasião de reclamar das autoridades policiaes, medidas attinentes a se pôr cobro á vagabundagem, disfarçada sob a capa de mendicidade. Individuos validos, em condições de poderem perfeitamente prover á própria subsistência, se encontram ás dezenas pelas ruas, estrangeiros na sua totalidade, implorando ou antes explorando a caridade publica.

Há tempos, a policia iniciou campanha contra esses vagabundos e, ás mais das vezes, insolentes individuos, mediante suggestão nossa; entretanto, hoje, talvez, mais que nunca, infestam as nossas ruas desoccupados dessa espécie que mais necessitam das vistas da policia do que dos movimentos caridosos da nossa população.

²¹ "Jornal do Commércio" – Juiz de Fora – 06 de fevereiro de 1901 – P. 1 – Colunas 1 e 2.

*Ainda uma vez, pois, chamamos para o assumpto a atenção das autoridades.*²²

Para esses casos, portanto, a solução não era a caridade, mas a total repressão, através da expulsão da cidade ou prisão, e a fiscalização e controle era cobrado não mais das autoridades sanitárias, mais, especificamente, das policiais.

*"Chamamos a atenção do sr. delegado de policia para o grande numero de desoccupados, vagabundos e mendigos que infestam a cidade. Andam por ahi certos individuos, sem o menor defeito physico, fortes, bem constituídos esmolando de porta em porta, sem documento que prove a causa da sua incapacidade para o trabalho. Alguns fazem-se acompanhar de crianças maltrapilhas e sujas, armando á caridade publica." []
É preciso que a policia dê caça a esses exploradores.*²³

É interessante perceber nos discursos jornalísticos uma perfeita noção do momento conflituoso pelo qual passava a sociedade brasileira. As contradições eram sempre reconhecidas, mas eram cercadas por um significativo otimismo, uma certeza quase inabalável de que todos os problemas seriam superados para todos aqueles que abraçassem o trabalho, confiassem na medicina e, sobretudo, rompessem com todas as posturas que remetessem ao passado, tão próximo, mas *atrasado* e *selvagem*.

Uma análise global das notícias nos permite identificar que todos os assuntos em pauta no contexto local tornam-se secundários em virtude do advento da Primeira Grande Guerra, que passa então a ser destaque absoluto em todos os jornais, com seus editoriais, boletins diários, notícias internacionais, marcadas por espanto e incertezas, que deixam transparecer com nitidez o endurecimento, ano a ano, do clima de entusiasmo e confiança no universo do progresso e modernização que haviam predominado nas décadas anteriores. Era, no Brasil e em todo o mundo, o fim do sonho da *Belle Époque*, trazendo à tona a fragilidade e as contradições que se forjaram sob o pano de fundo da utopia do mundo civilizado e do avanço tecnológico, abalando, de maneira irreversível, a confiança da sociedade de que tudo caminhava para o predomínio da ordem, da supremacia científica e do desenvolvimento econômico ilimitado.²⁴

Na nossa nada modesta aspirante à cidade modelo, a *Manchester Mineira*, o clima de desencanto e inquietação não era diferente, em diversos aspectos, e as contradições sociais, antes atribuídas predominantemente à opção dos "vadios" e "preguiçosos", e não raras vezes ao despreparo e displicência das forças policiais, começam a ser tratadas de maneira diferente, com um outro olhar. Verifiquemos

²² "Jornal do Comércio" – Juiz de Fora – 27 de novembro de 1898 – P. 1 – Coluna 2.

²³ "Jornal do Comércio" – Juiz de Fora – 10 de janeiro de 1897 – P. 1 – Coluna 3.

²⁴ Para uma melhor compreensão desse contexto, são indispensáveis as seguintes leituras: SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: **História da Vida Privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3. Páginas 07 a 48. e também: COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Morritz. **1890-1914 – No Tempo das Certezas**. Coleção Virando Séculos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

primeiro o tom das matérias, as preocupações e os discursos que predominavam no período anterior à Guerra. Como exemplo, citamos, de 1912, a seguinte citação:

“O homem sem dinheiro”:

“Um homem sem dinheiro é um corpo sem alma, um morto ambulante, um espectro que mete medo.

O seu andar é triste e sua conversação fria e narcótica. Se quer visitar alguém, nunca o acha em casa, e quando abre a boca para falar, é interrompido a cada instante, a fim de que não possa terminar um discurso, que se teme acabe por pedir algum dinheiro. Foge-se dele como de um empestado, e é sempre considerado como um peso inútil sobre a terra. Se tem talento, não o pode desenvolver. E se não o tem é sempre olhado como um terrível monstro bípede, que a natureza produziu quando estava de mau humor.”²⁵

Bem diferente torna-se o discurso posterior, como podemos verificar no exemplo abaixo, que trata mais especificamente da questão do trabalho, numa matéria cujo título é “Os sem trabalho”, já em 1915:

“Os “sem trabalho” em Juiz de Fora constituem já um número elevadíssimo

Rostos macilentos, a physionomia triste dos vencidos, andar trôpego, nós os encontramos por ahi, às dezenas, em todas as ruas, em todos os beccos, não mais a procura de collocação, que de tal já estão desilludidos, mas, implorando alguma cousa que comer, uma côdea de pão dada de má vontade, ou estirados pelos bancos das praças, sobre a calçada, na relva dos gramados, os membros lassos, a razão enferma.

E a cohorte imensa dos sem tecto, sem família, sem dinheiro, sem felicidade... são a figura esquelética da desgraça, da tortura, do martírio, a perambular pelas ruas.

Tornados inúteis pelas forças das circunstâncias, o braço possante caído, esses homens constituem já em nossa cidade, uma visão triste do destino amargo, um quadro cruel das vicissitudes da vida.

E quando, a noite, pela “urbs” cae a luz doce das estrellas, e o somno tranquillo dos felizes paira pelos lares ditosos, na praça pública, immersos em sua desgraça, abatidos, esmagados pelo infortúnio, os “sem trabalho” gemem sua miséria e sua dor.

São os contrastes amargos da existência...”²⁶

O “Jornal do Commércio” expressa também um recente sinal de sensibilidade em relação às marcantes contradições sociais que se mostravam um tanto crescentes, e, também muda o tom de suas abordagens, como no exemplo abaixo de uma notícia de 1916.

²⁵ “Diário Mercantil” – Juiz de Fora, 23 de maio de 1912. P. 1 – Coluna 2.

²⁶ “Diário Mercantil” – Juiz de Fora - 13 de fevereiro de 1915 - P. 1 – Coluna 5.

“Um sem trabalho”

“Precedente de S. Paulo, desembarcou do nocturno de hontem desta cidade João de Oliveira, que declarou a policia vir à procura de trabalho.

Limpo de dinheiro e culpa, não obstante, foi o pobre homem mettido no 21 da cadeia. Onde passou a noite, sendo pela manhã posto em liberdade.

E o pobre diabo deve estar a esta hora de novo perambulando a cata de trabalho que lhe dê o pão honrado e tecto mais hospitaleiro do que o do tenente Heraclides.

*Triste vida esta para o homem que não tem dinheiro e não encontra trabalho!”*²⁷

Em 1917, as “*cousas velhas*”, que tanto incomodavam nossos jornalistas, começam a dividir espaço com as “*cousas tristes*”, numa matéria que demonstra bem as diferenças sociais na cidade, e, pela primeira vez, fala de uma nova percepção sobre o que até então se entendia como o universo da “*vagabundagem*”, conforme poderemos ver através de trechos de um extenso artigo publicado no “Diário Mercantil”, cujo título, em letras garrafais, dizia o seguinte: “*Cousas Tristes: Pelos Domínios da Miséria, da Dor e do Sofrimento... Os “sem trabalho” e os “sem tecto” em Juiz de Fora, constituem legião.*” :²⁸

“Em nossa urbs, muita gente vive a curtir as maiores dificuldades para a sua manutenção. Operários há que apesar de trabalharem dia e noite, são obrigados a appellar para a magnanimidade de pessoas amigas, afim de sustentarem a sua família, o que não conseguem com o trabalho estafante a que se entregam, quotidianamente, das 6 às 17 horas.[...]

Há uma classe dos “sem trabalho”, porém, que merece especial atenção: é a dos semi-vagabundos...

Com effeito, estes indivíduos pela manhã, fazem biscates, de onde lhe advém alguns nickeis. Mas, como um ou dous nickeis não lhes bastam para arranjar com que mitigar a fome elles, embriagam-se nas tascas, deixando-se depois ficar nas vias-públicas, estendidos sobre os passeios...

A policia prende-os, ás vezes, mas se vê logo forçada a pol-os em liberdade.

*É a vida com o seu cortejo d’horrores, é o sofrimento com o seu séquito de dolorosas agonias! Uns se divertem intensamente outros choram lagrimas amaríssimas! Uns morrem de fome, outros nababescamente se exercitam na vida!”*²⁹

Concluimos que, conviver na cidade representava um grande desafio a ser superado dia a dia, em meio às contradições que se delineavam com o crescimento da população e a convivência urbana, pautada na implantação de um projeto modernizante com bases políticas e

²⁷ “Jornal do Comércio” – Juiz de Fora – 05 de outubro de 1916 – P. 1 – Coluna 5.

²⁸ “Diário Mercantil” – Juiz de Fora – 28 de março de 1917 – P. 1 – Colunas 5 e 6.

²⁹ Idem.

econômicas, e que desconsiderava a existência da problemática social como aspecto componente desse quadro. Não havia, por parte das autoridades e representantes das camadas detentoras do poder político e econômico, entre os quais incluímos os periódicos de maior circulação na cidade, nenhuma percepção sobre a necessidade de criação de oportunidades de inserção dos mais pobres no "mundo do progresso".

Referências Bibliográficas:

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim.** São Paulo: Brasiliense, 1986

CHRISTO, Maraliz. **Europa dos Pobres. A belle-époque mineira.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Morritz. **1890-1914 – No Tempo das Certezas.** Coleção Virando Séculos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Juiz de Fora – Século XIX – Artigos publicados no "**Jornal do Comércio**" de Juiz de Fora comemorando a entrada do século XX – Juiz de Fora – Typographia Central, 1901.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis.** Rio de Janeiro, EDUERJ, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: **História da Vida Privada no Brasil.** República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Jornais:

"**Diário Mercantil**" – Juiz de Fora - 23 de maio de 1912

"**Diário Mercantil**", – Juiz de Fora, 06 de abril de 1913

"**Diário Mercantil**" – Juiz de Fora - 13 de fevereiro de 1915

"**Diário Mercantil**" – Juiz de Fora – 28 de março de 1917

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 10 de janeiro de 1897

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 30 de setembro de 1897

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 10 de julho de 1898

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 27 de novembro de 1898

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 23 de junho de 1899

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 28 de março de 1900

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 06 de fevereiro de 1901

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 31 de março de 1906

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 11 de fevereiro de 1913

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 20 de dezembro de 1913

"**Jornal do Comércio**" – Juiz de Fora – 05 de outubro de 1916

Armas e escravidão na Mariana Setecentista – (1707 – 1736)

Izabella Fátima Oliveira de Sales

O presente trabalho é parte da pesquisa de mestrado em história da UFJF e tem como objetivo analisar o controle e a difusão de armas em Mariana, nas três primeiras décadas do século XVIII. Esse estudo inclui uma discussão sobre o processo de hierarquização social daquela sociedade, visto que as armas se constituíam em um elemento de distinção social. Pretende-se também, num contexto mais amplo, averiguar os limites do poder da Coroa em constituir o monopólio do uso legal da força.

Em *Leviatã*, Thomas Hobbes afirmou que o Estado se justifica enquanto uma instituição que controla as ações dos indivíduos, impedindo que as pessoas desrespeitem o direito do outro, para defender seus interesses próprios. O Estado também deve proteger seus cidadãos em casos de invasões estrangeiras.¹

Para que o Estado possa garantir paz e segurança aos seus cidadãos, implementa leis que devem ser seguidas por todos. Tendo em vista tais informações, podemos levantar a seguinte questão: se o Estado monopoliza a violência², enquanto possibilidade de uso da força para fazer cumprir as leis, controlar ou reprimir a sociedade, é fundamental que seus cidadãos sejam impedidos de usar armas indiscriminadamente.

Não fugindo a essa regra, desde sua formação, o Estado português possuiu diversas leis que regulamentavam o uso de armas pela população civil.

No momento nossa atenção se voltará para o contexto dos cativos, visto que a posse de armas por parte dos mesmos poderia colocar em risco a ordem estabelecida. Por causa disso, procuramos verificar como a coroa portuguesa legislava sobre o porte e o uso de armas pelos escravos.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram: Códice Costa Matoso; consultas feitas pelas autoridades locais ao Conselho Ultramarino; devassas eclesiásticas que fazem parte do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana; processos crime e inventários que compõem os fundos do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana; Ordenações Filipinas e leis, cartas régias, avisos e ordens, publicados na Revista do Arquivo Público Mineiro.

De acordo com as Ordenações Filipinas o escravo que sacasse arma contra seu senhor ou filho do senhor, seria açoitado publicamente e teria uma das mãos decepadas; se matasse o senhor ou filho deste seria "*atenazado*" (torturado com tenaz), teria decepadas as mãos e, por fim, seria condenado à

¹ HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Niza da Silva. p.104-105.

² WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1991.

“*morte natural na força*”³; os escravos só podiam usar armas se estivessem em companhia de seu senhor ou a seu mandado ou se fossem do paço – o escravo que fosse encontrado sozinho, portando punhal, espada ou pau feitiço (preparado para ofender), seria preso e seu senhor pagaria pena pecuniária; caso este não pagasse, o escravo seria açoitado⁴.

As leis que regiam o porte de armas, determinadas pelo Estado Português, teoricamente deveriam ser cumpridas nas colônias, entretanto, muitas vezes essas regras eram incompatíveis com o contexto social vivido pelas mesmas. Em Minas Gerais, grande parte dos documentos referentes à legislação das armas voltava-se para a questão da escravidão. Podemos justificar esse fato, se considerarmos que o medo das rebeliões escravas e da constituição de um quilombo, semelhante ao de Palmares, assombrava a população.

Uma carta régia de 24/07/1711 deixou ao arbítrio do governador de Minas e São Paulo o conceder o uso das armas aos moradores. Tal fato se deu porque Antônio de Albuquerque de Carvalho informou que os oficiais da Câmara de São Paulo propuseram que fosse concedido aos negros o porte de armas, pois essa era a única forma que os senhores tinham de se proteger dos perigos que surgiam nas serras e montanhas por onde andavam.⁵

A ordem régia de 28/03/1714 aprovou o fato de o governador de São Paulo e Minas ter mandado lançar bando sobre a proibição das armas de fogo, e ficou determinado que o uso delas seria permitido somente aos nobres, quando fossem às suas fazendas ou a qualquer outra diligência, mas não aos seus escravos. Dom João justificou que a proibição era conveniente, porque os cativos eram os “*maiores provocadores de insultos*”⁶.

Em 29/12/1717, o governador publicou um bando, proibindo “*(...) os mineiros de juntar armas e trazê-las sem ordem sua (...)*”⁷; do contrário, os infratores teriam suas fazendas seqüestradas; e que nenhum negro, mulato, carijó ou bastardo poderia portar armas nem bastões, sob pena de serem açoitados pelas vias públicas.⁷

Em 24/03/1719, um segundo bando foi publicado na Vila do Carmo, proibindo o porte de armas aos negros, mulatos cativos ou forros.⁸

Essa última determinação nos reporta a uma das contradições do sistema escravista: os forros foram incluídos no grupo dos que não podiam usar armas, pois, apesar de libertos, sempre eram acusados de delinqüentes e de dar apoio aos escravos fugidos; entretanto, muitos desses indivíduos

³ Ordenações Filipinas. Livro V. p.1190

⁴ Ordenações Filipinas. Livro V. p.1228

⁵ RAPM, v. I, ano XVI, 1911; Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais. Título 22. p. 461

⁶ APM, Livro (1) 1709 – 1721, fl. 21v.

⁷ Códice Costa Matoso. p. 336

⁸ Idem. p. 366

recebiam patentes de capitão-do-mato para recapturar negros fugidos e combater os quilombos. Obviamente que, para exercer tal função, o uso de armas se fazia indispensável.

Através da interpretação dessas leis podemos perceber que, durante as três primeiras décadas do século XVIII, a Coroa pretendia restringir ao máximo a difusão de armas entre a população das Minas, especialmente a cativa. Os bandos aqui analisados não mencionam a exceção concedida aos escravos que estivessem armados na compainha de seu senhor, como acontece nas Ordenações Filipinas.

Apesar de todo este aparato legal, a constante reedição dos bandos e o reforço que as autoridades aplicavam em relação a algumas leis seria um indício de que as regras em relação ao porte de armas não estavam sendo cumpridas pela sociedade.

É o que sugere a ordem do governador da capitania de MG, datada de 05/02/1722:

“(...) que se observe nas minas a Ley, que se remete de 29 de março de 1719, na qual se determina, que nenhuma pessoa de qualquer Estado, qualidade ou condição, que seja, possa trazer consigo faca, adaga, punhal, sovelão ou estoque, ainda que seja de marca, thezoura grande, nem outra qualquer arma, ou instrumento, se com a ponta se puder fazer ferida penetrante, nem trazer pistolas, ou arma de fogo mais, de que a Ley permite.”⁹

Podemos supor que essa proibição estaria relacionada com os conflitos que conturbavam a região naquele período e com o processo de instauração das instituições locais, que por sua vez tentariam monopolizar o uso da violência. Neste sentido o interesse da coroa seria desarmar seus vassalos para diminuir o número de revoltas e impedir que a ordem estabelecida fosse ameaçada. Por outro lado, a referida lei poderia ser uma reação ao fato dos moradores das minas manterem o costume de armar seus escravos para defenderem aos seus interesses, fato que, dependendo das circunstâncias, traria prejuízos ao sistema escravista, visto que o acesso às armas fortaleceria os cativos no caso de uma possível revolta.

A desobediência às leis que se referiam ao porte e ao uso de armas, especialmente no que diz respeito aos cativos, também pode ser verificada através da carta enviada ao governador geral pela Câmara da Vila de Ribeirão do Carmo, no ano de 1728: nela foi solicitado que o governo editasse um bando, ordenando que o capitão-mor da vila realizasse as rondas que se encarregavam da repressão aos negros fugidos, visto que os oficiais de justiça andavam ocupados em outras diligências. E que, apesar das medidas tomadas para desarmar os negros, eles sempre portavam facas, provocando vários conflitos.¹⁰

Na consulta ao Conselho Ultramarino, datada de 26/08/1733, a câmara de Ribeirão do Carmo contestou a Lei Extravagante de 1719, argumentando que em Minas as pessoas livres e seus escravos

⁹ RAPM, vol I, ano XVI, 1911. BH: Imprensa Oficial de Minas Gerais. p.461

¹⁰ AHCMM, Códice 662.

usavam armas curtas e proibidas pelas leis do reino; alegaram que isso se dava pelo fato de a lei nunca ser publicada ou de parecer aos governadores, capitães-gerais e meirinhos da justiça que os moradores precisavam portar armas para se defender dos levantamentos de seus escravos e das ameaças dos ladrões e feras; alegaram ainda que o ouvidor-geral da comarca, Sebastião de Souza Machado, havia emitido por seu próprio arbítrio um edital com proibições do uso de "facas de ponta" aos escravos e homens livres; e que o juiz de fora reconheceu que a lei extravagante era indevida; e que escravos continuavam a ser presos, caso portassem "facas de ponta", resultando prejuízos aos seus senhores.

Com esses argumentos a câmara propôs à coroa que os ministros aplicassem ao seu livre arbítrio, penas de açoites contra escravos que fossem achados desacompanhados de seus senhores e com armas proibidas. No entanto, a mesma instituição defendeu que senhores livremente pudessem usar todas as armas que julgassem necessárias à defesa pessoal e de suas fazendas.¹¹ Pode-se perceber que neste momento nem os senhores, nem os escravos que estivessem em sua companhia tinham o direito de portar armas.

Através do documento acima, percebemos que a postura das autoridades demonstra o distanciamento entre as leis impostas pela administração colonial e as necessidades dos colonos. O monopólio da força pelo Estado bate de frente com a necessidade que os senhores tinham de armar a si e a seus escravos, tanto para se protegerem das ameaças de outros escravos como para se defender de salteadores e dos perigos oferecidos pelo sertão. Além disso, muitos instrumentos usados como meio de ataque ou defesa (facas, paus, bastões ...) eram utilizados no dia-a-dia de trabalho. Em seu artigo, *O Quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais*, Donald Ramos analisa a questão:

"A dificuldade residia na falta de disposição dos senhores para dispensar a proteção de guarda-costas escravos, daí a maioria dos editais fazerem exceção a escravos acompanhados de seus senhores. O treinamento com armas recebido pelos escravos sem dúvida os ajudaria caso fugissem, e é possível que os calhambolas também se beneficiassem desse treinamento. Acrescente-se que os diversos editais limitando a disponibilidade de armas e munição não impediram que os escravos as obtivessem, bem como os calhambolas"¹²

Nas devassas eclesiásticas, encontramos depoimentos que comprovam como escravos, devidamente armados, eram usados para garantir a segurança e os interesses do respectivo senhor. Durante a visita do Cônego João Vaz Ferreira, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Sumidouro, em 17 de junho de 1723, Sebastião Álvares Caldas, testemunha, declarou que sabia, por ouvir dizer de várias pessoas, que, no ano de 1722, o Pároco João da Cunha esteve no arraial - durante a quaresma -

¹¹ AHU. Cx:24/ doc: 86

¹² RAMOS, Donald. O Quilombo e o Sistema escravista em Minas Gerais no Século XVIII. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. org: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. p.185.

com muitos negros portando armas de fogo, ofendendo vários moradores, chamando-os de *mariolas, beberões e filhos da puta*.

Sua atitude esteve ligada ao fato de alguns indivíduos não venderem fiado o que ele havia mandado comprar. Outra testemunha disse que o padre mandou *dar com um pau* em Manoel Coelho, porque ele não quis lhe vender gado *sem fiador*. Contou também, que o denunciado armou uma cilada para Hieronimo de Castro, ordenando que seus negros o maltratassem. A lista de crimes praticados pelo padre não pára por aí. Sebastião Álvares Caldas relatou que impediu a passagem de seus escravos em seu quintal. O pároco ordenou, então, que quinze negros fossem à casa da testemunha, portando facas e paus, para o descompor e atear fogo em sua residência¹³.

É importante lembrar que, quando as punições podiam acarretar a perda do escravo, seja pela pena de morte ou por sevícias que o deixassem incapaz de trabalhar, o senhor, muitas vezes, escondia estes crimes das autoridades, aplicando ele mesmo a punição ao infrator.

Carlos Magno Guimarães, em seu livro *A negação da ordem escravista*, também faz referência à carta escrita pelo Conde de Assumar ao rei de Portugal, no dia 21 de junho de 1719, na qual informava o seguinte:

*"(...) ter tido conhecimento de vários exemplos de senhores que, tendo recebido bofetadas e facadas de seus próprios negros, os não entregaram à justiça por temor de perderem o seu valor, estimando mais o sofrimento deste atentado que verem-se destituídos dos ditos negros."*¹⁴

Ao refletirmos sobre a o uso de armas por cativos com autorização do senhor nos reportamos aos mecanismos (castigos) que a sociedade escravista possuía e usava para submeter os negros ao cativo e sabemos que grande parte da população escrava criou estratégias, de obediência ou acomodação, para sobreviver. O negro fiel, humilde, submisso e que realizasse bem o seu trabalho, poderia obter vantagens, por exemplo, manter uma boa conduta era uma forma de conseguir alforria. Sendo assim, o uso de armas por parte desses indivíduos, teoricamente, não ameaçaria a ordem estabelecida. Entretanto, esta postura submissa não era imutável e uma vez armado o negro passivo poderia se tornar um inimigo poderoso. Além disso, a facilidade de acesso às armas por parte de alguns propiciaria a difusão desses instrumentos entre a população cativa.

A constante incidência de delitos, como roubos, agressões contra senhores e as próprias fugas e formação de quilombos também indicam que a proibição do porte de armas para os escravos não era respeitada pelos mesmos.

¹³ AEAM.DEV.L.1722-23 (1º). fl.134

¹⁴ GUIMARÃES, Carlos Magno. Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. p.31.

No ano de 1736, em uma consulta ao Conselho Ultramarino, Martinho de Mendonça de Pina e Proença relata o seguinte fato: no mês de setembro de 1735, Antônio Fernandes tinha sido morto por seus escravos. Escandalizados com o acontecido, o povo de Taquaral e Passagem, capturou três dos assassinos, torturando-os até a morte. Por causa dessa atitude, o Juiz de Fora Jozeph Pereira Moreira abriu uma devassa em que foram culpadas vinte e duas pessoas. Martinho de Mendonça alegou motivos que justificavam a real clemência do Rei, para que os suspeitos não fossem condenados. Ao tomar conhecimento do caso, o procurador da coroa respondeu que:

"(...) não fosse licito aos matadores/ do Tacoaral e Passagem, obrar o excesso de castigarem/ com tanta impiedade estes três Escravos, e elles/ o merecessem, com tudo, não deve ser castigados/ vinte moradores nomeados na devassa nem os mais/ que se não declarão nelle, e merecia este cazo atten/tas as circunstancias, que V.M o dissimulase/ ordenando se não procedesse pela devassa contra/ os pronunciados".¹⁵

Assim como o procurador da coroa, o Conselho concluiu que o rei deveria conceder o perdão aos pronunciados, visto que essa decisão não serviria de exemplo em caso de outros crimes semelhantes. O juiz de fora justificou a atitude dos 22 moradores, alegando que aquele era o meio de se conter a ousadia dos negros que, em Passagem, intimidavam os habitantes, fazendo ameaças durante a noite, *gritando os insultos* que pretendiam realizar.¹⁶

Através da documentação analisada percebemos que, no contexto das minas setecentistas, a tentativa do Estado em monopolizar o uso da força enfrentava vários obstáculos que envolviam a posse de armas por parte dos escravos:

Muitos senhores armavam seus escravos para garantir a sua segurança e de suas propriedades. No momento que as autoridades agiam para punir aqueles cativos que desrespeitavam as ordens, havia uma tendência por parte dos senhores em reivindicar que o culpado não fosse impedido de realizar suas atividades.

Além da autorização dos senhores, os negros, provavelmente, também tinham acesso às armas através do roubo e do contrabando, o que contribuiu para o aumento de crimes praticados contra os senhores, as fugas, os roubos e a formação de quilombos, ou seja, as armas seriam usadas como instrumento na resistência contra o sistema escravista.

¹⁵ AHU, cx: 34, doc: 40

¹⁶ Idem

Bibliografia

- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassallos rebeldes: violência coletiva nas minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BARBOSA, Valdemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. 3v.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. A guerra dos emboabas. In: *Episódios da guerra dos emboabas e sua geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- BATALHA, Cláudio Henrique da Moraes. A história social em questão. In: *História: Questões e Debates*, ano9, nº17, Curitiba, 1988.
- BOXER, C.R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2 ed. São Paulo: Editor.1969.
- DONATO, Hermani. *Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos com indígenas às guerrilhas políticas urbanas e rurais*. São Paulo: Ibrasa,1987.
- FURTADO, João Pinto. *Historiografia das revoltas setecentistas mineiras- o caso da "Inconfidência Mineira"*. In: LPH: *Revista de História*. Nº6,1996
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *Mineração, quilombos e Palmares – MG no século XVIII*. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. org: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. Santos. São Paulo: Compainha das Letras, 1996.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*; tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Niza da Silva. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção "Os pensadores"
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Compainha das Letras, 1994.
- _____. *Extremo oeste*. São Pulo: Brasiliense, 1986.
- JOSÉ, Oiliam. *A abolição em Minas*. BH: Itatiaia.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Memória e cultura material: documentos pessoais e espaço público*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.11, nº21, 1998
- PAIVA, Eduardo Fonceca. *Os inventários mineiros: fontes para a história colonial*. In: *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Ano 1, nº1, Faculdades Integradas Newton Paiva.
- PICCOLO, Helga Iracema. *O sistema escravista no RS: os inventários como fonte para pesquisa histórica*. In: *História em Revista* Universidade Federal de Pelotas.Pelotas: Editora da UFPEL, v3, 1997

- RAMINELLI, Ronald. Viagens e Inventários. Tipologia para o período colonial. In: *Historia: Questões e Debates*. Ano17, nº32, Curitiba: Editora da UFPR. 2000
- RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. org: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RUSSELL – WOOD. Autoridades ambivalentes: o Estado do Brasil e contribuição africana para “a boa ordem na república”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000
- SILVA, Helenice Rodriguez da. A violência na História e a legitimidade de Desobediência civil. In: *História: Questões e Debates*. Ano18, nº35. Curitiba: Editora da UFPR. 2000.
- SOUZA. Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2º ed, 1986.
- SILVA, Kalina Vanderley p. *Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais*. In: *LOCUS: revista de História*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, v 8, nº1,2002.

**ALGUMAS NOTAS ACERCA DE UM “ETERNO RECALCADO”: IDÉIAS JURÍDICO-PENAI S E
POBREZA INFRATORA
(1890-1940)**

Jefferson de Almeida Pinto¹

“Reformas no Código Penal”, “aumento das penalidades”, “redução da maioridade penal”, “maior rigidez nos sistemas carcerários”, “críticas ao judiciário”. Quem de nós não ouviu algumas destas palavras nos últimos tempos. Em geral elas se tornam mais usuais quando algum crime bárbaro ou uma onda generalizada de violência ganha destaque nos meios de comunicação. A falência do sistema prisional e a complacência dos juristas para com o crime acabam sendo alguns dos principais enfoques do discurso contra a crescente violência. Estes se defendem dizendo que não são os autores das leis e procuram sempre que possível interpretá-las de modo a aplicá-las da melhor forma possível. Uma visão apocalíptica ou o “sinal dos tempos” também não escapam aos olhares sobre este momento. Em meio a esta querela, a defesa da pena capital surge como solução para todas as nossas desgraças.

Em recente pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha, destaca-se que os brasileiros estão cada vez mais propensos ao apoio à pena de morte. Segundo o Instituto, 55% das pessoas consultadas se mostraram favoráveis a esta punição. Índice que se iguala ao maior recorde já registrado em 1993. Muito embora os pesquisadores entendam que o apoio à pena de morte venha sendo sempre majoritário acreditamos que não ser possível deixar de lado as influências que o atual momento histórico possa ter sobre este resultado.²

Segundo Loïc Wacquant, desde os anos 70 do século passado, tem-se percebido, sobretudo nos Estados Unidos, um discurso de reforço e incremento das práticas penais. Os americanos têm buscado gradualmente *“a substituição de um (semi) Estado de bem-estar por um Estado penal e policial onde a criminalização da miséria e o enclausuramento das categorias sociais marginalizadas tomam o lugar da política social.”*³ Na Europa, afirma Wacquant, percebe-se que estas idéias também têm ganhado receptividade, uma vez que tem-se buscado *“apoio nas instituições carcerárias para minimizar os efeitos da insegurança social gerada pela imposição do salário precário e pelo proporcional estreitamento da proteção social.”*⁴

Queremos destacar, por sua vez, que esta discussão de modo algum é um tema recente em nossa sociedade. Ora e outra ela é pisada e repisada. Calcada e recalçada. Na pesquisa que estamos realizando, podemos perceber problemas muito atuais quando da passagem de uma ordem escravista

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

² <http://www1.folha.uol.br/fsp/brasil/fc0804200702.htm> acesso em 08.04.2007.

³ WACQUANT, Loïc. A tentação penal na Europa. In: *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p. 7.

⁴ *Ibid*, p. 7.

para uma ordem liberal e republicana no Brasil. Força ou piedade? Punição ou assistência? Dicotomia constante no início do século XX e também do século XXI quando a temática é a pobreza infratora.

Este trabalho procurará direcionar suas lentes para esse momento histórico. Um momento em que diversos agentes sociais têm a necessidade de atuar no mercado de trabalho. Neste contexto, podemos perceber com maior evidência um conjunto de idéias que naquele tempo também compunham um discurso voltado para o reforço nas práticas penais, criminalizando as práticas sociais de vários setores subalternos em meio a uma sociedade que se inseria em um contexto liberal. A fim de cientificizar este processo as idéias da criminologia e da psicologia também se tornaram recursos para que juristas ou delegados de polícia incrementassem as práticas de controle social.⁵

Como se dava a circulação dessas idéias jurídico-penais? Quais eram os seus meios de propagação? Em que contexto elas foram produzidas? Que rupturas e continuidades podem ser percebidas neste processo histórico? É o que nos propomos inicialmente a responder.

A questão jurídico-penal no longo século XIX

No Antigo Regime as punições impostas aos criminosos eram muito variadas. Em pioneiro estudo sobre este aspecto, George Rusche e Otto Kirchheimer fazem uma análise da punição relacionando-a com a estrutura social. Assim sendo, podemos entender, por exemplo, o sistema de galés como um tipo de punição que trazia grandes benefícios para o Estado. Em outros termos, as galés acabavam trazendo vantagens econômicas e não despesas, uma vez que tornavam os condenados úteis, sendo a eles destinados muitos trabalhos para os quais não se encontravam trabalhadores livres.⁶ Outro tipo de penalidade adotada nesta época era a deportação de criminosos para as áreas coloniais, da qual muito se utilizou a Inglaterra até sentir a necessidade de manter trabalhadores na Ilha para a formação de seu mercado de trabalho. Além disso, a introdução do trabalho escravo nas áreas coloniais revelava-se atividade muito mais rentável para o Estado.⁷

Até o século XVIII a pena tinha, portanto, um sentido diferente do que entendemos atualmente. As grades eram locais antes de tudo destinados à prisão de quem esperava julgamento não tendo, portanto, função penitenciária. Nelas não havia também nenhum tipo de provisão para a manutenção do preso, tornando-se a guarda de alguns um negócio muito lucrativo em relação àqueles que não tinham condição de prover seu sustento na cadeia. Muitos prisioneiros pobres mendigavam e recebiam a caridade das irmandades religiosas e outros eram enviados para as casas de correção onde poderiam ser encontrado todo tipo de gente.⁸

⁵ NEDER, Gizlene. *Criminologia e poder político* – sobre direitos, história e ideologia. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 23-5.

⁶ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1999, p. 80-1.

⁷ *Ibid.*, p. 83.

⁸ *Ibid.*, p. 88-9.

Antônio Manuel Hespanha destaca que o Direito Penal no Antigo Regime tinha também uma função simbólica sendo em muito utilizado para a promoção da imagem real. A administração da justiça era problemática e nem todas as penas eram aplicadas como era o caso do degredo em Portugal, o que dava a ela um aspecto de ineficiência. Apenas punições mais simples, como castigos e corte de membros, por critérios logísticos, eram mais aplicadas. Embora existisse a pena capital na legislação penal portuguesa, se ela fosse aplicada em todos os casos para o qual constasse como punição, acreditava-se que poucas pessoas restariam vivas no reino.⁹ Segundo Hespanha, a legislação penal deveria causar medo à população, afastando-a dos vícios e da criminalidade. Simbolicamente, o rei se utilizava dela livrando muitos condenados, uma vez que se ganhava muito mais perdendo do que condenando, por exemplo, à morte. A cultura jurídica do Antigo Regime, afirma Hespanha, valorizava mais a graça e o perdão, pois o rei deveria fazer-se amar e não ser temido.¹⁰

Com o advento do Iluminismo o Direito Penal e as instituições penais também precisavam ser repensadas, uma vez que se passava a valorizar mais o aspecto disciplinar. Na Toscana, Cesare Beccaria influencia na mudança do Código Penal daquela região o que contribui para a recepção de suas idéias também em outros estados europeus.¹¹ Estas idéias, entre outras, aprofundavam uma discussão no campo jurídico-penal em relação à punição pelo trabalho como forma de regenerar os criminosos seja nas galés, como já dissemos, ou nos hospitais gerais. Como sabemos, as idéias iluministas têm uma postura diferenciada em relação ao trabalho. É através dele que se chega ao progresso dos Estados e o direito à liberdade e, portanto, à escolha, impõe a crescente defesa do trabalho livre, condenado a irracionalidade dos trabalhos forçados. Com essa postura, entendia-se que o mercado de trabalho seria ocupado por aqueles que mais necessitavam do trabalho para sobreviver e que não podiam acessá-lo, pois estava ocupado por aqueles que estavam cumprindo alguma forma de penalidade. Assim sendo, os iluministas buscavam também resolver o problema histórico da pobreza que se arrastava pelas ruas das cidades européias, mendigando e cometendo pequenos furtos, uma vez que abria a possibilidade de muitos pobres viverem pelo seu próprio esforço, desde que em plenas condições físicas para o trabalho.¹²

Em Portugal, com o avanço do absolutismo ilustrado do Marquês de Pombal a questão penal também passa a ser discutida. O ensino jurídico é reformado e os jesuítas são expulsos de Coimbra. Neste contexto, um projeto de um novo Código Penal é elaborado por Paschoal José de Mello Freire para o reino sem, contudo, estabelecer rupturas profundas com o autoritarismo, o conservadorismo e o clericalismo.¹³ Além disso, o projeto de Código Penal Português somente entraria em vigor em meados do

⁹ HESPANHA, Antônio Manuel. Da "justiça" à "disciplina": textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: _____ . *Justiça e litigiosidade*: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d., p. 292, 297-9.

¹⁰ Ibid., p. 311-5.

¹¹ Cf. VENTURI, Franco. O Direito de Punir. In: *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru: SP, EdUSC, 2003, p. 181-215.

¹² CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 234.

¹³ Cf. NEDER, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro*: obediência e submissão. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000, 282 p.

século XIX. Tem-se, na verdade, uma preocupação maior com a forma do que com o conteúdo. Buscava-se que os novos textos jurídicos fossem entendidos não somente pelos juristas, mas também pelas pessoas que estariam sujeitas às novas leis.¹⁴

Entendemos ser importante observar esta estrutura jurídico-penal na Europa e em Portugal, pois ela será um referencial importantíssimo para a formação do Estado Nacional brasileiro a partir da Independência em 1822. É de uma matriz ilustrada no campo do Direito em Portugal que virão as principais idéias jurídico-penais presentes no Código Criminal (1830) e no Código de Processo Criminal (1832). Tais influências também podem ser identificadas na ordem policial instaurada com a vinda da família real em 1808 ou ainda com a criação de nossas primeiras faculdades de Direito em Recife e São Paulo na década de 1820.

Em relação à primeira podemos identificar uma tentativa de modernização, todavia marcada pela inoperância de seus agentes bem como as dificuldades administrativas à própria instituição ainda no quadro das reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII. Mas é no objeto de sua criação, ou seja, a busca por uma transformação que possibilitasse a manutenção da ordem pública, controlando e punindo a população urbana pobre e infratora de Lisboa, que podemos identificar uma característica fundamental (ou uma herança) que irá influenciar na busca pela ordenação social no Rio de Janeiro, num primeiro momento, e em outros pontos do Império ao longo do século XIX: o controle aos escravos e aos demais setores do mundo do trabalho.¹⁵

Quanto ao segundo aspecto – a fundação das faculdades de Direito assim como a contribuição para a formação da elite político administrativa do Estado Nacional – podemos identificar uma forte influência de Coimbra nos Estatutos das Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo. Se em Olinda e Recife os movimentos revolucionários de 1817 e 1824, acabaram produzindo um ensino jurídico com um corte mais liberal, já em São Paulo, embora também liberal, o ensino do Direito vinculou-se mais aos interesses das elites, caracterizando-se por um pragmatismo típico da época pombalina.¹⁶ Será esta elite jurídica a responsável, portanto, pela aplicação do Direito Penal expresso no Império pelo Código Criminal (1830) e na República pelo Código Penal (1890).

Quais as concepções jurídico-penais nestas duas legislações? O Código Criminal de 1830 dizia-se filiado às idéias liberais, mas as penalidades que ele impunha não refletiam de modo algum esta perspectiva. Percebe-se nele uma permanência de penalidades presentes nas Ordenações Filipinas (Livro V) tais como a pena de morte, as galés, prisão com trabalho, prisão simples, banimento, degredo, desterro, multas perda e suspensão do emprego. Os homens livres e pobres nele aparecem senão na

¹⁴ HESPANHA, Antônio Manuel. *op.cit.*, p. 322-5.

¹⁵ Cf. ALMEIDA, Fortunato de. Organização político-administrativa portuguesa dos séculos XVII e XVIII. In: HESPANHA, Antônio Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 (Coletânea de Textos) e HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, 343 p.

¹⁶ NEDER, Gizlene. *op. cit.*, p. 135-46.

condição de mendigos e vadios.¹⁷ É importante ressaltar ainda que o Código Criminal brasileiro entra em vigor em uma conjuntura conturbada no campo político e teria também a função de controlar os insurgentes poderes locais que poderiam comprometer a tão almejada manutenção da unidade territorial brasileira.

O Código Penal republicano entra também em vigor em uma conjuntura social conturbada. Tal como no Império sua elaboração buscava-se pautar na construção de um conjunto de ilegalidades, entre as quais estava o combate aos vadios e mendigos que dificultavam a ampliação e o controle do mercado de trabalho no Brasil. Missão que se solidificava a cada dia era a segregação dos pobres “válidos” e “inválidos” para o trabalho a fim de que as punições aos primeiros pudessem ser aplicadas e deixar à mostra os que realmente poderiam trabalhar. Evidentemente estas questões já se colocavam no Império, porém a existência da escravidão e um conjunto de penalidades que ainda se baseavam no Antigo Regime de certa forma possibilitavam uma repressão mais dura em relação a estes setores.

Segundo Marcos César Alvarez, a inauguração do sistema republicano no Brasil possibilitaria a reforma das instituições jurídico-penais numa perspectiva liberal. Muito se esperava do Código Penal (1890), afirma Alvarez. No entanto, se para alguns ele poderia representar uma forma de reprimir os constantes problemas sociais, para outros ele não foi capaz de cumprir esta tarefa. Muitos defendiam reformas no Código Penal, pois ele revelara-se uma decepção, uma vez que refletiu penalidades clássicas, diferentemente do Código Criminal do Império, altamente elogiado por juristas como Paulo Egídio, abolicionista e republicano, que via nessa legislação criminal imperial uma proximidade salutar entre a doçura e a benignidade da repressão.¹⁸ Somente em 1940 as constantes reclamações em relação à reforma do Código Penal seriam, enfim, atendidas.

Alvarez destaca também que, desde sua entrada em vigor, o novo Código foi considerado incapaz de dar conta dos novos desafios colocados pelas transformações sociais e políticas do período. Diz que, para Aurelino Leal (que viria a se tornar chefe de polícia da capital federal), o novo Código ao invés de combater acabava por estimular a criminalidade, tendo em muitas de suas passagens elementos – como, por exemplo, a manutenção do tribunal do júri – que na verdade eram os “germens” da criminalidade. Assim também, Paulo Egídio se perguntava qual era a doutrina do novo Código: clássica, metafísica, neoclássica, lombrosiana, garofalista ou ferrista? Em 1911, Esmeraldino Bandeira, Ministro da Justiça, pediu um novo Código Penal para o país juntamente com uma reforma do sistema penitenciário. Muito embora essa legislação também tivesse restrições quanto à mendicância e à vadiagem, aos ébrios e aos capoeiras, seu desafio era muito maior, pois apenas pela repressão não se conseguiria resolver tais

¹⁷ Ibid, p. 191.

¹⁸ ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, juristas e criminologistas: saber jurídico e a Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003, p. 53-5.

problemas; a nova legislação deveria consolidar os valores do novo regime e responder às duras necessidades do controle social.¹⁹

Assim sendo, Alvarez destaca que, como alternativa aos problemas apresentados na legislação penal republicana, as idéias da criminologia e da Nova Escola Penal ganharão força entre os principais grupos responsáveis pela manutenção da ordem republicana em suas primeiras décadas.

A criminologia, enquanto conhecimento positivo voltado para a compreensão do homem criminoso e para o estabelecimento de uma política 'científica' de combate à criminalidade, será vista assim como um instrumento essencial para a viabilização dos mecanismos de controle social necessários à contenção da criminalidade local.²⁰

Juristas e médicos, argumenta o autor, estarão interessados numa redefinição do papel das instituições jurídico-penais, agindo conjuntamente no combate ao crime e à desordem social. As instituições deixaram de ser apenas repressivas, passando a ser produtivas e disciplinares, voltadas não só para os que cometem crimes, mas para os viciosos, para os moralmente perigosos e para os desviantes em geral.²¹ Destaca ainda que, uma série de instituições jurídicas, médicas e assistenciais foram criadas pelo governo paulista, fruto da influência das idéias criminológicas.²²

A questão jurídico-penal em Minas Gerais

Como estamos vendo, a circulação de idéias jurídico-penais da Europa ao Brasil fez-se, sobretudo, através dos bancos de instituições de ensino jurídico em duas importantes localidades do território nacional atreladas, não esqueçamos, às mudanças empreendidas pela ilustração neste campo. Como poderíamos inserir Minas Gerais e os mineiros neste panorama? Que discurso jurídico-penal pode ser identificado em meio à elite bacharelesca mineira na passagem do Império à República? Seriam os mesmos existentes em São Paulo e Rio de Janeiro?²³

Começamos a responder estas perguntas com uma outra: por que nosso interesse em estudar a questão jurídico-penal em Minas Gerais? Além das expectativas quanto às lacunas historiográficas em relação a esta temática, nos remetemos a alguns sintomas da questão penal na passagem do século XIX ao XX. Tal como paulistas e fluminenses, os mineiros se viram às voltas com a necessidade de intervir no mercado de trabalho para garantir seu controle no pós-abolição. Tornava-se constante o discurso em relação à segregação dos pobres "válidos" e "inválidos" para o trabalho afim de que os primeiros

¹⁹ Ibid, p. 68-70.

²⁰ Ibid, p. 66.

²¹ Ibid, p. 35.

²² Ibid, p. 63. Nota-se que, para os juristas que se voltavam para a resolução destas questões sociais, o aumento demográfico e a urbanização estavam diretamente relacionados à questão da criminalidade, violência e pobreza nas ruas, assim também envolvendo uma discussão racial. Como exemplo pode-se citar Paulo Egídio e Cândido Mota. Este fez o relatório "A Justiça Criminal na capital do Estado de São Paulo" e defendeu também a construção de instituições para aqueles abandonados moralmente e criminosos, resultando no Instituto Disciplinar (1902).

²³ Cf. GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*. Quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, 146 p.

pudessem tornar-se visíveis aos olhos das autoridades policiais e sendo assim reprimidos e inseridos nas unidades produtivas que, como destacavam, tanto necessitavam de trabalhadores.

Para além do mercado de trabalho, a construção da sociedade republicana implicava também uma discussão em relação ao ideal de indivíduo e nação. Em relação ao indivíduo muito se destacava a necessidade de trazer imigrantes que pudessem contribuir com a formação do futuro trabalhador nacional disciplinado e higienizado. O discurso cientificista e racial presente nas idéias jurídicas em fins do século XIX e início do século XX identificado, por exemplo, em São Paulo por Marcos César Alvarez ao se basear na produção de textos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo, nos traz uma discussão levantada também por Lilia Schwarcz quanto à flexibilidade dos mineiros em relação a um possível contrato de trabalhadores chineses, quando se discutia a importação deste tipo de mão-de-obra para sua introdução na lavoura cafeeira por volta de 1893.²⁴

Esta discussão também nos remete aos estudos de Célia Maria Marinho de Azevedo e de Maria Helena Machado, ao enfocarem os “medos” existentes em São Paulo no tocante ao fim do cativo e aos movimentos sociais na década da abolição. Muito embora o discurso em relação aos receios quanto ao fim do cativo e as limitações do mercado de trabalho existissem também em Minas Gerais, este “pânico”, conforme se pode identificar nestes estudos, não é tão perceptível entre os proprietários mineiros da mesma época.²⁵ Como podemos entender este panorama? Esta discussão nos direcionou, num primeiro momento, para a necessidade de se entender como a ordem jurídica da passagem do século XIX ao XX se instalou em Minas Gerais. Teriam ficado os juristas mineiros à margem do discurso jurídico-penal vigente naquele momento?

Levando-se em consideração, portanto, a questão penal, qual seriam os principais problemas em que estes juristas se viam inseridos? Em outras palavras, como se estruturavam as instituições jurídico-penais em Minas Gerais neste contexto? Uma discussão constante como estamos percebendo trata-se da problemática de como punir, o que envolve questões relativas à própria repressão e prevenção ao crime e quanto aos modelos de instituições, seja a cadeia ou penitenciária, que deveriam ser assumidos pelo Estado de Minas Gerais. Um dos principais problemas que se discute em relação à polícia, por exemplo, é a sua profissionalização. Até o ano de 1911, os delegados de polícia em Minas Gerais não eram remunerados pelos seus serviços o que dificultada uma regularidade na permanência dos mesmos em seus cargos.

Em sua coluna diária no jornal “O Pharol” Gilberto de Alencar elogiava o governador Bueno Brandão pelas reformas que estava se propondo a fazer na instituição policial, mas por sua vez, o mesmo demonstrava suas ressalvas quanto a necessidade dos “doutores” em Direito passarem a ter a

²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 185.

²⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 267 p.; MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/EdUSP, 1994, 259 p.

exclusividade no exercício das funções de delegado de polícia.²⁶ Acenava-se também na necessidade do aumento do efetivo policial para o bom desenvolvimento das cidades mineiras. Em um trecho que identificamos do relatório do Chefe de Polícia de Minas Gerais, este entendia que a sociedade mineira ainda não havia alcançado um nível de cultura cívica suficiente capaz de submetê-la ao império da lei. Para tanto, fazia-se necessário a severidade do castigo para coibir o desembaraço com que muitos insistiam em afrontar a sociedade, infringindo-lhe as leis.²⁷

Fora esta questão, as discussões penais podem ser percebidas também para o caso da manutenção dos presos nas cadeias e penitenciárias. Até o ano de 1907, registra-se que não havia uma penitenciária estadual sendo que a primeira estava por ser estabelecida em Ouro Preto. De acordo com o Código Penal de 1890, poder-se-ia manter os presos sobre um regime disciplinar e com trabalho o que lhe garantiria com o tempo a possibilidade de um livramento condicional, dizendo ser esta uma grande conquista do Direito moderno. Por sua vez, o atraso na construção da penitenciária de Minas Gerais, onde o preso poderia cumprir sua pena trabalhando – na marcenaria, na alfaiataria ou fabricando e consertando, sapatos que viriam a atender a muitos policiais – e assim podendo se ressocializar, era prejudicial para os detentos, uma vez que suas penas estavam sendo convertidas em prisão simples com aumento da sexta parte do tempo de reclusão. Entendia-se que a ociosidade aguçava os instintos criminosos e, além disso, era também prejudicial para as finanças do próprio Estado, uma vez que este acréscimo na pena de prisão simples não se configurava em uma prática punitiva econômica. “Criminoso mal amparado”, diz, “não entende que está sofrendo um castigo justo e necessário” e se verá como uma vítima do sistema e o seu não arrependimento poderia até gerar um desarranjo mental no preso.²⁸ Vale ressaltar ainda que a penitenciária que se buscava inaugurar em Minas Gerais e que se inaugurou em 1907 nada mais era do que uma reforma da velha cadeia de Ouro Preto.

Analisando esta situação em relação ao presente nos deparamos com algumas situações um tanto quanto instigantes. Em uma reportagem recente do Jornal Tribuna de Minas sobre o problema da burocracia e da superlotação no Ceresp de Juiz de Fora um preso, identificado por “X”, diz estar revoltado com a situação vivida por ele e pelos outros presos que lá dividem a cela. O preso diz que os demais detentos esperam por um “bonde” para irem logo para a penitenciária. Segundo ele, “vem juiz, vem promotor, vem advogado, direitos humanos, mas nunca resolvem nada. Sempre falam a mesma coisa: que vão transferir a gente, mas nunca transferem.” Perguntado ainda se acha que vai se ressocializar-se diz que no “cadeião” não há a menor possibilidade de isso acontecer.²⁹

Cem anos separam estes dois contextos. Podemos identificar uma ruptura ou uma permanência em relação a estas duas situações penais? O que fazer com os presos? O que fazer com os presos pobres? Se observarmos as opções republicanas em relação às instituições penais adotadas quando de

²⁶ SMBMMM. O Pharol, 25.08.1911, p. 1, col. 7.

²⁷ SMBMMM. Jornal do Commercio, 30.07.1912, p. 1, col. 1e 2.

²⁸ SMBMMM. O Pharol, 02.02. 1907, p. 1, col. 6,7 e 8.

²⁹ Jornal Tribuna de Minas, 05.05 2007, p. 6, col. 5.

sua fundação na passagem do século XIX ao XX acreditamos ser possível entender um pouco deste longo processo de abandono da questão carcerária. Em nosso levantamento sobre este assunto identificamos uma série de situações tais como a manutenção de presos doentes e crianças nas cadeias, presos cujas penas já haviam expirado, presos sendo castigados em troncos, sem contar as constantes investidas contra as péssimas condições de higiene nas prisões. Tal como afirma Gizlene Neder, podemos entender que imperava nestas instituições a precariedade e a ineficiência e as visitas realizadas com o intuito de buscar resolver estas problemáticas poucos efeitos práticos acabavam produzindo. Segundo Neder,

... a história da instituição judiciária efetivou sua prática ideológica, muito mais enfatizando uma idéia exaltada de trabalho e de disciplina do que propriamente através de uma ação judicial que visasse à recuperação ou à ressocialização, através da reintegração à sociedade.³⁰

Notamos assim um quadro desolador em relação à questão penal. De acordo com Francisco Mendes Pimentel eleito presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais em 1915, os juristas mineiros podiam e deveriam intervir na tarefa de remodelar o Direito brasileiro. Quando da fundação do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG), estavam em discussão a elaboração do novo Código Civil, do novo Código Comercial e do (*sic*) novo Código Penal. Pelo currículo da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Mendes Pimentel lecionava para os acadêmicos do terceiro ano Direito Criminal e nas sessões do Instituto dos Advogados, assim como seus pares, propunha teses para discussões em sua área de atuação tal como "Quais os limites do poder penal dos Estados".³¹ Mendes Pimentel não era formado em Direito, mas era um jurista! No quadro dos "Mineiros Ilustres" ele era considerado um jornalista existindo referências quanto a sua atuação como intelectual e literato, chegando inclusive a ser o primeiro Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais em 1927.

Estes dados nos fizeram atentar para a circulação de idéias jurídico-penais em Minas Gerais no início do século XX, que atentassem para uma discussão e posicionamento em relação aos problemas aqui expostos. Voltamos-nos inicialmente para a formação acadêmica dos juristas mineiros. Tarefa difícil esta, mas que nos foi possível até o momento suprir, em parte, pelo quadro dos "Mineiros Ilustres" levantado por Victor Silveira para a elaboração de uma obra da Imprensa Oficial de Minas Gerais encomendada pelo Governador Mello Vianna em 1925.³²

³⁰ NEDER, Gizlene. *op. cit.*, p. 34.

³¹ BN. PIMENTEL, Francisco Mendes. *Programa da Cadeira de Direito Criminal (3. ano)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922 ?, 12 p.

³² Cf. SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

Quadro I - Mineiros Ilustres*

Direito			Medicina	Engenharia	Outra ***	Nada consta	Total
SP	MG	Outra **					
69	27	75	50	20	39	153	433

Fonte: SILVEIRA, Victor. *op. cit.*, p. 395

* Inclui personalidades mineiras ou que de alguma forma contribuíram para a história de Minas Gerais mesmo não tendo nascido no estado; engloba personalidades desde fins do século XVIII, passando por todo o século XIX até aquelas que se destacavam nas duas primeiras décadas do século XX quando da edição da referida obra;

** Outra faculdade de Direito ou que atuou de alguma forma com a área jurídica tais como juizes, delegados de polícia ou rúbulas (advogados provisionados);

*** Outra formação acadêmica ou área de atuação profissional tais como farmacêuticos e jornalistas;

Por este levantamento grande parte destes “ilustres” fizeram sua graduação na área das Ciências Jurídicas sendo que em sua maioria se formaram na Faculdade de Direito de São Paulo. Dentre estes graduados podemos encontrar políticos como Afonso Arinos de Mello Franco, Afonso Pena, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Benedito Valadares, Delfin Moreira, Cesário Alvim, Perdigão Malheiros, entre outros. Em São Paulo, os estudantes mineiros participaram de vários clubes e associações entre as quais estão a “Sociedade Philomatica” (1834), a “Associação de Culto a Sciencia” (1857), o “Instituto Acadêmico” (1859), a “Sociedade Beneficente Mineira” (1879), o “Centro Acadêmico Mineiro” (1891-93), o “Club Literário Bernardo Guimarães” ou “Club Científico e Literário” (1896). João Pedro da Veiga Filho – lecionando “Sciencia das Finanças e Contabilidade de Estado” – e Pedro Augusto Carneiro Lessa – lecionando Filosofia e História do Direito – ambos ingressando por concurso público, são identificados por Manoel Viotti, correspondente do Arquivo Público Mineiro, como os dois lentes mineiros que atuaram no ensino jurídico de São Paulo.³³

Com a fundação e instalação da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1892, quebrando, juntamente com outras faculdades de outros estados o monopólio do ensino jurídico no Brasil, até então nas mãos de pernambucanos e paulistas, a formação jurídica em Minas Gerais passou a ser feita também no próprio estado; num primeiro momento em Ouro Preto e, posteriormente, em Belo Horizonte, com a transferência da faculdade em 1898, ganhando sede própria em 1900. Entre os membros do corpo docente da faculdade encontramos muitos lentes cujas graduações foram feitas em São Paulo. Dessa forma, entendemos que muitos tinham contato com as discussões que eram travadas no campo das

³³ VIOTTI, Manoel. Acadêmicos mineiros na Faculdade de Direito de São Paulo. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Imprensa Oficial: Ouro Preto, 1897, jul./set., p. 540-2.

idéias jurídico-penais naqueles anos em São Paulo além é claro da capital da República. Como podemos perceber isto?

Pela análise dos artigos publicados na imprensa mineira podemos identificar muitas das preocupações nacionais em relação à questão penal. Entre estas estariam as necessidades quanto a um melhor controle das estatísticas criminais e identificação de criminosos, além das tentativas de compreender as razões individuais dos criminosos quando cometera um crime. Estas idéias penais podem ser ligadas ao pensamento do italiano Cesare Lombroso, que difundia no século XIX e início do XX, suas concepções no campo da criminologia e do determinismo biológico. Além dele, Enrico Ferri é outro expoente das ciências penais cujas idéias eram recebidas nas terras mineiras, numa tentativa de se racionalizar o direito penal. Acreditamos que pela análise de revistas ligadas à própria Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e por meio das revistas *Forense*, *Jurídica* e *Assistência*, esta ligada a "Assistência judiciária Mendes Pimentel", possamos identificar como os juristas mineiros estão recebendo e defendendo (ou não) estas idéias.

Sentimo-nos tentado em afirmar que as reformas no campo penal em Minas Gerais deram-se de maneira tardia se comparadas a São Paulo e Rio de Janeiro, levando-se em consideração, por exemplo, as diversas instituições fundadas nestes estados com o intuito de aperfeiçoar as técnicas de controle social. No entanto, se tomarmos por referências alguns estudos aqui citados sobre as instituições jurídico-penais acrescidos dos estudos de Fernando Salla, nos deparamos com um quadro institucional reformado nestes estados, porém, da mesma forma como em Minas Gerais, com muitas deficiências quanto à sua modernização de fato.³⁴

Este contexto é entendido por Antônio Manuel Hespanha como um momento de fundação de um paradigma legalista no campo do Direito, em que a lei e a justiça oficial passam a ser os instrumentos típicos de controle do Estado liberal. Tem-se a idéia do que Hespanha chama de a "fantasia da lei", em que esta seria capaz de substituir todas as tecnologias de controle social presentes até então, a exemplo da Igreja e da família e, no caso do Brasil, poderíamos pensar no controle exercido sobre os trabalhadores no interior da própria unidade produtiva quando do predomínio do sistema escravista. Por sua vez, entendemos que o fim da interferência destes poderes periféricos no controle social e a introdução das novas tecnologias penais não gerou os efeitos desejados na tentativa de se disciplinar a sociedade. Sendo assim, temos o que autor chama de a crise do paradigma legalista.³⁵ Podemos identificar isto se levarmos em consideração às constantes reclamações em relação aos problemas relativos à segregação dos pobres "válidos" e "inválidos" para o trabalho, conforme destacamos anteriormente, bem como as dificuldades relativas a implementação de um sistema penal capaz de

³⁴ Cf. SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo (1822-1940)*. 2 ed. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2006, 371 p.

³⁵ HESPANHA, Antônio Manuel. Lei e justiça: história e prospectiva de um paradigma. In: *op. cit.*, p. 7-50.

possibilitar a recuperação da população carcerária e que fosse capaz de superar os limites políticos impostos à sua administração.³⁶

Esta assertiva de Hespanha conduz nossa hipótese na pesquisa que estamos realizando. Defendemos que somente os aspectos repressivos presentes no conjunto das idéias jurídico-penais deste momento, não serão suficientes para a construção de um “novo edifício social” tal como desejavam os nossos republicanos. Daí a necessidade ao longo das primeiras décadas do novo regime de se formar pactos políticos entre algumas instituições públicas e privadas capazes de definir seus setores de atuação bem como a tutela sobre alguns grupos sociais, nomeadamente aqueles relativos às políticas sociais entendidas como um dos caminhos possíveis para a resolução dos problemas criminais. Trata-se, portanto, de um campo de disputas políticas ou de relações de força tal como nos define Carlo Ginzburg.³⁷

Bibliografia:

ALMEIDA, Fortunato de. Organização político-administrativa portuguesa dos séculos XVII e XVIII. In: HESPANHA, Antônio Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 (Coletânea de Textos).

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, juristas e criminologistas: saber jurídico e a Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*. Quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. *Relações de força*. História, retórica e prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HESPANHA, Antônio Manuel. Da “justiça” à “disciplina”: textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: _____. *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

_____. Lei e justiça: história e prospectiva de um paradigma. In: *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

³⁶ Cf. PINTO, Jefferson de Almeida. Novas instituições, velhos problemas e práticas: polícia, cadeia e a organização do espaço público (Juiz de Fora, 1876-1922). In: *Justiça & História*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Departamento de Artes Gráficas, vol. 5, n.º 10, 2002, p. 125-57.

³⁷ Cf. GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. História, retórica e prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, 192 p.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/EdUSP, 1994.

NEDER, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

_____. *Criminologia e poder político – sobre direitos, história e ideologia*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

PINTO, Jefferson de Almeida. Novas instituições, velhos problemas e práticas: polícia, cadeia e a organização do espaço público (Juiz de Fora, 1876-1922). In: *Justiça & História*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Departamento de Artes Gráficas, vol. 5, n.º 10, 2002, p. 125-57.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1999.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo (1822-1940)*. 2 ed. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2006.

SCHWACZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

VENTURI, Franco. O Direito de Punir. In: *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru: SP, EdUSC, 2003.

WACQUANT, Loïc. A tentação penal na Europa. In: *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

Uma Igreja comprometida com os Direitos Humanos: A Formação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (1982-1986) ¹

Juliana Pinto Carvalhal ²

Atualmente o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) é um dos mais importantes organismos de promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil, senão o mais importante. Sua história encontra-se intimamente associada aos anos de autoritarismo e a uma conjuntura de mudanças da instituição eclesial. Neste momento de sistemáticas violações aos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, sob estímulo de uma nova percepção acerca do papel da Igreja no mundo moderno, vários grupos leigos se organizaram na defesa dos direitos humanos, originando anos mais tarde o movimento citado anteriormente.

O texto que se segue pretende apresentar alguns dos resultados de minha pesquisa de mestrado, especialmente no que se refere à formação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos e sua trajetória nos anos finais da ditadura militar.

1. Anos de Autoritarismo, Anos de Novas Perspectivas no Seio da Instituição Eclesial

O período da história brasileira iniciado com a intervenção militar de 1964 foi igualmente o momento de maior afirmação dos direitos humanos pela Igreja Católica Romana. Entre 1964 e 1985 o grupo militar no poder fez importantes alterações na legislação do país, reduzindo liberdades individuais e coletivas e dotando o Executivo de poderes excepcionais, justamente para defender a “democracia” e promover o desenvolvimento econômico, segundo os valores liberais, livrando a nação brasileira do “comunismo”. ³

O aperfeiçoado sistema repressivo montado durante o regime militar do pós-64 restringiu sobremaneira os direitos civis e políticos dos cidadãos, com vistas a promoção de um desenvolvimento econômico que logo se mostrou ineficiente em garantir condições dignas de sobrevivência às grandes majorias da população. O modelo de desenvolvimento econômico associado, adotado pelos militares,

¹ Artigo apresentado por ocasião do *I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império* realizado pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) entre os dias 22 e 24 de maio de 2007.

² Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

³ FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 339.

baseava-se no endividamento externo e no arrocho salarial, opção que favorecia a concentração da renda e o aprofundamento das desigualdades sociais.⁴

Entretanto, assim que alguns direitos políticos e civis retornaram à plena vigência e o aparato coercitivo desenvolvido pelo Estado começou a ser restringido, a sociedade, antes sufocada, se reorganiza e passa a pressionar o governo, a fim de alargar os limites da liberalização. De modo que o aparato repressivo imposto à sociedade durante o regime militar compreende especificidades significativas para o entendimento do nível de coerção disposto em alguns momentos. Os anos reconhecidos como de maior atividade repressiva situam-se entre 1969 e 1974, posto que este período remete à mais intensa censura política imposta à imprensa, ao momento de maior investimento em propagandas políticas, à mais alta eficácia na desarticulação e repressão aos movimentos organizados de esquerda pelo endurecimento das penas e pela atuação conjunta entre o sistema de informações e as comunidades de segurança, e certamente, quando as liberdades civis e políticas garantidas aos cidadãos estiveram sob a mais frágil tutela jurídica.⁵

Já entre os anos 1974 e 1985 percebe-se uma longa fase de distensão igualmente dotada de contornos peculiares. Desde a proposta de uma “abertura lenta, gradual e segura” defendida pelo presidente Ernesto Geisel em 1974 até a volta efetiva ao regime democrático em 1985 passaram-se 11 anos. Neste período, gozando de relativa abertura do espaço de atuação política, organizou-se no país um movimento amplo de luta pelo retorno à democracia, o qual conjugava os mais diferentes atores organizados da sociedade civil, além de parcelas da esquerda. T tamanha mobilização adquiriu peso fundamental neste processo de liberalização, que por certo tempo caracterizou-se pela “barganha” entre o governo e o bloco oposicionista.⁶

A criação dos órgãos repressivos e as sucessivas normas jurídicas introduzidas constituíram significativas implicações para a organização da sociedade. Mais do que isso, tais modificações no texto jurídico e o sistema repressivo criado serviram de mote à criação dos grupos de direitos humanos, cuja análise é o objetivo maior deste trabalho. No escopo das reivindicações destes organismos também os direitos sócio-econômicos tornaram-se demandas recorrentes frente à crise do modelo de desenvolvimento econômico, a qual se estendeu de meados da década de 1970 até fins dos anos 1980.

Os Centros de Defesa dos Direitos Humanos ou Comissões de Direitos Humanos que se organizaram em fins da década de 1970 e ao longo dos anos 1980 remetem, enquanto iniciativas leigas, à conjuntura interna da Igreja neste período. Conjuntura esta, que só pode ser compreendida na medida

⁴ MOURA, Alkimar R.. Rumo à Entropia: a política econômica, de Geisel a Collor. IN: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: O Balanço da Transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990, p.41.

⁵ FICO, Carlos. A Pluralidade das Censuras e das Propagandas da Ditadura. IN: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de Lima et al (orgs). **1964-2004: 40 anos do golpe**. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, pp. 75-6.

⁶ SHARE, Donald & MAINWARING, Scott. Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 29, n°2, 1986, pp. 208-10; 215-7.

em que percebemos as mudanças no comportamento da instituição romana frente aos problemas sociais. Ponto em que passou a se aproximar da linguagem dos direitos humanos, como se perceberá adiante.

Desde a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, em fins do século XIX, a Igreja Católica veio se abrindo ao diálogo com o mundo moderno. Os problemas sociais ensejados pelo sistema capitalista tornaram-se constante fonte de preocupação da Igreja, sendo tema recorrente de várias encíclicas. Especialmente no pontificado de João XXIII a “questão social” alcançou uma dimensão global, superando a tensão entre classes sociais para expressar-se então no conflito entre povos. As encíclicas de João XXIII e de seu sucessor, Paulo VI, tornaram-se conhecidas pela sua preocupação com o “destino histórico da pessoa humana”.⁷

Não obstante este conjunto de elaborações teóricas, o Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado por João XXIII em 1959, tornou-se momento emblemático de uma Igreja que pretendia exercer outro papel no mundo. A Igreja abria-se ao ecumenismo, reafirmava o papel dos leigos como parte importante do corpo da Igreja, assegurava a autoridade dos bispos sobre suas dioceses e, entre tantas outras questões, sinalizava seu compromisso com os pobres, pela justiça social e em favor dos direitos humanos.⁸

No seio da Igreja Latino-Americana, o Vaticano II foi fonte viva de inspiração para o encontro dos bispos latino-americanos em Medellín, Colômbia, no ano de 1968.⁹ Atentos aos problemas estruturais vivenciados no continente, os bispos e religiosos fizeram deste encontro a expressão da busca por alternativas pastorais para o povo latino e do compromisso contra a situação de opressão do povo. Trata-se de um momento ímpar da história da Igreja latino-americana, posto que a defesa dos direitos humanos e da justiça social são reafirmados em um contexto marcado por intervenções militares em vários países do continente e quando os direitos do homem foram sistematicamente violados.¹⁰

A Igreja latino-americana reunida em Medellín mostrou-se firme no propósito de denunciar a violência produzida pelas estruturas político-sociais e a marginalização da população. E neste campo

⁷ RIVAS G., Exequiel. Cem anos de Doutrina Social da Igreja: aproximação histórica e ensaio de síntese. IN: IVERN, Francisco & BINGEMER, Maria Clara L. (orgs.). **Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação**. SP: Edições Loyola, 1994, p. 24.

⁸ BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: Participação e Prosopografia (1959-1965)**. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 2001, pp. 23-38. Segundo João Batista Libânio, compreender a Igreja brasileira, bem como a presença da Igreja na América Latina, é impossível sem a exata compreensão do Concílio Vaticano II e do encontro dos bispos em Medellín. Tais eventos marcaram o passado da Igreja e ainda sobrevivem como heranças no presente. Ver: LIBANIO, João Batista. A Igreja que sonhamos construir. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Out. de 2005, nº 260, vol. 65. Disponível na Internet: <<http://www.itf.org.br/index.php?pg=revistas4&revistaid=6&fasciculoid=149>>. Acesso em 29 de novembro de 2006.

⁹ LIBANIO, João Batista. Op. Cit..

¹⁰ Entre meados da década de 1960 até a primeira metade da década de 1970 uma onda sucessiva de golpes militares pode ser evidenciada na América Latina: primeiro veio o Brasil, onde a implantação do regime militar aconteceu em 1964; seguido da Argentina, em 1966; no Peru e na Bolívia o golpe deu-se em 1968; no Equador em 1971; e, finalmente, em 1973 a intervenção deu-se no Uruguai e Chile. KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 82.

fecundo foi elaborada uma nova corrente teológica, a Teologia da Libertação.¹¹ Esta corrente passou, de acordo com Rivas G., a “constituir um componente da cultura católica e sua agressiva denúncia da miséria teve um impacto muito significativo na Igreja latino-americana”.¹²

A Teologia da Libertação fez avançar o modelo de Igreja proposto pelo Concílio Vaticano II, qual seja, “Igreja Povo de Deus”, ao defender a transformação das estruturas político-sociais e ao conceber o pobre como “sujeito evangelizador e transformador da sociedade”.¹³ E foi a partir da “opção pelos pobres” que boa parte da Igreja brasileira se guiou desde Medellín. Mas o episcopado não recebeu tantas novidades com uma mesma resposta. As posições no interior da Igreja dividiram-se.¹⁴

O distanciamento da Igreja brasileira para com o Estado, através de sua representante nacional, isto é, a CNBB, só teve início em 1968, quando passou a ter uma postura crítica frente ao regime autoritário, envolvendo-se então com a defesa dos Direitos Humanos.¹⁵ Este lento afastamento contrariava a estratégia anteriormente adotada pela Igreja, qual seja a de afirmar que os conflitos, se é que existiam, eram pontuais e de fácil resolução.¹⁶ Embora muitos bispos viessem trilhando um caminho mais crítico desde os anos 1960, como Dom Helder Câmara,¹⁷ Dom Paulo Evaristo Arns,¹⁸ Dom Pedro

¹¹ Entre os anos de 1969 e 1973 vários teólogos latino-americanos dedicaram-se ao tema, entre eles o brasileiro Hugo Assmann, autor de *Opresión - Liberación: Desafío a los Cristianos* (1971); o peruano Gustavo Gutiérrez, que escreveu *A Theology of Liberation* (1971), obra compreendida por João Batista Libânio como a “gênese” da Teologia da Libertação; e o brasileiro Leonardo Boff, autor de *Jesus Cristo, Libertador* (1971), e outras diversas obras relacionadas à esta concepção teológica. Estes autores tinham em comum a compreensão acerca da íntima ligação entre a fé e os problemas da “vida concreta”. MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985**. SP: Brasiliense, 1979, pp. 132-4.

¹² RIVAS G., Exequiel. Op. Cit., p. 32.

¹³ LIBÂNIO, João Batista. Op. Cit..

¹⁴ MAINWARING, S. Op. Cit., pp. 92-4.

¹⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985, p.148.

¹⁶ LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991, p.78.

¹⁷ Dom Helder Câmara trabalhou ativamente durante o Concílio Vaticano II, articulando posições e debatendo questões, reunindo os bispos em ocasiões informais. Apoiava intensamente a luta dos leigos organizados sob a Ação Católica Brasileira. Deste seu envolvimento com as bases da Igreja, Dom Helder mostrou-se sempre comprometido com uma Igreja de opção pelos pobres. Suas posições e atividades durante a ditadura militar brasileira resultaram em intensa perseguição pelos órgãos de repressão. Em 1969, com a finalidade de calar D. Helder, então Arcebispo da diocese de Olinda e Recife, seu auxiliar, Pe. Antônio Henrique Pereira da Silva Neto foi torturado até a morte no Recife. No auge do emprego sistemático da repressão, mais precisamente a partir de 1970, Dom Helder teve seu nome impedido de circular nos meios de comunicação através da censura. A campanha de “difamação”, muito empregada neste período, tratava de caracterizá-lo como “bispo vermelho”, isto é, queriam imputar a D. Helder o epíteto de “comunista” em um momento de evidente ideário anticomunista. Em certa ocasião tentou inutilmente explicar para um general comandante da 7ª. Região Militar alguns conceitos da Doutrina Social da Igreja. Como seu intento mostrou-se infrutífero, ao despedir-se falou: “Não se alarme com certas reivindicações humanas das esquerdas. Lembre-se, General, de que todos nós temos dois lados e, se não me engano, até mesmo o coração fica do lado esquerdo”. Citado em: ROCHA, Zildo (org.). **Helder, o Dom: Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 42. Dom Helder morreu em 1999. Por sua luta em defesa dos direitos humanos recebeu vários prêmios internacionais, entre os quais destacam-se o Prêmio Martinho Luter King, Estados Unidos, 1970, e o Prêmio Popular da Paz, Oslo, Noruega, 1974. Entre as honrarias, recebeu títulos de *Doctor Honoris Causa* em universidades de vários países. BANDEIRA, Marina & MENDES, Candido. **Comissão Brasileira Justiça e Paz: Empenho e Memória**. Rio de Janeiro: Educam, 1996, pp. 32-4. Ver também: Sobre a participação de Dom Helder no Concílio ver: BEOZZO, José Oscar. Op. Cit..Informações também disponíveis pelo endereço eletrônico: <<http://www.pe-az.com.br/domhelder/>>. Acesso em janeiro de 2007.

¹⁸ Dom Paulo Evaristo Arns foi um expoente da luta da Igreja pelos direitos humanos, liderando a Igreja de São Paulo na defesa dos presos políticos e contra as injustiças sociais. Atualmente, Dom Paulo é Arcebispo Emérito da

Casaldágli, ¹⁹ Dom Ivo Lorscheider, ²⁰ Dom Tomás Balduino, ²¹ a Igreja brasileira passou a se pronunciar pelos direitos humanos de maneira mais sistemática a partir dos anos 1970.

Os principais documentos do episcopado brasileiro acerca dos Direitos Humanos foram publicados neste período: "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social" escrito por D. Pedro Casaldágli, Bispo de São Félix, Mato Grosso (10 de outubro de 1971); "Testemunho de Paz", declaração conjunta do episcopado paulista (8 de junho de 1972); "Ouvi os clamores do meu povo", declaração dos bispos e outros religiosos do Nordeste (6 de maio de 1973); "Marginalização de um povo", declaração dos bispos do Regional Centro-Oeste (6 de maio de 1973); "Não Oprimas teu Irmão", documento do episcopado paulista lançado em um encontro em Itaici, São Paulo (30 de outubro de 1975); "Comunicação Pastoral ao Povo de Deus", documento da Comissão representativa da CNBB (25 de outubro de 1976). ²²

Além dos documentos produzidos, foram criadas diferentes organizações de direitos humanos em questões específicas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A iniciativa da Igreja também incentivou a proliferação de centros de pesquisa, documentação e assessoria como o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), o ISER (Instituto de Estudos da Religião), o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), entre outros. ²³ A organização mais importante no que tange aos direitos do homem em sua acepção mais abrangente foi, porém, a Comissão Brasileira Justiça e Paz que, como veremos adiante, foi órgão diretamente associado à Cúria Romana.

Arquidiocese de São Paulo. Ver: CANCIAN, Renato. **Comissão Justiça e Paz de São Paulo: Gênese e Atuação Política (1972-1985)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2005. Ver também: FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz: Memórias da Comissão de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

¹⁹ Dom Pedro Casaldágli, bispo prelado da diocese de São Félix do Araguaia entre 1971 e 2005, Mato Grosso, apoiou os trabalhadores rurais na luta pela posse de terra. Seu auxiliar, Pe. Francisco Jentel foi preso em 1973 sob acusação de instigar posseiros na luta por suas casas e suas terras. Através do manifesto "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social" de 1971, Casaldágli estimulou a formação da Comissão Pastoral da Terra, segundo depoimento de Dom Tomás Balduino. Atualmente é Bispo Emérito da mesma diocese. Ver: BALDUÍNO, Tomás. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural. IN: **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001, p. 14.

²⁰ Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho entre 1967 e 1999, foi co-fundador do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e seu presidente e co-fundador da CPT (Comissão Pastoral da Terra), a qual presidiu entre 1997 e 1999. Influenciado pela Teologia da Libertação, assim como Dom Helder, Dom Pedro Casaldágli e Dom Paulo Evaristo Arns, atuou ativamente junto aos povos indígenas. Atualmente é Bispo Emérito de Goiás. Ver a entrevista de Dom Tomás Balduino em: BALDUÍNO, Tomás. Op. Cit., 2001, pp. 9-22.

²¹ D. Ivo Lorscheider foi secretário-geral da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - num dos períodos mais difíceis da história recente do Brasil, mais precisamente entre 1971 e 1979, liderando o episcopado em uma postura mais crítica frente ao regime militar. Assumiu a presidência da CNBB em 1979, cargo que ocupou até 1986. Lorscheider apoiou sobremaneira as iniciativas em prol dos direitos humanos. Morreu recentemente aos 79 anos. Informações disponíveis pelo endereço eletrônico: <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=43555&seccao=4&tipoid=161>. Acesso em março de 2007.

²² AZZI, Riolando. A Igreja do Brasil na defesa dos Direitos Humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 37, fasc. 145, mar. 1977, p.121.

²³ ADULNATE, José. Os Direitos Humanos e uma Igreja que se abre. IN: BOFF, Leonardo; UNDURRAGA, Joaquín; ESQUIVEL, Adolfo Pérez et. Al. (coords.). **Direitos Humanos, Direitos dos Pobres**. São Paulo: Vozes, 1992, p. 80.

2. Caminhos e Descaminhos na Promoção dos Direitos Humanos: a criação da Comissão Brasileira Justiça e Paz e os Centros de Defesa dos Direitos Humanos

No esteio das modificações que vinham ocorrendo na Igreja Romana, especialmente no que se refere a preocupação norteadora da instituição durante o pontificado de João XXIII e de Paulo VI, qual seja, de apontar caminhos e soluções para os problemas do mundo moderno, foi criada a Comissão Pontifícia Justiça e Paz no intuito de defender e promover justamente a justiça social e a paz em um mundo em conflito.²⁴

Paulo VI também estimulou a criação de órgãos deste tipo nas Igrejas nacionais como as que foram criadas, a exemplo dos países latino-americanos, no Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil e outros. No Brasil, a Comissão criada em 1969, dedicou-se, desde o início de suas atividades, a apurar denúncias das arbitrariedades cometidas pelo governo militar. Mais do que isso, os primeiros anos da entidade foram notadamente marcados pelo auxílio às vítimas do sistema repressivo, uma vez que sua criação coincidiu com o auge do desempenho sistemático da repressão pelos órgãos de segurança e informações.²⁵

A Comissão nasceu em estreita convergência com os anseios da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a qual passou a assumir uma posição de denúncia após 1968, uma vez que se avolumavam os casos de desrespeito aos direitos humanos. A estruturação da entidade tinha por finalidade a “defesa imediata e de extrema mobilização da Igreja”, frente aos agravos da repressão e do esvaziamento das organizações políticas com a edição do AI-5. Foi, aliás, o avanço do sistema repressivo que conduziu à “imediata criação da Comissão, com nomes aprovados pela unanimidade da Hierarquia”, bem como induziu à mobilização para a criação de uma “rede de Justiça e Paz” por todo o país.²⁶

O objetivo maior da Comissão nacional era estender suas atividades por todo o território nacional, de modo descentralizado, a fim de refletir as diversas peculiaridades das “organizações regionais da CNBB”. Firmes neste empreendimento, os primeiros núcleos foram criados nos Estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Maranhão e Santa Catarina nos primeiros anos da década de 1970.²⁷ O trabalho desenvolvido pela entidade privilegiava a concessão de “assistência moral e

²⁴ FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. Op. Cit., 13-8.

²⁵ Ver: FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001. Ver também: FICO, Carlos. A Ditadura mostra a sua cara: Imagens e memória do período (1964-1985). IN: The Cultures of Dictatorship: Historical Reflections on the Brazilian *Golpe* of 1964. [Abstracts & Precirculated Papers](http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/cficoport.pdf), University of Maryland, oct. 2004. Disponível em: <<http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/cficoport.pdf>>. Acesso em 30 de junho de 2006.

²⁶ BANDEIRA, Marina & MENDES, Candido. Op. Cit., pp. 19-20.

²⁷ Idem, p. 17.

material a famílias e amigos das vítimas”, sendo que, no caso dos exilados, foram estabelecidos contatos com “entidades amigas sediadas no exterior” a fim de ajudá-los.²⁸

Além da defesa dos direitos humanos e da “coibição de assassinatos e torturas”, a Comissão nacional também se empenhou em desenvolver “Cadernos de Justiça e Paz”, contendo temas relativos à realidade político-social brasileira. Foram estudos sobre o “perfil da violência repressiva; o caráter discriminatório dos julgamentos no país ligados a um intrínseco preconceito de cor e pobreza” ou ainda textos sobre a “realização da reforma agrária”, entre outros. Pretendia-se desenvolver atividades que privilegiassem uma “educação continuada por Justiça e Paz”.

Antes de envolver a sociedade com tais campanhas educativas, porém, era necessário promover uma “articulação global”, isto é, ampliar o número de entidades assemelhadas por todo o território nacional. Para tanto, a Comissão estimulou também “a criação, nas dioceses, de Centros de Defesa dos Direitos Humanos”. Estes deveriam pautar suas atividades sobre a coleta de informações e denúncias, as quais eram encaminhadas às Comissões Regionais com sede nos Estados da Federação, sendo que estas, por sua vez, encontravam-se diretamente ligadas à Comissão Nacional.²⁹ As primeiras tentativas de mobilizar grupos de leigos para a formação de tais movimentos datam de 1973, mas foram sensivelmente reforçadas após 1978, como veremos a seguir.³⁰

Ao analisar as fontes relativas ao I Encontro Nacional de Direitos Humanos, observamos que a maioria dos grupos que surgiram em diferentes regiões do país, iniciou suas atividades em fins dos anos 1970.³¹ Como a Comissão nacional passou a desenvolver seus trabalhos efetivamente no ano de 1971 e, considerando que as primeiras tentativas datam de 1973, parecia haver certo descompasso quanto ao que teria ocasionado o surgimento de parte significativa destes grupos somente no pós-1978.

A explicação para o fato encontra-se relacionada, segundo relato de Marina Bandeira e Cândido Mendes, ao cuidado em manter a linha de pensamento e ação do órgão nos movimentos dele derivados. Além das dificuldades materiais sempre presentes, a Comissão temia pela “dispersão de esforços” e pelo “uso não autorizado” do nome da “entidade que começava a se tornar conhecida” e respeitada “até das altas autoridades do país”. Temia-se também que as novas organizações não seguissem a linha de pensamento e ação da Comissão nacional. O temor se justificava, pois em certa ocasião, por exemplo, uma entidade encaminhou pedido de criação de uma CJP local e no programa de ação do organismo constava que defenderiam “mais e melhor armamento para a polícia”.³²

Problemas como este, levaram ao estabelecimento de critérios para a criação de novos organismos. A fim de assegurar que as novas entidades atuassem segundo a linha adotada pela CJP/BR, propuseram que o Arcebispo local deveria dar plena aprovação aos nomes cogitados para integrar a

²⁸ Idem, pp. 79-80.

²⁹ Idem, pp. 18-9.

³⁰ Idem, pp. 87-91;126.

³¹ SEDOC, maio de 1982, pp. 1032; 1099-132.

³² BANDEIRA, Marina & MENDES, Candido. Op. Cit., pp. 92-3.

entidade. Esta medida, porém, tinha seus inconvenientes. Em Belo Horizonte, por exemplo, embora houvesse um grupo de vinte pessoas dispostas à trabalhar, o Arcebispo não autorizou a criação da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos.

Por outro lado, a fim de se evitar a “dispersão de esforços” e com o intuito de manter a articulação como prevista inicialmente, ficou estipulado que a oficialização dos grupos de CJPs dependia da existência de uma Comissão na capital do Estado.³³ Tais medidas centralizadoras evitaram por certo tempo, isto é, até fins dos anos 1970, o surgimento desordenado destes movimentos, assegurando inclusive que as atividades desenvolvidas fossem apoiadas pela hierarquia eclesiástica.

Numerosos pedidos provenientes de dioceses “continuavam a chegar ao Secretariado Permanente”, contando ou não com o endosso do bispo diocesano. Contudo, estes “pedidos de oficialização de CJPs” eram negados, pois os grupos “pouco conheciam as normas da CJP/BR e teriam dificuldade em contar com assessoria jurídica adequada”. A negativa incentivou a multiplicação dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos pelo país. Estes, muitas vezes, se apresentavam “sem maiores vinculações com a Hierarquia da Igreja, independentes, flexíveis _com ou sem a participação do bispo diocesano, constituídos por cristãos ou não”.³⁴

O crescimento destes Centros levou a CJP a consultar a CEP (Conselho Episcopal de Pastoral) “quanto à possibilidade de uma melhor definição de atribuições e áreas de atuação da CJP no Brasil; e consultar a CEP sobre a recomendação de Centros de Defesa dos Direitos Humanos”.³⁵ A consulta recebeu parecer favorável e em reunião de 3 de outubro de 1978 ficou decidido que a Comissão passaria a adotar as seguintes medidas:

*a) autolimitar sua área de atuação, restringindo-se aos níveis nacional e regional _arquidiocese de capitais;b) ampliar sua linha de estudos e divulgar o resultado dos mesmos;c) fortalecer sua assessoria jurídica tendo em vista ampliar a rede nacional de advogados Justiça e Paz;d) aperfeiçoar sua articulação com a Cáritas Brasileira, a Comissão de Pastoral da Terra, a Pastoral das Grandes Cidades e os Centros de Defesa dos Direitos Humanos, procurando apoiar essas entidades em tudo o que estiver ao alcance da CJP;e) prosseguir em seu atendimento a presos, refugiados estrangeiros e demais atividades.*³⁶

A partir desta nova postura surgiram inúmeros Centros de Defesa dos Direitos Humanos ou Comissões de Direitos Humanos. A Comissão nacional passava então a privilegiar a capacidade mobilizatória e contestatória dos movimentos em detrimento das implicações relacionadas à efetiva vinculação com os mesmos. Cabe ressaltar que, estes grupos, apesar de contarem com a assistência da CJP/BR, eram “independentes” deste órgão.³⁷ Os organismos que surgiram a partir desta empreitada

³³ Idem, pp. 92-3.

³⁴ BANDEIRA, Marina & MENDES, Candido. Op. Cit., p. 124.

³⁵ Idem, p. 125.

³⁶ Idem, pp. 126.

³⁷ Idem, p. 126.

formariam em 1982 o Movimento Nacional de Direitos Humanos, como analisaremos no texto subsequente.

3. A Formação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos: Encontros

Em 1982 foi realizado no Centro de Estudos Franciscanos e Pastorais para a América Latina (CEFEPAL) em Petrópolis, Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Direitos Humanos. O evento reuniu trinta e três entidades de direitos humanos de onze Estados brasileiros, quais sejam, Acre, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo e Bahia.³⁸

O surgimento dos grupos, segundo consta no relatório produzido ao fim do encontro e publicado pelo Serviço de Documentação (SEDOC) em maio de 1982, encontrava-se associado a um novo posicionamento frente à situação de injustiça presente em todo o país. Além disso, as “necessidades locais” serviram de motivação para a criação das entidades que surgiram “desordenadamente sob diferentes nomes e origens várias”.³⁹

O Encontro nacional destes organismos pretendia ampliar os laços de apoio e solidariedade entre os diversos grupos que, “isolados uns dos outros sentiam-se fracos diante da institucionalização do desrespeito aos direitos do homem”. A luta pelos direitos humanos era a caminhada de todos os presentes e para este fim tornou-se imprescindível a articulação entre as entidades no intuito de fortalecer o movimento.⁴⁰ Esta articulação era pretendida, como dito anteriormente, pela CJP/BR, mas só se efetivou pela iniciativa dos próprios organismos.

Os grupos de defesa dos direitos humanos que surgiram por todo o país eram desconhecidos uns dos outros, o que acrescia ainda mais a percepção de que era necessária maior organização: “não se tinha conhecimento dos grupos existentes, nem possibilidade de obter informação sobre seus endereços”.

⁴¹

A existência de um movimento nacional de direitos humanos pode ser verificada já em 1982, considerando que a partir desta data a articulação entre os movimentos se tornaria uma constante especialmente em razão da criação do SIN (Serviço de Informação).⁴² Até a formalização do movimento

³⁸ SEDOC, maio de 1982, nº 14, pp. 1028-31.

³⁹ SEDOC, maio de 1982, nº 14, p. 1029.

⁴⁰ SEDOC, maio de 1982, nº 14, p. 1029.

⁴¹ SEDOC, maio de 1982, nº 14, p. 1029.

⁴² O SIN (Serviço de Informações) foi um organismo criado neste 1º. Encontro Nacional de Direitos Humanos a fim de estabelecer uma rede de contatos entre os membros do movimento. O organismo, inicialmente sediado em Petrópolis, era encarregado de repassar quaisquer tipos de informações a todos os grupos através de correspondências. SEDOC, junho de 1983, nº 15, pp. 1155; 1185-89.

em 1986 passaram-se quatro anos. Durante o período analisado o número de entidades praticamente triplicou, passando de 33 organismos no primeiro encontro para 97 no quarto evento.⁴³

Nos sucessivos encontros que foram realizados após este evento em Petrópolis, a organização do movimento nacional tornou-se mais abrangente, sendo dividida em regionais. Além disso, estas regionais também começaram a realizar seus próprios seminários, palestras e encontros, no intuito de subsidiar a prática dos diversos grupos com conhecimento mais especializado.⁴⁴

Cresceu entre os grupos a preocupação com a ação do movimento. Particularmente o segundo e o terceiro encontros nacionais, realizados respectivamente em Taboão da Serra (SP) no ano de 1983 e em Vitória (ES) no ano de 1984, foram dedicados a esta temática.⁴⁵ Dos debates ensejados pelos grupos participantes nestes eventos, foram sendo construídos o campo de ação do movimento nacional e os métodos para a prática dos grupos. Por outro lado, nestes encontros também seria recorrente entre os presentes a perspectiva de que o desrespeito aos direitos humanos perpassava principalmente três grandes temas: "terra", "trabalho" e "violência".⁴⁶

O encontro em Vitória, por outro lado, inovou ao enfatizar o desenvolvimento de um "trabalho pedagógico", tendo vista a "formação de uma consciência nacional sobre cidadania".⁴⁷ Neste evento também se discutiu a articulação nacional. Até o momento em questão, existiam "três mecanismos de articulação entre os grupos": os encontros nacionais, os encontros regionais e o SIN (serviço de intercâmbio nacional). A idéia de se criar um "órgão representativo", porém, foi rejeitada pelo "plenário [que] achou que ainda não existem[iam] condições para uma organização nacional".⁴⁸

A formalização do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos só viria a ser concretizada durante o quarto encontro, realizado em Olinda, PE, em janeiro de 1986. O evento pretendia, além da criação formal do movimento "constituída[o] através de estatuto e carta de princípios, contendo as linhas básicas norteadoras da luta pelos Direitos Humanos", a "realização de um ato de autoconvocação da *Constituinte dos Direitos Humanos*", quando se "reafirmar[ia] nossa disposição de luta pela participação popular no processo de elaboração da nossa Carta Constitucional".⁴⁹ A partir desta

⁴³ O 1º. Encontro realizado em Petrópolis, RJ, em 1982 reuniu 33 entidades de diferentes regiões do país. O 2º. Encontro congregou 60 associações em Taboão da Serra, SP, no ano de 1983. O 3º. Encontro ocorrido em 1984 em Vitória, ES, contou com a presença de 87 organismos. E, por fim, no 4º. Encontro organizado em Olinda, PE, participaram 97 grupos de defesa dos direitos humanos. Ver: Os respectivos relatórios foram publicados pelo SEDOC (Serviço de Documentação). Ver: SEDOC, maio de 1982, nº 14, pp. 1027-1139; SEDOC, junho de 1983, nº 15, pp. 1155-1268; SEDOC, junho de 1984, no. 16, pp. 1239-1265; SEDOC, outubro de 1986, no. 19, p. 259-383.

⁴⁴ Acerca da subdivisão em regionais ver: SEDOC, outubro de 1986, no. 19, p. 300.

⁴⁵ SEDOC, junho de 1983, nº 15, pp. 1161-2.

⁴⁶ SEDOC, junho de 1983, nº 15, pp. 1194-5; SEDOC, junho de 1984, no. 16, p. 1259.

⁴⁷ SEDOC, junho de 1984, no. 16, p. 1259.

⁴⁸ SEDOC, junho de 1984, no. 16, p. 1261.

⁴⁹ SEDOC, outubro de 1986, no. 19, p. 311.

data, o movimento apoiaria especialmente as iniciativas populares de propostas enviadas à Assembléia Nacional Constituinte formada desde o ano de 1986.⁵⁰

4. Considerações Finais

Os aspectos suscitados anteriormente de maneira bastante concisa pretendem apontar para a íntima ligação entre a conjuntura eclesial, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, e o surgimento dos primeiros Centros de Defesa dos Direitos Humanos, bem como de Comissões de Direitos Humanos. A trajetória da Igreja, tal como foi abordado neste texto, e mais especificamente da Comissão Brasileira Justiça e Paz adquirem especial relevância na análise acerca da origem destes grupos que, independentes desta mesma comissão, passaram a forjar uma identidade nacional representada pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

Este movimento configurou-se na cena política brasileira no ano de 1982 e a partir desta data observa-se um crescimento da organização interna e o aumento das adesões. Também as questões identitárias tenderam a ser melhor formuladas nos sucessivos encontros, o que possibilitou a formalização do movimento em 1986, quando passa a atuar na conjuntura política do país, tendo por princípio a organização popular com fins à participação no processo Constituinte.

Bibliografia

ADULNATE, José. Os Direitos Humanos e uma Igreja que se abre. IN: BOFF, Leonardo; UNDURRAGA, Joaquín; ESQUIVEL, Adolfo Pérez et. Al. (coords.). **Direitos Humanos, Direitos dos Pobres**. São Paulo: Vozes, 1992.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZZI, Riolando. A Igreja do Brasil na defesa dos Direitos Humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 37, fasc. 145, mar. 1977

BALDUÍNO, Tomás. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural. IN: **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.

BANDEIRA, Marina & MENDES, Candido. **Comissão Brasileira Justiça e Paz: Empenho e Memória**. Rio de Janeiro: Educam, 1996.

⁵⁰ Sobre a mobilização da sociedade no processo Constituinte e a participação dos movimentos sociais, ver: SOUZA, Celina. Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: Processo Decisório, Conflitos e Alianças. Rio de Janeiro: **Dados** – Revista de Ciências Sociais, vol. 44, n.º 3, 2001, pp. 513 a 560.

BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II**: Participação e Prosopografia (1959-1965). Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 2001.

CANCIAN, Renato. **Comissão Justiça e Paz de São Paulo**: Gênese e Atuação Política (1972-1985). São Carlos: EdUFSCAR, 2005.

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz**: Memórias da Comissão de São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. A Pluralidade das Censuras e das Propagandas da Ditadura. IN: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de Lima et al (orgs). **1964-2004**: 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

FICO, Carlos. A Ditadura mostra a sua cara: Imagens e memória do período (1964-1985). IN: The Cultures of Dictatorship: Historical Reflections on the Brazilian *Golpe* of 1964. [Abstracts & Precirculated Papers](#), University of Maryland, oct. 2004. Disponível em: <<http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/cfcoport.pdf>>. Acesso em 30 de junho de 2006.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIBANIO, João Batista. A Igreja que sonhamos construir. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Out. de 2005, nº 260, vol. 65.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**: 1916-1985. SP: Brasiliense, 1979.

MOURA, Alkimar R.. Rumo à Entropia: a política econômica, de Geisel a Collor. IN: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor**: O Balanço da Transição. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

RIVAS G., Exequiel. Cem anos de Doutrina Social da Igreja: aproximação histórica e ensaio de síntese. IN: IVERN, Francisco & BINGEMER, Maria Clara L. (orgs.). **Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação**. SP: Edições Loyola, 1994.

ROCHA, Zildo (org.). **Helder, o Dom**: Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

SHARE, Donald & MAINWARING, Scott. Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha. **Dados**: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 29, nº2, 1986.

SOUZA, Celina. Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: Processo Decisório, Conflitos e Alianças. Rio de Janeiro: **Dados** – Revista de Ciências Sociais, vol. 44, nº 3, 2001.

Religião e Política:
Questões e debates sobre o divórcio em Juiz de Fora no ano de 1912

Kelly Cristina Teixeira*
(PPCIR / ICH – UFJF)
Kellyteixeirat@yahoo.com.br

A terra *brasilis* assumiu na transição do século XIX para o XX, a proposta de um novo governo laico advinda da onda revolucionária burguesa européia. Entre outros fatores este contribuiu para a instauração da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil com sua proposta de modernização exigindo um rompimento com o passado compreendido como o “retrato do atraso”¹. Como uma onda de novidades o projeto modernizador trazia correntes distintas de pensamentos, mas que em certa medida na prática tinham que ser adaptadas à realidade cotidiana dos seus habitantes ávidos por incorporar-se ao “bloco civilizado”. Segundo Ianni em cada época marcante da sua história, a sociedade brasileira tem sido levada a pensar-se novamente, havendo uma influência das idéias anteriores nas recentes². Ou seja, a originalidade das novas idéias nem sempre é plena, os conceitos são recriados parecendo originais.

Em 1890 data dos Decretos-Lei do Governo Provisório da República (1889-1894), se debatia sobre a organização institucional de uma nação em formação, o novo regime republicano exigia a criação de instituições que atendessem as suas necessidades. Era um período de intensa movimentação no sentido de dotar o país de um regime laico e liberal. O governo provisório com base nesta proposta instituiu a obrigatoriedade do casamento civil e o divórcio *mensa et horo* (separação de corpos), através do Decreto nº181³. Em 1891 a Constituição estabeleceu a separação entre Igreja e Estado⁴. Mais tarde no ano de 1916, ocorre à promulgação do Código Civil. Sua preparação retoma discussões como a do casamento como uma união indissolúvel ocorrendo fortes divergências entre as esferas civil e religiosa. O Código Civil ao ser promulgado se mostraria similar ao Decreto-Lei 181, legislação que apenas alteraria sua redação substituindo a palavra divórcio por desquite que juridicamente quer dizer o mesmo (separação de corpos e bens). Este ano também é de grande movimentação para a Igreja Católica que

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

¹ Segundo o verbete Modernização do Dicionário do Brasil Imperial este termo vem sendo utilizado pelos historiadores para indicar as tentativas de incorporar as inovações do capitalismo industrial europeu na estrutura social brasileira da época. FARIA, Sheila Siqueira. Verbetes “Modernização”. In.: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 537 a 539. Também Ortiz nos dá a direção do que era considerado como símbolo de modernização e progresso neste momento. O transporte urbano (bonde), a ampliação do espaço público, a modificação de costumes tanto no campo das idéias ou, por exemplo, no vestuário, ambos inspirados nos modelos europeus. Há ainda a distinção entre o urbano e o rural, as medalhas de Exposições Universais, os prédios do governo e a arquitetura entre outros. ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade: a França do século XIX**. São Paulo: Brasiliense 1991, p.29.

² IANNI, Otávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 7.

³ A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 ratificou este decreto reconhecendo apenas o casamento civil como recurso legal para a formação da família. Quando utilizarmos o termo divórcio com o fim de vínculo matrimonial o denominaremos de “divórcio *a vínculo*”.

⁴O Padroado foi conseguido junto a Roma por Portugal em 1453. Significava a função do poder civil com o religioso.

através da Carta Pastoral de Dom Leme, convoca os católicos à observação dos sacramentos cristãos⁵. Portanto vemos a partir do estudo sobre o divórcio o vínculo entre o passado e o presente. Uma vez que acima de tudo a proposta do novo governo era de um país laico, livre de qualquer interferência religiosa.

A religião, na República passara a ser uma opção de foro íntimo. Entretanto se o governo, ao decretar a separação entre os poderes civil e eclesiástico, previa o afastamento das interferências da religião católica em assuntos de normatização exclusiva do Estado, na prática isto não ocorre se analisarmos o assunto pelo prisma das separações conjugais. Estamos cientes como observou Lopes que a polêmica da separação *a vínculo* não dizia respeito somente à religião por envolver princípios dogmáticos, mas também à sociedade e o poder público. Ainda segundo Lopes uma série de outras questões estavam ligadas ao divórcio, como o casamento e a constituição familiar. Uma vez que, através da união conjugal se regulavam o estatuto da família e dos filhos, a posição da mulher na sociedade, a transmissão de propriedade e nome, a condição civil, a cidadania e a nacionalidade⁶. Logo, além do mote religioso que contribuiu para decisões tomadas no Congresso Nacional, questões de ordem prática estavam inseridas na demanda.

Dentre as correntes de pensamento no país no período republicano destacamos como mais significativas neste momento de modificações: a católica, a positivista, a liberal e a socialista⁷. Damos destaque no presente estudo às correntes católica e positivista, por terem coexistido de forma paradoxal e complementar na questão da modernização brasileira principalmente no que tange às relações conjugais. Apesar de terem concepções distintas sobre o casamento, visto que a doutrina católica o via como um sacramento e os positivistas como uma sanção social, ambos concordavam em este não ser um contrato como vislumbrava o nascente Estado republicano. Bem como nas palavras de Miguel Lemos líder positivista, em 22 de maio de 1887 "*repelimos toda tentativa contra a indissolubilidade do vínculo matrimonial*"⁸. Como para os positivistas, o casamento civil não era compreendido como um contrato Lemos defendia a compatibilidade de idéias com o catolicismo da seguinte forma:

*ficamos dispensados de responder à objeção que consiste em deduzir dessa assimilação a necessidade do divórcio e, portanto, não temos que defendermos da pecha de incoerentes, quando sustentamos o casamento civil indissolúvel*⁹.

⁵ Dom Sebastião Leme de Silveira Cintra; arcebispo de Olinda e Recife de 1916 – 1921. A Carta Pastoral citada definiu a linha de atuação do cardeal. Segundo Ralph della Cava, D. Leme considerava que "a República havia levado ao poder uma minoria descrente deixando os crentes sem poder de decisão a respeito dos problemas nacionais." Dicionário Histórico – biográfico brasileiro pós 30, vol. 111, 2 ed., Rio de Janeiro. Ed. FGV. CPDOC, 2001.

⁶ Lopes, Cristiane Fernandes. **Quod Deus Conjurit Homo Nuon Separat**: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890 – 1938). Dissertação de mestrado, São Paulo: USP, 2002 p.42.

⁷ Para o assunto ver: AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994. (a) p. 14-15.

⁸ LEMOS, Miguel. Casamento Civil: divórcio. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil 1975, p. 5.

⁹ Idem. Para Lemos o fim do vínculo levaria a desorganização da Pátria e conseqüentemente a anarquia e ao caos. Os positivistas declaravam-se contra ao monopólio religioso, mas aproveitando ensinamentos que levavam ordem a organização do país.

Em meados do século XIX, sobretudo no pontificado de Pio IX, o pensamento católico passou a assumir na Europa um caráter profundamente autoritário e antiliberal, denominado Ultramontanismo¹⁰. Este veio a ser transplantado para o Brasil a partir de 1840, no período de pacificação do país e do golpe da maioria através de uma elite eclesial reformadora européia¹¹. O conceito de Ultramontanismo confunde-se com o de Romanização, já que a reforma se dispunha a inserir o Brasil em um modelo pensado em termos de europeização, uniformização e centralização do poder. Este grupo opunha-se durante no período republicano às idéias de modernização e progresso defendidas principalmente pela corrente positivista. Por sua vez o positivismo comtista, que teve seu berço na França assumia desde seus primórdios uma postura progressista amparada pelo princípio da ordem. A fundação do Apostolado Positivista no Brasil no Rio de Janeiro, em 1881, por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, permitiria uma ampla divulgação das diretrizes deste pensamento influenciando principalmente as classes militares e profissionais liberais¹².

Neste sentido, igreja católica no Brasil tinha que agir o mais rapidamente contra alguns males do progresso que poderiam vir a se instalar no país. Por conseguinte, o projeto católico reformador adquiriu maior ênfase e necessidade imediata de concretização com a separação Igreja e Estado, consagrada pelo Decreto 119-A, de 1890. Mas o que os agentes da jovem república entendiam por modernização? Seria simplesmente a contraposição de passado e futuro, estagnação e progresso? Tavares Bastos, deputado por Alagoas em 1862 exemplificou este pensamento através da seguinte metáfora: um afastamento do "cadáver do passado" simbolizado pelo espírito clerical aproximando-se do "obreiro do futuro" baseado no espírito liberal¹³. É interessante percebermos que essa posição antitética não é, todavia hegemônica entre as práticas políticas. Uma vez que existem diferentes níveis de conciliação entre propostas clericais e propostas de inspiração liberal. A questão mostra-se muito mais complexa e paradoxal na prática. As representações da república criada e acreditada por seus contemporâneos eram na vivência cotidiana composta de uma ambigüidade pautada pelo moderno e o conservador. Embora sedutora as propostas do Estado liberal, esta se fazia acompanhar por um cortejo de novidades pouco familiares que poderiam ameaçar valores pilares da sociedade brasileira. De acordo com Ana Luiza Martins mesmo antes da proclamação da república o envolvimento afetivo do povo com a religião católica era mais no aparato que

¹⁰ O termo Ultramontano remonta ao momento em que muitos clérigos optaram por manter obediência a Santa Sé. A partir da ótica francesa, o poder do papa cuja sede era em Roma, situava-se atrás dos Alpes, ou seja, no ultramontes. Daí a designação de católicos ultramontanos atribuída aos asseclas do poder pontifício. Os ultramontanos professavam fidelidade inquestionável ao pontificado romano, aceitando dar às expressões de fé católica características universais embora na realidade fossem todas originadas da própria tradição romana. Daí a vinculação profunda entre ultramontanismo e romanização do catolicismo.

¹¹ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Ultramontana em Juiz de Fora (1890-1924)*. Juiz de Fora: Irmãos Justinianos, 2004.

¹² MARTINS, Ana Luiza. **República um outro olhar**. São Paulo: Contexto, 1989.

¹³ Aureliano Cândido Tavares Bastos, nasceu na cidade de Alagoas, atualmente Marechal Deodoro (AL) em 20 de abril de 1839 e faleceu em Nice (França) em 3 de dezembro de 1875. Foi eleito deputado geral por Alagoas em três legislaturas (1861-1863; 1864-1866; 1867-1870) sendo a primeira vez aos 22 anos de idade, o mais novo deputado do parlamento. Sobre Tavares Bastos ver: SILVA, Antônio Marcelo J. F. da. **Tavares Bastos: Biografia do Liberalismo brasileiro**. Tese. IUPERJ: Rio de Janeiro, 2005.

exatamente com sua essência, havendo mais uma encenação da prática¹⁴. Mas não podemos negligenciar esta necessidade de “encenação” na vida cotidiana de outrora. Entre o pensar e o agir estão embutidos reconhecimentos mútuos, participação e exclusão dentro de determinado contexto.

A “jovem” república inicia exigindo da Igreja Católica uma contundente reflexão crítica e um grande esforço organizacional. A perda de regalias com a extinção do Padroado Imperial ao mesmo tempo em que a fez transformar sua base material de sustentação dos cultos e do clero exigindo criatividade em suas alternativas, possibilitou também uma reinvenção de influências junto à população. A multiplicação de escolas católicas e dioceses no Brasil aproximaram em certa medida o clero da população. Se a escola se aproximou de uma elite, o grande número de paróquias conseguiu administrar e combater de forma mais próxima o Catolicismo Popular¹⁵. Isto se deu através de uma supervisão maior do pároco face às associações e irmandades religiosas bem como o combate do que era considerado ofensivo aos ensinamentos da Santa Sé através de sermões, catecismos e da própria confissão. Entretanto, a desaprovação do projeto de divórcio *a vínculo* por parte do povo brasileiro, seria um bom exemplo do poder católico. Baseado na lei divina “*não separe o homem o que Deus juntou*”, era contrário às leis inovadoras de um Estado onde todas as religiões poderiam conviver e disputar fiéis, fervilhando um pluralismo religioso onde a situação das religiões era acima de tudo uma situação de mercado. Como já indicara Berger a modernidade transformou as instituições religiosas em agências de mercado, logo o impedimento do projeto de divórcio demonstrava o poder de influência do catolicismo mesmo com a perda do seu monopólio religioso¹⁶.

O matrimônio neste momento conflituoso apresenta aspectos através dos quais ganha significado, um religioso e outro civil. Para a Igreja Católica ele é um sacramento para o Estado um contrato (e ainda para o Positivismo uma sanção social civil ou religiosa). É importante mostrarmos as distinções deste contrato. Por ele tem origem a família e uma série de outras relações civis, não raro o poder central procurou se associar a figura do pai, sob cuja autoridade estavam a esposa e os filhos¹⁷. A esposa parceira do homem na construção da sociedade conjugal e responsável pela educação dos filhos, passou a ser recrutada pelo Estado para aliada a ele atuar sobre a família em defesa e na conservação da ordem, mas sempre submissa ao esposo. Como consequência os movimentos higienistas e as associações católicas procuraram valorizar seu papel materno¹⁸. Anterior a este período a Igreja Católica já prescrevia comportamentos correspondentes ao do Estado para o casal. Se para o Estado burguês a imagem da

¹⁴ Idem.

¹⁵ Apesar de ser um conceito vago pode-se compreendê-lo como “todas aquelas crenças e práticas religiosas da população católica que não se enquadram no que é oficialmente proposto pela hierarquia”. OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de, VALLE, J. Edênio, ANTONIAZZI, Alberto. **Evangelização e comportamento religioso Popular**. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 23-24.

¹⁶ BERGER, Peter Ludwig. **O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da Religião**. São Paulo: Paulus, 1985.

¹⁷ Lopes, Cristiane Fernandes. Op.Cit.

¹⁸ Sobre o movimento higienista na questão familiar: ver ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: UNESP, 1999; COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 4^o ed. Rio de Janeiro Graal, 1999.

mulher passa a se basear na "rainha do lar" ou "anjo do lar". Para a Igreja ela devia ser o reflexo de Maria. A esposa é o alicerce moral da casa e o seu lar é o santuário. No governo da família o marido é o chefe a ele pertence à autoridade. Apesar de neste momento ao lado das discussões sobre o casamento, seu fim e a família termos o desenvolvimento dos movimentos feministas e com ele uma nova consciência da mulher diante de seu papel, este projeto não atingia todas de forma homogênea. Uma vez que o papel criado para grande parte das mulheres era ensinado desde cedo, ainda crianças aprendiam com suas mães ou uma mulher mais velha, na rotina doméstica, todas as lições para "casar bem" e ser uma "boa esposa e mãe". Ainda meninas começavam a confeccionar enxovais (que variavam de acordo com os recursos do pai) e a aprender com as mães a ter um comportamento manso, tolerante e solícito para "poder casar". Aprendiam a valorizar a vida matrimonial e algumas faziam disso seu projeto de vida. É bem verdade que algumas mulheres resistiram às imposições familiares e romperam as amarras da tradição. Ao lado destes comportamentos corriam os debates no Congresso sobre o tema do divórcio.

Os debates foram extensos e retornaram a cena política varias vezes entre 1890 a 1916. Segundo o deputado da época, Anísio de Abreu foram apresentados à Câmara e ao Senado 5 projetos em favor do divórcio, dos quais 2 foram rejeitados no Senado e 2 na Câmara sendo apenas 1 aprovado pela Câmara, mas não pelo Senado¹⁹. Dois projetos são relevantes os de Érico Coelho na Câmara dos deputados e de Martinho Garcez no Senado Federal. O primeiro celebrou-se por sua persistência em liderar entre 1893 a 1897, a campanha pelo divórcio na Câmara. Segundo este, o decreto lei 181:

é incongruente com a conquista civil do casamento, é uma lei manca; visto como se por um lado, dá ensanchas á desunião dos cônjuges e à separação terminante dos bens do casal, por outro lado proíbe os foragidos do casamento na intenção de jamais se reconciliarem, possam constituir por ventura famílias legítimas²⁰

Este argumento foi ponto comum a todos os partidários do divórcio a *vínculo*. Para eles apenas a separação de corpos e bens sem a permissão de novas núpcias impediam o indivíduo da construção de uma nova família legítima e feliz. Em 1900 Martinho Garcez, senador por Sergipe continuou a lutar pela provação do divórcio tendo como adversário Rui Barbosa.

Em Juiz de Fora os divorcistas ao debaterem o projeto levado a Câmara pelo deputado Floriano de Britto em meados de julho de 1912, apresentavam o mesmo argumento de Érico Coelho entre eles: Amarajós de Araújo, Franklin Magalhães, José Rangel, João Massena e Ignácio Gama como descrito no quadro a seguir:

Quadro 1: Posicionamento a favor do divórcio a *vínculo*.

¹⁹PROJETO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, vol. V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p.17.

²⁰ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 3ª SESSÃO DA 1ª LEGISLATURA, Sessões de 1 a 30 de junho de 1893, vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p.332.

Entrevistado	Profissão	Ocupou cargo público		Implantação do divórcio a vínculo		Motivo (s) alegado (s)
		sim	não	a favor	contra	
Amarajós de Araújo*				X		Liberdade aos cônjuges, com o fim do amor.
Franklin Magalhães*				X		Liberdade aos cônjuges, com o fim do amor.
Ignácio Gama	Jornalista, escritor, historiador e escritor.		X	X		Religiosos, liberdade aos cônjuges, com o fim do amor.
José Rangel	Farmacêutico, professor, jornalista e escritor.		X	X		Liberdade aos cônjuges, com o fim do amor.
João Massena	Farmacêutico, professor, jornalista e escritor.		X	X		Liberdade aos cônjuges, com o fim do amor.

* Não encontramos referência quanto à profissão ou se ocupou cargo político na cidade de Juiz de Fora no período **Fonte:** Jornal do Comércio, Juiz de Fora. *Opiniões em foco* de 28/08/1912; 30/08/1912; 01/09/1912; 03/09/1912.

Ignácio Gama é um bom expoente desta opinião em terras mineiras: *Sou pelo divórcio, contra a indissolubilidade do casamento, como fui pela emancipação dos escravos. A indissolubilidade é um cativo em atentado a liberdade. É semelhante à extinta escravidão*²¹.

Comparada à escravidão, a indissolubilidade negava aos indivíduos a liberdade para um novo casamento com o fim do amor entre os cônjuges. Mas para Ignácio Gama não se resumia apenas nisso, este agregou à sua posição de divorcista, questões religiosas. Administrando diversas funções ao longo de sua vida, converteu-se ao protestantismo que estava mais próximo de seu pensamento, e defendia:

A filosofia moral e religiosa que procuro seguir uns 15 anos ensinou-me que Deus não preside tais atos senão quando seus próprios autores deles os tornam obra divina, cumprindo deveres e guardando os preceitos do amor e de justiça que ele Deus nos tem revelado por seus mensageiros. Para esses casamentos não é preciso o divórcio, eles são indissolúveis cá e lá. Mas é o que existe? Não. O que existe são uniões humanas religiosas ou civis pouco importa, para que sejam imperfeitas e portanto revogáveis a seu tempo. O casamento é um contrato com as mais graves obrigações (...) e a falta de cumprimento de algumas delas pode e deve dar o direito de rescisão. Mas o

²¹ JORNAL DO COMÉRCIO, Juiz de Fora. *Opiniões em foco*, 1 de setembro de 1912, p. 1.

*padre, o juiz? Testemunhas públicas desse ato, um satisfazendo o sentimento religioso de alguns, o outro regulando necessidades sociais*²².

Foi também comum entre os divorcistas, o argumento de que o maior obstáculo que enfrentavam para colocar o Brasil entre as nações civilizadas era o preconceito teológico e a insistência dos antidivorcistas de que o país era cristão (leia-se católico). É realmente habitual neste período encontrar nos jornais pretextos de ordem religiosa para impedir a aprovação do divórcio: "*não pesa, para os seus adeptos (divorcistas), o argumento de ser o Brasil católico*"²³. Chegando a pontos inflamados do discurso:

*Esquecem-se esses de que o hábito, o mais imoral, uma vez legalizado vence a repugnância até mesmo de crentes, e os males sociais que decorrem da lei má produzem estragos profundos, sobrepujando ao sentimento religioso. É a tentação satânica vencendo a fraqueza humana*²⁴.

Esta afirmativa revela muito mais do que a intromissão de um terceiro personagem nas relações entre Deus e os homens. A tentação que sobrepuja o sentimento católico agora vencido pela força do mal pode também vir disfarçada, fazendo com que o fiel procurasse um culto que estivesse de acordo com suas necessidades conjugais. O protestantismo aumentava seu número de adeptos no Brasil e conquistava as elites através de seu sistema educacional, atenta em formar um seleto grupo intelectual e político²⁵. Sobre as separações conjugais, desde seu nascimento com a Reforma em oposição ao catolicismo, recusou-se a aceitar o casamento como sacramento. Para esta religião o matrimônio era um contrato, e mesmo estabelecido com a benção de Deus, cabia à jurisdição civil regular as questões relativas a ele. Sendo um contrato poderia ser desfeito e conseqüentemente o fiel não conheceria o pecado do adultério como o católico, caso contraísse novas núpcias. Em vista disso, as religiões protestantes poderiam "seduzir" os que desejavam uma nova vida. Neste sentido os antidivorcistas conclamam o povo a protestar contra o "nefasto", que ora tramitava no Congresso Nacional: *Cumpra que de cada canto do país uma voz se levante contra o divórcio tal qual como se o quer instituir, para que a representação nacional se convença de que a nação inteira o repele com todas as forças*²⁶. O ponto de discordância entre as duas correntes sobre o divórcio transparece neste trecho "tal qual como se o quer instituir". O divórcio (sem a quebra do vínculo matrimonial) era uma prática do Tribunal Eclesiástico e mais tarde à República instituiu através do Decreto-Lei 181 uma repetição deste. Portanto o novo sistema legislativo absorveu os costumes do Império então católico sobre as separações conjugais. Como poderia neste momento contrariar costumes tão arraigados na população? Muitos acreditavam não somente ser este projeto imoral, dissolvente da família como também, profundamente desrespeitador dos costumes de uma maioria que se pretendia católica. Logo, a explicação para a permanência do divórcio sem a extinção

²² Ibidem.

²³ JORNAL DO COMÉRCIO, Juiz de Fora. Divórcio, 10 de agosto de 1912, p. 1.

²⁴ Ibidem.

²⁵ CORDEIRO, Ana Lúcia. Evolução histórica do Metodismo em Juiz de Fora. In: TAVARES, Fátima Regina Gomes; CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Minas das Devoções: diversidade religiosa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF/PPCIR, 2003.

²⁶ DIÁRIO MERCANTIL, Juiz de Fora. O Divórcio I, 1 de agosto de 1912, p. 1 (grifo nosso).

do vínculo articulava todos os dogmas e interesses da Igreja Católica. A permanência do vínculo após o divórcio expressava para a Igreja "solução provisória deixando aos cônjuges sempre aberta a porta da conciliação"²⁷. Mas efetivamente expressava suas leis incorporadas na legislação laica como denominador de sua influência. Na cidade mineira de Juiz de Fora os antivorcistas tem neste sentido os argumentos que descritos na tabela abaixo:

Quadro 2: Posicionamento contrário ao divórcio a vínculo.

Entrevistado	Profissão (s)	Ocupou cargo público		Implantação do divórcio a vínculo		Motivo(s) alegado (s)
		sim	não	a favor	contra	
Ambrosio Braga	Médico.	X			X	Religiosos.
Augusto Teixeira*					X	Não deixa explícito.
Dilermando Cruz	Advogado, poeta e jornalista.	X			X	Fim e desorganização da família.
Duarte de Abreu	Médico, escritor e jornalista.	X			X	Não deixa explícito.
Gilberto Alencar	Jornalista, tradutor literário e romancista.		X		X	Não deixa explícito
Heitor Guimarães	Professor, escritor e jornalista.		X		X	Dissolução dos costumes, desorganização da família.
João Monteiro	Jornalista.		X		X	Fim e desorganização da família.
Lindolfo Gomes	Poeta, professor e jornalista.		X		X	Religiosos, morais, fim da família e desorganização da Pátria.
Luiz Oliveira	Escritor.		X		X	Dissolução da família.
Mario Magalhães	Farmacêutico, jornalista, escritor		X		X	Desgraça da

²⁷ Ibidem. O Divórcio III. 25 de agosto de 1912, p. 1.

	e poeta.					mulher.
Oscar Vidal	Engenheiro.	X			X	Não deixa explícito.
Pelino de Oliveira*					X	Desorganização da família.
Pinto de Moura	Advogado.	X			X	Religiosos

* Não encontramos referência quanto à profissão ou se ocupou cargo político na cidade de Juiz de Fora no período

Fonte: Jornal do Comércio, Juiz de Fora. *Opiniões em foco* de 28/08/1912; 30/08/1912; 01/09/1912; 03/09/1912.

Apenas cinco entrevistados tiveram participação na vida política de Juiz de Fora e nenhum foi a favor do projeto do divórcio *a vínculo*. O que nos leva a interpretar que a posição tomada por estes está intimamente relacionada com seus interesses políticos, visando apoio da Igreja Católica e de seus fiéis nas eleições. Mas também a questões maiores.

Os jornais dão notícia da retirada de apoio a políticos adeptos às idéias divorcistas. *"... é preciso que o povo na sua maioria entregue as labutações do trabalho (...) tenha quem lhe abra os olhos (...) para que não mais lhe sufrague os nomes nos comícios eleitorais sem um franco pronunciamento nesse sentido"*²⁸.

Encarregada de "abrir os olhos" da população estava à igreja Católica através da Liga Jesus, Maria, José e o clero tendo em suas mãos a possível derrota de um candidato que se posicionasse contra seus interesses. Era uma troca de favores que girava em torno do poder. Ao primeiro interessava o poder sobre o fiel ao segundo o poder sobre o cidadão. Em Juiz de Fora temos o exemplo de João Penido: *Os membros da Liga Católica Jesus, Maria, José de Curato da Glória em número de 500, enviaram ao Dr. João Penido formal e veemente protesto, contra o projeto de lei permitindo o divórcio afim de que seja lido na Câmara por esse deputado*²⁹.

Segundo René Remond, limitar-se apenas em posições políticas é deter o olhar na superfície das coisas. Elas são inseparáveis de uma concepção determinada de verdade das relações entre o espiritual e temporal e inexplicáveis sem isso³⁰. Identificar as relações que se instauraram entre religião e política através de um assunto de foro tão íntimo como o casamento e seu fim, num período de fortes mudanças como foi a transição do século XIX para o XX, nos leva a tratar de questões fundamentais. Aqui destacamos, seguindo as orientações de René Remond, as seguintes: como uma filiação a uma Igreja modela as atitudes dos cristãos? Vimos que Inácio Gama destacou sua pertença religiosa ao se

²⁸ DIÁRIO MERCANTIL, Juiz de Fora. O Divórcio I, 1 de agosto de 1912, p. 1.

²⁹ Ibidem. 6 de agosto de 1912, p. 1.

³⁰ COUTROT, Aline. Religião e Política. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1996.p. 338.

posicionar como divorcista. E Ambrósio Braga, Lindolfo Gomes e Pinto de Moura também mencionaram a religião para se posicionarem contra o projeto. Mas por quais vias as forças religiosas intervêm no domínio da política a ponto de constituir uma dimensão desta? Apesar de Juiz de Fora se reconhecer como liberal e adepta às idéias modernizantes, seu quadro político era preenchido por indivíduos, em sua maioria socializados em práticas religiosas católicas o que pode ser também um indício de suas atitudes.

Em geral, analisando o contexto da época, esses indivíduos nasceram em famílias de católicos praticantes e não devemos subestimar a influência da família nos processos de socialização. Foram catequizados numa idade em que o indivíduo é maleável; fizeram a primeira comunhão, cerimônia de grande carga emotiva. Além disso, a mensagem da Igreja não pode ser transmitida a não ser por expressões culturais de cada época. Sendo assim socializados por práticas coletivas os cristãos adquirem um sistema de valores profundamente interiorizado que subtende suas atitudes políticas³¹. Fica evidente que a Igreja Católica não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. À vista disso sempre pregaram uma moral individual e coletiva que devia ser seguida sem grandes questionamentos, proferindo também julgamentos em relação à sociedade, advertências e interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. Não estamos aqui reduzindo a força do catolicismo no Brasil de antanho, apenas ressaltamos alguns pontos com o intuito de elaborar algumas questões pertinentes ao estudo. Se a política não para de impor, de questionar, de provocar a Igreja Católica com os desafios que a modernidade impôs desembocando em recusas e conflitos, e se por um lado, contribuiu para marginalizar a religião, também enfrenta um paradoxo em suas atitudes. Uma vez que deixa permanecer em seu seio secularizado traços latentes do poder católico como a indissolubilidade do vínculo matrimonial. Portanto a religião católica mesmo com o advento do estado laico, continuou a manter relações com a política, mantendo uma fresta obliterada mas que ainda assim a permitia manter um campo de intervenção, mesmo que a compelisse a diversificar suas formas de ação.

As fontes nos indicam que a Igreja católica venceu a batalha do divórcio que se pretendia implantar no ano de 1912. Entretanto a guerra das idéias modernizantes estava apenas iniciando e este debate será retomado em vários momentos da história do país culminando com sua implantação oitenta e sete anos após a proposta de um estado livre de qualquer interferência religiosa. Assim Igreja católica também, pela voz dos seus fiéis representados nas duas casas do Congresso impediu a aprovação do divórcio.

³¹ Em um livro adotado em 1913, como manual para o uso de catecismos de perseverança, das casas de educação e das pessoas do mundo, ensinava de forma simples e objetiva que, apesar de existirem outras religiões, a única verdadeira era a Católica pois possui as quatro características de verdade: unidade, santidade, universalidade e verdadeiramente apostólica. Além disso, aprendiam que ser membro da Igreja é necessário para a salvação e que fora dela não há salvação. Sobre o matrimônio e o seu fim o manual prescreve: "o matrimônio não pode ser dissolvido se não pela morte de um dos esposos". Apesar de no Brasil neste período não haver o divórcio, possibilitando novas núpcias, o manual era de distribuição mundial, assinado pelo vigário geral de Reims, Mnr. Cauly, e países como França, Inglaterra e Estados Unidos já haviam adotado o divórcio como uma característica da civilidade e modernização, mas este prescrevia: "as leis civis que admitem o divórcio não podem neste ponto modificar coisa alguma na lei religiosa". Mnr. CAULY. *Curso de Instrução Religiosa*. São Paulo: Livraria Francisco Alves e Cia, 1913, pp. 85, 87 e 401.

As cidades mineiras que mais se empenharam na coleta de assinaturas contra o projeto obtendo número superior a mil assinaturas foram respectivamente: Ouro Preto 1.150, Juiz de fora 1.216, Cidade de Prados 2.525 e Belo Horizonte 2.814³². A entidade religiosa que se mostra mais atuante em outros municípios é a Confraria de São Vicente de Paula.

O debate sobre o divórcio correu ao lado das discussões do Projeto do Código Civil na Câmara e no Senado. A codificação civil percorreu um longo caminho até sua promulgação em 1916 entrando em vigor em 1917, sendo que o texto final estava pronto em 1915³³. Na questão do divórcio Clóvis Beviláqua reedita os motivos propostos pelo Decreto lei 181, pois acreditava que nessa matéria nada devia ser adicionado. Para este a indissolubilidade do vínculo era condição fundamental para a tranqüilidade social e a segurança do Estado. Seu objetivo era conciliar o que no seu entendimento havia de bom na tradição de nossas leis e as inovações que surgiam no campo do direito. Assim sendo não arriscou avançar na temática do divórcio *a vínculo*, pois como já o dissemos fazia parte de nossos costumes, mas sem a quebra do laço conjugal desfeito apenas pela morte. De acordo com Miguel Reale, Beviláqua era herdeiro da tradição alemã da Escola de Recife, conseqüentemente, o Projeto e o Código Civil, tem suas bases alicerçadas na doutrina germânica do direito, apesar de não deixar de lado outras legislações estrangeiras, por exemplo, a francesa³⁴. No entanto, pautado pelo princípio positivista do progresso através ordem absorveu um dogma católico corroborando a influência religiosa na codificação civil brasileira.

Não obstante de a conjuntura histórica ser propícia para estabelecer diversos rompimentos o tema do divórcio pouco avançou e se aproximou substancialmente dos ensinamentos católicos. Uma breve exemplificação destas aproximações podem nos ajudar a visualizar estas permanências.

O Decreto-lei 181 do Governo provisório, no art. 88, prescrevia: o divórcio não dissolve o vínculo conjugal, mas autoriza a separação indefinida dos corpos e faz cessar o regime de bens como se o casamento fosse dissolvido³⁵. Mais adiante, o artigo 93 reforça esta idéia de que o casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges³⁶. Em 1916 o Código Civil repete este pensamento no *Art. 315- A sociedade conjugal termina: Parágrafo único: O casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges...*³⁷ As duas leis civis encontram-se em perfeita harmonia com as propriedades do matrimônio

³² Ibidem. O Divórcio, 14 de setembro de 1912, p. 1.

³³ Para informações sobre o Código Civil consultar Grinberg, Keila. **Código Civil e Cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

³⁴ REALE, Miguel. **100anos de ciência do Direito no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1973, p. 27. A Faculdade de Direito do Recife desde o início atuava não apenas como um centro formador de bacharéis, mas principalmente como escola de Filosofia, Ciências e Letras, tornado-se notável por discutir incansavelmente os assuntos polêmicos que alcançavam uma geração. Beviláqua em 1883 publicou no *Recife a Filosofia Positivista no Brasil* declarando-se um "monista evolucionista". Na Escola de Recife formou com outros a corrente estritamente científica do positivismo contra a tendência mística e religiosa então forte n Brasil.

³⁵ Arquivo Público Mineiro. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Flash 3, Filme 23 LIB. Ano 1889/1890, p. 180.

³⁶ Idem.

³⁷ BEVILAQUA, Clovis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**, vol. 2, Rio de Janeiro: Francisco Alves e Paulo de Azevedo, 1917, p.205.

cristão amplamente conhecidas antes da promulgação do primeiro Código de Direito Canônico em 1917, que são a unidade e a indissolubilidade. A unidade consiste na união de um só homem com uma só mulher. E a indissolubilidade significava que o vínculo era desfeito apenas pela morte de um dos cônjuges. O parágrafo 2 do Cânon 1013 prescrevia: *la unidad y la indisolubilidad son propiedades esenciales del matrimonio, las cuales en el matrimonio cristiano obtienen una firmeza peculiar por razón del sacramento*³⁸. Nota-se através de uma análise destas três leis a contradição do Estado ao absorver em sua legislação laica preceitos fundamentais do catolicismo.

Desse modo os agentes sociais predominantes de outrora foram levados a pensar os desafios com os quais se defrontariam. Bem como, os objetivos que pretendiam os aliados e opositores com os quais iriam negociar, os interesses próprios e alheios que precisariam interpretar. Ao pensar o presente foram levados a pensar e repensar o passado, a procurar e estudar rupturas e inovações. Em um contexto de novidades e rupturas a Igreja Católica em uma conjuntura romanizadora venceu o suposto Estado laico se tornando em certa medida uma crença oficiosa do estado desconstruindo o objetivo de modernização. Apenas em 1977 através de inúmeros debates tendo à frente Nelson Carneiro a nomenclatura desquite foi alterada para divórcio, mas esta tinha incutido em sua significação a quebra do vínculo conjugal e a possibilidade de uma segunda união sem o cometimento do crime de adultério então previsto no Código Penal.

Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 3ª SESSÃO DA 1ª LEGISLATURA, Sessões de 1 a 30 de junho de 1893, vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BEVILAQUA, Clovis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**, vol. 2, Rio de Janeiro: Francisco Alves e Paulo de Azevedo, 1917.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Flash 3, Filme 23 LIB. Ano 1889/1890.

CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO y legislación complementaria. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, MCMXLIX.

DIÁRIO MERCANTIL, Juiz de Fora, 1912.

JORNAL DO COMMERCIO, Juiz de Fora, 1912.

PROJETO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, vol. V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

Bibliografia

³⁸ CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO y legislación complementaria. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, MCMXLIX, p. 373.

- AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.
- BERGER, Peter Ludwig. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da Religião. São Paulo: Paulus, 1985.
- CORDEIRO, Ana Lúcia. Evolução histórica do Metodismo em Juiz de Fora. In: TAVARES, Fátima Regina Gomes; CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Minas das Devoções: diversidade religiosa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF/PPCIR, 2003.
- COUTROT, Aline. Religião e Política. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1996.
- IANNI, Otávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- Lopes, Cristiane Fernandes. **Quod Deus Conjurit Homo Nuon Separat**: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890 – 1938). Dissertação de mestrado, São Paulo: USP, 2002.
- MARTINS, Ana Luiza. **República um outro olhar**. São Paulo: Contexto, 1989.
- MNR CULY. Curso de Instrução Religiosa. São Paulo: Francisco Alves & Cia, 1913.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de, VALLE, J. Edênio, ANTONIAZZI, Alberto. **Evangelização e comportamento religioso Popular**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade: a França do século XIX**. São Paulo: Brasiliense 1991.
- PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana em Juiz de Fora (1890-1924)**. Juiz de Fora: Irmãos Justinianos, 2004.
- REALE, Miguel. **100anos de ciência do Direito no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1973.

MORALIDADE PÚBLICA, URBANIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

Laura Valéria Pinto Ferreira*

INTRODUÇÃO

A urbanização, ocorrida a partir do crescimento industrial, caracterizou-se por um inchaço urbano sem precedentes e uma desorganização do espaço de convívio humano. Devido aos problemas urbanos, o Estado buscou reorganizar as cidades e os hábitos das camadas sociais mais pobres. No final do século XIX, as autoridades, auxiliadas pela elite cultural e científica, começaram a empreender políticas públicas que reformularam as práticas cotidianas da população. Percebe-se uma busca pelo “controle social” dos pobres. Governo e elite pretendiam alcançar um modelo ideal de civilização.

A nova ordem econômica promovida pela industrialização necessitava de uma nova mentalidade popular a cerca do trabalho e da moralidade pública. A população passou a ser coagida para o trabalho. Esse controle pode ser percebido pela reformulação do código penal brasileiro que, a partir de 1890, impôs uma nova conduta que coibia e punia a vadiagem e a desordem. Os hábitos populares foram transformados mediante o uso da força.

As classes mais pobres eram classificadas como perigosas e sua vida e costumes precisavam ser modernizados. O Estado buscou transformar a vida “insalubre” dos pobres em uma vida moderna e civilizada. Dessa maneira, o cotidiano urbano foi alterado para atender as demandas do Estado e da elite.

Na primeira parte do artigo realizamos um breve balanço historiográfico através da análise de alguns autores que abordam o tema da urbanização no processo de industrialização e como eles abordam a questão urbana. A segunda parte analisa a cidade moderno-industrial e seus problemas sanitários e populacionais e o desejo por uma nova moralidade pública. A terceira parte busca avaliar os mecanismos utilizados – reformas urbanísticas e coerção policial - para controlar e moralizar as massas urbanas. Finalizaremos destacando as mudanças comportamentais ocorridas devido à imposição do novo código penal brasileiro na Primeira República, em especial no que concerne a criminalização de algumas condutas sociais e as contravenções penais.

1 BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Diversos trabalhos historiográficos e sociológicos têm buscado analisar as transformações sociais, a questão urbana e a desorganização urbano-social desencadeadas pelo processo industrial. Esses estudos procuram compreender os problemas decorrentes da urbanização do século XIX e início do século XX em diferentes enfoques. Em um breve histórico iremos destacar os trabalhos de: Émile Durkheim, George Simmel, Walter Benjamin, Lewis Mumford, Michel Foucault, Edward Palmer Thompson, Boris Fausto, Margareth Rago e Sidney Chalhoub.

Emile Durkheim (1858-1917) buscou analisar os problemas sobre a ordem social e compreender a relação indivíduo-sociedade. Durkheim preocupou-se com o fenômeno da criminalidade e criou o conceito de "anomia". Segundo esse conceito, a sociedade só é possível devido a um conjunto de regras e a desobediência das normas sociais implicaria em uma ameaça a ordem social.¹ Na obra de Durkheim, como em outros autores do século XIX, percebemos a preocupação com "o conjunto da sociedade, e o problema principal consistia, de modo mais geral, em como estabelecer um grau necessário de organização e de regulamentação da sociedade de acordo com determinados princípios morais, mas sem o emprego excessivo da pura coerção". Em sua análise sociológica, Durkheim antecipou as questões sobre o controle social, apesar da expressão não ser de sua autoria.²

George Simmel (1858-1918) dedicou-se a entender os problemas que a vida urbana moderna provoca na saúde do indivíduo. Na conferência apresentada em Dresden (Alemanha), em 1903, Simmel estabeleceu a proposição de que as grandes metrópoles promovem uma "*intensificação da vida nervosa*, que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores". Para ele, o indivíduo não pode se desvencilhar das forças sociais, que estabelecem o norteamo das atitudes dos homens.

*Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida — a última reconfiguração da luta com a natureza que o homem primitivo levou a cabo em favor de sua existência corporal.*³

Segundo Simmel, o indivíduo moderno é impotente frente ao turbilhão de sensações proveniente da vida nas metrópoles e sua conduta é determinada socialmente. "Simmel é um dos primeiros estudiosos a pensar a modernidade".⁴

Em seu livro "Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo", Walter Benjamin (1892-1940) utilizou-se da literatura de Charles Baudelaire para analisar a vida urbana na Paris do Segundo Império. Benjamin nos fala de uma Paris desordenada e de vida desregrada. Ele se utilizou desses instrumentos para avaliar a vida moderna nas grandes cidades. A síntese da modernidade para Benjamin é a figura do

¹ DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Brasileira, 1997.

² ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. in **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 1, 2004. p.169.

³ SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). in **Mana**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005.

⁴ RAMINELLI, Ronald, História urbana. in: CARDOSO, Ciro Flamarion S. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.195.

flâneur, indivíduo que perambula por Paris sem destino e que não se sente à vontade nesse novo ambiente extremamente impessoal.

*Havia o transeunte, que se enfia na multidão, mas havia também o flâneur, que precisa de espaço livre e não quer perder sua privacidade. Ocioso, caminha como uma personalidade, protestando assim contra a divisão do trabalho que transforma as pessoas em especialistas.*⁵

Benjamin discorre sobre a ausência de vida privada e sobre o progresso da normatização da vida urbana. Analisou as barricadas parisienses e seus conspiradores, os poetas e a imprensa, a moda, a vida mundana e a periferia urbana entre outros temas para descrever a Paris do final do século XIX.⁶

O arquiteto e sociólogo Lewis Mumford (1895-1990), em seu livro "A cidade na História", destaca uma visão pessimista da urbanização. Mumford descreve a cidade industrial do século XIX utilizando-se do epíteto criado por Charles Dickens, que nomeou esse tipo de cidade, de a Coketown. O autor afirma que: "Em maior ou menor grau, todas as cidades do mundo ocidental, foram marcadas com as características arquetípicas de Coketown."⁷ Para Mumford, o crescimento urbano desordenado provocado pela industrialização trouxe problemas sanitários e médicos que provocaram uma reação governamental que promoveu reformas urbano-sanitárias. A intenção era sanear o corpo e moralizar o trabalhador. Nesse processo a população estaria alienada das transformações ocorridas na sociedade.⁸

Michel Foucault relaciona a sociedade moderno-industrial e a normatização social com a necessidade burguesa de controlar a sociedade e, principalmente, as classes trabalhadoras.⁹ Conforme Foucault, o poder - na fábrica, na prisão, no hospício, na escola e na sociedade - é um fenômeno externo aos indivíduos, que se encontram em eterna vigilância e controle social. Analogicamente, a sociedade se assemelharia ao conceito do Panóptico de Bentham:

*(...) na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. (...) Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções - trancar, privar de luz e esconder - só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor do que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.*¹⁰

⁵ BENJAMIN, Walter. **Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.50.

⁶ Idem.

⁷ MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 483-484.

⁸ Idem.

⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. e FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

¹⁰ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op.cit. p.177.

O panóptico seria um instrumento “para manter a ordem e a disciplina, vale dizer, o controle, em ambientes reunindo grande número de pessoas e expõe e constitui a aposta de longo prazo no poder modelador do meio sobre os hábitos e costumes das pessoas.”.¹¹ No entendimento de Foucault, a sociedade moderna teria criado mecanismos que teriam a função de vigiar e controlar a vida social. A abordagem foucaultiana tornou-se recorrente em vários estudos históricos e sociológicos.

Edward Palmer Thompson (1924-1993) buscou analisar as transformações sociais advindas da nova disciplina de trabalho capitalista. Thompson estudou as “classes subalternas” e sua participação na formação dos costumes sociais. Avaliou a importância da disciplinarização do trabalho industrial e as mudanças nos hábitos humanos, como a noção de tempo:

*O que estamos examinando nesse ponto não são apenas mudanças nas técnicas da manufatura que exigem maior sincronização do trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo em qualquer sociedade, mas essas mudanças como são experimentadas na sociedade capitalista industrial nascente. Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra.*¹²

Para Thompson, ao trabalhador foi imposta uma nova disciplina do trabalho que foi apreendida através de “supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes”.¹³ Dessa maneira, “as classes subalternas” foram compelidas a um comportamento desejado pelas elites econômicas e políticas por meio de punições até que essa nova ordem tenha sido internalizada e se tornado natural nas atitudes sociais.

Boris Fausto, em seu livro “Crime e cotidiano”¹⁴, narra os problemas urbanos e criminais da cidade de São Paulo entre 1880 e 1924. Fausto aborda o problema urbano através da análise dos crimes e contravenções. O autor examina os problemas decorrentes do crescimento urbano, da discriminação, da imigração e do controle social contra as camadas mais pobres da população. Através da noção de controle social, Fausto investiga a ação policial e a abrangência do Código Penal de 1890.

*A década de 1890-1900, caracterizada pelo crescimento populacional a uma taxa geométrica de quase 14% ao ano, pode ser vista como momento dramático de passagem de São Paulo à maioria, quando alguns problemas novos surgem e outros ganham intensidade. Em diferentes níveis, aparece a preocupação de controlar, de classificar, ligada ao objetivo das elites de instituir uma ordem urbana.*¹⁵

¹¹ BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e história. in OLIVEIRA, Lúcia Luppi. **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p.25.

¹² THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p.289.

¹³ Idem. p.297.

¹⁴ FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

¹⁵ Idem. p.21.

Outros estudos que têm como base metodológica a questão do controle burguês sobre a sociedade são os trabalhos de Margareth Rago, "Prazeres da Noite" e "Do cabaré ao lar". Nesses livros, a autora trabalha com a questão da normatização da vida familiar e sexual no final do século XIX e início do século XX.¹⁶ Rago utiliza-se dos conceitos de disciplinarização do corpo feminino e da higienização dos hábitos populares. Seus atores sociais são as mulheres trabalhadoras, as crianças, as mães e as prostitutas e como estas eram tratadas através dos saberes médicos e técnicos.

*(...) a discussão sobre o problema da elevada taxa de mortalidade das crianças pobres permitia colocar a questão da necessidade de reestruturação dos hábitos e costumes da família operária, cujo modo de vida ainda não fora racionalizado, desodorizado e sujeitado aos padrões das classes dominantes. Num mesmo movimento introduzia-se uma política de proteção às crianças pobres, abandonadas ou não, e uma política de fixação e tutela da família popular.*¹⁷

*As investidas policiais sobre o cotidiano das meretrizes fundamentaram-se nos tratados médicos e nas propostas que elaboraram para gerir a sexualidade insubmissa. Desde a década de 1840, os médicos apresentaram idéias de como controlar a prostituição no Rio de Janeiro, centro que se urbanizava rapidamente, levando os chefes de polícia nas décadas seguintes a tentar implementá-las.*¹⁸

Sidney Chalhoub, em "Trabalho, lar e botequim"¹⁹ trata do cotidiano das classes trabalhadoras na cidade do Rio de Janeiro durante a Belle Époque. Chalhoub descreve os problemas relacionados a urbanização através da análise de situações no trabalho, nas relações conjugais e nos problemas habitacionais. Ele enfatiza a normatização do trabalhador para a nova ideologia do trabalho.

*Delinea-se, então, um processo social amplo que, após muita luta e resistência por parte dos populares, levaria à configuração de relações sociais de tipo burguês-capitalista na cidade do Rio de Janeiro já nas primeiras décadas do século XX. A imersão do trabalhador previamente expropriado nas leis do mercado de trabalho assalariado passa por dois movimentos essenciais, simultâneos e não excludentes: a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias.*²⁰

Dessa maneira, Chalhoub compartilha da concepção de disciplinarização dos hábitos populares, que pretendia fazer com que os trabalhadores se adaptassem as conformidades do novo modelo burguês.

¹⁶ RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. e RAGO, L. M. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁷ RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar.** p.132.

¹⁸ RAGO, L. M. **Os Prazeres da Noite.** p.128.

¹⁹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** 2.ed. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2001.

²⁰ Idem. p.47.

Outros autores deveriam figurar nessa breve análise, porém os citados acima nos dão uma mostra das diversas possibilidades de abordagem. Poderíamos citar, ainda: Frederick Engels, em "As classes trabalhadoras na Inglaterra"; Eric Hobsbawm, em "A Era do Capital"; Michelle Perrot, em "Os excluídos da História"; Sandra Pesavento, em "O mundo dos subalternos" e "Uma outra cidade"; Marcos Bretas, em "Ordem na cidade"; Cláudia Mauch, em "Ordem pública e moralidade", Lená Medeiros de Menezes, em "Os indesejáveis" entre muitos outros que abordam a questão urbana sob a ótica da ordenação e da moralidade pública que se estabeleceu no período estudado.

Uma preocupação recorrente nesses autores é a questão dos problemas urbanos e a sua consequência nas relações humanas. A maioria desses estudos pretende compreender de que forma ocorreu a disciplinarização das classes mais pobres. Outro problema levantado é a maneira como se estabeleceu uma nova moralidade pública que se adequasse à sociedade urbano-industrial. Há divergências quanto ao poder de coerção da burguesia e quanto à participação do poder público nessa normatização da sociedade. Contudo essas abordagens têm como destaque o fato de que a sociedade passou por um momento de imposição de novos valores morais, que transformou hábitos e costumes populares em um novo modo de vida moralizado e disciplinado.

2 MODERNIDADE E URBANIZAÇÃO

As urbes modernas são o resultado da expansão do modelo capitalista e da "afirmação dos valores e modo de vida burguês". A nova concepção de riqueza e a ascensão do mundo burguês provocaram o crescimento das cidades, que passaram a ser pólos de atração de homens pobres.²¹

O crescimento urbano foi caracterizado pela edificação de belas casas e palacetes, pela negação do sobrado colonial e das formas de vida nele estabelecidas, pela construção de novos espaços e formas de lazer, pelo aparecimento de lojas, cafés, restaurantes, teatros e parques. Mas foi, ao mesmo tempo, caracterizado pelo aparecimento de cortiços, de bairros populares, de trabalhadores ditos "arruaceiros", "incivilizados", "vagabundos" que, com sua presença e movimento, também marcaram as novas cidades.²²

As cidades modernas são descritas como lugares sujos, fedorentos, insalubres, desordenados, impessoais e onde as tradições eram abandonadas.²³ Esse modelo urbano criou um ambiente insalubre e

²¹ LANNA, Ana Lúcia Duarte. A cidade controlada: Santos 1870-1913. in RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e PECHMAN, Robert. (org). **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996. p. 312-314.

²² LANNA, A. L. op.cit. p.313.

²³ HOBBSAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.; LANNA, A., op.cit.; MUMFORD, L. op.cit.; RAGO, Margareth. op.cit. e RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. in RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz e PECHMAN, Robert. (org). **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996. p.15-21.

com uma aparência deplorável. Contudo, como Foot Hardman nos lembra que, “sua desordem aparente é ‘a ordem burguesa no mais alto grau’.”²⁴

Lewis Mumford compara as cidades modernas a um campo de batalha devido ao grau de destruição, desordem e desumanidade que nelas existia. A cidade do século XIX cresceu desordenadamente produzindo “o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira; na verdade, até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados”. Mumford descreve as cidades como galinheiros onde “criou-se uma raça de indivíduos defectivos”.²⁵

O ser humano, que estava acostumado a ter sua identidade reconhecida por seus semelhantes, torna-se incógnito na massa das grandes cidades.²⁶ As cidades aparecem, nas descrições dos escritores da época, ora como um fantasma, outras vezes como um monstro ou então como a cidade satânica.²⁷

A superpopulação era um dos grandes problemas das cidades do século XIX. Esse crescimento desordenado ocasionou vários problemas de cunho social, de urbanização, de saúde e de ordem pública. Esses fatos suscitaram estudos de médicos, sanitaristas, urbanistas, engenheiros e juristas preocupados com a grande mortalidade e criminalidade desse período. Havia, nesses estudos, a intenção de modernizar a vida urbana e de estabelecer um modelo urbano-industrial idealizado e civilizado. A visão da época considerava necessário regularizar o espaço público através de intenso controle social.²⁸ Motivados pela necessidade de “organizar” e transformar a cidade em um ambiente limpo e higiênico é que surgiram modelos de disciplina e moralidade pública. Ronald Raminelli descreveu assim a situação encontrada na Europa do século XIX:

*O caos urbano, favorecido pela Revolução Industrial, incentivou as primeiras tentativas de planejamento urbano e de construção de uma cidade ideal. Os governantes europeus tiveram a tarefa de ordenar, higienizar e pensar em soluções possíveis para a vida urbana.*²⁹

Iniciou-se uma “extensa rede de controles, com rigor crescente”³⁰ destinada a instituir uma normatização urbana. Foi instituída a numeração de casas e implementado método Bertillon de identificação criminal.³¹ Na Europa, essas tentativas civilizadoras ocorreram em meados do século XIX, enquanto no Brasil tal processo aconteceu no final do século.³²

²⁴ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992. p.33.

²⁵ MUMFORD, L. op.cit. p.505.

²⁶ BENJAMIN, W. op.cit. p.44-45.

²⁷ HARDMAN, F. op.cit. p.29-33.

²⁸ Ver: LANNA, A. op.cit.; RAGO, M. op.cit.; RIBEIRO, L. op.cit. e SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

²⁹ RAMINELLI, Ronald, História urbana. in: CARDOSO, Ciro Flamarion S. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.185.

³⁰ BENJAMIN, W. op.cit. p.44.

³¹ Ibidem. O método Bertillon foi criado em 1885, por Alphonse Bertillon, e consistia na medição de várias partes do corpo e na observação de características dos criminosos: altura, cor, cor dos olhos, tamanho de orelha, tatuagens entre outras características físicas.

³² RIBEIRO, L., op.cit., p. 59.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

No final do século XIX e início do século XX, houve um grande número de mudanças nas políticas públicas no que concerne ao problema da questão urbana. Várias cidades passaram por reformas urbanas que transformaram seu espaço físico e por mudanças comportamentais da relação entre autoridades e população. Essas transformações pretendiam impor um modelo burguês às classes trabalhadoras.

(...) visando enquadrá-los nos padrões desejados pelas elites: restrição ao comércio ambulante, austero controle sobre a circulação de pessoas, vigilância sobre os hábitos populares que se chocavam com os padrões aceitos pela "civilização", exortação de mendigos, loucos e vadios, e estreito controle sobre a permanência e a circulação de garotos pelas ruas centrais da cidade.³³

A vida moderna e civilizada da elite deveria ser imposta às classes mais pobres. Era necessário incutir na população uma nova forma de viver. Pretendia-se alcançar um modelo ideal de civilização. Modificou-se o espaço físico, porém, e acima de, transformou-se os hábitos populares. Implementaram-se reformas urbanas que pretendiam higienizar o espaço urbano e as reformas sociais foram perpetradas através da coerção policial.

3.1 Reformas urbanas e higienização do espaço urbano

O século XIX é caracterizado por um crescimento urbano originário da industrialização. E esse novo ambiente, desordenado e insalubre, precisava ser modernizado. Oswaldo Rocha aponta dois tipos de desenvolvimentos urbanos nesse período. O primeiro tipo é caracterizado pelas cidades que não sofreram intervenção estatal, nas quais o "capital e a burguesia desenvolvem-se juntamente com o espaço urbano, permitindo que se operem transformações sem o auxílio do Estado", esse foi o caso de cidades como Londres, Manchester e Liverpool. O segundo tipo de urbanização, descrito pelo autor, ocorreu através de um plano urbanístico estatal, que transformou a aparência da cidade, fazem parte desse grupo: Paris, Berlim e Viena. Nesse caso, o espaço urbano organiza-se conforme o interesse da burguesia que assume o controle do Estado.³⁴

Na maioria das cidades moderno-industriais, o espaço público passou por reformas intensas, com maior ou menor participação estatal. Eram valorizados os grandes espaços abertos, as avenidas, os jardins e parques para a circulação do ar. Buscava-se "dar de novo à cidade ar puro, água fresca, espaços

³³ SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Trabalho urbano e ação policial em São Paulo (1890-1920). In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **História econômica**: agricultura, indústria e populações. São Paulo: Alameda, 2006. p. 118.

³⁴ ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de editoração, 1995. p. 25-26.

abertos de verdura e sol, passou a ser o primeiro objetivo do bom urbanismo”.³⁵ Os parques eram vistos como os “pulmões” da cidade e tinham uma função higiênica. O espaço urbano - jardins, praças, ruas e casas - foi reconstruído aos moldes burgueses.³⁶

As condições de vida das classes mais pobres, ausência de bens e a precariedade de suas moradias, era inaceitável para as autoridades e a elite. Essa situação “era sempre diagnosticada como elemento revelador da “incivilidade”, assim como a vagabundagem como atributo e não como um problema social”.³⁷

As autoridades empreendiam demolições, obrigavam reformas, alargavam ruas, desalojavam a população, que protestava permanecendo nas ruas ou “recolocando seus padrões precários de moradia mais distante dos olhares dos inspetores”. Separaram-se as funções de trabalho, moradia e lazer criando uma intensa segregação social. Surgem os bairros pobres e distantes, próximos às indústrias e os bairros ricos com suas avenidas e “boulevards” arborizados. Reorganiza-se o caos no qual havia transformando-se a cidade pós-revolução industrial.³⁸

Os saberes técnicos – médicos, engenheiros e higienistas - promoveram mudanças na tentativa de minimizar os problemas sanitários pelos quais as cidades estavam passando. As reformas urbanas eram vistas como um caso de saúde pública. “O combate à insalubridade impunha a ordenação do espaço urbano, o disciplinamento de seus usos, o emprego de instrumentos de controle que pudessem *regular* a vida na cidade.”³⁹

Não só a saúde, mas principalmente a doença das pessoas passa a ser controlada, assim como a morte. As moléstias transmissíveis tinham notificação compulsória sendo deliberada uma multa para o responsável que deixasse de comunicar a existência de algum doente em sua residência e mesmo quem conduzisse o doente em carro de praça. No caso de doença contagiosa o inspetor de higiene visitava a casa do doente acompanhado de um médico e decidia se ele podia ser cuidado em casa. Caso o doente morasse em casa particular de boas condições higiênicas, em hotel de 1ª classe ou colégio, ele poderia ser cuidado em casa. Quando o doente morasse “em casas sem condições higiênicas, hotéis de 2ª classe, quartel, cadeia, cortiços etc., ou reconhecendo a autoridade que trata-se de pessoas que por ignorantes, não se compeñem do perigo do contágio, este seria removido para o hospital de isolamento. Percebe-se uma clara diferenciação entre os indivíduos “desqualificados”, ignorantes e os “homens bons”. O hospital de isolamento era principalmente para aqueles cidadãos de segunda categoria.

³⁵ MUNFORD, L. op.cit. p. 514.

³⁶ LANNA, A. op.cit.; MUMFORD, L. op.cit.; RAGO, M. **Do cabaré ao lar**. op.cit.

³⁷ LANNA, A. L. op.cit. p.321.

³⁸ LANNA, A. op.cit. p. 313-326. RIBEIRO, L. op.cit. p. 59.

³⁹ PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. in: **Revista Brasileira de História**. ANPUH / Marco Zero vol. 5, nº: 8/9, set/84 - abr/85. p. 35-68.

Os "homens bons" podiam ser tratados em suas casas, no conforto de seus lares, enquanto os pobres eram excluídos do convívio social, isolando-os no Lazareto para melhor controle do poder público.⁴⁰

As pessoas deveriam submeter-se às imposições dos agentes de saúde e não tinha mais o direito de cuidar-se sem a intervenção dos médicos. Essas medidas sanitárias eram muito impopulares e as autoridades sanitárias encontravam dificuldades em

pôr em prática as medidas prophylacticas necessarias, tendo sido, por vezes, reclamada a intervenção da policia para fazer respeitar as determinações dessas autoridades.

*Contra essas medidas de salvação publica sempre se tem insurgido a população inculta, que mais confia nas mãos dos bruxos do que na sciencia dos medicos.*⁴¹

3.2 Policiamento e Hábitos populares

As autoridades estatais pretendiam disciplinar os membros da sociedade e manter a tranqüilidade, mesmo que através de instrumentos violentos. Para Maria Stela Bresciani, as cidades modernas precisaram estabelecer mecanismos de proteção, pois "do ponto de vista da ordem, o(s) inimigos – a massa de homens sem propriedade – estava(m) dentro da cidade, apresentando como *questão social*".⁴² A cidade era vista como o "locus da desordem social e política" e sua população como formada por "classes perigosas".⁴³ Aqueles que não se submetiam pacificamente ao modelo estabelecido deviam ser corrigidos para que o bem estar da população de "homens bons" não fosse prejudicada.⁴⁴ A função policial não era só reprimir o crime mas, também, a desordem, a vadiagem e o jogo. "A polícia tinha de obedecer aos desejos da elite e processar vadios e jogadores (...)." ⁴⁵

Na nova ética do trabalho não era permitido "perder tempo", aquele que não trabalha, é ocioso e, portanto, um vadio. Muitos desses "ociosos" eram trabalhadores eventuais, contudo isso era visto aos olhos da elite como vadiagem. Cláudia Mauch observa que para os jornais da época havia uma equação muito simples: "não trabalho + álcool + imoralidade + ambiente propício = desordem e/ou crime".⁴⁶

As teorias da criminologia positivista destacavam o caráter determinista da atitude criminosa. Cesare Lombroso, Raffaele Garofalo, Enrico Ferri e outros estudiosos, buscaram dar um tratamento científico a conduta criminal. Lombroso classificava o criminoso como um tipo atávico o qual preservaria características mentais e físicas primitivas. O criminoso era tratado, por essa corrente de pensamento,

⁴⁰ Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Resoluções da Câmara Municipal. 1892-1893-1894. Resolução nº 126, 22/03/1893.

⁴¹ MALTA, Cristovam. Higiene local: sua evolução. in: **Juiz de Fora no século XIX**. (Artigos publicados no "Jornal do Commercio" de Juiz de Fora, comemorando a entrada do século XX) Juiz de Fora: Typ. Central, 1901. p. 29-49.

⁴² BRESCIANI, M. op.cit. p.27.

⁴³ RIBEIRO, L., op.cit., p. 58.

⁴⁴ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op.cit.

⁴⁵ BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.62-63

⁴⁶ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC / ANPUH-RS, 2004. p.105-107

como um doente.⁴⁷ Essa teoria foi absorvida e passou a fazer parte do discurso das elites e jornalistas. Para essa camada da população, a criminalidade era uma enfermidade a ser tratada ou eliminada. Dessa forma, o criminoso deveria ser punido e não poderia usufrir do convívio social.⁴⁸

Segundo a conceituação de Marco Cabral dos Santos, houve nesse período, uma “criminalização da pobreza”.⁴⁹

Aquele processo que aqui denominamos como criminalização da pobreza, ou seja, o controle das massas urbanas pela via da criminalização de muitos de seus hábitos e costumes, nos leva a discutir o papel das prisões por contravenções no cotidiano do trabalho policial. Os delitos sem vítima, as prisões motivadas por vadiagem, por embriaguez, mendicância, prostituição ou pela prática de jogos estão na origem das maiores arbitrariedades cometidas pela polícia.⁵⁰

Os hábitos e costumes populares das classes mais pobres foram coibidos através de um rígido aparato policial sempre pronto a punir todos os atos que não se enquadrassem no novo modelo social. À polícia cabia o papel de disciplinarização da cidade. O policiamento era utilizado para coibir os hábitos populares e inculcar uma nova ética do trabalho. “A sua implementação levou o braço da autoridade municipal ou estatal a tocar diretamente em aspectos-chaves da vida diária, iniciando assim uma batalha contínua com os costumes locais e com a cultura popular que se estendeu por décadas.”⁵¹

4 CÓDIGO PENAL E AS CONTRAVENÇÕES

No Brasil, o crescimento urbano desordenado, o progresso e suas conseqüências, a violência urbana provocou tentativas de ordenamento implementadas pelo nascente governo republicano. A partir da proclamação da República, foi instaurado o Código Penal de 1890.⁵²

O código penal brasileiro da Primeira República privilegiava a pena de prisão celular em oposição ao código penal do Império, o Código de 1830, cujas punições eram consideradas retrógradas pelos criminalistas do final do século XIX (pena de morte, galés, banimento judicial).⁵³

⁴⁷ ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. in: **Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 45, nº4, 2002. p. 678-679.

⁴⁸ MAUCH, Cláudia. op.cit.

⁴⁹ SANTOS, Marco A. Cabral dos. Trabalho urbano e ação policial em São Paulo op.cit. p. 113-120.

⁵⁰ SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. **Paladinos da ordem**: polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo.

⁵¹ STORCH, Robert. O policiamento o cotidiano na cidade vitoriana. in: **Revista Brasileira de História**. ANPUH / Marco Zero vol. 5, nº: 8/9, set/84 - abr/85. p. 35-68.

⁵² Código Penal de 1890. O primeiro código penal da República é dividido em quatro livros: o primeiro livro referia-se ao crime e das aplicações penais; o segundo tratava das espécies dos crimes; o terceiro livro estabelecia aquelas infrações que não eram consideradas crimes, mas que, no entanto, eram passíveis de punição, as contravenções e o quarto livro complementava o código através das disposições finais.

Havia grande ênfase à rubrica das contravenções o que denota a intenção em coibir e “criminalizar” algumas condutas sociais, como: os jogos, as apostas, a mendicância, a vadiagem, a embriaguês e a capoeiragem. O código penal refletia a perspectiva adotada pelo novo governo republicano.

Era prática comum o uso das chamadas prisões correcionais, que tinham o intuito de coibir e disciplinar as “classes perigosas”. Aqueles que praticavam atos considerados imorais e/ou de desordem – vadiagem, prostituição, mendicância – eram presos para “corrigí-los”. Os reincidentes eram processados e enviados às colônias correcionais em penas que podiam chegar a 18 meses de reclusão, contudo o número reduzido de processos correcionais denota a preferência por prisões correcionais de poucas horas ou através de ameaças policiais.⁵⁴

Marcos Alvarez cunhou a expressão “tratar desigualmente os desiguais” para se referir à conduta adotada pela justiça e polícia sob a vigência do código penal de 1890. Conforme Alvarez, o regime republicano não possibilitou uma maior participação popular na vida política brasileira: “o novo regime republicano, longe de permitir uma real expansão da participação política, irá se caracterizar pelo aspecto não democrático, pela restrição da participação popular na vida pública.”⁵⁵ Numa república, todos os habitantes de um país deveriam ser tratados como cidadãos iguais, porém o que acontecia no Brasil da Primeira República era que a população mais pobre era criminalizada e essa parcela da população era excluída política e socialmente.

CONCLUSÃO

As cidades moderno-industriais conheceram um crescimento desordenado e extremamente problemático. Esse cenário dicotômico, que é a cidade na passagem do século XIX para o século XX, caracteriza-se pela modernidade de um lado e uma população miserável do outro. Contudo, esses dois lados são complementares. Não era possível apenas excluir as “classes perigosas”, era sim necessário “domesticá-las”, civilizá-las. O novo modelo urbano precisou ser imposto à uma população que crescia incessantemente. Era preciso ensinar a essa parcela da população, que não se adequava aos novos padrões sociais, a importância da ordem, da moralidade e do progresso.

Esse resumido artigo buscou compreender algumas das diversas possibilidades que se abrem ao analisar o espaço urbano e as relações sociais nesse ambiente. Há uma ampla bibliografia sobre o

⁵³ ALVARES, Marcos César, SALLA, Fernando Afonso e SOUZA, Luís Antônio F. de. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. in: **Justiça e História**. Porto Alegre, v. 3, n. 6, 2003. Disponível em: < <http://www.nevusp.org/downloads/down113.pdf>> acesso em 23/04/2007.

⁵⁴ FAUSTO, Boris. op.cit. Arquivo Histórico de Juiz de Fora. **Processos criminais da Primeira República**. XIII: Dos crimes contra a pessoa e a propriedade. 2ª parte. Os jornais da época apresentam notícias diárias de prisões de vadios e prostitutas, que, no entanto não davam origem a processos criminais. “O Pharol”. 1890-1900.

⁵⁵ ALVAREZ, M. C. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. op.cit. p.693.

assunto, contudo o tema permite muitos novos estudos com objetos variados e em diferentes abordagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRIMÁRIAS

1. Arquivo Histórico de Juiz de Fora. **Processos criminais da Primeira República**. XIII: Dos crimes contra a pessoa e a propriedade. 2ª parte.
2. **Jornal "O Pharol"**. 1890-1900.
3. MALTA, Cristovam. Higiene local: sua evolução. in: **Juiz de Fora no século XIX**. (Artigos publicados no "Jornal do Commercio" de Juiz de Fora, comemorando a entrada do século XX) Juiz de Fora: Typ. Central, 1901. p. 29-49.
4. **Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora**. 1892-1900.

SECUNDÁRIAS

1. ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. in **Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 45, nº4, 2002. p. 677-704.
2. _____. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. in **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 1, 2004. p.168-176.
3. ALVARES, Marcos César; SALLA, Fernando Afonso e SOUZA, Luís Antônio F. de. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. in **Justiça e História**. Porto Alegre, v. 3, n. 6, 2003. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down113.pdf>> acesso em 23/04/2007.
4. BENJAMIN, Walter. **Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
5. BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e história. in OLIVEIRA, Lúcia Luppi. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
6. BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
7. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.
8. DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Brasileira, 1997.
9. FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
10. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
11. _____. **Vigiar e punir**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
12. HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.
13. HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
14. LANNA, Ana Lúcia Duarte. A cidade controlada: Santos 1870-1913. in RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e PECHMAN, Robert. (org). **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996. p. 312-314.
15. MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC / ANPUH-RS, 2004.
16. MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

17. PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: alguma considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. in **Revista Brasileira de História**. ANPUH / Marco Zero vol. 5, nº: 8/9, set/84 - abr/85. p. 35-68.
18. RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
19. _____. **Os Prazeres da Noite**: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
20. RAMINELLI, Ronald, História urbana. in: CARDOSO, Ciro Flamarion S. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
21. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. in RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz e PECHMAN, Robert. (org). **Cidade, povo e nação**: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.
22. ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de editoração, 1995. p. 25-26.
23. SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. **Paladinos da ordem**: polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo.
24. _____. Trabalho urbano e ação policial em São Paulo (1890-1920). in MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **História econômica**: agricultura, indústria e populações. São Paulo: Alameda, 2006. p.113-120.
25. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
26. SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). in **Mana**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005.
27. STORCH, Robert. O policiamento o cotidiano na cidade vitoriana. in **Revista Brasileira de História**. ANPUH / Marco Zero vol. 5, nº: 8/9, set/84 - abr/85. p. 35-68.
28. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional, São Paulo: Cia das Letras, 2005.

Libertinos e heterodoxos: transgressão e Ilustração no mundo luso-brasileiro

Leandro Felix Cantarino (BIC-UFJF)

Natália Paganini Pontes de Faria Castro (PBIC-CNPQ-UFJF)

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender alguns aspectos da chamada “Ilustração Portuguesa”, entendida não apenas como um movimento intelectual, mas sim como um conjunto de mudanças que foi capaz de influenciar o estilo de vida de setores importantes da sociedade luso-brasileira. Atemos-nos àquelas atitudes e práticas que foram consideradas, sobretudo pela Igreja Católica, como heterodoxas ou libertinas. Atitudes que se expressavam, sobretudo, nos campos do questionamento de algumas práticas religiosas, da negação ou desobediência a alguma tradição, da não aceitação passiva de dogmas, ou, simplesmente, em pequenas alterações cotidianas nas atitudes e no modo de compreensão de mundo por parte da população em geral. No âmbito desta comunicação daremos destaque à análise de processos inquisitoriais do período, nos quais os comportamentos heterodoxos cedem lugar e configuram formas de heresias e apostasias, sendo objetos de perseguições e punições por parte da Igreja e do Estado.

Palavras – chave: Ilustração Portuguesa, Iluminismo, heterodoxia, libertinagem, transgressão, Inquisição.

Até a década de 1980, grosso modo, o Iluminismo foi entendido como um movimento intelectual ocorrido no século XVIII, restrito a um pequeno círculo de homens letrados e limitado a um espaço geográfico que englobava, sobretudo, a França e a Inglaterra. Os adeptos dessa corrente viam nas novas idéias filosóficas e científicas de autores ilustrados franceses e ingleses as geradoras das mudanças no modo de pensar e agir europeu.

Essa vertente historiográfica intelectualizou a Ilustração, separando-a do universo cotidiano dos agentes históricos, deslocando o debate e as mudanças do período para uma esfera reservada aos grandes literatos, filósofos, acadêmicos e homens letrados. Exemplo disso é a obra de David Hampton, segundo a qual “a difusão social das idéias do Iluminismo foi regulada, em primeiro lugar, pelo elevado custo dos livros, principalmente quando estes eram proibidos”¹. As idéias iluministas eram fortemente associadas, na maioria das vezes, apenas à “subversão”, ao ateísmo, e a uma crítica sistematizada à Igreja Católica e às tradições da sociedade, efetuada pelos grandes autores.

Ainda de acordo com essa corrente de interpretação, o Iluminismo foi um movimento quase exclusivamente francês e inglês. Para Koselleck, autor da década de 1950, “O movimento iluminista desenvolveu-se a partir do Absolutismo, no início como sua conseqüência interna, em seguida como sua contraparte dialética e como o inimigo que preparou a sua decadência”². Assim, o autor justifica a

¹ HAMPTON, David. O Iluminismo, p. 131.

² KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 1999, p. 19.

predominância de um Iluminismo francês, posto que "(...) floresceu justamente na França, o primeiro país que superou de maneira resoluta as guerras internas religiosas mediante a adoção do sistema absolutista"³.

Dessa forma, o Iluminismo português ou espanhol, por exemplo, não passou de meras reproduções das idéias francesas e inglesas, sendo cópias imperfeitas de seu modelo. Fernando Novais, ao tratar da Ilustração Portuguesa, considera-a como um descompasso entre a teoria e a prática, entre o pensamento e sua aplicação. Analisa a França como sendo o "centro por excelência gerador das Luzes"⁴, e Portugal, afundado no atraso econômico e no isolamento cultural, como um mero importador das idéias francesas. Nas suas palavras:

"Por outro lado, outro traço característico da ilustração portuguesa é o seu caráter de importação; introduzida de fora para dentro, assinala este fenômeno tão característico do século XVIII na cultura lusitana – o estrangeirado, isto é, o intelectual que, saindo para o exterior e respirando os ares da modernidade, se propunha de uma ou outra maneira a arejar a pátria"⁵.

Para o autor, se por um lado a preocupação dos ilustrados lusos era igualar Portugal aos países supostamente mais avançados culturalmente – derivando disso o caráter de importação das idéias externas – por outro era superar o atraso econômico em que o país se encontrava, empreendendo reformas, dentro de um sistema colonial de exploração. Novais compreende a Ilustração portuguesa como dotada de um caráter moderado, tanto no plano das idéias, quanto no tocante à sua aplicação. Identifica uma resistência exercida por parte da Igreja em Portugal às idéias Iluministas e trata o movimento como uma conciliação de inovações e tradições, chamando-o de "Iluminismo Católico". Destaca, também, o caráter utilitário da Ilustração portuguesa, cujos pensadores teriam buscado as idéias francesas não pelo puro desejo de conhecimento, mas pela necessidade de salvar a sua nação do atraso, donde surgem também os termos "Iluminismo fisiocrata" e "mercantilismo ilustrado" para descrever os trabalhos dos principais autores lusitanos, interessados na mineração, na agricultura e no colonialismo. Em suma, há uma clara hierarquização da Ilustração, na qual a França é superior e original pelo caráter mais teórico dos escritos de seus pensadores.

A partir da penúltima década do século XX, surgiram novas maneiras de entendimento da Ilustração que, apesar de dialogarem com as antigas visões, abriram um leque de possibilidades para uma análise mais ampla do período. O Iluminismo passou a ser visto também "de baixo"⁶, permitindo a inclusão e participação de atores sociais no processo, antes invisíveis. Fortemente influenciados pelos debates em torno de uma História Social da Cultura, os historiadores começaram a privilegiar a dimensão

³ *Ibidem*, p. 20.

⁴ NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: estudos de História e Historiografia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2005, p. 167.

⁵ *Ibidem*, p. 167.

⁶ "Iluminismo visto de baixo" é uma expressão cunhada por Robert Darnton, na obra *Boemia Literária e Revolução*, na qual ele sugere de modo pioneiro uma análise da Ilustração que fuja ao escopo da história intelectual.

cotidiana das Luzes, o universo mental dos diversos grupos envolvidos e as atitudes em que estavam refletidas as características e as ideologias ilustradas. Se antes o Iluminismo era visto como algo restrito ao enciclopedismo francês, entende-se com essa nova abordagem que ⁷:

“Paralelamente ao avanço do Absolutismo se produz também no século XVIII a grande mutação cultural que designamos com o cómodo termo de Ilustração. De fato se trata de um conjunto de mudanças múltiplas no campo das idéias, do imaginário, dos valores, dos comportamentos (...) que pode ser considerado como o centro do novo sistema de referências: a vitória do indivíduo, considerado como valor supremo e critério de referência com o qual se deve medir tanto as instituições como os comportamentos” ⁸.

Nesse sentido, autores como François-Xavier Guerra, Robert Darnton, Luís Carlos Villalta e Chiaramonte apontam uma forma alternativa de interpretação do período das Luzes, trabalhando como uma nova ótica, tanto do ponto de vista da compreensão do Iluminismo, quanto de seu desenvolvimento nos considerados “países periféricos” da Europa e na América, notadamente na Ibéria.

Villalta destaca a existência de três perspectivas de abordagem do Iluminismo⁹: enquanto um movimento de idéias (conteúdo de propostas e postura intelectual que a engendrou), sua interpretação mais tradicional; enquanto uma dimensão sociológica (lugar social e perfil do intelectual que se encontra ligado à produção, circulação e apropriação das idéias ilustradas), mais preocupada com a diversidade e a heterogeneidade do processo; e enquanto questão histórica (conexões com as transformações econômicas e sociais que foram suas contemporâneas). Para o autor, as três abordagens ocultam uma diversidade de idéias e processos que compreenderam espaços e tempos diferentes. Villalta destaca que mesmo se vista da ótica tradicional, a partir dos grandes pensadores, a Ilustração não pode ser encarada como um movimento homogêneo de uma elite intelectual inglesa ou francesa. Ele constata a heterogeneidade de pensamentos, de acordo com as regiões e tempos em que se desenvolveram. Baseia-se no pensamento de Peter Gay¹⁰, um intérprete tradicional do Iluminismo, que identifica três fases do movimento: a primeira, de Montesquieu e Voltaire, marcada pelo anti-clericalismo e pela especulação científica; a segunda, de Diderot e d’Alembert, que organizou o anti-clericalismo e o cientificismo num

⁷ No original: “Paralelamente al avance del absolutismo se produce también en el siglo XVIII la grán mutación cultural que designamos con el cómodo término de Ilustración. De hecho se trata de un conjunto de mutaciones múltiples en el campo de las ideas, del imaginario, de los valores, de los comportamientos. No podemos tratar aquí de su extraordinária complejidad; solamente insistiremos en lo que puede ser considerado como el centro del nuevo sistema de referencias: la victoria del individuo, considerado como valor supremo y criterio de referencia con el que deben medirse tanto las instituciones como los comportamientos”.

⁸ GUERRA, François-Xavier. *Revolución Francesa y Revoluciones Hispánicas: una relación compleja*, p. 23.

⁹ VILLALTA, Luís Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1999, p. 95.

¹⁰ GAY, Peter, APUD VILLALTA, Luís Carlos, *op. cit.*, p. 103.

modo moderno de conceber o mundo; e a terceira, de Kant e Turgot, voltada para questões de mitologia científica e metafísica materialista, para reformas políticas, econômicas e legais, e para a política prática. No que se refere à religião, Villalta chama a atenção para a pluralidade das idéias dos pensadores: conviviam posições deístas, ateístas, naturalistas, materialistas, além de ferrenhos defensores da religião. Além disso, os filósofos envolveram-se em debates intensos e na defesa de idéias diametralmente opostas, tal como a polémica entre racionalismo e empirismo.

Enquanto perspectiva histórica, Villalta percebe que a Ilustração teve um raio geográfico de influências bastante amplo, indo desde o “centro europeu”, até as colônias americanas. Ela variou de acordo com as diferenças de nacionalidade, credo e religião, havendo, por isso, “diferentes Ilustrações” (VILLALTA: 1999). No tocante à dimensão sociológica, é distinto o modo como os diferentes grupos sociais participaram do debate ilustrado. As Luzes atingiram da elite educada às classes subalternas, englobando camponeses, homens e mulheres, cidade e campo. O caráter heterogêneo do período das Luzes foi possível graças ao processo de industrialização e a uma maior uniformidade cultural no século XVIII. Com as transformações econômicas e culturais, o Iluminismo pôde se difundir e os vários países, regiões e continentes se entrelaçaram, permitindo uma maior circulação de idéias e práticas muitas vezes traduzidas no cotidiano da vida europeia e colonial.

Em Portugal, as novas idéias tiveram influência em uma série de reformas empreendidas no país, em finais do século XVIII. O ideário de modernidade e crescimento permeou a conduta dos governos e escritores ilustrados portugueses, de modo a proporcionar, no contexto, mudanças culturais, sociais e políticas. Contudo, é importante destacar que embora a Ilustração tenha feito parte do processo de mudanças e reformas portuguesas, inclusive no período de Pombal, não podemos atribuir equivalência entre Pombalismo e Iluminismo, até por que este constituiu um fenómeno bem mais amplo, em todos os sentidos. José Esteves Pereira constrói uma outra temporalidade para a Ilustração portuguesa, distinta do período pombalino:

“Parece-nos um erro grosseiro, todavia, pensar que não existiu uma abertura enciclopédica, em setecentos, em Portugal e de conseqüências visíveis como se poderá comprovar, desde logo, na vertente política e cultural pombalina respeitante quer ao âmbito alargado da filosofia natural, quer, em parte, ao direito. Importa, por outro lado, não focalizar, exclusivamente, as expressões Ilustradas no pombalismo cultural. Houve, por exemplo, uma afirmação fecunda dos signos iluministas no fim do reinado de D. João V e uma parte consubstancial daquilo que se pode considerar ilustração concretiza-se depois de 1777”¹¹.

¹¹ PEREIRA, José Esteves. *Percursos de história das Idéias*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2004, p. 93.

Ainda sobre a Ilustração Portuguesa, Pereira chega a denominá-la como um movimento católico de “compromisso cristão” (PEREIRA: 2004). Contrariando a historiografia tradicional, segundo a qual as Luzes foram uma contraposição às idéias religiosas, o filósofo demonstra que para muitos dos ilustrados, fé e razão não estiveram em campos opostos. O que se podia observar era um questionamento de alguns dogmas ou práticas que não eram explicáveis através da razão. Pereira rompe também com a visão de que as Luzes em Portugal foram limitadas pelo condicionamento institucional ou pela repressão do poder face ao saber. Afirma que elas resultam, sim, de uma fragilidade dessa organização do saber, e das manifestações deste saber efetivamente emancipado. Ressalta, ainda, que a Ilustração em Portugal, teve uma preocupação ética e pedagógica notável. O essencial das Luzes foram as perspectivas éticas e técnicas do conhecimento.

Essa mudança de foco na interpretação do Iluminismo propiciou igualmente o estudo das práticas cotidianas, de atitudes mentais e de comportamentos emergentes na sociedade europeia e americana. Conceitos como “libertinagem” e “heterodoxia”, usados no período para designar condutas aparentemente imorais ou subversivas, foram sendo reinterpretados e utilizados para o aumento da compreensão do contexto. A partir do estudo de personagens libertinos e heterodoxos, delinearam-se as características e os processos de difusão e circulação das idéias ilustradas pelos mais variados segmentos sociais, permitindo uma abordagem mais abrangente do processo.

O historiador Robert Darnton define o que se podia entender por “libertinagem” no século XVIII: liberdade de pensamento. Por volta de 1750, o libertinismo dizia respeito tanto ao corpo quanto ao espírito, tanto à pornografia quanto à filosofia. A noção do conceito que temos hoje, ligada exclusivamente ao comportamento sexual, era mais ampla no período. Os comportamentos que contrariavam a ordem estabelecida ou que principalmente fossem irreligiosos, segundo Raymond Trousson, fossem “carnais” ou “intelectuais”, eram tidos por libertinos. Ainda que o sexo estivesse sendo utilizado como objeto temático de algum livro ou mesmo em alguma declaração oral, ou atitude, ele ia além do próprio corpo, servindo para criticar a Igreja, a Coroa e toda espécie de abusos sociais. “Sexo dá o que pensar”, dizia Darnton (1995). No discurso libertino, articulam-se contra as idéias de tradição, crença e convenção social injustificada, as idéias de razão, natureza e liberdade. Para Bento Prado Júnior (??????), libertinagem é a condição de possibilidade da razão e da filosofia.

Trousson declara que seja qual fosse a forma apresentada pela libertinagem, conservava algo de transgressivo. O libertino só o era se “infringisse a princípios que assegurariam o bom funcionamento da sociedade”¹².

O estudo das práticas transgressivas, tidas por libertinas ou heterodoxas, auxiliou a compreensão de como se deu o processo de circulação das idéias e práticas ilustradas no mundo luso-brasileiro. Elas

¹² TROUSSON, Raymond. . “Romance e Libertinagem no século XVIII na França”. In NOVAES, Aduino (org), Libertinos e Libertários. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.167.

revelaram muitos aspectos do universo cotidiano e da vida privada, deixando transparecer pensamentos, atitudes e idéias que se diferenciavam daquelas anteriormente vistas. Apesar de muitas vezes confundidos aos hábitos costumeiros e aos maus comportamentos em geral, os novos valores que despontavam, se vistos com mais atenção, refletiam centelhas do que se constituía um amplo processo de transformações sociais, culturais e políticas: o Iluminismo.

A Igreja Católica Portuguesa teve importante papel no ato de transformar os novos hábitos e valores ilustrados em heresias e apostasias. Quando as novas práticas e idéias ameaçavam de alguma forma o Estado ou as instituições eclesíásticas, fossem elas de âmbito privado ou circunscritas à esfera pública, tomavam forma de crimes, devendo ser por isso julgadas e punidas pelo Tribunal da Inquisição. Ainda que algum ato fosse reduzido a um pequeno grupo ou fosse aparentemente inofensivo, havia o temor de que as idéias tomassem força de protesto e ganhassem novos adeptos.

É comum encontrarmos processos inquisitoriais em que constam mais de uma heresia. Articulam-se, muitas vezes, leituras proibidas, dizeres obscenos, questionamento ou racionalização de dogmas religiosos, comportamentos heterodoxos.

Em nossas pesquisas, investigamos processos inquisitoriais portugueses das três últimas décadas do século XVIII, e início do século XIX. Selecionamos dois deles para fazermos uma análise do objeto de suas acusações, dos atos praticados pelos delatados, de quem foram os delatores e da "classificação" de seus delitos.

Não se pode perder de vista que muitas informações contidas nos processos foram sendo construídas e forjadas de modo a constituir uma transgressão a ser punida pela Igreja no decorrer do processo. Percebe-se também que as práticas cotidianas assumiam um caráter herético quando compartilhadas com outras pessoas, extravasando da dimensão íntima e privada para a pública.

O 1º processo, de Antônio Morais da Silva, datado de 1779 a 1785. O réu é um homem solteiro, formado em Leis pela Universidade de Coimbra, morador de Lisboa e natural do Rio de Janeiro. A primeira apresentação já revela um dado importante: muitos brasileiros em situação econômica mais favorável iam estudar no exterior, principalmente em Portugal, onde entravam em contato com um universo mais amplo de homens letrados, livros e novos pensamentos políticos.

O processo de Antônio Morais faz parte de um processo maior, em que estão envolvidos outros oito estudantes da Universidade de Coimbra. Na época da abertura do processo, o réu também era um estudante, do quinto ano de Leis. Constam na lista dos acusados: Vicente Júlio Fernandes, Antônio Caetano de Freitas, Francisco José de Almeida, Francisco de Mello Franco, famoso por sua obra "O reino da Estupidez", Lourenço Justiniano de Morais Callado, Nuno de Freitas da Silva, Antônio da Silva Lisboa e José Antônio da Silva Mello.

As testemunhas do processo foram os próprios estudantes, companheiros de Antônio Morais da Silva. Todos eles estavam sendo julgados ou já haviam sido condenados por heresia e apostasia,

entendendo, por esses crimes, a ação ou palavra contra a Igreja e a abjuração da fé, respectivamente. A maioria dos crimes foi cometida em conjunto nas repúblicas estudantis.

Antônio Morais da Silva apresenta, segundo os testemunhos, um grande elenco de comportamentos de cunho heterodoxo, que conjugados constituíram o objeto de acusação por parte da Inquisição. Foram eles: consumo de carne pelo réu e demais estudantes nos dias da Quaresma, prática condenada pela Igreja; opinião negativa em relação à Igreja e à Religião Católica; disseminação oral de suas idéias a outras pessoas; deísmo; materialismo; leitura e posse de livros proibidos, como o “Contrato Social” de Rousseau; descrença na vida após a morte, assim como no céu e no inferno; ausência nas missas de domingo e dias festivos; questionamento dos dogmas religiosos; crença no direito humano ao suicídio e não adoração às imagens sagradas.

Antônio de Morais questionara, em certa ocasião, ao ver uma gata parir, o porquê de o animal sentir dores, já que ele não estava incluído no pecado original. Também afirmou que a história de Adão se tratava de uma alegoria, pois o simples fato de “comer uma maçã não faria decair toda a sociedade”¹³. Além disso, assegurou que Moisés só encontrou água no deserto devido ao fardo dos burros que o acompanhavam, e não por causa de suas orações. Com estas declarações, Antônio demonstrou sua descrença em relação ao pecado original e às histórias bíblicas.

Em outra situação, quando da visita à casa de uma falecida mãe, Antônio de Morais afirmou que seria idólatra aquele que venerasse o retrato da religiosa, negando qualquer tipo de adoração e culto às imagens sagradas.

Antônio de Morais ainda é tido por “libertino por pensar livremente sobre a religião e por nomear a Inquisição de cruel”¹⁴. Nota-se que o réu, nesse momento, não nega a religião, apenas a entende com uma perspectiva nova e pessoal, questionando dogmas e preceitos inexplicáveis através da razão, além da repressão do Santo Ofício. Porém, em passagem posterior do processo, aparece que o homem “não só tinha por falsa a Escritura Sagrada, e todas as verdades da Religião Cristã, mas se persuadia que não havia mais do que esta vida e nada absolutamente de outras”¹⁵.

As testemunhas afirmam que tanto elas quanto o delatado tinham conhecimento de que seus atos eram proibidos e que podiam ser punidos por eles. As heresias dos estudantes eram conscientes e propositais. Ao transgredir, Antônio de Morais e seus companheiros anunciam um estilo de vida pautado na liberdade e racionalidade de pensamento, liberto das amarras religiosas e institucionais.

Por último, os relatos continham outro dado importante: o delator do réu, que seria o dito Francisco Cândido. O homem morou por um tempo na casa de um dos estudantes e em determinada ocasião demonstrou vontade de estar ingressando na Sociedade dos Pedreiros Livres, a Maçonaria, grupo a que os estudantes disseram pertencer. Mas os jovens colocaram uma série de dificuldades e “pregaram-

¹³ IANTT. Inquisição de Lisboa, processo 2015.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Ibidem*.

lhe peças”, obrigando-o a participar de falsos rituais para poder entrar na sociedade. Por fim, aceitaram fingidamente sua admissão na Ordem, só depois revelando que se tratava de uma brincadeira para constrangê-lo. Francisco Cândido, conforme o depoimento de Lourenço Justiniano, também fora acusado de roubar livros, injustamente. Como o enganado ouvira-lhes dizer mal da religião, quis se vingar denunciando-os à Inquisição. Percebendo o perigo que corriam, tentaram convencer Francisco Cândido de que eram bons católicos e o persuadiram a se fazer de tolo quando fosse chamado a depor.

Outro processo exemplar para a demonstração da Ilustração enquanto uma mudança de pensamento e posturas exibidas no cotidiano, para além do Iluminismo entendido apenas como o enciclopedismo francês, é o processo do doutor José Vieira Couto, residente do Arraial do Tejuco, na Capitania de Minas Gerais, onde exercia a Medicina. Ele era um personagem bem conhecido na Capitania e em Portugal: homem influente, de família rica, realizou os seus estudos em Lisboa, freqüentando os círculos intelectuais da Europa.

O Doutor José Vieira Couto foi denunciado à Inquisição pela parda Thomázia, na data de 30 de Março de 1789 como libertino e apóstata, sendo então indiciado; no auto de denúncia consta que Vieira Couto, segundo as palavras de sua denunciante, era

“(...) herege, e tão libertino, que não ouvia missa, nem se confessava, e diria; que não existia Inferno, e que isso tudo era patranha portuguesa, e que quando qualquer morre, vai a sua alma passear aos Campos Elíseos, e que o morrer era felicidade por vir gozar das delícias dos tais Campos”¹⁶.

O denunciado não proferia seus pensamentos apenas nos espaços padrões de sociabilidade Ilustrada, como lojas maçônicas ou salões, mas sim em público, para o conhecimento de todos no Arraial, o que lhe valeu até reprimendas de sua própria mãe, e, além disso, tentava convencer Thomázia a não comungar durante as missas, sendo que em certa ocasião:

“lhe propusera tantas coisas contra a nossa fé, que ela se viu perplexa, parecendo-lhe que a sentença acima referida, persuasões heréticas e então fugiu arrebatadamente pela porta afora para não ouvir mais, e segundo mesma lembrança me persuado que a intimativa era contra a Imaculada Conceição de Maria Santíssima, negando-a (...)”¹⁷.

¹⁶ IANTT. Inquisição de Lisboa, processo 12957.

¹⁷ IANTT. Inquisição de Lisboa, processo 12957.

Mesmo quando sua própria mãe tentava lhe obrigar a observar os sacramentos cristãos, José Vieira Couto escarnecia deles. Em uma Quinta-Feira Santa, ao ver sua mãe se confessar, disse que não se ajoelhariam aos pés de um bêbado (o sacerdote) e, para escapar à confissão, mentiu ao padre afirmando que já havia se confessado no dia anterior, sendo que não o fizera. Também foi acusado de não observar abstinência nos dias de preceito.

O pensamento libertino e heterodoxo de José Vieira Couto estava profundamente arraigado no seu comportamento: no exercício da Medicina, ele disse “que quando cura um enfermo, tanto se lhe dá que morra ou que viva, porque viver e morrer é tudo o mesmo”¹⁸. Seu pensamento a respeito das leis também era conhecido de todos, posto que o declarara publicamente; acreditava que Holanda era o melhor lugar para viver, porque “vivia cada um na lei que queria”¹⁹.

O acontecimento que levou à denúncia aconteceu a bordo de um navio, em Agosto de 1885, em companhia do Tenente Antônio José de Soares Castro, que fôra anfitrião de José Vieira Couto em Lisboa durante cinco anos. Naquela ocasião, um padre celebrava uma missa no convés do barco, rumo ao Brasil e saído da Holanda; todos assistiam à missa, exceto o Doutor José Vieira Couto, que se encontrava de costas para a celebração, e

“em lugar de ler algum livro devoto, se punha a ler livro de História, ou de Medicina, e foi tal o escândalo que o Capelão do navio teve brigas, e razões com o dito sobre a referida libertinagem, e todos do Navio o tinham por herege: o dito Capelão o quis denunciar no Rio de Janeiro e o dito Doutor Castro pediu que o não fizesse e com isto cedeu”²⁰.

Entre outras proposições, o Doutor José Vieira Couto acreditava na mortalidade da alma junto com o corpo, defendia as leis holandesas e francesas como ideais, apregoava que a fornicação simples (com mulheres solteiras) não era pecado, colecionava livros com doutrinas heterodoxas, observava as mulheres durante a missa no momento da comunhão. Todas as testemunhas o intitularam de libertino, e seu comportamento causava repulsa às pessoas mais próximas e até mesmo membros de suas família, como sua mãe e tia, que lhe aplicavam reprimendas por seu comportamento.

A análise dos processos inquisitoriais corroboram com a afirmação de que o Iluminismo no mundo luso-brasileiro, para além do universo filosófico letrado, constituiu-se de uma série de práticas cotidianas, anunciando um estilo de vida pautado na razão.

Por fim, cabe ressaltar que uma nova geração estava sendo formada nesse “caldo ilustrado”. Esse grupo de pessoas, que antes questionava dogmas, tradições e preceitos religiosos, passa a querer mudanças mais profundas na sociedade, principalmente no tocante à esfera política. É com a politização e

¹⁸ *Ibidem.*

¹⁹ *Ibidem.*

²⁰ *Ibidem.*

organização dessas idéias e atitudes que vai se consolidando uma cultura política voltada às transformações, à autonomia e à liberdade.

São as pessoas que se educam nessa nova cultura que vão estar à frente de processos que, posteriormente, fazem ruir a tradicional política do Antigo Regime em Portugal, com a Revolução do Porto, e que desencadeiam transformações também no interior da colônia, como é o caso da Independência no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUERRA, François-Xavier. Modernidad e independencias. México: Mapfre - Fondo de Cultura Económica, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 1999.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: estudos de História e Historiografia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2005.

PEREIRA, José Esteves. *Percursos de história das Idéias*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2004.

TROUSSON, Raymond. *Romance e Libertinagem no século XVIII na França*. In NOVAES, Adauto (org), *Libertinos e Libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VILLALTA, Luís Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1999.

Sociedade civil e cidadania na Primeira República: o caso dos Empregados no Comércio

Lenilson da Silva Araujo*

Entre o final do século XIX e início do XX, travou-se uma intensa luta entre os empregados do comércio de Juiz de Fora e os comerciantes, em torno do fechamento das casas comerciais aos domingos, feriados e dias santos. O embate prolongou-se ainda nas duas primeiras décadas do XX, sobre o horário do encerramento das atividades. Esse conflito, principalmente no que diz respeito ao fechamento do comércio aos domingos, é mais um exemplo do debate acerca do liberalismo e seus limites na Primeira República, expressando também a luta pela cidadania entre os trabalhadores do comércio.

Como se sabe, durante a virada do século, Juiz de Fora experimentou um significativo processo de desenvolvimento econômico, impulsionado principalmente pela expansão cafeeira e pelas atividades mercantis, até porque a maior parte das importações e exportações de Minas Gerais tinha que passar pela cidade, principalmente após as instalações da ferrovia D. Pedro II, em 1875. Dentro desse contexto, o município passou a contar com intensa circulação de mercadorias, com grande concentração e acumulação de capital, aglutinando interesses e tornando-se o principal pólo mercantil da região, o que acabou atraindo novos e diversificados contingentes populacionais, nacionais e imigrantes, que constituíram um expressivo mercado de mão-de-obra livre e especializada¹.

De acordo com Jair Lessa, a acirrada concorrência existente no comércio da cidade, fez com que não houvesse hora nem dia para fechar as portas das casas comerciais.² Obviamente, a jornada de trabalho desgastante, das 6 da manhã às 10 horas da noite, sete dias por semana, acabava desagradando a alguns comerciantes – sobretudo aos pequenos, que se viam obrigados a trabalhar lado a lado com os seus funcionários - mas principalmente aos empregados no comércio, exauridos por uma jornada de trabalho fatigante e sem direito a folgas para o descanso.

Tentando modificar esta situação, os empregados no comércio de Juiz de Fora começaram a se organizar na luta pela regulamentação do horário comercial, a começar pelos domingos. Assim, no ano de 1890, quando o município ainda era governado por uma Intendência, nomeada pelo novo governo

* Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

¹ Ver, a esse respeito, entre outras: PAULA, Maria Carlota. **As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora (1930-1970)**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 1976, p. 60-62; GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 33-51; PIRES, Anderson José. op. cit., p. 113-114; ALMICO, Rita & SARAIVA, Luiz Fernando. "A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia." In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu, ABPHE, 2003, p. 19-23; GOODWIN Jr, James. "Pedra, papel e perfume francês: a construção de Juiz de Fora como cidade civilizada. (1850-1914)." In: **1º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira**. Juiz de Fora, CES, 2005, p. 08-20; LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)**. Juiz de Fora, EDUFJF/Funalfa, 1986, p. 195.

² LESSA, Jair. op. cit., p. 195.

republicano, enviaram em requerimento onde pediam uma resolução que determinasse o fechamento do comércio aos domingos e dias santos às 2 da tarde:

Os empregados no commercio d'esta cidade offerecem a vossa deliberação o documento junto pedindo-vos a approvação de uma postura que determine o fechamento das casas commerciaes aos domingos e dias santificados as 2 horas da tarde, esta medida em nada prejudicará os interesses dos Snrs. Commerciantes, sendo elles favoraveis a mesma como consta do documento junto.

*Os empregados no commercio abixo-assignados acatando vossa deliberação esperam receber justiça.
Saude e fraternidade.³*

O documento vinha acompanhado com duas listas de assinaturas, uma com 18 empregados no comércio, e outra com 43 assinaturas de comerciantes favoráveis à lei. É interessante notar a resposta dada pelo poder público ao requerimento, que nos ajuda a compreender melhor a complexidade do imaginário social da época. O promotor de justiça Luiz Arthur Detsi pondera ser justa a reclamação para fechar as portas comerciais aos domingos, mas era contra a regulamentação pública sobre "dias santos", devido a completa separação entre Igreja e Estado estabelecida pela república:

Diz uma lei philosophica que os phenomenos naturaes são tanto mais modificaveis, quanto mais complicados. Assim é que, na mathematica e na astronomia, de todas as sciencias as mais simples, o poder humano é nulo na marcha das coisas; que ahi não há liberdade de crença, segundo uma consciencia individual, que os seus dogmas, formulados em virtude de demonstração só podem ser recusados por espiritos sem preparo. Já na physica e na chimica, na biologia, isso poder modificarsse [...].

Na sociologia [...] a modificabilidade dos respectivos phenomenos se torna ainda maior, com a evidencia do que se chama legislação artificial, codigos civis, penaes, criminaes, etc., de todas as leis emanadas dos políticos, religiosos para a direcção moral da humanidade. [...]

Em todos os paizes, onde há completa separação entre a Egreja e o Estado, onde, portanto, os dias sanctos são civilmente dias de trabalho ordinario, ninguem ainda se lembra de propor o trabalho aos domingos, a não ser por necessidade publica inadiavel.

Á parte, pois, qualquer character religioso, conclue se desta exposição que o descanso aos domingos é um preceito social.⁴

³ Série 123/03; 26/04/1890. Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal: República Velha (1889-1930).

Luiz Detsi passa então a analisar duas leis do período imperial (vale lembrar que a primeira constituição republicana ainda não havia sido promulgada) e conclui não ser da competência da municipalidade legislar sobre o horário comercial:

*Á vista do expôsto, me parece que legalmente a Intendencia Municipal não póde atender o que lhe pedem os distintos empregados do commercio.*⁵

O parecer tem uma escrita erudita, marcada pelo cientificismo e pelo evolucionismo, que caracterizaram boa parte dos intelectuais da virada do século. Mas ela não deixa também de ser marcada pelo pensamento liberal, herança do período imperial. Na carta, Luiz Detsi considera que a elaboração de tal lei seria um “*ataque a liberdade*”. Portanto, para que existisse, teria que partir de um acordo entre as partes, como tudo na sociedade liberal. Mas os empregados no comércio não desistiram. De acordo com Luiz Eduardo de Oliveira, no ano de 1894 os jornais da cidade, principalmente O Pharol, voltaram a discutir a questão do fechamento das portas comerciais aos domingos, quando a Câmara Municipal começou a analisar em projeto de resolução municipal, apresentado cerca de dois anos antes, sobre o assunto. Antecipando-se ao projeto, com o objetivo de restringir a regulamentação ao domingo, vários comerciantes da cidade fizeram um acordo, publicado n’O Pharol, em 02 de agosto de 1894, onde decidem fechar suas casas aos domingos concedendo folga a seus funcionários nesse dia.⁶

No primeiro domingo em que esse acordo passou a vigorar, os empregados do comércio fizeram uma grande manifestação pública, onde percorrem, com banda de música e foguetes, as ruas centrais da cidade, dando vivas à Câmara Municipal, aos comerciantes que encabeçaram o acordo e aos jornais da cidade.⁷ Como notou Luís Eduardo, tal demonstração pública de regozijo “*continha um significado político bastante claro: visava reforçar a necessidade dos vereadores converterem em lei a medida então pactuada pelos negociantes juiz-foranos*”.⁸ Isto acabou acontecendo finalmente com a aprovação da resolução número 290, de 16 de agosto do mesmo ano. Esta resolução proibia a abertura da maior parte das casas comerciais – ficavam permitidas de funcionarem as farmácias, hotéis, padarias, botequins, açougues, agências de jornais, casas de bilhar e cervejarias, além das casas de gêneros alimentícios e barbeiros, que poderiam funcionar até o meio-dia, e estabelecia multa de 100\$000 para os infratores e prisão de três dias aos reincidentes.⁹

⁴ Idem. Parecer em anexo.

⁵ Idem.

⁶ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. “Os Empregados do Comércio de Juiz de Fora e sua Luta pelo Descanso Dominical (1880-1905)”. In: **Anais do I Colóquio do LAHES – Laboratório de História Econômica e Social**. Juiz de Fora, UFJF, 2005, p. 05.

⁷ Idem. p. 05-06.

⁸ Idem. p. 05-06.

⁹ Posturas Municipais, Resolução nº 290, de 16/08/1894.

No entanto, tal resolução levou ao protesto diversos comerciantes da cidade, que através da imprensa e de requerimentos, pediam a revogação do regulamento. Em setembro do mesmo ano, um grupo de cento e dois comerciantes enviou um requerimento à Câmara Municipal, onde protestavam contra a resolução número 290. Em um dos trechos, alegam que:

A lei deve inspirar-se em justiça e equidade, attender á conveniencia publica, respeitar os direitos e legitimar os interesses individuaes até onde não se encontrem em conflictos com os da colletividade, e comprehender todos quantos pertença á classe social para a qual estatui preceitos. Desde que a lei é de excepção, esta difficilmente escapa á práctica iníqua. [...] O contracto entre patrão e empregados, longe de ser forçado, é inteiramente livre e espontaneo.¹⁰

Terminam o mesmo pedindo “Justiça”.

A pressão dos comerciantes foi tão grande que em janeiro de 1897 os vereadores aprovaram num projeto que revogava a resolução número 290, de 16 de agosto de 1894, estabelecendo uma lei que determina o meio-dia para o fechamento do comércio.¹¹ A partir dos primeiros anos do século XX o debate sobre o fechamento integral das casas comerciais aos domingos irá se intensificar, principalmente a partir de 1903, com a formação da “Associação dos Empregados no Comércio”.

Em junho de 1904, um grupo de comerciantes, junto a representantes da classe caixeiral, enviou o seguinte requerimento à Câmara Municipal, acompanhado de 85 assinaturas:

Nos, abaixo-assignados, reconhecendo que o descanso dominical é uma necessidade para a classe laboriosa, pois a sciencia cabalmente o demonstra e, ainda mais, estando ligado á guarda deste dia principios religiosos; e, considerando ao mesmo tempo que, uma ves que esta observancia seja geral no commercio, prejuízo algum teremos a soffrer, resolvemos pedir por meio deste abaixo-assignado á Camara Municipal, uma lei obrigatoria que determine o não abrimto das portas das Casas Commerciaes no perimetro da cidade aos domingos¹².

Antes, em abril do mesmo ano, os Empregados no Comércio já haviam enviado um abaixo-assinado à Câmara Municipal reivindicando o mesmo objetivo:

¹⁰ Série 123/03; 19/09/1894.

¹¹ OLIVEIRA, Luís Eduardo. op. cit., p. 06.

¹² Série 123/03; junho de 1904.

Nós os abaixo-assignados, empregados no commercio desta cidade, grandemente prejudicados em nossa saude, em nossos sentimentos religiosos, e nos direitos e regalias de cidadãos brasileiros, pela não observancia do domingo como um dia de descanso para a classe commercial, e solidarios com os Srs. Comerciantes, que, - seja dito de passagem merecem a gratidão das pessoas de coração bem formado – apoiam nosso justo pedido. Viemos por este meio perante á Illustre Câmara Municipal, pedir a decretação de uma lei obrigatoria sobre o fechamento feral do commercio neste dia, isto é, uma lei que faça rigorosamente cessar o commercio aos domingos, no perimetro da cidade¹³.

Diante da pressão da Associação dos Empregados no Comércio (AEC), que se expressava também através da imprensa local¹⁴, a Câmara Municipal aprovou, em 18 de fevereiro de 1905 a resolução número 511, que determina o fechamento das casas comerciais aos domingos, com exceção das farmácias, padarias, casas de bilhar e outras casas destinadas a diversões.¹⁵ Muitos comerciantes protestaram contra a resolução número 511. Em artigo publicado no *O Pharol* em abril de 1905, comerciantes alegavam que tal resolução era inconstitucional, pois feria a “liberdade do comércio” e as “liberdades individuais”, consagradas pela constituição de 1891.¹⁶

Este debate nos leva à questão do liberalismo no Brasil. A defesa das liberdades individuais e os limites a elas impostos constituem o núcleo central da discussão. Como já aventamos anteriormente, a Carta de 1891, consagrou os princípios do liberalismo de influência norte-americana: organização política federativa e individualismo econômico.¹⁷ De acordo com José Murilo de Carvalho, o liberalismo do final do século XIX era o darwinismo social, inspirado em Spencer, chegando ao Brasil através de Alberto Sales.¹⁸ Esse tipo de liberalismo teria saído vitorioso, na Constituição Republicana, sobre os projetos do liberalismo francês (mais popular e democrático) e do positivismo. Nessas circunstâncias, continua o autor,

"(...) o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sansão da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário."¹⁹

Essas características não eram, ao contrário do que pensam alguns autores, uma “*distorção*” do liberalismo no Brasil, mas um fenômeno mundial, que atingia, sobretudo os países ocidentais. Segundo Richard Bellamy, na Europa, o impacto das forças estruturais geradas pela industrialização entre 1870 e 1930, levou ao enfraquecimento do liberalismo ético e sua transformação em um liberalismo econômico. Na prática, continua o autor, a economia de mercado idealizada pelos clássicos, deu origem não a uma

¹³ Série 203. Associação dos Empregados no Comércio.

¹⁴ Ver, nesse sentido, jornal *O Pharol* e *Jornal do Commercio* entre abril de 1904 e fevereiro de 1905.

¹⁵ Posturas Municipais, Resolução nº 511, de 18/02/1905.

¹⁶ *O Pharol*, 05/04/1905, p. 01.

¹⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. In: FERREIRA, Jorge. *O tempo do liberalismo excludente...*, p. 93.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 24.

¹⁹ Idem. p. 25.

sociedade cooperativa de indivíduos mutuamente se desenvolvendo, mas a uma série de grupos com interesses conflitantes.²⁰

O conflito em torno do fechamento das casas comerciais aos domingos se encaixa nesse contexto. Não se trata, nesse caso, exatamente de um confronto entre “classes”, até porque uma parte dos comerciantes mostrou-se favorável, como vimos, ao fechamento das portas. No entanto, para facilitarmos a exposição dos argumentos, usaremos a seguir simplesmente a expressão “empregados no comércio”, ou “classe caixeiral”, para designar aqueles que eram favoráveis ao fechamento das portas (até porque constituíam, sem dúvida, a maior parte dos interessados e mostravam grande poder de mobilização e liderança ao longo do processo) e comerciantes para designarmos os que eram contrários à regulamentação do horário comercial, pelos mesmos motivos. Podemos observar que os empregados no comércio combatem sistematicamente o liberalismo econômico, autoritário, contaminado pelo darwinismo social, para a defesa de seus interesses. Os comerciantes, por seu lado, se utilizam do discurso político e econômico dominante para a manutenção da ordem estabelecida, que sanciona a “lei do mais forte”.

Os principais pontos defendidos pelos comerciantes são a liberdade de comércio, o direito de propriedade, a não intervenção do Estado nos negócios particulares e a garantia plena das liberdades individuais. Apesar do forte apelo igualitário que esse discurso carrega, ele serve, na verdade, para assegurar os interesses individuais – leia-se particulares – dos comerciantes, ao mesmo tempo em que acentua as desigualdades e a dominação sociais. No requerimento feito por cento e dois comerciantes contra a resolução municipal que determinava o fechamento das casas comerciais aos domingos, em 1894, afirmou-se que “*o contracto entre patrão e empregados, longe de ser forçado, é inteiramente livre e espontâneo*”.²¹ No mesmo requerimento, os autores defendem que a lei deve atender aos interesses individuais e os coletivos (no sentido de toda a sociedade), não devendo portanto, atender aos interesses de grupos privados, pois “*desde que a lei é de excepção, esta difficilmente escapa á practica iníqua*”.²² Esta concepção plebicitária da sociedade, que defende o contrato direto entre indivíduos livres e autônomos com o Estado, sem intermediários, remete ao século XVIII e atravessou todo o século XIX e início do XX.²³ Acreditava-se que o Estado não deveria intervir nas relações entre patrões e empregados porque ao legislar a favor de um grupo de trabalhadores, quebrava-se a concepção da sociedade como um conjunto de indivíduos livres e iguais. De acordo com Reinhard Bendix, “*o princípio abstrato de igualdade, que fundamenta o reconhecimento legal e jurídico do indivíduo independente é muitas vezes causa direta das acentuadas desigualdades [sociais]*” e que no século XIX sustentava-se que as condições de trabalho devem ser fixadas por acordos alcançados livremente entre um indivíduo e outro.²⁴ Nesse

²⁰ BELLAMY, Richard. **Liberalismo e sociedade moderna**, p. 09-13.

²¹ Série 123/03; 19/09/1894.

²² Idem.

²³ BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. p. 115-120.

²⁴ Idem. p. 115.

caso, as idéias defendidas pelos comerciantes estavam em perfeita harmonia com as idéias liberais prevalentes da Europa do século XIX.

Portanto, as idéias liberais não estavam “suspensas no ar” ou deslocadas de um “eixo próprio” que lhe desse uma existência “real”. Nesse aspecto discordamos de Roberto Schwarz para quem o liberalismo importado no Brasil ateu-se ao nível da imitação, em nada tendo a ver com a realidade.²⁵ O discurso liberal teve uma atuação pragmática na defesa de interesses e ações concretas. Aqui concordamos com Bronislaw Baczko quando afirma que “os sistemas de imaginários sociais só são ‘irreais’ quando, precisamente, colocados entre aspas”.²⁶ Para esse autor, os sistemas de representações elaborados ou utilizados por uma sociedade têm uma existência real e uma aplicação prática, pois as ações são efetivamente guiadas pelas representações, que também modelam os comportamentos, legitimam as violências e o poder²⁷.

Por outro lado, os empregados no comércio elaboravam seus próprios argumentos para refutarem os pontos do liberalismo que lhes eram prejudiciais. Assim como os artesãos reconheciam ser “*livre o comércio nos seus sistemas*”, mas reivindicavam leis protecionistas baseados no conceito de justiça, como vimos no capítulo anterior, os defensores do descanso dominical para a classe caixeiral também vão se apropriar do discurso dominante para elaborar suas próprias idéias na defesa de seus interesses. Nas páginas anteriores vimos que os empregados no comércio enviaram um requerimento no ano de 1904 no qual pediam o fechamento completo das casas comerciais aos domingos, que até então funcionava até o meio-dia. Nesse requerimento, os autores misturam argumentos vindos do cientificismo - “(...) *o descanso dominical é uma necessidade para a classe laboriosa, pois a sciencia cabalmente o demonstra (...)*”, da religiosidade - “(...) *estando ligado á guarda deste dia de princípios religiosos*” – e mesmo pragmáticos ou utilitaristas - “(...) *uma vez que esta observância seja geral no comércio, prejuízo algum teremos a sofrer*”.²⁸ Essa mistura de idéias de diferentes procedências, que poderíamos chamar apressadamente de “balaio de gatos” ou “colcha de retalhos”, concluindo a falta de coerência ideológica, expressa na verdade o que Daniel Cefai chamou de “estruturas de pertinência”, onde as escolhas dos atores sobre os conflitos e os compromissos assumidos refletem sua autonomia frente às coordenadas do contexto, “*afastando a idéia de uma imposição do consenso através dos códigos culturais*”.²⁹ Aproveitando o conceito de apropriação, de Chartier, as idéias circulam e as pessoas se aproveitam daquilo que lhes parece interessante, dando-lhes novos e diferentes significados.³⁰ Dentro desse quadro, elaboram estratégias na defesa de seus interesses dentro de um “*espaço de possíveis*” em um contexto específico.³¹

²⁵ SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. p. 59-83.

²⁶ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 05 – Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 298.

²⁷ Idem. p. 298.

²⁸ Série 123/03; junho de 1904.

²⁹ CEFAL, Daniel. op. cit., p. 19.

³⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. p. 136-37.

³¹ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: **Jogos de Escalas**. p. 26.

Dentro de um contexto de forças desiguais, opressão política e social, os empregados no comércio consideraram mais sensato utilizarem as idéias mais aceitas na sociedade para conquistarem seus objetivos. O discurso cientificista estava em voga no período. Era visto como sinal de erudição e foi largamente utilizado pela intelectualidade brasileira na virada do século, em conformidade com o que ocorria na Europa, de onde as teorias eram importadas e apropriadas. Acreditava-se plenamente que “métodos científicos” poderiam explicar a sociedade, as relações entre as classes e as diferentes “raças” e até mesmo a criminalidade.³² Vimos como o promotor de justiça da cidade, Luiz Detsi, ao comentar o pedido feito pelos caixeiros utilizou argumentos cientificistas para justificar o descanso dominical. Assim, nada mais eficaz que argumentar que a “*sciencia*” cabalmente demonstra que o descanso dominical é uma necessidade, juntando-se argumentos de caráter religioso – também amplamente difundidos na sociedade – e práticos – uma resposta ao argumento dos comerciantes de que teriam prejuízos com a medida. Assim, para combater os excessos do liberalismo – hegemônico entre as elites – utilizaram-se conscientemente de brechas oferecidas por outras idéias com boa aceitação na sociedade. De acordo com o antropólogo Alban Bensa os enunciados são discursos flexíveis de construção e transformação da realidade, que agem através de um “*espaço de aceitabilidade*”. O enunciado utilizado por um ator se encaixa sempre em um contexto, onde as formas ganham sentido para os interlocutores.³³ Os empregados no comércio manipularam muito bem os enunciados disponíveis na busca de seus direitos e na construção de sua cidadania. Não é de se admirar, portanto, que com uma estratégia tão bem articulada, com organização e mobilização tenham conquistado o direito ao descanso dominical, partindo para outras conquistas até o fechamento do comércio às 6 da tarde nos dias de semana, em 1923.

Entre o final de 1909 e meados de 1910, os Empregados no Comércio irão se mobilizar novamente, agora pela redução da jornada de trabalho, reivindicando uma lei que regulamente o fechamento do comércio às 8 horas da noite. Devido à grande concorrência no meio varejista e a falta de legislação específica a respeito do horário de funcionamento das casas comerciais nos dias de semana, a maior parte dos estabelecimentos funcionava de 6 da manhã às 10 da noite, forçando seus funcionários a um ritmo de trabalho exaustivo que nem mesmo os operários das fábricas e oficinas da cidade estavam expostos. A partir de 1917, o movimento se volta pelo encerramento das atividades às 6 horas da tarde, como veremos. A organização do movimento dos comerciários buscava por um lado atrair o poder público, visando garantias legais para as suas demandas, e por outro lado, ganhar a opinião pública, através da imprensa, como uma forma de pressionar as autoridades municipais, “representantes da vontade popular”, e formar um clima favorável às suas reivindicações.

Assim, diversos jornais da cidade começam a publicar artigos a respeito do fechamento das casas comerciais, como este publicado no O Pharol:

³² Ver, como referência: SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³³ BENSA, Alban. op. cit., p. 51-52.

*Elles têm, como nós outros, direito ao descanso e a e á satisfação dos seus desejos de se instruírem, para melhor figura fazerem na carreira que abraçaram. Mas como poderão gozar desse direito, si não dispõem do tempo necessario, si todo o dia estão presos ao trabalho, não tendo uma hora, ao menos, de folga, em que possam abrir um livro, para satisfazerem sua sêde de instrução?
O caixeiro até agora tem sido o operario mais sacrificado. Obrigado a 16 horas de trabalho constante, das 6 da manhã até ás 10 da noite, com uma interrupção de apenas alguns minutos para as refeições, o caixeiro, incontestavelmente, é victima do jugo mais ferrenho e sacrificante que ao homem se impoz, em troca do pedaço de pão que come³⁴.*

Interessantes são os argumentos utilizados pelo autor para a defesa do fechamento às 8 da noite: os comerciários irão utilizar este tempo livre para os estudos. Este discurso se encaixa no contexto mais amplo de construção de uma cidade moderna e civilizada, projeto das elites para Juiz de Fora, representada ora como a “Manchester Mineira” – devido às suas indústrias e oficinas, vistas como sinal de “progresso” – ora como a “Atenas de Minas” – pelo seu desenvolvimento cultural, que se expressava pelos seus teatros, clubes, cafés e cines. A questão do tempo de trabalho para aquele período não pode ser explicada apenas em termos econômicos, como “acumulação primitiva de capital” ou “exploração da mais-valia”. Embora estas questões estivessem presentes, havia também uma preocupação latente com a disciplina das classes subalternas fora do ambiente de trabalho, para que não atrapalhassem o projeto de cidade idealizado. Acreditava-se que as pessoas mais pobres fossem potencialmente mais tendenciosas ao crime e às deturpações morais, por isso deveriam trabalhar para preencher seu tempo e evitar o “ócio”, visto como um convite às bebedeiras, orgias, brigas de botequim e até mesmo ao crime³⁵. Portanto, a questão da jornada de trabalho relaciona-se a um projeto cultural das elites, que desejavam impor seus valores e símbolos, construindo uma visão de mundo idealizado por elas e rejeitando projetos alternativos onde se expressavam manifestações da cultura popular, como as rodas de capoeira, as religiões afro, o samba ou o entrudo. Ao se apropriarem do discurso dominante, os comerciários potencializavam suas chances de sucesso, pois conseguiam assim angariar mais apoio à sua causa.

Em 1910 foi fundado um “Centro de Resistência” para lutar pelos interesses da classe, que, entretanto, teve curta duração³⁶. No mesmo ano, a pedido de um membro da AEC, O Pharol publicou o decreto nº 2.183, de 15 de janeiro de 1908, expedido pelo presidente do Estado de Minas Gerais, onde define o fechamento obrigatório, na capital, de todas as casas comerciais às 8 horas da noite. O objetivo era claro: pressionar as autoridades locais, diante do exemplo dado pela capital do Estado, pela criação de uma lei semelhante no município³⁷.

³⁴ “As horas de trabalho dos Empregados no Commercio”. *O Pharol*. 01/10/1909, p. 01.

³⁵ CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim*. p. 63-64.

³⁶ *O Pharol*. 16/06/1910. p. 01.

³⁷ Idem. 21/04/1910, p. 02.

Ao mesmo tempo em que utilizavam a imprensa, os caixeiros buscavam alianças com representantes das elites, notadamente aqueles ligados ao poder público e à vida política, visando o comprometimento destes com as suas demandas. Assim, em abril de 1906, um ano depois de ratificada a lei que proibia o funcionamento do comércio aos domingos, a Associação dos Empregados no Comercio convidou o presidente da Câmara Municipal, Duarte de Abreu, para a sessão solene da inauguração do seu retrato na sede da Associação, onde "*patentea a sua imorredoura gratidão*" ao "*sancionador da justíssima lei do fechamento obrigatorio das casas commerciais, d'esta cidade, aos domingos*"³⁸. Os comerciários continuaram a expandir seu leque político ao longo dos anos, extrapolando o nível local. Foi assim que em abril de 1909, a AEC foi visitada em sua sede pelo general Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra, de passagem pela cidade. Esta visita deveu-se, em parte, pelo fato dos comerciários serem membros – por obrigatoriedade da lei – do Tiro Brasileiro Affonso Penna, mas, de qualquer forma, com certeza rendeu capital político para a Associação³⁹. Em 1919 a AEC recebeu Rui Barbosa na cidade, em campanha pela presidência da República⁴⁰ e em 1921 foi a vez da Associação recepcionar Arthur Bernardes, também em campanha⁴¹. Em um dos bailes organizados pela AEC para arrecadar fundos, a entidade conseguiu reunir importantes personalidades locais, como o presidente da Câmara José Procópio Teixeira, o vereador João Penido e o deputado federal Francisco Valladares, além de receber um telegrama do então presidente da República, Washington Luiz pelo aniversário da Associação⁴².

Ao nosso ver, estas atitudes não representam capitulação diante do Estado, passividade, ou "estadania". Os caixeiros não buscavam a obtenção de leis através de favores pessoais ou relações clientelistas. Constituíam, na verdade, uma estratégia onde a Associação buscava comprometer publicamente autoridades políticas na defesa de seus interesses. Não acreditamos, igualmente, que os empregados do comércio se encaixem dentro do modelo do *cidadão educado*, descrito por Ricardo Pacheco, marcado pela passividade, chamado somente para endossar os nomes indicados do alto, numa participação alienada, *bestializada*, da política⁴³. Prova disso é que eles utilizaram diversos meios na luta pelo o que consideravam direitos seus, como os requerimentos, a imprensa e até mesmo a ação direta.

Depois de conseguirem o fechamento do comércio às 8 horas da noite, através da Resolução Municipal nº 655, os comerciários iniciaram uma campanha pela redução do horário de funcionamento até às 6 da tarde. Já em janeiro de 1917 a idéia era discutida nos jornais da cidade. Em um artigo publicado no O Dia, o comerciante Manoel Lourenço Jorge Junior apontou os argumentos favoráveis e contrários ao fechamento do comércio naquele horário. O principal argumento pró, de acordo com o articulista, era a alegação de que, saindo mais cedo do trabalho, os comerciários teriam mais tempo para completar seus estudos. No entanto, os contrários à idéia afirmavam que ainda era recente o fracasso da AEC, que se

³⁸ Série 203, 05/04/1906.

³⁹ O *Pharol*. 26/04/1909, p. 02.

⁴⁰ O *Dia*. 28/03/1919, p. 02.

⁴¹ Idem. 25/10/1921, p. 02.

⁴² Ibidem. 24/04/1927, p. 02.

⁴³ PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas*. p. 95-99.

organizou para dar instrução a seus associados, com aulas à noite, mas tiveram que fechar as turmas por falta de frequência, mesmo as aulas sendo gratuitas. Conclui que, melhor é deixar livre a opção⁴⁴. No entanto, esta solução era impossível de ser adotada, diante da grande concorrência no mercado. Era necessária a intervenção do poder público para que a regra fosse geral, evitando prejuízos para os comerciantes que adotassem a medida.

Diante do impasse criado, membros da AEC resolveram, a exemplo do que já faziam os operários das manufaturas, partir para a ação direta. Em novembro de 1918, um grupo de caixeiros saiu às ruas à cata de assinaturas para uma lista que aprovasse o fechamento do comércio às 6 da tarde. Comerciantes acusaram este grupo de ameaçar e pichar as casas comerciais daqueles que não quisessem assinar a lista. Diante da polêmica levantada, foi convocada uma reunião na Associação Comercial para discutir o assunto. Seguiu-se então acalorado debate, com uns defendendo que as assinaturas eram um compromisso que deveria ser assumido, e outros alegando que discordavam porque muitos haviam assinado coagidos por pressões e ameaças. O comerciante Alfredo de Souza Bastos, afirmou que *“embora negociante há mais de 20 anos, nunca assistiu uma situação tão carregada como a presente, onde os negociantes ficavam debaixo das ameaças anônimas dos empregados, das vaias, do pichamento de portas e até de ameaças mais positivas”*⁴⁵. A reunião terminou com a aprovação de uma proposta para a organização de uma nova lista de assinaturas⁴⁶.

Ao que tudo indica, a nova lista de assinaturas não teve resultado positivo para os comerciários, pois o debate acerca do horário comercial continuou nos jornais durante os anos seguintes. Somente em 1923 um acordo entre a classe caixeiral e um grupo de comerciantes definiu o fechamento do comércio às 6 da tarde, logo depois ratificado pela Câmara através de uma resolução municipal⁴⁷.

Como podemos perceber, os comerciários utilizaram diversas estratégias para a expansão de seus direitos. Com o objetivo de reduzir a jornada de trabalho e precaverem-se contra o descenso social, fundaram uma Associação. Enviaram ofícios às autoridades públicas, pleiteando leis que regulassem relações de trabalho, buscaram alianças com políticos para ampliarem seu poder de barganha, usaram a imprensa para formar uma opinião pública favorável às suas demandas, e também partiram para a ação direta quando impasses nas negociações pareciam encaminhar a questão favoravelmente aos negociantes. Então, como enquadrar o comportamento políticos dos caixeiros?

Eles não eram *bestializados* nem *bilontras*, na clássica formulação de Carvalho. Tão pouco se encaixavam podem ser identificados com o *cidadão educado* ou o *cidadão candidato* de Ricardo Pacheco. Eles não organizaram um partido político, não se candidataram nas eleições, mas nem por isso deixaram de expressar a sua cidadania. Talvez o modelo do *cidadão coletivo*, esboçado por Pacheco ajude a compreender o comportamento daqueles agentes. Para este autor, ele expressava a sua força através da

⁴⁴ O Dia. 21/01/1917, p. 01.

⁴⁵ Idem. 28/11/1918, p. 1-2.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem. 12/08/1923, p. 01.

ação coletiva, organizando associações e manifestações classistas para cobrarem do governo seus direitos⁴⁸.

De qualquer forma, crescia entre os membros da AEC uma consciência de cidadania. Estavam ali presentes os elementos conflitivos necessários para o desenvolvimento da cidadania – o conflito com os comerciantes – assim como os elementos comunitários, responsáveis pelo desenvolvimento dos direitos sociais, haja visto que prestavam diversos serviços sociais a seus membros, como atendimento médico e farmacêutico, pecúlio para acidentes pessoais, garantias contra invalidez, atendimento jurídico etc., além de oferecer educação formal como o Curso Comercial, datilografia, biblioteca e salão de leitura⁴⁹. Se por um lado, estes direitos e serviços podem assumir um caráter corporativista, por englobarem apenas um grupo social em detrimento do restante da sociedade, a AEC, assim como outras associações trabalhistas, permitia uma conciliação entre o princípio plebiscitário e o funcional da sociedade, necessária para o desenvolvimento da cidadania nos governos democráticos atuais, na medida em que *todos* os cidadãos gozavam da mesma capacidade legal para agir, como notou Reinhard Bendix⁵⁰. A Associação servia também como meio de sociabilidade e formação de identidade, fator fundamental para a cidadania, como já aventamos. Portanto, podemos afirmar que lutavam por cidadania, na medida em que se organizavam na luta por direitos e melhores condições de vida. E vimos que foram vitoriosos muitas vezes, como a obtenção do descanso dominical, a redução da jornada de trabalho e os serviços sociais prestados aos sócios. Ao mesmo tempo em que se reconheciam como portadores de direitos, construíram representações do Estado como uma entidade que tinha deveres diante dos cidadãos, devendo zelar pelos interesses da coletividade e exercer justiça, como mostra o trecho de um artigo sobre o impasse a respeito do fechamento do comércio às 8 da noite:

*E ahi está o poder publico realizando suas funções, que são de interpôr sua autoridade legal, todas as vezes em que, como no caso presente, o simples accôrdo das partes é insufficiente para a realização de uma medida de interesse de todos*⁵¹.

Bibliografia:

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 05 – Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BELLAMY, Richard. **Liberalismo e sociedade moderna**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

⁴⁸ PACHECO, Ricardo de Aguiar. op. cit., p. 122.

⁴⁹ **Jornal do Commercio**. 16/08/1927, p. 01; **O Dia**. 22/03/1927, p. 02.

⁵⁰ BENDIX, Reinhard. op. cit., p. 118.

⁵¹ **O Pharol**. 02/10/1909, p. 01.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed., 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle-Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 1).

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. "Os Empregados do Comércio de Juiz de Fora e sua Luta pelo Descanso Dominical (1880-1905)". In: **Anais do I Colóquio do LAHES – Laboratório de História Econômica e Social**. Juiz de Fora, UFJF, 2005

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O cidadão está nas ruas**: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001 (Coleção Leitura).

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VISCARDI, Cláudia M.R. Mutualismo e filantropia. In: **Locus**: revista de História. Juiz de Fora: EDUFJF, 2003. v. 10, n. 01..

Entre muros e mosaicos: trajetórias familiares de cativos e libertos de pequenas e médias posses (Pouso Alegre 1845-1869)

Leonara Lacerda Delfino*¹

1. Introdução

Esta comunicação pretende expor o trabalho em curso "*Entre muros e mosaicos: trajetórias familiares de cativos e libertos de pequenas e médias posses (Pouso Alegre – MG, 1845 – 1869)*", projeto, que foi apresentado ao programa de pós-graduação em história intitulado por História, Cultura e Poder pela Universidade Federal de Juiz de Fora, (UFJF), que pretende, por meio do cruzamento nominativo² das fontes documentais, apresentar um estudo qualitativo e micro analítico, da formação e desenvolvimento de trajetórias familiares de cativos e libertos, oriundos de pequenas e médias posses de Pouso Alegre³, região sul-mineira voltada para lavoura de subsistência que ainda mantinha, na segunda metade do século XIX, ligações mercantis com os grandes centros do Sudeste, especialmente com as Cortes do Rio, promovidas pela "política de abastecimento"⁴, engendrada no período regencial.

Através deste, pretende-se verificar, não só o grau de interferência da estrutura dessas pequenas e médias posses nas redes familiares de cativos e libertos, entre os anos (1845-69), mas, sobretudo, entender os sentidos de atuação desses sujeitos, frente essas condições impostas pela dispersão e fragmentação de famílias. Nesse sentido, esta pesquisa trabalha a hipótese de ter havido nessa região, uma grande profusão de "famílias fracionadas"⁵, ou seja, aquelas, que, embora fossem formadas sob a condição de separação domiciliar, mantinham, em suas inúmeras formas de práticas de convivência, a possibilidade, mesmo sob separação física, de formar, manter e recriar suas identidades culturais de família.

¹ Mestranda em história social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, (UFJF).

² Método desenvolvido pela micro-história, tendência historiográfica que surgiu na Itália durante a crise de paradigmas nos anos 60 e 70. Este método consiste, sobretudo, na exploração de análise intensiva de objetos bem específicos de estudo. Seus principais expoentes são: Carl Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi. Ver: BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 60-64.

³ O povoado Pouso Alegre surgiu como ponto de paragem das tropas que faziam o circuito Minas -Rio - São Paulo, seu povoamento permanente se deu no final do séc. XVIII quando os agentes da capitania passaram a procurar alternativas que suprissem o ouro em declínio. Foi neste momento que se fixaram os primeiros povoados com características permanentes que passaram a se dedicar cada vez mais à produção de gêneros alimentícios e criação de gados e suínos. Produção que (como nesta em outras regiões da província que não se dedicavam ao *plantation*) ocupou em toda província 75% do contingente escravo da província. Ver MARTINS R.B. *Minas séc. XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora*. In Estudos Econômicos, vol 13, nº1, USP.

⁴ A política de abastecimento se efetivou por uma série de medidas tomadas pelo governo colonial após a vinda da família real como, a abertura de estradas, incentivo à produção agrícola e ao comércio interno para o abastecimento da província do Rio de Janeiro. As principais conseqüências dessas medidas foram a quebra do pacto colonial com abertura dos portos em 1810 e a interiorização da metrópole. Ver LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, (1808 – 1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

⁵ FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

2. Da licenciosidade à flor na senzala: um histórico sobre a família escrava

Pensar historicamente temas como família, propôs aos historiadores mais recentes, o desafio de arrancá-la do plano dos mitos e devolvê-la ao plano histórico das contingentes contradições e lutas reais dos homens. Isso significa que ela não pode ser pensada de forma a - crítica, em cima de padrões definidos, ou de um modelo ideal, a - histórico como referência de análise. Sendo assim podemos olhar a família hoje como uma instância de poder culturalmente construída em que há "*espaços para ritos, afetividades, laços de parentesco e relações de poder*"⁶. Foi justamente partindo desse antigo padrão rígido de família, de caráter etnocêntrico, que ficou durante muito tempo sedimentada na historiografia, a idéia da inexistência da família escrava. Fundamentando-se, sobretudo, no "olhar branco" dos testemunhos dos viajantes,⁷ primeiros a relatarem sobre o assunto; os escravos foram vistos como incapazes de possuírem condições morais para construir famílias. Relatos repletos de preconceitos culturais, volvidos pelo cientificismo racista⁸ do século XIX, todas as formas de vivência familiar escrava eram traduzidas como desvio comportamental ou puramente devassidão sexual.

O rompimento desse discurso vai se dar de forma decisiva somente no final dos anos 70 quando, através de pesquisas demográficas⁹, comprovou-se empiricamente, o fato de que a família escrava sempre foi um fenômeno presente na história da escravidão do Brasil. Foi partindo dessa constatação que, ao receber acentuada influência da historiografia norte-americana, principalmente com os trabalhos de Gutman e Genovese¹⁰, juntamente com o marxismo revisionista de Thompson¹¹ e com a Nova História

⁶ VAINFAS, Ronaldo (org). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 90.

⁷ Embora fosse consenso geral entre esses viajantes, que vieram em inúmeras expedições científicas do século XIX (como Spix Martius, Sant Hilare, Rugendas e ourtos), de que a promiscuidade sexual era um estado presente entre os escravos, alguns deles como Dutert e Koster, tiveram um olhar bem diferenciado, reconhecendo os enlacs e afetos familiares entre os escravos. As críticas mais completas dos "olhares desses viajantes" estão disponíveis em: SLENES, Robert, 1999. p. 13-143.

⁸ Influenciados pelo cientificismo do final do século XIX, que procurou transpor o evolucionismo biológico, no campo das ciências humanas, estudiosos como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Conde de Gobineau, viam na miscigenação, um grande risco à sociedade brasileira. Chegaram apregoar até sua degeneração, por ver no mulato, uma figura estéril e biologicamente corrompida, pela mistura com o negro. Crítica mais aprofundadas, ver: ROCHA, Cristiany. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Tese de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1999. p. 12-16.

⁹ Pesquisas demográficas desenvolvidas nos anos 60 e 70, com as de Iraci del Nero da Costa, Francisco Vidal Luna, Horácio Gutiérrez e Stuart Schwartz foram de suma importância. Ver: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: As esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 43-44.

¹⁰ Herbert Gutman e Eugene Genovese, forma expoentes principais desta virada historiográfica nos EUA. Ambos compartilham do ponto de que a família, teria sido sim, o principal elemento da formação de uma consciência comunitária e resistência negra, por ter possibilitado um espaço de autonomia de transmissão e reelaboração cultural. (Ver também os trabalhos de MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana e uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: pallas, 2003.

A divergência encontra-se no fato de que, enquanto Gutman percebia a família como espaço de fortalecimento dos laços horizontais, distanciando-a da casa grande, Genovese, a percebeu também como veículo de estreitamento dos laços verticais, tratava-se de uma dupla face de poder. Ver: GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1988.

¹¹ Ver seus principais trabalhos: THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro. Vol. I, 2 e 3: paz e terra, 1987. *Costumes em Comum : estudos sobre a sociedade tradicional*. São Paulo: cia das letras, 1998.

Francesa, que o tema da família escrava ressurgiu com força total nesses trabalhos que passaram tratá-la, não só por um outro viés teórico-metodológico, mas também com outro posicionamento político, por encarar o escravo não mais como ser "anômico", despersonalizado, como pensaram os revisionistas¹², mas como sujeito histórico, que trazia consigo capacidade de atuação política em suas ações cotidianas.

Nessa altura do debate não será mais discutida a existência ou não da família escrava, mas qual o significado de sua formação ou durabilidade. Essa questão irá suscitar um acirrado debate entre historiadores que, embora já admitam a família escrava, irão atribuir-lhe significados distintos. Autores como Roberto Góes e Manolo Florentino¹³ viram na constituição familiar cativa as condições *sine qua non* para preservação do escravismo. O senhor, ao abrir concessão ao escravo para formar família, além de fixá-lo à terra (já que este poderia ter direito à roça), também o afastava de envolvimento em motins ou rebeliões.

Rebatendo este argumento, Robert Slenes¹⁴, ao estudar a formação da família cativa nos *plantation* de café em Campinas, admite que, em curto prazo, a família poderia ser favorável aos senhores, mas se pensada dentro de um período longo, ela poderia significar uma grande ameaça a estes, justamente por se constituir como um *locus* privilegiado de manutenção e transmissão de "heranças" que, ao serem recriadas, transformavam-se em estratégias, não só por fortalecer o sentimento de identidade cultural, mas, também por abrir inúmeras vantagens materiais e espirituais que, com o passar dos anos, acabavam "*frustrando a tentativa dos senhores de construir um cativeiro perfeito*".¹⁵

Já a autora Hebe Maria Mattos¹⁶ concordou com este autor em atribuir aos escravos o ato de "criar" e "recriar" suas redes familiares, mas discordou de sua visão de coesão ou da formação de uma identidade cultural de protonação nas senzalas. Identificando a família escrava como mecanismo que gerava competição entre os escravos para maior acesso ao mundo dos livres, a autora argumenta que, embora existisse a solidariedade horizontal entre os escravos, antecedida pela formação dos laços verticais, ela acabava, com o tempo, reafirmando antigos papéis já impostos pela sociedade escravista.

¹² Fundada por um grupo de sociólogos e historiadores da USP, nos anos 60, que pretendia "rever" a "história da benevolência" de Freyre; a Escola Revisionista, que teve em Florestan Fernandes, sua principal representação, encontrou no materialismo histórico seu principal fundamento de análise. Ao enfatizar a violência como elemento cerne das relações escravistas, afirmava que os escravos chegaram assumir para si, um estado de coisificação que a sociedade os impunha juridicamente. Desta aceitação teriam perdido qualquer capacidade de atuação histórica, reconquistada somente com atos de rebeldia. Outros nomes importantes foram: Otávio Ianni, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso e outros. Ver GOMES, Ângela... Estudos Históricos, n° 34, jul/dez, 2004, p. 157- 183.

¹³ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro*. Civ. Brasileira, 1997.

¹⁴ SLENES, 1999.

¹⁵ Iden, p.17.

¹⁶ MATTOS [de Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Acentuam-se nesta concepção os conflitos em detrimento dos laços de coesão.

O contra-argumento de Slenes reside no fato dele chamar atenção para que o olhar analítico seja lançado para além da dissensão. Ele percebe que, subjacente à "guerra" e os conflitos estabelecidos na senzala, estavam os fundamentos de coesão que possibilitariam a formação dessa identidade escrava. Quanto à competição presente, ele ressalta que "*estes esforços para se aproximarem à liberdade, eram estratégias para o longo prazo e não tinham garantia de sucesso. Pois seria pouco provável que os cativos engajados na luta para melhorar sua situação, tivessem queimado as pontes a seus pares, com quem teriam que viver e contar durante anos a fio*".¹⁷

Sendo assim, é possível entender a família tanto como mecanismo de resistência, por se "*constituir como locus privilegiado de manutenção e transmissão de heranças culturais e africanas*"¹⁸, como uma instituição que também atendia, em parte, os interesses da política de incentivos dos senhores, pois dependia "*ao mesmo tempo, tanto dos laços verticais tecidos com estes*"¹⁹, quanto dos laços horizontais, construídos com seus pares de cativo, o que colaborava para que "*a família escrava também [reproduzisse] os mecanismos de controle existente sobre os cativos, na medida em que, o parentesco os prendia ao plantel através de seus laços consangüíneos e afetivos*".²⁰

3. Eleutério Borges de Almeida: um estudo de caso

" Eu, Eleutério Borges de Almeida, solteiro, de idade de trinta e oito annos, filho natural de Brígida Crioula, nascido e baptizado nesta Freguesia da cidade de Pouzo Alegre, escravo que foi do Capitão Jozé Maria de Freitas, já fallecido. Achando-me gravemente enfermo, esperando a morte faço as seguintes disposições: [...] Declaro que tenho três filhos que os reconheço como tais, por este meu solene testamento e por meus legítimos herdeiros que são, os seguintes: Joaquim Cabra de idade de doze annos, mais ou menos, filho de Manoela Crioulla, escrava que foi do vigário José Maria de Moura Leite, nascido liberto e que se acha na minha companhia; Lino Mulato, de idade de vinte annos mais ou menos, filho de Justina Crioulla, escrava de Demétrio Antunes de Azevedo, residente no termo da Villa de Caza branca; e Salvador mulato, de idade de quatro annos, mais ou menos, filho de Eugênia, escrava de Manoel Leite Ferreira de Mello. Destes dois últimos meus

¹⁷ SLENES, Robert. *A árvore de Nsanda replantada: cultos do Kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro*. (por publicar). P.5.

¹⁸ ROCHA, 1999. p.38.

¹⁹ iden.

²⁰ Iden.

filhos, Lino e Salvador, que lhes tocar dos bens que deixo com igualdade de meu primeiro filho nomeado, servirá para liberdade dos mesmos [...] E por não saber ler nem escrever, roguei a Antônio Muniz Barreto [...].

Fazenda das Limeiras, Freguesia de Pouso Alegre, 17 de maio de 1855²¹ (Grifos meus).

Eleutério Borges de Almeida, negro liberto, ex-escravo do capitão José Maria de Freitas, que viveu muito tempo como seu agregado na fazenda das Limeiras, na freguesia de Pouso Alegre, fazenda que se dedicava à produção de gêneros alimentícios como arroz, feijão, milho e criação de gados e suínos, assim como era a maioria das outras propriedades do Sul de Minas, traz em sua trajetória de vida, como muitos homens e mulheres anônimos da história do escravismo, as múltiplas faces e fragmentos do mosaico que compunham as complexas redes de sociabilidades de família dentro e fora do cativeiro. Preto forro, 38 anos, ele transitava inseparavelmente entre o mundo dos livres e do cativeiro e nunca durante sua vida, conseguiu romper com seus entes e pares nele mantidos. O que nos faz concordar com Fraga Júnior quando afirma que a "*vida do liberto não pode ser pensada fora das lembranças e memórias compartilhadas nos tempos do cativeiro*"²² visto que além de terem tido grande parte de suas experiências fundamentais nele fincadas não ficavam facilmente livre do estigma da escravidão que poderia ser arrastado até a sua terceira geração.

Pobre e pai de três filhos. Vagando entre esses dois mundos, Eleutério reuniu o mínimo necessário de bens durante sua vida, para abertura de seu testamento e garantia do pecúlio de 517509 mil réis para cada um de seus filhos mantidos no cativeiro, Lino, mais velho, de 20 anos, filho de Justina Crioula, escrava de Demétrio Antunes de Azevedo, que no momento da partilha se encontrava bem distante do pai, por ter sido vendido para trabalhar nas lavouras de café na província de São Paulo, no termo de São João da Boa Vista; e Salvador de apenas quatro anos, filho de Eugênia, escrava do poderoso coronel Manoel Leite Ferreira de Mello.

Seguindo a trajetória, o que podemos observar é que além da preocupação de libertar seus filhos, Eleutério se preocupou em amparar com pé de igualdade seu filho livre, Joaquim, que com ele coabitou e dedicou cuidados durante todo tempo que esteve enfermo até sua morte. Além dos herdeiros consanguíneos, Eleutério contemplou sua afilhada com uma pequena herança ao deixar a sua "*afilhada Fausta, escrava de José Borges de Almeida uma égoa castanha, que o Ermistão Crioulo escravo do*

²¹ Inventário de Eleutério Borges de Almeida, Nº 25. Data de abertura: 05/08/1855. Localizado no Arquivo da Comarca de Pouso Alegre, (ACPA)

²² FRAGA Jr, Walter. *Caminhos da liberdade: escravidão e emancipação na Bahia, 1870- 1810*. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2004.

mesmo estava amansando"²³, o que nos remete ao parentesco espiritual, via compadrio, instância de peso que possibilitava na sociedade escravista, o alargamento das redes para sociais dentro e fora do cativeiro.

O caso Eleutério nos faz pensar os fragmentos do mosaico familiar no qual a família escrava estava sujeita vivenciar. Pai de três filhos de mães diferentes, este é apenas um caso que nos mostra como o intercurso sexual era recorrente e intenso tanto como entre cativos, como entre grupos sociais distintos, ou seja, entre cativos e livres ou/e libertos, principalmente se pensarmos o contexto sócio-econômico do Sul de Minas, onde se fez predominar plantéis de pequenas e médias posses de escravos,²⁴ facilitando assim a proliferação de uniões livres, dificultando ao mesmo tempo, a formação de uniões sancionadas pela via legal da Igreja, pelo fato de que quanto menor fosse a posse mais restrito era o número de "pretendentes", ou seja, mais reduzidas eram as possibilidades de escolhas (visto que, institucionalmente falando, estas teriam que ocorrer na mesma e não em posses distintas)²⁵.

Nesse sentido, se a tendência é termos um baixo índice de legitimidade nas pequenas e médias posses, grandes foram as possibilidades de formação de famílias fracionadas, ou seja, aquelas que mesmo seus entes estando separados poderiam manter o exercício de afeto e solidariedade, através de inúmeras práticas compartilhadas com dificuldades impostas pela fragmentação das posses, para entendermos melhor, basta retomarmos o caso Eleutério para percebermos que a distância física entre pai e filho não se constituiu numa barreira intransponível para permanência dos laços familiares.

Desta forma está mais que claro que a família fracionada cativa extrapolava não só os limites de coabitação, como também os laços de consangüinidade, através do parentesco ritual, e os limites de condição social. Sendo assim podemos questionar se a família cativa poderia também ter feito parte ou não de uma política de incentivos senhoriais, atendendo os propósitos de suas necessidades do contexto sócio econômico específico. Para esclarecermos melhor podemos pensar na atividade da pecuária que também estava muito presente na produção econômica do Sul de Minas, acompanhada pelas atividades da lavoura de subsistência, tudo destinado ao mercado de abastecimento interno, podemos pensar se com essa atividade a família cativa não poderia fazer parte de um projeto senhorial, visto que essa atividade requeria um número muito pequeno de trabalhadores já que um curraleiro, por exemplo, poderia controlar sozinho 250 cabeças de gado, sem contar que essa era um tipo atividade totalmente

²³ Op. Cit.

²⁴ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: brasiliense, 1998. p. 82.

²⁵ As "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia", publicadas em 1720, que normatizava o casamento escravo, afirmavam que, embora o consentimento do senhor fosse necessário para realização do matrimônio; a ausência deste, nunca constituiria um impedimento para tal. Sendo assim, a união matrimonial poderia segundo essas leis, ocorrer entre cativos de posses diferentes, ou entre cativos e livres ou libertos. Isso na prática não se efetivou, pois nos registros a discordância ocasionava necessariamente num impedimento. Ver: ANDRADE, Rômulo, *Família agrária na Minas Oitocentista*. In: Revista Eletrônica de História. Disposto no: www.ufrj.br

itinerante que possibilitava amplas facilidades de locomoção espacial, até mesmo de fugas, se formos mais longes, isso porque estamos falando de uma atividade praticamente solitária²⁶. Não seria vantajosa nestes termos, ao senhor, o incentivo da organização familiar para lhe permitir o mínimo de segurança? Lembrando que não só nessa atividade, mas qualquer trabalho escravo de pequenas e médias posses não tínhamos o intermédio da figura do feitor, o que mudava bastante o quadro de relação entre senhor e escravo. Pensemos no próprio aspecto da moradia, onde muitas vezes, era compartilhado entre cativos, pouco numerosos e seu senhor, pouco abastado. Na análise de 200 inventários do Arquivo da Comarca de Pouso Alegre não encontramos nenhuma referência a existência de senzalas, o que reafirma a hipótese de coabitação entre senhores e escravos, como foi o próprio caso de Eleutério que coabitava além de seu filho, com um escravo de nome Abel que em sua morte teve que ser leiloado em praça pública para ajudar na alforria dos filhos e cobrir as dívidas arroladas no inventário²⁷.

4. Avós, pais e filhos: a experiência familiar fragmentada nas posses dos Pereiras

Ao analisar os registros de casamentos²⁸ entre cativos no município de Pouso Alegre no período de 1811 a 1883, podemos verificar que pelo baixo índice das uniões legítimas entre cativos, o quão difíceis eram as possibilidades de se perpetuarem no tempo em longas gerações como se verificou nas regiões de *plantation*. (VER TABELA em ANEXO). Através do cruzamento nominativo desses autos de casamentos e batismos podemos rastrear a formação de uma família fracionada cativa que conseguiu manter suas redes de relações apesar da dispersão de posses. Trata-se de uma família com longevidade, oriunda de pequenas posses, que conseguiu perpassar três gerações. Dos cativos dessa família, quase todos foram nascidos nessas propriedades pertencentes a Francisco Antônio Pereira e José Custódio Pereira, (provavelmente parentes próximos). Somente o pai e os avós paternos da cativa Joana (filha de João e Angélica), vieram de outra propriedade, fora do município, provavelmente por uma única transação comercial, quando José Custódio Dias os trouxeram de Ayuruoca, (mercado próximo da região). Trazidos para esta Freguesia de Pouso Alegre, o casal de cativos, (unidos pelo matrimônio legítimo), mais seu filho João de oito anos, foram levados para servirem José Custódio Dias, homem que "*vivia de suas roças e criações*". Passado vinte anos, ainda vivendo nestes mesmos domínios, João havia se casado com Angélica, de 17 anos, filha legítima de Antônio e Maria, ambos crioulos e também escravos de José Custódio. Desta união, entre João e Angélica, conseguimos rastrear três filhas, Tereza, Joana e Maria. As duas últimas batizadas como filhas legítimas e somente Tereza, como filha natural. Nascida, portanto, antes da união formalizada entre João e Angélica, Tereza não deixa de apresentar, grandes chances de ter sido filha de João, embora seu registro de batismo não mencione o nome do pai.

²⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

²⁷ Idem.

²⁸ Autos de Casamentos localizados na Cúria Metropolitana de pouso Alegre, (CMPA).

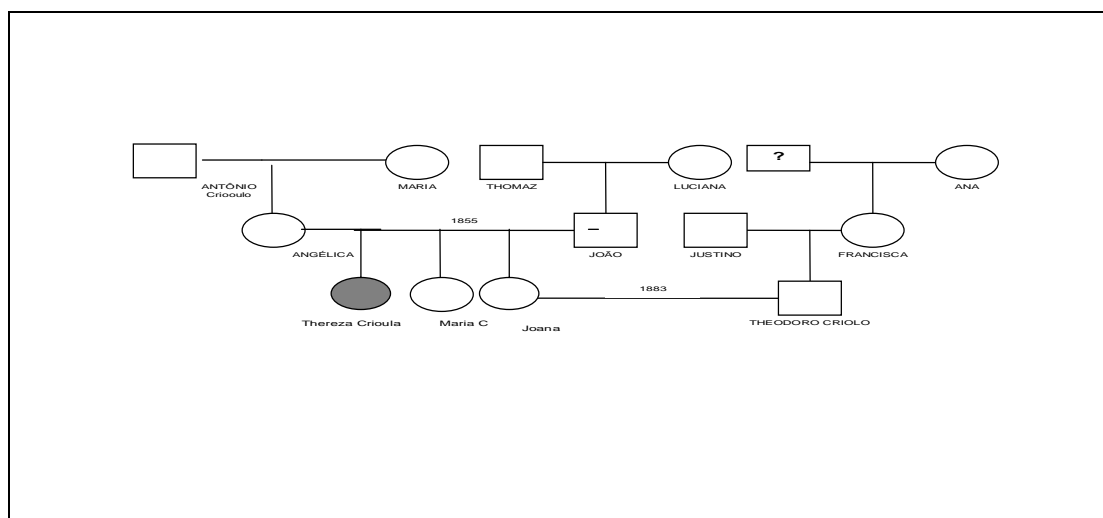
Esta hipótese se torna bastante procedente, na medida em que muitos estudos sobre família escrava, têm demonstrado ser comum à ocorrência de filhos naturais do mesmo casal, antes da formalização da união, isso se explica pelo fato dos vínculos afetivos e amorosos serem efetivados antes destas uniões serem levados ao altar.

Mas, como vimos à cativa Thereza foi possível ser encontrada, através do cruzamento de informações entre os dados dos registros paroquiais dos autos de casamentos com os de batismos. Foi prosseguindo o fio do trajeto dessa família, que encontramos Joana, irmã da mesma Tereza e neta de Antônio e Maria, que se encontrava impedida, em 1883, de se casar com Theodoro, de 23 anos, natural de Pouso Alegre, escravo de Francisco Antônio Pereira, por manter com este parentesco de "4º grau".

Trata-se, portanto, de uma rede familiar maior que a explicitada nos documentos, pois a família da cativa Joana, que pertencia a terceira geração de netos, estava ligada à família de Theodoro.

Observe o diagrama:

"POSSES DOS PEREIRA"²⁹



• T
h
e
o
d
o
r
o
C
r
i
o
u

lo – Escravo de Francisco Antônio Pereira, 23 anos, nascido e batizado em Pouso Alegre, filho legítimo de Justino e Francisca ambos crioulos escravos do mesmo.

- Joana Crioula – Escrava de Francisco Antônio Pereira, 24 anos, nascida e batizada em Pouso Alegre, filha legítima de João Crioulo e Angélica Crioula, escravos de José Custódio Pereira.

²⁹ Dados extraídos dos Autos de Casamentos de João Crioulo e Angélica.

- Thereza Crioula, escrava de José Custódio, filha natural de João e Angélica, nascida em 1852 .
- Maria Crioula, escrava de José Custódio Dias, filha legítima de João e Angélica, nascida em 1857.
- João Crioulo, escravo de José Custódio Pereira, 28 anos, nascido e batizado em Aiuruoca, filho legítimo de Thomaz Crioulo e Luciana Crioula, escravos do mesmo.
- Angélica Crioula, escrava de José Custódio Pereira, nascida e batizada em Pouso Alegre, filha legítima de Antônio Crioulo e Maria Crioula, escravos do mesmo.
- Ana, "solteira" – mãe de Francisca Crioula escrava de Miguel Pereira.

Fontes Documentais:

Arquivo da Cúria Metropolitana de Pouso Alegre - MG:

Autos de Casamentos:

Maços: 48 (1840), 49 (1843- 1844); 50, (1845- 1847); 51 (1848); 52 (1849);53(1850- 1851); 54(1852- 1854); 55 (1855- 1857);56 (1858- 1859); 57 (1860- 1864) 58, (1865- 1869);

Arquivo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre - MG:

Inventário de Eleutério Borges de Almeida, aberto em 08 de agosto de 1855, nº. 25.

Bibliografia:

ANDRADE, Marcos Ferreira de *Família, fortuna e poder no Império do Brasil - Minas Gerais - Campanha da Princesa, (1799-1750)*. Niterói: Tese de Doutorado, UFF, 2005.

ANDRADE, Rômulo. "*Família escrava e estrutura agrária nas Minas Gerais Oitocentista*". In Revista População e família, nº1, jan, 1998. São Paulo,: Humanitas, CEDAL.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*.Rio de Janeiro: jorge ZAHAR ed, 2005.

CANO, Wilson. *A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese*. In: *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: ed UNICAMP, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: cia das letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____, *Mulheres nas Minas Gerais*, In: PRIORI, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo:ed. UNES, 2001.

_____, *Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: ed. HUCITEC, 1997.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no*

- Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civil brasileira, 1997.
- _____, *Crianças escravas, crianças dos escravos*. In: PRIORI, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: contexto, 2005.
- FRAGA Júnior, Walter. *Caminhos da liberdade: escravidão, emancipação na Bahia, 1870-1910*. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2004.
- GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GINZBURG, Carl. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991.
- GOMES, Ângela. "Questão Social e historiografia no Brasil do pós 1980: Notas para um debate." Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 34, jul-dez, 2004.
- LARA, Sílvia Hunold. "Blowin in the wind. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In Projeto História, nº 12, 1995.
- LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, (1808 – 1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo:ed. UNESP, 1992.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MARTINS, Roberto Borges. "Minas no século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora." In: estudos econômicos, vol 13, nº 1: USP, 1983.
- MATTOS [de Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista -Brasil- século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____, *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org), História da via privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MINTZ, Sidney & PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana e uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- PAIVA, Clotilde & KLEIN, Herbert. "Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX em Campanha em 1831." In: estudos econômicos, vol. 22, p. 129-159. São Paulo, jan, 1992.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PASCOAL, Isaiás. *A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado: UNICAMP, 2000.
- _____, *Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas, século XIX, no contexto de uma formação econômica não exportadora*. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2005.
- PRIORI, Mary Del. *Amores escravos, amores mestiços*. In: História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: cia das letras, 1989.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, no século XIX*, 1999.
- _____, "Malungo, Ngoma Vem! África coberta e descoberta no Brasil". In: Cadernos do Museu da Escravatura, nº 1, Luanda: Ministério da Cultura, 2000.
- _____, *Senhores e Subalternos no Oeste Paulista*. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. (Org). História da vida privada no Brasil: Cia das Letras, 2001.
- _____, *A árvore de Nsanda replantada: Cultos do Kongo de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro, século XIX*. (por publicar).
- VAINFAS, Ronaldo (org). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ANEXO:

Índices de casamentos segundo a condição social do município de Pouso Alegre no século XIX:

Período	Casais livres%	Casais Cativos %	Forros %	Nº Total
1811/19	97,9	1,06	1	281
1820/29	91,3	8,15	0,4	417
1830/39	100	-----	-----	299
1840/49	95,4	4,58	0,89	240
1850/59	96,01	3,91	-----	230
1860/69	98,6	1,3	-----	153
1870/79	99,07	0,92	-----	108
1880/88	97,4	2,53	-----	79

Fonte: Autos de casamentos do município de Pouso Alegre no século XIX. Ver (CMPA).

O ESCÁRNIO MURILIANO CONTRA A HISTÓRIA OFICIAL*

Lucilha de Oliveira Magalhães**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo abordar a obra *História do Brasil*, do poeta Murilo Mendes. Através do riso e do humor satírico, o poeta ataca os vícios da vida política e os costumes arraigados no Brasil, encarnados nas figuras governamentais, promovendo o rebaixamento dos mesmos através do desmonte da história oficial.

PALAVRAS-CHAVES: Murilo Mendes, História do Brasil, carnavalização.

O presente trabalho propõe o estudo de alguns poemas do livro *História do Brasil*, do poeta juizforano Murilo Mendes. A obra, publicada em 1932, contém 60 poemas, cujos temas são os acontecimentos da história do país, sob a ótica da contestação da versão oficial, transmitida pelos manuais didáticos. Entre um poema e outro, desenrolam-se fatos que vão desde o Descobrimento do Brasil à Revolução de 30, passando pela Guerra dos Emboabas, dos Mascates, Inconfidência Mineira e muitas outras revoltas e arranjos de nossa história política.

Murilo Mendes nasceu em Juiz de Fora, em 1901. Aluno indisciplinado, recusou-se a continuar os estudos, ao mesmo tempo em que deu início às suas atividades literárias, tornando-se assim "... um grande problema para a família".¹ Após exercer atividades diversas, tais como telegrafista e professor de francês, foi levado pelo irmão para o Rio de Janeiro. Nesse período, começou a colaborar no jornal *A Tarde*, de Juiz de Fora, e lançou seu primeiro livro, *Poemas*, em 1930, com o qual recebeu o Prêmio Graça Aranha de poesia.

No Rio de Janeiro, tornou-se colaborador em diversas publicações modernistas: *Revista da antropofagia*, *Revista Verde*, *Lanterna Verde*, *Dom Casmurro*, além de publicar diversos livros. Teve início sua amizade com Ismael Nery, Jorge de Lima, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Oswald de Andrade, Raul Bopp, dentre outros grandes nomes do movimento. Em 1947, casou-se com Maria da Saudade Cortesão, filha do historiador e poeta português Jaime Cortesão, exilado no Brasil por se opor ao governo ditatorial de Salazar.

Entre 1952-1956 partiu para uma Missão Cultural na Bélgica, Holanda e França, ministrando conferências nas universidades desses países. Em 1957, instalou-se definitivamente na Itália, contratado

* Este artigo reflete alguns aspectos de minha dissertação de mestrado intitulada "História e carnavalização na obra *História do Brasil*, de Murilo Mendes.

** Mestranda do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹ ARAÚJO, Laís Corrêa de. *Murilo Mendes: ensaio crítico, antologia, correspondência*. SP: Perspectiva, 2000, p. 13.

pelo Departamento Cultural do Itamarati como professor de Cultura Brasileira na Universidade de Roma. Neste período, afirmou-se também como crítico: escreveu sobre música, literatura e artes plásticas, em periódicos e catálogos de exposições no Brasil e na Itália. Sua residência tornou-se um ponto de referência para escritores e artistas plásticos, brasileiros e estrangeiros. Durante os 18 anos em que viveu na Itália, manteve amizades com os grandes nomes da intelectualidade europeia, como Damaso Alonso, Angel Crespo, Ruggero Jacobbi, além de artistas como Alberto Magnelli e Picasso, dentre outros. Na Europa, tornou-se poeta conhecido. Publicou diversos livros e teve vários deles traduzidos para o italiano, francês e outras línguas. Foram também realizados diversos estudos sobre sua poesia por autores estrangeiros. Em 1972, recebeu o Prêmio Internacional da Poesia Etna-Taormina, pela primeira vez, atribuído a um poeta brasileiro.

Sua poesia inicial surgiu claramente integrada ao projeto modernista brasileiro: um movimento de ataque à construção de um ideal de nação influenciado pelos moldes europeus. A Semana de Arte Moderna, que eclodiu em São Paulo em 1922, idealizada por Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia, buscou, através da literatura, das artes plásticas e da música, demarcar as próprias tradições, recontar a sua história, redescobrir a terra e o povo, sugerindo a substituição da expressão artística por formas mais evoluídas. O primeiro momento modernista (1922-1930), para conseguir romper com a tradição acadêmica da época e manifestar todas as idéias propostas, fez, no campo da literatura, uso de muitos recursos de linguagem: liberdade formal, valorização do cotidiano, reprodução da língua falada pelo povo nas ruas, reescritura de textos do passado na forma de paródia e incorporação do humor e da irreverência.² Ironia e sarcasmo caracterizaram os *poemas-piada*, que satirizavam as antigas escolas literárias e os costumes do passado.

O segundo momento desse ideal de renovação cultural evoluiu das pesquisas de nível apenas estético para as pesquisas sobre a brasilidade. Nos anos 30, os valores ideológicos, incluindo o nacionalismo e a ação social, deslocam os experimentos da literatura para um certo tipo de engajamento, ocorrendo uma espécie de dissolução dos princípios estéticos propagados pelo movimento.³

Neste período, Murilo Mendes encontrava-se no Rio, "... olhando de longe e com simpatia o movimento, mas sem aderir oficialmente ...".⁴ Segundo o próprio poeta, toda a sua vida foi marcada por certa aversão a todo tipo de movimento e manifesto. É sabido que sua obra poética, de certa maneira, desenvolveu-se à margem do movimento irrompido em São Paulo. Entretanto, não só já estava escrevendo os poemas que iriam compor seu primeiro livro, como também colaborava em revistas ligadas ao movimento.

Ainda que *História do Brasil* tenha sido lançado em 1932, existe a hipótese de que os poemas tenham sido escritos em meados dos anos 20, no auge do movimento modernista. Laís Corrêa de Araújo

² BRITO, Mário da Silva. *Poesia do Modernismo*. RJ: Civilização Brasileira, 1968, p. 185.

³ SOUZA, Valmir de. *Murilo Mendes: da história satírica à memória contemplativa*. Tese de doutorado, USP, SP: 2006, p. 53. Mimeo.

⁴ SENNA, Homero. *República das Letras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Olímpica, 1968, p. 236.

aponta para esta possibilidade devido ao fato desta poesia circunscrever-se com a forma da poesia do modernismo, qual seja, o *poema-piada*, a sátira e a linguagem coloquial das questões referentes ao Brasil.⁵

O conteúdo satírico não fica restrito somente ao texto, mas também se faz presente nas ilustrações da capa do livro *História do Brasil*, de autoria do pintor, ilustrador, caricaturista e desenhista Di Cavalcanti, através de caricaturas de alguns de nossos mitos, como Getúlio Vargas, D. Pedro e sua amante, um português bonachão, Santos Dummont, dentre outros, reproduzindo com perfeição e maestria, humor e ironia os personagens de nossa história.

De acordo com a estudiosa da obra do poeta, Luciana Stegagno Picchio, Murilo Mendes teria lido vários historiadores, entre eles, Francisco da Rocha Pombo, que também publicara uma *História do Brasil*.⁶ Ao contrário da *História* de Murilo, a obra de Rocha Pombo⁷ consiste num manual didático, que reduz a abordagem da história em uma simples narrativa dos "... sucessos mais significativos..." e que busca demonstrar "...como nossa história é bela, e como pátria, feita, defendida e honrada pelos nossos maiores, é digna de nosso culto".⁸

Ainda que o livro de Murilo Mendes tenha semelhança com o de Rocha Pombo, no que diz respeito à ordenação cronológica dos fatos e episódios, o poeta se contrapõe ao discurso histórico brasileiro sobre a formação do país, voltando seu olhar crítico para os oprimidos, os dominados, as camadas populares. No intuito de desorganizar os discursos fundadores do país e as práticas culturais enraizadas, sacralizados pelo olhar da historiografia oficial da época, o poeta realiza uma releitura histórica.

A organização de *História do Brasil* tematiza episódios conhecidos da história brasileira como a invasão dos holandeses, a carta de Caminha, os feitos de Caramuru, a divisão das capitânicas, os poemas de Anchieta, a resistência de Nassau, o episódio de Felipe Camarão, a revolta de Palmares, as Bandeiras, a morte de Tiradentes... Passeia desde a colonização, Império, República Velha até a Revolução de 30. Destaca-se o tratamento cordial e respeitoso dispensado aos heróis populares, como Zumbi, João Cândido ou Lampião. Além da ordenação cronológica, o autor apresenta a história do país de modo descentralizado, ou seja, não se prende aos eventos ocorridos nas Sedes de Governo ou nas Capitais, mas percorre grande parte do território nacional, registrando os episódios fragmentados da história.

No livro em análise, o discurso dos narradores entra em choque com os textos da História, denunciando a ideologia do poder que neles se oculta. Murilo Mendes dessacraliza, deliberadamente, o oficial,

⁵ ARAÚJO, Laís Corrêa. Op. cit., p. 160.

⁶ MENDES, Murilo. *História do Brasil (1932)*. Organização, introdução e notas de Luciana Stegagno Picchio. RJ: Nova Fronteira, 1991, p. 6

⁷ Francisco da Rocha Pombo escreveu alguns compêndios de história do Brasil, como *Nossa Pátria* (1914), destinado às classes primárias e *História do Brasil*, para o primeiro ciclo do ensino secundário, que se tornaram *best-sellers*.

⁸ SOUZA, Valmir de, op. cit. p. 89.

deixando suas marcas na leitura e interpretação da História. Para a compreensão das idéias do poeta, trabalharemos o conceito de *carnevalização* de Mikhail Bakhtin. Esta concepção é esboçada pelo autor em *Problemas da poética de Dostoievski*⁹ e refinado em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto da obra de François Rabelais*¹⁰ e consiste na "... transposição do espírito carnavalesco para a arte".¹¹

Segundo Bakhtin, o carnaval consiste num espetáculo de caráter ritual, que tem como principal característica abolir a distância entre atores e espectadores, assim como as proibições e a ordem hierárquica. Seu objetivo consiste na criação de um novo modo de relações mútuas, capaz de opor-se às poderosas relações hierárquico-sociais da vida extra-carnavalesca ou oficial. O modo de agir carnalizado permite a expressão e a revelação de aspectos ocultos da natureza humana, assim como a fusão entre o sagrado e o profano, o sublime e o vulgar, o sábio e o tolo, o erudito e o popular, o oficial e o não-oficial. Para este autor, a carnavalização da literatura consiste na transposição das práticas populares para a linguagem da literatura. Os gêneros carnalizados têm a paródia como elemento principal e esta se realiza como um texto polifônico, ou seja, de muitas vozes, invariavelmente denunciando a ideologia do poder que neles se oculta.

É nesse sentido que podemos analisar alguns versos em que Murilo se posiciona explicitamente em relação aos poderes oficiais do país. O poema "Embarque do papagaio real" é um exemplo de sua sátira às personalidades históricas:

EMBARQUE DO PAPAGAIO REAL

*Je suis pobre, pobre, pobre,
Je m'en vais d'aquí.
Esse tal de Napoleão
Vem tomar conta de minha quinta,
Vem tomar minhas pipas de vinho,
Vem tomar meus p'rus,
Meus frangos,
Minhas galinhas d'Angola.
Tô fraco, tô fraco, tô fraco.*

*Vou-me embora, vou-me embora,
Vou chupar laranjas,
Vou comer minhas papas,
Vou gozar no Rio de pijama...
Se Carlota minha mulher deixar.*¹²

⁹ Bakhtin, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. RJ: Forense Universitária, 1981.

¹⁰ Bakhtin, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto da obra de François Rabelais*. Brasília: Editora da UNB, 1987.

¹¹ FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. SP: Ática, 2006, p. 89.

¹² MENDES, Murilo. Op. cit., p. 37.

Neste poema, entram em cena duas grandes figuras do período, Napoleão e D. João VI, o invasor e o fugitivo. Ao narrar a fuga da Corte portuguesa para o Brasil durante a invasão napoleônica, D. João VI é ridicularizado com sua fala afrancesada (Je suis), seu apetite voraz (p'rus, frangos) e o medo da esposa, D. Carlota Joaquina. O invasor é apontado com ironia, já que a expressão francesa "je suis" utilizada pelo fugitivo pertence exatamente ao francês que o está perseguindo. Ao mesmo tempo em que trata o representante da nação francesa como "esse tal de Napoleão".

Ao integrar a voz do Rei a uma repetição de papagaio, o poeta utiliza a estratégia de rebaixamento da personagem histórica, visto que o papagaio não sabe falar, apenas repetir. A idéia de rebaixamento é reforçada pela referência à "história do papagaio real", uma cantiga infantil da época.¹³ A junção de canções infantis à repetição do papagaio promove a infantilização da personagem que, além de ser comparada à ave, também é colocada ao nível pueril.

O poema é finalizado com D. João VI, fugindo para o Rio de "pijama", representando a informalidade no trato da coisa pública, o ideal parasitário e exploratório da Colônia em relação à Metrópole. A última ironia em "Embarque do papagaio real" fica por conta da fraqueza do Rei o qual precisa da autorização de sua mulher: "Se Carlota minha mulher deixar". Um governante, supostamente forte, que necessita pedir o aval de uma mulher pode soar como ridículo.

Outro poema que representa o desmonte do panteão cívico e histórico nacionais intitula-se "A pescaria":

*Foi nas margens do Ipiranga,
Em meio a uma pescaria.
Sentido-se mal, D. Pedro
- Comera demais cusuz -
Desaperta a barriguiha
E grita, roxo de raiva:
"Ou me livro d'esta cólica
Ou morro logo d'ua vez!"
O príncipe se aliviou,
Sai no caminho cantando:
"Já me sinto independente.*

¹³ MENDES, Murilo. Op. cit., p. 100.

Safa! Vi perto a morte!
Vamos cair no fadinho
Pra celebrar o sucesso.”
A Tuna de Coimbra surge
Com as guitarras afiadas,
Mas as mulatas dengosas
Do Club Flor do Abacate
Entram, firmes, no maxixe,
Abafam o fado com a voz,
Levantam, sorrindo, as pernas...
E a colônia brasileira
Toma a direção da farra.¹⁴

O autor continua depreciando a moral e a política dos governantes, agora tematizando a Independência do Brasil, um episódio bastante enfatizado pelos manuais de história, através de textos e da iconografia do período. Neste poema, Murilo Mendes dialoga com ícones criados no sentido de montar um cenário heróico da nação, como o “*Hino da Independência*” e também com a famosa tela de Pedro Américo, *Independência ou Morte!*.

Neste poema, a representação histórica é deslocada para baixo quando a grandeza do evento é retratada pelo que há de mais rotineiro, uma cólica intestinal. Este deslocamento para as partes baixas do corpo reflete a intenção do poeta em depreciar o poder instituído.

O fado português é vencido pelo maxixe, indicando a força cultural da “primeira dança genuinamente brasileira”.¹⁵ O “sorriso” e o “levantar das pernas” das mulatas são indicadores de alegria, ao mesmo tempo em que apontam para uma certa subserviência. O verso final: “E a colônia brasileira/toma a direção da farra” guarda uma visão bastante crítica da história, assim como sugere um descompromisso da elite política da época, desacreditada.

¹⁴ MENDES, Murilo. Op. cit., p. 47.

¹⁵ INFANTE, Ulisses. “O carioca passava a vida musicando ou o carioca Murilo Mendes e a música popular urbana. In: *Teresa Revista de Literatura Brasileira*. n. 4/5. DLCV, Fac. De Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. SP: Ed. 34, 2003, p. 262.

No poema "O brasileiro D. Pedro II ou no Brasil não há pressa", o poeta continua o ataque aos membros da Família Real, aos modos de governar e representar o país:

*Uma vasta sonolência
Invade toda a fazenda.
Sucedem-se os ministérios,
As guerrilhas se sucedem
Pro povo se divertir.
A Corte faz pic-nics,
Ou organiza quadrilhas
Nos bailaricos reais.
A Inglaterra intervém
No mercado das finanças
Todos acham muito bom.
Houve entrudos famosíssimos...
O imperador de pijama,
Lê o Larousse na rede.
O fato é que com esta calma
Cinqüenta anos se agüentou.*

Aqui, a veia satírica do poeta funciona como um desmascaramento político da situação do Brasil na segunda metade do século XIX. Murilo Mendes realiza, novamente, uma crítica ao desleixo das classes dominantes nacionais e estabelece, por contraste, uma relação de empatia com os excluídos, ao propor que essa moleza ("vasta sonolência" na fazenda) reflete a idéia de uma economia estática das classes dominantes e que a mesma não é incorporada pelo discurso da historiografia oficial.

A idéia da falta de um projeto para o país é comprovada através das lutas pelos ministérios e as guerrilhas. Os dois movimentos são colocados no mesmo patamar, como se ambos servissem para a distração popular, ao mesmo tempo em que a Corte está interessada em outros assuntos: piquenique, bailes, quadrilhas, evidenciando o desdém pela coisa pública.

As intervenções monetárias por parte da Inglaterra indicam a condescendência a este tipo de solução financeira ("Todos acham muito bom"), visto que são comemorados com "entrudos famosíssimos". A "serenidade" é reforçada na última estrofe, quando o Imperador, de pijama, "lê o Larousse" na rede. Percebe-se aí, a inoperância e a indiferença do governante, que está mais interessado na cultura francesa que nas questões nacionais.

Podemos concluir que nesta obra, ao colocar o "mundo às avessas", Murilo Mendes ocupa o espaço cedido aos fatos relacionados com o governo de forma satírica e impiedosa, denuncia a "... inconsistência de alguns de nossos mitos..." e busca "... minar as instituições consagradas".¹⁶

Podemos observar que o "riso" presente na obra de Murilo Mendes constitui uma estratégia de ataque ao que considerava os males do país, um combate às estruturas conservadoras da época. Murilo Mendes intenciona atacar os vícios da vida política e costumes arraigados no Brasil, encarnados nas figuras governamentais, e é por isso que seus poemas vão além do meramente cômico. Sob a aparência do deboche, lança novas luzes sobre os eventos históricos.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- ARAÚJO, Laís Corrêa de. *Murilo Mendes: ensaio crítico, antologia, correspondência*. SP: Perspectiva, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Brasília: Ed. da UNB, 1987.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. RJ: Forense Universitária, 1981.
- BOAVENTURA, Maria Eugênia. A História do Brasil na cartilha inconformista de Murilo. In: *Ipotesi - Revista de Estudos Literários*. v. 6, nº 1, jan/jun., JF: Ed. UFJF, 2001.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. SP: Cultrix, 1974.
- BRAIT, Beth (Org). *Bakhtin: conceitos chaves*. SP: Contexto, 2005.
- BRITO, Mário da Silva. *Poesia do Modernismo*. RJ: Civilização Brasileira, 1968.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. SP: Ática, 2006.
- FONSECA, Leila Maria B. & RODRIGUES, Marisa T. Pereira. *A trama poética de Murilo Mendes*. RJ: Lacerda Editores, 2000.
- INFANTE, Ulisses. "O carioca passava a vida musicando ou o carioca Murilo Mendes e a música popular urbana. In: *Teresa Revista de Literatura Brasileira*. n. 4/5. DLCV, Fac. De Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. SP: Ed. 34, 2003.

¹⁶ BOAVENTURA, Maria Eugênia. A História do Brasil na cartilha inconformista de Murilo. In: *Ipotesi - Revista de Estudos Literários*. v. 6, nº 1, jan/jun., JF: Ed. UFJF, 2002, p. 60.

- MARICONI, Ítalo. *Como e porque ler a poesia brasileira do século XX*. RJ: Objetiva, 2002.
- MENDES, Murilo. *A idade do serrote*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- _____. *História do Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1991.
- MICELI, Sérgio. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)*. RJ: Ed 1996.
- _____. *Intelectuais à brasileira*. SP: Cia das Letras, 2001.
- MOURA, Murilo Marcondes de. Murilo Mendes no início dos anos 30. In: *Revista do Brasil*. RJ: ano 5, nº 11/90.
- SENNÁ, Homero. *República das Letras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Olímpica, 1968.
- SOUZA, Valmir de. Murilo Mendes: da história satírica à memória contemplativa. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2006. Mimeo.
- SUSSEKIND, Flora. Murilo Mendes: um bom exemplo na história. In: *Encontro com a Civilização Brasileira*. RJ: Civilização Brasileira, n. 7, 1979.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AS DISTINTAS AÇÕES DAS ELITES DE JUIZ DE FORA PARA DISCIPLINAR O MERCADO DE TRABALHO E MANTER O ESPAÇO URBANO ORDENADO SOB SUA HEGEMONIA NOS ÚLTIMOS ANOS ESCRAVISTAS

Luís Eduardo de Oliveira – Doutorando PPGH-UFF.¹

Resumo: O recrudescimento do processo de *modernização conservadora* da área central de Juiz de Fora, nos anos de 1880, resultou no incremento contínuo do mercado de mão-de-obra remunerada e no aprofundamento da divisão social do trabalho no interior desse dinâmico espaço sócio-econômico. Estes são fenômenos sociais que requerem uma análise específica e cuidadosa, sobretudo porque se vinculam diretamente não apenas à expansão numérica e à maior diversificação étnica e profissional da população, como também ao disciplinamento e controle da vida urbana e da força de trabalho nesse período de intensas mudanças. Assim, na presente comunicação, pretendo identificar os principais elementos discursivos e os mecanismos políticos-institucionais com os quais as elites agrárias e mercantis-manufatureiras locais tentaram estabelecer sua hegemonia e, ao mesmo tempo, organizar os mundos do trabalho e do trabalhador juizforano no último decênio escravista e imperial.

Palavras-chave: modernização conservadora, mercado de trabalho, Juiz de Fora – MG.

Um “Rio de Janeiro em ponto pequeno”: as representações sobre Juiz de Fora produzidas por suas elites na passagem do século XIX para o XX

No final da década de 1880, a exemplo do que fez nos mais importantes centros urbanos mineiros da época, o jornalista M. Charles Morel percorreu as principais ruas, avenidas, órgãos públicos, fábricas, oficinas e casas de negócios de Juiz de Fora, conversando com seus dirigentes e coletando informações para compor o opúsculo *Province de Minas*, um dos diversos guias sobre as províncias brasileiras editados em 1888 pelo *L’Etoile du Sud*, periódico em língua francesa que circulou no Rio de Janeiro até os anos iniciais do século XX.² Eis, em síntese, a opinião do visitante francês sobre a “primeira das cidades de Minas”, particularmente no momento em que a escravidão deixava de ser a forma fundamental de relação de trabalho no país:

Vamos nos ocupar da cidade que tem ultimamente realizado mais progresso no estado de Minas. (...) Dista 276 Km do Rio de Janeiro, pela antiga estrada de ferro D. Pedro II, 230 Km, mais ou menos, de Ouro Preto (...) No seu seio, nota-se o movimento, a atividade de todo um povo devorado pela sede de progresso. (...) A sua principal produção é o café, que se cultiva em larga escala. (...) A sua indústria, de mais a mais, progride. Já existem estabelecimentos fabris em que a força motora é o vapor, assim como oficinas de construção de primeira ordem. (...) São em grande número as lojas de fazendas, de modas, assim como os armazéns de gêneros alimentícios e de molhados.(...) Numerosos, igualmente, os relojoeiros, os joalheiros, os

¹ Onde desenvolve a pesquisa “Construindo organizações e tradições: vida urbana, mercado de trabalho e reivindicações proletárias em Juiz de Fora (1876-1934)”, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Ferreira. O presente texto sintetiza parte dos assuntos tratados nos capítulos preparados para o Exame de Qualificação (Doutorado).

² Ver “L’Etoile du Sud – Revue commerciale, financière et maritime” In *Almanak Laemmert - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* – 1889, p. 1959. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1889/00001696.gif>. Capturado on-line em: 12 de dez. 2005.

*carpinteiros, os marceneiros, entre os quais há verdadeiros artistas, cujos trabalhos nada deixam a desejar. (...) Acreditamos firmemente que o futuro da bela cidade será brilhante. Durante os últimos anos, tal tem sido o seu desenvolvimento que nada mais poderá detê-lo.*³

Cerca de cinco anos depois, em janeiro de 1893, estas impressões positivas e otimistas sobre a cidade e seus habitantes foram atestadas e atualizadas por outro representante da imprensa carioca, que, revelando uma fina sintonia com o discurso das elites de Juiz de Fora, descreveu o distrito-sede desse município da seguinte forma:

*Juiz de Fora é uma cidade de grande futuro, nela há vida e animação, e por toda a parte se nota o poder da iniciativa particular. Para qualquer ponto que se dirija, o visitante encontra uma prova de esforço e de trabalho inteligente de seus habitantes; há nela fábrica de tecidos, de chapéus, de calçados, de marcenaria e outras, belos edifícios públicos e particulares, e muitos outros motivos para atrair a atenção e convencer do empenho que está a população de engrandecer a bela cidade, iluminada pela eletricidade, de largas e direitas ruas, que só têm o inconveniente de não serem calçadas, mas que estão em grande parte arborizadas.*⁴

Estes dois trechos de elogios à Juiz de Fora e seus moradores - publicados num período em que a abolição formal do trabalho escravo, a instituição do regime republicano e a intensificação da atividade cafeeira na Zona da Mata impulsionaram fortemente o desenvolvimento populacional, comercial e manufatureiro do núcleo urbano de seu município-pólo - fornecem-nos um quadro deveras eloqüente das transformações sócio-econômicas em curso nessa cidade *oitocentista* no decisivo momento de sua passagem para a *ordem capitalista*.⁵ Já o comportamento político e as opções ideológicas das classes dominantes juizforanas nesse cenário de rápidas mudanças e inegável prosperidade material, ainda que para pouquíssimos setores da sociedade local, podem ser percebidos melhor com a leitura desse excerto do editorial com que *O Pharol* saudou o início do século XX:

Ao entrarmos no novo século parece-nos dever se alegar (...) o quanto fez esta cidade mineira no curto lapso de pouco mais de 40 anos (...) para se constituir cidade importante e independente, dando assim a conhecer do que é capaz a iniciativa do Mineiro, uma vez que conheça a sua força e se disponha resolutivo ao trabalho. Desta exposição concluirá o leitor que a proteção oficial raríssimo se fez sentir e que só a iniciativa popular elevou Juiz de Fora a ponto de merecer que a apelidassem Princesa do Paraibuna, Sala de Minas ou cidade

³ Ver *Anuario de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ano V, 1913, pp. 495-497.

⁴ Ver "Juiz de Fora", *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 29/01/1893, p. 1.

⁵ Sobre o processo de constituição e expansão do núcleo urbano de Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX, ver: MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1990; PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, Investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1993; GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987; GOODWIN JR., James William. "A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal em Juiz de Fora (1850-1888)". In *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 3, n.º 1 e OLIVEIRA, Luís Eduardo de. "A formação de Juiz de Fora e sua gradual transformação em principal centro urbano, comercial e manufatureiro do complexo cafeeiro da Zona da Mata mineira - 1850/1880". In *Anais do I Seminário de História do Café: História e Cultura Material*. Disponível em: <http://www.mp.usp.br/cafe/textos/Lu%C3%ADs%20Eduardo%20de%20Oliveira.pdf>.

*yankee – aludindo-se ao espírito progressista e operoso dos filhos do Estados Unidos da América do Norte.*⁶

Um primeiro exame dessas citações evidencia que a *ideologia do progresso*, irradiada pela Europa e os Estados Unidos para o resto do planeta, já havia alcançado os foros de *religião leiga* junto à orgulhosa e confiante *elite* juizforana, à semelhança do que ocorria na época em outros importantes centros brasileiros, a começar pelo Rio de Janeiro, a *cidade-capital*.⁷ Aprofundando um pouco mais a análise, é possível encontrar nesses excertos alguns dos principais atributos e elementos discursivos com os quais as *classes dominantes* locais procuraram, sobretudo a partir da década de 1880, *amalgamar e difundir* uma *identidade positiva* e uma *história oficial mobilizadora* para Juiz de Fora, que desde então passou a ser apresentada, em suma, das seguintes formas: cidade mineira, mas cosmopolita, que em menos de meio século de existência se transformou em um moderno e movimentado centro comercial, industrial e cultural; urbe florescente, civilizada e de grande futuro, animada tanto pela *iniciativa particular* de fazendeiros, comerciantes, industriais e profissionais liberais, quanto pelo trabalho resolutivo e inteligente de seus demais habitantes; enfim, município cafeicultor dinâmico e independente, que não obstante a sua importância para a Zona da Mata e as demais regiões do estado, não necessitou e nem necessitava da proteção e dos favores oficiais para progredir - numa clara oposição à Belo Horizonte, a capital construída e inaugurada pelo governo de Minas no último decênio do *oitocentos*.

Nesta perspectiva, a citação que faço a seguir de um dos diversos elogios feitos então à cidade pelo literato Albino Esteves, redator e organizador de diversos periódicos e do *Álbum do município de Juiz de Fora* (1915), constitui um excelente exemplo de como parcela da *intelligentia* juizforana⁸ colocava o seu talento e imaginação, no limiar do século XX, a serviço do “progresso” e do “trunfo” do município e de seu núcleo urbano:

⁶ No primeiro dia de 1901, tanto *O Pharol* quanto o *Jornal do Commercio* saudaram a chegada do século XX com volumosas edições recheadas de *artigos especiais*, que, segundo seus redatores, forneciam aos leitores elementos suficientes para que eles formassem um “juízo seguro” do “assombroso adiantamento” urbano, econômico e cultural alcançado por Juiz de Fora nos seus cerca de cinquenta anos de existência. Confirmando o papel central desempenhado pelos articulistas e redatores locais no processo de elaboração e difusão de representações positivas e mobilizadoras sobre a cidade, ainda em 1901 os principais textos da referida edição especial do *Jornal do Commercio* foram republicados, em versões ampliadas, num opúsculo intitulado *Juiz de Fora no século XIX*. Ver “Juiz de Fora” e “Indústrias de Juiz de Fora”, *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 01/01/1901, pp. 2, 3 e 5; “A imprensa em Juiz de Fora”, “A política republicana em Juiz de Fora”, “O movimento associativo em Juiz de Fora” e “As indústrias em Juiz de Fora”, *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora - MG, 01/01/1901, pp. 1, 2 e 3. e *Juiz de Fora no século XIX*. Juiz de Fora, Tipografia Central, 1901.

⁷ Ver NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 19-24.

⁸ Entre os séculos XIX e XX, cabe ressaltar, além dos jornais, outras agências de poder e instituições de classe, educacionais, religiosas, científicas, culturais e filantrópicas desempenhavam as tarefas de integrar e disciplinar a sociedade local sob normas e valores essencialmente capitalistas, sobretudo no que concerne à assimilação de uma nova *ética do trabalho* e adoção dos hábitos e medidas preconizados pelo receituário *médico-higienista*. Ver CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos Pobres: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na belle époque mineira*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1987, pp. 211-215 e MIRANDA, Sonia Regina. *Op. cit.*, pp. 266-271.

*Juiz de Fora (...) é, incontestavelmente, a cidade mais importante do estado de Minas Gerais. (...) Essencialmente comercial e industrial, dispondo de sólidos elementos de existência e desenvolvimento brilhante, Juiz de Fora é uma cidade que encanta o forasteiro (...) O seu aspecto geral, garrido e festivo, a desusada movimentação de carros e bondes elétricos, o burburinho constante, a fumarada dos seus grandes e bem montados estabelecimentos comerciais e industriais, fazem da cidade da Zona da Mata uma graciosa miniatura da Capital Federal, sendo, por este motivo, apelidada de 'Rio de Janeiro em ponto pequeno'. (...) E por isso Juiz de Fora progride a passos largos, agigantados, triunfando em suas pretensões. Contando desde sua fundação, pouco mais de cinquenta e oito anos de existência, Juiz de Fora representa o esforço da iniciativa particular, o carinho inexcedível de seus filhos, buscando de ano para ano torná-la mais digna de figurar, com brilho, ao lado de todas as suas irmãs do vasto e rico estado de Minas Gerais.*⁹

Portanto, como decorrência e concomitante às transformações sócio-econômicas engendradas pelo processo de *modernização conservadora* de Juiz de Fora, nos anos de 1900, desenrola-se um amplo e sistemático esforço das elites juizforanas para atualizar, reforçar e ampliar o raio de ação do *discurso* que lhes auxiliou, no último quartel do século XIX, a estabelecer sua *hegemonia* sobre o núcleo urbano desse município— onde, particularmente após a *Abolição* e a *República*, uma população pobre, assalariada ou não, se avolumava com rapidez e manifestava uma crescente insatisfação em relação às precárias condições de vida e trabalho a que estava submetida. Durante essa temporalidade, no intuito de disfarçar seus interesses exclusivistas no desenvolvimento local, as classes dominantes transformaram o “engrandecimento material e moral do município” em uma causa sacrossanta, em uma tarefa *primordial* que competia a todos os demais segmentos da sociedade.

Antes de analisar os aspectos desse *discurso hegemônico* que se destinavam mais especificamente à ordenação geral dos *mundos do trabalho e do trabalhador* juizforano nos últimos anos escravistas, no entanto, creio ser necessário esclarecer melhor em que sentido emprego aqui a noção de *hegemonia*. Neste sentido, ressalto que a afirmação feita no parágrafo anterior de que, nos estertores do *Império* e no limiar da *República*, as *elites* juizforanas empreenderam esforços variados para reelaborar e dar maior publicidade a uma *argumentação* destinada a lhes garantir a *supremacia* social e política sobre os habitantes e o espaço urbano do município, do ponto de vista teórico, baseia-se no seguinte pressuposto *gramsciano*: uma *classe* se torna e mantém-se dominante, em um determinado contexto histórico, sobretudo, por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma *liderança moral e intelectual* e obtendo, em função dessa capacidade de *direção* e das concessões que faz uma variedade de *aliados*, a concordância ou passividade da maior parte da população frente às diversas metas que impõe à sociedade.¹⁰

⁹ “A cidade de Juiz de Fora –Um golpe de vista”, *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 02/05/1911, pp. 1-2.

¹⁰ Ver WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 111-113; BELLIGNI, Silvano. “Hegemonia”. In BOBBIO, Norberto (et al.). *Dicionário de política*. Brasília, Edunb, 1992, pp. 579-580; GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1978, pp. 65-66 e 69-70; SASSOOM, Anne

Assim, para Antonio Gramsci, como concordam alguns de seus mais destacados comentaristas, numa sociedade como a moderna, industrial e mobilizada pelo capitalismo, a *supremacia* de uma determinada *classe* ou *fração de classe* sobre as demais se exerce sempre por meio das modalidades *complementares* e *integradas* do *domínio* e da *hegemonia*, isto é, por meio de uma conjugação de *força* e de *consenso* – e não simplesmente através da organização e do exercício cotidiano da *coerção* sobre os grupos antagônicos e subalternos.¹¹ Raymond Williams, em particular, ressalta que a *hegemonia* se configuraria muito mais como um amplo e vigoroso “conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida”, como “um sistema *vivido* de significados e valores”, e não apenas como um nível mais articulado e elevado de formas ideológicas de controle, vistas freqüentemente como “manipulação” e “doutrinação”.¹² Creio que estas indicações são de grande importância para a identificação e compreensão dos principais mecanismos políticos-institucionais e dos elementos discursivos com os quais as classes dominantes juizforanas buscaram estabelecer novas relações de *domínio* e *subordinação* no núcleo urbano de Juiz de Fora, particularmente no momento em que as ordens escravista e imperial esgarçavam-se nacionalmente.

Ordenando e disciplinando os mundos do trabalho e do trabalhador de Juiz de Fora na passagem do escravismo para o capitalismo

Desde o início da década de 1880, pelo menos, a cidade de Juiz de Fora passou a figurar nos discursos de suas classes dominantes como “moderna”, “próspera”, “florescente” e “civilizada”, enfim, como o “pórtico majestoso” de Minas Gerais ou como a “cidade mineira produtora por excelência”, tal como a ela se refere, respectivamente, o edital oficial da *Exposição Agrícola e Industrial* de 1886 e o *Jornal do Commercio* de 01/01/1901.¹³ Contudo, a transformação e elevação dos habitantes locais à condição de *povo* “inteligente”, “laborioso” e “morigerado”, plenamente empenhado “em engrandecer a bela cidade” e dotado de um “espírito progressista e operoso” envolveu um esforço muito maior e que se estendeu para muito além do ocultamento das reais condições de existência dos trabalhadores juizforanos. Na verdade, tal operação exigiu uma redefinição da própria noção de *trabalho*, o que ocorreu em meio ao encaminhamento inicial de um processo complexo e bastante conflituoso, qual seja: *o de ordenamento geral de um espaço urbano, de uma população e de um mercado de mão-de-obra que se*

Showstack. “Hegemonia”. In BOTTOMORE, Tom (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993, pp. 177-178 e PORTELLI, Hughes. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 63-65.

¹¹ A esse respeito, Raymond Williams esclarece que na distinção estabelecida pelo teórico e político italiano entre *domínio* e *hegemonia*, aquele é expresso em formas diretamente políticas e, em tempos de crise, pela coação direta ou efetiva. Mas a situação mais normal é uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais, e, segundo o autor britânico, “a *hegemonia* (...) é isso, ou as forças sociais e culturais ativas que são seus elementos necessários.” Ver WILLIAMS, Raymond. *Op. Cit.*, p. 111.

¹² Ver *Idem*, pp. 112-113.

¹³ Ver GOODWIN JR., James William. *Op. cit.*, p. 130 e *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora - MG, 01/01/1901, pp. 1, 2 e 3.

expandiram bastante, justamente nos momentos decisivos da gradual passagem do país do regime escravocrata à ordem social e econômica capitalista.

A este respeito, Sidney Chalhoub notou que o desmoronamento gradual da escravidão fez com que as classes dominantes se esforçassem, sobretudo entre 1870 e 1880, para atribuir à idéia de *trabalho* um valor positivo e para vincular tal noção indissociavelmente a conceitos vizinhos como os de *ordem*, *progresso* e *civilização*, em voga nas potências capitalistas européias e por elas exportados para o restante do mundo. Paralelamente a este movimento “de controle de mentes e espíritos”, destinado a fazer com que os homens livres pobres “internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo do pacto social”, desencadeia-se outro complementar e menos sutil, que transformou a *rua* “em verdadeiro espaço de guerra”. Esse segundo movimento, de acordo com o autor, tinha como objeto de ação direta “o corpo” dos desocupados e excluídos do mercado regular de mão-de-obra, que ao serem taxados como *vadios*, *malandros* e *desordeiros* ficavam sujeitos a serem punidos e até encarcerados pelas autoridades policiais e judiciárias.¹⁴ Assim, como argumenta também Angela de Castro Gomes, mesmo antes da extinção completa da ordem escravocrata:

O tema do trabalho e de trabalhadores livres educados no ‘culto ao trabalho’ se impôs ao país. Entendia-se claramente que era preciso criar novos valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes. A preocupação com ócio e com a desordem era muito grande, ‘educar’ um indivíduo pobre era principalmente criar nele o ‘hábito’ do trabalho. Ou seja, era obrigá-lo ao trabalho via repressão e também via valorização do próprio trabalho como atividade moralizadora e saneadora socialmente. O ‘pobre’ ocioso era indubitavelmente um perigo para a ordem política social segundo esta perspectiva.¹⁵

Considero como muito relevante, neste sentido, precisar melhor em que circunstâncias e a partir de que justificativas ideológicas a *pobreza* tornou-se sinônimo, nos esquemas mentais e discursivos das elites brasileiras, de *classes perigosas e viciosas*. Convém ressaltar, a este respeito, que a implementação de dispositivos legais, novos ou pré-existentes, e de ações destinadas tanto a permitir a repressão ao ócio quanto a coagir a população livre ao *trabalho*, figuraram entre as principais teses debatidas no *Congresso Agrícola* realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 08 e 12 de julho de 1878, sob o patrocínio das autoridades imperiais. Em tal conclave, segundo André Luciano Simão, os representantes de Minas Gerais, incluindo aí os da Zona da Mata e de Juiz de Fora, em especial, foram os mais ferrenhos defensores da adoção de instrumentos capazes de reforçar o poder de coação extra-econômica dos grandes proprietários sobre os não-escravos.¹⁶ Na visão dos setores dominantes, portanto, tratava-se de impor

¹⁴ Ver CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores cariocas na belle époque*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001, pp. 47-50.

¹⁵ Ver GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo / Rio de Janeiro, Vértice / IUPERJ, 1988, pp. 24-25.

¹⁶ Ver SIMÃO, André Luciano. “Minas Gerais e o congresso agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros”. In *XI Seminário sobre a Economia Mineira... Op. cit.*, pp. 20-24. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A053.PDF>. Capturado on-line em: 03 jan. 2006.

urgentemente aos “desclassificados”, do campo e da cidade, o “trabalho” e a “ordem” como valores fundamentais, ou dito de outra forma, de compelir os “desocupados de todo tipo” a se converterem em braços úteis à lavoura e às atividades mercantis e manufatureiras - atividades estas que se encontravam em franco desenvolvimento nos centros urbanos mais populosos do país.

Cerca de uma década após o *Congresso Agrícola* de 1878, ainda sob o forte impacto da extinção legal da escravidão e em meio ao clamor dos grandes proprietários por indenizações pela perda de seus plantéis, processa-se na Câmara dos Deputados intensos debates em torno de uma proposta *lei de repressão à ociosidade* elaborada pelo então ministro da Justiça Ferreira Vianna, projeto este que acabou aprovado quase que unanimemente. Independentemente da aplicabilidade ou não de tal legislação, interessa notar que no curso dessas discussões, os representantes das classes dominantes, procurando ajustar o foco de sua visão do mundo, se empenharam para tornar mais preciso o conceito de *trabalho* no novo contexto inaugurado pela lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, como forma de impô-lo de um modo mais eficaz aos libertos e demais cidadãos despossuídos. Em síntese as *relações sociais*, o *trabalho* e o seu contra-ponto mais temido, o *ócio*, foram assim pensados e definidos, nesse momento, pelos parlamentares de D. Pedro II: a) o *trabalho é o valor supremo de uma sociedade e o elemento característico e ordenador da vida civilizada*; b) *trabalhar e amar o trabalho é um dever do cidadão para com a sociedade, que lhe garante direitos individuais, liberdade e honra*; c) *quanto mais abnegado for o indivíduo em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais*; d) *a autoridade do patrão é incontestável e fundamental para que o trabalhador desempenhe suas funções com dedicação e eficiência*; e) *a vadiagem deve ser combatida com rigor, porque ao negar-se a trabalhar honestamente, o ocioso deixa de pagar sua dívida com a sociedade, marginaliza-se e torna-se um perverso, uma ameaça à moral, aos bons costumes, à ordem social e à propriedade*; f) *as classes pobres apresentam maior tendência à ociosidade e ao crime, por serem menos moralizadas e cheias de vícios, decorrendo daí a necessidade de reprimi-las e de tratá-las permanentemente como “classes perigosas”*.¹⁷

Como procurarei demonstrar a seguir, a partir do caso de Juiz de Fora, ainda que não tão claramente delimitadas e sistematizadas, estas eram concepções já há algum tempo influentes no universo mental e nas práticas sociais de segmentos expressivos das classes dominantes mineiras. Não por acaso, o ordenamento mais geral do mercado de mão-de-obra local, a partir sobretudo do último decênio monárquico, se fará essencialmente por meio do desencadeamento de uma série de medidas repressivas contra a população pobre que vivia em diferentes áreas, no campo e na cidade. Fundamental também, nesse momento, sem dúvida, será a gradual formulação e difusão de uma nova *ética do trabalho*, mesmo que a princípio não completamente descolada do referencial autoritário e repressor fornecido pelo regime escravocrata. Mas antes de avançar nessas questões, creio ser indispensável lembrar que na extensa zona rural desse município, assim como em toda a Zona da Mata, o processo de

¹⁷ Esta síntese foi composta a partir da análise feita por Sidney Chalhoub das discussões parlamentares em questão. Ver CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, pp.64-80.

abolição da escravidão não resultou em qualquer desorganização da atividade agroexportadora, não obstante a crescente tensão social observada nesta que era, entre os anos de 1870 e 1880, a principal região escravista e cafeeira da província de Minas Gerais.¹⁸

Cumprido ressaltar também, nesse sentido, que desde os idos de 1850, a movimentação cotidiana de cativos no núcleo urbano de Juiz de Fora era cercada de inúmeras precauções e restrições, que aparentemente tornaram-se mais severas à medida que a população dessa cidade se expandia e o regime escravocrata esgarçava-se nacionalmente.¹⁹ Assim, ainda que as atividades mercantis e manufatureiras empregassem, de fato, um contingente bastante restrito de indivíduos escravizados, as discussões e tensões sociais suscitadas pela intensificação do processo abolicionista, nos últimos anos imperiais, também se refletiram fortemente na área central desse município - destino preferencial de muitos daqueles que, cedo ou tarde, se viram livres das senzalas e do trabalho forçado nas lavouras de café da região. Nesse conturbado contexto sócio-econômico, ao que tudo indica, uma das principais preocupações das oligarquias juizforanas girava em torno de uma questão complexa e crucial, compartilhada por grupos dominantes de outros centros cafeeiros de igual importância: *controlar o alargamento e ordenar o mercado local de mão-de-obra, afastando ao máximo o risco de um êxodo massivo de braços do campo para o meio urbano.*

A princípio, além das estratégias diretamente vinculadas ao universo rural, as *classes conservadoras* juizforanas procurarão encaminhar esta questão por meio também de ações de *coerção policial* e de *estigmatização* dos hábitos culturais e dos modos de vida dos despossuídos que habitavam o núcleo urbano do município entre 1870 e 1880. Estabelece-se a partir de então, dessa maneira, um padrão de comportamento repressor e excludente frente aos pobres em geral, e aos afrodescendentes em particular, que, amparado por medidas caritativas de curto alcance e com algumas adaptações discursivas e legais, persistirá até pelo menos o início da década de 1930.²⁰

Com base na análise de inúmeras edições d'*O Pharol*, publicadas entre fins dos anos de 1870 e o limiar da *República*, diversos autores chamaram a atenção para o recrudescimento, nesse período, das ações repressivas contra as atitudes delituosas e as condutas supostamente desregradas de cativos, libertos e demais homens e mulheres pobres, nacionais e estrangeiros, que viviam ou circulavam no

¹⁸ Diferentes estudos sobre esse tema, em particular, convergem ao concluir que, em Juiz de Fora e região, o problema da manutenção e ampliação da oferta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira foi resolvido por meio do emprego de trabalhadores nacionais, inclusive de grande parte dos ex-cativos, que acabaram submetidos a uma variedade de relações de trabalho. Ver LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre em Minas Gerais (1870/1920)*. Campinas, Ed. Unicamp, 1988 e SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 2001.

¹⁹ Ver GENOVEZ, Patrícia Falco e SOUZA, Sonia Maria de. "Peças de Ébano: a legislação escravista em Juiz de Fora". In *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, UFJF, vol. 01, n.º 01, maio, 1997, pp. 35-46. Disponível em: <http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>. Capturado on-line em: 15 jul. 2004.

²⁰ Ver PINTO, Jefferson de Almeida. "A caridade e a ordem: ação e contribuição da cristandade na organização do espaço público da cidade de Juiz de Fora na passagem à modernidade *oitocentista* (1890-1924)". In *I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira*, 27 a 29 de maio de 2005, Juiz de Fora, (CR-ROM), 2005 e MIRANDA, Sonia Regina. *Op. cit.*, pp. 254-277.

núcleo urbano de Juiz de Fora. A julgar pelo que informa Jair Lessa, em particular, as atenções da imprensa, da municipalidade e das autoridades policiais e judiciárias voltavam-se, então, tanto para a punição de práticas reconhecidamente criminosas (furtos, roubos, depredações, agressões e assassinatos), quanto para a condenação e coibição dos costumes e divertimentos das camadas despossuídas da população local. No início de 1886, por exemplo, a queixa elitista direcionava-se contra os incontáveis “*vagabundos* que havia, encostados pelas esquinas e bares” e que “não aceitavam fazer serviço algum, nem mesmo pago, assim como os mais simples como carregar uma mala.”²¹

Nos quinquênios que antecederam e sucederam a extinção formal da escravidão, ambientes de socialização como bares, tavernas, casas de tavolagem, sociedades dançantes, batuques e até festejos de santos foram classificados como *centros de propagação* de uma infinidade de vícios e imoralidades. Deste modo, nos discursos elitistas amalgamados e disseminados pelos jornais juizforanos, nesse momento, muitos dos espaços e ocasiões de culto, diversão e lazer populares apareciam associados indissociavelmente a termos depreciativos como “vadiagem”, “desordem”, “indisciplina”, “algazarra”, “malandragem”, “distúrbio”, “jogatina”, “bebedeira”, “prostituição”, “feitiçaria”, dentre outros.²² Após a *Abolição*, tal campanha contra os desvios de comportamento, reais ou atribuídos, dos pobres e dos libertos, sobretudo, se intensificou e assumiu um caráter ainda mais sombrio. É o que sugere, por exemplo, um artigo publicado n’O *Pharol* em julho de 1888, em que um articulista de plantão exagerava ao afirmar que a cidade se encontrava, então, praticamente entregue a uma malta de ladrões, ébrios e indivíduos inescrupulosos:

*Perigam hoje seriamente a moralidade, a segurança individual e, mais do que tudo, a propriedade particular. Está a cidade infestada de bêbados e de gatunos. Encontram-se, a cada passo, tombados as portas das tabernas, caídos pelas esquinas, homens e mulheres em miserável estado de embriagues, descompostos e quase nus, atirando ao ouvido dos transeuntes, um palavreado imprudente e asqueroso. Por outro lado, ocupam-se diariamente os jornais da terra, em registrar o aparecimento de portas arrombadas, fechaduras forçadas, roubos e mais roubos, um sem número de feitos ousados e a gatunagem que saqueia a cidade.*²³

Por meio das ações de vigilância e repressão, levadas a cabo por policiais e fiscais das posturas municipais, e da estigmatização dos modos de vida das camadas despossuídas da população, por conseguinte, as *classes conservadoras* procuraram, na passagem do século XIX para o XX, estender o seu

²¹ Ver LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora, UFJF / Funalfa, 1986, pp. 112-113, 156-158, 164-165 e 184.

²² Ver GUIMARÃES, Elione Silva. GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928)*. São Paulo / Juiz de Fora, Annablume / Funalfa Edições, 2006, pp. 72-76 e 101-102; PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c.1876 - c.1922)*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 2004, pp. 61-69 e ALMEIDA, Fernanda Moutinho de. *E depois do 13 de maio? Conflitos e expectativas dos últimos libertos de Juiz de Fora (1888-1900)*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2003, pp. 28-36.

²³ Ver *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 19/07/1888. Citado por: ALMEIDA, Fernanda Moutinho de. *Op. cit.*, pp. 36-37 e GUIMARÃES, Elione Silva. *Op. cit.*, pp. 145-148.

controle, nem sempre com a eficácia pretendida, para os diversos pontos da malha urbana de Juiz de Fora. O indivíduo que por ventura fosse preso em razão de pequenos desvios de conduta ou sob a acusação de *vadiagem*, como ocorreu com inúmeros libertos que migraram para a cidade e sedes de distritos, para se livrar das garras da polícia, tinha que comprovar a sua condição de “homem do trabalho”. Além disso, invariavelmente era forçado a assinar o célebre *termo de bem viver*, obrigando-se a alterar o seu comportamento no curto prazo, sobretudo a manter-se regularmente num emprego “honesto”, sob o risco de voltar a coabitar a cela da cadeia pública com delinquentes de toda a espécie, como sugere a seguinte notícia: “A polícia, ciente da grande verdade que encerra o prolóquio popular – *a ociosidade é a mãe de todos os vícios* – fez conduzir-se ontem à sua presença Antônio Cortês, e, depois de admoestá-lo, marcou-lhe o prazo de oito dias para arranjar emprego.”²⁴

Forjando e disseminando uma ética do trabalho autoritária e repressiva

O comportamento alarmista e policialesco das elites de Juiz de Fora diante do *adensamento da pobreza urbana* implicou também, por outro lado, numa intensificação dos debates em torno do emprego produtivo dos *vadios* e de iniciativas destinadas a quebrar a resistência de parcela dos habitantes dessa cidade em se inserir espontaneamente num mercado de mão-de-obra em franca expansão.²⁵ Assim, nos últimos anos escravistas, forja-se e difunde-se localmente uma *ética do trabalho autoritária e repressiva*, cujos traços essenciais podem ser claramente identificados nos aforismos que encontrei dispersos, entre notícias e propagandas, nas primeiras páginas d’*O Pharol* de 07 de fevereiro de 1885:

*O homem ocupado, não cuida em coisas más, nem as faz. (...) O homem ocioso, não tendo outros vícios nem sendo parasita, vegeta como um surdo, cego e idiota; os tendo, é uma peste que infecciona muita gente. (...) Enquanto os homens ativos cuidando no que diz respeito, nem se lembram do alheio, os ociosos, para se entreter no alheio, transcuram o próprio.*²⁶

Fiel a uma linha argumentativa igualmente incisiva, ainda em fevereiro de 1885, um editorialista d’*O Pharol* - órgão de imprensa que passou a circular diariamente a partir de janeiro desse ano - foi buscar exemplos supostamente pertencentes à história das civilizações egípcia, grega e romana para ilustrar e reforçar, em síntese, as seguintes teses: *a ociosidade é o inimigo maior e mais perigoso; a primeira necessidade dos governos é encontrar em que ocupar os homens e só quem trabalha todos os dias tem direito a se alimentar condignamente.*²⁷ O autor desse artigo de fundo encerra-o defendendo a adoção de

²⁴ *Gazeta da Tarde*, Juiz de Fora – MG, 20/09/1889, p. 2.

²⁵ Ver PINTO, Jefferson de Almeida. *Op. cit.*, pp. 43-51 e 58-60.

²⁶ Ver *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 07/02/1885, pp. 1-2.

²⁷ As idéias defendidas com indisfarçável arrogância nesse artigo de fundo refletem o crescimento da tensão e expectativa, entre os círculos elitistas locais, no momento em que o *movimento abolicionista* intensificava as suas ações em todo o país e em que se discutia a decretação de uma nova lei de *desescravização* - no caso, a que libertaria os cativos com mais 60 anos (Lei n.º 3.270, de 28/09/1885). Amparado em fontes oficiais, Luiz Fernando Saraiva informa que um total de 1.744 mancipios, ou 8,34 % dos 20.905 escravos matriculados no município em

leis destinadas a combater a ociosidade, a coagir os indivíduos a possuírem uma profissão e a permitir o emprego dos desocupados nos serviços forçados em obras públicas, lembrando que:

Os chins [chineses] não consentem um só ocioso e buscam ocupação até para aqueles homens a quem as enfermidades podiam isentar legitimamente do trabalho; porque os que não têm mão trabalham com os pés, e os que não têm pés trabalham com as mãos; até os cegos trabalham, e desde sete anos de idade buscam em que exercitar os meninos. Se a lei de Filipe II [soberano espanhol, entre 1556 e 1598, citado por ter condenado os ociosos às galés] pudesse ser aplicada entre nós, supomos que a população desta cidade estaria muito menor, mas o movimento progressivo seria muito maior.²⁸

A percepção de que a extinção do regime escravocrata configurava-se como eminente, somada às inúmeras transformações decorrentes do rápido incremento da população e das atividades econômicas no núcleo urbano de Juiz de Fora, portanto, forçaram as suas elites, escudadas nas instituições do poder público, a redobram a vigilância e o controle sobre os despossuídos e recalcitrantes, livres ou cativos. Ao mesmo tempo, com o concurso decisivo da imprensa, esses grupos dominantes conceberam e difundiram, entre 1870 e 1880, uma argumentação agressiva que impunha o *ato de trabalhar* como a única alternativa plausível, no âmbito dessa cidade mineira, para os indivíduos pobres juridicamente livres escaparem de serem classificados como *ociosos, vadios, vagabundos, malandros, gatunos* e outras pechas igualmente odiosas. Creio que foi fundamentalmente assim, a princípio, que se procurou impor localmente o *trabalho* como um dever primordial, como uma das mais importantes obrigações morais e sociais dos homens e mulheres pertencentes às classes populares, incluindo aí muitos egressos do cativo.

Não obstante o tom sombrio e ofensivo dos seus discursos de combate à *ociosidade* e de condenação dos modos de vida dos pobres, trabalhadores ou não, percebe-se nitidamente que, nos derradeiros anos da escravidão e do Império, as classes conservadoras juizforanas não se mostravam nenhum um pouco atônitas ou intimidadas, e muito menos inertes, diante das mudanças em curso. Isto primeiramente porque, como atestam as informações reunidas no item inicial deste artigo, ao contrário do que sustentava então a argumentação elitista, o “progresso” e o “futuro” de Juiz de Fora jamais estiveram ameaçados ou comprometidos, quer seja por uma suposta proliferação da vadiagem, quer seja por uma muito propalada escassez de braços - carência esta que, ao que tudo indica, inexistia mesmo para as ocupações mais especializadas. Nesta perspectiva, acredito que as demonstrações de fraqueza e insegurança dadas não raras vezes, nessa época, pelos grupos dominantes locais, na verdade, visavam muito mais o reforço de sua *hegemonia de classe*, da sua *supremacia social e econômica* sobre os demais habitantes dessa cidade. Mais especificamente, destinavam-se a obter o consenso, a aprovação de amplas

1886, teriam sido declarados livres ou em condições de serem emancipados em Juiz de Fora por possuírem a idade a que se refere tal legislação. Ver SARAIVA, Luiz Fernando. *Op. cit.*, pp. 58-59.

²⁸ Ver *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 20/02/1885, p. 1.

camadas da opinião pública para as medidas repressivas e as ações de enquadramento dos despossuídos, livres e escravizados, deflagradas de modo efetivo nesse conturbado período de transição.

Corroborar esta hipótese, em especial, a lembrança de que até os dois últimos anos de 1880, as elites agrárias e mercantis-manufatureiras locais não tinham ainda adotado e difundido, pelo menos de modo claro e articulado, um discurso que conferisse ao *labor* um *caráter positivo e edificante*. Uma argumentação mobilizadora, que revestisse o *ato de trabalhar* “de uma roupagem dignificadora e civilizadora”,²⁹ algo que aparentemente só se tornou possível e conveniente, ao mesmo tempo, na passagem de 1890 para a década seguinte, quando o espectro da escravidão que pairava sobre a cidade e seus arrabaldes se dissipou completamente, embora deixando fortes marcas sobre as relações sociais que vigeriam no novo contexto inaugurado com a *Abolição* e a *República*.

Ao invés da exaltação do *labor* como a verdadeira fonte do progresso material e do desenvolvimento sócio-cultural e técnico-científico de uma sociedade, no entanto, a *ética do trabalho* disseminada em Juiz de Fora no período em que as ordens escravista e imperial se esfacelavam possuía um caráter muito mais *coercitivo* do que *persuasivo*, uma vez que se assentava na veemente condenação do *ócio* e na estigmatização dos comportamentos e modos de vida populares. Tais aspectos marcarão profundamente o processo de conformação e disciplinamento do mercado urbano de mão-de-obra local, principalmente no que diz respeito às estratégias e mecanismos utilizados por proprietários, empreiteiros, negociantes e donos de fábricas e oficinas para arregimentar e submeter à condições existenciais aviltantes um proletariado multiétnico que se alargava com rapidez, incorporando muitos libertos e imigrantes que, entre as décadas de 1870 e 1880, se estabeleceram nessa cidade e em seu entorno.

Fontes impressas ou disponíveis on-line:

- *Almanak Laemmert - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* – 1889, p. 1959. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1889/00001696.gif>. Capturado on-line em: 12 de dez. 2005.
- *Juiz de Fora no século XIX*. Juiz de Fora, Tipografia Central, 1901.
- *Anuario Historico-Chorographico de Minas Geraes - 1909 (Anno III)*. Belo Horizonte, 1909.
- *Anuario de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ano V, 1913, pp. 495-497.
- Coleções dos jornais *O Pharol*, *Gazeta da Tarde* e *Jornal do Commercio*, pertencentes ao Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, Juiz de Fora – MG.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Fernanda Moutinho de. *E depois do 13 de maio? Conflitos e expectativas dos últimos libertos de Juiz de Fora (1888-1900)*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2003.

²⁹ Ver CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, pp. 48-49.

BELLIGNI, Silvano. "Hegemonia". In BOBBIO, Norberto (et al.). *Dicionário de política*. Brasília, Edunb, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores cariocas na belle époque*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Europa dos Pobres: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na belle époque mineira. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1987.

GENOVEZ, Patrícia Falco e SOUZA, Sonia Maria de. "Peças de Ébano: a legislação escravista em Juiz de Fora". In *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, UFJF, vol. 01, n.º 01, maio, 1997, pp. 35-46. Disponível em: <http://www.ufjf.br/~clonet/rehb>. Capturado on-line em: 15 jul. 2004.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalho*. São Paulo / Rio de Janeiro, Vértice / IUPERJ, 1988.

GOODWIN JR., James William. "A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal em Juiz de Fora (1850-1888)". In *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 3, n.º 1.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre em Minas Gerais (1870/1920)*. Campinas, Ed. Unicamp, 1988.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora, UFJF / Funalfa, 1986

MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1990.

NEVES, Margarida de Souza. "Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX". In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. "A formação de Juiz de Fora e sua gradual transformação em principal centro urbano, comercial e manufatureiro do complexo cafeeiro da Zona da Mata mineira - 1850/1880". In *Anais do I Seminário de História do Café: História e Cultura Material*. Disponível em: <http://www.mp.usp.br/cafe/textos/Lu%C3%ADsEduardo%20de%20Oliveira.pdf>.

PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c.1876 - c.1922)*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 2004.

_____. "A caridade e a ordem: ação e contribuição da cristandade na organização do espaço público da cidade de Juiz de Fora na passagem à modernidade oitocentista (1890-1924)". In *I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira*, 27 a 29 de maio de 2005, Juiz de Fora, (CR-ROM), 2005.

PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, Investimento e crise na cafeeira de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1993.

PORTELLI, Hughes. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 2001.

SASSOOM, Anne Showstack. "Hegemonia". In BOTTOMORE, Tom (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

SIMÃO, André Luciano. "Minas Gerais e o congresso agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros". In *XI Seminário sobre a Economia Mineira... Op. cit.*, pp. 20-24. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A053.PDF>. Capturado on-line em: 03 jan. 2006.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Da Maçonaria revolucionária ao complô judeu-maçônico: uma análise das narrativas antimaçônicas *

Luiz Mário Ferreira Costa **

Introdução:

A proposta desta comunicação é demonstrar ao mundo acadêmico não a história da Maçonaria em si, mas antes de tudo a própria história da narrativa 'anti-maçônica', pretendo verificar de forma breve as mutações e analogias que as narrativas contrárias a Ordem adquiriu no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

A seguir farei uma rápida exposição, acerca da construção de dois importantes catalisadores da narrativa anti-maçônica, a saber o complô revolucionário e o complô satânico . Para finalmente discutir um pouco mais a fundo acerca de uma forma específica de narrativa anti-maçônica encontrada na primeira metade do século XX em terras brasileiras.

Apesar de poucos estudos realizados pela historiografia brasileira referentes a este período (1910 – 1950), temos alguns importantes autores europeus que trabalham com o tema dos maçons, neste contexto de governos totalitários. Dentre estes estudiosos destaco o historiador Ferrer Benimeli¹, concordo com este autor ao observar que as narrativas anti-maçônicas teriam seguido provavelmente evoluções e mutações com o passar dos tempos, sobretudo quando analisamos a situação das lojas de origem latina. Identificando três paradigmas recorrentes na construção das narrativas míticas anti-maçônicas (complô jacobino, complô satânico, complô judeu-maçônico).

Passando rapidamente pela longa tradição universal destas narrativas anti-maçônicas, me proponho a realizar uma espécie de história das histórias anti-maçônicas no Brasil, analisando o famoso livro a 'história secreta do Brasil' de autoria de Gustavo Barroso, publicado na década de 1930 em meio ao estado autoritário de Getulio Vargas.

A criação oficial da primeira narrativa anti-maçônica

Chamei genericamente de primeira narrativa anti-maçônica, aquelas histórias produzidas, a partir da década de 1790, com o objetivo de tentar explicar as causas sem precedentes da Revolução francesa

* Artigo elaborado a partir da monografia 'Imagens dos maçons e da Maçonaria em Rio Novo após um centenário de convivência', apresentada como requisito na obtenção do grau de Bacharel em História.

** Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹ J. A. Ferrer BENIMELI, "La Franc-Maçonnerie face aux dictatures". In: Jacques MARX(org), Maçonnerie Maçonneries.

– com efeito esses gêneros literários constroem mitos colocando toda a estrutura da sociedade européia ameaçada por forças subversivas. Exemplos destas histórias podem ser encontrados no aparecimento em 1797 de livros como *Memoires pour Servir a l'Histoire du Jacobinisme* por Augustin du Barruel, um padre francês, e *Provas de uma Conspiração Contra todas as Religiões e Governos*, por John Robison, matemático escocês. Os dois livros ofereceram uma explicação simples para a Revolução Francesa: a monarquia francesa caiu como resultado de uma conspiração nutrida pelos Maçons e sociedades secretas semelhantes. Tanto Barruel quanto Robison se focaram em um nome particular - Illuminati².

Na visão desses dois escritores, Barruel e Robison, os illuminati não tinham deixado de existir em 1785, mas tinham ido simplesmente para a clandestinidade. Os líderes da Revolução francesa eram Maçons e Illuminati, carregavam um plano secreto para subverter as monarquias da Europa e a religião Cristã.

Verificar até que ponto a criação deste mito, responsável pela associação dos termos maçonaria e jacobinismo, se fundamenta não cabe aos limites desta comunicação, no entanto ao propor analisar a receptividade dessa narrativa evidencia-se a nascente tradição literária anti-maçônica de alguns países, sobretudo católicos.

Na interpretação de Benimeli, temos exemplos múltiplos na história onde se tentou atribuir as desgraças de nosso mundo a uma organização ou entidade maléfica; por exemplo, os jacobinos, os judeus, ou os maçons... A partir do fim do século XVIII, o mito das seitas e a grande conspiração constituíram a essência mesmo do pensamento reacionário e foi utilizado também como uma das defesas mais eficazes para a perseguição e repressão do liberalismo nascente.

Para que o mundo dos direitos do homem pudesse transcender, foi necessário o embate entre forças sociais, políticas e religiosas que consideravam a liberdade ou a igualdade como perversa e nefasta, versus às seitas filosóficas e maçônicas que por sua ideologia revolucionária, minava ao mesmo tempo os dois principais baluartes do Antigo Regime, a saber, a Igreja católica e as monarquias absolutistas³.

Na elaboração desta 'história anti-maçônica', ou se preferir na criação do mito da 'conspiração revolucionária' que tinha como ponta de lança a instituição maçônica, o segredo e a crítica às visões

² Este grupo era uma sociedade secreta fundada na Baviera em 1776 por Adam Weishaupt (à esquerda), professor universitário. Seu objetivo era disseminar as doutrinas do Iluminismo do século XVIII de igualdade humana e racionalidade, e atraiu um grupo de seguidores considerável, até que foi suprimido pelas autoridades Bávaras em 1785.

³ BARATA, Alexandre M. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil 1790 – 1822)*. Campinas: Ed.Unicamp, 2002. Tese de Doutorado.

conservadoras seriam apresentados pelas autoridades laicas e religiosas como justificativa legal para as violentas perseguições aos seus membros⁴.

Em suma a verificação desta primeira narrativa anti-maçônica traz consigo dois elementos centrais na legitimação da perseguição: o caráter secreto e a oposição destas associações ao governo e a Igreja – no século XVIII com base no direito romano qualquer associação sem autorização do Estado eram consideradas ilícitas e deveriam ser perseguidas.

Não pretendemos questionar até que ponto as acusações dessas narrativas procedem, em outras palavras, não seria o momento de discutir se a maçonaria foi ou não usada como bode expiatório⁵, resta-me apenas datar o 'início' de uma história anti-maçônica em finais do século XVIII.

De homens conspiradores a demônios conspiradores

Se num primeiro momento, no século XVIII, a Maçonaria era vista pelas autoridades como fonte de subversão, identificada como 'revolucionária', sobretudo a partir da construção do mito do 'complô jacobino'. No século XIX, podemos verificar principalmente quando tomamos, por exemplo, as representações de Leo Taxil⁶ ou os documentos oficiais do Vaticano,⁷ uma mutação dentro desta literatura conspirativa. Pois ao caráter subversivo característico das lojas no 'século das luzes' foi somado uma feição diabólica e pitoresca.

A partir dos resultados de minha pesquisa monográfica posso fornecer uma variedade maior de documentos probatórios da evolução do anti-maçonismo e do crescimento drástico dessa literatura comprometida.⁸

A título de comprovação do anti-maçonismo católico apontarei a seguir inúmeras reprovações feitas pelo Vaticano às lojas, seriam mais de três séculos de condenações, nada menos que 580 documentos pontifícios proibindo e punindo os católicos de participarem dessa instituição.

A começar pela primeira condenação formal da Maçonaria ainda em 1738 idealizada pelo papa Clemente XII (1730 – 1740), através da bula *In eminenti apostolatus specula*. Os maçons seriam condenados mais uma vez no século XVIII, desta vez pelo papa Bento XIV (1740 – 1758), através da bula *Providas Romanorum Pontificum* que estabelecia seis razões para a condenação: a primeira razão seria o fato dos maçons propagandarem a liberdade de culto tão cara ao protestantismo, a segunda e a terceira

⁴ GIRARDET, Raoul. "Mitos e mitologias políticas". São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵ J. A. Ferrer BENIMELI, "La Franc-Maçonnerie face aux dictatures". In: Jacques MARX(org), Maçonnerie Maçonneries.

⁶ Este foi um personagem de destaque no século XIX na construção de uma narrativa que associava os símbolos maçônicos à bestas demoníacas, suas obras tiveram uma boa recepção em determinados setores da Igreja, muitos autores dedicam a esse ex-maçom a criação das histórias do bode-preto.

⁷ Refiro-me as fontes utilizadas em minha monografia, *Imagens dos maçons e da maçonaria em Rio Novo após um centenário de convivência* elaborada em 2006.

⁸ COLUSSI, Eliane Lucia. "Plantando Ramas de Acácia: A Maçonaria Gaúcha na segunda metade do século XIX". [Tese de doutorado de Eliane Colussi. pdf].

justificativa estava no caráter iniciático da sociabilidade maçônica⁹, o segredo maçônico era uma evidência das ações conspiratórias na ótica papal, a quarta razão estaria na acusação de que a Maçonaria não respeitava as leis canônicas e civis.

Roma justificava suas condenações afirmando que tal atitude não seria um fato isolado, pois diversos príncipes seculares já tinham reprimido tais sociedades secretas e, portanto os homens honestos e prudentes deveriam acima de tudo reprovar estas associações.

Se no século XVIII foram apenas duas condenações formais, no século XIX, multiplicaram-se estes documentos, como foi evidenciado na obra do autor católico Jesus Hortal¹⁰ este seria o “século das sociedades secretas” ou o “século das seitas”. Neste momento, dentro dos muros do Vaticano a Maçonaria passou a ser encarada como a mais perigosa de todas as seitas.

Com isso vários são os nossos exemplos do crescimento da narrativa anti-maçônica, começando pela Constituição Apostólica *Ecclesiam a Jesu Christo*, de 1821 defendida pelo papa Pio VII (1800 – 1823), apesar de se referir aos carbonários, deixava implícita a condenação à Maçonaria. Pouco tempo depois o papa Leão XII (1823 – 1829), em sua Constituição Apostólica *Quo graviora*, em 1825, condenou genericamente todas as sociedades secretas, neste documento aparece pela primeira vez a formulação que passaria para o Código de Direito Canônico de 1917, o papa considerava a Maçonaria uma entidade cuja finalidade era de “*maquinar*”, ou melhor, conspirar contra a Igreja. Nosso interlocutor do discurso católico acrescenta ainda:

“De Pio IX (1846 – 1878) a Leão XIII (1878 – 1903) encontramos nada menos do que 350 intervenções pontifícias contra a Maçonaria. Praticamente todas elas vêm nas lojas uma espécie de conspiração contra a Igreja e os regimes monárquicos(...) nos países latinos, onde a religião católica era oficial do Estado, muitas das teses liberais vão chocar-se não apenas com uma situação de fato, mas com a própria concepção de Estado e sociedade, defendida pela Filosofia e pela Teologia neo-escolástica.”¹¹.

Não obstante, toda esta série de acusações vindas do Vaticano e captada pelo clero brasileiro tenderia a demonizar as múltiplas histórias de anti-maçonomia. Em outras palavras, fora produzido na longa duração desta relação institucional uma imagem que tratava como sinônimos os termos Maçonaria e conspiração e, além disso, fornecia um tom inflamado aos discursos ‘anti’.

O papa Leão XIII parece convicto desta idéia de complô, quando publicou em 20 de abril de 1884 sua Encíclica *Humanum Genus*, acusando a Maçonaria de ter participação nos eventos de agitação mundial: “(...) na nossa época os fatores do mal parecem haver-se coligado num imenso esforço, sob o impulso e com o auxílio de uma sociedade difundida em grandes números de lugares e fortemente

⁹ AGULHON, Maurice. “Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale”. 3.ed. Paris: Fayard, 1984.

¹⁰ HORTAL, Jesus. Maçonaria e Igreja Católica : conciliáveis ou inconciliáveis? São Paulo: Paullus, 2002. (Estudos da CNBB, 66)

¹¹ HORTAL, Jesus. Op. cit. p.46.

organizada, a Sociedade dos maçons(...)”. E no dia 19 de março de 1902, o mesmo papa reforçaria a idéia nos meios religiosos: “Uma seita tenebrosa que a sociedade carrega há muito tempo em seu seio como um germe mortal contamina seu bem-estar, a fecundidade e a vida. É a personificação permanente da Revolução...¹²”.

A associação maçom-judeu na narrativa anti-maçônica brasileira

É chegada à hora de apresentarmos hipóteses gerais sobre as tendências que provavelmente seguiram as narrativas anti-maçônica no Brasil na primeira metade do século XX. Tendo em vista que as condenações papais não cessaram e aproximando o campo ideológico do governo de Getúlio Vargas aos governos totalitários europeus, sobretudo Portugal de Salazar e a Espanha de Franco.

Propor uma comparação arbitrária entre estes governos, confesso ser uma tarefa um tanto arriscada, entretanto esta iniciativa nos fornece as bases para vislumbrar como poderia ter se comportado o estado getulista perante a maçonaria.

Logicamente este trabalho não será capaz de apreender o alcance prático dessas narrativas no Brasil, como fizera Benimeli na verificação da violenta repressão dos governos totalitários de direita e esquerda na Europa, mas de alguma forma espera demonstrar os novos elementos adicionados à narrativa anti-maçônica brasileira. Principalmente quando da instalação do Estado Novo em 1937, com inspiração no governo fascista de Antonio Salazar.

Salazar em 1935 aprova uma dura lei – sob influência do Fascismo – onde mais uma vez as sociedades secretas, principalmente a maçonaria sofreria um forte golpe. Os reflexos práticos desta lei foram à perseguição e o exílio da maioria dos 9500 maçons portugueses, como fica exposto na documentação da revista parisiense maçônica em 1942. Além disso, para Benimeli o estado salazarista englobava judeus e maçons dentro de um mesmo plano internacional de conquista do mundo.

Na Espanha de Franco, teria ocorrido a expressão mais ferrenha do anti-maçonismo, principalmente quando o tema dos maçons passaria a se relacionado com o judaísmo e o comunismo pela imprensa falangista em 1936¹³. Como observara Benimeli, no século XX seria criado o complô judeo-maçônico, o qual será somado condições pejorativas novas como ‘comunista ou marxista’, na Espanha de Franco por exemplo o slogan do complô ‘judéo-maçonico-comunista’, era famoso no senso comum.

No Brasil talvez a perseguição contra a maçonaria não tenha atingido tamanha violência, mas como nosso foco está na construção das narrativas anti-maçônicas, podemos verificar tanto na

¹² Idem (id.)p.41

¹³ Criava-se, portanto na opinião do historiador uma psicose anti-maçônica. Vários foram os políticos mortos sob acusação de ser maçom, quase todo maçom que não conseguiu fugir de Franco foi fuzilado no período.

Constituição de 1934¹⁴ quanto na Constituição de 1937¹⁵, dispositivos legais capazes de legitimar ações oficiais contra a Ordem.

Não obstante temos ainda as repercussões das condenações papais na elaboração de 'histórias anti-maçonaria' no território brasileiro. Como por exemplo, em 1917 quando o Vaticano promulgou o primeiro Código de Direito Canônico. A filiação de católicos na Maçonaria continuaria proibida: "...os que dão o seu nome à seita maçônica ou a outras associações, que *maquinam* contra a Igreja ou contra os legítimos poderes civis, incorrem, pelo próprio fato, em excomunhão simplesmente reservada à Sé Apostólica".

A importância da tese de Gustavo Barroso, "*História Secreta do Brasil*"¹⁶, para este trabalho situa-se no fato de que este intelectual é sem dúvida o maior responsável pelo binômio maçonaria-judaísmo na literatura brasileira. Para a especialista do tema Eliane Colussi, Barroso foi o principal expoente nacional opositor das lojas, muitos trabalhos posteriores voltariam a destacar a idéia de 'complô' influenciado por ele. 'A conspiração, que combinava elementos místicos e étnicos, agia subterraneamente e seria responsável por muitos dos desfechos da política brasileira.'¹⁷.

No período que nos interessa Barroso desenvolveu uma intensa militância e ocupou diversos cargos importantes. O seu antisemitismo e a sua antimaçonaria foram nitidamente defendidos em diversas obras. Na visão deste ilustre autor eventos como a Independência e a proclamação da República estariam enquadrados dentro de uma lógica tramada subterraneamente pelo complô do judaísmo-cabalístico-maçônico.¹⁸ Em Barroso a maçonaria é a mais importante das sociedades secretas, sua verdadeira função 'é estudar, investigar e dar curso' às ordens recebidas do estado de Israel. Ou seja,

¹⁴ Nas DISPOSIÇÕES GERAIS da Constituição de 1934 estabelecia: a censura de correspondência de qualquer natureza, e das publicações em geral e a suspensão da liberdade de reunião e de tribuna.

¹⁵ "DA DEFESA DO ESTADO" Art 166 da Constituição de 1937 - Em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas ou existências de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do País, ou na porção do território particularmente ameaçado, o estado de emergência.

¹⁶ BARROSO, Gustavo D. *História secreta do Brasil*. Porto Alegre, ed. Revisão, 1990.

¹⁷ Artigo publicado na revista "Nossa História" ano 2/ nº 20, junho 2005 de autoria de COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

¹⁸ Na preocupação de demonstrar a viabilidade desta parte do projeto, dedicado a análise do pensamento de Gustavo Barroso, já pudemos averiguar a presença de uma extensa bibliografia existente nos arquivos do Museu Nacional Obras como, por exemplo, O integralismo em marcha (1933); O integralismo e o mundo (1933); O integralismo de norte a sul (1934); Colônia de banqueiros (1934); O quarto império, integralismo (1935); A palavra e o pensamento integralista (1935); O que o integralista deve saber (1935); História secreta do Brasil, 3 vols. (1936, 1937 e 1938); A destruição da Atlântida, 2 vols. (1936); Espírito do século XX (1936); Os protocolos dos sábios de Sião (1936); Os civilizados (1937); Integralismo e catolicismo (1937); A maçonaria: seita judaica (1937); Judaísmo, maçonaria e comunismo (1937); A sinagoga paulista (1937); Corporativismo, cristianismo e comunismo (1938); O livro dos enforcados (1939); O Brasil na lenda e na cartografia antiga (1941); Portugal - Semente de impérios (1943); Anais do Museu Histórico nacional, vols. I a V (1943-1949). São algumas referências para se tentar traçar uma relação entre o discurso oficial e autoritário do Governo Vargas e o discurso liberal da Maçonaria, obras estas perfeitamente acessíveis a pesquisa histórica.

diante desta rica narrativa anti-maçônica, as lojas são apresentadas como um veículo do governo oculto dos judeus, que a partir de idéias liberais utópicas envenenam toda a sociedade¹⁹.

Várias são as passagens onde Barroso nos oferece 'provas' sobre a provável relação entre judaísmo e maçonaria e conseqüentemente a criação no Brasil do complô judaico-maçônico, mais uma vez o segredo dentro da narrativa 'anti' é apresentado como evidência das intenções maléficas, 'o segredo maçônico, disfarça, esconde e protege o Poder Oculto Internacional'.

Finalmente diante destas breves considerações acerca da história das 'histórias anti-maçônicas' espero ter colaborado para demonstrar que no Brasil até meados do século XX essas narrativas se apresentavam de forma genérica, unindo maçons e judeus num plano comum conspiratório, pelo menos é esta impressão que nos salta aos olhos a partir da análise da produção anti-maçônica de Barroso.

¹⁹ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. Porto Alegre, ed. Revisão, 1990 p.145 – 167.

**O “GOLPISMO DEMOCRÁTICO”
CARLOS LACERDA E O JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA
NA QUEBRA DA LEGALIDADE (1949 - 1964) ¹**

Márcio de Paiva Delgado²

INTRODUÇÃO

Entre a Constituição de 1946 e o Golpe Militar de 1964, o Brasil atravessou um período democrático marcado por várias crises institucionais. A primeira delas, em 1954, é marcada, sobretudo pelo mês de agosto, com o Atentado da Rua Toneleiro contra a vida do jornalista Carlos Lacerda e o suicídio do presidente Getúlio Vargas. A segunda crise, abrangendo praticamente toda a campanha eleitoral presidencial no segundo semestre de 1955, culminou com o Golpe da Legalidade de 11 de Novembro comandado pelo General Henrique Teixeira Lott a fim de garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos no pleito de outubro. No governo seguinte ao de Kubitschek (que a despeito de duas quarteladas conhecidas por Aragarças e Jacareacanga, apresentou maior estabilidade política), ocorre a terceira crise institucional do período. A renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961 provocou uma aguda crise nas instituições democráticas brasileiras. O veto dos Ministros Militares em relação à posse do vice-presidente João Goulart provocou a chamada Cadeia da Legalidade comandada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que conseguiu inclusive o apoio do Terceiro Exército legalista, colocando em cheque a tradicional disciplina, hierarquia e união das Forças Armadas. A diplomação de Goulart só seria garantida graças ao “Golpe Branco” do Parlamentarismo. Finalmente, a última e mais séria crise institucional foi aquela que levou o Brasil ao Golpe Militar de 31 de Março de 1964 que derrubou a Constituição de 1946 e o governo de João Goulart.

Em todos estes momentos de crise institucional, uma figura estaria presente nos centro dos acontecimentos: o jornalista e político Carlos Lacerda, proprietário, diretor e editor do jornal *Tribuna da Imprensa*. Diário este que foi aos poucos se tornando um dos principais palanques políticos da UDN³ na imprensa e um instrumento poderoso para a construção de um discurso radicalmente oposicionista em relação à esquerda (representada, sobretudo, pelo comunismo), a Getúlio Vargas e seus “herdeiros”. Durante tais crises, sua linha editorial refletia a vertente mais radical da UDN, tendo em momentos mais instáveis, um discurso claramente golpista, o qual defendia a quebra da legalidade em nome de uma

¹ Este artigo trata-se do resumo de nossa dissertação de mestrado de mesmo título defendida em outubro de 2006 pelo Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Graduado e Mestre em História pelo Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ Com a redemocratização em 1945 forma-se um novo sistema partidário e eleitoral no Brasil. Dentre os novos partidos do fim do Estado Novo, a UDN (União Democrática Nacional) iria se destacar pela sua postura antigetulista (oposição a todo legado de ex-ditador Getulio Vargas, que vai desde o Trabalhismo ao então chamado Populismo), anti-esquerdista (comunismo), liberal (anti-nacionalista e defensora da entrada de capital estrangeiro) e conservadora (avessa a movimentos sociais de caráter popular progressista e a mudanças estruturais, como por exemplo, a questão fundiária).

suposta “verdadeira” democracia, que seria diferente e sem as influências da nascida ao apagar das luzes do Estado Novo. Nasce assim o movimento político *lacerdismo*, vinculado diretamente a figura do jornalista Carlos Lacerda. Seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, fez a ponte entre a atuação parlamentar da UDN radical junto à opinião pública.

Mas Lacerda também se destaca na mídia através de vários aparelhos de comunicação de massas: a imprensa escrita, o rádio e a televisão, os quais foram importantes para a divulgação e construção de sua imagem junto à população, tornando-se um dos principais líderes políticos da UDN no Brasil.

LACERDISMO NA UDN

O *lacerdismo* nasce e cresce dentro da UDN combatendo tanto outras correntes internas do partido quanto os adversários políticos externos. Otávio Dulci compartilha das observações de Maria Victória Benevides quando diz que a UDN deve ser tratada no plural.⁴ Além de possuir vários grupos com origens e tendências políticas diferentes, a UDN também apresentou ao decorrer dos anos, diferentes grupos que lutavam internamente pela hegemonia do partido e pelo *como fazer* em relação ao governo. Dentre os principais grupos, temos os “chapas-brancas” (“adesistas” ou “fisiológicos”), os “bacharéis”, os “realistas”, a “banda de música” (grupo oposicionista radical onde Lacerda teve grande participação) e a “bossa nova” (que procurou colaborar com o governo Goulart em questões consideradas “progressistas”).

Além destas várias facções ou grupos da UDN acima mencionados, temos aquele que é do nosso principal interesse, o *lacerdismo*. Sua diferença em relação às demais começa desde o nome, vinculado diretamente a uma pessoa em especial: o jornalista Carlos Lacerda. A despeito da mística construída em torno de alguns nomes como o do Brigadeiro Eduardo Gomes, o “Herói dos 18 do Forte”,⁵ doutrinariamente a UDN notabilizara-se por repudiar qualquer forma de personalismo político e carismático, identificando tal prática como puro populismo. Segundo Otávio Dulci, foi durante os trabalhos da “Banda de Música” no segundo governo Vargas que o *lacerdismo* ganha impulso, principalmente no Distrito Federal.⁶

Carlos Lacerda, ainda apenas um jornalista⁷, destacara-se na imprensa atacando duramente o governo através de vários aparelhos de comunicação de massas: a imprensa escrita e outras formas de mídia, como o rádio e posteriormente, a televisão, tornando-se um grande líder político, mesmo que não estivesse, necessariamente, ocupando um cargo eletivo. Mas para ratificar a importância do acesso de

⁴ DULCI, Otávio. *A UDN e o Anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG - PROED, 1986, p. 36.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 212.

⁶ DULCI, Otávio. *Op. cit.*, p. 37-38.

⁷ Carlos Lacerda, ainda jornalista do *Correio da Manhã*, já havia sido eleito vereador pela UDN no Distrito Federal em janeiro 1947, porém, já demonstrando naquela época que era adepto a atos dramáticos, renuncia em abril de 1948 em protesto contra a aprovação da Lei Orgânica do Distrito Federal pelo Senado que reduziria o poder da Câmara de Vereadores.

Lacerda a esses outros instrumentos midiáticos, é preciso conhecer sua ligação com dois dos maiores empresários da indústria de comunicação que o Brasil já conheceu: Assis Chateaubriant e Roberto Marinho.

Lacerda já havia trabalhado para os *Diários Associados* de Chatô em 1930, escrevendo artigos literários para o *Diário de Notícias* numa seção dirigida por Cecília Meireles.⁸ Em agosto de 1942 na empresa telegráfica Agência Meridional e, posteriormente, no *O Jornal* ("o mais importante da cadeia dos *Diários Associados*"⁹) em março de 1944, onde ficara como Secretário apenas por poucos meses após problemas relativamente banais com a direção.¹⁰ Entre os *Associados* e o *Correio da Manhã*, Lacerda trabalhou como *free-lancer* para alguns jornais cariocas. Foi durante esse curto período que Lacerda conseguiu despertar a atenção de toda imprensa nacional com o episódio da célebre e exclusiva entrevista com José Américo de Almeida em 1943 que ajudaria abalar as estruturas do Estado Novo.

Durante a longa e polêmica discussão sobre a exploração e refino do petróleo no Brasil, já no governo Dutra, Lacerda foi demitido do jornal *Correio da Manhã* em maio de 1949 em função dos vários artigos agressivos contra Grupo Soares Sampaio (interessado na questão do petróleo) cuja família era amiga íntima de Paulo Bittencourt, proprietário do jornal.¹¹ Mas ao se destacar na luta contra o *getulismo* e ao defender o liberalismo econômico associado ao capital estrangeiro na sua coluna "Na Tribuna da Imprensa" no jornal *Correio da Manhã*, Lacerda conseguiu, ainda em 27 de dezembro no mesmo ano, abrir o jornal *Tribuna da Imprensa* graças a uma grande mobilização de políticos udenistas, intelectuais católicos conservadores ligados ao Grupo Vidal Brasil e:

[...] de grupos empresariais vinculados ao capital externo ante o nacionalismo que começava a tomar conta de setores do Exército e da própria burguesia industrial, e que conseguiria paralisar a tramitação de um projeto governamental que garantiria participação de investimentos estrangeiros na exploração do petróleo.¹²

Um grupo declaradamente *lacerdista*, com unidade de discurso e ação tendo o jornal *Tribuna da Imprensa* como guia e bastante expressivo, nascido no começo dos anos 50, foi o chamado "Clube da Lanterna" (vale aqui assinalar que uma lanterna era a logomarca do jornal). Algumas fontes dizem que Carlos Lacerda teria fundado o Clube em agosto de 1953 no Rio de Janeiro¹³ e que tinha por objetivo primordial combater o governo Vargas. Entretanto, Lacerda nega em suas memórias a sua participação na criação do grupo, reconhecendo, contudo, sua relativa importância e tamanho:

⁸ BRAGA, Sergio. **Carlos Lacerda, Na Tribuna da Imprensa: Crônicas sobre a Constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 p. 13.

⁹ Idem, *ibidem* p. 17.

¹⁰ MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 451-452.

¹¹ Apesar da demissão, Lacerda conseguiu junto a Paulo Bittencourt os direitos sobre o título "Na Tribuna da Imprensa". MENDONÇA, Maria Gusmão de. **O Destruidor de Presidentes, a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002, p. 100.

¹² Idem, *Ibidem*.

¹³ Verbetes: LACERDA, Carlos. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC. Acessado em 20/11/2005. <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2684_2.asp> Acessado em 20/12/2005.

Quando eu estava no exílio, de repente, o Amaral Neto, que foi integralista, fundou em meu nome um negócio chamado Clube da Lanterna, com o qual eu nunca, jamais, tive nada a ver. E milhares de pessoas no Brasil se organizaram em torno do Clube da Lanterna; o Amaral Neto fazia comícios do Clube [...]¹⁴

A retórica contundente e “demolidora” de Lacerda, desde os tempos de *Correio da Manhã*, chamou a atenção do jornalista Roberto Marinho que via nele um possível “fenômeno irresistível de comunicação e persuasão”.¹⁵ Ainda sobre Lacerda, o jornalista Armando Nogueira reproduz a opinião de Roberto Marinho sobre aquele:

Carlos Lacerda tinha uma capacidade de conversar sobre qualquer assunto com grande conhecimento. Você pode ir de literatura a falar sobre rosas [...] Mas não é só isso que caracteriza um grande conversador. Um grande conversador se caracteriza, sobretudo, pela capacidade de ouvir. O que eu aprendi com Carlos Lacerda: Carlos Lacerda tinha uma capacidade de ouvir. E de ouvir chatos. A capacidade de ouvir chatos de Carlos Lacerda era incomparável.¹⁶

No primeiro semestre de 1954, Roberto Marinho convida Lacerda para comandar o programa na rádio Globo *Conversa em Família*,¹⁷ programa que já vinha contando com sua participação diversas vezes desde 1952.¹⁸ Segundo o jornalista Pedro Bial, o convite teria como motivações circunstâncias “políticas e de mercado”.¹⁹ O fato é que, em junho de 1951, o jornalista Samuel Wainer consegue fundar o jornal *Última Hora* financiado com empréstimos do Banco do Brasil facilitado por estar comprometido com o programa nacionalista de desenvolvimento de Getúlio Vargas e que acabou por constituir-se numa eficiente arma de propaganda a favor do governo. Em resposta, desde 1953, no *Tribuna da Imprensa* e na rádio Globo, Lacerda começa uma feroz campanha contra o *Última Hora* e seu presidente, já que Wainer não era brasileiro de nascença e a constituição brasileira não permitia que estrangeiros fossem proprietários de jornais: “[...] um jornal fundado agora por um aventureiro, com dinheiro do Banco do Brasil, dizendo defender o povo, mas para melhor garantir os negócios do Sr. Ricardo Jafet²⁰ e a demagogia do Sr. Getúlio Vargas [...]”.²¹ Mas, o que realmente preocupava Roberto Marinho e Assis Chateaubriant era que em menos de dois anos, o *Última Hora* (que era vespertino) atingiria enorme tiragem²², com edições no Rio de Janeiro e em São Paulo, colocando em risco tanto *O Globo* de Marinho como o *Diário da Noite* de Chatô (ambos vespertinos).²³ Wainer também lançaria em abril 1953 o

¹⁴ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 59.

¹⁵ BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 164.

¹⁶ Armando Nogueira em depoimento de 2003 a Pedro Bial. In: Idem, ibidem, p. 175.

¹⁷ BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Op. cit., p. 175.

¹⁸ CALABRE, Lia. *Conspirações sonoras: A rádio Globo e a crise do governo Vargas (1953-1954)*. In: BAUM, Ana. **Vargas, agosto de 54. A história contada pelas ondas do rádio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 37.

¹⁹ BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Op. cit., p. 175.

²⁰ Presidente do Banco do Brasil na época.

²¹ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer, o corvo e o bessarabiano**. São Paulo: Senac, 1998, p. 63.

²² O jornal saltaria de 18 mil exemplares diários nos primeiros 3 meses para 141 mil em janeiro de 1953. Idem, p. 53.

²³ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 126.

tablóide *Flan* que em pouco tempo atingiria a marca de 150 mil exemplares, oferecendo forte concorrência a revista *O Cruzeiro*, também de propriedade de Grupo Associados.²⁴

Na rádio Globo Lacerda demonstrou todo seu talento, o qual lhe rendeu o título de “melhor tribuno do Brasil”. Segundo Pedro Bial, no segundo semestre de 1954, o programa *Conversa em Família* bateu todos os recordes de audiência para o horário. Durante meses, Lacerda passava horas na rádio de Roberto Marinho atacando impiedosamente o governo Vargas e o jornal *Última Hora*.

Pelo lado de Assis Chateaubriant, depois de deslocar seu melhor jornalista da revista *O Cruzeiro*, Davi Nasser, para ajudar Lacerda na campanha de destruição de Wainer, abriu as portas das suas emissoras da TV Tupi no Rio de Janeiro e em São Paulo para Lacerda.²⁵ Lacerda em poucos dias atingiu tamanha audiência que Chateaubriant determinou que seu programa passasse de cinco minutos para meia hora e ainda mandou que aparelhos de televisão fossem espalhados em pontos públicos do Rio de Janeiro e de São Paulo para que a população pudesse ouvir a campanha contra Wainer e seu jornal getulista.²⁶

Segundo o jornalista Heron Rodrigues, Lacerda tornaria-se um “fenômeno” graças ao rádio.²⁷ Roberto Marinho, em artigo no *O Globo* em 5 de setembro 1965, dizia: “O Sr. Carlos Lacerda tornou-se, em 1954, uma figura nacional graças ao microfone da Rádio Globo [...]”²⁸. Samuel Wainer, em suas memórias, desdenhando o poder do jornal de Lacerda, comenta:

O problema é que Lacerda logo seria auxiliado por Assis Chateaubriant, que lhe franquearia o acesso à TV Tupi, e por Roberto Marinho, que pôs a rádio Globo à sua disposição. No seu livro de memórias, por sinal, Lacerda afirma que, ao receber esse tipo de ajuda, sentiu-se invencível.²⁹

O acesso a estes dois importantes meios de comunicação de massa (sobretudo o rádio naquela época) ampliara em muito seu raio de ação, ajudando a criar o *lacerdismo*. Em poucos meses, Lacerda era sinônimo de “oposição”. Porém, mesmo destacando as fundamentais aparições de Lacerda no rádio e na TV, era comum que tais discursos e comentários fossem reproduzidos no *Tribuna da Imprensa* e no próprio *O Globo* (apenas aqueles feitos na rádio³⁰). Isto mostra que, por mais importante que fosse a influência da radiodifusão e da televisão, era necessário “por no papel”.

A candidatura de Lacerda para deputado pelo Distrito Federal pela UDN em 1954 contaria com forte apoio e pressão do “Clube da Lanterna”, o que resultou no deputado mais votado em outubro, mesmo sendo considerado “culpado pelo suicídio” de Vargas em agosto do mesmo ano. De agora em diante, Lacerda não seria apenas uma arma política da UDN na imprensa. Lacerda agora entrara em

²⁴ CALABRE, Lia. Op. cit., p. 38.

²⁵ MORAIS, Fernando. Op. cit., p. 551.

²⁶ Idem, ibidem, p. 552-553.

²⁷ BIAL, Pedro. Op. cit., p. 176.

²⁸ Idem, Ibidem.

²⁹ WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 9ª ed. 1987, p. 140.

³⁰ Publicados na coluna “O Globo no Rádio”. BIAL, Pedro. Op. cit., p. 177.

definitivo no jogo político como protagonista, e seu nome estava conhecido o suficiente para alcançar uma popularidade singular junto a população, sobretudo à classe média que se espelhava em sua defesa incansável pela moralidade. Entretanto, conforme Izabel Picaluga:

Se em Carlos Lacerda encontramos qualidades carismáticas, é verdade, também, que estão bem explicitadas em seus discursos as teses capazes de sensibilizar as classes médias, e, por outro lado, estão também explicitados certos interesses que ele defendia e que não correspondiam propriamente aos daquelas classes [...] Seu discurso encerrava uma mensagem dirigida a um público certo, que apoiava as críticas que eram feitas e assumia concordância com os interesses defendidos.³¹

O *lacerdismo* crescia na mesma proporção em que aumentava a radicalização do discurso de Carlos Lacerda. Esse crescimento junto à população demandava um crescimento dentro da própria UDN. O discurso radical e golpista de Lacerda acabou por entrar em conflito com setores mais "liberais" e "bacharelescos" dentro do próprio partido, principalmente quando se aproximou dos militares udenistas ligados à Cruzada Democrática e à Cruzada Anticomunista nos meses anteriores ao Golpe da Legalidade de 1955.³²

A série de "derrotas gloriosas" alimentava as diferenças internas dentro da UDN. As coligações vitoriosas no âmbito nacional entre PSD e PTB deixavam claro para muitos membros da UDN que sua "pureza" e sua postura elitista e bacharelesca dificultava sua penetração no eleitorado proletariado urbano, seduzidos pelo discurso populista-desenvolvimentista dos herdeiros da tradição getulista, impossibilitando assim uma vitória nacional.³³ A radicalização do *lacerdismo*, agora contra o governo Juscelino Kubitschek³⁴, e atuação dos *realistas* como Juracy Magalhães e Magalhães Pinto, levantou novamente a tese de que sozinha a UDN jamais venceria por vias democráticas. A cúpula do partido, de tradição antipopulista, agora apostaria na prática adversária através dos comícios da "Caravana da Liberdade" e do "Caminhão do Povo" (uma espécie de comícios relâmpagos feitos sobre carrocerias de

³¹ PICALUGA, Izabel F. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 49.

³² BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Op. cit. p. 97-98.

³³ Idem, ibidem, p. 113-115.

³⁴ "Em seu livro sobre JK, o jornalista Cláudio Bojunga (**JK: o Artista do Impossível**. Objetiva, 2001) torna públicas algumas confissões do ex-presidente. Uma delas – a primeira pessoa em quem JK pensava ao acordar era Carlos Lacerda – dá bem a medida da preocupação que então lhe provocava o político que é hoje o seu contraponto na memória política nacional" [...] "Uma estratégia de dupla face foi então ativada por Kubitschek. Ao mesmo tempo que [sic] apoiava as correntes não-lacerdistas dentro da UDN, buscando, com isso, enfraquecer a liderança carismática e autoritária de Lacerda, seu governo, certamente escaldado pelos inflamados discursos lacerdistas, baixou uma portaria – a Cláusula R – proibindo o acesso do "demolidor dos presidentes" aos meios de comunicação" [...] "Carlos Lacerda teve que deixar o país após o Movimento do 11 de Novembro de 1955. Pouco antes de sua volta, em outubro de 1956, o governo JK tomou providências para impedi-lo de falar pelo rádio ou pela televisão. Para tanto, o Ministério da Viação e Obras Públicas baixou uma portaria acrescentando uma nova cláusula aos contratos de concessão - a chamada Cláusula R -, pela qual as empresas transmissoras concessionárias ficavam proibidas de veicular programas obscenos ou que contivessem insultos às autoridades públicas. A Cláusula R acabou sendo suspensa por decisão do Tribunal Superior Eleitoral no fim de 1958". In: MOTTA, Marly. **A Política como arte de conciliar**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC. Acessado em 17 de janeiro de 2006. <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/A_politica_como_a_arte_de_conciliar.asp>.

caminhões). Foi durante o impasse na disputa para a sucessão de Juscelino Kubitschek, onde a UDN estava dividida entre “*lacerdistas*” e “bucharéis históricos”, o “movimento renovador” (futura Bossa-Nova) *versus* os “realistas” (que queria lançar o nome de Juraci Magalhães)³⁵, quando Carlos Lacerda passou a ser considerado, pela opinião pública, “como o líder nacional do partido”.³⁶

Seu forte apoio à candidatura de Jânio Quadros e a sua candidatura a governador do Estado da Guanabara marcariam o início da fase *lacerdista* dentro da UDN nacional. Ao final do mandato de Juscelino Kubitschek, em plena Convenção Nacional da UDN em março de 1959, Carlos Lacerda tornaria o principal defensor do apoio udenista para a campanha de Jânio Quadros. Izabel Picaluga, em sua pesquisa sobre a UDN na Guanabara, acredita que o empenho de Carlos Lacerda no apoio a então “insólita” candidatura de Jânio Quadros teria como objetivo se lançar nacionalmente pensando nas eleições presidenciais de 1965.³⁷ Lacerda buscava marcar posição dentro da própria UDN nacional e consolidar sua liderança no partido em detrimento dos “bucharéis”. O mesmo buscava também aproveitar o forte apelo eleitoral de Jânio Quadros junto à classe média (segmento da sociedade onde o *lacerdismo* encontrava maior repercussão), além de possibilitar certa inserção nos votos dos trabalhadores de baixa renda, que também viam em Jânio Quadros a possibilidade de ganhos sociais.³⁸

Essa ascensão nacional do *lacerdismo* marcaria ainda o distanciamento deste em relação aos “históricos” como Milton Campos e Afonso Arinos no Melo Franco e em relação à facção reformista “Bossa-Nova”.³⁹ Segundo Benevides, os dois Estados onde a UDN tinha mais força e atuação política foram Minas Gerais e o Distrito Federal (depois Guanabara)⁴⁰. A eleição de Lacerda para o governo da Guanabara em 1960⁴¹ iria aumentar a penetração do *lacerdismo* na então “caixa de ressonância nacional”, afastando as outras facções udenistas.

A partir de 1961 podemos observar, na UDN carioca, duas pautas diferentes de comportamento. De um lado, encontramos os liberais que tenderão a acompanhar as medidas políticas e econômicas do presidente Quadros, e de outro o governador Lacerda e seus simpatizantes que tenderão cada vez mais para a uma posição à direita dos demais partidos conservadores. Esta guinada para a direita, associada com atitudes personalistas de Carlos Lacerda, iniciou um processo de desagregação no interior do partido que culminou em 65 com o total afastamento das duas correntes de opinião.⁴²

Em abril de 1963, durante o governo João Goulart e já com as Reformas de Base na pauta de discussões nacionais, a convenção nacional da UDN em Curitiba indicou Lacerda para ser candidato à

³⁵ BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Op. cit., p. 108.

³⁶ Idem, ibidem, p. 114.

³⁷ PICALUGA, Izabel. Op. cit., p. 67.

³⁸ Idem, ibidem, p. 68.

³⁹ BENEVIDES, Maria Victória, Op. cit., p. 114-115.

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 230-233.

⁴¹ A vitória de Lacerda, por menos de 2% em relação ao segundo colocado, foi possível graças a divisão dos votos antilacerdistas em dois candidatos: Sérgio Magalhães (PTB) e Tenório Cavalcanti (PSP) e Mendes de Moraes (PSD).

⁴² PICALUGA, Izabel. Op. cit., p. 67.

presidência em 1965 (ficou acertado que isso seria confirmado numa outra convenção em abril de 1964), consolidando de vez a hegemonia do *lacerdismo* dentro da UDN, que vencera o "realista" Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, que era favorável a Reforma Agrária.⁴³

A despeito de disputas partidárias internas, acreditamos que o *lacerdismo* se constrói, sobremaneira, não dentro da UDN, mas fora dela, na esfera pública, através da opinião pública, contando sempre com o carisma pessoal de seu líder. Sobre o carisma do *lacerdismo*, Lacerda disse:

A idéia que se criou, muito devido ao nazismo e ao fascismo, de que carisma seja sinônimo de um fenômeno da mística autoritária, é absolutamente falsa. Não conheço nenhuma liderança democrática que não tenha carisma, que não tenha também, por isso mesmo, um efeito carismático⁴⁴ [...] o tal *lacerdismo*, no sentido do carisma [...] teve o mesmo carisma da campanha civilista do Rui Barbosa.⁴⁵

É dentro da sociedade civil que o *lacerdismo* vai tomar corpo de movimento político que se apresenta como uma alternativa para a solução dos problemas nacionais:

Quanto ao chamado *lacerdismo*, foi realmente um fenômeno que existiu e que teve várias conotações, umas muito nobilitantes, no sentido de que o *lacerdismo* seria um estado de espírito, digamos, reformador e honesto; outras mais pejorativas, como "as mal-amadas", termo inventado pelo Antônio Maria [cronista e radialista] [...] ⁴⁶

Sobre as "mal-amadas" citadas acima por Lacerda, segundo Izabel Picaluga, estaria uma das bases da força eleitoral da UDN *lacerdistas*: "As qualidades carismáticas de Carlos Lacerda eletrizaram o eleitorado feminino da classe média, principalmente funcionárias, profissionais liberais, donas-de-casa e professoras primárias".⁴⁷ Picaluga ainda diz que houve um: "número enorme de mulheres que tiraram título de eleitor justamente para votarem em Carlos Lacerda quando ele concorreu ao governo da Guanabara".⁴⁸ Destaca-se também a fundação, em 12 de junho de 1962, da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) na Guanabara, considerada o braço feminino do IPÊS⁴⁹ e que teve papel fundamental para a derrubada do governo João Goulart.⁵⁰

⁴³ LACERDA, Cláudio. **Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 66-67.

⁴⁴ Percebe-se aqui que Lacerda se esquece de ícones como o Brigadeiro Eduardo Gomes, considerado uma das maiores lideranças democráticas brasileira aos olhos da UDN, e ao mesmo tempo, reconhecidamente uma pessoa sem carisma pessoal.

⁴⁵ LACERDA, Carlos. Op. cit., p. 223.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 222-223.

⁴⁷ PICALUGA, Izabel. Op. cit., p. 151.

⁴⁸ Idem, Ibidem, p. 152.

⁴⁹ Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), entidade fundada por empresários visando promover intensa campanha contra Jango. Utilizou os mais diversos meios de comunicação na defesa da "democracia" e da livre iniciativa. Publicou artigos nos principais jornais do país; produziu uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", cursos, seminários, conferências; publicou e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas Também atuou no financiamento de outras entidades contrárias ao governo como a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a União Cívica Feminina de São Paulo.

Consideramos que dois tipos de discurso serão feitos e que formariam *lacerdismo*: um positivo (as posições que defendem) e um negativo (voltado contra seus adversários). O primeiro deles vai propor a construção do *lacerdismo* através do discurso na defesa de elementos caros aos liberais históricos brasileiros: a democracia, a liberdade individual, a liberdade econômica e o moralismo. Contudo, esse discurso positivo, que permanecerá estático por quase todo o período, não difere em praticamente nada em relação às outras facções e grupos dentro da UDN. Vai ser no discurso negativo, mais fluido e conjuntural, que o *lacerdismo* vai marcar posição dentro da UDN e, principalmente, junto à opinião pública, sendo a expressão viva (sobretudo na figura de seu líder) do *antigetulismo*, o antipopulismo, o anticomunismo, e a defesa do golpismo em nome de uma “democracia pura”.

É relevante destacar que os adversários externos do *lacerdismo* eram praticamente os mesmos que a UDN consagrou em suas campanhas nacionais. Contudo, desde seu nascimento em 1954, o *lacerdismo* vai assumindo ao passar dos anos um discurso cada vez mais radical, “raivoso” e muitas vezes golpista. Ao se aproximar de setores conservadores militares como a Cruzada Democrática⁵¹, da Aeronáutica (ligadas ao Brigadeiro Eduardo Gomes), da Marinha (como o Almirante Carlos Penna Botto, fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista em 1952)⁵² e de grupos católicos de direita⁵³, seu discurso também vai tomando feições reacionárias.

AS CRISES INSTITUCIONAIS

Na criação da UDN, o então jornalista Carlos Lacerda entra na cena política nacional atuando no *Correio da Manhã* criticando duramente o PTB e o PCB, reconhecidos por ele como os legítimos herdeiros do *getulismo*. O *Movimento Queremista* era a prova que Lacerda precisava para ligar um ao outro, ignorando (ou desconhecendo) os motivos puramente pragmáticos que possibilitaram aquela união⁵⁴. *Getulismo* e comunismo eram seus principais adversários durante os primeiros anos da redemocratização. Com a volta do ex-ditador Getúlio Vargas “aos braços do povo” sob a legalidade da democracia brasileira em 1950, foram reacesas as origens antigetulistas e antipopulistas que reafirmaram a UDN como sendo a “guardiã da liberdade e da democracia”, o partido da “eterna vigilância”. A UDN, arrependida com o acordo Inter-partidário (PSD/PTB, UDN e PR) assumido durante o Governo Dutra⁵⁵, passa a uma prática

PAULA, Christiane Jalles de. *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPÊS*. RJ: FGV - CPDOC, <http://www2.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais.asp>. Acessado em 10/01/2006.

⁵⁰ ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe - 1962/1954*. Rio de Janeiro: Mauad - FAPERJ, 2001, p. 53-55.

⁵¹ BENEVIDES. Maria Victória Mesquita. Op. cit., 1981, p. 101.

⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil. (1917-1964)*. São Paulo: FAPESP, 2002, p. 143.

⁵³ MENDONÇA, Maria Gusmão de. Op. cit., p. 95.

⁵⁴ DELGADO. Lucília de Almeida. *PTB, do Getulismo ao Reformismo, 1945-1954*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 50-51

⁵⁵ BENEVIDES. Maria Victória Mesquita. Op. cit., 1981, p. 77-78.

de oposição radical e sistemática contra o governo constitucional através da "Banda de Música" no Congresso Nacional e de ataques articulados na imprensa udenista, como a *Tribuna da Imprensa* e o *Estado de São Paulo*.

Portanto, a "metralhadora giratória"⁵⁶ volta-se novamente para Getúlio Vargas, "Rebeco, o Ditador Inesquecível"⁵⁷, que era massacrado diariamente no *Tribuna da Imprensa* sobre seu passado fascista autoritário e sua política nacionalista, outra doutrina fortemente combatida e criticada por Lacerda. Com a entrada do jornal *Ultima Hora* na grande imprensa nacional em 1951, transformando-se num fenômeno de vendas e numa forte arma de defesa e propaganda do governo federal, Lacerda tanto aumenta seus ataques quanto possibilita sua ascensão como personalidade nacional. Não demorou muito para que sua campanha demolidora voltasse também para a família de Vargas, principalmente para Lutero, seu filho mais velho ("filho rico e degenerado do Pai dos Pobres").

Mas as crises que abalaram as instituições democráticas brasileiras começam principalmente a partir de 1954. A oposição contra Vargas tornava-se cada vez mais feroz culminando em acontecimentos de violência explícita. O dramático e sangrento agosto de 1954, Lacerda agora deslocaria sua verborragia contra os "herdeiros da Carta Testamento". Com as eleições presidenciais em 1955, os "herdeiros" seriam, principalmente, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Temendo a volta do grupo político afastado em agosto de 54 com a posse de João Café Filho,⁵⁸ Lacerda voltaria com a tese da "falsa democracia" "intoxicada" pelo *getulismo* (e pelos trágicos acontecimentos de agosto de 1954). Carlos, através do *Tribuna da Imprensa*, defendia a suspensão das eleições de outubro por dois anos e a instauração de um "Regime de Exceção" onde as forças democráticas fariam a verdadeira reforma das instituições brasileiras para que assim a "verdadeira democracia" fosse criada no Brasil.⁵⁹ Com a vitória da chapa PSD/PTB, a UDN atacaria o resultado das eleições por considerarem nulos os votos dos comunistas (que apoiaram JK), já que estes estariam na ilegalidade. A "Novembrada" ou o "Golpe da Legalidade" iria marcar uma nova derrota da UDN e de Carlos Lacerda.

Em agosto de 1956, seria criado, por Amaral Netto (fundador do *Clube da Lanterna*), o semanário de direita reacionário e anticomunista *Maquis* que mantinha uma linha extremamente agressiva, aos moldes do *Tribuna da Imprensa*.⁶⁰ Ainda durante o governo de Juscelino, em outubro de 1956, Lacerda ficaria impedido por uma portaria do Ministério da Viação e Obras Públicas de fazer ataques na rádio e na televisão, perdendo bastante do seu poder de fogo. Contudo, os ataques aos "golpistas de novembro"

⁵⁶ Apelido criado pelo deputado Vieira de Melo (PSD-BA). BIAL, Pedro. Op. cit., p. 197.

⁵⁷ Lacerda, a partir de 1946, às vezes se referia a Getúlio Vargas como "Rebeco, o Ditador inesquecível" em citação ao filme americano "Rebeca, a Mulher Inesquecível" de Alfred Hitchcock que atingiu um grande sucesso e popularidade no Brasil naquela época. DULLES, John W. F. Op. cit., p. 94.

⁵⁸ BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O Governo Kubitschek, desenvolvimento econômico e estabilidade política**. RJ: Paz e Terra, 1979, p. 23.

⁵⁹ DULLES, John W. Op. cit., p. 201-203.

⁶⁰ BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O Governo Kubitschek**. Op. cit., p. 275.

continuaram e durante esse período inúmeras denúncias corrupção, escândalos⁶¹, a defesa da moralidade e os ataques ao suposto “nacionalismo getulista” conduzido por Juscelino Kubitschek em seu Plano de Metas foram suas principais bandeiras da oposição de Lacerda e da “Banda de Música”.⁶² Ainda durante o governo JK, a atuação do jornal durante as quarteladas de Jacareacanga e Aragarças, em oposição ao governo mereceu destaque. Apesar de serem consideradas pequenas crises dentro da hierarquia militar e debeladas facilmente, o jornal *Tribuna da Imprensa* se posicionou de maneira simpática aos revoltosos de Jacareacanga e cauteloso em relação ao episódio Aragarças, o que marcaria mais ainda o seu papel de “oposição” incondicional ao governo federal.

Com a vitória de Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960, seguido da sua decepção após a posse, Lacerda (também eleito governador do jovem Estado da Guanabara) e a UDN preocupados com a política externa independente (mesmo sendo conduzida por Afonso Arinos), o fantasma do comunismo voltou com força total. A conjuntura internacional ajudava a criar um clima de preocupação no início dos anos 60, com a Guerra Fria em seu auge: a revolução em Cuba, o comunismo consolidado na China e a construção do Muro de Berlim na Alemanha. Lacerda começa as pesadas críticas contra o governo na mídia.

Após a inesperada renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 – um dia após um feroz pronunciamento pelo rádio e pela televisão, feito por Lacerda contra o governo e com a acusação de um Golpe Militar em curso e o conseqüente fechamento do Congresso⁶³ – as contradições políticas no Brasil se mostravam cada vez mais insustentáveis. A ordem institucional, que já vinha sendo ameaçada desde a eleição de Getúlio Vargas em 1950, aproximava-se do seu colapso. Com a renúncia de Jânio Quadros, seguida da vitoriosa “Cadeia da Legalidade” comandada por Brizola no governo do Rio Grande do Sul e a posse de Jango, mesmo amputada pelo Golpe Branco do Parlamentarismo, abriam caminho para o aumento da radicalização política. O então governador Lacerda reprimia manifestações de estudantes pró-Jango nas ruas com a polícia do Estado e impunha censura da imprensa.

Após a vitória no plebiscito do Presidencialismo em janeiro de 1963, João Goulart começaria seu governo de fato em meio há uma crise econômica sem precedentes no período democrático. As esquerdas brasileiras, bastante mobilizadas, ganhavam força e empolgação. Luis Carlos Prestes, mesmo negando que teria dito “Nós não estamos no governo, mas já estamos no Poder”, reconhece que estavam exercendo influência no governo de Jango através dos sindicatos.⁶⁴ Leonel Brizola passava até 6 horas na rádio Mayrink Veiga pregando as reformas imediatas (“na lei ou na marra”). A reação veio com a

⁶¹ _____. **A UDN e o Udenismo**. Op. cit, 1981, p. 102-107.

⁶² Idem, ibidem, p. 239

⁶³ DULLES, John W. Vol.2. Op. cit., Vol.II. p. 53. O discurso foi publicado na íntegra em: LACERDA, Cláudio. **Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 15-25.

⁶⁴ MORAES, Denis e VIANNA, Francisco. **Prestes, lutas e autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 2ªed. 1982, p. 172.

unificação das rádios, Globo, Jornal do Brasil e a Tupi, criando a "Rede da Democracia", denunciando o "perigo comunista", a política econômica do governo e o próprio Goulart.⁶⁵

A radicalização política, tanto de direita, quanto de esquerda, impossibilitou um arranjo político por parte do governo que não teve alternativa a não ser procurar apoio junto a classes populares através dos "comícios monstros". Essa estratégia "populista", outro adversário histórico da UDN e do *lacerdismo*, iria justificar parte dos medos da direita udenista. O anticomunismo *lacerdista*, agora como governador da Guanabara, alia-se ao reacionarismo que era contra qualquer reforma na Constituição de 1946. A polarização da política brasileira, aliada ao crescimento dos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, alimentava o temor da "comunização" da sociedade brasileira dentro dos grupos conservadores e setores da Igreja Católica e da grande imprensa, além do empresariado.

A campanha para as Reformas de Base, encabeçada pelo presidente João Goulart junto à massa popular e o crescimento da figura de Leonel Brizola dentro das esquerdas – que era visto como um iminente revolucionário comunista – acirrou a disputas dentro e fora do âmbito institucional. A crise nas Forças Armadas, envolvendo questões de hierarquia, disciplina e ordem dentro da instituição junto a oficiais de baixa patente, consolidou o afastamento do governo federal com os militares. Neste quadro, a impossibilidade do governo em conseguir administrar os conflitos sociais dentro da ordem democrática, que geraram aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de "paralisia decisória"⁶⁶, resultaram na aposta golpista por grupos de ambas as vertentes políticas. Mas se por um lado, as "esquerdas" demonstraram que o seu discurso revolucionário carecia de base material e humana para ser levada além do palanque e dos cartazes, os grupos ditos de "direita" demonstraram que o processo conspiratório, a despeito da precipitada saída das tropas de Olympio Mourão Filho, já estava em estado avançado de planejamento, contando inclusive com apoio um possível logístico estrangeiro dos EUA.

CONCLUSÃO

Durante a experiência democrática (de 1946 a 1964), a feroz oposição da UDN contra todos os governos federais (a exceção do governo Dutra e no início do governo Jânio Quadros) apresentou uma vertente radical identificada como *lacerdismo*. Tal movimento nascido na imprensa, a partir de 1949, com o jornalista Carlos Lacerda através de seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, teria seu crescimento ajudado também pelo acesso do jornalista a outros meios de comunicação como o rádio e a nascente TV. Como movimento político, o *lacerdismo* cresceria tanto dentro da UDN, disputando espaço com outras vertentes e grupos, como na própria sociedade civil, através de rede de simpatizantes, clubes (como o chamado *Clube da Lanterna*) e principalmente com um eleitorado fiel e preso à figura do líder opositor.

⁶⁵ FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular**. Revista Brasileira de História. vol. 24 no. 47 São Paulo, 2004, <<http://www.scielo.br>> Acessado em 15/01/2006.

⁶⁶ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O Cálculo do Conflito. Estabilidade e Crise na Política Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Passim.

Esse movimento, classificado genericamente pela cultura política brasileira como sendo um “movimento de direita”, apresentava um discurso moralista, antiesquerdista (sobretudo anticomunista) e antigetulista (no que se refere a figura de Getúlio Vargas e a seus herdeiros políticos e ao Trabalhismo). Lacerda, que durante o Estado Novo deu sua guinada para a direita – a despeito do seu passado na ANL durante os anos 30 – passou a professar a orientação liberal na política e na economia e a defender a dita moralidade cristã ao filiar-se à UDN ao final da Ditadura Vargas.

Entretanto, como assinala Maria Vitória Mesquita Benevides, o “liberalismo brasileiro” sempre foi marcado pela ambigüidade, muitas vezes se confundido com o simples conservadorismo e reacionarismo. Mas, apesar de ser aliado político dos grupos autodenominados “liberais”, Carlos Lacerda e seus seguidores adotavam em determinados momentos um discurso nacionalista e desenvolvimentista, mesmo que isso representasse entrar em contradição com algumas de suas demandas históricas, como a não intervenção estatal na economia e a derrubada de barreiras protecionistas.

Nos momentos de crise institucional e confronto político aberto, o *lacerdismo* era a linha de frente da UDN. A construção de um líder como Carlos Lacerda e de um discurso “lacerdista” tornava-se cada vez mais inteligível, tanto para os seus leitores, correligionários e adversários. A crise do segundo governo Vargas, culminando com o atentado contra a vida de Lacerda naquele que ficou conhecido como o “Atentado da Rua Tonelero”, em agosto de 1954, e o conseqüente suicídio do presidente Getúlio Vargas, consolidou Lacerda como um ícone do antigetulismo e contra toda herança relativa ao ex-ditador.

Seguindo uma linha udenista ao demonstrar grande desconfiança em relação à vontade popular nas urnas, o *lacerdismo* professava na imprensa, nos grupos civis e na tribuna do parlamento (principalmente com o próprio Carlos Lacerda) uma democracia “pura, limpa, imaculada e verdadeira”, sem as “deformações” herdadas do Estado Novo.

Qualquer traço na legislação brasileira ou no quadro partidário que fosse identificado como herança do ex-ditador ou infiltração esquerdista, era imediatamente tomado como “prova” de que aquela democracia não era legítima e, portanto, passível de ser derrubada sem qualquer constrangimento moral. Portanto, a UDN praticava uma relação instrumental com a democracia. Esse discurso autoritário e elitista dos liberais da UDN defendia que a democracia negociada pelo Estado Novo em 1945 e consolidada com a Constituição de 1946 poderia ser derrubada por um golpe para se construir a “verdadeira democracia” – aquela onde seus interesses seriam contemplados.

O discurso lacerdista de cunho golpista continuaria mesmo em caso de mudança conjuntural. Nos anos 60, seria contra o governo “esquerdista” de João Goulart, que proponha mudanças estruturais na sociedade brasileira e no texto da própria Constituição de 1946. A radicalização de esquerda de grupos da sociedade civil e militar (sobretudo a baixa oficialidade) pedindo (ou exigindo) profundas mudanças provocou uma “reação conservadora” por parte dos grupos políticos liberal-conservadores civis e militares que na década anterior pediam a derrubada da Constituição de 46. Nesta reação, que se transforma em aberta conspiração para a derrubada do governo federal, se enquadrava numa nova onda “anticomunista”

no Brasil. A Igreja Católica, temerosa por eventuais transformações na relação sociedade civil e Igreja, entra no quadro de radicalização política e também passa a apoiar a inviolabilidade da Carta de 46.

Tal discurso golpista foi fortemente defendido e fomentado por Carlos Lacerda em seu jornal (e em vários outros órgãos de imprensa) e durante sua atuação política, influenciando e apresentando-o à opinião pública brasileira, sobretudo junto à classe média que sempre se portava temerosa em relação a qualquer movimentação radical de esquerda no Brasil. Essa atuação fez com que parte da sociedade brasileira encarasse a democracia vigente como algo ainda não consolidado, ou insuficiente para "limpar" o Brasil de qualquer ameaça que colocasse em risco o "bom caminho", que Carlos Lacerda e seus partidários traçavam e acreditavam como ideal.

Em decorrência de sua trajetória de oposição sistemática a todos os governos federais desde 1945, durante as crises do início dos anos 60, já como governador do Estado da Guanabara, Lacerda recebe um novo apodo que o acompanharia até o final de sua vida: "o Demolidor de Presidentes". Alcunha popular inclusive na imprensa européia antes mesmo da realização do golpe de março de 1964, ela tornou-se uma nova marca do jornalista, ao lado do já indelével "corvo". O *lacerdismo* nasce assim na imprensa e ganha vida na esfera pública brasileira. Dependente de uma figura carismática, o *lacerdismo* ficou marcado por uma estratégia política que buscava o confronto, a luta, a disputa. Nele não havia espaço para a conciliação, a negociação, o recuo tático, a capitulação.

UMA GUERRA PARA O BRASIL: A ALIANÇA POLÍTICA BRASIL/EUA E OS SOLDADOS DA FEB.

Marcos Antonio Tavares da Costa *

INTRODUÇÃO

Desde antes do início do Estado Novo no Brasil, sob a austeridade do governo do Presidente Getúlio Vargas, a política nacional era vista com preocupação pelos EUA. O surgimento de governos com características totalitárias, semelhantes aos existentes na Europa, preocupavam os americanos, pois ameaçavam o equilíbrio político nas Américas, o liberalismo econômico e a democracia e expunham, também, a ligação, pelo menos em seu sentido constitutivo, com aquelas nações do Velho Mundo.

Com isso, os EUA executaram medidas visando a aproximação e cooperação política, econômica, militar e cultural com seus vizinhos, por meio, no início, de conferências gerais que procuravam debater e pôr em prática acordos que fossem de interesse geral, mas que estivessem dentro dos interesses norte-americanos em evitar que os países das Américas fossem cooptados pelos membros do Eixo. E, também, eram desenvolvidos contatos entre seus diplomatas, pois esses sim, no reservado dos gabinetes, externavam os interesses de seus governantes e de seu Estado.

Logo, os americanos puderam constatar que a aproximação ou a união em torno de sua liderança teria que percorrer um longo caminho para se tornar realidade. Com um Brasil vivendo um momento de quebras de direitos e leis, ao se configurar o regime do Estado Novo, com a Argentina inclinando-se para ligações comerciais com os europeus, evitando um possível domínio americano no continente e com o restante das nações enfrentando dificuldades econômicas e sociais imensas, as propostas de se manterem próximos diplomaticamente da Alemanha e da Itália eram não só tentadoras como inevitáveis.

Para os EUA era importante agora aumentar as pressões contra o Brasil para que o comércio com a Alemanha diminuísse, e que, a cooperação militar entre os dois países finalmente saísse do papel.

Vargas também entendia a importância brasileira nesse contexto e mantinha em Washington o seu melhor diplomata, Osvaldo Aranha, que viria a ser importante no futuro alinhamento brasileiro com os norte-americanos. Para Getúlio, no entanto, a "fidelidade" brasileira não sairia "de graça". Seu objetivo de reestruturar as Forças Armadas e de implementar a indústria de base, valem a atenção ora ao liberalismo americano ora ao fascismo europeu. Era o momento, e assim entendiam os que defendiam tanto um

* Mestrando em História pela UFJF

grupo quanto o outro, que o valor das negociações brasileiras, enquanto país em busca de seu desenvolvimento, estaria em situação de vantagem.

A elite brasileira civil e militar, também se mostrava dividida. O País desde 1940 já era alvo de um intenso programa de aproximação orquestrado pelo OCIAA (The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), dentro ainda da *política da boa vizinhança*, desenvolvida em todo o continente no governo do presidente Roosevelt¹. No entanto, alguns anos antes, os alemães e italianos já gozavam de boa acolhida no seio de nossa sociedade, haja vista que, no Sul do Brasil, as colônias dessas Nações comportavam centenas de milhares de pessoas que mantinham um sentimento de pertencimento à terra de origem.

Com o alinhamento aos norte-americanos, a política de aliança entre o Brasil e aquele país tornou-se tão importante quanto as definições da guerra na Europa, pois eram vistas como a possibilidade de união de toda a América em torno do "Tio Sam". Esse alinhamento, todavia, foi à custa de idas e vindas, choques, divergências, dúvidas e por fim uma certeza quase inabalável de que o caminho escolhido era o melhor. As conseqüências que vieram com essa decisão foram, a partir dali, preponderantes para o futuro do País naquele século.

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial foi um dos resultados das relações políticas do Brasil com os EUA. As ações entre governos que atingiram o nosso País em seus diversos níveis levaram 25000 homens à Europa para lutar naquele que seria o maior conflito da História. A política, que não pode ser considerada inconseqüente, mudou rumos de muitos que acreditavam em uma vida sem sobressaltos, acostumados com um cenário de poucas mudanças, mas que, naquele mundo que rapidamente se transformava, também se adaptaram com essa mudança de situação, que foi a decisão de ir à guerra.

Levando em consideração os acontecimentos que advieram com essa política, como o bombardeio cultural, ideológico e consumista americano, a cooperação econômica e estratégica e a própria participação na guerra, como todo esse processo foi compreendido pelos soldados brasileiros que combateram na Itália? Qual é a visão dos veteranos, após passados mais de sessenta anos do conflito, sobre as razões políticas que os levaram ao maior conflito bélico da história?

2. ALEMANHA OU ESTADOS UNIDOS?

¹ TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. P. 51. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

No final de 1938, um assalto frustrado à residência de Getúlio Vargas, logo atribuído aos membros do Integralismo e apoiados pelos alemães, gerou uma grave crise diplomática entre o Brasil e a Alemanha, que já vinha instável pelas atividades nazistas no Rio de Janeiro e nas regiões de grande colonização germânica. Isto fez com que a colaboração entre os países entrasse em declínio, inclusive no campo comercial, abrindo caminho para a intensificação das relações brasileiro-americanas.²

A partir desse ano, a rivalidade entre os americanos e os alemães no Brasil passa a ser preocupação de ordem ideológica e política. No seio da sociedade da época, havia aqueles que admiravam o vigor e a disciplina da Alemanha, que sob a liderança de Adolf Hitler, transformou-se após a 1ª Guerra Mundial em uma nação forte, moderna e rica, e havia outros que apontavam o modelo de vida americano, com seu ideal de liberdade, de vida tradicional, mas que valorizava o avanço e a riqueza, como o que poderia ser seguido pelo Brasil. Osvaldo Aranha, ex-embaixador nos EUA e elevado à posição de Ministro das Relações Exteriores, é um dos que irá, como eminência parda do Presidente, procurar conduzir o governo para a aproximação com o 'Tio Sam'. Terá como duro objetivo mudar o pensamento do próprio Vargas, um líder totalitário, e membros influentes do poder, como o General Gaspar Dutra.

Mesmo com o incidente na residência do Presidente, não há rompimento diplomático com a Alemanha. A posição do Brasil deixa claro, naquele momento, que em caso de guerra com algum país das Américas sua intenção é de manter-se neutro.

Isso muda um pouco em 1940, com a derrota da França. Os militares brasileiros acreditam que o sucesso fascinante das Forças Armadas Alemãs é a resposta para qual país se aproximar. O Brasil ainda possuía muito material militar comprado à Alemanha, de posse dos ingleses por conta do bloqueio naval. Os EUA, no entanto, acenam para o pedido brasileiro em cooperar militarmente com a defesa do Nordeste, que era um local de privilegiado poder estratégico para a defesa do próprio continente e para o lançamento de apoio às tropas na África.

Neste mesmo ano, a Alemanha investe em uma aproximação com o Brasil, aproveitando-se das reticências americanas em conceder o pedidos de cooperação pretendidos pelo Estado Novo. Aranha, preocupado com a possibilidade dos nazistas voltarem a ter os acessos que tinham, alerta e cobra do EUA a ajuda prometida em negociações, mas nunca acordada oficialmente e, muito menos, executada. A pressão dá resultado e os americanos fecham os detalhes com o Brasil para fornecimento de um complexo siderúrgico, antiga reivindicação do movimento tenentista para impulsionar o desenvolvimento da indústria de base. Houve também diversas medidas de cunho econômico, como a exportação de produtos brasileiros de interesse norte-americano e a venda de material estratégico militar. A venda de

² SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. P. 149. Barueri, SP: Manole, 2003.

artigos primários, com a evolução a guerra, já em 1941, aumentam consideravelmente. Ainda sim, o Brasil mantém o comércio com os alemães, demonstrando a dualidade de suas relações e a necessidade de manter-se neutro para estar aberto a qualquer entendimento.

Nesse mesmo, os EUA são atacados em sua base naval de Pearl Harbor, no arquipélago do Hawaii, sem aviso prévio nem declaração de guerra formal. Os japoneses, responsáveis pela ação, recebem o apoio dos italianos e alemães. Para os americanos resta entrar definitivamente em guerra contra esses três países, pois já apoiava com material os aliados da Europa. O movimento de Pan-americanismo tão debatido nas conferências das Américas passa a ser uma realidade, pois a maior parte dos países do continente, incluindo o Brasil, são solidários aos americanos. Apesar de ainda não romper as relações diplomáticas com o Eixo, o Brasil, no final de 1941, recebe os primeiros militares americanos para a instalação de bases no Nordeste.

O passo em direção ao alinhamento definitivo com o mais poderoso país das Américas havia sido dado. Sob a liderança de Vargas e de Aranha, o Brasil realiza acordos importantes no campo militar, um tabu até aquele momento para os americanos, que viam com ressalvas esse tipo de apoio, de modo a evitar qualquer pretensões bélicas de seus vizinhos que não fossem de natureza defensiva. Outras negociações de cunho econômico e medidas de preparação de uma luta contra o Eixo também foram tomadas no primeiro trimestre de 1942. Melhorias no transporte foram realizadas com o objetivo de se aumentar a produção de produtos de interesse estratégico para os EUA, como o café, a borracha, o algodão e o ferro. E talvez o mais importante, os brasileiros recebem a vultuosa soma de 200 milhões de dólares, em forma *lend-lease*, para compra de material militar americano. Material este que ainda teve 65% de redução no seu valor, fazendo com que a aquisição fosse numerosa e atingisse boa parte da Marinha e do Exército brasileiro. Em contra partida, Vargas aceitou a ocupação do Nordeste e do arquipélago de Fernando de Noronha.

Ainda dentro dessa política, e como forma de definir quais os limites de acesso que ainda teriam os alemães aqui no Brasil, o governo nacionaliza as empresas aéreas Loti, de capital italiano, e Condor, de propriedade da Alemanha, utilizando também recursos advindos do capital americano. Apesar de tantas medidas duras contra os interesses dos germânicos, inclusive com o rompimento das relações diplomáticas, o Brasil ainda se considerava neutro em relação ao conflito, isto era uma forma de evitar retaliações e manter seu comércio ativo e o próprio território a salvo de possíveis ataques. Para a Alemanha, contudo, a certeza era outra: o Brasil definia seu alinhamento e abandonava sua neutralidade. Passava então a ser mais um inimigo das pretensões dos nazistas.

Ameaças feitas dentro dos próprios canais diplomáticos e o temor dos militares brasileiros, cômicos da fraqueza do país em defender seus limites, haja vista a falta de armamento, de pouco pessoal profissional e vasto território. Para piorar, a Força Aérea havia sido fundada em 1941, tendo poucos aviões, pessoal treinado e limitada capacidade de ataque. O receio então toma forma logo, com os

primeiros ataques aos navios mercantes do Brasil, realizados por submarinos nazistas³ em missões específicas de interrupção do comércio entre brasileiros e americanos. A Itália também é responsável, ao longo do conflito, de alguns desses ataques. Além das vidas perdidas em mais de 31 (trinta e uma) ações⁴ e o prejuízo causado às exportações e à uma frota naval já deficiente, o aspecto psicológico foi imenso, pois era todo um país indefeso contra alguns poucos submarinos e o crescente temor de uma invasão de nossas costas, apesar da instalação dos militares norte-americanos.

O governo protestou contra essas ações, o povo se indignou, mas agora não havia a diplomacia nem o “jogo de cintura” que caracterizou as negociações anteriores. A Alemanha, a cada navio brasileiro que ia à pique dava seu recado sobre as conseqüências da escolha de Vargas. Um caminho sem volta estava traçado em direção a uma declaração formal de guerra, o que mesmo assim foi protelada. Antes, o Brasil criou a Lei sobre Indenização por Atos de Agressão, em março de 1942, que visou o confisco de bens de pessoas e empresas oriundas de países do Eixo. Essa medida, apesar de importante do ponto de vista político, atingiu os imigrantes que viviam no país.

Para os veteranos da FEB ouvidos em depoimento, aquele foi o motivo único para que tivessem de deixar o Brasil rumo ao conflito na Europa, como afirmou o Sr Antônio de Pádua Inham, soldado de Infantaria do 11º RI de São João Del Rei:

“...com referência ao início da FEB, eu gostaria de dizer que o Brasil foi à guerra porque afundaram 32 navios nossos, matando 965, entre embarcados e tripulantes, com essa agressão, os estudantes foram às ruas e exigiram que o Brasil declarasse guerra aos alemães...”

3. O BRASIL VAI À GUERRA?

Os ataques continuaram e a opinião pública recrudesciu contra a falta de movimentação do governo em relação à situação. Protestos de estudantes e manifestações públicas pediam pela declaração de guerra. Sem alternativas, Vargas declara a guerra contra a Itália e a Alemanha em 31 de agosto daquele ano. A decisão foi aplaudida pelo povo e pelos americanos, mas naquele momento tinha apenas um caráter formal, já que não havia possibilidades nem intenção de participar efetivamente da guerra. Mesmo assim, foi determinada a mobilização geral nos quartéis. Quem estava servindo ao Exército não seria liberado ao final do serviço militar obrigatório, o General Góis Monteiro, ministro do Exército, foi um dos primeiros a aventar a ida de uma força expedicionária à guerra.⁵⁵

A posição brasileira, no entanto, era de uma imensa fragilidade e dependência aos EUA. A impossibilidade de sequer planejar de forma coordenada à defesa do Nordeste, fez com que Getúlio

³ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. P. 7. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

⁴ McCANN Jr, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. P. 237. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

⁵ McCANN Jr, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. P. 237. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

Vargas, com a aprovação de vários chefes militares, passasse ao controle de parte da Marinha de guerra brasileira a um comandante americano, o Almirante Ingram.⁶

Vargas e Aranha entendiam que o Brasil teria que buscar um aumento de prestígio internacional no pós-guerra e para isso, a possibilidade de ter voz na mesa de conversações de paz era importante, mas como conseguir essa prerrogativa se a participação brasileira era de ser apenas um portador de uma posição estratégica?

No início de 1943, um histórico encontro entre os dois presidentes, Roosevelt e Vargas, em Natal, iria dar a oportunidade do Brasil em propor uma participação na 2ª Guerra Mundial, levando o país a agir de fato e não apenas ser passivo ante aos constantes ataques de submarinos e a presença de militares estrangeiros em nosso território. Vargas também queria com isso, deixar as Forças Armadas em atividade, para deixá-las longe de intenções de conquista de poder.

Em Natal, o presidente americano demonstrou sua habilidade e liderança ao entusiasmar os brasileiros em suas intenções de estarem presentes na conferência de paz. Palavras saídas como profecia, pois a guerra duraria mais dois anos. A participação brasileira ainda não era certa, mas estava encaminhada. A preocupação, como sempre, era que os EUA mantivessem seu apoio para a modernização das forças armadas. Os americanos, no entanto, também achavam importante dotar o Brasil de melhor poder militar, de forma a equilibrar-se com o poderio argentino próximo às fronteiras⁷. Aquele país continuava a ser um pretense aliado aos nazistas e requeria atenção por parte de Washington.

A primeira vista, tudo levava a crer que o Brasil participaria da guerra com tropas no terreno, mas não era fácil assim. Os militares americanos viam com ressalvas, o fato de ter que apoiar a formação inteira de uma Força Expedicionária de um país estrangeiro, para participar conjuntamente da guerra que os absorvia em tempo e dinheiro, mesmo que seu presidente concordasse com isso. Já tinham recusado uma proposta semelhante feita pelo México, justamente por problemas de transporte, de treinamento e de suprimento em alimentação, armamento, fardamento, etc... Houve inclusive a negativa do Exército americano em receber oficiais brasileiros para estagiarem como oficiais de ligações na Europa. Assim é interessante o que disse um adido militar americano no Brasil sobre o assunto: "o entusiasmo brasileiro de participação não pode continuar a ser descartado de maneira desdenhosa sem conseqüências prejudiciais à atitude do Brasil em relação à guerra e seu aliados"⁸.

As opiniões divergentes entre brasileiros e americanos continuaram durante muito tempo, mesmo após um acordo, em agosto de 1943, que resolveu positivamente sobre a sonhada participação, que teria a formação de três divisões de infantaria nos moldes americanos.

⁶ McCANN Jr, Franck D. Op Cit. p 235.

⁷ McCANN Jr, Franck D. Op Cit. p 256.

⁸ McCANN Jr, Franck D. Op Cit. p 275

Para o governo dos EUA, a intenção de levar ao conflito uma outra nação americana fortaleceria sua posição como líder no continente⁹, afinal, nesse período não havia mais guerra na África, deixando o Nordeste de ter a grande importância estratégica de outrora. A questão agora era outra: como formar a Força Expedicionária? Na visão dos soldados da FEB, no entanto, a decisão de ir à guerra era um desafio feito ao Brasil, chamando-os à responsabilidade que lhes cabia, como disse o Sr José Maria Nicodemos, cabo chefe de peça de morteiro 60 mm do II batalhão do 11º RI:

“...o Brasil assinou um compromisso de envio de tropa de infantaria para lutar na Itália, com quem assinou? Com os aliados. Quem eram os aliados? Eram os ingleses, capitaneados pelos americanos. Existiam outros: os australianos, os canadenses, os poloneses, os franceses. Tropas da Índia, que estiveram em nossa região. O Brasil assinou um compromisso, e eu entendi que, sendo um militar naquele dia, naquele momento, eu tinha que obedecer o que tinha sido tratado...”

Nesta frase, observa-se a dimensão que a política de guerra do Brasil foi sentida pelos soldados da FEB.

4. UMA GUERRA PARA O BRASIL.

O alto comando brasileiro, nas mãos de alguns generais germanófilos, levantava suspeitas e desconfianças por parte do governo americano. A possibilidade, por mais remota que fosse, de uma tomada de poder por esses homens, com o imediato apoio aos países do Eixo, intrigava tanto aos diplomatas quanto aos militares.

Para os brasileiros a situação não era melhor. Após os acontecimentos de ter navios mercantes afundados sem uma resposta militar à altura, bases americanas instaladas no Nordeste para nossa própria defesa e até o comando de uma parte de Marinha de guerra entregue a um americano, o Brasil teria agora que ganhar a confiança do seu aliado para poder enviar uma tropa ao combate, mesmo que tudo, desde o fardamento até o armamento, passando pelo transporte e instrução, fossem americanos. Para o sentimento de honra brasileira, não havia outra saída do que realmente haver uma participação efetiva e digna.¹⁰

Os problemas para formar a FEB foram inúmeros e agravados pela falta de habilidade dos chefes militares em administrar a situação. Tudo, claro, observado e criticado por muitos opositores e observadores militares americanos.

As unidades do Exército eram poucas e espalhadas em um vasto território, os americanos queriam que as tropas do Nordeste fossem escaladas para a guerra, mas Dutra temendo desguarnecer as bases e deixá-las nas mãos do EUA, resolveu escolher quartéis do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, completados por soldados vindos de todo o Brasil. Isso acarretou em muito tempo para

⁹ McCANN Jr, Franck D. Op Cit. p 277.

¹⁰ McCANN Jr, Franck D. Op Cit. p 284.

selecionar, reunir e tentar treinar essa tropa, o que não foi possível antes do final de 1943, época em que havia sido prometido o envio da 1ª divisão.

A falta de interesse da população brasileira só piorava a situação. Poucos eram voluntários para a FEB, pois não houve um programa de conscientização em prol da participação, os salários eram baixos e as condições eram péssimas. O efetivo selecionado não era dos melhores homens da sociedade, mas de pessoas de pequenas cidades, de pouco estudo, muitos subnutridos e com doenças próprias da pobreza. Até mesmo os oficiais de carreira formados nas academias militares não se entusiasmaram com a possibilidade de combaterem. Segundo o general Brayner, chefe do estado-maior da FEB: “ O povo brasileiro acreditava mais no carnaval e no campeonato de futebol do que numa força expedicionária lutando ombro-a-ombro com os aliados e cara-a-cara com os alemães”.¹¹

No dia 02 de julho de 1944, o navio de transporte de tropas General Mann, zarpava do porto do Rio de Janeiro conduzindo os primeiros cinco mil homens para a guerra na Europa. Não haveria mais a três divisões prometidas, mas somente uma para representar o país. Naquele momento, poucos sabiam onde seria o local de chegada, pois não foi facultado aos soldados informações ou a possibilidade de despedidas. A razão disso para alguns, foi o sigilo devido a ações de sabotagem dos nazistas, para outros, receio de deserções em massa, já que a demora em partir levou-os a acreditar que a FEB não sairia do Brasil, o que criou o bordão de que era mais fácil uma cobra fumar do que a FEB embarcar.

Afinal, duas semanas depois, os militares chegaram na Itália. Estariam sob o comando do General Mark Clark, comandante do V Exército Americano, o qual a FEB estaria subordinada.

Na Itália lutavam forças multinacionais, como soldados da Índia, da África do Sul, da Grã-Bretanha e do Canadá. Mark Clark era jovem e aberto a qualquer ajuda em prol do objetivo de vencer a guerra, ele sabia da importância da FEB para as Américas, e iria “proporcionar todas as oportunidades de (a FEB) fazer uma boa apresentação”.¹²

Era fato também que Clark havia perdido nove divisões que foram transferidas para a invasão da Normandia, ocorrida 1 (um) mês antes. Bem antes do que imaginava, a FEB seria empregada definitivamente nos campos de batalhas. Antes, porém, passaria por dificuldades causadas por falta de entendimentos quanto à distribuição de material militar na Itália, pelo idioma inglês e italiano, pelo terreno e pelo clima (em dezembro daquele ano o clima ficaria ainda mais cruel com o pior inverno em cinquenta anos), com o choque entre culturas diversas, com a estranheza dos militares americanos e ingleses diante da presença brasileira em combate e com a constatação da falta de preparo de nossa FEB. Para os brasileiros, estar lutando ao lado dos aliados era uma oportunidade de conhecer e comparar não somente culturas, mas serem testemunhas de como os aliados encararam o conflito, como testemunhou,

¹¹ BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB**. P. 292. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

¹² CLARK, Mark W. **Risco calculado**. P. 323. Rio de Janeiro: Bibliex, 1970.

quase em deslumbramento, o Sr Geraldo Teixeira Rodrigues, que participou da guerra como sargento do pelotão de sepultamentos:

“...eu chegava no front, tinha uma cozinha lá e eles estavam pagando a comida, eu entrava na fila, olhava para trás e tinha major, tinha tenente...eles não furavam a fila não, é que aqui é tudo separado, isso me revoltou, de sair de um exército liberal (referindo ao americano) e ir para um exército prussiano (referindo ao brasileiro), de jeito nenhum....”

Em 16 de setembro de 1944, todavia, a FEB entrava definitivamente em guerra contra as tropas nazistas, ainda que apenas com 6º Regimento de Infantaria de Caçapava – SP, já que o restante ainda estava por vir de navio do Brasil. O tempo mostrou que a desconfiança de parte dos brasileiros e dos americanos não se confirmou nas lidas da guerra. Os soldados brasileiros, levando em consideração os problemas que pontilharam sua jornada do início da formação até o fim da guerra, não obstruíram uma participação digna e satisfatória daqueles homens que deram melhor de si em todas as ações em que houve a participação da FEB.

CONCLUSÃO

Após a vitória na Segunda Guerra, a paz se instalou no mundo, dando lugar à disputa entre o capitalismo e o comunismo. O Brasil, antes o “bom vizinho”, foi gradualmente posto como mais um na lista de países do terceiro mundo das Américas, os quais os EUA não mais se preocupavam, a não ser que estivessem sob o perigo da “ameaça comunista”.

Os anos que antecederam o conflito foram importantes para a afirmação brasileira no cenário mundial, não somente por causa de sua participação com tropas na Europa, que como disse, foi digna e satisfatória, mas como também, para restabelecer a democracia aqui e no mundo, para confirmar sua liderança no sub-continente sul-americano, por meio de seu processo diplomático e político e para impulsionar sua economia e seu setor militar, como queria Vargas. A sonhada vaga na conferência de paz não se concretizou. Os EUA não mais se aproximaram da América Latina e do Brasil como naqueles anos, mas deixaram marcas de sua cultura nessas sociedades, e que continuam presentes hoje em dia, facilitando a absorção de mais e mais elementos de vida norte-americana.

Para o soldado brasileiro que esteve em guerra, a política Brasil-EUA foi conhecida não por esse nome, mas de forma direta, pois foram produtos desta política. Foram escolhidos, treinados, vestidos, passaram por sofrimento e, alguns, morreram por ela. Foram chamados de irmãos pelos americanos, lutaram ao seu lado e quase se tornaram pessoas como eles. E, no final, tiveram por pouco tempo seus momentos de glória, que o próprio tempo e a memória do povo teimam em enterrar. Para eles, a aliança entre brasileiros e americanos ainda não foi desfeita, ela vive nas lembranças dos que participaram da Segunda Guerra Mundial.

Os vários impérios de Portugal: pequeno ensaio sobre a sociedade marianense setecentista

Michelle Cardoso Brandão
Mestranda em História - UFJF

Resumo:

As experiências vivenciadas na Vila do Carmo (Mariana) do século XVIII muito têm em comum com a atmosfera observada no "centro" do Império. A dinâmica social presente nas Minas Gerais, bem como os costumes imersos nas práticas cotidianas, a disseminação do poder, o fortalecimento da elite local e seu próprio conceito são, em boa medida, reflexos de uma mentalidade e de experiências também verificadas em Portugal.

Trata-se de uma atmosfera cujo direito canônico incidiu fortemente e a moral cristã era algo intenso no desenrolar das relações, tendo também a família e a solidariedade, neste contexto, um importante e fundamental papel.

Pretende-se, pois, neste pequeno ensaio, desenvolver uma reflexão acerca da formação da sociedade colonial em face às suas peculiaridades e consonâncias com aquela que, à priori, seria a sua genitora: Portugal. Assim, o objetivo aqui não é tão pretensioso: busca-se tornar mais compreensível e clara as diversas dimensões da sociedade colonial, apresentando, em caráter de experimentação, as possíveis vivências observadas na elite colonial de Mariana do século XVIII.

Abstract

The experiences lived deeply in the Vila do Carmo (Mariana) from the 18th century very have in common with the atmosphere observed in the "center" of the Empire. The present social dynamics in the Minas Gerais, as well as the practical immersed customs in the daily ones, the dissemination of the power, the empowerment of the local elite and its proper concept is, in good measure, consequences of a mentality and experiences also verified in Portugal.

One is about an atmosphere whose canon law happened strong and the Christian moral was something intense in uncurling of the relations, also having the family and solidarity, in this context, an important and basic paper.

It is intended, therefore, in this small assay, to develop a reflection concerning the formation of the colonial society in face to its peculiarities and accories with that, firstly, it would be its "metropolitan progenitor": Portugal. Thus, the objective is not so pretentious here: one searches to become more understandable and clear the diverse dimensions of the colonial society, presenting, in character of experimentation, the possible experiences observed in the colonial elite of Mariana from the 18th century.

Palavras-chave

Poder, império, colônia, câmara municipal.

Tags , Key words

Power, Empire, Colony, City council

O tema Brasil - colônia sofreu uma vertiginosa modificação de eixo, pelo menos no que se refere à metodologia de pesquisa e à abordagem da temática. A "escola do Rio" na década de 70 iniciou este processo e promoveu uma transformação no modo pelo qual se pode ver e estudar o tema. Isso significou uma abertura de possibilidades pertinentes aos estudos cuja temática trabalha com essa nova perspectiva de análise do período colonial que prioriza, sobretudo, a diversidade local, bem como sua intensa rede de relacionamentos fomentadora de uma elite em processo de fortalecimento, a dinâmica local, sua relação com o centro numa perspectiva multifacetada; mais ainda, o estudo maciço de fontes antes não visitadas: como os registros de caráter mais local. Assim, mais que simples alimentadora das necessidades do centro, a periferia (colônia) faz parte de um Império promissor e que se fazia, ao mesmo tempo, autônoma (num sentido local) e frutífera (no sentido do desenvolvimento das políticas reais no ultramar). Nesse ínterim, este trabalho se encaixa no rol daqueles que tem demonstrado que

"a visão de pacto-colonial, baseada em visões dualistas, polarizadas, ou mesmo bipolarizadas, necessita ser recolocada a partir de uma perspectiva mais aberta, mais holista e flexível, que seja mais sensível à fluidez, permeabilidade e porosidade dos relacionamentos pessoais, do comércio, da sociedade e do governo dos impérios, assim como a variedade de nuança de práticas e crenças religiosas (...) Ou seja, no sentido de "se relativizar a excepcional importância conferida à metrópole na historiografia" (...) "destacando uma reavaliação do Antigo Regime e do grau que o Brasil e outras partes do Império encontravam-se perpassados pelas mentalidades e práticas do Antigo Regime".¹

A atuação da Coroa portuguesa no ultramar foi capaz de possibilitar o processo de autonomização e fortalecimento do poder local. Se a historiografia tradicional aponta para a centralização do poder, ações cotidianas expressas na vida social da colônia evidenciam a paulatina formação de uma elite local voltada para interesses pessoais e da comunidade na qual estava inserida. Assim, longe de a Coroa ter cerceado o poder local, acabou potencializando-o e isso pode ser ratificado através de dois mecanismos mais evidentes: o caráter polissinodal burocrático português (o aparelho burocrático tinha autonomia funcional, ou seja, tinha a Coroa somente como centro de emanação de poder) e a venalidade dos cargos burocráticos inseridos no sistema de troca de favores/mercês, entre rei e municipalidade.

Nesse sentido, torna-se mais perceptível o modo pelo qual se configurou as relações sócio-culturais, políticas e econômicas no além mar. A noção de império permite o entendimento da realidade

¹ C.f. FRAGOSO, J., BICALHO, F., GOUVÊA, M. de. *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Pág. 14 -16

colonial, também como reflexo de experiências vivenciadas no centro e cuja visão de mundo partilhava das concepções do Antigo Regime. Assim,

"Os indivíduos que foram para o ultramar levaram consigo uma cultura e uma experiência de vida baseadas na percepção de que o mundo, a 'ordem natural das coisas' era hierarquizado; de que as pessoas, por suas 'qualidades' naturais e sociais, ocupavam posições distintas e desiguais na sociedade (...)" podendo ou não, de acordo com seu merecimento "ser recompensadas com mercês – títulos – ofícios e terras".²

A visão de mundo e as relações tanto no centro, quanto, posteriormente, na periferia estavam pautadas numa economia moral cristã cuja origem teológica do princípio e da justiça norteavam as relações e também se desdobravam em práticas jurídicas de cunho canônico, ou mesmo simples relacionamentos cotidianos e sociais. Não podendo se esquecer, que se trata de uma sociedade em que o mundo transcendental incidia direta e fortemente nas leis da vida, principalmente no tocante à moralidade das relações. Nesse sentido, as sociedades ibéricas eram peculiares pelo seu próprio caráter e formação.

A sociedade de Antigo Regime teve o seu projeto social baseado na justiça distributiva ³ e ao mesmo tempo numa forte hierarquização social. Segundo Giovanni Levi, entender o direito canônico e as noções de equidade, analogia e reciprocidade esclarecem, em boa medida, o modelo relacional da sociedade ibérica. Portanto, nessas sociedades a equidade tinha um papel de amenizar os conflitos e homogeneizar, equilibrando as diferenças sociais vigentes. Os valores de boa vontade, amizade, dom e contra dom estavam acima dos valores econômicos e regiam, em boa medida, todas as relações sociais, neste período. Sua finalidade era de construir uma sociedade igualitária, reconhecendo o direito comum, mas reafirmando, contudo, a hierarquização social. Nesse sentido, Polanyi diz existir inúmeras reciprocidades, ao passo que são multiplicadas nas relações entre grupos ou pessoas, o que estabelece as relações de reciprocidade no âmbito da equivalência. ⁴

"um sistema de reciprocidades no es, pues, el polvillo de los actos de reciprocidad, de don y contadón, que tiene lugar en ocasiones difernetes, según um ceremonial que impide cualquier noción de equivalência, porque a menudo lãs actitudes personales individuales carecem de efectos sociales. Solo em um ambiente organizado simetricamente, lãs actitudes de reciprocidad darán lugar a instituciones econômicas de certa importância. (...) A menudo el comportamiento adecuado es el que se inspira en la equidad y la consideración do outro, o que por lo menos parece inspirarse em ella, y, em consecuencia, es diferente de la actitud strict júris (grifo do autor) de la ley antigua (...). La costumbre de los dones recíprocos no va

² *Op. Cit.* Pág. 24

³ LEVI, Giovanni. *Reciprocida Mediterrânea*. Segundo o autor, muitas vezes o todo é consequência da justiça distributiva. Assim faz-se um donativo e lhes concedem outra mercê, cometendo assim, um ato de justiça distributiva, contando que exerçam aquilo que podem dispor livremente sem molestar a posição social do outro e com a devida proporção da circunferência do seu centro de mérito, não sem esta condição (...). O prêmio só tem valor dado àquele que tem mérito, nisso reside a justiça (...). Pág. 109

⁴ *Ídem.* Pág. 107

*casí nunca acompañada de duras prácticas contractuales. Sea cual fuere la razón de la elasticidad que lleve a preferir la equidade al rigor, tiende claramente a desalentar las manifestaciones de egoísmo en las relaciones de reciprocidad basadas en el dar e toma”.*⁵

Levi demonstra que a equidade tem a mesma raiz de um sistema jurídico que aspira organizar uma sociedade estratificada, mas móvel, em que convivem muitos sistemas normativos no esforço de conhecer o que é justo para cada um, de acordo com sua posição social e merecimento. O conceito permite explicar os esforços classificatórios característicos das sociedades de Antigo Regime, que visam definir de maneira estável as condições sociais em que se reconhecem privilégios específicos.

Ainda, neste contexto, a analogia aparece num vize que vai além das práticas cotidianas e corriqueiras, perpassando até o aspecto e o exercício jurídico. Ela se encontra num âmbito mais legal, no sentido da prática do Direito Jurídico, sua função integradora possibilita tornar semelhante a relação entre os indivíduos, mesmo estes sendo completamente diferentes; assim a equidade impõe um procedimento analógico como instrumento central do direito. Deste modo, *“es preciso destacar que todos los ordenamientos que tienden a la individualización de la pena, de gran predominio em las sociedades desiguales y jerárquicas del Ancien Regime, utilizan com amplitud la analogia”.*⁶

No geral o que se observa é que a equidade ocupa um papel central na experiência dos países católicos, como critério dominante de justiça distributiva numa sociedade corporativa e hierárquica. Assim, a compreensão destes conceitos pode ser convertida no entendimento do critério do conjunto das interações e regulação de todos os aspectos sociais, políticos e econômicos das sociedades ibéricas.

Essas sociedades podem ser mais bem visualizadas tomando-se por base a jurisprudência medieval e sua influência na economia moderna. As noções de dom e contra dom, neste aspecto, ficam mais claras e a sociedade colonial que pretende-se trabalhar aqui, expressa pela elite local setecentista de Mariana, mais especificamente aquela parcela componente do *corpus* de oficiais da Câmara Municipal, se torna mais inteligível.

Bartolomé Clavero, em estudo sobre a Antropologia Católica e a Economia Moderna, utiliza-se do conceito de Antídora, para ratificar o ato de dar e receber, reconhecido desde o século XIII, como algo que excluía a usura; ou seja, o doar concretizava-se de modo subjetivo, como expressão da graça, ou mesmo *Grátis Dans* que num primeiro momento significaria o exercício de uma graça religiosa, no que se refere à disposição de bens no campo econômico; mas que acabou perpassando todas relações no centro e na periferia no período colonial. *“La condena de la usura lo era de la intención: la ‘usura mental’ es su objeto último. Se acepta el juego limpio de la gratitud, esto es, ‘la contradonación o antidora autorizada por el derecho romano’, la cual solo resulta reprobable si su expectativa há motivado la primera prestación danosa”.*⁷

⁵ *Ibidem*. Pág. 108

⁶ *Ibidem*. Pág. 121.

⁷ CLAVERO, Bartolomé. *Antídora: antropologia católica de la economía moderna*. Pág. 15.

O autor, num exercício antropológico, busca conceitos que definam as relações observadas neste tempo e espaço, mas que se portam como algo atemporal, enfocando a relação usura, dom e contra dom. Verifica-se, pois, no ato de doar, algo que é superior, mas este exercício é visto deste modo, somente se são respeitados os princípios hierárquicos, bem como o do merecimento.

Foi comum no período colonial, iluminados por uma prática recorrente na Idade Média bem característica de uma sociedade hierarquizada e temente a Deus, o exercício daquilo que Marcel Mauss denomina economia do dom e do contra dom. Segundo Carla Almeida em sua tese de doutorado intitulada: *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em minas colonial: 1750-1822, "a 'economia do dom' de Marcel Mauss é o caminho mais utilizado para compreender essa sociedade pautada no sistema de mercês e concessão de honrarias"*⁸. Assim, ao prestar alguma graça ao Rei, o indivíduo era reconhecido por meio de mercês e se submetia à obrigação de responder a esta graça, o que formaria então, teias de relacionamento, dependência e clientelismo do ultramar à metrópole. Além disso "o ato de dar em si honorificava o próprio ofertante. Numa sociedade na qual a honra distinguia os homens, ofertar era forma de torná-la pública, extraindo daí status social e ganhos políticos"⁹.

A sociedade ibérica teve na Igreja Católica um importante ente, instituição, esta por sua vez, em boa medida, inferiu claramente nas diversas relações sócio-culturais e econômicas do período. A moral cristã, segundo Clavero, combate à usura, assim as sociedades católicas desenvolveram relações no sentido de doar sem interesse, configurando aí, a prática do dom e do contra dom. Nesse sentido, o dinheiro e os bens materiais e imateriais nas sociedades ibéricas no período em questão tinha uma função de equivalência, tornando a reciprocidade algo central nas relações, daí a razão de ser das mercês que tanto os reis distribuíam. Claro que estas são também, um modo de se pulverizar o poder real no ultramar, distribuindo mercês, os reis asseguravam aliados e a implantação das suas políticas nas distantes terras imperiais. "No podía haber entonces una economía de la justicia, sino de la caridad, no de igualdad, sino la reverencia, no de la equivalência, sino de la piedad".¹⁰

A família neste contexto tinha um papel fundamental, tratava-se de uma oiconomia, ou economia familiar e a "economia do dom fazia com que as instituições políticas fizessem subordinadas às relações familiares e de amizade"¹¹.

"Es entoces el espacio. Era el universo. No hacía falta otra concepción porque existía, entonces realmente existía, la familia. Es el elemento de base; por su agregación se nos há dicho que se compone la sociedad. Realmente el ordenamiento solo conoce como unidades a

⁸ Almeida, Carla Maria de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em minas colonial: 1750-1822*. Pág. 249.

⁹ FURTADO, Júnia. *Homens de negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. Pág. 63.

¹⁰ CLAVERO, Bartolomé. *Op. Cit.* Pág. 162.

¹¹ FURTADO, Júnia. *Op. Cit.* Pág. 56.

*unos cuerpos familiares; dicho de outra forma, extraña para la época, desconoce como sujeto social al individuo*¹².

Na família e na religião, residiam, pois, virtudes como a bondade e a equidade, que não se restringiam àqueles espaços, mas vivenciado, também, nas práticas que emergiam das relações em sociedade, tais como o mercado e a mercê; não vislumbrando apenas o lucro, no sentido ilícito da usura, mas engrandecendo-o no aspecto da generosidade gratuita. Nesse sentido, não há retificação melhor que a de Levi em Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII, aonde analisa estratégias familiares e individuais, visando à lógica dos comportamentos econômicos e do funcionamento do mercado de terras; que por sua vez fora regido pelos laços de amizade e parentesco.

Sob estes aspectos residiam os alicerces da sociedade marianense setecentista, que herdou do outro lado do oceano uma parte considerável de sua cultura, suas práticas sócio-econômicas e políticas, bem como sua mentalidade característica de Antigo Regime.

Mariana colonial teve no ano de 1711 o marco do início de funcionamento da Câmara Municipal, a qual operou deste ano até 1808. É perceptível como todas aquelas questões relacionadas ao direito canônico e à moral cristã incidiram neste cenário, de modo a estabelecerem redes de relacionamento tão importantes que se tornaram capazes de atuar no processo crescente de autonomização da elite local, bem como no processo de implementação de políticas que visavam assegurar o poder do centro na periferia. A Câmara Municipal tinha como funcionários um *corpus*, a elite local, esta elite da terra se diferenciava da elite reinol, sobre isso Nuno Monteiro¹³ aponta que, a primeira, tratava-se de uma categoria social que se afirmou cada vez mais na perpetuação do status de elite e das relações sociais de clientelismo daí decorrentes, enquanto que a segunda se configurava numa categoria institucional.

Os oficiais camarários não eram indicados pela coroa, mas eleitos entre os “principais da terra”. Decerto não poderiam ter o peso de sangue negro, mouro ou judeu correndo em suas veias. Configurava-se, pois, numa “elite local” não necessária e diretamente portuguesa e de gênese nobre, mas que poderia ter alcançado a condição de nobreza no decorrer de sua vida através do merecimento e/ou aquisições. É importante, ainda, salientar que a nobreza era adquirida sempre por mérito, do próprio indivíduo ou de seus antecedentes. Mesmo quando havia compra de ofícios, esta não se efetivava de modo declarado e o rei tinha que confirmar a passagem do ofício para o novo proprietário, o que exigia que este demonstrasse suas qualidades. Deste modo, a ocupação de cargos institucionais importantes abria a possibilidade de se fazer valer o desejo colonial em detrimento ao da Coroa.

Neste sentido, a propriedade de ofícios no período colonial foi uma fonte de incentivos para essa elite colonial, que tinha acesso aos cargos, também, por meio da *'economia do dom'*. Em termos gerais, o

¹² CLAVERO, Bartolomé. *Op. cit.* Pág. 163

¹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. *In: História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)*. Pág. 291.

Grátis Dans era gratificado em algum momento da vida por meio de uma dádiva, ou mercê; esse processo constituía as denominadas redes clientelares, por Antônio Manuel Hespanha, na mesma temática, ressaltando a questão da ciência do ato, Mafalda Soares da Cunha o chama de redes de agregado de interesses, "*e de solidariedades traduzidos em escolhas, em opções diversificadas, dependentes em grande medida do lugar que cada um ocupava na sociedade, e mais restritivamente, na rede*"¹⁴ verificando aí a consciência e a intencionalidade no que se refere ao receber de volta o benefício oferecido, este "era o primeiro ganho imediato da economia do dom, para aquele que fazia um gesto aparentemente desprendido".¹⁵ Sob este aspecto, penso serem tais práticas do dom e contra dom, algo claramente característico daquelas sociedades regidas pela moral cristã, mas que, sobretudo transformavam o *Grátis Dans*, pelo próprio caráter hierárquico da sociedade, em uma possibilidade de ascensão social. Isso se configurava em,

"Conjuntos de interesses e solidariedades traduzidos em escolhas, em opções diversificadas, dependentes em grande medida do lugar que cada um ocupava na sociedade e, mais restritivamente, na rede. Mas revelavam, igualmente, as intencionalidades, motivações e até as possibilidades de elaboração de cálculos estratégicos face às oportunidades disponíveis e aos contextos em que se inseriam".

Minas Gerais, nesse ínterim, constitui uma especificidade. O fato dos ofícios aí pertencerem diretamente à Coroa, facilitava o acesso a eles através de mercês e dádivas.

A venalidade de cargos burocráticos e a troca de favores entre Coroa e elite local, colaboraram para o processo de autonomia dessa elite, bem como para seu crescente fortalecimento ao longo do período colonial. Os oficiais camarários mesmo não sendo indicados pela Coroa possibilitou a "cristalização das oligarquias locais, sobretudo porque interviu de modo a garantir que os ofícios nas vereações e os cargos nas ordenanças fossem ocupados pelos principais da terra."¹⁶

Nessa perspectiva, visa-se buscar informações que retifiquem o modo pelo qual a própria burocracia portuguesa trasladada para a colônia e a mentalidade característica de Antigo Regime, foi capaz de desenvolver mecanismos potencializadores do poder local, e dessa forma, como os indivíduos envolvidos nas redes de poder garantiram algum proveito dessa economia do dom: situação verificada no espaço marianense colonial.

Assim, o entendimento das trajetórias individuais passa a ser um ponto necessário e importante para o estudo das relações entre poder local e central no período em questão; principalmente no que se refere às conseqüências dessa relação para o composto social da colônia no período.

¹⁴ CUNHA, Mafalda Soares. *A Casa de Bragança 1560 – 1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Pág. 42.

¹⁵ FURTADO, Júnia. *Op. Cit.* Pág. 63.

¹⁶ C.f. BICALHO, Maria Fernanda. Cidades e elites coloniais: redes de poder e negociação. *In: Revista Vária História*.

Deste modo, recriar estes grupos baseado na identificação do nível de relacionamento entre os indivíduos, bem como na identificação dos laços que os unia, permite recriar pelo método prosopográfico a conexão entre eles e mais, superar a pesquisa quantitativa, testando este grupo em várias outras esferas, resultando na visualização de um sistema sócio-econômico e político bem mais amplo e pertinente às práticas deste período. Através da lista nominativa de oficiais camarários, constituída via inventariado dos livros de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mariana (1711-1800), vislumbra-se estudar a elite local marianense, representada por esses oficiais, bem como o tipo de relação existente entre centro e periferia neste contexto. Analisando assim, as trajetórias individuais desses oficiais (escrivãos, tesoureiros, procuradores, recebedores camarários, por exemplo) a fim de aquilatar o peso que teve nas mesmas a participação em tais ofícios.

Percebe-se neste contexto, o modo pelo qual, questões ligadas à moral cristã, ao direito canônico, expressas pelas mentalidades típicas de Antigo regime e dos países ibérico, incidiram de forma peculiar e direta nas relações constituintes destas sociedades.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em minas colonial: 1750-1822. *Tese de Doutorado*.

ANASTAZIA, Carla. *Vassalos Rebeldes: a violência em Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____. As câmaras ultramarinas e o governo do império. *In: O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cidades e elites coloniais: redes de negociação e poder*. Varia história, nº 29, p. 17 – 39. Belo Horizonte, 2003.

BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415 – 1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

CLAVERO, Bartolomé. *Antídora: antropologia católica de la economía moderna*. Milão: Giufre, 1991.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança 1560 – 1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Espanha, 2000.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

_____. *História de Portugal: O antigo regime (1620 – 1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

- _____. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas apresentações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1998.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480 – 1620)*. Lisboa: Editorial Estampa. 3º Vol., 1997.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. In: *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e uma atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In: *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SUBTIL, José Manuel. A administração da coroa. In: *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480 – 1620)*. Lisboa: Editorial Estampa. 3º Vol. pp. 75-89, 1997.
- SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: *A suprema corte da Bahia e seus juizes: 1609 – 1751*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

Relatos de viagem e a construção da identidade do lugar¹

Patrícia dos Santos Franco²

Resumo:

Este artigo pretende debater a função da literatura de viagem na comunicação turística e, conseqüentemente, sua importância na formação da imagem do lugar. Considera o papel da literatura de viagem no registro experiência turística e da vivência do lugar por não-nativos e/ou não-residentes. Busca compreender estes relatos tanto como meio de preservação da memória individual quanto coletiva avaliando sua validade na percepção dos costumes e da paisagem e na construção interna e externa da identidade local. Também entende a literatura de viagem como potencial sucedâneo da experiência de deslocamento físico-espacial do turismo, gerando a fruição indireta do lugar através da leitura.

Os olhares de viajantes e turistas:

Ao refletir sobre a diferenciação entre viajante e turista, Ferrara³ entende que viagem e turismo, embora tenham como objeto o deslocamento, se apresentam com abordagens bem distintas: o termo viagem se define como "um olhar que se desloca", num movimento de grande angular/panorâmico/sem cortes, que pode ser interpretado como o olhar que busca o além, o que se projeta adiante do visível, do óbvio. O turismo por sua vez é entendido como o "olhar que se concentra"⁴, a lente de aumento/zoom que busca o detalhe, é o olhar treinado/seletivo/editado que já sabe o que deseja ver/conhecer. Ferrara⁵ conclui que o que diferencia essas duas instâncias são as motivações que as impulsionam.

Desse modo, Sousa⁶ entende o termo viagem como uma busca do desconhecido que envolve principalmente o prazer da descoberta do espaço em todas as suas instâncias, sejam elas, sociais, culturais e/ou históricas. O olhar do viajante é um olhar que se caracteriza por uma abertura que permite o conhecimento do outro, pois, como convém observar, é sob esse aspecto que as diferenças e as similitudes identitárias se estabelecem e se confrontam. O viajante, de uma forma geral, é movido primeiramente por um sentimento de liberdade, de vontade, do desejo de ir em busca do dessemelhante, onde a "experiência da viagem permite fremir o eu excitado pelos novos panoramas e [pelos] novos contatos"⁷.

¹ Trabalho apresentado no I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e o Núcleo de Estudos em História Social da Política

² Mestranda em História do PPG em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Msc in Tourism Management and Planning pela Bournemouth University, graduada em Comunicação Social pela UFJF.

³ FERRARA, L. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 199. p. 15 – 24. p.17

⁴ FERRARA, L. p.19

⁵ FERRARA, L. p.19

⁶ SOUSA, M. G. . Viajante/turista - categorias em discussão com base no filme "O céu que nos protege" ,de Bernardo Bertolucci. Revista Espaço Acadêmico junho 2004, v. 37, 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/037/37esousa.htm> Acessado em 20/10/2006.

⁷ FERRARA, L. p.19.

O olhar do turista, por outro lado, é direcionado para aspectos que se diferenciam e se separam da experiência de todos os dias. Segundo Urry⁸ o direcionamento do olhar do turista implica frequentemente no contato transitório com diferentes formas de padrões sociais, a sensibilidade é estimulada a voltar-se para elementos visuais da paisagem num grau muito maior do que o habitual, propiciando a quebra da rotina através do afastamento temporário dos padrões conhecidos. Mas o olhar do turista é construído a partir da coleção de signos que o turismo abrange e sua abertura ao novo é ancorada na certeza do retorno ao seu porto seguro, ao seu nicho social e cultural. Conforme Culler⁹ o turista se interessa por tudo como sinal da coisa em si, de modo que no mundo inteiro esses exércitos não declarados de "semióticos", isto é, turistas, se inflamam, à procura dos sinais das demonstrações de francesismo, italianismo, americanismo que temporária e superficialmente desejam vivenciar. Leal¹⁰ complementa que não se trata de um encontro natural e espontâneo com o alheio, visto que há um processo de monitoramento e controle, em que se criam e se administram aspectos relevantes e pertinentes ao fluxo turístico e se removem outros não pertinentes à condição turística. Assim, descreve Wainberg¹¹ "neste andar apressado, consomem-se marcas, imagens, significações empacotadas, narrativas agendadas por roteiros pré-moldados", possibilitando que o olhar do turista torne-se fragmentado, restrito e conduzido a perceber o quê a indústria turística o orienta. Esse processo é chamado por Mitchell¹² de "diversidade controlada", situação em que não há necessariamente uma interação intercultural holística, servindo apenas como percepção limitada e simplificada da realidade alheia.

Ambos, a partir de seus olhares particulares, refletem sobre suas experiências e produzem relatos que salientam o que consideram os pontos fundamentais de suas vivências. Assim produzem registros dos lugares que visitaram e da forma como os perceberam que vão ajudar a construir as percepções coletivas de lugares e realidades diversas das nossas.

Conforme Burke¹³ ressalta os relatos de viagem: " revelam, ao mesmo tempo , a percepção da distância cultural e a tentativa de se chegar a um acordo ou 'traduzi-la' em algo mais conhecido, porque à medida em que críticas são feitas aos povos visitados, busca-se sempre a comparação com o padrão cultural do narrador ".

Relatos como fonte de informações:

⁸ URRY, J. O olhar do turista, São Paulo, Studio Nobel, 2001. p. 18

⁹ CULLER apud URRY, J.. p,18.

¹⁰ LEAL, R. Uma abordagem conceitual-reflexiva sobre a relação da comunicação com o turismo, Revista Lâmina, Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, (2005) Disponível em <http://www.ppgcomufpe.com.br/lamina/artigo-rosana.pdf> Acessado em: 15/02/2007,p,2.

¹¹ WAINBERG, J. A. 2003. Turismo e comunicação: a indústria da diferença. São Paulo: Contexto. p,76.

¹² MITCHELL apud WAINBERG, J. A. p,37.

¹³ BURKE, P. (2000) apud MENDONÇA, A. R. O olhar viajante – a visão do outro, História da Cultura e da Arte (material didático) Universidade, Disponível em: <http://www.universidade.br/html/cursos/graduacao/turism/artigos/olharviajante.pdf>. Acessado em 12/09/2006. p,4.

Os depoimentos dos viajantes são objetos de estudo de especialistas de vários campos do conhecimento, dentre os quais se destacam os da história, de geografia, da crítica literária e da antropologia. Na historiografia do hemisfério sul, em especial, eles são considerados fonte importante de pesquisa, na medida em que oferecem descrições detalhadas sobre economia, sociedade e a culturas que contam com poucos registros confiáveis de seus períodos de formação e colonização. A produção literária dos viajantes vem sendo estudada e utilizada, por oferecer subsídios para alguns temas específicos de interesse dos historiadores, como a vida cotidiana, os estudos de gênero, de grupos étnicos, de práticas e ritos sociais, entre outros.

Os relatos dos viajantes, com explicações e aparato crítico adequados, podem contribuir para uma melhor e mais enriquecida compreensão do passado. É imprescindível, entretanto, não se deixar levar pela tentação de confiar nessas descrições e informações como sendo a própria e única realidade possível. Por um lado é preciso levar em conta que os relatos se constroem a partir de vivências individuais e singulares de uma realidade que, obviamente, é multifacetada e que permite múltiplas interpretações. Por outro lado, eles se constituem de representações, *reinvenções de realidades*, produzidas a partir da visão e da capacidade de expressão de um sujeito¹⁴. São imagens intermediadas por percepções, compreensões e codificações que se constituem em representações do real, elaboradas a partir de componentes ideológicos de pessoas dotadas de equipamentos culturais próprios e que trazem um patrimônio anterior que condiciona o modo de observar e entender.

Leite entende¹⁵ que a posição do viajante como observador pode ser limitada por obstáculos lingüísticos, culturais e econômicos à compreensão do grupo visitado, entretanto é inegável que trata-se de um observador privilegiado que se beneficia por desfrutar do distanciamento de quem está de fora e de passagem. Pratt destaca que a interação entre viajantes e a população local se processa em "zonas de contato" entre diferentes culturas que são "espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação".¹⁶ Neste sentido, Antonio Cândido¹⁷ alerta para o significado de *visão do outro* nas representações de viajantes europeus. Diz ele: "*o europeu que chega se comporta geralmente como se fosse um foco absoluto. Ele detém conceitos, preconceitos e noções, mediante os quais vai organizar mundo novo, e que é tão diverso do seu.*" Podemos completar que, como dono da palavra escrita, ele também se posiciona, em certa medida, como dono da verdade possível, daquela que fica registrada em livros, artigos e que é transmitida aos seus contemporâneos e as gerações posteriores. Desta forma, ao reconhecermos as interferências e ruídos que também compõem os relatos de viagem nos tornamos mais

¹⁴ REICHEL, H. J., Os relatos de viagem como fonte para o estudo da história, XIII Economic History Congress, International Economic History Association, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf> Acessado em: 15/10/2006, p.4.

¹⁵ LEITE, M. L. M. *Livros de viagem: 1803 – 1900*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p.10.

¹⁶ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

¹⁷ CÂNDIDO, A in. LEITE, I. B. *Antropologia da viagem; escravos e negros libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p.1

hábeis em “ler além do que está escrito” buscando sentidos mais amplos nos dados que eles nos fornecem.

Reichel¹⁸ afirma que a renovada valorização dos relatos dos viajantes pela historiografia atual deve-se ao fato dos mesmos servirem à utilização da categoria *representação* que, por sua vez articula-se às de imaginário e simbólico. Chartier¹⁹ trabalha as representações como produto de vivências sociais, as quais geram o contexto em que imagens são produzidas. Deste modo, o caminho para decifrar a construção de um sentido num processo determinado é o cruzamento entre práticas sociais e historicamente diferenciadas com as representações feitas. Ele²⁰ entende que a representação é o produto do resultado de uma prática produzida a partir da visão de um sujeito. A literatura de viagem, por exemplo, é representação, porque é o produto de uma prática simbólica que se transforma em outras representações. Ginzburg²¹, por sua vez, explica que se por um lado, a ‘representação’ faz às vezes da realidade representada e, portanto evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Para ele, a imagem é ao mesmo tempo e presença e sucedâneo de algo que não existe.

Reichel²² entende que para utilizarmos as representações dos viajantes como fonte histórica, é necessário, portanto, decifrar o seu significado, articulando texto e contexto. Santos²³ sugere estratégias que contribuem para o enriquecimento da leitura dos viajantes: considerar os relatos como textos literários, frutos de encontros particulares (únicos) entre um estrangeiro (alguém de fora daquele meio) e um determinado local, de modo que se observe e avalie previamente tanto as condições da viagem quanto as características pessoais dos viajantes - Objetivos, religião, posição política, profissão. Considerar que diferentes tipos de viagem podem propiciar experiências e vivências diferenciadas e, conseqüentemente, diferentes abordagens: descrições de experiências vividas, análises políticas e econômicas e/ou uma mistura de depoimento pessoal e análises políticas e socioeconômicas. Forma-se então um conjunto de variáveis que devem ser articuladas: a biografia do viajante, o tipo de viagem empreendida e o relato propriamente dito.

A literatura de viagem e a imagem do lugar:

¹⁸ REICHEL, H. J.(2002), p.1.

¹⁹ CHARTIER, R. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.13, 1990, p.108; Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/141.pdf>. Acessado em: 08/11/2006. p,8-9.

²⁰CHARTIER, R., O mundo como representação. In: Estudos Avançados, Rio de Janeiro, n.11(5), 1991. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acessado em: 03/11/2006. p,15

²¹ GINSBURG, C. (2001) apud MAKOWIECKY, S. (2003) *Representação: a palavra, a idéia, a coisa*, Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno57.pdf> Acessado em: 08/11/2006. p,3

²² REICHEL, H. J.(2002), p.4.

²³ SANTOS, C. A., Les voyageurs français et les débats auteur de la fin de la esclavage au Brésil, Tese de doutorado, Paris IV – Sorbonne, 1999.

Matos²⁴ define a literatura de viagem, em seu sentido mais estreito, “como a descrição de um percurso concreto, realizado por um/a viajante, normalmente solitário/a, que se baseia na observação empírica do real e cujo impulso é, direta ou indiretamente, a procura do estranho, do desconhecido ou do exótico”. Queiroz²⁵ acrescenta que a literatura de viagem constitui-se como um gênero próprio, formado pelas impressões deixadas pelos viajantes das terras que visitaram em forma de relato, compêndio, estatística, epístola, conferência, material iconográfico, diário, memórias, cartas, relatórios e “livros de viagem”; responsável pela produção de representações sociais, condicionadas pelo tipo de experiência específica que é a viagem²⁶.

Desconsideram-se assim as viagens ficcionais e os deslocamentos psicológicos e virtuais, entretanto, Rita²⁷ encara a viagem como um percurso realizado de um lugar conhecido para outro que não o é necessariamente e o regresso, passando por um território inexplorado pelo viajante, entendendo-a como processo de aquisição de conhecimento. Destaca a relação entre o viajante e as terras que ele atravessa, e não apenas o adquirido:

“interessa-me o modo como o discurso procura dar conta de uma progressão intelectual radicada no contacto e no convívio, na experiência, enfim, ou aproximar-se dela apesar da distância temporal entre os dois momentos, ou, mesmo, simular tal progressão, como mais obviamente acontece aquando da elaboração estética. Isto, porque o discurso denuncia o sujeito *também emocional e emocionado*, clivado entre *conhecer* e *conhecer-se*, que lhe está na gênese e que deixa as suas marcas inscritas no tecido textual.”²⁸

As motivações que levam os viajantes a lançarem-se no mundo também devem ser consideradas. Santos²⁹ argumenta que diferentes tipos de viagem podem propiciar experiências e vivências diferenciadas aos viajantes e, conseqüentemente, diferentes abordagens: descrições de experiências vividas, análises políticas e econômicas e/ou uma mistura de depoimento pessoal e análises políticas e socioeconômicas. Rita³⁰ define que são inúmeras e variadas as motivações dos viajantes:

“E as razões da viagem multiplicam-se: as profissionais (comerciais, etc.), as passionais (das cruzadas, das peregrinações religiosas e laicas, etc.) que o turismo acabará por tipificar, as forçadas (exílios, extradições, deportações) e penitentes (através da legião ou da ordem religiosa), as de aprendizagem de juventude, as ditadas por motivos de saúde, etc.. Mas há os viajantes “imóveis”, aqueles que buscam a estranheza na sua própria terra (nos *bas-fonds*, nos subterrâneos da cidade, na complexidade antropológica do aqui

²⁴ MATOS, J. 'A Literatura de Viagens Inglesa e Portuguesa: de ausências e visibilidades', in IV Congresso da APLC, Universidade de Évora. Disponível em: <http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeI/A%20LITERATURA%20DE%20VIAGENS%20INGLESA%20E%20PORTUGUESA.pdf> Acessado em: 17/03/2007. p,2.

²⁵ QUEIROZ, B. Relatos de viagem: Um olhar sobre as Minas Gerais oitocentistas, XV Encontro Regional de História – Seção Minas Gerais da Associação Nacional de História (ANPUH – MG) Anais Eletrônicos, São João del rei, MG (2006). p,8.

²⁶ LEITE, I. B.. Antropologia da Viagem; escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p,5.

²⁷ RITA, A., Em Viagem pela literatura de viagens, Da literatura com Annabella Rita, Disponível em: http://www.triplov.com/anna_bela_rita/lit_viagens/FrameSet.htm Acessado em: 12/03/2007. p,2.

²⁸ RITA, A., p.2

²⁹ SANTOS, C. A. p,3.

³⁰ RITA, A., p.3

e agora social, etc.) e aqueles que procuram conhecer a sua paisagem interior, que mergulham na reflexão e na memória, que exploram a imaginação, etc.. Infindável matéria!”

Numa perspectiva histórica, a literatura de viagem exerce um papel fundamental na formação da imagem que temos do mundo hoje. Foi através dos relatos dos viajantes que o planeta, os continentes, os países e os ecossistemas foram tornando-se familiares para a maioria da população. Queiroz³¹ destaca que os primeiros relatos encontrados a respeito da América são os diários de bordo do período dos primeiros descobrimentos marítimos, frutos do grande interesse no registro e sistematização do conhecimento de técnicas de navegação aprimorado, e, sobretudo, no fornecimento de informações sobre as terras descobertas. Rita³² sintetiza que:

O espaço percorrido foi materializando, na sua diversidade e extensão, a passagem do tempo e, com isso, reforçando a consciência da fluência e da vectorialidade deste. Por outro lado, a viagem fez também cartografar a terra com progressivo rigor, substituindo pela observação e pelo registo metódicos a imaginação que pretendia dar conta da geografia do Além e fantasmizar a terrena com ficções da teologia cristã.

Hoje, quando consideramos o conjunto de conhecimentos que acumulamos sobre o mundo e os lugares, temos que reconhecer o papel fundamental que a literatura de viagem ocupa na nossa concepção de mundo. Esse papel tem aspectos positivos e negativos que uma análise mais aprofundada revela mas que, normalmente, mantêm-se oculta para o leitor comum.

Por um lado devemos à descrição dos viajantes o conhecimento da diversidade cultural, o fomento da curiosidade turística, a noção de distância e amplitude, a noção de limites e fronteiras, a apropriação do planeta e do universo que nos cerca, a busca pelo conhecimento. Todos estes elementos conjugados nos transformaram em potenciais viajantes, ávidos turistas, capazes de investir no rompimento de todo tipo de barreiras que limitem nosso conhecimento do mundo.

Por outro lado, os viajantes levaram consigo seus preconceitos e suas noções de civilização. Olharam o mundo através de lentes européias e buscaram impor seus óculos a todos os demais buscando globalizar seus conceitos, impor seus valores, cultura e práticas. Essas distorções levaram a idéia de hierarquização de culturas que reduz e minimiza as visões não-européias/ocidentais do mundo. Ainda hoje, muito do que sabemos sobre os que diferem de nós nos chega através de relatos de viagem produzidos nos séculos 18 e 19.

Em seus relatos os viajantes buscavam sintetizar seus conhecimentos pessoais, de acordo com a sua especialidade, e os gerais que predominavam no período sobre os lugares visitados. Suas narrativas partiam do factual, mas incorporavam uma memória livresca de raiz literária. Influindo nas mesmas, portanto, um imaginário coletivo construído pelas leituras que os narradores-viajantes transportavam consigo para os territórios visitados.³³

³¹ QUEIROZ, B. p.8.

³² RITA, A., p.4

³³ QUEIROZ, B. p, 9.

Leite³⁴, ao descrever o conjunto de estereótipos que os viajantes do século XIX atribuem ao Brasil, destaca a sensualidade feminina, a natureza exuberante, a malandragem, a indolência, a liberalidade dos costumes, a hospitalidade. A força destes testemunhos tem se mostrado imensa, ainda hoje, a imagem externa do Brasil está ancorada nestes mesmos estereótipos. É certo que até a década de 90 os próprios órgãos de divulgação turística nos níveis nacional e estadual utilizavam-se destas mesmas imagens na promoção do país e de seus estados, confirmando concepções equivocadas produzidas por estrangeiros, mas endossadas por brasileiros. A partir da década de 90, os organismos nacionais de gestão do turismo e os órgãos de institucionais responsáveis pela projeção da imagem do país passaram a buscar a reconstrução da imagem do Brasil tanto enquanto destino turístico quanto como destino de investimentos internacionais. Entretanto, ainda é clara que as principais associações que se fazem ao Brasil referem-se aos estereótipos longamente consolidados.

Ao refletir um testemunho individual, a literatura de viagem ganha uma credibilidade e uma força persuasiva imensas. Apesar de sabermos que grande parte dos relatos de viagem combinam informações coletadas in loco pelos autores com fontes secundárias de informação, a idéia de uma escrita pessoal, de um testemunho individual ou do partilhamento da experiência através da leitura parece impactar sobremaneira o leitor e potencial consumidor do produto turístico. É certo que a maior parte dos leitores não pode ou não se dispõe a repetir as aventuras dos viajantes, mas o acesso a elas ou basta por elas mesmas ou provoca o desejo de conhecimento do lugar descrito; mesmo que a experiência que ele se proporcione se enquadre na categoria de viagem turística, ou seja, a de consumo de um produto fragmentado e industrializado onde o olhar está permanentemente direcionado e controlado.

A idéia, nem sempre verdadeira, de que o viajante é testemunha independente e livre dos fatos, parece exercer grande fascínio sobre os leitores e consumidores de literatura de viagem. Aparentemente influi também a idéia de acesso a um conteúdo extra-oficial, a informação de bastidor, os detalhes íntimos da vida do lugar e da vivência do escritor que não aparecem em guias, revistas ou folheteria. Ao contrario do que acontece com o material promocional ou informativo sobre determinado destino, ao ler os relatos de viagem, o leitor parece pactuar com o autor como se isso fosse uma forma de recompensá-lo por dividir a experiência que vivenciou com aqueles que não tiveram acesso físico ao lugar.

Ao considerar o fascínio que os relatos de viagem exercem sobre seus leitores, Botton³⁵ observa que em seu modo de produção encontramos os mesmos mecanismos síntese e simplificação ou seleção que atuam na imaginação:

Os relatos artísticos envolvem abreviações radicais daquilo que a realidade nos impingirá. Um livro de viagens poderá nos dizer, por exemplo, que um narrador viajou a tarde inteira para chegar a cidade serrana X e, depois de passa a noite num castelo, acordou e deparou com um amanhecer enevoado. O fato, porém, é que nunca se viaja simplesmente uma tarde inteira. Estamos sentados num trem. Dentro de nós, é estranha

³⁴ LEITE, M. L. M. p, 37.

³⁵ **BOTTON, A., A Arte de Viajar, Rio de Janeiro, Rocco, 2003, p.19**

a digestão do almoço. (...) Uma quantidade de ansiedades gira pelo consciente. (...) Afinal, o trem começa a se movimentar. (...) E assim poderíamos ter chegado somente ao final do primeiro minuto de um relato abrangente dos acontecimentos que se ocultam por trás da frase enganosa “ele viajou a tarde inteira”³⁶

É possível que essa aproximação entre os processos imaginativos, a síntese artística e os processos de construção das memórias seja fundamental para a conquista da cumplicidade do leitor na literatura de viagens. Ao sugerir o percurso sem defini-lo ou restringi-lo abre-se espaço para o jogo, o lúdico, através das infinitas possibilidades de se construir o próprio caminho, de realizar-se como viajante individualizando a experiência que o autor do relato se propôs a compartilhar. Botton entende que:

E isso explica o curioso fenômeno pelo qual pode ser mais fácil experimentar os elementos valiosos na arte e na expectativa que na realidade. A imaginação artística e da expectativa omitem e comprimem. Elas eliminam períodos de tédio e direcionam nossa atenção para os momentos críticos. Desse modo, sem mentir nem enfeitar a verdade, elas conferem à vida uma vivacidade e uma coerência que lhe pode faltar na confusão indistinta do presente.³⁷

A história da literatura tem demonstrado que, conforme observou Rita³⁸, “sendo a viagem uma constante da história da humanidade, a literatura que a tematiza é, naturalmente, imensa e desenvolve-se com correspondente continuidade”. Este processo de contar e recontar viagens e lugares permanece até os nossos dias contando com surpreendente vitalidade. Livros de viagem vêm sendo editados constantemente sendo que alguns, independente de suas qualidades literárias ou informacionais, obtêm grande aceitação popular. Ao desfrutarem de popularidade, estes livros despertam seus leitores para a possibilidade de visitação de determinados lugares gerando a popularização de destinos como, por exemplo, o Caminho de Santiago na França e na Espanha – que se tornou popular no Brasil através do sucesso editorial do *Diário de um mago*³⁹, de Paulo Coelho; os cruzeiros antárticos que se popularizaram através das aventuras de Amyr Klink na Antártica descritas em *Paratii entre dois pólos*⁴⁰; ou o cotidiano campestre e a gastronomia da Toscana relatado em *Sob o sol da Toscana*⁴¹ de Frances Mayes. Em outra perspectiva, a viagem ao Afeganistão – inacessível ao fluxo turístico - guiada por Khaled Hosseini, gerou enorme curiosidade sobre o país e sua gente transformando em sucesso editorial uma série de títulos que podem ser classificados como subprodutos do *Caçador de pipas*⁴². Estes escritores/viajantes direcionam e condicionam hoje nossos olhares sob o lugares criando estereótipos, signos que não nos cansamos de caçar em nossas viagens reais ou virtuais; da mesma forma que os relatos dos viajantes do século XIX continuam a nos dizer mesmos e ao resto do mundo quem somos, como vivemos e como somos percebidos.

³⁶ BOTTON, A., p.19

³⁷ BOTTON, A., p.20

³⁸ RITA, A.; p.2.

³⁹ *Diário de um mago, Planeta do Brasil, 2006*

⁴⁰ *Paratii entre dois pólos, Cia das Letras, 1992.*

⁴¹ *Sob o sol da Toscana, Rocco, 2002*

⁴² *Caçador de Pipas, Nova Fronteira, 2005*

Desta forma, consideramos que é amplo o espectro de temas que podem ser abordados no estudo da comunicação turística e em suas interações com a literatura e a história. Como todos os campos de estudo relacionados ao turismo este também é novo e de forte apelo interdisciplinar. Entretanto fica claro que muito há que se desenvolver no estudo da relação entre a literatura de viagem e a construção da imagem do destino turístico, especialmente na forma pela qual a literatura de viagem media a relação entre o papel de leitor e de turista. Até agora tudo o que temos são pistas sobre como e porque o consumidor de turismo e de livros viagem interagem com estes dois produtos e, ainda, sobre a forma de absorção de conceitos que mediadas hora pela experiência turística, hora pela leitura de livros de viagem, determinam a forma de apreensão e fruição do lugar e projetando sua imagem enquanto destino.

Bibliografia:

BOTTON, A., **A Arte de Viajar**, Rio de Janeiro, Rocco, 2003

CHARTIER, R. **A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.13, 1990. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/141.pdf>. Acessado em: 08/11/2006

CHARTIER, R., **O mundo como representação**. In: Estudos Avançados, Rio de Janeiro, n.11(5), 1991. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acessado em: 03/11/2006

FERRARA, L. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 199. p. 15 – 24.

LEAL, R. Uma abordagem conceitual-reflexiva sobre a relação da comunicação com o turismo, **Revista Lâmina**, Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, (2005) Disponível em <http://www.ppgcomufpe.com.br/lamina/artigo-rosana.pdf> Acessado em: 15/02/2007

LEITE, I. B. **Antropologia da viagem; escravos e negros libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, M. L. M. **Livros de viagem: 1803 – 1900**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MAKOWIECKY , S. (2003) Representação: a palavra, a idéia, a coisa, **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, UFSC, Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno57.pdf> Acessado em: 08/11/2006

MATOS, J. 'A Literatura de Viagens Inglesa e Portuguesa: de ausências e visibilidades', in IV Congresso da APLC, Universidade de Évora. Disponível em: <http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeI/A%20LITERATURA%20DE%20VIAGENS%20INGLESA%20E%20PORTUGUESA.pdf> Acessado em: 17/03/2007.

MENDONÇA, A. R. O olhar viajante – a visão do outro, **História da Cultura e da Arte (material didático)** Univercidade, Disponível em: <http://www.univercidade.br/html/cursos/graduacao/turism/artigos/olharviajante.pdf>. Acessado em 12/09/2006

PALONE, S. Entrevista: Miriam Lifchitz Moreira Leite - Historiadora revela a literatura produzida pelas mulheres viajantes, **Dossiê Cronistas e Viajantes**, Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, SBPC/Labjor, N°77, 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=14&id=9&tipo=entrada> Acessado em: 20/01/2007.

PRATT, M. L. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. **Bauru, SP: Edusc, 1999.**
QUEIROZ, B. **Relatos de viagem: Um olhar sobre as Minas Gerais oitocentistas**, XV Encontro Regional de História – Seção Minas Gerais da Associação Nacional de História (ANPUH – MG) Anais Eletrônicos, São João del rei, MG (2006).

REICHEL, H. J., Os relatos de viagem como fonte para o estudo da história, **XIII Economic History Congress, International Economic History Association**, Buenos Aires, , 2002. Disponível em: <http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf> Acessado em: 15/10/2006, p.4.

RITA, A., **Em Viagem pela literatura de viagens**, Da literatura com Annabella Rita, Disponível em: http://www.triplov.com/anna_bela_rita/lit_viagens/FrameSet.htm Acessado em: 12/03/2007.

SANTOS, C. A., **Les voyageurs français et les débats auteur de la fin de la esclavage au Brésil**, Tese de doutorado, Paris IV – Sorbonne, 1999.

SOUSA, M. G. . **Viajante/turista - categorias em discussão com base no filme "O céu que nos protege"** ,de Bernardo Bertolucci. Revista Espaço Acadêmico junho 2004, v. 37, 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/037/37esousa.htm> Acessado em 20/10/2006.

URRY, J. **O olhar do turista**, São Paulo, Studio Nobel, 2001

WAINBERG, J. A. 2003. **Turismo e comunicação: a indústria da diferença**. São Paulo: Contexto.

Conspiração socialista na Bahia de 1798: seus cabeças, ridículos pasquins e plebiscitos na primeira edição de *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Patrícia Valim¹.

Dos historiadores que se ocuparam e até hoje se ocupam com os acontecimentos ocorridos na Salvador de 1798, conhecido atualmente como *Conjuração Baiana*, a maioria é unânime ao afirmar que durante o século XIX, a historiografia que versou sobre o evento, especialmente Francisco Adolfo de Varnhagen, nobilitou-se por interpretá-lo à luz da *punição exemplar* ou *repressão bem sucedida*. Isto é, o Visconde de Porto Seguro, ao carregar a tinta no enforcamento seguido do esquartejamento dos corpos dos quatro réus, homens livres, pobres e pardos, na Praça da Piedade, em Salvador, condenados à pena última por crime de lesa-majestade, teria inaugurado a perspectiva histórica segundo a qual a Conjuração Baiana de 1798 e os demais movimentos contestatórios ocorridos no final do século XVIII e início do XIX, foram interpretados como anomalias e manifestações da barbárie contra a civilização.

De maneira geral, atribui-se como a principal razão para o tratamento dispensado aos movimentos de contestação no final do nosso período colonial o fato de a obra de Varnhagen reproduzir no plano historiográfico o conservadorismo da política do segundo Reinado. Entretanto, a análise da primeira edição de *História Geral do Brasil*, o impacto de sua publicação e as alterações feitas por Varnhagen para a publicação da segunda edição confirmam a hipótese de não haver consenso sobre os termos da escrita de uma história pátria oitocentista entre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como se sabe, a primeira edição da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen foi muito criticada à época e gerou várias polêmicas entre os beletristas do IHGB, razão pela qual Lúcia Paschoal Guimarães afirma que "*História geral do Brasil foi simplesmente esquecida...*", pois os censores da Comissão encarregados de avaliar a obra, entre eles João Francisco Lisboa, um dos principais opositores de Varnhagen, "não se pronunciaram a respeito e nem deram satisfações à Diretoria do IHGB"². Para a autora não há dúvidas de que as proposições indianistas de Varnhagen tenham sido a principal razão para o isolamento intelectual do autor e a desconfortável posição que passou a ocupar entre os sócios do IHGB, após a publicação da primeira edição de sua obra.

Não é ambição dessa apresentação retomar as contendas sobre os indígenas, nem a análise do conjunto geral da obra. Pretende-se aqui demonstrar, a partir da interpretação de Varnhagen sobre a Conjuração Baiana de 1798, na 1ª edição de *História Geral do Brasil*, que o autor foi alvo de críticas por "*deixar falar a verdade dos documentos*", e caminhar na contramão das premissas de "como se deve escrever a História do Brasil". Ao transcrever quase integralmente o conteúdo dos *pasquins sediciosos*, que lhe foi entregue pelo Conde de Palma e não foi submetida à Comissão de História do IHGB,

¹Mestranda em História Social da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a pesquisa *Da Sedição dos mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. Bolsista Capes. E-mail: pvalim@usp.br

² Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção...*, op.cit., p. 213.

Varnhagen tocou em duas questões delicadas e interditas no segundo Reinado: regionalismo e o republicanismo subjacentes à Conjuração Baiana de 1798. Não parece ser por outra razão que o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro(1825-1876)³ irá criticá-lo nas páginas da *Revista Popular*(1859-1862), em 1860, desencadeando significativas alterações na interpretação do evento para a publicação da 2ª. edição de *História Geral do Brasil*, em 1871.

* * *

A edição de lançamento do primeiro volume de *História Geral do Brasil* de Varnhagen foi em Madrid, em 1854⁴. A primeira edição é composta de 54 secções ou capítulos, encadeados no conjunto geral da obra de acordo com a cronologia evolutiva e linear dos acontecimentos dos tempos coloniais. Assim, os acontecimentos históricos são narrados por um *continuum* da colonização portuguesa, que se inicia com o Brasil sendo concebido como uma herança do Tratado de Tordesilhas, após a partilha do novo mundo entre as dinastias de Avis e Castela, e termina com a chegada da família real no Rio de Janeiro, em 1808. Entre o início da colonização portuguesa, com a chegada da esquadra de Cabral no litoral americano, e a chegada dos Braganças no Rio de Janeiro, a história de Varnhagen consagrou a monarquia constitucional como regime ideal, louvou a dinastia bragantina, buscou no plano interno elementos comuns e no plano externo a identidade brasileira foi pensada, sobretudo, em oposição às nações republicanas⁵. Nessa perspectiva, foi desqualificando o significado das idéias republicanas, no item *Voltaire. A Hespanha atrozmente contra Portugal*, no período de regência de d. João VI, na penúltima

³Joaquim Caetano deixou uma extensa e variada obra. Foi anotador da *História do Brasil*, de Robert Southey (Londres, 1810-1819); em 1850, publicou um pequeno volume de poesias intitulado *Carnes Religiosas*; em 1851 escreveu o *Cathecismo da Doutrina Christan* para o uso dos alunos do instituto dos cegos, posteriormente adotado nas escolas do município da corte; em 1854, publicou um opúsculo denominado *Apontamentos Religiosos*, no qual apresenta as idéias sobre os melhoramentos da disciplina da Igreja brasileira, valendo-lhe uma advertência do Papa. Igualmente adotado nas escolas públicas foi o compêndio denominado *Episódios da História Pátria contadas à infância*. Impressas nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se acham várias memórias de sua autoria, sendo que as principais são: *Ensaio sobre os Jesuítas e a França Antártica, ou o Bosquejo Histórico do Estabelecimento dos francezes no Rio de Janeiro durante o século XVI e as suas invasões no século XVIII*.

⁴ A 2ª. edição revista e ampliada pelo autor continha 1200 páginas e foi lançada em 1871, com alteração na disposição dos dez primeiros capítulos. A 3ª. edição, datada de 1906, revista por Capistrano de Abreu, corresponde apenas à terça parte da obra original, devido a um incêndio na oficina impressora. As edições subsequentes foram revistas e anotadas por Rodolfo Garcia, nas quais há a incorporação das notas de Capistrano de Abreu e do próprio Varnhagen. Veja-se a esse respeito: Maria Lúcia Paschoal Guimarães. *Francisco Adolfo Varnhagen: História Geral do Brasil. Op.cit.*, p. 79. Para a análise da revolta baiana de 1798 na obra de Varnhagen, a edição utilizada nesta pesquisa é *História Geral do Brasil*. 10ª. edição integral, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981, comparando-a com a primeira edição da obra, uma vez que entra a primeira edição e a que utilizamos manteve-se as alterações do autor para a publicação da segunda edição.

⁵ Manoel Luís Salgado Guimarães. *Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido*. In: História em Revista, Dossiê Historiografia, vol 6, 2000, pp. 21-36.

secção da primeira edição de *História Geral do Brasil*, que Varnhagen versou sobre a revolta baiana de 1798. No item “*Pazes. Conspiração socialista na Bahia em 1798*”⁶, Varnhagen afirma que

*“antes de passar adiante, cumpre referir que as chamas incendiárias da revolução francesa não deixaram de saltar ao Brasil, apesar da distância, e na Bahia se chegou quase a atear, pelas suas labaredas, em agosto de 1798, um incêndio, que foi dias antes prevenido”*⁷.

Para Varnhagen,

*“se a conspiração de Minas, tão patriótica em seus fins, tão nobre em seus agentes, e tão habilmente premeditada, julgamos que foi um bem que se mallograsse, com muito mais razão agradeçamos (sic) a Deus o haver-nos amparado a tempo contra est’outra, com tendências mais socialistas que políticas, como arremedo que era das scenas de horror que a França, e principalmente a bella ilha de S. Domingos, acabavam de presenciar (...)”*⁸

Como a revolta baiana de 1798 fora embalada “ao santo grito de liberdade, igualdade e fraternidade”, Varnhagen afirma que os partícipes esqueceram-se que em uma província

*“com tanta escravatura, [caso] a sua generosidade lograsse triumpho, libertando a todos os escravos, como promettiam, depressa, como se viu no Haity, seriam victimas destes, desenfreados e em muitíssimo maior número”*⁹.

Após desqualificar a revolta pela influência dos princípios da Revolução Francesa, Varnhagen passa a descrever os partícipes da revolta baiana. No item da primeira edição “*Seus Cabeças. Ridículos pasquins e plebiscitos.*”, o autor afirma que os conspiradores que se chegaram a descobrir “não subiam a quarenta, nenhum deles homem de talento e de consideração; e quase todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos”. Para o Visconde “a pouca valia dos revolucionários se deduz do modo estranho como projectaram levar à execução os seus planos”. Varnhagen afirma que a partir

*“da leitura attenta dos depoimentos e autos das devassas”*¹⁰, etc., se reconhece que a conspiração na Bahia não tinha chefe: e quando muito poderemos considerar como seus coripheus o alfaiate João de Deus do Nascimento, cabo d’esquadra de milícias, e os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens. Tinha este 36 annos de idade, e aquelles, um 28, e outro 24”¹¹.

Apesar da consulta à documentação, chama atenção o fato de Varnhagen não citar neste ponto Manuel Faustino dos Santos Lira, um dos réus enforcados em praça pública¹², como um dos participantes ou “coripheu” da “conspiração” na Bahia. A par disso, a narrativa do Visconde sobre a revolta baiana de

⁶Arquivo Histórico do Itamaraty, doravante AHI, códices 351-360, Lata 351, doc. A. A documentação analisada é a primeira edição de Varnhagen com anotações e alterações manuscritas pelo próprio autor para a publicação da segunda edição, em 1871.

⁷ Idem, p. 292.

⁸ Idem.

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ Varnhagen é o primeiro historiador a citar a existência de duas devassas simultâneas acerca da revolta baiana de 1798, bem como o de descrever o conteúdo veiculado nos pasquins sediciosos. Em relação às devassas, Varnhagen afirma e agradece ao marquês de Palma, seu padrinho e amigo, pela documentação. Cf. As anotações de Capistrano de Abreu na nota n. 66 da 10ª. edição integral, p. 25. Na primeira edição, Varnhagen limita-se a agradecer ao marquês de Palma pelas cópias autênticas concedidas.

¹¹ AHI, doc. cit., p. 293.

¹² Cf. As denúncias, as assentadas e os termos de conclusão das devassas citadas no capítulo 1.

1798 descreve, pela primeira vez, o conteúdo veiculado pelos pasquins afixados pelos partícipes em locais públicos da Salvador, na manhã de 12 de agosto de 1798. O autor afirma que “de parte destes escriptos [pasquins] possuímos cópias autênticas e nos inspiram lástima”. Neste ponto da narrativa Varnhagen cita minuciosamente os termos dos pasquins, afirmando que “por consequência da liberdade eram seiscentos e setenta e seis [partícipes]”; que o soldado “perseba 200 reis de soldo cada dia”; que a “liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento”; que a França “está cada vez mais exaltada [...] o Pontífice já está abandonado e desterrado”, e que “os commerciantes e lavradores que teriam todo o direito sobre (sic) as suas fazendas”¹³.

Ao referir-se aos pasquins com desdém, o objetivo do autor é o de justificar as ações das autoridades locais perante a “ínfima qualidade” dos conspiradores. Varnhagen inevitavelmente passa a descrever as ações de d. Fernando José de Portugal e Castro, como, por exemplo, “antes de ordenar devassa, e depois de acautelarse com algumas providencias”. As providências tomadas pelo então governador foram “vendo que a lettra [dos pasquins] não fora disfarçada [...] lembrou-se [d. Fernando] de comparal-a com a dos requerimentos e papéis que havia na secretaria do governo”¹⁴. Depois de resultar na prisão “em segredo de Domingos da Silva Lisboa, filho de Portugal e alferes de granadeiros de milícias”, Varnhagen nos conta que, após o aparecimento de “dois novos documentos da mesma lettra que os antigos”, o governador procedeu a novos exames, resultando destes “a prisão do próprio Luiz Gonzaga das Virgens”.

A respeito da prisão de Luiz Gonzaga, para o autor “pode-se dizer que pela sua inabilidade a si próprio confessara pela lettra, além de denunciar a conspiração, publicando-a com loucos avisos e ridículos plebiscitos”¹⁵. Sobre o aparecimento de dois novos documentos, Varnhagen afirma que

*“eram duas cartas; uma para o prior dos Carmelitas descalços futuro geral em chefe da igreja Bahinense, segundo a secção do Plebiscito de 19 do corrente [1798] – em que ordenava que todos aprovassem a revolução [...]. A outra, encontrada como esta por uma mulher, na igreja do convento do Carmo, no dia 22, era um officio ao governador [...]”*¹⁶.

Após descrever a carta na qual os partícipes da revolta dão conta de que d. Fernando José de Portugal seria o futuro chefe da “República Bahinense”, Varnhagen afirma: “deixando sem comentário este documento, apressemo-nos a declarar que logo depois de ser preso o pardo Luiz Gonzaga, se apresentaram ao governador, para delatar a conspiração, três denunciantes...”. Os denunciantes contaram ao governador sobre a reunião do dia 25 de agosto de 1798, no campo do Dique do Desterro, que deu “logar a poderem comprehender em suas denúncias mais alguns infelizes, que todos foram presos antes do dia 28, que era o aprazado”. A narrativa de Varnhagen sobre a revolta baiana de 1798 termina enaltecendo as ações do governador que “havendo resolvido sabiamente [...] prevenir antes o

¹³ AHI, doc. cit., p. 293.

¹⁴ Idem, p. 294.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem, p. 295.

golpe para evitar as desgraças que poderiam suceder se elle se chega a tentar". O Visconde encerra este item da primeira edição afirmando que após a Corte ter mandado o governador executar a sentença da Relação da Bahia

"subiram no dia 8 de novembro do anno seguinte [1799] ao patíbulo, que se erigiu na praça da Piedade, além dos três mencionados cabeças, o jovem liberto Manuel Faustino, que apenas contava desoito annos"¹⁷.

Entretanto, nas edições ulteriores, o autor termina a interpretação sobre a revolta baiana de 1798, acrescentando a seguinte informação:

"com relação talvez ainda a esses sucessos, a carta régia de 8 de junho de 1800 pela qual D. Fernando José de Portugal era nomeado vice-rei do Rio de Janeiro continha algumas palavras referindo-se ao aviso de 24 de julho de 1797; recomendando vigilância contra os que propagassem doutrinas incendiárias, e acrescenta: sendo evidente que é muito mais acertado prevenir graves ruínas, afastando da sociedade aqueles que as podem produzir do que tolerando-os ao princípio, e expor-se depois a proceder contra eles os mais rigorosos e severos castigos"¹⁸.

Como se viu, ao descrever pela primeira vez os pasquins ditos sediciosos relacionado-os às ações dos escravos da Revolução Haitiana, o autor enfrentou no plano ideológico duas questões bastante delicadas para os arautos da política conservadora do segundo Reinado: o localismo dos movimentos de contestação do final do século XVIII e o espectro das Revoluções Francesa e Haitiana. Mesmo com a intenção de reafirmar os homens de "ínfima qualidade" daquela sociedade como os únicos entusiastas das idéias republicanas, ao descrever o conteúdo dos pasquins, Varnhagen confere relevância ao movimento que até então era tido por irrelevante.

Manuel Salgado, fundamentando-se nas proposições de Jörn Rüsen, demonstra que no processo de escrita da história nacional, no século XIX, a transição da passagem do tempo, do passado para o presente, não foi um processo natural, i. e., a transição emergiu de um processo social e coletivo que transformou, em um primeiro momento, a experiência da passagem do tempo em "passado" para, em um segundo momento, transformar esse passado em história¹⁹. Ainda que o objetivo de Varnhagen fosse desqualificar social e politicamente o evento em tela, a revolta baiana de 1798 passou a compor a narrativa pátria oitocentista sobre o passado colonial da nação brasileira.

O mais importante, contudo, é que a descrição dos pasquins na interpretação de Varnhagen fez com que a revolta baiana de 1798 adquirisse relevância, uma vez que ao expressar os princípios políticos e filosóficos dos homens de "ínfima qualidade" o autor sugere um movimento pensado, elaborado e projetado, mesmo que malgrado na seqüência, a partir de um conteúdo normativo de bases republicanas. Ou seja, ao deixar "falar a verdade dos documentos"²⁰, o Visconde de Porto Seguro

¹⁷ AHI, doc. cit., p. 295.

¹⁸ Francisco Adolfo Varnhagen. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 10^a. edição integral, vol. 3, tomo V, p. 26.

¹⁹ Cf. Manuel Luís Salgado Guimarães. *Repensando os domínios de Clio: angústia e ansiedades de uma disciplina*. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 5, 1998, pp. 5-20.

²⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Op. cit.*

demonstra, no plano ideológico, a capacidade de articulação política de um setor que ainda fazia muito barulho durante o oitocentos e, não à toa, foi a grande preocupação dos arautos da política do segundo Reinado nos quadros do IHGB.

Neste sentido, tudo leva a crer que no processo de composição dos fatos, elaboração e escrita da história pátria, Varnhagen, em relação à revolta baiana de 1798, os termos de uma “verdade histórica” se sobrepôs às orientações políticas com as quais a história do Brasil deveria ser escrita a partir de uma documentação bastante constrangedora para o acervo da Casa da Memória Nacional²¹. A esse respeito, Lúcia Paschoal Guimarães demonstra o destino melancólico de um manuscrito de Caetano Pinto de Miranda Montenegro relativo à Revolução Pernambucana de 1817, encaminhado à Comissão de História do IHGB, em 1839, para que fosse julgado o mérito e a conveniência da divulgação. A Comissão recusou-a, sob a alegação de que a publicação do manuscrito comprometeria as pessoas ainda vivas, e recomendou que o documento fosse guardado nos arquivos do IHGB até que todas as pessoas mencionadas comparecessem perante o *tribunal da posteridade*²².

A interpretação do Visconde de Porto Seguro sobre a Conjuração Baiana de 1798 não passou despercebida. Três anos após a publicação da primeira edição de sua obra, no Brasil, em 1860, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro publicou no Tomo VIII da *Revista Popular* o artigo *A Conspiração de João de Deus*. Em tom eloqüente o autor inicia o relato afirmando que

*"gravado ainda estava na memória de todos o triste desfecho da tentativa republicana em Minas, parecia ainda ouvir-se as últimas palavras do Tira Dentes ou magoados queixumes do amante de Marília, e já na antiga capital do Brazil erguia-se de novo o cadafalso de quatro infelizes hallucinados expiavão ahi seus sonhos de liberdade e independência"*²³.

Após essa breve introdução acerca da situação da cidade de Salvador, na qual a Independência do Brasil passa a ser “pressentida” pelos brasileiros “oprimidos”, Joaquim Caetano relata que, no dia 27 de agosto de 1798, compareceram perante o desembargador Francisco Sabino Alves da Costa Pinto, Joaquim José da Veiga, Joaquim José de Sant’Anna e José Joaquim de Siqueira denunciando como conspiradores a João de Deus, alfaiate, e Lucas Dantas, soldado do regimento d’artilharia. A seu ver,

*"nem o character e posição social do denunciados, nem a natureza dos planos, que lhes erão attribuidos, podião discutir o receio pela tranqüillidade publica. Suspeita inquieta porém andava a auctoridade, e tanto bastava para que rodeando-se do aparato da lei, desse importância ao que de si não tinha. A má interpretação das idéias dominantes na revolução franceza, originada pela ignorância dos chefes visíveis da conjuração, davão-lhe uma cor socialista, pouco própria para angariar-lhe as sympathias das classes mais illustradas e influentes da população"*²⁴.

²¹ Expressão de Lúcia Maria Paschoal Guimarães.

²² Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *O tribunal da posteridade*. *Op.cit.*, p. 33-34.

²³ BN, *idem*, *Revista popular*, tomo VIII, p 218, 1860.

²⁴ *Ibidem*.

Neste ponto em especial, Joaquim Caetano retoma em outra perspectiva uma questão aberta por Inácio Accioly Cerqueira e Silva acerca da composição social da revolta baiana de 1798. A esse respeito o cônego afirma que

"nem uma luz derramão os documentos que temos à vista sobre o verdadeiro chefe da mallograda empresa: na lista porem dos prezos deparamos com o nome do bacharel Cypriano José Barata de Almeida, cirurgião aprovado. Ora, quem se recordar do importante papel, que no tempo do Sr. D. Pedro desempenhou esse fogoso tribuno, não deverá acreditar que d'elle partisse o pensamento, cuja execução confiara a indivíduos da plebe, porque n'ella principalmente procurava apoiar-se. Na lista dos trinta e seis prezos avulta o seu nome, e não sabemos como escapasse essa circumstancia ao juiz formador da culpa, para, deixando immune, ir descarregar a espada da justiça sobre a cabeça d'insignificantes comparças"²⁵.

Embora não reconheça nesse ponto o verdadeiro chefe da revolta baiana de 1798, Joaquim Caetano, assim como Inácio Accioly, menciona Cipriano Barata como um "fugoso tribuno", dada a virulência com a qual defendia suas idéias liberais, sugerindo que o cirurgião era, senão o mentor da contestação, um dos partícipes do evento. Motivo pelo qual, a seu ver, justificaria a preocupação das autoridades locais acerca da revolta. Logo em seguida, Joaquim Caetano pondera com argúcia que Cipriano Barata não poderia ser o chefe da revolta, cujo pensamento teria sido confiado à execução "por indivíduos da plebe". O cônego passa a inteirar "o leitor do programa dos conjurados, tal qual se collige de suas proclamações e dos depoimentos dos negociantes".

Joaquim Caetano afirma que os pasquins afixados em locais públicos da Salvador

"Annunciavão a egualdade e paternidade dos cidadãos, a abertura das portas aos navios estrangeiros; a estinção dos tributos e monopólios; a liberdade de todos os escravos; o aumento dos soldos das tropas, devendo cada soldado ganhar duzentos réis diários; a aptidão dos homens de cor aos mais altos postos da milícia; a supressão da clausura monacal, podendo os frades e as freiras que quizessem sahir de seus conventos"²⁶.

De acordo com o cônego, "ao lado d'essas medidas, que poderião ser tachadas d'innocentes utopias, havião outras que revelavão os instintos ferozes da plebe, e que tanto fazem-no tremer o seu domínio". Assim, Joaquim Caetano alerta com grandiloquência que

"falavão os conjurados no assassinato das principais auctoridades, exceptuando-se o governador, que por um singular delírio julgavão seu cumplice, pretendendo collocar-o à frente de sua chimerica republica. Não esquecião também a terrível ameaça do saque que como a espada de Democles está sempre suspensa sobre a cabeça dos ricos suspeitos de não partilharem dos princípios revolucionários"²⁷.

Na tentativa de reafirmar a baixa composição social da revolta baiana de 1798, ao mesmo tempo em que associa as "inocentes utopias" às idéias de Cipriano Barata, Joaquim Caetano reabre a questão sobre o verdadeiro chefe do movimento, com uma indagação

²⁵ Idem, p. 219.

²⁶ Idem, p. 220.

²⁷ Ibidem.

"Dissemos que nem o character, nem a posição social dos pretendidos cabeças da revolta deverão inspirar ao governo a menor inquietação: e de facto, que preponderância poderião ter sob um povo tão illustrado, como por certo era o baihano, o pobre pardo alfaiate João de Deus, e os soldados Lucas Dantas Amorim e Luiz Gonzaga das Virgens, elevado às honras de secretario, e de cuja perícia grammatical ficarão exuberantes provas nos documentos a que acima alludimos?"²⁸.

Depois de afirmar que "apesar da jactância com que em seus plebiscitos diziam serem 676 os filiados em sua apreciação, contando-se n'esse número pessoas de elevada posição, cremos piamente que não passavam elles do 36 [...]", Joaquim Caetano toca numa questão praticamente inédita do movimento, à exceção de um breve comentário de Varnhagen. Para o cônego, João de Deus do Nascimento e Lucas Dantas aliciaram "grande numero de escravos, engodados na esperança d'alforria, e sob este ponto de vista, cumpre confessar, que bem funestos poderião ser os resultados da planejada revolução". O excesso retórico de Joaquim Caetano em relação ao número de escravos - foram nove, segundo os Autos das Devassas, depois que um deles morreu no segredo da Relação²⁹ -, é simbólico do grande medo que assolava a intelectualidade durante boa parte do oitocentos: uma revolta escrava nos moldes da que ocorreu no Haiti, a partir de 1791. Não parece ser por outra razão que nesse ponto Joaquim Caetano, assim como as autoridades locais em 1799, utiliza o termo revolução para (des)qualificar o movimento, tido inicialmente por "conspiração".

Joaquim Caetano passa a demonstrar o que ele denomina de "estultícia dos conjurados", valendo-se do depoimento do denunciante Joaquim José da Veiga, assim como Inácio Accioly o fez, para descrever "os pormenores d'um d'esses ajunctamentos", mencionando os partícipes do encontro malogrado no Campo do Dique do Desterro.

"Dadas as Ave Marias deu elle denunciante, na forma ajustada para a porta do dicto João de Deus, onde achou já, além d'esse, os seguintes: José do Sacramento, soldado do quarto regimento, official d'alfaiate, que lhe parece assiste às Mercês; Luiz, pardo, escravo do secretario d'este estado José Pires de Carvalho e Albuquerque; Ignácio da Silva Pimentel, soldado do segundo regimento; um moleque aprendiz, que lhe parece escravo do tabellião Bernardino de Senna e Araújo [...] e chegando ao Dique não acharão pessoa alguma, do que admirado o dicto João de Deus disse para elle denunciante e para os outros: - Não sei como isto é! Pois Antonio José, 1º. boleeiro de Caetano Mauricio, e Lucas Dantas, tinham ficado de vir e de trazerem ambos consigo sessenta homens - e logo se resolverão a passar ao botequim, que fica por detraz do muro das freiras do Desterro, que é d'um pardo chamado Manoel Anselmo, e ahi se mandou vir um copo de aguardente [...]"³⁰.

A partir da citação até então inédita do nomes dos cativos e dos cargos ocupados por seus proprietários, o cônego demonstrará a tensão social gerada quando, no oitocentos, se avizinhava qualquer possibilidade de participação política dos setores populares. Para Joaquim Caetano o mundo dividido entre os que governam, a classe senhorial e os que trabalham, os escravos, poderia ter o tecido

²⁸ Idem, ibidem.

²⁹ Cf. o primeiro capítulo.

³⁰ Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, *op.cit.*, p. 221.

social corrompido pelo mundo da desordem, constituído basicamente pelos diferentes tipos de homens livres e pobres, que à época do segundo Reinado faziam muito barulho com suas revoltas. Um mundo de fronteiras porosas no qual homens como João de Deus aparece na análise, de acordo com o diálogo depreciativo, corrompendo os dois mundos anteriores. Levando-se em conta que os diálogos da narrativa de Joaquim Caetano não encontram paralelo na documentação, o objetivo do cónego foi o de desqualificar as ações políticas do vulgo, homens como João de Deus do Nascimento. Não parece ser por outra razão que, diferentemente de Varnhagen, Joaquim Caetano demonstrou ao público leitor da revista o que ele, finalmente, considerava ter sido a revolta baiana de 1798: “conciliábulo, compostos das fezes da população bahiana, sem bases determinadas, reunidos em um lugar publico e terminando em um botequim!”³¹.

Em relação à ação política do vulgo, Joaquim Caetano passa a identificar o chefe da revolta, afirmando categoricamente que “do caracter irresoluto do ostensivo chefe João de Deus, fornece-nos provas outro trecho do depoimento supra citado [...]”. A prova sobre o caráter do chefe da revolta é descrita por outro diálogo no qual João de Deus do Nascimento é caracterizado como um bêbado incoseqüente, espertalhão, novamente sem nenhum paralelo na documentação. O cónego afirma, inclusive, que o alfaiate João de Deus, o suposto chefe do vulgo, era “caricático Catilina” e tinha “falta de energia e mesmo a habilidade que muitas vezes supre o talento e a instrução”.

A descrição do caráter do chefe da revolta baiana de 1798 não é um recurso de pouca relevância, uma vez que o cónego caminha entre a falta de caráter do vulgo como possibilidade de corromper a ordenação do corpo coletivo, a sociedade, e o respectivo controle no seu justo termo e limite. Os populares, faltos de caráter por natureza, se perderiam no exercício da política, universo por excelência da classe senhorial. Tanto mais que, no desfecho da narrativa, o cónego retoma o que até agora tinha ficado em aberto, sugerindo, pela primeira vez, uma maior composição social do evento, a partir do questionamento da punição das autoridades coloniais aos réus enforcados em praça pública.

"Se, como conhece o Sr. Varnhagen, a revolução da Bahia não tinha chefe, ou pelo menos não queria elle manifestar-se, deixando-se até nas mãos da ignorância a redacção dos documentos officiaes, não vemos a necessidade das medidas de extremo rigor à que recorreu o governo portuguez, confirmando a sentença proferida pela relação, que condemnava à morte a João de Deus do Nascimento, cabo d'eskadra de milícias, os dous soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, e o crioulo liberto Manoel Faustino, que apenas contava com 18 annos de idade!"³².

Entrevendo que os condenados à morte, dado o caráter de João de Deus do Nascimento, foram a linha de frente para o verdadeiro chefe, muito provavelmente Cipriano Barata, Joaquim Caetano, ao

³¹ Idem. Chamamos atenção para o fato de que durante o ano de 1850, os principais motivos para a prisão de homens livres e pobres e escravos foram a desordem e a embriaguez, respectivamente. Cf. Keila Grinberg. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

³² Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, *op.cit.*, p. 221.

demonstrar anteriormente que as “quiméricas utopias” poderiam suscitar no vulgo ações criminais de toda sorte, questiona os termos das punição das autoridades dos tempos coloniais, pois, a seu ver,

"a prisão, e talvez o desterro dos mais influentes e os castigos corporaes applicados aos escravos, serão mais que sufficientes para abafar a idéia da revolta, mallogrando uma conjuração que deveu toda a sua importancia aos terrores que soube inspirar aos que nessa epocha governavão o nosso paiz. Pensavam porém os magistrados e políticos d'esse tempo que era necessário ostentar um grande apparatus de força sempre que apparecia o menor symptoma de rebellião"³³.

O cônego demonstra, a partir da retórica da revolução como direito de resistência, o ostensivo aparato da punição exemplar, a inflexibilidade dos magistrados e o despotismo das autoridades coloniais como causa da revolta baiana de 1798. Neste particular, além de demarcar as diferenças entre a “sagrada mansidão” da administração do segundo Reinado da qual o autor fazia parte e o despotismo da administração dos tempos coloniais, Joaquim Caetano reafirma o que ele cria ter sido a verdadeira causa do conflito

"Uma proveitosa licção se pode comtudo tirar d'essa burlesca farça, infelizmente terminada no cadafalso, e vem a ser que o descontentamento popular originado pelos erros dos governantes, fornecerá sempre o elemento vivaz de todas as revoluções, e que por maior cuidado que se tenha de submeter a severas quarentenas as idéias liberaes farão ellas, à similhaça das epidemias que zombão dos lazaretos e cordões sanitários, a sua erupção tanto mais terrível quanto mais for o soffrimento imposto pelo despotismo"³⁴.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro altera o tom da crítica em relação às idéias liberais quando passa a considerar quais seriam as conseqüências políticas se essas idéias tivessem base social. Assim, o autor encerra a narrativa sobre a revolta baiana de 1798 com um recado com endereço certo:

Não descem as theorias metafysicas às camadas inferiores da população, não comprehendem os mappas as theses de direito publico, conhecem porém intuitivamente que padecem, aspirão por melhorar a sua sorte, e prestam attentos ouvidos às seducções de alguns ambiciosos, que sobre a sua credulidade firmão o pedestal do seu poder. Difficil, senão impossivel, é sublevar um povo feliz, que vive sob o regime de sabias e justas leis: por conta pois dos maus governos deveremos lançar a responsabilidade de todas as perturbações da ordem social"³⁵.

Como se viu, o artigo de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro se enquadra na perspectiva moralizadora e pedagógica dos romances históricos acerca de algumas “verdades” sobre os temas caros à história pátria, cuja interpretação encontrava-se à época longe de ser hegemônica entre os que compunham as fileiras intelectuais do segundo Reinado. O autor estabelece um diálogo crítico com a interpretação de Francisco Adolfo de Varnhagen, especialmente no que tange à ausência de base social e operacionalidade política das “quiméricas utopias” de homens como Cipriano Barata e, sobretudo, dos homens livres e pobres. Se Varnhagen, ao descrever as proposições dos partícipes da revolta, veiculadas

³³ Idem.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Idem.

nos pasquins sediciosos, demonstrou a existência de bases teóricas para as ações dos revoltosos livres e pobres, Joaquim Caetano, ao contrário, inverteu essa lógica para demonstrar o perigo das idéias republicanas quando apropriadas por esse setor. Ao descrever que as bases teóricas de um Cipriano Barata não passavam de uma utopia “em quarentena”, mas para o vulgo significava, antes de mais nada, a desordem social externalizada em assassinato das autoridades, saques e convulsões sociais de toda sorte, o cônego sugere, por meio de diálogos ficcionais, o instinto “selvagem” desses homens. Chega, inclusive, a afirmar que “não descem as teorias metafísicas às camadas inferiores da população”, sugerindo que as idéias republicanas, devendo ficar “em quarentena”, eram universo político da classe senhorial, ainda que a esse respeito houvesse um série de discordâncias dentro de suas próprias fileiras. Neste ponto em especial, Joaquim Caetano não condena, como Varnhagen, os projetos políticos de inspiração republicana, mas o didatismo do artigo do cônego caminha na direção de alertar seus opositores para a ameaça de corrupção do tecido social caso o vulgo efetivamente participasse do universo da política.

Ao afirmar que João de Deus do Nascimento tinha “falta de energia e mesmo a habilidade que muitas vezes supre o talento e a instrução”, Joaquim Caetano, em primeiro lugar, direciona sua crítica justamente no ponto crucial da interpretação do Visconde de Porto Seguro sobre a revolta baiana de 1798 na primeira edição, mostrando-se, sobretudo, receoso de mudanças políticas. Depois, mesmo sem explicitar a referência, o cônego parece retomar Montesquieu em sua proposição de que as repúblicas fundamentam-se, sobretudo, na virtude, demarcando a clivagem entre os virtuosos do poder e os faltos de caráter. Daí a exploração melodramática da ausência de caráter do vulgo como impossibilidade de participação política sem avançar no viés republicano da revolta propriamente dita, explicitado na obra de Varnhagen com a descrição dos pasquins.

O ano da publicação do artigo de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro era 1860. Período no qual o segundo Reinado já dava os primeiros sinais de desgaste e a campanha abolicionista ganhava cada vez mais as páginas dos periódicos da corte. Com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que definitivamente decretou o fim do tráfico internacional de escravos, houve o acirramento do abolicionismo e, com a Lei de Terras, houve um crescente debate sobre a substituição da mão de obra escrava pelo trabalhador livre. Nesse processo, o lugar a ser ocupado pelos escravos na sociedade foi questão relevante para os beletristas de todas as cores. Quando Joaquim Caetano afirma a existência de “muitos” escravos na revolta de 1798, ficcionando mais uma vez o diálogo entre João de Deus do Nascimento com alguns cativos, o cônego retoma o argumento do Provedor José Venâncio de Seixas e chama a atenção para o perigo de uma ameaça socialmente legitimada. Ao demonstrar uma espécie de cooptação política dos cativos à revolta baiana de 1798, capitaneada por João de Deus, o cônego novamente reafirma sua posição diante dos clivados contornos sociais entre quem trabalha e quem faz política; entre quem manda e quem obedece, e quem ousou desviar sua trajetória original.

Uma vez demarcada sua posição política com inegável argúcia, Joaquim Caetano passa a tocar em um outro ponto absolutamente frágil da política do segundo Reinado: a figura de Pedro II identificada por seus opositores com seus antepassados lusitanos absolutistas e despóticos. A descontinuidade entre a interpretação de Varnhagen e Fernandes Pinheiro acerca da revolta baiana de 1798 é bastante clara também quando os autores marcam suas posições em relação à Independência do Brasil, em 1822, i.e., entre o passado colonial e o segundo Reinado. Como demonstra Lúcia Paschoal Guimarães, tal como Ranke, Varnhagen “privilegia sobretudo o Estado, daí sua ênfase na primazia dos fatos políticos, relativamente isolados das forças sociais”³⁶. Ainda que Varnhagen tenha incorporado o conteúdo dos pasquins sediciosos na primeira edição de sua obra, é inegável a prevalência das ações político-administrativas dos portugueses colonizadores, por mais de três séculos, em uma narrativa cuja lógica histórica era evolutiva e linear.

O artigo de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro caminha, mais uma vez, em outra direção. Cipriano Barata é qualificado pelo cônego como alguém que teve relevante papel na Independência do Brasil, para, em seguida, ser considerado se não o mentor da revolta de 1798, alguém que defendia as “quiméricas utopias”, cuja implantação, dada sua ilustração, não se destinaria a homens como João de Deus do Nascimento. Joaquim Caetano, neste particular, não só prima pela descontinuidade entre a administração do segundo Reinado da qual ele ocupava importante cargo, como refuta a acusação de despotismo extemporâneo de Pedro II ao demonstrar que despóticos eram as autoridades dos tempos coloniais que enforcaram e esquartejaram os quatro homens livres e pobres, quando lhes bastariam a punição de degredo e açoites em praça pública, uma vez que o estado natural de “selvageria” do vulgo não lhes permitiria teorizar a respeito da revolta.

Ao retomar a proposição da retórica da revolução como direito de resistência, tudo leva a crer que o principal termo do artigo de Joaquim Caetano acerca da revolta baiana de 1798 é a redenção do “selvagem”, do vulgo, pela mensagem civilizadora da administração de Pedro II. Essa imagem, presente com eloquência no romance histórico do autor, pertence a uma espécie de construção consensual da imagem modernizadora de Pedro II e da sua administração para reforçar com tintas fortes as noções de pátria e nação que ainda não tinham encontrado lugar definitivo no imaginário da sociedade oitocentista³⁷. A partir de 1848, com o fim da Praieira, nenhum evento de natureza contestatória ocorreu que ameaçasse a consolidação interna da unidade nacional. Joaquim Caetano soube aproveitar como poucos esse dado quando afirmou que a principal causa para todas as rebeliões era a ausência de “justas e sábias leis” dos governos despóticos dos tempos coloniais. Depois, ao mencionar as idéias de Cipriano Barata na revolta baiana de 1798, contestando o absolutismo das autoridades dos tempos idos, não

³⁶ Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *História Geral do Brasil, op.cit.* p. 95.

³⁷ Esse processo de construção consensual da idéia de modernidade de Pedro II e sua administração durante o segundo Reinado é sugestiva da proposição de Pierre Bourdieu, para quem a concordância e a integração social segue os pressupostos de Durkheim, no qual os símbolos “tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral”. Cf. Pierre Bourdieu. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 9-11.

parece exagerada a afirmação de que Joaquim Caetano objetivou demonstrar mais uma vez clivagem entre o passado e o presente sugerindo a figura de Pedro II como alguém sensível ao elo entre a região e o Império, entre as idéias liberais “em quarentena” de um Cipriano Barata e os termos do regime republicano, ao que tudo indica, inevitável.

Não parece ser por outra razão que nos termos do próprio Joaquim Caetano, a administração do segundo Reinado era caracterizada sobretudo por dois pilares de enorme apelo ideológico e resultantes das características pessoais do imperador: a sagrada mansidão e o progresso. A modernidade, portanto, foi pensada em oposição ao passado dos tempos coloniais e conferida à nação brasileira sob os auspícios de Pedro II, cujo império viveu o apogeu de sua grandeza e estabilidade. As benesses da civilização começavam a irradiar pelos centros urbanos do país como um todo, e nas letras, de acordo com Joaquim Caetano e Joaquim Norberto de Souza e Silva(1820-1891), o Brasil saiu do marasmo cultural e das agitações políticas das primeiras décadas do oitocentos para se reencontrar com o seu destino manifesto: o de um país essencialmente agrícola. Se a imagem de Pedro II e da administração do segundo Reinado foram construídas à época em oposição ao passado, a nação brasileira passou a ser pensada a partir de projetos que até então eram conflitantes e interditos, sendo que o maior exemplo nesse caso são “as idéias liberais em quarentena” como um dos possíveis caminhos para o Brasil adaptar-se a uma nova ordem ocidental, a segunda Revolução Industrial, à época em curso.

Os autores em questão estabeleceram um diálogo crítico acerca da composição social do evento e dos termos dos princípios políticos e filosóficos dos partícipes, desencadeando significativas alterações na segunda edição de *História Geral do Brasil*, em 1871 – dois anos antes de Joaquim Norberto de Sousa e Silva publicar, nos quadros da agremiação, a primeira obra sobre a Inconfidência Mineira de 1789. Varnhagen, em primeiro lugar, trocou os termos “socialista e plebiscitos” pelo “Conjuração Baiana” e inseriu, como se viu, no final do item, o comentário onde ressalta a atuação de d. Fernando José de Portugal e Castro na punição exemplar dos réus enforcados em praça pública. Depois, o autor cortou integralmente o conteúdo dos pasquins veiculado na primeira edição, que explicitava os termos políticos e filosóficos dos partícipes, sem fazer qualquer referência à referida documentação. Neste ponto em especial, por ocasião das observações feitas sobre o que permaneceria ou seria excluído para a publicação da segunda edição da *História Geral do Brasil*, Varnhagen escreveu em tom de desabafo:

"[...] e sobretudo dos documentos [ilegível] delles q aqui incluiremos (sic). Se são verdadeiros pasquins, nem por isso se devam desprezar, qdo. são elles tão próprios para dar uma exacta idéia da importância dos revolucionários"³⁸.

Varnhagen amargou grande indiferença entre seus pares sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, revertida após a publicação da segunda edição de sua obra, em 1871, com as

³⁸ Cabe ressaltar, ainda, que a observação manuscrita de Varnhagen sobre o conteúdo dos pasquins não foi incorporada nas edições ulteriores da “História Geral do Brasil”, pelos anotadores Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. AHI, doc. cit, p. 292. Cf. a cópia reprográfica do documento, disponibilizada no anexo I desta pesquisa.

devidas alterações feitas, e do necrológio que lhe dedicou Capistrano de Abreu, em 1878³⁹. O fato é que as análises de Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro acerca da revolta baiana de 1798, em conjunto com as contendas sobre o tratamento dispensado ao indígena, demonstram que o processo de construção de uma história pátria oitocentista ocorreu através de um profundo debate histórico-literário que é reflexo das reais oposições entre as fileiras do mesmo grupo de intelectuais afinados com o poder político hegemônico. A informação que beira a obviedade nos remete outra, menos evidente: mesmo refutando em termos gerais a ousadia popular quando contestou o poder dos tempos idos, e, portanto, construindo a idéia da repressão bem sucedida, em termos específicos não parece imprudente afirmar que os autores em questão abriram os caminhos que foram trilhados pela historiografia regionalista da República Velha no que se refere às idéias republicanas de homens como Cipriano Barata que, articuladas os setores populares, resultaram nas premissas sobre a Conjuração Baiana de 1798 segundo as quais os historiadores do século XX, de uma forma ou de outra, transitaram e transitam até hoje.

³⁹ O *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*, foi publicado no *Jornal do Comércio*, em 1878, e depois reproduzido em apenso à quarta edição de *História Geral do Brasil*. Embora Capistrano tenha inserido o artigo do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro na nota de rodapé n. 66 na *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen.

Manuel de Araújo Porto-alegre: entre a arte e a história

Paula Ferrari¹

[...] o legislador, apesar das concessões que vemos, ainda não está bem compenetrado do seu valor humanitário, e da veildade do artista como força civilizadôra.

Manuel de Araújo Porto-alegre²

O *status* da obra de arte, e da própria arte no tempo e no espaço sofre rupturas, permanências e releituras conforme o caráter institucional da autoridade do discurso que os determinam. A escrita da história, e neste caso da história da arte, também pressupõe a observação do tempo, do espaço e a autoridade que está produzindo o discurso histórico. Dentro do movimento romântico, notadamente, a arte ganha importante função de civilizadora, pelos sentimentos que sua experiência pode despertar e desenvolver como a civilidade, patriotismo, costumes e será aliada ao ideal de história como mestra da vida, no caso do Brasil oitocentista.

A Monarquia Brasileira, segundo Liria Moritz Swarcz, em **As Barbas do Imperador**, seguiu um trajeto original combinando uma tradição européia a um ambiente singular: “[...] *uma cultura que se construiu com base em empréstimos ininterruptos, os quais, no entanto, incorporou, adaptou e redefiniu ao justapor elementos externos a um contexto novo*”³. Durante o século XIX há um amplo debate de como se deve construir o recente Estado-Nação brasileiro, geográfica, histórica, cultural e politicamente e quais aspectos definiriam de forma inequívoca a expressão de uma identidade local intransferível.

Para esse projeto optamos por Manuel de Araújo Porto-Alegre porque representa um intelectual de ampla formação artística com possibilidade de ação dentro das instituições de saber e grupos políticos ligados ao centro de poder do Império. Nascido em Rio Pardo-RS, em 1806, ele presencia ao longo de sua trajetória biográfica mudanças políticas e estéticas do período. Foi discípulo de Debret e Montigny⁴ na Academia Imperial de Belas Artes, em 1831 acompanha Debret de volta a Paris e lá conhece Jean Antoine Gros e boa parte da geração romântica parisiense. Na Itália estuda com o arqueólogo Antonio Nibby. Ainda na França, funda juntamente com Torres Homem e Gonçalves de Magalhães a revista **Nitheroy: Revista brasiliense, ciencias, letras e artes** (1836) marco do romantismo brasileiro, posteriormente Porto-Alegre funda e dirige os periódicos: **Minerva Brasiliense** (1843), **Lanterna Mágica** (1844) e

¹Discente do Programa de pós-graduação do mestrado em história da Universidade Federal de Juiz de Fora.

²Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB)

³ Liria Moritz Swarcz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.19.

⁴ Idem, p.126, Segundo esta autora, Debret e Montigny foram alguns dos fundadores do *Institut Historique* em Paris.

Guanabara (1849). Enquanto diretor da Academia Imperial de Belas Artes propôs reformas no currículo e na metodologia do ensino do Instituto, ações que fizeram parte da Reforma Pedreira de 1855. Foi pintor, professor de pintura histórica, escritor, dramaturgo, cenógrafo, caricaturista, arquiteto, é considerado primeiro crítico e historiador da arte brasileira. Porto-Alegre, como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, escreveu uma série de textos para a revista do instituto refletindo sobre a arte brasileira.

A publicação na revista do IHGB, em 1841, de sua **Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense** é considerada pela historiografia como “[...] a primeira tentativa de repertoriar o passado artístico colonial do Rio de Janeiro, detectando certas singularidades daquela produção.”⁵.

Quem descobriu o Brasil?

Enquanto geográfico teria a tarefa de situar as cidades, vilas, rios, serras, portos, planícies; de conhecer e engrandecer a natureza brasileira, seu céu, clima, matas, riquezas minerais, flora, fauna; de definir os limites do território. Enquanto histórico, deveria eternizar os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos. Para isso deveria coletar e publicar os documentos relevantes para a história do Brasil, incentivar os estudos históricos, manter relações com as instituições congêneres do exterior, especialmente com a instituição que foi o seu modelo, o Institut Historique de Paris⁶.

Januário da Cunha Barbosa

Após a proclamação da Independência, dentro do contexto de consolidação do novo país e seu Estado Nacional, surgem os institutos históricos, guardiões da história oficial e, antes disso, construtores da história da nação e da própria nação, até então desconhecida. Tarefa essencial que tentava estabelecer os complexos critérios de identidade de quem era o brasileiro e o seu país recém-nascido e, inclusive debatia sobre qual futuro era desejável atingir. Nas palavras de Januário Cunha Barbosa era uma questão de “não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história”⁷.

O principal espaço desse debate foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 aos moldes do *Institut Historique* de Paris⁸ que reuniu a elite econômica, política e intelectual carioca, abrigando os primeiros românticos brasileiros a partir de 1840 e, na década seguinte D. Pedro II se tornou um freqüentador assíduo do recinto.

⁵ Tadeu Chiarelli. Introdução. *apud Gonzaga-Duque. A arte brasileira*, p. 16.

⁶ José Carlos Reis, *Varnhagen; o elogio da colonização portuguesa*, p.109.

⁷ Lília Moritz Schwarcz. *opus cit.*, p.127.

⁸ Letícia Squeff. *O Brasil nas Letras de um Pintor: Manuel de Araújo Porto-alegre (1806-1879)*. Segundo esta autora apesar da similaridade do modelo havia diferenças significativas entre os dois institutos. Na França a Instituição era desde o começo privada, sustentando-se da venda de ações, e por isso sofrendo pouca influência do estado, outro ponto é que a história já corresponde a uma atividade profissional e o primeiro secretário recebia salário pela sua função. Como se observa nos textos da historiografia sobre o IHGB, surgido com a iniciativa da Sociedade Auxiliadora rapidamente passou a proteção do Imperador ocupando sala no Paço Imperial.

A associação, estreitamente ligada ao Imperador D. Pedro II⁹ e aos moldes das academias ilustradas européias, acabava por cumprir vários papéis: um espaço para promoção pessoal, uma vez que os sócios e sua ocupação dentro do Instituto eram definidos pelas suas relações pessoais como uma sociedade de corte; um local de projeção e debate intelectual aos moldes da Ilustração, e por fim a consagração de uma elite carioca e suporte para seu projeto civilizador para o país. A importância da história e do poder de emanção do IHGB pode ser verificada nas palavras de Chiarelli:

[...] O debate, ampliado no campo cultural e artístico carioca, versava sobre várias questões. Além da constituição de uma história ideal do Brasil, ao máximo desvinculada da história de Portugal, buscava-se também a constituição de uma história da literatura brasileira, procurando elementos típicos de uma ambiência brasileira.

*Esse debate tinha a intenção de uma produção literária, poética e teatral marcada pelo interesse da busca de valores típicos brasileiros [...]*¹⁰.

A criação de várias instituições de saber no Brasil durante a primeira metade de século dezenove são significativas para se compreender a formação do Estado Nacional brasileiro e sua relação com o campo cultural e artístico. Preocupados com o debate sobre a identidade nacional e modernização do país aos moldes da civilização européia, os intelectuais deste período, em meio a disputas palacianas e políticas, buscam apoiar-se na ciência histórica e tornam o IHGB importante centro de debates, reunião de grupos e suporte de projetos, idéias e estratégias políticas. Segundo Hobsbawm:

*[...] Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos — inclusive o nacionalismo — sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, a criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica seja pela lenda [...] seja pela invenção [...]. Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados Nacionais, tais como o hino nacional [...], a bandeira nacional [...], ou a personificação da 'Nação' por meio de símbolos ou imagens oficiais [...]*¹¹.

O Instituto era uma aliança para a consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura genuinamente nacional, a tentativa de legitimar historicamente um projeto de unificação nacional em sua totalidade, inclusive cultural, ao mesmo tempo em que buscava soluções para modernizar e civilizar o país nos mesmos moldes europeus. O discurso propagado por este centro oficial da produção da memória do país sempre exaltava e resgatava as glórias da pátria num senso de dever patriótico, criando não só um passado, mas também uma tradição com mitos heróicos e grandes feitos.

⁹ Segundo Manoel Luis Salgado Guimarães, em *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*, "... outro será o espaço da produção historiográfica. Não o espaço sujeito a competição acadêmica próprias das universidades européias, mas o espaço da academia dos escolhidos e eleitos a partir das relações sociais nos moldes das academias ilustradas do século XVIII.", p.1.

¹⁰ Tadeu Chiarelli. *opus cit.*, p.16.

¹¹ HOBBSAWM, Eric & HANGER, Terence. **A invenção das tradições**. p.15.

O Desenho como elemento civilizador

Passemos, pois a considerar o desenho como elemento civilizador, como termômetro social, e como base de seguro desenvolvimento nas obras do homem, que pertencendo ao domínio da imaginação criadora por meio das formas.

Os espíritos vulgares o consideram como uma arte de luxo, porém os homens que pensam, as inteligências superiores, o encaram como uma necessidade para a civilização.

Porto-alegre¹²

A produção do IHGB orientou a criação de símbolos, hinos, artes plásticas, monumentos, e a própria literatura, não se restringindo somente ao debate acadêmico. Segundo Chiarelli, além da constituição de uma história ideal do Brasil, a busca da identidade nacional e os elementos típicos da ambiência brasileira foram ampliados no campo cultural e artístico carioca como se observa na Academia Imperial de Belas Artes, cuja particularidade, face aos valores estéticos do período, seria a temática nitidamente pautada na história e nos assuntos literários brasileiros¹³.

Manoel Luis Salgado Guimarães e Lucia Maria Paschoal Guimarães¹⁴ introduzem a extensão da criação e peculiaridades do IHGB e seu contexto, abordando como a historiografia romântica definirá a Nação brasileira, num duplo direcionamento: interno e externo de definição de Brasil e do outro. Partindo da característica ilustrada dessa academia, da mesma forma que Burke¹⁵, em **A fabricação do rei**, esse autor vai criteriosamente discorrendo a história construída pelo IHGB como um palco de atuação para o Estado iluminado, esclarecido e civilizador e a extensão nem sempre perceptível num primeiro olhar desse tipo de relação social que foi estabelecida. Na França do século XVII, o Estado era Luís XIV, no Brasil do século XIX, apesar da monarquia, o Estado é a Nação, logo é sua imagem (seguindo Burke no complexo processo da fabricação da imagem do rei) que está sendo construída.

Tadeu Chiarelli e Isis Pimentel de Castro¹⁶ apontam a ligação da Academia Imperial de Belas Artes às idéias do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e ao projeto civilizatório do Império devido a Reforma Pedreira de 1855 implementada por Porto-Alegre.

Através das cartas de Porto-Alegre a Paulo Barbosa Silva, o mordomo do Paço Imperial, e, portanto, de status político relevante para o período por sua proximidade ao Imperador e suas funções, é

¹² Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB).

¹³ Também importantes referências sobre o assunto são os artigos de Letícia Squeff, Isis Pimentel de Castro e Cybele Vidal Neto Fernandes.

¹⁴ Manoel Luis Salgado Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional Estudos históricos, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, nº. 1, 1998, p.5-27. Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 -1889), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, ano 156, nº. 388, jul./set, 1995, p.459-613.

¹⁵ Peter Burke. *A fabricação do rei, a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

¹⁶ Isis Pimentel de Castro, *Os pintores de história: a relação entre arte e história nas telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: IFCS -UFRJ. 2007.

possível apreender o seu grupo de relacionamentos. Compreendendo o período de 1845 a 1869, a coletânea pode tomar ares de paradigma indiciário se adotarmos a orientação de Carlo Ginzburg¹⁷ e a importância da posição de status devido a relações pessoais para o período e as instituições abordadas. Suas cartas permitem apreender algumas características e seus relacionamentos pessoais. Vemos discorrer, carta após carta, vários nomes significativos para o momento e uma percepção aguçada da realidade que o cerca.

Analisando as representações do mundo social, percebendo por quem, como e com que finalidade os discursos são construídos, Roger Chartier – **A História Cultural** aponta que alguns dos discursos produzem estratégias e práticas sociais “[...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”¹⁸.

A reforma na Academia Imperial de Belas Artes é fruto de um projeto pessoal e racional de Porto-Alegre, cuja determinação e conhecimento são oriundos de um setor da sociedade e de uma historicidade específica. Se por um lado é a arte a serviço do Império, nas palavras de Castro, parto do pressuposto que é também a arte que este intelectual compreende como ideal de um processo civilizador para o Brasil.

O conceito de processo civilizador procede de Norbert Elias¹⁹ ao analisar as transformações dos costumes e a forma como os indivíduos as percebiam e recebiam, e, a partir daí, observando as mudanças nos modos de agir e pensar desses indivíduos. De acordo com este autor, não é possível vislumbrar uma racionalidade no processo civilizador como um todo, no seu momento de ocorrência, mas pode-se perceber sua existência em projetos pessoais, segundo Elias

*[...] O que aqui se coloca no tocante ao processo civilizador nada mais é do que o problema geral da mudança histórica. Tomada como um todo, essa mudança não foi "racionalmente" planejada, mas tampouco se reduziu ao aparecimento e desaparecimento aleatórios de modelos desordenados[...]*²⁰

A arte a serviço do Império discute os vários aspectos dessa reforma e as transformações sociais que ela gerou²¹, como a preocupação em centralizar o ensino para substituir localismos por padrões de comportamentos e valores convenientes a uma nação em construção.

A preocupação com a arte nacional, apesar da Missão francesa em 1816, e posteriormente a criação da Academia Imperial de Belas Artes, surge tardiamente se comparadas com a literatura e a

¹⁷ Carlo Ginzburg. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Caroti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁸ Roger Chartier, *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990. p.17

¹⁹ Norbert Elias, *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v.1 e 2.

²⁰ Norbert Elias, *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v. 2, p.194.

²¹ Isis Pimentel de Castro, *A arte a serviço do Império*. Brasília: *Nethistória*, In <http://www.nethistoria.com> acesso em 28/ago./2005.

história. Alguns aspectos podem ser apresentados, e, inclusive, são parte das justificativas para o abandono que a Academia sofreu nos seus primeiros anos.

Para Gonzaga-Duque, a Missão Francesa havia interrompido uma tradição visual local e seu ensino introduziu uma arte descaracterizadora dos elementos autóctones, produzindo dessa forma uma arte sem significação para o país, posição que Porto-Alegre parece adotar no seu artigo **Memórias da Escola Fluminense** e outros textos onde critica severamente os estrangeiros presentes na escola.

Outro aspecto, e este mais espinhoso, é apontado por Isis Pimentel de Castro: a nossa tradição jesuítica que prestigiava muito mais as atividades literárias que as artes visuais, condição agravada pelo fato dos ofícios mecânicos estarem associados ao trabalho de escravos. A reforma na Academia visava alterar esse quadro formando artífices qualificados para atenderem a indústria, tanto no aspecto técnico quanto estético, ambos indissociáveis para Porto-alegre.

Mocidade, deixai o prejuizo de almejar os empregos publicos, o telonio das repartições, que vos envelhece prematuramente, e vos condus á pobreza e á uma escravidão continua; applicai-vos ás artes e á industria: o braço que nasceu para o rabote ou para a trolha não deve manejar a pena. Barri os preconceitos de uma raça decadente, e as maximas da preguiça e da corrupção: o artista, o artifice e o artesão são tão bons obreiros na edificação da patria sublime como o padre, o magistrado e o soldado: o trabalho é força, a força intelligencia, e a intelligencia poder e divindade.²²

O projeto civilizador de Manuel de Araújo Porto-Alegre, de ordem prática e estratégica, mudaria toda a compreensão do status do artista. Suas idéias que tomaram corpo na Reforma Pedreira (1855), dividiram para sempre o artífice de ofício do artista, preocupado ao mesmo tempo com a capacitação de mão de obra para a indústria e com a equiparação do império à civilização da Europa, foi um homem que tomou para si as preocupações com a arte.

Apesar de ter sido inspirada na Académie Royale Peinture et Sculpture da França, a Academia Imperial de Belas Artes, segundo Castro, também teve grande influência de Winckelmann²³. Para este arqueólogo do século XVIII a arte teria uma dupla função: agradar e instruir, inspirando naqueles que observassem sentimentos e comportamentos civilizados, buscando elevar o espírito para atingir a bela alma. A pintura de história, os monumentos, o cuidado com a produção de símbolos deste período em parte teria sua justificativa pelo seu caráter de narrativa visual com caráter pedagógico da História e da

²² Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB).

²³ "Os estudos de Winckelmann também tiveram grande influência no ensino da AIBA, citado diversas vezes por Taunay em seus discursos, suas obras também faziam parte do acervo bibliográfico da academia." Isis Pimentel de Castro, *Os pintores de história: a relação entre arte e história nas telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: IFCS -UFRJ. 2007, p. 14.

Arte, no caso de Porto-Alegre a questão é apenas um desdobramento da importância da arte: "*Sem arte não há cunho de civilização, não há expressão do bello, não há documento do passado*".²⁴

Nesta citação podemos perceber a importância que Porto-alegre atribui à arte como contribuição ao projeto do IHGB. A arte para ele possui dois pontos de permanência importantes pela universalidade que sua linguagem das formas pode atingir e pela duração da idéia materializada.

Sendo o desenho a base essencial dessa linguagem, o pintor o coloca como uma escrita universal que vence a diferença entre o viajante e os lugares, desvela o sudário do tempo que se interpõe entre o homem de hoje e o antigo sacerdote. Nessa orientação a arte se torna um registro que é capaz de vencer o prisma do tempo

*"[...] que decompõe a tradição e translus toda sorte de enganos [...] todas as memorias monumentaes levantadas á divindade, ao homem ou aos fastos nacionaes, são conservadas e transportadas por esta terceira forma do pensamento, sem comentarios, hypotheses, conjecturas, ou o socorro de algum systema engenhoso, que mais abrilhanta a sagacidade do seu inventor do que esclarece a verdade."*²⁵

A obra de arte, conservando em sua matéria vários conhecimentos, tecnológico, estético, cultural, que são necessários para a sua confecção, encerra em si um arquivo para se compreender o universo onde foi gerado revelando-se um termômetro de sua sociedade. O gênio, a inspiração do artista para ele não são suficientes, é necessário também o conhecimento técnico e erudição²⁶ para que seja desenvolvida uma arte superior capaz de condensar em si todo o conhecimento acumulado até sua época. Esta educação não se restringiria só ao artista, mas a toda a sociedade, dos que se utilizam deste conhecimento para produzir, domar a natureza bruta, aos que usufruem dessa produção; pois para se apreciar e compreender a profundidade do Belo também são necessários treino e educação.

Nesses termos a Reforma da Academia é indispensável na história da nação, segundo Porto Alegre. Sua produção salvaria os homens finados e presentes do esquecimento e também elevaria o futuro, numa prova material da civilização brasileira.

Bibliografia

²⁴Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB)

²⁵ Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB).

²⁶ A erudição aqui é utilizada no sentido de educação adquirida para compreender as manifestações do pensamento. A base dessa educação, para Porto Alegre, seria constituída primeiro pela a gramática, chave de todas as línguas; a geometria onde se encontra a lógica e o conhecimento dos números e da extensão e por último, o desenho que possibilita a perfeição da vista na apreciação das formas e na compreensão do belo.

- CANDIDO, Antonio. *A formação a literatura brasileira: momentos decisivos*, vol. 2, 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CASTRO, Isis Pimentel de. A arte a serviço do Império. Brasília: *Nethistória*, In <http://www.nethistoria.com> acesso em 28/ago./2005.
- _____. Os pintores de história: a relação entre arte e história nas telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: IFCS -UFRJ. 2007.
- COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Círculo do Livro, Coleção Primeiros Passos, vol. 7. s/d.
- _____. *Como estudar a arte brasileira do século XIX*. São Paulo: SENAC, 2005.
- ESTRADA, Luiz Gonzaga Duque. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1ª edição: 1888, 1995. – (Col. Arte: Ensaios e Documento).
- FERNANDES, Cybele Vidal Neto. Forjando a nação, o cidadão, o artista... O sentido da Academia. UNICAMP: *Anais anpap -99* In <http://wawrwt.iar.unicamp.br/anpap/anais99/história55.htm> acesso em agosto de 2005.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Caroti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 -1889), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, ano 156, nº. 388, jul./set, 1995, p.459-613.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, nº. 1, 1998, p.5-27.
- _____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topói - Revista de história*, Rio de Janeiro: 7letras, nº 5, set./2002, p. 185-200.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. "O surgimento da pesquisa antiquária" in *As raízes elásticas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SQUEFF, Letícia Coelho. A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista, *Cadernos Cedex*, nº51.

- ____. Quando a história (re)inventa a arte: a escola de pintura fluminense, *Rotunda*, Campinas: Centro de Pesquisas em história das artes no Brasil. (CEPAB), Instituto de Artes, UNICAMP, nº1, 2003, p19-31.
- ____. *O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre*. Campinas: Ed. Unicamp. 2004.
- WEHLING, Arno. "O Historismo e as origens do IHGB" In *A invenção da história: estudos sobre historicismo*. Rio de Janeiro: Ed. Central da U. Gama Filho/Niterói: Ed. UFF, 1994, p. 151-168.
- ____. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Fonte

Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB).

Paulistas e Portugueses no contexto da formação do Termo de Mariana, 1700-1750

Quelen Ingrid Lopes

Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Neste artigo será apresentado o uso da prosopografia na perspectiva de uma pesquisa que se utiliza de fontes documentais de fundo cartorário. Para tal feito, será tomada como objeto de reflexão a atuação de dois grupos sociais presentes no povoamento do Termo de Mariana, quais sejam, os paulistas e os reinóis.

Em sua primeira acepção, a prosopografia, definia-se por figura de pensamento, mais especificamente por figura de retórica, uma descrição “o mais viva possível” do quadro externo, dos movimentos e traços de uma pessoa ou de um animal. Na Renascença a prosopografia “persegue objetivos de ordem exclusivamente literária e moral,” não tendo os personagens apreciados em uma determinada obra, qualquer obrigação de pertencerem a um perfil específico, ou mesmo de uma mesma época, nem as informações sobre suas vidas espelham harmonia: a qualidade requerida para sua inserção nesse tipo de obra é a de terem “sido ilustres”. Homens bons e homens maus, tinham seus feitos mais notórios resgatados em tais obras com o intuito de oferecer ao “cidadão comum” a orientação de como agir e de como *não* agir.¹

A partir da segunda metade XIX, orientados pela busca de cientificidade da disciplina História, os historiadores do período romano foram os primeiros (seguidos dos que tratavam o período grego) a utilizar a prosopografia com a finalidade analisar o desenvolvimento do pensamento político através da biografia de famílias ou de indivíduos atuantes na esfera política. A partir de 1950 novas pesquisas atreveram-se no campo da história social, evoluindo o procedimento da prosopografia, que nesse momento passa a servir como instrumento auxiliar em pesquisas voltadas para outros períodos históricos, interessadas em observar a evolução de estruturas sociais através de dados sociais e culturais:

No todo, através dos diferentes períodos históricos, muitos grupos, de variada importância numérica, foram escolhidos como objetos de estudo prosopográfico: os cônegos, os duques e pares, os prelados, as elites municipais, mas também os criminosos e até mesmo, o conjunto dos habitantes de uma cidade².

Para Lawrence Stone a prosopografia é “a mais valiosa técnica de pesquisa histórica³.” Acredita que o recurso à prosopografia permite desfazer alguns problemas da pesquisa histórica, pois permite compreender o que existe por trás das retóricas do discurso político, através das filiações sociais e

¹ LALOUILLE, Jacqueline. Do exemplo à série: história da prosopografia. IN: Para *uma outra história das elites*. p.58-62.

² Idem, p.69.

³ STONE, Lawrence. *Prosopography. The Past and the Present*. Oxford, 1981, p. 46.

econômicas dos grupos; no tocante à história social, possibilita acompanhar as trajetórias de grupos com condições específicas (em geral elites), como por exemplo, indivíduos com títulos de nobreza, membros de associações profissionais ou religiosas, e outros indivíduos detentores de propriedades sociais desejáveis em cada grupo, sejam elas culturais, intelectuais, políticas ou econômicas.

Este método possibilita desvendar os graus de mobilidade social dos mesmos indivíduos, e compreender em que medida os exemplos daqueles que foram bem sucedidos influenciaram os demais, ao ponto de serem perseguidos pelo restante do grupo, indicando a valorização ou desvalorização ao longo do tempo das propriedades requisitadas em cada grupo:

O propósito da prosopografia é oferecer sentido à ação política, ajudar a explicar mudanças ideológicas e culturais, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade, o grau e a natureza dos movimentos que se realizaram em seu interior⁴.

No substrato da evolução no procedimento da prosopografia - de obras que reuniam as histórias de vidas e feitos marcantes de um conjunto heterogêneo de indivíduos com objetivo moralizador, para um instrumento de análise do desenvolvimento dos interesses e inclinações políticas, e das modificações da estrutura social - encontra-se a retomada da noção de elite. Segundo Flávio Heinz, a opção pelas elites se deve ao fato de ser a prosopografia um método que busca "revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico⁵", possibilitando também perceber as diferenças entre os grupos, e as suas interações.

A noção de elite que se advoga não é aquela "fixada em personagens e atos excepcionais", mas orientada pela "busca das regularidades, dos sinais comuns, dos condicionamentos sociais ou culturais na história de homens e coletividades⁶". Em suma, as elites perscrutadas pelo método prosopográfico têm um caráter sociológico, são determinadas pelo conjunto de características sociais, culturais, enfim atributos que lhes permitem deter um capital diferencial diante de outros indivíduos, "diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos⁷". Essa opção pelo estudo de grupos específicos ou elites, é "uma *solução de escala*, uma chave metodológica para perscrutar a complexidade do social a partir do enfoque em universos de análise ao mesmo tempo reduzidos e abundantes em informações sociais⁸".

Ao propor uma pesquisa que enfoque justamente a redução da escala de observação sobre dois grupos de uma determinada região, buscando desvendar os meandros do processo de formação e estruturação do seu mundo social, a utilização da prosopografia é fundamental. Nesse sentido, ao pensar a formação do espaço agrário do Termo de Mariana a partir da observação sistemática dos processos de escolhas das

⁴Idem, p. 47

⁵ HEINZ, Flávio M. (org.) *Para uma outra história das elites*. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 9.

⁶ Idem, p. 10

⁷ HEINZ, Flávio M. (org.) *Para uma outra história das elites*. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 7.

⁸ Idem, p. 10.

interações sociais e econômicas do grupo dos paulistas e do grupo dos reinóis, tal ferramenta metodológica torna-se, como dito acima, indispensável.

A região de Minas Gerais, especialmente seus centros auríferos, sofreu um povoamento intenso em um curto espaço de tempo. Pessoas de várias partes da Colônia e da Metrópole afluíram para a região em busca da riqueza descoberta pelos bandeirantes do planalto paulista. Em pouco tempo paulistas, baienses, pernambucanos e reinóis (em seguida apelidados de emboabas) entram em conflito pela posse das melhores datas minerais. Os paulistas, por terem sido os responsáveis pela descoberta aurífera, intitulavam-se, pois, donos por direito das lavras⁹, situação que culminou na “Guerra dos Emboabas” (1707-1709). Além dos conflitos envolvendo a posse de terras minerais, existia o problema do abastecimento de víveres para a região, que por ser de difícil acesso era sempre precário, e segundo alguns autores, a característica de solo rico em minério condicionaria o mesmo a ser de péssima qualidade, o que inviabilizaria uma cultura de subsistência em nível satisfatório¹⁰. Contudo, para alguns autores, numa renovação de alguns velhos pressupostos da historiografia de Minas Gerais, tem colocado em questão a existência de uma agricultura de subsistência considerável no período do auge da extração aurífera¹¹.

Não permeia o horizonte de propostas deste artigo, fomentar a discussão sobre o conflito que deu origem à Guerra dos Emboabas, nem discutir sobre a formação do espaço agrário e sua estrutura na Vila de Mariana e seu Termo - apesar de ser, a primeira, reflexo também da identidade dos grupos aqui tratados, e a segunda, finalidade última à qual se pretende chegar através da prosopografia daqueles mesmos grupos - mas sim, dentro das limitações próprias de qualquer fonte histórica, fazer um paralelo entre a pequena introdução teórica sobre a prosopografia aqui apresentada, e as possibilidades de realização de um estudo, que, não pretendendo ser em sua essência prosopográfico, conta substancialmente com o apoio dessa ferramenta. Todavia, para que se compreenda a função da prosopografia na interrogação das fontes aqui a serem apresentadas, faz-se obrigatório uma breve exposição da problemática à qual as mesmas se inserem.

Destarte, tendo como objeto a formação do espaço agrário do Termo de Mariana, propõe-se um exame a um nível de escala reduzida de observação sistemática dos processos de escolhas das interações sociais e econômicas de reinóis e paulistas. Reduzir a escala de observação não é tão somente reduzir a região estudada ou a quantidade de indivíduos a esmo, é reduzir a observação para dentro de um grupo previamente escolhido e esmiuçar suas ações através dos registros que deixaram sobre suas vidas nas fontes documentais.

⁹ ROMEIRO, Adriana. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. (org. Adriana Romeiro, Ângela Vianna Botelho). Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 152.

¹⁰ZEMELA, Mafalda P. *O abastecimento na Capitania das Minas Gerais*. 2. Ed., São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990. [1951]

¹¹GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, n. 2, pp. 7-36, jun. 1986.

Mas essa empresa seria impraticável se fossem analisados todos os habitantes da região por dois motivos: o primeiro, se dá na própria análise das fontes documentais, seria uma massa muito grande a ser manejada no momento da análise dos dados, tendo em vista que o ato da pesquisa nas fontes documentais não termina quando se encontra pronto o banco de dados, mas é justamente nesse momento em que se inicia de fato a mesma; o segundo motivo, acha-se dentro dos questionamentos feitos na pesquisa, seria inválido analisar o conjunto de uma população, em todas as instâncias que as fontes permitissem observar, se a proposta é analisar o processo de construção de um determinado espaço através de uma das atividades básicas do ser humano, a agricultura. Perderia-se de vista a questão de fundo dentro de inúmeros pequenos desvãos cotidianos.

O enredo da pesquisa determinou a escolha dos grupos. O conflito da Guerra dos Emboabas ofereceu alguns dos argumentos para o fechamento da pesquisa em torno dos paulistas e dos reinóis, pois os primeiros, mesmo saindo perdedores do conflito, formam o grupo chave dos primeiros descobrimentos auríferos, e da expansão da fronteira de Minas Gerais nas décadas posteriores¹², enquanto os reinóis tornam-se presença forte logo no início do povoamento e no desenrolar do conflito.

A intenção é percorrer as estratégias desses, para delinear: o caráter de afirmação do seu espaço dentro dessa sociedade instável; o processo de efetivação da posse da terra, questionar a constituição de uma possível territorialidade entre os dois grupos apontados, e descobrir se a clivagem entre os grupos aqui tratados foi duradoura a ponto de interferir em suas alianças matrimoniais, em suas atividades econômicas e nas relações sociais.

A documentação escolhida para essa investigação é de fundo cartorário (ofício de notas) custodiado pelo Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. O principal tipo documental são os inventários. Através deles foram identificados paulistas e reinóis, por meio dos testamentos trasladados em seu interior onde declaravam suas naturalidades, ou (no caso dos paulistas) pelo arrolamento de bens em vilas paulistas. O objetivo é cruzar essa fonte com outras, como, os livros de notas, testamentárias, e matrimônios (estes custodiados no Arquivo Eclesiástico de Mariana).

A análise prosopográfica desses documentos se dará através do cruzamento dos nomes¹³ dos indivíduos encontrados nos inventários em outros tipos documentais pesquisados. Por exemplo, tomando um indivíduo como ponto de partida podemos rastrear suas transações de compra e venda de bens rurais (registro presente nos livros de notas), observando se as mesmas são feitas apenas com outros indivíduos do mesmo grupo, ou se é indiscriminada. Negociando apenas com indivíduos do seu grupo, estariam

¹² CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e Pecuária na capitania de Minas Gerais 1674-1807*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado), p. 186 Este autor sugere que os paulistas, após terem perdido sua hegemonia sobre as terras do ouro, teriam voltado para suas terras de origem, ou "meteram ombros à obra de descobrimento das lavras auríferas das minas gerais, desde logo (percebem) que os frutos das atividades agrárias eram douradas pela mineração; Sobre a obra do descobrimento paulista ver: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

¹³ GINZBURG, Carlo & PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

protegendo a si e ao mesmo grupo, assegurando a posse de terras vizinhas ou solidificando sua presença sobre determinada região.

Pelos inventários é possível identificar as redes sociais: quem é o inventariante responsável pelo andamento do processo, e pelas nomeações de tutores aos herdeiros menores de idade. Outorgar essas duas tarefas a indivíduos do seu grupo é indício de confiança e estreiteza dos laços sociais. Através dos registros de casamentos, é possível identificar as origens dos nubentes, de qual região eram naturais, a partir dessa informação pode-se inferir se os casamentos eram realizados em sua maioria entre indivíduos do mesmo grupo, indicando uma tendência à proteção de seus bens, e manutenção da sua coesão.

A grosso modo, tendo-se consultado as fontes e reconhecido as possibilidades de informações que elas oferecem ao pesquisador, o próximo e mais importante passo, é a montagem de um questionário (ficha de pesquisa) onde existam todos os campos passíveis de serem preenchidos ao longo da pesquisa. Levando-se em consideração os limites que as fontes pré-estatísticas impõem ao pesquisador, como por exemplo, diante de uma possível inviabilidade de seguir um reinol encontrado nos inventários no momento do cruzamento com outras fontes, este servirá como indício¹⁴ na análise das características da identidade geral do seu grupo. Pretende-se, de fato, apropriar-se da técnica dentro das limitações das fontes, assim, mais do que a reconstrução das biografias dos indivíduos, busca-se a realização da biografia dos grupos, a qual é mais condizente com as possibilidades que as fontes vislumbram possibilitar.

Pesquisas que se proponham a utilizar a prosopografia, ou metodologia das biografias coletivas, especialmente para períodos anteriores aos censos, à cultura estatística, devem ter em mente os limites de suas fontes. Mas, mesmo diante dos melindres das fontes - existentes em qualquer estudo - essa metodologia, cada vez mais, mostra-se uma ferramenta útil para aqueles que desejam observar os "grupos sociais em suas dinâmicas internas e em seus relacionamentos com os outros grupos e com o espaço do poder, somando os métodos e resultados de pesquisa que apontem para uma compreensão cada vez mais ampla dos processos históricos¹⁵".

BIBLIOGRAFIA

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e Pecuária na capitania de Minas Gerais 1674-1807*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado)

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Caroti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo & PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Caroti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁵ HEINZ, Flávio M. (org.) *Para uma outra história das elites*. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p.12.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, n. 2, pp. 7-36, jun. 1986

HEINZ, Flávio M. (org.) *Para uma outra história das elites*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

ROMEIRO, Adriana. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. (org. Adriana Romeiro, Ângela Vianna Botelho). Belo Horizonte: Autêntica, 2003

STONE, Lawrence. Prosopography. *The Past and the Present*. Oxford, 1981.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento na Capitania das Minas Gerais*. 2. Ed., São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990. [1951]

O PODER E O PODER SOBRE O CORPO: UMA LEITURA DO SABER CIENTÍFICO ATRAVÉS DAS TEORIAS DE MICHEL FOUCAULT E ROGER CHARTIER.

Revelino Leonardo Pires de Mattos

... Contudo, é um reconforto e um profundo apaziguamento pensar que o homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples dobra de nosso saber, e que desaparecerá desde que este houver encontrado uma forma nova¹.

Esta epígrafe sugere algumas análises. Este homem “inventado há dois séculos”, possui peculiaridades filosóficas que não serão aprofundadas em nosso trabalho. Para nós a implicação desta epígrafe diz respeito ao aprofundamento do indivíduo. Este aprofundamento se dá pela nova caracterização que o indivíduo recebe. Ele é um indivíduo que passa a ser não apenas racionalmente reconhecido, como o indivíduo do Iluminismo, mas também constituído de um corpo que precisa ser disciplinado.

Nosso trabalho pretende identificar discursos disciplinadores produzidos pela ciência médica, em Juiz de Fora, no período entre 1890 – 1910. O período estudado assim como o tema têm sido objetos de vários estudos². No entanto, nosso enfoque se difere, principalmente, pela análise qualitativa das fontes e pela base teórica adotada. Os autores que nos basearão são as teorias de Michel Foucault (1926 -1984) e Roger Chartier (1945). As fontes serão coletadas em jornais da época buscando algumas atas da SMC/JF (Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora); notas policiais que dizem respeito a infrações do código de posturas; notícias sobre doenças que acometiam a população na época; posicionamento dos médicos em relação aos atos governamentais; publicação de leis implementadas e resultados eleitorais no município; processos movidos contra pessoas que praticavam a medicina de forma ilegal, contra fabricantes de produtos ilegais. Por fim, destacaremos algumas intervenções dos médicos no âmbito da política local como homens ocupantes de cargos públicos e como cientistas propondo projetos para a urbanização e higienização da cidade retratados nos respectivos jornais e nas leis aprovadas no período.

¹ FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 6ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pág 14.

² LANA, Vanessa. **Uma associação científica no ‘interior das gerais’: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMC/JF) – 1889-1908**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006. BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **O Sanitarismo na “Manchester Mineira”: uma das vias de modernização na cidade – 1889 – 1918**. XV Encontro Regional de História – Seção de Minas Gerais da Associação Nacional de História (ANPUH-MG). São João Del Rey, julho de 2005. (Anais Eletrônicos). E MARQUES, Rita de Cássia. **A imagem social do médico de senhoras no século XX**. Belo Horizonte: COOPMED. Editora médica, 2005.

Considerando que no período destacado estão acontecendo fatos nos âmbitos político, social e cultural que contribuem para essa nova caracterização do indivíduo, entendemos que tais fontes nos ajudarão a sustentar a idéia de que no final do século XIX e início do século XX houve uma inserção de práticas-discursivas disciplinadoras. Ao mesmo tempo nos darão subsídios para fazermos uma discussão de como o pensamento científico se constrói. A princípio entendemos que a ciência é construída mais pela adequação de práticas-discursivas de uma época do que por uma intervenção particular das suas práticas no comportamento de grupos sociais. (...) *A ciência permite que os humanos satisfaçam suas necessidades. Não faz nada para mudá-las. Não são diferentes hoje do que sempre foram. Há progresso no conhecimento, mas não na ética ...*³.

No caso da produção científica produzida em Juiz de Fora concordamos com as proposições de Vanessa Lana, quanto a importância de se estudar outros contextos de produção científica, com a idéia de que há produção científica em lugares periféricos fora do eixo Rio-São Paulo e também com a discussão de que a historiografia da ciência desprivilegia a produção científica antes da década de 1930⁴.

*O estudo da SMCJF e de sua atuação na sociedade juizdeforana auxilia o questionamento acerca da idéia do atraso científico brasileiro por vários fatores. Primeiramente, por tratar-se de uma instituição formada ainda no século XIX e em uma cidade interiorana que ainda estava se constituindo, com menos de cinquenta anos de história. E também, porque os profissionais reunidos na Sociedade estavam discutindo os principais pontos referentes a teorias e práticas médicas em voga no cenário mundial e formulando propostas de intervenção no espaço urbano e na saúde da população*⁵.

Diante disto, entendemos a importância da SMCJF, entretanto, não pensamos que tanto a atuação, quanto a divulgação de seu saber e a produção da sua "ciência" médica, não se pautaram somente pelas discussões implementadas nesta instituição. Entendemos, que falar da construção de uma ciência que cada vez mais se apropria dos corpos dos indivíduos e do corpo social, graças às suas teorias, como é o caso das intervenções médicas ocorridas, principalmente, a partir da segunda metade do XIX e início do XX, é identificar um saber que atua em vários espaços da sociedade e cada vez mais reconhece o indivíduo e seu corpo como objetos. Devemos destacar que esta "apropriação" do indivíduo e do corpo só se deu graças a uma determinada organização social pautada na cultura capitalista e num habitat próprio capaz de reproduzir esta cultura, o urbano.

³ GRAY, John. **Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outros animais**. Rio de Janeiro: Record, 2005. Pág169.

⁴ LANA, Vanessa. **Uma associação científica no 'interior das gerais': a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMC/JF) – 1889-1908**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

⁵ Idem . (pág. 18)

A descoberta da teoria microbiana e dos mecanismos de contágio da doença, cujos princípios se vulgarizaram apenas ao final do século XIX (grivo meu) e só então, trazendo benefícios e resultados (Flandrin, 1988, p. 228), deu o golpe de misericórdia no velho humorismo hipocrático, que já não mais atendia aos interesses da nova classe emergente. Determinando uma das mais notáveis revoluções na medicina, forneceu o argumento de peso que faltava para erradicar das mentalidades burguesas uma concepção que, desde os gregos, conseguiu perdurar por mais de dois milênios na história da humanidade⁶.

Sendo assim, conceber estas relações de poder, que permitem a um poder-saber se fazer presente no corpo físico é dar destaque às novas relações de poder, ou de micro-poderes que se constituem através das relações sociais implementadas pelo sistema vigente. Por tudo isso, entendemos que estamos dando uma contribuição para o debate dos estudos de História política.

Assim, enquanto a História política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos "grandes homens"), já a nova história Política que começa a se consolidar a partir dos anos 1980 passa a se interessar também pelos "poder" nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante)⁷.

Após estas breves lucubrações deixaremos uma breve observação. Não voltaremos às discussões preteridas acima. Entendemos que na seqüência dos assuntos estará implícito ao leitor que mesmo quando estivermos fazendo algumas considerações sobre a cidade e a medicina estaremos nos reportando às idéias de poder e das nossas contribuições para as discussões dos estudos de História Política.

Através das teorias de Michel Foucault e Roger Chartier pretendemos conciliar duas noções produzidas, respectivamente, por eles a de "Disciplinarização do Corpo" e a de "Representação Coletiva". No nosso entendimento tais noções serão úteis para elucidarmos a produção científica através de uma outra perspectiva.

⁶ LIMA, Tânia Andrade. **Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX.** Manguinhos, II(3):4496, nov 1995-fev.1996.

⁷ BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Pág 107.

A idéia de sociedade disciplinar que corrobora nossos estudos é de Michel Foucault⁸. Apesar de seu estudo de caso ter focado a França do século XVIII, entendemos que tal abordagem possa ser ampliada para o contexto de Juiz de Fora da última década do século XIX até a segunda década do XX. Tais afirmações não têm a pretensão de dizer que este período e cidade são os únicos objetos passivos da aplicação da teoria de M. Foucault. Destacamos que tal discussão acerca da sociedade disciplinar não pode ser considerada como uma categoria homogênea e bem sucedida. Mas, mesmo com esta conotação entendemos que a idéia da disciplinarização do corpo é pertinente para um trabalho que busca entender o funcionamento histórico de uma ciência num determinado contexto. Sendo assim, entendemos que o contexto urbano capitalista validou uma série de práticas discursivas, dentre elas a da disciplina. Para que houvesse esta validação houve a necessidade de uma adequação dos corpos. Por isso, este discurso passou a ser validado, acatado e ao mesmo tempo repellido por grupos sociais ou por instituições.

(...) o indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação "ideológica" da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a "disciplina". Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele "exclui", "reprime", "recalca", "censura", "abstrai", "mascara", "esconde". Na verdade o poder produz; ele produz realidade. Produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção⁹.

Outro autor importante para nossas proposições é Roger Chartier (1945). Através do conceito de "Representação Coletiva" nos basearemos para identificar os grupos que buscavam se afirmar na sociedade juizdeforana produzindo uma "Representação de si". No nosso caso nos prenderemos aos médicos que atuaram não só SMC/JF mas em toda a sociedade. As elucubrações de Roger Chartier nos dão subsídios importantes para entendermos os mecanismos culturais destes grupos. Pois, envolve práticas e apropriações construídas pelos diversos grupos sociais. Esta característica nos desobriga identificar a qual classe pertence determinados sujeitos. No nosso caso a construção da "Representação Coletiva" de Juiz de Fora pode ter sido divulgada por uma elite, mas acatar tal construção extrapola estes membros da sociedade à medida que outros grupos sociais acatam-na e reconstróem esta "Representação". Por isso, independente desta divulgação sobre si, a "Representação coletiva" (re) produzida na sociedade não dá a este ou àquele grupo o status de fundador desta representação.

⁸ Para mais detalhes consultar a obra: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência das prisões**. 14^a ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência das prisões**. 14^a ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

Uma dupla via é assim aberta: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma; a outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito concedido à representação que cada grupo faz de si mesmo, portanto, à sua capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir de uma exibição de unidade¹⁰.

Fazer uma junção entre as teorias de Roger Chartier e Michel Foucault pode parecer uma incoerência metodológica dada as críticas que Roger Chartier faz a algumas idéias de Michel Foucault. Mais contundentes são as críticas acerca das idéias de apropriação dos discursos. Idéias estas que segundo Roger Chartier corroboraram para a crise epistemológica da historiografia recente.

(...) algumas proposições organizadas em torno de uma história das apropriações. (...) Essa reformulação, que enfatiza a pluralidade dos empregos e das compreensões e a liberdade criadora – mesmo que seja regrada – dos agentes que nem os textos nem as normas impõem, distancia-se, em primeiro lugar, do sentido que Michel Foucault dá ao conceito, considerando a "apropriação social dos discursos" como um dos procedimentos maiores pelos quais os discursos são assujeitados e confiscados pelos indivíduos ou pelas instituições...¹¹

No entanto, mesmos com severas críticas às formulações de Michel Foucault que são essências para nossos argumentos, entendemos que será possível utilizar os autores conjuntamente. Neste sentido, a possibilidade de entender como se deu a inserção social dos saberes médicos através de práticas discursivas disciplinadoras e da "Representação de si" indica a construção da "Representação Coletiva" da cidade.

1) Juiz de fora o poder e o poder sobre o corpo.

No cenário europeu, principalmente na França e Inglaterra as pessoas vivenciavam uma euforia típica de virada de século. Havia grandes possibilidades de avanços e bem estar para todos. Alguns destes avanços já eram percebidos como a luz elétrica, os bondes elétricos, o telégrafo, novas tecnologias da engenharia adotando materiais como o ferro e o aço, as descobertas científicas com destaque para a

¹⁰ CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. (pág. 73)

¹¹ *Ibidem*: pág. 67

microbiologia de Pasteur e as teorias Darwinistas (século XIX). Este contexto foi denominado como o período da “Belle Époque”¹².

Juiz de fora no período de 1890 – 1910 vivenciou o seu auge industrializante. A cidade era tida como uma das mais modernas no cenário nacional. Incentivada pelo excedente da produção cafeeira este período e os investimentos oriundos da cafeicultura possibilitaram que determinados grupos sociais como fazendeiros, industriais, médicos, políticos e letrados construíssem um ideal de cidade¹³. Tal construção possibilitou a Juiz de Fora receber vários epítetos no período. Dos epítetos destacamos o de “Manchester Mineira”, “Barcelona de Minas” e “Princesa de Minas”.

Seguindo a idéia recorrente no período estes grupos sociais se sentiam como os precursores da “Bela época” em Juiz de Fora. No entanto, entendemos que tanto no contexto europeu, quanto no de Juiz de Fora os epítetos adotados não passavam de uma busca de idealizar um projeto de cidade e fazer desta idealização algo próximo da realidade. De outra forma, construírem uma idéia do que eram ou do que pensavam ser.

Desde a remodelação de Tenochtitlan, logo depois de sua destruição por Hernán Cortés em 1521, até a inauguração, em 1960, do mais fabuloso sonho de urbe de que foram capazes os americanos, a Brasília, de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a cidade latino-americana veio sendo basicamente um parto da inteligência, pois ficou inscrita em um ciclo da cultura universal em que a cidade passava a ser um sonho de uma ordem e encontrou, nas terras do Novo Continente, o único lugar propício para encarnar¹⁴.

Embora haja uma busca de encarnar nestas cidades o sonho da ordem logo que este sonho passa para a prática a ordem torna-se mais amena. Tal conotação pode ser aplicada ao nosso estudo de caso. Mesmo com estas características podemos identificar aspectos que dão uma certa ordenação para a cidade. Ordenação esta que se enquadra numa prática discursiva pautada pela disciplina do corpo social e individual¹⁵.

Apesar dos grupos sociais serem predominantemente de industriais e fazendeiros entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros cinco anos do século XX, há uma gradativa interferência na busca

¹²Belle Epoque. Bela Époque, denominação dada pelos que viviam no período (1870 – 1914), considerando-o como o apogeu do progresso material.

¹³ Para melhor mapeamento de quem são estes grupos sociais e do período de 1888 -1894 consultar dados em: CHRISTO, Maraliz Castro Vieira. **A “Europa dos Pobres”: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira.** Juiz de Fora: EDUFJF,1994. pág (82-84).

¹⁴ RAMA, Angel. **A cidade das letras.** São Paulo, Brasiliense, 1985.

¹⁵ Sobre a ordenação do centro urbano de Juiz de Fora e da expulsão de moradores indesejáveis consultar TEIXEIRA, Kelly Cristina. **Medicina, leis e moral: um olhar sobre a prostituição em Juiz de Fora nos anos 20.** Texto apresentado no II Congresso mineiro história da medicina da SMC/JF, ocorrido no período de 25 a 27 de agosto de 2005.

de uma ordem por parte de outros homens que detinham um saber-poder específico. Estamos nos referindo aos médicos que atuaram na SMC/JF e/ou em outros espaços sociais como nos hospitais e no poder público local. Segundo Lana *"A fundação da SMCJF refletiu o anseio da categoria médica local em angariar espaços para a ciência que produziam"*, assim como a intenção destes profissionais era de se mostrarem úteis para o poder público e a sociedade juizdeforana¹⁶. No entanto, entendemos que as atuações destes médicos em outras instituições ou em outros espaços públicos mantinham as mesmas prerrogativas de homens da ciência sendo eles ou não membros da SMCJF. Como exemplo podemos perceber as interferências destes profissionais como ocupantes de cargos públicos na Câmara Municipal no período entre 1889-1911. Dos seis presidentes, quatro eram médicos. Entre 1895-1897 João Nogueira Penido Filho, entre 1898-1901 Ambrósio Vieira Braga, entre 1902-1904 João D'Ávila e entre 1905-1907 Duarte de Abreu¹⁷. Além destas atuações havia médicos que ocupavam outros cargos do governo local. Como exemplo destacamos os médicos que participaram da diretoria de higiene. Tal atuação abrangia a fiscalização de estabelecimentos comerciais, industriais e particulares dos espaços urbanos da cidade e nos distritos de Juiz de Fora. A intervenção nos distritos é mais percebida, principalmente, em períodos de epidemias como ocorreu com a da varíola em 1905. Neste período o médico José Nava percorreu várias localidades e distritos fazendo prescrições e determinando comportamentos. Destacamos o caso de isolamento de pacientes de varíola em Paraybuna¹⁸. Outra atuação deste médico junto na diretoria de higiene é a notificação feita aos açougues da cidade com a finalidade de fazerem *"(...) todos os concertos de que necessitem os mesmos estabelecimentos. Findo esse prazo serão os proprietários que não cumprirem essa ordem multados em 100\$..".*¹⁹

Outras intervenções dos médicos são percebidas através dos dados dos jornais que temos como fontes. No jornal do "Commercio" de abril de 1910, numa matéria intitulada da seção de Farmácia da Drogeria Americana foram aviadas 830 prescrições constando na lista o nome de vários médicos e as respectivas quantidades de medicamentos prescritos²⁰. Tal dado é importante para percebermos o número de pessoas que estes profissionais atingiam. Os dados não nos remetem ao local de atendimento, se em residência ou em hospital. Mas o fato é que este número de atendidos era quase um por cento da população da cidade, que contava entre 10 e 11 mil habitantes nos anos de 1893²¹. Além destes dados

¹⁶ LANA, Vanessa. **Uma associação científica no 'interior das gerais': a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMC/JF) – 1889-1908**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

¹⁷ Dados coletados nos jornais "O Pharol" e "O Commercio" do período. Tais jornais encontram-se no Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes na cidade de Juiz de Fora.

¹⁸ Jornal "O Pharol" de 14 de janeiro de 1905, pág 02. O jornal encontra-se no Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes na cidade de Juiz de Fora.

¹⁹ Jornal do Commercio 06/01/1906, pág 01. O jornal encontra-se no Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes na cidade de Juiz de Fora.

²⁰ Jornal do Commercio de 03 de Abril de 1910, pág 2. O jornal encontra-se no Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes na cidade de Juiz de Fora.

²¹ CHRISTO, Maraliz Castro Vieira. **A "Europa dos Pobres": Juiz de Fora na Belle-Époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF,1994. pág 121.

detectamos uma crescente demanda de pacientes procurando se internarem na Santa Casa Misericórdia de Juiz de Fora. Este crescimento é percebido pelo próprio provedor reeleito da Instituição em 1906, doutor Loureiro Tavares.

Apezar de haverem cessado os auxílios que nos eram fornecidos pela Câmara Municipal, que tanto nos ajudou, e pelo Estado; apesar de terem cessado os donativos de particulares, vamos entretanto fazendo faces ás despesas com recursos próprios...

Bem razão tinha eu, quando dizia que uma instituição desta ordem não deve só viver de esmolas, que, amanhã, podem faltar, e sim precaver-se quanto ao futuro de meios próprios que a resalvem de qualquer eventualidade. (...)

Para avaliar-se o modo por que essas irmãs , verdadeiras heroínas da caridade e do amor ao próximo, desempenham as diffíceis funcções que lhes foram confiadas; (...) basta dizer que famílias das mais respeitaveis daqui e de fóra, rompendo o preconceito, mais ou menos geral, contra os hospitaes, deixaram o seu domicilio para se tratarem no nosso hospital, o que concorreu para que as rendas das enfermarias, que regulava ser de três a quatro contos annuaes , subisse, no anno próximo findo, á elevada somma de 11:215\$2 (...)²².

Este trecho é bastante elucidativo sobre a idéia de “disciplinarização” e “representação de Si” que estamos propondo. A percepção do médico e provedor de que há uma mudança de comportamento dos pacientes de famílias respeitáveis pelo fato destes estarem saindo de seus lares para serem atendidos no hospital, trata de um movimento financeiro três vezes maior se comparado com o ano anterior. Apesar de não termos o valor das taxas cobradas nos dois períodos entendemos que a demanda de pacientes é proporcional ao movimento financeiro. Para nós esta mudança de comportamento dos pacientes demonstra o quanto a aceitação da prática discursiva médica estava se tornando eficiente. Primeiro, por estarem se “entregando” a uma instituição hospitalar ao invés de ficarem no conforto de seus lares; segundo, apesar de vários médicos noticiarem nos jornais seus serviços em consultórios ou nas residências, a crença na instituição hospitalar estava rompendo “preconceitos mais ou menos gerais com os hospitais”. Esta possibilidade deu ao médico e a todo o corpo clínico hospitalar subsídios para que passassem a utilizar seu olhar e suas tecnologias para o controle do corpo doente. Corpo individualizado, objetivado, corpo a mercê da doença.

²² Jornal do Commercio 04/01/1906, (pág 01). O jornal encontra-se no Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes na cidade de Juiz de Fora.

(...) Assim, a família, lugar natural da doença, é complementada por outro espaço, que deve reproduzir, como um microcosmo, a configuração específica do mundo patológico. Aí, sob o olhar do médico de hospital as doenças serão agrupadas por ordens, gêneros e espécies, em um domínio racionalizado que restitui a distribuição originária das essências...²³.

Dentro da sociedade de Medicina e Cirurgia as discussões não se pautavam apenas sobre questões de procedimentos médicos ou sobre a salubridade pública. Assuntos de caráter público, como a melhor localização do cemitério municipal, também faziam parte das discussões dos médicos. Graças a solicitação do doutor Duarte de Abreu (Agente Executivo), para a SMCJF foram discutidos os pros e os contras da manutenção do local do cemitério.

(...) De facto; trata-se da remoção do actual cemitério, alem de outros motivos, pelo de se achar elle collocado á vista da estrada de ferro Central, causando péssima impressão aos viajantes que nos visitam, (...)²⁴.

Há uma série de motivos relatados na notícia, mas a idéia de não mostrar a “cidade dos mortos” aos visitantes, como também pela proximidade do centro urbano são bem elucidativas para entendermos o quanto a cidade de Juiz de Fora, através das pessoas que se diziam serem os algozes do seu progresso e modernidade buscavam construir a “representação coletiva”.

2) Considerações finais:

Diante do que apresentamos faremos uma breve consideração. Mesmo considerando que o processo “disciplinador” e da “representação”, adotados no período, estão mais próximos de uma construção que de um projeto realizado, pois quando postos em prática eles se tornam bem diferentes, principalmente, quando os confrontos sociais entram em cena, não podemos desconsiderar que grupos sociais se adequaram a um ou a outro, ou aos dois. Baseado nisso adotamos nossa tarefa de identificar tais discursos. O fato de na passagem do século XIX para o XX haver a perspectiva de progresso e melhorias de vida, tanto em países europeus, quanto em algumas cidades brasileiras, inclui-se Juiz de Fora, não é de tudo falsa. No nosso entendimento, a grande conquista deste período foi a afirmação de um “novo homem” que já vinha sendo construído desde os finais do século XVIII. Neste sentido, este “novo homem” teve no aprofundamento e na percepção da sua individualização sua maior marca. Diante

²³ FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Clínica**. 6ª Edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004. (Pág 45)

²⁴ Jornal do Commercio 06/01/1906, (pág 01). O jornal encontra-se no Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes na cidade de Juiz de Fora.

disso, o processo de urbanização construído, aplicando-se a ordem, não passa de um momento histórico que permitiu a determinados grupos sociais construírem sua “representação” e à sociedade como um todo se adequar definitivamente a uma prática-discursiva pautada pela disciplinarização. Portanto, a construção do saber médico a partir deste período não vai fazer nada mais que se adequar a este contexto. Os médicos vão se afirmar cada vez mais através da construção de sua “Representação si” ou da “Representação Coletiva” da cidade e serão os algozes da saúde, da ciência, da tecnologia e do progresso. Suas práticas vão se adequando às práticas discursivas disciplinadoras, à medida que suas teorias e intervenções sociais lhes permitem e da forma como são aceitas nos vários níveis da sociedade seja como médicos, como políticos ou como cidadãos de relevância para a construção da urbe.

BIBLIOGRAFIA:

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002

CHRISTO, Maraliz Castro Vieira. **A “Europa dos Pobres”: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência das prisões**. 14ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 6ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1992

_____. **O nascimento da Clínica**. 6ª Edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004

GRAY, John. **Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outros animais**. Rio de Janeiro: Record, 2005

LANA, Vanessa. **Uma associação científica no ‘interior das gerais’: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMC/JF) – 1889-1908**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, Tânia Andrade. **Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX**. Manguinhos, II(3):4496, nov 1995-fev.1996.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. **Medicina, leis e moral: um olhar sobre a prostituição em Juiz de Fora nos anos 20**. Texto apresentado no II Congresso mineiro história da medicina da SMC/JF, ocorrido no período de 25 a 27 de agosto de 2005.

O polêmico *Corsario*, um pasquim da Corte Imperial (1880 – 1883)¹

Rodrigo Cardoso Soares de Araujo².

Neste trabalho analisaremos a existência de um peculiar jornal que surge em outubro de 1880 e acaba no mesmo mês do ano de 1883³, chamado *Corsario*. Investigando as circunstâncias sociais e políticas em que o *Corsario* aparece e, indo além, as formas de atuação deste jornal a partir do que era enunciado em suas colunas. Sendo de um gênero específico de periódico, o pasquim, o sucesso do empreendimento do *Corsario* incentivou o surgimento de significativa quantidade de outros jornais deste tipo em fins da década de 1870 e princípios da década seguinte. O formato do *Corsario* era de quatro páginas, vendido a 40 réis⁴ e publicado duas vezes por semana⁵.

O surgimento de grande número de pasquins, com uma linguagem mais virulenta do que toda a demais imprensa da época, ampliou as possibilidades de ação na esfera pública – no sentido proposto por J. Habermas – na Corte Imperial. Após três anos ocorreu o desaparecimento, por diferentes circunstâncias, da maioria desses jornais. Entendemos que o ponto alto de expansão da esfera pública ao longo do segundo reinado na capital do Império, no sentido imposto pelos pasquins, tenha sido aquele compreendido entre 1880 e 1883. A atuação desses jornais se deu de forma tensa em meio à ambigüidade de atender ao gosto do público da Corte e extrapolar os limites do que era considerado aceitável para a atuação da imprensa, tanto pelos órgãos repressivos da Corte, como por aqueles difamados por esses pasquins. Com a extinção desses jornais temos nova retração das margens de atuação na esfera pública.

O aparecimento de uma imprensa com estas características estava ligado diretamente à falta de regulamentos legais que estabelecessem limites entre o que podia e o que não podia ser dito nas colunas destes jornais. Na década de 1820 a imprensa no Brasil transitou entre a censura prévia e a liberalização total. Somente em 1830 os jornais receberam uma regulação mais definida, que acabou perdurando por todo o Império, com a promulgação do Código Criminal daquele ano, que condenava injúrias e difamações que vinham circulando em larga escala. Em 1832, o Código de Processo Criminal indicava como deveriam ser executados os processos relativos a cada crime previsto no Código Criminal. Ambos os códigos não foram capazes de vetar os ataques pessoais feitos via imprensa. Ainda que as determinações

¹ Este trabalho é uma versão reduzida e modificada de minha monografia de conclusão do curso de graduação do departamento de História da UFRJ.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ).

³ No ano de 1896 o *Corsario* volta a circular sob direção de Ferro Cardoso. Nesta segunda fase o jornal dura apenas alguns poucos números.

⁴ A maioria dos pasquins do segundo reinado tinham o mesmo valor.

⁵ O *Corsario* e todos os outros jornais analisados em nossa pesquisa estão reunidos nas seções Obras Raras e Periódicos da Biblioteca Nacional.

aí estabelecidas tenham servido de alicerce para processos movidos contra diretores e redatores de diferentes jornais, as medidas mais eficazes que se podiam tomar para coibir a circulação de jornais considerados insultuosos no Brasil imperial eram aquelas que estavam fora da margem legal do jogo político, ou seja, atentados a redações, tipografias e à vida de jornalistas.

As décadas de 1870 e 1880 foram palco de grandes transformações, em diferentes sentidos, da sociedade brasileira. “Um bando de idéias novas”, na fala de Sílvio Romero, viriam abalar a estrutura do Império a tal ponto que em 1889 desmoronaria definitivamente. As críticas à manutenção da escravidão e ao próprio regime Imperial chegaram a extremos até aquele momento não vistos e, no início de 1880, estourou no centro do Rio de Janeiro a revolta do Vintém, um levante popular contra o aumento das passagens de bonde em 20 réis, ordenado pelo Estado. No ano seguinte a reforma eleitoral empreendida pelo gabinete Saraiva alijou 87% dos eleitores das urnas. Em meio a esta atmosfera política vemos o surgimento de diversos pasquins na Corte.

Quase todos os autores destes periódicos diziam ter surgido do povo, como era de se esperar levando-se em conta a retórica da época, carregada de nacionalismo. Sendo a noção de povo muito fluida, ela não indica quem eram estes pasquineiros. Membros da camada média urbana fluminense, tipógrafos e jornalistas pouco prestigiados estavam por detrás destes periódicos publicados uma ou duas vezes por semana. Muitos destes tipógrafos e jornalistas ou foram assassinados, ou presos, e quase todos esquecidos na História.⁶

Inicialmente trataremos das posições políticas expressadas pelo *Corsario*, em relação às principais questões da época. Em seguida veremos as estratégias adotadas por esse pasquim para atender aos interesses de determinado público leitor da Corte Imperial. Tanto Apulco de Castro⁷, proprietário e diretor do *Corsario*, e seus colaboradores quanto a polícia recorreram a atividades as margens da legalidade nas constantes disputas travadas entre os dois. Nas últimas páginas investigaremos as estratégias aí postas em prática.

Suas posições políticas

⁶ A exceção deste esquecimento pela historiografia é Apulco de Castro, principalmente por seu assassinato ter causado algum tumulto no centro do Rio de Janeiro nos dias seguintes e ter sido marcado pela impunidade de seus assassinos. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, aponta que o capitão Moreira César que fez parte da guerra de Canudos, foi um dos responsáveis pelo assassinato do pasquineiro. Outros trabalhos tratam do episódio do assassinato, vale citar: HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *O Império em chinelos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1957. LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. São Paulo: EDUSP, 1997.

⁷ Existe certa discordância quanto ao nome exato do pasquineiro entre aqueles que escreveram sobre ele. Apulco de Castro sempre assinava seus textos com seu nome “Apulcho de Castro”, contudo, seus adversários costumavam se referir a ele como “Apulchro de Castro”, diante desta confusão muitos autores caíram no erro de chamá-lo de “Apulcro”. Provavelmente, “Apulcro” era uma maneira de ironizar o proprietário do *Corsario*, pretendendo o sentido de não pulcro, ou seja, não gentil, formoso, belo etc.

“A imprensa é a artilharia do pensamento”, dizia o *Corsario* em sua quarta edição a 13 de outubro de 1880. Acrescentaríamos que para ele não faltava munição. Atacando em suas colunas o Imperador, o presidente do Conselho de Ministros, os Ministros, e o Chefe de Polícia com virulência poucas vezes vista na imprensa do Brasil Império. Sem deixar, por outro lado, de tratar de setores “menos prestigiados” da sociedade tais como prostitutas, seus agenciadores – os “caftens” –, bêbados, viciados em jogos, donos casas de tavolagem entre outros. Importante observar que o tom usado pelo *Corsario* nos seus ataques a esses dois grupos sociais distintos não variava muito de um para o outro.

Seu sucesso foi seguido por vários jornais⁸. Com grande adesão do público, sua linguagem vulgar e agressiva engendrava um misto de denúncias e difamações que supriam as necessidades de um plural público leitor interessado no caráter privado e íntimo das principais figuras do cenário nacional, dos aspectos obscuros da cidade, seu submundo e, além disso, interessava-se pela ousadia de tais jornais que não tinham “papas na língua” no trato dado a ninguém. Ernesto Matoso que foi redator do *Jornal do Commercio* escreveu sobre o desempenho do *Corsario* perante o público da Corte, em suas memórias publicadas com o nome *Cousas do meu tempo*:

Todo mundo dizia dele mal e envergonhava-se de dizer que o lia; entretanto tinha ele enorme tiragem. Na rua, quando apareciam os vendedores, pouca gente tinha coragem de comprá-lo publicamente; todos fingiam não se aperceber mesmo de que o estavam apregoando, passavam como que distraídos pelos primeiros vendedores, mas adiante, em lugar menos concorrido, entravam no corredor da entrada de qualquer casa e aí compravam o *Corsario*, que cuidadosamente dobravam no bolso, para ler quando estivessem a sós, e saiam desse corredor minutos depois do vendedor de jornais. Curiosa predileção pelo escândalo! Quando alguém em palestra, ousava referir-se a alguma notícia dada pelo *Corsario*, todos diziam como que indignados: - “Pois você lê o *Corsario*? Fiz sempre de si melhor juízo”; a verdade porém, é que todos o liam, na sua grande maioria às escondidas, mas liam-no sempre.⁹

Nos números iniciais do *Corsario*, Apulco de Castro apresentava um universo metafórico que ironizava a sociedade da Corte Imperial: o *Corsario* atuaria na cidade da trampolinagem, “Trampolinópolis” (Rio de Janeiro), pretendendo “denunciar crimes e abusos ajudando as autoridades no cumprimento da lei”, combatendo os principais “piratas da nação”. Em seus primeiros meses de circulação o jornal manteve total anonimato. A análise do jornal nesses momentos iniciais, comparada a outros momentos da existência do jornal deixa claro ao historiador que Apulco de Castro sabia dos riscos que corria ao atacar pessoas influentes da Corte Imperial, a sátira somada ao anonimato eram formas de defesa do jornalista.

⁸ Alguns pasquins da Corte Imperial deste momento: *Tagarella*, *O Município Neutro*, *O Cacete*, *Corsario Junior*, *Relampago*, *Cara Dura*, *Carbonario*. Existiram muitos outros que permaneceram durante pouco tempo em circulação.

⁹ Retirado de MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *O Império em chinelos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1957. p. 213.

Entretanto, passados os primeiros meses de circulação do jornal a ficção é colocada de lado e o nome de Apulco de Castro vem à tona, provavelmente porque já se sabia quem era o redator do *Corsario*, em 10 de janeiro de 1881. Ainda que a maioria dos colaboradores do jornal continuasse mantendo suas identidades ocultas, prática de toda a imprensa da época.

Muitos eram os nomes atacados nas páginas do *Corsario*, poucos eram aqueles que apareciam naquelas colunas para serem elogiados. Republicano ferrenho, Apulco de Castro apreciava políticos como Lúcio de Mendonça, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e, mais do que qualquer outro, Lopes Trovão. Além dos constantes elogios a este último, o jornal ia além saindo em sua defesa quando este era atacado por outro jornal. Publicando em folhetim diferentes manifestações republicanas, entre elas algumas conferências públicas pronunciadas por Lopes Trovão.

A admiração de Apulco de Castro por Lopes Trovão começara antes mesmo da fundação do *Corsario*, na revolta do Vintém, levante popular ocorrido nos primeiros dias do ano de 1880, contra o aumento na cobrança das tarifas de transporte público em vinte réis. Manifestação que se iniciou de maneira espontânea e sem direções definidas chega a assumir leves contornos republicanos, graças à atuação de políticos republicanos – entre os quais Lopes Trovão teve relevante participação – que souberam tirar vantagem da ocasião para propagar “vivas a República”, em meio à multidão enfurecida.

A luta republicana encontrava no *Corsario* um dos mais destemidos e radicais colaboradores. A reforma eleitoral empreendida pelo gabinete Saraiva foi acompanhada de indignação por parte deste pasquim, atacada ao longo de boa parte do ano de 1881 e mesmo depois. Vale citar uma de suas considerações sobre o novo formato eleitoral a ser seguido, ainda em 10 de março de 1881:

Tudo está envilecido, corrompido, e a dissolver-se. Só uma revolução nos pode salvar, mas uma revolução violenta que abra um rio de sangue entre o nosso passado e o nosso presente.

Se o nosso público tem vergonha essa revolução deve realizar-se agora que a maior parte da sociedade brasileira foi expulsa das urnas, despojada do voto e espoliada do direito de intervir nos negócios públicos da nação, ficando assim transformada em um bando de hóspedes no seio da própria pátria.

A mira que o ministro Saraiva teve em vista com a decretação d’essa infame reforma era reduzir o número ativo dos cidadãos brasileiros para melhor entregar o povo ao absolutismo disfarçado d’essa indigna dinastia bragantina que tem feito a desgraça do nosso país. É mais fácil governar quando os membros de um país estão esmagados.

A nova reforma eleitoral esmagou os membros do povo, excluindo da eleição grande parte do funcionalismo público e a maioria absoluta da classe operária.

Às armas, pois cidadãos e todos os estrangeiros amigos do povo brasileiro...Às armas...façamos a revolução para reconquistarmos os direitos de cidadãos que nos roubaram.

Façamos a felicidade do país, expulsando todos estes miseráveis que nos têm desgraçado, reduzindo o Brasil a propriedade de meia dúzia de infames.

Preparemos-nos para as vésperas e os dias da eleição.

A crítica a uma reforma do governo leva, em seguida, à radicalização do discurso, com a convocação do povo a uma revolução contra o que o texto chamava de “meia dúzia de infames”. Expressões como “às armas!”, “viva a República!”, ou ainda “morte à monarquia!” vão aparecer em várias edições do *Corsario*. Um dia antes das eleições, 30 de outubro de 1881, em uma edição especial este pasquim apresentava em sua primeira página citações de importantes autores em voga à época, como Renan e Marat, e uma citação assinada com o nome “Corsario”: “Quando um povo não se revolta contra o governo que o espolia dos seus direitos, é porque esse governo só merece desprezo.” – Apulco de Castro já previa que seus manifestos seriam em vão, ninguém se rebelaria naquela ocasião. Mesmo assim, mantendo a linha editorial dos últimos meses, esta edição foi inteiramente dedicada ao apelo a que diferentes grupos sociais se rebelassem: dirige-se aos operários, à mocidade, aos estrangeiros, às mulheres e à corja (“capoeiras, desgraçados, ébrios, gatunos, escravos, vendedores de jornais, prostitutas”).

Mesmo sem a ocorrência de nenhuma movimentação nas ruas da Corte Imperial que indicasse intenção, de quem quer fosse, em fazer uma revolução nos dias 30 e 31, a polícia da Corte Imperial atuando ilegalmente associando-se a maltas de capoeiras – prática constante da polícia da Corte – vai atacar um *meeting*, em que oraria Lopes Trovão a respeito da reforma, no Largo do Rocio. Após essa incursão, este grupo a mando do chefe de polícia Trigo de Loureiro, partiu para a Rua do Ouvidor, onde se localizava a redação do *Carbonario* que foi atacada e depredada. A última parada do grupo ocorreu na Rua de São José nas portas da tipografia do *Corsario*, que foi derrubada a machadadas. O conflito foi vencido pelas ilegais forças do Estado que acabaram por incendiar as instalações, saqueá-las e inutilizar os equipamentos. O *Corsario* responderia a estes ataques em 05 de novembro daquele ano, em um boletim extraordinário publicado em tipografia provisória, usando das suas únicas mas potentes armas, a linguagem agressiva:

Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro está louco, rematadamente doído, profundamente afetado de alienação mental, ou constantemente em perpétua e completa embriaguez!.....

Pois não é que esse sujeito de perversas entranhas mandou-nos intimar, como chefe de polícia, que modifiquemos de linguagem, senão.... manda-nos quebrar quantas tipografias montemos?!!...

Que petulância!... que cinismo!...(..)

Que idiota que és tu, loureiro seco, trigo reduzido a matéria fecal, Ovidio de inspirações assassinas, Fernandes Zé da Patarata, Camelo único....

Como és parvo!!...

Desmoralizado como está, ó porco dos chiqueiros da mentira, burro esporeado por todos os homens honestos, cão hidrófobo de lata ao rabo, tu perdeste toda a força para te impores às consciências intemeratas.

O Rio de Janeiro não é aldeia de Minas.

Aqui... com esses assomos de cavalo lazarento, tu fazes rir às gargalhadas aos proprios assassinos, vagabundos e garotos, com que te ligaste

pra fazeres desordens que provocaste nos dias passados e que te preparas para reproduzir até o dia 20 do corrente...

Estás morto e dilacerado como um Judas em Sábado de Aleluia depois de ter passado pelos tratos da molecagem...(..)

Cínico, safardana, assassino, chefe de capangas, mete a cabeça em um cano de latrina e afoga-te.

É o ultimo recurso que te sobra para te reabilitardes na consciência pública, pelo sentimento de piedade.(..)

Suicida-te, cão!...

E que te seja necrológio um escarro nessa cínica cara que não cora quando mentes em face da nação.

Após este evento, a empresa do *Corsario* entraria em dificuldades para se reerguer, suscitadas em grande parte pelo cerco, ilegal, que a polícia montou a fim de se evitar que o jornal voltasse a circular. Após alguns números lançados no final de 1881 o jornal só voltou a circular em 02 de setembro de 1882.

Não havia dúvidas de que se tratava de um periódico republicano, mas em relação à escravidão a posição do jornal era mais ambígua, em momento em que a luta contra a escravidão, em diferentes esferas, alcançava extremos ainda não vistos.

Crítico de nomes de proa do movimento abolicionista, o *Corsario* inevitavelmente interferia num sentido negativo para o abolicionismo, tendo em vista a forma pela qual estava organizado aquele movimento, extremamente personalista, Patrocínio ou Nabuco, por exemplo, eram nomes imediatamente associados à abolição, tal quais sinônimos. Por outro lado, podemos observar em alguns momentos matérias com aparentes contornos abolicionistas, como por exemplo a campanha empreendida para que o carnaval de 1881 tivesse contornos humanitários, incluindo a libertação de escravos.

Sustentando essas posições políticas, o discurso do *Corsario* priorizava intrigas e difamações por via de linguagem virulenta e, por vezes, sórdida para defender seus argumentos e atacar os de seus adversários, os "piratas da nação". O debate ideológico era sempre preterido, com o propósito único de agradar a determinado público leitor que ao abrir o *Corsario* e folhear suas páginas tinha certas expectativas do que encontrar ali.

"Denunciando os piratas da nação" em benefício próprio

O viajante alemão Carl Von Koseritz pelo Rio de Janeiro no ano de 1883 escreveu suas impressões sobre o gosto do público leitor da cidade e da imprensa fluminense:

No Rio não existe hoje um só jornal que possa, com fundamento, exercer influência política. Toda a imprensa daqui é somente de especulação; nenhum jornal tem um programa definido, nenhum pertence a qualquer partido, nenhum representa qualquer idéia: o pessoal quer somente ganhar público e vender

muitos exemplares, e como o público não pode absolutamente ser sério, mas sempre precisa estar rindo e caçoando, assim é servido.¹⁰

O exagero de Koseritz é reflexo de um momento pontual da imprensa da Corte Imperial, o de um verdadeiro surto de pasquins, dos quais o *Corsario* era um dos mais lidos e conhecidos. "O pessoal quer somente ganhar público e vender muitos exemplares", Koseritz tinha razão quanto a este interesse¹¹. Afinal de contas trata-se de um negócio possuir um jornal, o sucesso financeiro da empresa é o primeiro ponto a se atingir. Os jornais tentam chegar a isso de diferentes maneiras de acordo com seus programas, o *Corsario*, e a maioria dos demais pasquins deste momento, fariam o que fosse necessário para garantir seus ganhos.

Em momento crítico da política nacional, em que suas bases eram atacadas com intensidade ainda não vista, o *Corsario* surgiu e encontrou fértil campo para o estabelecimento de um empreendimento daquela natureza, suas polêmicas colunas buscavam, antes de mais nada, agradar ao gosto de determinado público leitor e, logicamente, garantir a lucratividade do negócio.

Com esse intuito verificamos quatro estratégias básicas do *Corsario*: denúncias de crimes e "imoralidades" do submundo da cidade, ataques *ad personam*, estabelecimento de polêmicas com outros jornais e a exploração da tensa relação entre o *Corsario* e as forças repressivas do Estado.

Casas de prostituição e de tavolagem eram com freqüência indicadas pelo *Corsario*, que pedia às autoridades policiais que tomassem providências. "Caftens", prostitutas e viciados em jogos eram males da sociedade que, para o pasquim, precisavam ser extirpados pela polícia. Quando esta não tomava as medidas que o jornal achava adequadas, o chefe de polícia era acusado de estar envolvido em tais atividades. O serviço da polícia nunca agradava ao *Corsário*: "Nada; nada se tem feito a não ser pequeninas e miseráveis vinganças contra certos e determinados indivíduos. Os outros podem jogar e jogam francamente sem o menor receio da polícia".¹²

Explorar a intimidade de pessoas influentes da Corte, ou mesmo apenas difamá-las rendia boas tiragens ao *Corsario*. Enorme é a lista de pessoas públicas atacadas nele, pelos mais diferentes motivos, mesmo por motivos falseados, esdrúxulos, ou até mesmo, sem motivo algum, apenas com intuito de criar polêmica. Ataques a personalidades ligadas à literatura como Sílvio Romero, Aluísio Azevedo, Arthur Azevedo, Machado de Assis e o historiador Capistrano de Abreu. No jornalismo, literatura, política ou na administração pública; de uma forma geral a lista de difamados no *Corsario* é extensa.

Vejamos apenas o trato dado pelo *Corsario* a duas personalidades da Corte Imperial, ambos alvos constantes de Apulco de Castro e seus colaboradores, exemplos que muito bem simbolizam o discurso desse jornal: D. Pedro II e José do Patrocínio.

¹⁰ KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1980.p. 55.

¹¹ Com a exceção dos jornais políticos que tinham finalidades óbvias, os lucros eram ao menos o objetivo inicial a ser atingido na manutenção de um jornal, sempre associando este intuito com concepções políticas.

¹² 04 de dezembro de 1880.

O Imperador, o “rei bobêche”¹³, ainda que amparado contra os “usos indevidos da imprensa” e “calúnias e injúrias” pelo Código Criminal de 1830 foi duramente atacado pelo *Corsario* em quase todas suas edições, assim como em muitos outros jornais, ainda que dificilmente com a mesma veemência. Circulando no Rio de Janeiro, fundamentalmente¹⁴, o *Corsario* tinha a ousadia de até mesmo questionar a orientação sexual do Imperador, como podemos ver na cobertura feita pelo pasquim a uma viagem em companhia do Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima a Campos, no Estado do Rio de Janeiro, na qual faz-se questão de frisar, a Imperatriz não estava presente.

Estando na casa de importante fazendeiro local, D. Pedro II e “a Conselheira Lima” – o *Corsario* só se referia ao Conselheiro Lima com este apelido, em função de seus trejeitos afeminados – este último teria colocado um torrão de açúcar com seus próprios dedos nos lábios do Imperador. Mais tarde, “a Conselheira Lima” enfiando um garfo em uma coxa de galinha com um sorriso perguntou a D. Pedro II: “Gosta de coxinhas?” O Imperador imediatamente ficou rubro.

Dirigindo o jornal, Apulco de Castro, será o responsável por ataques extremamente violentos contra José do Patrocínio, ou o “Preto-Cínico”, forma predileta pela qual o *Corsario* se referia a Patrocínio. Ofensas pessoais com intuito único de ferir a reputação dele eram comuns, sua história de vida era explorada sem nenhum escrúpulo: “Quem não conhece o preto-cínico, o filho desnaturado que abandonou a mãe à vaia dos moleques campistas e que consente que ela viva em Campos da caridade pública...”¹⁵

Após diversos artigos contra Patrocínio publicados pelo *Corsario*, no dia 09 de fevereiro de 1881 o jornal fez o seguinte comentário sobre seu casamento, intitulado “Casamento de um tipo”:

Casou-se o Preto-Cínico da “Gazeta” e está muito ancho com a lança que meteu em África! Em África, não, e aí é que está o mal.

Mais uma vez mostrou para quanto valia o notável paladino da imprensa moralizada e moralizadora. (...)

O nosso negrinho!

Ah! Bom maganão! Casou-se!

Mas com quem foi casar o imaculado apóstolo protetor dos negros seus parceiros? Procurou por ventura fazer a felicidade de uma pretinha sua parenta?

Escolheu alguma dona de sua própria raça, de popa planturosa, e catinguenta a valer?

Pois não! Nessa não caiu o nosso moleque.

Isso é bom para os tolos, para os boçais parceiros, não para os quilombolas da grande imprensa moralizadora da Corte, não para o espertalhão jornalista ganhador.

O negrinho quis por força moça bonita, dengosa e...branca...(...)

¹³ Mais freqüente apelido usado para se referir a pessoa do Imperador. Palavra francesa que traduzida significaria algo como rei-bufão ou rei-fanfarrão.

¹⁴ O *Corsario* chegava a outras províncias, pois tinha agentes em algumas delas, mas seu espaço de atuação fundamental era o Rio de Janeiro.

¹⁵ 14 de maio de 1881.

Que um branco case-se com uma negra, vá lá se avenha. Deve saber o que faz; sua alma sua palma. Mais que uma jovem e inexperiente menina branca seja vítima de...uma dessas alucinações passageiras é coisa de lastimar-se e que não se deve consentir de forma alguma, as veleidades da mocidade cedo desaparecem para dar lugar às eternas leis da natureza e da sociedade humana que relativamente nos casos de que tratamos são: o arrependimento e a desgraça sem lenitivo.

Assim como Patrocínio, Apulco de Castro era um homem de cor, o que não o fez se mover no sentido contrário ao consenso da época impregnado do darwinismo social e teorias evolucionistas.

Uma terceira fórmula constantemente empregada pelo *Corsario* a fim de agradar seu público é o estabelecimento de polêmicas com outros jornais. Vários são os diálogos, ou pelo menos as tentativas de diálogo, feitas pelo *Corsario* com outros jornais da imprensa fluminense. Podemos distinguir dois grupos de jornais com os quais ele estabelecia relações com mais frequência: outros pasquins e a grande imprensa.

O enfrentamento entre diferentes pasquins foi incessantemente levado a cabo, o que era não somente reflexo de debates políticos verdadeiros, mas também uma fórmula comercial. A política, as intrigas e as discordâncias quanto a questões pontuais são estimuladas pelos diferentes pasquins, uns com os outros e deles, combinados ou não, com a "grande imprensa".¹⁶

Essa prática agradava ao público. Além do grande espaço destinado a esse fim, os novos pasquins adotavam como estratégia de propaganda em seus números iniciais o estabelecimento de desavenças com outros jornais, buscando dessa forma uma reação do jornal atacado, e a conseqüente inserção no mercado. Tal prática levou até mesmo ao surgimento de polêmicas falseadas, ou pelo menos articuladas previamente entre os membros de diferentes jornais.¹⁷

Por fim, uma estratégia editorial constantemente observada no *Corsario* é a exploração das tensas relações travadas entre as forças repressivas do Estado e este pasquim. Apesar de existir um regulamento legal para o funcionamento da imprensa no Brasil – de acordo com o Código Criminal de 1830, o Código de Processo Criminal de 1832 e seguintes alterações – os embates entre estes dois terá como campo fundamental de atuação a clandestinidade e o recurso a práticas ilegais. Muitas das edições do *Corsario* seguintes às investidas da polícia contra seus redatores, vendedores ou a tipografia eram destinadas quase que exclusivamente a tratar destes incidentes, sobretudo, seus números do final do ano de 1881 e do final de 1882.

¹⁶ Consideramos em nosso trabalho como "grande imprensa" jornais como: *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Cruzeiro*, *Gazeta da Tarde*, da mesma forma que Nelson Werneck Sodré em sua obra já citada. Essa designação dada a esses jornais aparece frequentemente nos escritos da época em que tratamos.

¹⁷ Em 5 de novembro de 1880, Rodopiano Raymundo publica no *Tagarella* artigo polemizando com Apulco de Castro do *Corsario* a respeito do funcionamento das "casas de baile". Para o primeiro, este último deveria repensar sua posição sobre esta questão. Mas o fato é que o *Corsario* praticamente não trata deste ponto em seus números anteriores a este artigo, e o discurso de Rodopiano Raymundo é respeitoso, o que estava fora de pauta quando se criticava nos pasquins. A maneira como acontece esta "polêmica" suscita a suspeita desse debate ter sido um acordo para promover as vendas do *Tagarella*.

O Corsario e a Polícia na ilegalidade

O objetivo de Apulco de Castro era, antes de mais nada, ganhar dinheiro. A arrecadação conseguida com sua seção "a pedidos" e a de anúncios comerciais, somada às vendas que o *Corsario* atingia já angariavam algum capital para este empreendimento. Não satisfeito, Apulco de Castro partiu para táticas ilegais de arrecadação.

O *Corsario* costumava publicar ameaças a pessoas da cidade, movidas por diferentes razões, reais ou não, como as que se seguem para exemplificação.

Sr. Pedro Gracie.

Quando pretende V. S. dar a importância de 12\$ ao Vicente Tarant, importância de cigarros, charutos, e jornais fornecidos a S. S. há mais de um ano?

Um moço tão rico...filho de corretor...pregar um calote a um pobre chefe de família!

É bom pagar...senão...considerações...adeus!¹⁸

Ou ainda: "se um célebre comendador da Rua Dois de Dezembro continuar a comprar mulatas bonitas para as meter na prostituição e viver do que elas ganham, nós dar-lhes-emos uma varela de decência, fazendo-lhe a crônica"¹⁹.

Existem dezenas de notas como estas publicadas ao longo da história do *Corsario*, em geral, seguidas de ameaças de se expor a biografia de pessoas em suas páginas caso não paguem suas dívidas, deixem de freqüentar determinados lugares, enfim, por variados motivos o jornal ameaça a reputação de pessoas. Em muitos casos, o pasquim não explanava seus alvos por seus nomes, mas eram usados nomes muito próximos e eram indicadas características dessas pessoas a ponto de possibilitar a identificação de quem o jornal estava se referindo. Dessa forma o jornal se defendia de possíveis processos que aqueles difamados em suas colunas pudessem mover contra seus redatores.

Com estas notas o *Corsario* estava prestando serviço àqueles que pagavam para cobrar uma dívida ou difamar alguém. Não satisfeito, Apulco de Castro enchia mais seus cofres com a extorsão de suas "vítimas", os ameaçados eram frequentemente procurados para que dessem dinheiro em defesa de suas reputações. Apulco de Castro não era o único a proceder desta forma, outros pasquineiros adotavam esta prática, valendo destaque para Cabral Pinheiro e Rodopiano Raimundo, dois dos principais pasquineiros venais da Corte Imperial naquele momento.

Ainda que o *Corsario* negasse proceder de tal forma, não restam dúvidas de que tais atitudes eram prática comum no mundo dos pasquins. Muitas das edições do *Corsario* traziam escrito no alto da

¹⁸ 15 de junho de 1881.

¹⁹ 02 de abril de 1881.

primeira coluna do jornal em sua primeira página afirmações como esta: "Pedimos a todos os cavalheiros a quem se apresentar qualquer sujeito com artigos em nome do *Corsario*, que prendam o sujeito, pois é patife por força, e cavalheiro de indústria. O *Corsario* não se vende, nem se aluga"²⁰.

Textos como este nada mais eram do que um recurso retórico, o jargão do *Corsario*, "não se vende, nem se aluga", certamente não era verdadeiro. Difícil acreditar que um homem sem escrúpulos como Apulco de Castro, que acusava toda a demais imprensa de venalidade – a grande imprensa em geral se venderia ao governo, alguns outros pasquins se venderiam a particulares – não fizesse tal prática. Inúmeras são as acusações por parte de seus adversários de que o *Corsario* atuava de forma ilegal, via chantagem e extorsão, ou de que teria dado espaço para diferentes pessoas se atacarem alternadamente em troca de dinheiro.

Difícil crer que alguém ameaçado por Apulco de Castro pudesse não se incomodar, não era pequeno o público que eventualmente leria injúrias contra si. Apesar de correr riscos com suas estratégias de arrecadação de dinheiro, o pasquineiro parecia dispor de meios favoráveis para tais atitudes. Não temos, no atual momento de nossa pesquisa, subsídios para melhor compreendermos como se dava, pormenorizadamente, a *praxis* dessas estratégias ilícitas, entretanto, não restam dúvidas de que elas existiam.

Atacando importantes figuras da Corte Imperial e membros do governo, o *Corsario* não "navegava" tranquilo, sua "jornada" foi permeada durante todo o tempo por "tempestades" e "mares revoltos", em função da atuação ilegal da Polícia da Corte para vetar a circulação deste pasquim. Enquanto em cidades pequenas o Chefe de Polícia se remetia ao Presidente da Província, na capital do Império este se dirigia diretamente para o Ministro de Justiça²¹. No momento em que tratamos era Manoel P. de Souza Dantas, alvo constante do *Corsario*, o que certamente radicalizava a reação contrária ao pasquim.

Atingir com eficácia Apulco de Castro e seus colaboradores pela via legal não era fácil, principalmente por causa do uso dos chamados "testas de ferro", homens de frente no conflito entre pasquins e autoridades judiciais. Assumindo a autoria de artigos, que pudessem vir a resultar num processo por calúnia ou injúria, em troca de dinheiro, os "testas de ferro" têm clientes ao longo de todo o segundo reinado. Analisando a atuação destas pessoas na imprensa fluminense, Barbosa Lima Sobrinho,

²⁰ Esta nota aparece no *Corsario* em várias datas. A prática da extorsão de pessoas por parte de pasquineiros era tão corrente que vale mencionar textos parecidos publicados em outros pasquins: *Tagarella*: "Prevenimos ao público que não autorizamos pessoa alguma a tratar de negócios do *Tagarella*. O proprietário da folha só fala e trata em seu escritório. Qualquer indivíduo que se apresentar em casa, em nome do *Tagarella*, é um impostor, um tratante e um ladrão". *Carbonario*: "O CARBONARIO avisa ao publico, que todo e qualquer negócio que lhe for relativo, trata-se unicamente no seu escritório e redação, a rua de S. José n 117; fazemos esta prevenção para evitar que alguém caia em logro. Há por aí uns industriosos que dizem ser redatores de jornais para extorquir o dinheiro dos incautos". *Corsario Junior*: "A redação declara que não atende reclamações de qualquer negócio que trate-se fora dela e sim responde por todo e qualquer negócio que se efetuar no escritório, à rua General Câmara nº 203, com o proprietário".

²¹ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997..

mostra que o recurso a eles era prática corrente, tanto nos pasquins quanto na "grande imprensa"²². O que possibilitava a atribuição de artigos difamadores a miseráveis que assumiam a autoria por dinheiro era o recurso ao anonimato, praxe de toda a imprensa do Império.

Pessoas influentes da Corte Imperial, governantes e autoridades policiais não estavam dispostas a aceitar os polêmicos artigos publicados no *Corsario*, que não poupava ninguém da exposição ao ridículo público. A polícia da Corte Imperial, desta maneira, agia em laços próximos da clandestinidade, no caso que aqui tratamos, sobretudo, através da intimidação, agressões físicas e destruição de bens.

O *Corsario* sofreu perseguição poucas vezes vista no segundo reinado e muito mais intensa que qualquer outro pasquim de seu tempo. Apulco de Castro escreveu diversas vezes contra o fato de somente o seu periódico ser submetido a tão dura perseguição, enquanto outros pasquins e órgãos da grande imprensa podiam atuar sem constrangimentos quaisquer. Atacado diversas vezes, desde intimidações verbais, agressão aos jovens vendedores rasgando-lhes os exemplares que portavam, até atitudes mais sérias, como a destruição de tipografias e atentados contra a vida dos responsáveis pelo jornal.

As agressões por parte da polícia dificultavam cada vez mais o processo de impressão e circulação do *Corsario*. Diante dessas dificuldades, Apulco de Castro, passou a adotar novas estratégias para a impressão de seu periódico, como podemos observar em uma correspondência dirigida ao tipógrafo Alvarenga avisando que volta a publicar o *Corsario* e pedindo segredo.

Sr. Alvarenga.

O *Corsario* ainda não morreu, e tenho toda a probabilidade de continuar brevemente com a publicação dele livre e desembaraçada.

Visto o Sr. dizer ao doutor que está pronto para trabalhar tenho a dizer-lhe que é necessário acabar com a folha que principiamos.

Neste caso o doutor lhe indicará o lugar onde o Senhor tem de apresentar-se amanhã, às 6 horas da manhã, para continuar o trabalho.

Logo que chegue montará as caixas precisas para si, e irá emendando às provas até eu mandar originais.

Não sairá desta casa sem que a folha esteja pronta e desmanchados os vestígios de tipografia. Depois de feita a folha e em casa do impressor lhe mandarei as seus dias de trabalho. Logo, com os originais dar-lhe-ei instruções sobre o trabalho.

É absolutamente segredo que só ao Senhor está confiado, pois o numero que pretendo publicar é uma surpresa. Nem mesmo o Rodrigo, nem mesmo o Tito deverá saber. Somente o Senhor, o doutor e as pessoas da casa, onde vai compor-se, são as únicas sabedoras. Espero, pois, do Senhor toda a reserva²³.

²² Segundo este autor, em frente à redação do *Jornal do Commercio* constantemente se encontrava um sujeito de nome Romão José de Lima que se oferecia a assinar os artigos da coluna a pedidos em troca de dinheiro.

²³ As partes do texto que estão sublinhadas foram grifadas pelo autor. A data deste correspondência no catálogo da Biblioteca Nacional é de 25 de abril de 1883, entretanto, a carta sugere que o *Corsario* passava por complicados

Este documento possibilita vislumbrarmos o tipo de pressão a que a empresa de Apulco de Castro estava submetida, todo o segredo envolvido na composição do jornal mostra as dificuldades que estavam envolvidas na manutenção deste pasquim nas ruas e vidas da sociedade fluminense. Além do segredo envolvido na informação confidenciada ao Sr. Alvarenga, o grifo de Apulco de Castro, "desmanchados os vestígios de tipografia", é uma relevante amostra dos riscos envolvidos na composição do *Corsario*, tanto para ele e os envolvidos na composição do jornal, quanto para a tipografia que se dispusesse a aceitar tal incumbência.

Os meios de vida de Apulco de Castro lhe trouxeram inúmeros problemas, em outubro de 1883 ele encararia o último. Neste mês o *Corsario* começou a trazer em sua coluna "a pedidos" a cobrança de uma dívida de um oficial do 1º Regimento de Cavalaria Ligeira feita em um boteco da Rua da Quitanda. Com a dívida ainda pendente o pasquim passa a publicar artigos cada vez mais inflamados e a resposta dos militares envolvidos, por sua vez, também se radicalizou, chegando até o empastelamento da tipografia do *Corsario*.

No dia 25 de outubro de 1883, Apulco de Castro recorre à ajuda da polícia para tentar se salvar de uma numerosa aglomeração de pessoas, destacando-se a presença de militares, que pretendiam matá-lo. O que de fato conseguiram fazer, arrancando o pasquineiro da proteção de um oficial militar, o capitão João Antônio d'Avila que "garantia" sua vida.

Conclusão

Usufruindo os benefícios de ser um jornal que atendia as ambições de numeroso público leitor interessado em ler notícias da intimidade da esfera privada de pessoas públicas e informações do submundo da cidade, simultaneamente, experimentou a ira das autoridades públicas, sempre ofendidas pelo *Corsario* e outros setores influentes daquela sociedade.

As fronteiras das esferas pública e privada são constantemente redefinidas numa sociedade. Como vimos, a cidade do Rio de Janeiro no final da década de 1870 e início da seguinte, foi palco de relevante imbricação dessas esferas. O *Corsario*, acompanhado por outros pasquins, atuando na esfera pública vão, a partir desta, avançar sobre a esfera privada de tal forma que as tensões estabelecidas neste processo irão resultar na prisão ou assassinato dos principais pasquineiros e, conseqüentemente, a extinção de suas folhas. Assim, em seguida, novas fronteiras serão estabelecidas.

Não pretendemos com o que expomos neste trabalho encerrar a discussão em torno do papel exercido pelo *Corsario* na sociedade fluminense. Pelo contrário, muito ainda está por ser desvendado principalmente no tocante ao funcionamento clandestino da empresa de Apulco de Castro, a formas

momentos, o jornal provavelmente estava com sua circulação suspensa, talvez a carta fosse do final do mês de agosto de 1882. Carta de Apulco de Castro endereçada ao Senhor Alvarenga. Biblioteca Nacional. Manuscritos. Loc.: II-31, 27, 003.

ilegais usadas por ele para arrecadar dinheiro e se proteger da polícia. A documentação que embasou a análise aqui apresentada não fornecia informações suficientes para estendermos nossa investigação nestas questões, para além do que fomos. O levantamento de outras correspondências privadas e os processos a que Apulco de Castro foi indiciado, acreditamos, abrirão novos horizontes em nossa pesquisa, ainda inconclusa.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. *Anarquistas, Rusgientos e Demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829 – 1834)*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em História Social – UFRJ, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial/Teatro de sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi, nº 1, p. 123 – 152. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* São Paulo: Martin Claret, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *O Império em chinelos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1957.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomos I e V. São Paulo: José Olímpio, 1949.
- SABATO, Hilda. *La Política en las Calles: entre el voto e la movimentación, Buenos Aires (1862 – 1880)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

Querelas públicas e intrigas impressas: o caso do padre Luís José Dias Custódio

Rodrigo Fialho Silva¹

São João d'El Rey, 1833...

Nesta época, os moradores da Vila de São João d'El Rey, viviam dias de expectativas, suscitadas pelos rumores públicos acerca do estranho comportamento do vigário da Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Dizia-se pelas ruas, pelo adro da Matriz e em missas convencionais que Luís José Dias Custódio, o referido vigário, não estava cumprindo com suas obrigações de pároco e, por isso, estava sendo alvo dos olhos atentos da população local, que lhe espreitavam diuturnamente por onde quer que andasse, inclusive registrando os horários em que saía da casa de sua amante!

De acordo com alguns habitantes, o Vigário explorava os seus fiéis de toda e qualquer forma exigindo-lhes o pagamento de seus serviços religiosos e, além disso, por algumas vezes chegou a fechar as portas da Matriz e espancar com um bastão os fiéis que haviam conversado no momento da missa.

Estando a população indignada com tais procedimentos, a mesma pede aos vereadores que interfiram no caso com o objetivo de acionar o Bispado de Mariana com o propósito de inquerir Luís José Dias Custódio. Tomadas as providências, o visitador José Lopes Cançado, foi enviado para São João d'El-Rey com o objetivo de dar início às investigações.

Muitos foram os depoentes que contra Luís Custódio prestaram juramento sobre a Bíblia. Dentre as queixas mais freqüentes estavam aquelas que diziam ser Custódio o redator de um Jornal onde se publicavam textos perversos contra as autoridades locais.

De fato, o vigário Custódio era um dos redatores do periódico denominado *O Amigo da Verdade* que circulou entre os anos de 1829 e 1831. Esse periódico polemizava questões políticas com o outro jornal existente na Vila denominado *Astro de Minas* surgido anos antes, em 1827.

Luiz José Dias Custódio era natural da Vila de Penela, Comarca e Bispado de Coimbra. Filho de Dr. Antonio Dias Custódio e de Damásia Caetana Ribeiro da Conceição, era conhecido em meio à hierarquia eclesiástica e transitava em seus diversos escalões com facilidade, desde que viera para o Brasil.

Tornou-se um homem douto em literatura, influenciado pelos contatos que fizera em Coimbra no período em que cursou o bacharelado em Cânone na universidade daquela cidade. Durante sua vida, conseguiu formar uma vasta biblioteca que fazia justiça a sua cultura.

¹ Doutorando em História Política na UERJ, mestre em História Social pela USS, professor dos departamentos de História das Faculdades Integradas de Cataguases, FAFI-PRONAFOR, em Além Paraíba e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Marcelina, FAFISM, em Muriaé. Professor efetivo de História da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Leopoldina.

Desde sua transmigração para o Brasil² e instalação em São João d'El-Rey, lugar onde mais viveu³, Custódio manteve estreitos relacionamentos com a política conservadora em Minas Gerais, fato esse que lhe custou querelas pessoais e intrigas políticas, pelos idos da década de 1830.

Custódio foi colado vigário na Matriz de Nossa Senhora do Pilar em São João em 1824, porém antes dessa data, havia desempenhado as seguintes funções: "*ofícios pastorais no bispado do Pará, vigário geral e pároco em Goiás, vigário da vara e pároco em Mato Grosso, secretário do governo da última capitania e cavaleiro da Ordem de Cristo (1814)*".⁴

Em 1814, Custódio pede provimento para a matriz do Pilar em Ouro Preto. Lá passou por avaliações, prestando concurso para pretensão de Vigário colado, o que lhe daria estabilidade, caso fosse aceito.

Esse concurso foi promovido pela Mesa de Consciência e Ordens, que era o órgão responsável pela administração eclesiástica do Brasil, desde sua implantação em 1808 no Rio de Janeiro, junto com o aparelhamento estatal da corte portuguesa.

No caso específico das províncias, o concurso foi oferecido pelo prelado de Mariana que era responsável por Minas Gerais.

Junto com Custódio concorreram à vaga: Manoel Rodrigues Jardim, João da Costa Faria, Manoel Antônio Freitas Caldas e Francisco José Pereira de Carvalho. Os três primeiros não compareceram ao exame e, concorrendo com Pereira de Carvalho, Custódio foi aprovado em 23 de setembro de 1814, contando com a preferência do procurador geral das Ordens, graças aos serviços prestados citados acima.

A Mesa, no entanto, beneficiou posteriormente a Pereira de Carvalho por ser natural do Brasil, o que lhe dava preferência. Ao recorrer, Custódio pede ajuda ao deputado Vilanova Portugal que alegou ter ele mais literatura e serviços; mesmo assim a resolução de 14 de outubro de 1814 optou por Pereira de Carvalho.

Custódio ainda teria que aguardar dez anos para ser colado na freguesia de São João d'El-Rey e, nesse período de espera, tornou-se apenas coadjutor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na cidade da Bahia⁵.

Enfim, colado em 1824, Custódio foi ao longo do tempo sendo observado com desconfiança pelas "almas sanjoanenses". O Vigário não conquistou o seu rebanho como o vigário antecessor, pelos menos é o que se percebe em primeira instância.

E, confirmada a suspeita de que Custódio tinha uma amante, não identificada na Devassa, a descrença e a desconfiança no "homem designado por Deus por vocação", caminhavam em conjunto na tentativa de descobrir algo a mais sobre sua misteriosa vida particular e cosmopolita⁶.

² Não dispomos ainda de dados precisos sobre a época de sua chegada ao Brasil.

³ Luís José Dias Custódio viveu 29 anos em São João d'El-Rey e faleceu a 21 de maio de 1853 na mesma Vila.

⁴ Guilherme Pereira das NEVES, *E recebera mercê*, 1997, p. 153-54.

⁵ Antiga denominação da cidade de Salvador, na Bahia.

Temperamental, Custódio não hesitava em esconder seu caso amoroso, assumindo-o publicamente, não cabe enfatizar esse relacionamento de Custódio e, sim, o seu valor como elo desencadeador da intranquilidade pública e do próprio inquérito, solicitado pelos vereadores.

A instituição eclesiástica resolve apurar as “falácias” dos povos e escolhe dentre os habitantes, pessoas consideradas idôneas sob o seu ponto de vista, para prestar depoimento sobre “o que se via” e “sabia por ouvir dizer”, “da conduta do referido vigário”.

Através dos depoimentos, percebe-se nos diferentes discursos, o consenso contra Custódio.

Pessoas dos mais variados ofícios compõem o público que relata a convivência de Custódio, portador de uma vida um tanto quanto agitada para um vigário colado da Matriz. Sapateiros, boticários, ourives e até Juizes de Paz, “homens brancos” relatavam os rumores da opinião pública sanjoanense.

A Justiça divina representada na pessoa do Reverendo Visitador José Lopes Cançado, agia, na instituição da Devassa, contribuindo assim para o orgulho dos Povos que contra Custódio viviam.

A religião católica era considerada a oficial do Império, portanto, responsável por alinhar as condutas e desde o período colonial mineiro, as Igrejas representaram moralmente, o espaço sagrado onde todos, com algumas exceções, recebiam e praticavam atos de fé.

Em se tratando de espaço físico, os adros, desde o século XVIII, foram adquirindo o *status* de um lugar especial até o período compreendido por nosso estudo. Nesses pequenos espaços ao redor das capelas e igrejas, as conversas eram freqüentemente lembradas pelos fregueses, que faziam críticas morais e éticas a todos que ali freqüentavam e, tão menos, poupavam o pároco.

Logo, as querelas públicas iam sendo substituídas por outras, pois os “pecadores” eram redimidos pelos sermões públicos e particulares dos sacerdotes. O que não poderia acontecer, porém, é o próprio sacerdote cair em contradição com os princípios religiosos, afinal São Paulo Apóstolo já recomendava que *“não confiasse ao serviço pastoral, senão homens dotados de uma alma verdadeiramente pastoral e sensível: exercitados na prática de boas ações, conhecidos por suas inclinações pacíficas e hábitos benfazejos: enfim de uma conduta exemplar”*⁷.

A pergunta que se fazia era a seguinte: os párocos foram feitos para os Povos? Ou os Povos para os Párocos? E, embasados na oratória de São Paulo, declaravam que os párocos foram feitos para os povos, e não os Povos para os párocos.

⁶ Richard SENNETT em *O declínio do homem público*, 2001, p. 31, conceitua o termo cosmopolita da seguinte forma: “de acordo com o emprego francês registrado em 1738, cosmopolita é um homem que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade, que está à vontade em situações sem nenhum vínculo nem paralelo com aquilo que lhe é familiar. Esse mesmo sentido da palavra surgiu em inglês mais cedo do que em francês, embora não fosse muito usado até o século XVIII. Por causa dos novos hábitos de se estar em público, o cosmopolita tornou-se o homem público perfeito”.

⁷ APM, Câmara Municipal da Vila de S. João d’El-Rey, Representação de 07 de fevereiro de 1833.

Dessa maneira, a convicção e conveniência pastoral de Custódio são postas em pauta a partir do momento em que há o empenho do Visitador em prosseguir com o interrogatório de aproximadamente 20 habitantes, desamparados por Custódio por não contribuírem com os emolumentos, por já pagarem o dízimo, pois ao entendimento dos Povos, conforme foi dito, cabia à Monarquia o sustento de seu funcionário através da concessão da côngrua.

Custódio se relacionava bem com o Bispado de Mariana. Ele possuía um currículo bastante extenso e havia passado por vários caminhos desde que chegou ao Brasil, prestando bons serviços a Igreja. Mesmo sendo vigário em São João, exerceu também de 1826 a 1828 em Mariana, as funções de Provisor e Vigário Geral, ou seja, delegado de jurisdição em certos distritos eclesiásticos.

D. Frei José da Santíssima Trindade foi o sexto bispo da diocese de Mariana. O período de sua direção estendeu-se desde 1820, quando chegou naquela cidade até 1835, ano de sua morte.

Durante o período em que foi bispo, Frei José realizou inúmeras visitas com o intuito de inspecionar as capelas e matrizes que estavam sob os seus cuidados.

No dia 06 de outubro de 1824, Frei José fez uma visita à Igreja de Nossa Senhora do Pilar, na presença do recém nomeado vigário colado e demonstra sobre ele estimado apreço. “Doutor Cônego Luís José Dias Custódio”, assim era chamado pelo bispo. Cônego, no caso de Custódio, era um título honorífico concedido pelo Bispo, e esse só o concedia a um sacerdote de méritos.

Em 1832 e 1833, quando foi instituída a Devassa Eclesiástica contra Custódio, o Bispo ainda era Frei José da Santíssima Trindade.

João Bernardes de Souza, branco, ourives e natural de São João Del Rei, foi o primeiro a jurar sobre um livro dos Santos Evangelhos e narrar o que sabia sobre a vida espiritual e pública de Custódio.

Antes da vinda do Reverendo Vigário desta freguesia havia nesta Vila harmonia e fraternidade entre as famílias, e depois de sua vinda tem havido ódios, inimizades (...) e disse mais quase todo o juízo da Igreja [N. Sra. do Pilar] esta encarregado a um coadjutor avançado em idade e que o Reverendo Pároco por si não leva sacramento⁸.

Custódio não tinha hora certa para realizar o Sacrifício Conventual nos domingos e dias santos. Devido à distância da Matriz para alguns, os que se predispunham a escutar os ensinamentos litúrgicos muitas vezes encontravam a Igreja fechada e, em outras vezes, o ato já havia sido proferido.

⁸ AEAM, *Livro das devassas*, 1833.

Manoel Jacinto Cardozo, outro depoente, responde quando lhe é perguntado pelos pontos da Petição da queixa dos povos, que Custódio não cumpria com os seus deveres como pároco e que por isso era imprudente.

Quanto aos deveres, Custódio deixou a desejar. Somente perante o pagamento dos emolumentos, ou seja, gratificações além do ordenado, que eram concedidos os sacramentos como o atendimento pró-viático (extrema unção) e a emissão do bilhete de desobriga, termo usado para indicar o tempo válido – ocasião da Quaresma – para o cumprimento do segundo (confissão) e do terceiro (comunhão) preceitos da Igreja, referentes ao recebimento dos sacramentos pascais.

Insatisfeitos com essa postura, os fregueses não lhe pagavam essa vantagem pecuniária, devido ao conhecimento de que Custódio recebia a cômputo. O problema dos fregueses em relação a Custódio encontrava-se então no não cumprimento da sua obrigação e não por manter um relacionamento amoroso com uma habitante da Vila, mesmo sendo uma ato público, visível, notório e real aos transeuntes da localidade.

Por outro lado, cabe somente aos fiéis relatarem a sua conduta dentro da Igreja. Assim, os acontecimentos no interior da Matriz de Nossa Senhora do Pilar foram tomados como referência para os depoimentos. Custódio se enquadrava, dessa maneira, nas características de um apóstata. Os habitantes por sua vez não se sentiam à vontade com a presença de Custódio, que gozava de benefícios eclesiásticos além da regalia da intransferibilidade, por ser pároco colado.

Sobre a vocação, os vereadores de São João d'El-Rey mencionam o Apostolo São Paulo para endossar os seus discursos contra a má conduta de Custódio que "*manifestava sentimentos avessos e opostos aos que professa a Comunhão Brasileira*"⁹.

Custódio não emitia o bilhete de desobriga; não realizava funções extras, como visitas pró-viáticas sem antes lhe pagarem os emolumentos; andava pública e escandalosamente amasiado com uma mulher; não dizia as missas conventuais em horários certos e, por isso, muitos fregueses ficavam desassistidos e mesmo aqueles que, porventura, assistissem a missa de Custódio, reclamavam que ele não dizia ou sequer explicava os "Santos Evangelhos".

Ademais, Custódio dizia palavras afrontosas aos seus fregueses dentro da Igreja, sem ter, segundo eles, motivo para tal atitude.

João Bernardes de Souza, afilhado de crisma de Custódio, o denunciou, dentre outros, por ser membro de uma sociedade secreta intitulada "União e Lealdade". Custódio também foi acusado por ter espancado no meio da Igreja, Anna Joaquina Lopes, dando-lhe bastonadas e murros. O mesmo foi feito com a negra, a qual sabemos que era a escrava Victoria, que apanhou de bofetadas e bastonadas dentro da Igreja. Assim está narrado o evento:

⁹ APM, Câmara Municipal da Vila de S. João d'El-Rey, Representação de 07 de fevereiro de 1833.

dirigindo-se para as partes do Altar Mor ao passar pelo corpo da Igreja, voltou para o Povo e disse: Calem a boca que eu não importo que falem de mim, ei de leva-los a chicote, e ei de mandar vir para aqui varas de marmelo e voltou de cabeça baixa com bastão na mão e depois deu-lhe sobre os Povos.”¹⁰

É sabido, porém que o pároco também excitava motins em épocas de eleições e em certo movimento chegou a pegar em armas. Pela defesa da “ordem”, Custódio causava a desordem, descrença e antipatia nos atores sanjoanenses.

Dessa maneira, o Dr. Custódio ocupava vários espaços no universo social e político de São João d’El-Rey . Desentendia-se com escravos, fregueses, vereadores, juizes de paz e até com deputados.

O cerco havia se fechado para Custódio. Todos os depoentes da Devassa Eclesiástica¹¹ pertenciam à “boa sociedade” sanjoanense e muitos foram os depoentes que contra Luís Custódio prestaram juramento sobre a Bíblia. Dentre as queixas mais freqüentes estavam aquelas que diziam ser Custódio o redator de um Jornal local onde se publicavam textos perversos contra as autoridades locais: *O Amigo da Verdade*.

Em 1827, foi criada, na rua Direita próxima da Matriz de Nossa Senhora do Pilar a primeira tipografia da Vila de São João d’El-Rey, responsável pela impressão do *Astro de Minas*. Entusiasmados, os habitantes letrados passaram a colaborar com o periódico através de suas correspondências semanais.

Assim, muitas foram às correspondências que elogiavam a iniciativa do rico comerciante, político e também redator Batista Caetano de Almeida pela ação de ter criado na Vila o primeiro periódico responsável por levar as “luzes aos seus compatriotas”.¹²

Durante praticamente dois anos, o *Astro de Minas* “iluminou” sozinho os seus leitores. Porém, *O Amigo da Verdade*, tenta “eclipsar” as luzes do *Astro de Minas*. Dentre os redatores do *O Amigo*

¹⁰ AEAM, *Livro das devassas*, 1833.

¹¹ AEAM, *Livro das devassas*, 1833.

¹² De acordo com o professor Francisco J. C. Falcon a respeito da palavra “Luzes”: O ponto de partida da idéia de “Luzes” é a multissecular metáfora da luz: a oposição entre luzes e sombras, entre o dia e a noite, cujas origens remontam às épocas mais remotas da humanidade, expressa nos cultos solares e em seus variados mitos. Ao longo dos séculos, muitos foram os valores e tema associado quer à noite, quer ao dia, sempre com tendência positiva do dia e da Luz. Francisco C. FALCON, *O Iluminismo*, São Paulo, Ática, 2002, p. 15. Robert Darnton informa que a palavra luzes pode ser encontrada em escritos desde a antiguidade, mas que no século XVIII, ela adquire uma nova força, e exprime o nascimento da modernidade. *É uma palavra arregimentadora, lançada contra as forças de repressão, ao lado de outras palavras-chave: razão, natureza, tolerância, liberdade, felicidade, progresso. Essas palavras delimitam um novo sistema de valores, pondo contra a parede as ortodoxias consagradas no Velho Regime, e se entrelaçam nas ideologias que sustentarão todos os regimes democráticos depois das revoluções da América e da França.* Robert DARTON, A eclosão das Luzes, In: DARTON, Robert; DUHAMEL, Olivier, *Democracia*, Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 21. A idéia das luzes, sempre divulgada tanto pelos redatores do *Astro de Minas* quanto pelos correspondentes, se relacionava com o futuro, a instrução e o progresso trazidos pela informação, ou seja, pela imprensa periódica.

da Verdade estava Luís José Dias Custódio, um inimigo político de Batista Caetano de Almeida. Assim como o *Astro de Minas*, *O Amigo da Verdade* também tinha muitos assinantes, que participavam dos debates através de freqüentes correspondências publicadas pelo periódico.

Surpreende o número de depoimentos publicados pelo *O Amigo da Verdade* contrários ao *Astro de Minas*, o que configura uma bipolarização das opiniões, principalmente no que diz respeito às querelas pessoais e políticas envolvendo os respectivos redatores.

A partir de maio de 1829, com *O Amigo da Verdade* em cena, percebe-se a configuração de um “novo” instrumento de debate, agora, direcionado contra o primeiro periódico da Vila. Ambos se tornam verdadeiros campos de disputa das opiniões dos leitores. Sabe-se que *O Amigo da Verdade* se manteve em atividade até 1831, porém, as edições a partir do ano de 1829 se perderam.

O interessante é que Luís José Dias Custódio volta à cena impressa em 1842, passando a redatoriar em um jornal sugestivamente denominado *A Ordem* e, com veemência, defende o Golpe da Maioridade e os anos iniciais do governo de D. Pedro II “destruindo qualquer gângrio [sic] da revolução liberal”, como se lê na sua primeira edição. Por fim, Luís José Dias Custódio é uma figura emblemática no cenário político da Vila de São João d’El-Rey e da província mineira e um ator ainda desconhecido pela historiografia. Deste modo, muito se tem a desvelar sobre sua atuação e este texto procurou, de maneira preliminar apontar algumas pistas de sua vida pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. **A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João d’El Rey e São José do Rio das Mortes, 1810/1844.** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Edgard. **A legislação eleitoral brasileira.** [Rio de Janeiro]: Imprensa Nacional, 1964.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MAIA, Tom; MAIA, Thereza R. C; IGLÉSIAS; Francisco. **São João Del Rei na história de Minas e do Brasil.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1986.

MOREL, Marco. A política nas ruas: os espaços públicos na cidade imperial do Rio de Janeiro. **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS, v. XXIV, n.1, p. 59-73, junho 1998.

_____. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: o partido caramuru nos anos 1830. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do estado e da nação.** São Paulo: Hucitec, 2003.

SILVA, Rodrigo Fialho. **A inversão da ordem sacra: violência e sedição clerical na Comarca do Rio das Mortes, na primeira metade do século XIX.** Cataguases, 2002. (Monografia de Pós-Graduação PREPES/PUC-MG)

_____. **Por ser voz pública: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira (Vila de São João d’El-Rei, 1827-1829).** Vassouras: USS, 2006. (Dissertação de Mestrado).

_____. Por trás da imprensa: enfurecidos redatores na Vila de São João d’El-Rey (1827-1829). IN: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15. **Anais eletrônicos do XV Encontro Regional de História.** São João del-Rei: ANPUH-MG, 2006. [CD-ROM]

SILVA Wlamir. **“Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834).** Rio de Janeiro: IFCS, 2002. p.134. (Tese de doutoramento).

A LIBERDADE DO CIDADÃO DENTRO DO GOVERNO REPRESENTATIVO, SEGUNDO SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

*Por Sandra Rinco Dutra

RESUMO:

O problema mais recorrente na democracia moderna consiste no equilíbrio entre o Estado e os Direitos Individuais. Este trabalho visa demonstrar qual o papel do cidadão inserido em um governo representativo, ou seja, a liberdade e os limites de seus direitos e seus deveres, e como o Estado deve agir para garanti-los, à partir da análise do *Manual do Cidadão em um Governo Representativo*, do pensador luso Silvestre Pinheiro Ferreira, referente à transição da monarquia absoluta para a constitucional, tanto em Portugal quanto no Brasil. No contexto da monarquia luso-brasileira, o grande problema era como sair do modelo de monarquia absoluta, alicerçado na idéia do direito divino dos reis, para dar ensejo ao modelo moderno de monarquia representativa e, assim, preservar suas possessões.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Representativo. Liberdade do Cidadão. Direito Constitucional. Liberalismo político.

TEXTO:

A obra de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 - 1846), pensador e político português, foi de grande importância para auxiliar o processo de mudança a que a monarquia absoluta portuguesa foi submetida, à partir da década de 1820. O ponto chave de sua teoria política baseou-se no liberalismo e no constitucionalismo que, no início de século XIX, configuravam a grande temática da política. O estadista esteve no Brasil por mais de uma década, chegando em 1810 e regressando à Portugal na esquadra real, em 1821. Seu estreito laço com D. João VI, na condição de seu conselheiro, ministro do Exterior e da Guerra, propiciou-lhe acesso direto aos negócios do Estado, dessa forma, possibilitando o aprimoramento e aplicação de toda sua doutrina. A intenção era que se fizesse a transição de um regime monárquico absoluto para o Estado liberal, preservando a instituição real, mas dando à ela um caráter de representação, evitando-se, assim, o democratismo (que, depois da Revolução Francesa, tornou-se sinônimo de "terror"). Silvestre acreditava que se tal reforma fosse feita pela Coroa, esta conseguiria salvaguardar o império, evitando a possível perda de suas colônias por meio da atmosfera revolucionária que o mundo respirava nessa época.

Esta transição veio à cabo, de fato, com a Revolução Constitucionalista do Porto, no ano de 1820, a que conduziram os movimentos liberais em Portugal. Foi estabelecida uma Junta de Governo e convocadas as Cortes em caráter revolucionário (antes só reunidas excepcionalmente, mediante solicitação do rei). No Brasil, a transição ocorreu de forma tranqüila, em relação ao acontecido em Portugal, ou seja, não foi necessário se fazer revolução. Um dos motivos que possibilitou que dessa forma ocorresse foi a doutrina política liberal de Silvestre Pinheiro Ferreira, assim como esta também propiciou à elite que governou o país após a Independência consolidar um padrão de estabilidade política que foi responsável pela unidade nacional. Segundo Antonio Paim, sua obra serviu como norteadora, à partir da qual foi possível assegurar, quando do Segundo Império, cerca de meio século de estabilidade política no Brasil [Paim, 1998: IV].

Após tantas mudanças, em 1834, Silvestre escreve o que seria sua obra mais importante: *Manual do Cidadão em um Governo Representativo ou Princípios de Direito Constitucional, Administrativo e das Gentes*. Sua intenção era dar uma nova base para o Projeto de código constitutivo (depois de minuciosa análise da carta constitucional de 1826, publicada com o nome de *Observações sobre a Construção do Império do Brasil*, em 1831, a qual ele considerava com diversos erros e até mesmo, em alguns pontos, contrária aos princípios essenciais do sistema constitucional) e, ao mesmo tempo, oferecê-la aos concidadãos como um novo pacto de aliança. Trata-se de uma espécie de contrato social, no qual ele distingue o homem vivendo no estado de natureza, o cidadão vivendo em sociedade, e a melhor forma de manutenção da ordem e da integridade de todos como sendo a monarquia constitucional. Em suas próprias palavras: "(...) que este trabalho consiga o seu último fim de fundar na nossa pátria o império da lei comum, da justiça e da liberdade, sobre as ruínas do poder absoluto, do privilégio e da anarquia" [Ferreira, 1976: 111].

Agora, o que nos interessa é identificar que tipo de pacto é esse oferecido aos cidadãos, qual é o seu papel e como são as relações entre as classes e destas com o Estado. A parte abordada aqui é referente ao primeiro tomo do *Manual*, intitulado "*Do Direito Constitucional*".

Dos Direitos e Deveres:

Silvestre inicia esclarecendo quais são os direitos e os deveres atribuídos aos cidadãos componentes do governo representativo. Segundo ele, direitos são todas as comodidades de que o homem pode gozar, sem ofender a lei do justo (também chamada de direito universal ou da razão), e deveres são todos os incômodos impostos por essa lei [Ferreira, 1998: 1]. Ele denomina "lei do justo" aquilo que se mostra de maior utilidade ao homem e ao cidadão, de acordo com sua natureza e sua interação social. Ele faz distinção entre homem e cidadão, pelo fato de o primeiro referir-se aos direitos e deveres naturais, e o segundo, aos sociais. Os direitos naturais, ou seja, aqueles que são inerentes a natureza humana e inauferíveis, são três: segurança pessoal, liberdade individual e propriedade. Já o que ele define como direitos sociais são as leis que os homens, em sociedade, promulgam para regular o uso

e assegurar o gozo dos direitos naturais; eles se fazem cumprir através de três corpos de lei: direito civil (leis civis), direito público (leis fundamentais e constitutivas) e direito penal (leis penais).

O que leva os homens a reunirem-se em sociedade, na concepção de Silvestre Pinheiro Ferreira, é a impossibilidade de defesa, só com sua força individual, dos seus e suas propriedades contra investidas de indivíduos mais fortes. Então, uma vez unidos, seria assegurado a todos a fruição de seus direitos, assim como a obrigação do cumprimento de seus deveres. O pacto social ferreiriano é "*o consentimento expresso de uns, e tácito de outros, às leis tanto fundamentais quanto constitutivas do Estado*" [Ferreira, 1976: 115]. As leis ditas fundamentais constituem a base invariável do pacto social, pois impõem os limites do direitos naturais; as leis constitutivas regulam os direitos políticos do Estados. Não significa que esses limites impostos sejam onerosos para o indivíduo, pelo contrário, o bárbaro ou selvagem¹ está em plena desvantagem ao homem social por alguns motivos: 1º) ainda que este tenha menos necessidades, contudo, ele tem menos meios de se satisfazer; 2º) ele está mais exposto à ataques de outros indivíduos e também de animais, assim como às intempéries das estações climáticas e aos infortúnios da natureza do terreno; logo, ele tem menos segurança pessoal; 3º) devido à esses inúmeros contratemplos, em última instância, ele terá menos liberdade; 4º) Por fim, com relação à propriedade, é certo de que sua conservação só se dará mediante o auxílio das leis. Em suma, antes de ter pago um alto preço pelo sacrifício de parte de seus direitos, o homem natural recebeu em troca inúmeros proveitos, aumentando o grau de sua satisfação, e, ainda, teve assegurado o livre exercício de seus direitos, através das leis sociais, com muito mais rigor do que se estivesse vivendo no estado de isolamento [Ferreira, 1976: 115 - 116].

A igualdade social se dá através da justiça, e só é justo o que é de maior utilidade ao cidadão; o justo, em último caso, deve produzir a maior soma possível de bens para a sociedade como um todo e para cada indivíduo em particular, pois este é o único modo seguro de fazer distinção acerca do justo e do injusto, tanto na moral quanto na política. Dessa forma, ele significa convergência de interesses da totalidade, uma vez que esse foi o fim proposto pelos homens quando se uniram em sociedade, e não o maior bem do maior número, o que, na verdade, não seria mais do que um privilégio, isto é, uma violação do pacto. Como não existe uma coisa igualmente útil para todos na mesma proporção, somente os homens se igualam diante da lei, pois se é o mais justo, então só isso pode ser verdadeiramente útil.

O que nos resta saber, a essa altura, é como são aplicadas as leis naturais na sociedade, ou seja, como os princípios *de liberdade individual, segurança pessoal e propriedade real*² são usufruídos dentro dos limites legais do Estado.

¹ Silvestre agora referiu-se ao homem natural como bárbaro ou selvagem claramente no intuito de enriquecer seu argumento quanto às vantagens, apesar das limitações, de se viver num Estado social.

² Ele atribui o nome de real à propriedade material para fazer distinção ao que alguns autores chamavam de propriedade pessoal, incluindo, aí, o trabalho corporal e as faculdades individuais. Silvestre considera tais como fatores da liberdade individual.

Liberdade individual:

À respeito da liberdade individual, Silvestre Pinheiro Ferreira enumera alguns preceitos indispensáveis para que ela ocorra de forma plena: ***liberdade de correspondência***: deve ser garantido ao cidadão o sigilo de suas correspondências, não devendo ser tolerados abusos quanto a posse de informações privadas, de foro íntimo ou comerciais, para nenhum tipo de fim; ***liberdade de manifestação de pensamento ou opinião***: segundo Silvestre, ela pode ser de caráter geral (referente a doutrinas políticas, religiosas, morais etc) ou de caráter específico mais limitado (afirmações relativas a determinada pessoa). Esse direito só poderá deixar de vigorar, no primeiro caso, se a doutrina induzir pessoas a cometerem delitos contra particulares ou o Estado; e, no segundo caso, a menos que o cidadão tenha sido expropriado judicialmente de seu bom nome e reputação, a maior de todas as propriedades, não é permitido que se façam deliberações de algum fato a seu respeito que resulte em ódio, desprezo, humilhações e zombarias; ***liberdade de residência***: o cidadão tem o direito de fixar seu *domicílio* ou escolher para sua *residência*³ o lugar que melhor lhe for útil, pelo tempo que for necessário, dentro do país ou em qualquer outra localidade estrangeira, salvo se obtiver alguma limitação judicial; ***liberdade de indústria***⁴: é a liberdade de se exercer atividades que se tenha mais aptidão, ou no caso de se aproveitar da indústria alheia, é a liberdade de se dirigir à um determinado profissional ou negociante de qualquer ramo que mais lhe inspirar.

Segurança pessoal:

Este direito natural é o principal fator de união dos homens em sociedade, uma vez que os demais dependem diretamente dele para serem exercidos em sua plenitude. Ele imputa a todos os cidadãos duas ordens de deveres referentes a cada indivíduo: o primeiro deles consiste em não cometer nenhum tipo de ação ameaçadora contra a vida ou contra o bem-estar de alguém; o segundo dever faz de cada um responsável pela vida do outro, agindo dentro de suas possibilidades e de acordo com a lei, para o amparo, de qualquer natureza, do cidadão que necessitar, quando este não puder fazê-lo por si só.

Propriedade real:

Silvestre chama de propriedade real tudo o que o homem pode obter de material, de palpável, por meio de trabalho, cessão e ocupação. No primeiro caso, torna-se pertencente à ele todo fruto de seu

³ Pinheiro Ferreira fez uma distinção entre domicílio e residência: o primeiro é referente à localidade onde devem ser registrados todos os atos do cidadão, seja nas suas relações com o Estado, seja nas relações comerciais, em suma, é a localidade detentora de suas referências; o segundo trata-se unicamente do lugar escolhido para ser estabelecida sua morada, em caráter permanente ou temporário. Era importante a fixação do domicílio pelo fato da necessidade de se obter informações sobre a conduta de vida de uma determinada pessoa, quer seja por negócios comerciais ou por interesses particulares. Por isso, no caso de uma possível mudança de residência ou viagem, era de grande importância que se avisassem as autoridades de seu novo domicílio.

⁴ Indústria no sentido de aptidão, de empreendimento.

trabalho, seja ele corporal ou intelectual. Quanto à cessão, a propriedade pode ser adquirida através de título gratuito ou unilateral, sem nenhum tipo de obrigação ou prestação por parte do cessionário; também por título oneroso ou bilateral, o qual o cessionário se obriga a pagar uma prestação ou fazer algum serviço em troca, numa espécie de servidão. Tanto um tipo quanto outro podem ser em caráter perpétuo ou temporário. Por fim, no caso de ocupação, que o objeto ocupado não seja propriedade de outro adquirida por meio de trabalho, cessão que lhe foi feita, ou por ocupação anterior. Uma vez em seu poder, essa propriedade pode ser transformada através do trabalho empregado nela (então ela é legitimada), ou pode não ser modificada, permanecendo como encontrada na natureza (ainda sim nenhum dos outros que a disputam podem desapossá-lo). É essa distinção quanto à proprietários e arrendatários que vai definir as classes⁵ e as ocupações:

“A propriedade territorial (...) na origem de qualquer associação de homens que se estabelecem em um país, não pertence mais a um do que a outro em particular, mas sim a toda a comunidade em geral. Como porém não era possível fazer uma distribuição do território entre eles, foi preciso convir em que fossem designados uns indivíduos, que com o título de *proprietários* se incumbissem de dirigir os trabalhos, já da agricultura, já da mineração, cujos ramos foram sucessivamente se multiplicando e dividindo, à medida em que a nação se civilizava. Do resto dos cidadãos, uns se aplicaram, debaixo da direção daqueles proprietários, aos diferentes misteres de *agricultura* e *minas*, e outros se entregaram às diversas artes e ofícios de que se compõe a *indústria nacional*; e outros enfim se destinaram aos vários ramos do serviço público.” [Ferreira, 1976: 116-117]

É também essa delimitação dos atores que vai classificá-los quanto ao exercício dos direitos civis e políticos. Isso quer dizer que nem todos podem praticá-lo. Silvestre vai impor duas condições para isso, sendo a primeira a boa capacidade física e a lisura moral do cidadão, e a segunda, a necessidade deste estar matriculado em alguma das diversas profissões que fazem parte do que o pensador chamou de *três estados de comércio, indústria e serviço público* [cf. Ferreira, 1998: 11-31].

Estes foram os pontos principais da doutrina liberal-constitucional de Silvestre Pinheiro Ferreira, em relação ao cidadão. Neste assunto, é expressiva a contribuição do liberalismo de John Locke. Para ele, os homens por natureza são livres, iguais e independentes; seu direito à propriedade é natural e anterior à sociedade civil, mas não inato. Mas, visando a segurança própria, dos seus e da propriedade, eles abandonam o estado natural de liberdade, criando um pacto para se associarem à outros na mesma situação ou na intenção de se precaverem, empregando a força coletiva para a garantia da execução das lei naturais. Mas, o ponto chave da teoria é a questão da propriedade; na sociedade civil lockeana,

⁵ Aqui, “classe” se distingue de seu sentido moderno; é usada apenas para indicar uma categoria em que se possa incluir um grupo de pessoas [Junqueira, 1976: 83].

somente devem fazer parte do corpo de governantes aqueles que detém maior interesse na manutenção do pacto social, ou seja, os proprietários.

“Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes (...) a maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela” [Locke, 1978: 71]. “O objetivo grande e principal, portanto, da união dos homens em comunidades, colocando-se sob governo, é a preservação da propriedade” [Locke: 1978: 82].

São essencialmente estes conceitos que podemos encontrar no *Manual do Cidadão*, no que concerne à liberdade do indivíduo componente do Estado, assim como suas relações com o outro. A propriedade, de acordo com a teoria ferreiriana, é o objeto definidor de classes, hierarquias, governos e toda forma de mediação entre os homens.

Concluindo, nas palavras de Vicente Barretto, “o estadista e pensador português desenvolveu de forma sistemática, pela primeira vez em língua portuguesa, a teoria do Estado liberal-constitucional” [Barretto, 1976: 11]. A contribuição de Silvestre Pinheiro Ferreira para a política no Brasil foi certamente positiva; como já dito anteriormente, graças à ela, o país viveu cerca de 50 anos de estabilidade política, o que faz do Segundo Reinado, sem dúvida, é um período sem precedentes na história nacional. Esse era o objetivo para o qual escreveu sua doutrina. Assim, sua inteligência, empenho e disciplina lhe renderam muito mais do que simples obras, mas um legado extremamente rico em teorias embasadas na racionalidade, no bom senso e no patriotismo.

BIBLIOGRAFIA:

- BARRETTO, Vicente. “Introdução ao pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira”. In: **Idéias Políticas**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976, p. 11-18.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Manual do Cidadão em um Governo Representativo**. Vol. 1. Tomo 1. Brasília: Senado Federal, 1998.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Idéias Políticas**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.
- JUNQUEIRA, Celina. “Apresentação”. In: **Idéias Políticas**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976, p. 7-10.

- LOCKE, John. "Segundo Tratado Sobre o Governo". In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 31-131.
- PAIM, Antonio. "Introdução". In: **Manual do Cidadão em um Governo Representativo**. Vol. 1. Tomo 1. Brasília: Senado Federal, 1998, p. III-XX.
- VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. **Silvestre Pinheiro Ferreira: O Homem e a Obra**. Disponível em: www.ensayistas.org/filosofos/portugal/ferreira/introd.htm

“É MATÉRIA DE GRAÇA, NÃO DE JUSTIÇA”: O EQUILÍBRIO DOS PRIVILÉGIOS NO UNIVERSO DOMÉSTICO DA CASA REAL PORTUGUESA (1808-1820)

Santiago Silva de Andrade*

Em tempos de comemorações dos duzentos anos da chegada da Corte portuguesa no Brasil, faz-se necessário lembrar – de forma a honrar alguns preceitos básicos do ofício do historiador – que nem todos os transmigrados eram cortesãos, fidalgos ou oficiais. Centenas de outras pessoas, além daquelas pertencentes às “classes superiores”, acompanharam D. João VI em sua jornada atlântica. Dentre aquelas pessoas estavam homens e mulheres, jovens, adultos e velhos, que compartilhavam de uma identidade cujas principais características eram o serviço à Casa do Rei e a fidelidade à figura do monarca. De forma genérica, eram denominados criados da Casa Real portuguesa, título que muitas vezes ocultava contradições e conflitos, inerentes à qualquer formação social humana.

A escolha entre dos criados que vieram com a corte em 1808 foi feita com base em critérios ainda não esclarecidos. Uma primeira comparação entre as fontes pertinentes ao assunto indica que aqueles mais próximos ao círculo familiar real tiveram prioridade no momento do embarque, ou seja, a elite dirigente da Casa fez valer as suas prerrogativas em hora tão incerta quanto foi a saída de Lisboa. Os outros Criados, aqueles de serviços e origens mais humildes, recorreram às redes clientelares às quais estavam integrados, redes estas normalmente encabeçadas por cortesãos importantes, que desfrutavam de certa influência junto ao príncipe D. João.

A contrapartida das agruras sofridas durante a travessia, entretanto, não tardou a ser cobrada. Interessante notar que nos anos de 1808 e 1809 praticamente não há pedidos de Graças ou Mercês feitas por Criados da Casa Real com a justificativa de que acompanharam a corte para o Brasil. Somente a partir de 1810 é que se intensificaram os requerimentos baseados na alegação de que a opção pela viagem para o Rio de Janeiro mereceria ser recompensada com alguma Graça do príncipe regente D. João VI. Tal situação parece indicar que enquanto possuísem alguma esperança de retorno para Portugal, os Criados preferiram não fazer uso de tais argumentos. A partir do momento que a certeza quanto ao retorno deu lugar a uma situação indefinida, a aventura da viagem para terras coloniais em 1808 passou a ser valorizada por seus participantes, sendo interpretada como um sacrifício merecedor de recompensas.

Em termos práticos, a argumentação funcionou. Na quase totalidade dos casos, cerca de 90%, as graças requisitadas foram atendidas, sempre com a aquiescência da elite dirigente da Casa Real.

Era esta elite, aliás, que definia os rumos da Casa Real. Tal elite era formada por representantes tradicionais das Casas aristocráticas portuguesas, os Grandes do Reino¹, e sua atuação na administração

*Doutorando em História UERJ – Bolsista Capes

¹cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O crepúsculo dos Grandes: a Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1756-1834). 2ª Ed. Lisboa: Casa da Moeda, 2002.

da Casa era fundamental. Eram eles que serviam de intermediários entre o monarca e os criados de médio e baixo escalão, atuando como mediadores e conselheiros nos freqüentes pedidos de mercês e graças endereçados a D. João VI por seus criados. Seu parecer sobre a legitimidade da graça requerida tinha um grande peso na decisão final do soberano, sendo que em 90% dos casos o chefe da Casa acompanhava a opinião daqueles que efetivamente mantinham contato com o cotidiano do universo doméstico joanino. Tal situação nos dá margem para repensarmos o papel da centralidade do soberano no processo de tomadas de decisões que envolviam a Casa Real portuguesa.

Segundo os estudos de Manoel Hespanha, a definição de “graça” no Antigo Regime português era justamente o oposto do que era juridicamente devido, e era elemento fundamental no funcionamento da “cultura de serviço” tão característica ao microcosmo social das Casas Reais ibéricas. A noção de “justiça”, por sua vez, pressupunha o conflito de interesses contraditórios, idéia que, em tese, deveria permanecer estranha à Casa Real, sob pena de comprometer o seu bom funcionamento². Não é por outro motivo que, nos documentos administrativos da Casa Real a palavra “justiça” raramente aparece, já que no seio da “família”, no sentido do Antigo Regime, existe apenas um interesse. A “graça” cumpre aqui, portanto, a função definitiva de regular os interesses dos criados, e valorizar os vínculos sociais e políticos entre todos os sujeitos sociais do universo doméstico joanino.

Mas como funcionava, na prática, a concessão – ou negatória – das graças pretendidas no âmbito da Casa Real portuguesa no começo do século XIX? Quais os pedidos mais freqüentes, e quais as justificativas mais recorrentes utilizadas pelos requerentes?

Em primeiro lugar, as circunstâncias fundamentais para a concessão das graças, nas sociedades de Antigo Regime, assentavam-se em dois fatores complementares : serviços e merecimentos. O equilíbrio da “economia dos serviços” assentava-se na compensação proporcional aos serviços prestados ao rei, ou ao reino, apesar de tal “prestação” de serviços não ser garantia infalível de recompensas em forma de mercê ou dádiva, como bem mostrou Laura de Mello e Souza em seu livro recente, com relação ao caso de D. Antonio de Noronha³.

Com relação aos criados da Casa Real, os pedidos dividiam-se, majoritariamente, em três categorias: a concessão de esmolas e pensões para parentes de criados (geralmente filhas solteiras ou mães viúvas); a incorporação, no serviço real, de filhos de criados, geralmente quando estes últimos se encontravam em vias de se retirar do exercício do cargo; e por último, os pedidos de promoção e ascensão dentro da hierarquia da Casa Real.

No que diz respeito à concessão de recompensas pecuniárias, trata-se geralmente de graças dirigidas à filhas de criados de condição mais modesta, quase sempre com a justificativa de pobreza e

²HESPANHA, Antonio. Justiça e litigiosidade. História e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 389.

³SOUZA, Laura de Mello e. O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, capítulo 9.

falta de condições para a correta criação das “donzelas” que vieram parar no Rio de Janeiro por força das circunstâncias históricas.

A incorporação de descendentes de criados nos oferece uma gama maior de problemas. A tradição e o costume haviam sancionado que, quando da ocupação dos cargos na Casa Real, haveria uma preferência por filhos de criados da mesma Casa. No entanto, tal operação não era líquida e certa, e dependia de uma série de outros fatores, como a qualidade dos serviços prestados pelos ascendentes do candidato, ou do contexto no qual era realizado o pedido de ingresso no serviço real. Após o processo de independência, em 1822, parece ter minguado tal espécie de ingresso, e cessou definitivamente após a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Durante o período joanino, no entanto, o aumento do número de criados se fez em boa parte através da perpetuação dos serviços nas mesmas famílias que estavam ligadas à Casa Real desde pelo menos o século XVIII.

O interesse na sua própria ascensão também parece ter sido o motivo de alguns requerimentos dirigidos a D. João VI. A apreciação positiva de tais pedidos, e a posterior concessão da graça de “aumento de classe”, estava sujeita à análise do passado do criado requerente. Um dos impedimentos era justamente o exercício anterior de atividade mecânica que desonrasse o candidato, ou que o colocasse numa posição claramente inferior sob a ótica dos critérios de classificação social vigentes no Antigo Regime. Em janeiro de 1820, por exemplo, um certo Félix Pereira de Castro, Moço da Água, dirigiu um pedido a D. João VI requisitando a sua promoção para o cargo de Varredor do Paço, um movimento que, se aprovado pelo parecerista, colocaria Félix bem mais próximo do centro do poder, fato que talvez significasse alguma vantagem nos seus planos de ascensão na hierarquia da Casa. No entanto, o Visconde de Villanova da Rainha, responsável pela apreciação do pedido, argumentou duramente que “homens desta classe não estão nas circunstâncias de serem admitidos a Criados de outra ordem, porque são tomados para andarem carregados com barris de água.”⁴ No mesmo tom negou outro pedido, feito também em 1820 por um certo João José Pereira, Servente da Cozinha, que desejava se tornar Moço da Prata : “não pertencendo este lugar (de Moço da Prata) aos Serventes, por serem homens muito grosseiros, tomados unicamente para carregarem com caixas, e outros serviços”⁵. Não era só o defeito mecânico que atrapalhava os planos de quem desejava ocupar cargos de maior relevância na casa; questões de mérito e competência técnica eram também levadas em conta. Em 1819, por exemplo, Cristovão Tani teve negado o seu pedido de se tornar músico da Real Câmara por não ter as “circunstâncias e perfeições no seu instrumento necessárias para se fazer digno de entrar para” a mesma, segundo a opinião do cortesão que avaliou o requerimento⁶. A valorização dos laços de fidelidade muitas vezes pesava na apreciação dos pedidos de mercês, e não raro os cortesãos apontavam várias razões para o impedimento de promoções de criados interessados em tais graças; Manoel Joaquim dos Santos,

⁴Arquivo Nacional – Casa Real e Imperial Mordomia Mor. Caixa 3 Pacote 2 Doc. 144.

⁵IDEM, Doc. 137.

⁶IDEM, Doc. 145.

na opinião do Visconde de Villanova da Rainha, além de não “saber servir Mesas, e tratar da Prata, como devem, e outras obrigações”, pertencia a uma classe de criados que “quando não servem se despedem deste serviço, e vem outro em seu lugar”, ou seja, além de não possuir o conhecimento necessário ao cargo pretendido, de Moço da Prata, não estava integrado às redes familiares que compunham o espaço doméstico joanino, e conseqüentemente não possuía laços sociais que garantissem o seu pertencimento à Casa Real portuguesa.

Interessante notar que entre nos anos 1819 e 1829 houve um número muito maior de requerimentos visando a promoção de criados da base da hierarquia da Casa, quando comparamos com todo período anterior. O que terá causado tal aumento? Faziam mais pressão por graças, mesmo que por meio dos canais tradicionais, e as justificativas para os seus pedidos tornaram-se, gradativamente e à medida que se aproximava o ano de 1821, cada vez mais frágeis. Em outras palavras, pediam por pedir, ou porque sentiam que possuíam o direito de pedir? Talvez fizessem uso da conjuntura, ecoando, dentro da Casa, mudanças de padrões de relações sociais e do esgarçamento das formas tradicionais de práticas culturais e sociais que atingiu o mundo luso-brasileiro na virada do século XVIII para o XIX.

Governo doméstico possuía, então, o sentido de “gestão do agregado caseiro do monarca e da sua família”⁷. Quanto à “gestão”, era encabeçada pela figura do *monarca*, entendido não como elemento isolado e único responsável pelas tomadas finais de decisões, mas como a representação de um complexo conjunto de alianças políticas cambiantes e de relações sociais, conjunto este resultante das vicissitudes dos sucessivos contextos históricos. Com relação ao “agregado caseiro”, tal expressão acobertava uma configuração social extremamente hierarquizada e diferenciada, tanto na prática dos seus ofícios, quanto na *qualidade* das pessoas que os ocupavam, e aproximava-se do que no Antigo Regime era conhecido como *família*. Tal gestão supunha a organização e o controle sobre a movimentação de centenas de homens e mulheres em torno dos membros da família real portuguesa. Supunha ainda a existência de um modelo de convivência social no qual a figura do *pater familias* era central⁸ e que gozava de autoridade sobre todos aqueles que possuíam um vínculo com seu núcleo doméstico, ou seja, era o chefe da família (agregado caseiro)⁹, embora tal posição possa ser relativizada pela atuação dos cortesãos que avaliavam os requerimentos e pedidos de graças dirigidos ao Rei, e apesar da Casa não estar isenta de potenciais conflitos entre seus moradores, tais contendas eram resolvidas, como vimos, com base na distribuição de graças e mercês entre os criados da mesma.

⁷CARDIM, Pedro. *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos Seiscentos*. in: Revista Tempo, Vol. 7 Nº 13. Niterói: UFF, julho de 2002, pp. 13- 56, p. 27. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, as áreas do “governo doméstico” foram gradativamente separadas das do “governo do reino”; este último possuía responsabilidades administrativas e judiciais sobre uma área bem mais vasta que o primeiro.

⁸Cf: XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antônio Manuel. *A representação da sociedade e do poder*. In: MATTOSO, José. (coord.) *História de Portugal V. 4.O Antigo Regime*. Lisboa: Stampa, 1993, pp. 121-154.

⁹O termo “família”, no contexto do Antigo Regime, possuía um significado bem diferente do que estamos habituados. Dentre outras coisas, queria dizer “o conjunto dos servidores de um dado senhor, o que englobava um conjunto amplo de pessoas sem relação de consangüinidade com o chefe da casa, mas que partilhavam o seu serviço em áreas (...) como (...) o serviço pessoal doméstico e a guarda do corpo.” CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança (1560 -1640): práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000, p. 65. Grifo meu.

A administração do complexo doméstico supunha também a coexistência de práticas regulatórias advindas do direito positivo com mecanismos consuetudinários de controle do espaço doméstico. Com efeito, analisando a coleção de leis do Brasil, de 1808 a 1834, encontrei raríssimas referências a mecanismos reguladores do cotidiano da Casa, o que é um forte indício da importância da oralidade e do contato direto com o monarca para o ordenamento do seu espaço doméstico. Nesse sentido, o termo *universo doméstico* pode ser entendido como um espaço social delimitado, cuja organicidade provinha justamente de uma estrutura de serviços e ofícios palatinos, ancorada firmemente em duas noções fundamentais à manutenção do *ethos* da aristocracia cortesã de Portugal entre os séculos XVII e começo do XIX: a idéia de Casa e a de Serviço ao Rei¹⁰.

O termo *Casa*, por seu lado, liga-se diretamente à noção de família e universo doméstico. O historiador português Nuno Gonçalo Monteiro argumentou que a idéia de Casa, na cultura política do Antigo Regime, pode ser sendo entendida, dentre outras coisas, como “um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais”¹¹. O historiador Pedro Cardim recentemente publicou um artigo, em um periódico brasileiro, sobre a importância da relação entre o modelo organizativo da estrutura doméstica da família real e o correto funcionamento do regime monárquico em Portugal seiscentista¹². Do que foi exposto, podemos tirar algumas hipóteses.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que o núcleo doméstico da Casa Real portuguesa funcionava não somente como uma instância provedora de privilégios e oportunidades sociais, mas também como um *locus* para o exercício da política. As transformações que assolaram o Rio de Janeiro entre 1808 e 1840 são por demais conhecidas. Tanto em sua paisagem urbana, quanto em suas instituições políticas, a Corte passou por mudanças várias, dentre as quais talvez a mais importante tenha sido a politização dos seus espaços públicos¹³. Porém, ao lado de tais espaços, abertos para o debate público das coisas políticas, a Corte, entendida enquanto uma estrutura carregada de práticas tradicionais (mesmo que em transformação), impôs a existência de um espaço privado, de formato doméstico, ao redor do qual orbitavam diariamente centenas de homens e mulheres, de várias hierarquias sociais, que expressavam opiniões, expectativas, medos e desejos, e que procuravam pautar suas atitudes de acordo com os rumos que o processo político tomava. O anos iniciais da década de 1830, por exemplo, talvez tenham sido uma época de terríveis incertezas para os Criados da Casa Imperial, pois as ameaças à existência de uma ordem que interessava diretamente a eles e a ausência de um *pater familias* com poder decisório poderia modificar, drasticamente, a organização de um universo doméstico que fornecia-lhes não só renda e

¹⁰MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos Grandes: a Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003, p. 531-534 e 547-552.

¹¹ Idem. p. 95. Ver especialmente o capítulo 4 da parte II: “Casa e linhagem: o vocabulário”

¹²CARDIM, Pedro. op. cit. Segundo Cardim, está em fase de preparação um trabalho sobre os ofícios domésticos da Casa Real portuguesa no século XVII. p. 24

¹³Cf. MOREL, Marco. op. cit.

prestígio, mas também uma referência identitária fundamental¹⁴. Entretanto, os anos 1830 foram, como afirmei no começo deste projeto, a ponta de um *iceberg* cuja base se encontrava em 1808. A criadagem real sempre esteve diretamente interessada nos rumos do processo político, uma vez que seus destinos pessoais estavam fundamentalmente atrelados aos rumos do regime monárquico. Mas os Criados não formavam um bloco monolítico; seria difícil estabelecermos uma correta averiguação da presente hipótese se não levássemos em conta a coexistência de uma multiplicidade de redes de interdependência no interior do espaço doméstico.

Esta *política* praticada nos salões do Paço não só estava articulada à *política* discutida no parlamento e na imprensa, como dependia diretamente dos resultados das disputas nos escalões mais altos do poder: uma troca de ministros, a demissão de um protetor que ocupasse um cargo-chave¹⁵, a pressão demasiada da opinião pública ou uma conjuntura econômica de crise poderiam afetar a distribuição de cargos, o sistema de remuneração, a possibilidade de ascensão de alguns Criados ou, até mesmo, forçar a redução do número de servidores domésticos da Casa. Parece que tal situação, de uma coexistência interdependente de duas formas de práticas políticas, assemelhou-se à idéia de “hibridismo político” que perpassa a obra do historiador François-Xavier Guerra¹⁶. Além disso, seria correto supormos que os Criados, ou pelo menos a grande maioria deles, liam os periódicos publicados na Corte, ouviam as conversas nas ruas e praças, participavam de alguma associação política, enfim, mantinham um mínimo contato com a eferverscência pública daquela época, figurando como sujeitos intermediários entre o mundo cortesão (a Corte propriamente dita) e os espaços e instrumentos de sociabilidade da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴“En los imaginarios de estos actores antiguos se valora ante todo la costumbre, la tradición, los precedentes, ya que son esas fuentes las que legitiman la existencia de los vinculos (...) elementos todos que contribuyen a conservar en el tiempo la identidad y la cohesión del grupo.” GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapfre/Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 88.

¹⁵Por exemplo: camareiro-mor, mordomo-mor, estribeiro-mor, escrivão da ucharia, etc.

¹⁶GUERRA, François-Xavier. *Modernidad...; IDEM. México: del antiguo regimen...*

O PROJETO PROGRESSISTA DE JUIZ DE FORA¹

Talita Ribeiro da Silva²

O presente trabalho tem como finalidade estudar o processo de criação de uma imagem “moderna” de Juiz de Fora, tendo como base o “*Álbum do Município de Juiz de Fora*”, lançado em 1915, elaborado por Albino Esteves cujo fotógrafo responsável é Manoel dos Santos. As fotografias e informações detalhadas sobre a cidade, presentes no Álbum, embasam o estudo da memória elaborada de Juiz de Fora durante o período de 1856 a 1915. Temos estudado a questão, em monografia de conclusão de curso, trabalho final de Especialização em Ciências Humanas Brasil: Estado e Sociedade e possível projeto para seleção de Mestrado. Salientamos Fiorot em *Metáfora de modernidade: as imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora (c.1891 - c.1922)*, que aborda a atuação da imprensa enquanto difusora de uma imagem moderna da cidade.³

O fenômeno da “*Belle Époque*” difundiu o modelo parisiense de modernização, o qual será estudado, estabelecendo parâmetros que viriam a ser copiados por cidades como Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Mais do que um estilo arquitetônico, a “*Belle Époque*” formula uma mentalidade urbanística que ratifica um novo modo de viver. A imagem que se pretendia perpetuar passava pela negação dos resquícios do Brasil Colônia, período intitulado como atrasado e percebido com desdém pelos republicanos.

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar as propostas de construção da imagem que se pretendia eternizar da cidade de Juiz de Fora, no final do século XIX e início do XX. O estudo tem por meta perceber o pensamento orientador responsável pela política de implementação de uma reforma urbana de caráter modernizador. A cidade vivia um período de efervescência econômica fruto do desenvolvimento industrial com destaque para o setor têxtil. Estes avanços se refletem principalmente nas edificações arquitetônicas.

A proposta da arquitetura realizada pela elite juizforana se desenvolveu com o objetivo de tornar real a delimitação do espaço, como um instrumento de exclusão social, cuja finalidade é salientar o lugar ocupado por este grupo na sociedade. A vida urbana se tornava cada vez mais intensa e este efervescimento pautado em novas propostas progressistas. De diferentes formas e em graus distintos, várias cidades tiveram em seu projeto urbanístico idéias progressistas que propagavam uma nova configuração do espaço. Salientamos cidades como: Rio de Janeiro com a reforma Pereira Passos (1902-1906), São Paulo, coordenada por Antônio da Silva Prado (1898-1910); Belo Horizonte com Afonso Pena exercendo a função de governador de Minas Gerais e, no ano de 1894, estabeleceu diretrizes para

¹ Comunicação para o I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império.

² Aluna do Curso de Pós-Graduação Brasil: Estado e Sociedade, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ SOUZA, A.L.F. *Metáfora de modernidade: as imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora (c.1891 - c.1922)*. 01/03/2005

construção da nova capital mineira. Tais propostas pautadas em moldes importados da Europa imprimiram uma nova forma de viver, e marcaram a busca pela melhor representação da mentalidade do projeto modernizador, que acabou por reprimir os traços antigos buscando a sua substituição por um ambiente adequado sob novos ditames da vida moderna que precisava de mais espaços para se solidificar.

Juiz de Fora alcança o seu primeiro momento de dinamismo econômico com o desenvolvimento da agricultura cafeeira. A partir de meados do século XIX, a cidade apresenta um crescimento demográfico quantitativo, conseqüentemente eleva-se também o número de edificações construídas na região. A cidade Juiz de Fora apresenta neste momento um grande desenvolvimento no âmbito econômico, industrial, na construção de estradas, no controle sanitário, nas associações de classe e nos instrumentos como os “*telegraphos*”, viação, luz e os correios que possibilitaram maior comunicação, frutos do advento do progresso. Escolas, fábricas, igrejas, parques e edificações destinadas à moradia quanto para instalar repartições públicas e privadas. Todo um aparato projetado e erigido para concretizar o sonho de uma “Manchester Mineira”. Instituições pensadas para tornar real o plano de modernização da cidade, contemplando os diversos aspectos exigidos pelo modo produtivo moderno, como também o padrão de comportamento inspirado no modo de vida das cidades européias, fazer piqueniques, caçadas e aulas de pintura.⁴

Observa-se que de 1850 até 1904 a cidade apresentava acentuado desenvolvimento, e é durante este período que se constroem as primeiras fábricas, que atraíram mão-de-obra para cidade e darão a Juiz de Fora o status de cidade industrial; as estradas e linhas férreas; bancos, para facilitar a o recebimento de empréstimos e demais transações econômicas; institutos educacionais; edifícios administrativos; de responsabilidade sanitária e associações, como a comercial que demonstra a importância do comércio e o seu crescimento. Enfim, toda uma gama de instituições responsáveis pelo desenvolvimento da cidade.

A modernidade presente na cidade se refletia nas edificações, adquirindo um caráter simbólico, representando de maneira imponente as transformações vividas. O estilo arquitetônico orientador do período era o ecletismo, inclusive nas instituições industriais. As novas construções deveriam retirar do cenário urbano qualquer resquício que não condissesse com a proposta modernista existente nos padrões europeus.

Vanda Arantes Vale cita como o estilo eclético chegou a Juiz de Fora:

⁴ Temos diversos estudos sobre a economia e sociedade de Juiz de Fora, no período em que a mesma recebe o epíteto de Manchester Mineira, destacamos: CHRISTO, M. C. V. **A Europa dos pobres**: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na belle époque mineira. Juiz de Fora, EDUFJF, 1994. SOUZA. Representações de modernidade, nas imagens da cidade, nos almanaques na “Manchester Mineira”:1891-1917. ALMICO, R.C.S. **Riqueza em Juiz de Fora na segunda metade do XIX**. JÚNIOR, J.W.G. **Pedra, papel e perfume francês**: a construção de Juiz de Fora como cidade civilizada. (1850-1914). I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira.

Ecletismo que chegou a São Paulo e aqui com poucos arquitetos e muitos mestres-de-obras italianos. O 'estilo' de uma sociedade que valorizou o progresso tecnológico e ao mesmo tempo mostrou erudição fazendo referências históricas, o revivalismo; adotando novos materiais de construção, principalmente o tijolo e as telhas marselesas.⁵

Os Jardins, as praças, as novas ruas e os parques eram os locais preferidos para passear, monumentos ao ar livre consagrados ao progresso. Pedro Nava descreve o Parque Halfeld, uma das paisagens preferidas dos juiz-foranos:

"Melhor ainda mais aventureira era a travessia da rua e o embrenhamento no sertão do Parque Halfeld. Tinha a cabana, toda feita de troncos de bambu de alvenaria e que se galgava por troncos de cimento deitados sobre águas vertiginosas. É tudo que ficou do velho jardim. Foi-se o repuxo onde nadavam peixes vermelhos, azulados e d'oiro vivo. Foram-se as árvores. Foi-se o prédio central onde diziam que era a biblioteca. Era um palácio gótico-românico-renascentista-barroco-neoclássico cheio de colunas torcidas como as do baldaquino de São Pedro do Vaticano...⁶"

Para que o projeto alcançasse seu êxito, diferentes medidas foram tomadas. Primeiramente a separação funcional da zona urbana da zona rural, pretendendo que a primeira se estabelecesse como um pólo centralizador, referência para as regiões circunvizinhas. Com o advento do setor industrial a cidade teve um aumento populacional, devido ao grande número de mão-de-obra para o trabalho fabril. A chegada dos imigrantes também acentuou o quadro demográfico da sociedade de Juiz de Fora. O número de edificações tendia sempre a aumentar, seguindo o acréscimo populacional, juntamente com o investimento na abertura de ruas, praças e largos. Estruturas novas que acabaram por necessitar de medidas orientadoras para a organização do espaço urbano. Desta forma a Câmara empreendeu o emplacamento da cidade com objetivo de identificar todas as construções existentes em Juiz de Fora.

Como descreve Albino Esteves em seu Álbum, o Alto dos Passos representaria o primeiro vestígio de fundação da cidade, lugar onde seriam erigidas edificações elegantes, que deveriam estar em conformidade com as "exigências progressistas e sadias" do período. No livro há várias referências quanto à beleza do projeto que se pretendia realizar na colina como, por exemplo, a "(...) Colina do Alto dos Passos (...) fundação dos primeiros elementos da futura cidade mineira" "(...) Dali (...) tomou nossa urbs para o seu caminho triunfante o rumo do norte".⁷

No outro extremo da cidade as edificações eram mais singelas, destituídas do glamour das casas da colina do Alto dos Passos. As moradias construídas para além da Rua Halfeld eram bastante distintas das construções projetadas para serem imponentes e visualmente elegantes. Pedro Nava afirma, em uma

⁵ VALE, V.A. **Juiz de Fora - Manchester Mineira**, 1996, p.8.

⁶ NAVA, P. **Baú de Ossos**. 1972, p.245

⁷ ESTEVES, A., **Álbum do Município de Juiz de Fora**. 1915, p.159.

comparação em tom poético, uma verdade sobre a organização espaço estrutural que a cidade havia delimitado,

É assim que podemos dividir Juiz de Fora não apenas nas duas direções da Rua Direita, mas ainda nos dois mundos da Rua Direita. Sua separação é dada pela Rua Halfeld. Esta, desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre sua margem direita e o Alto dos Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio; o Stella Matutina; a Matriz; a Santa Casa de Misericórdia, a cadeia, toda uma estrutura social bem pensante... Esses estabelecimentos tinham sido criados, com a cidade, por cidadãos prestantes que praticavam ostensivamente a virtude e o amontoavam discretamente cabedais que as gerações sucessivas acresciam à custa do juro bancário e do casamento consanguíneo... Já a margem esquerda da Rua Halfeld marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária. O Juiz de Fora projetado no trecho da Rua Direita que se dirigia para os que conduziam a Mariano Procópio era por força do que continha, naturalmente oposto e inconscientemente rebelde ao Alto dos Passos. Nele estavam o Parque Halfeld e o Largo do Riachuelo, onde a escuridão noturna e a solidão favoreciam a pouca vergonha... Esse lado de Juiz de Fora revolucionário, irreverente, oposicionista, censurante e contraditor – dizia sempre não! Ao outro, ao Alto dos Passos – conservador, devoto, governista, elogiador e apoiante.⁸

A parte alegre da cidade, como sugere Nava, era onde residiam os artistas, os operários, a população que pouco sentiu as melhorias propostas pelo progresso. Aqui a infra-estrutura urbana de redes de água e esgoto e o calçamento eram precários, muito diferente da infra-estrutura do centro e dos bairros nobres. Os operários representavam apenas um grande contingente de mão-de-obra para a elite industrial. Destituídos do direito à participação política, os populares estavam submetidos ao intenso controle por parte do governo que cerceava a liberdade e tentava a todo custo controlar valores e comportamentos.

A política sanitaria contava com o uso da força personificada na polícia sanitária, que representava um importante instrumento para a implementação de suas medidas, e para o rígido controle sobre a sua execução. A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora desempenhou um papel primordial no decorrer dos anos assumindo a responsabilidade de propor e executar medidas que solucionassem a grave questão sanitária da cidade. A situação das moradias populares era em sua maioria preocupante, já que as instalações domiciliares eram precárias e apresentavam inúmeros problemas, que representavam um perigo iminente de contágio e proliferação de doenças.

Segundo Maraliz de Castro Vieira Christo, a proposta desenvolvida para controlar o avanço das epidemias passou a ter um cunho político.⁹ A questão da higiene pública atrelada ao pensamento de salubridade constituiu a base para uma proposta que via no controle do indivíduo, no seu papel político quanto científico, e em suas liberdades, a solução para o quadro sanitário da cidade.

⁸ NAVA, P. Balão Cativo. 1973, p.14.

⁹ CHRISTO, M.C.V.A. **Europa dos pobres.**

Obviamente a população não aceitou passivamente todo o controle que lhe era imposto, se opondo ao projeto modernizante que não os incluiu como forma de tornar a única participação deste grupo como mão-de-obra, que agisse segundo os padrões de conduta e disciplina esperadas.

Compartilhamos da postura que Ana Lúcia Fiorot de Souza estabelece diante da análise dos almanaques de Juiz de Fora.¹⁰ Com base nesta autora podemos afirmar que as imagens difundidas da cidade, tanto nos almanaques, objeto de estudo da autora quanto no Álbum de Albino Esteves, objeto de estudo deste trabalho, foram publicadas com a finalidade de formular uma identidade local, necessária tanto para o poder político quanto para as elites do período. Podemos fazer um paralelo com as escolhas das imagens publicadas pelos órgãos oficiais de Juiz de Fora, com o processo de escolha das figuras que deveriam estampar os cartões postais. Em ambos os casos verificamos que o ato de utilizar determinadas imagens em detrimento da exclusão de outras, para uma ação dotada de significação e de grandes objetivos.

JUIZ DE FORA EM UM ÁLBUM

Albino de Oliveira Esteves, oriundo de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro, nascido em 16 de outubro de 1883, teve importante papel no cenário de Juiz de Fora. Foi na cidade que o cirurgião dentista e também jornalista atuou como um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, como redator do jornal *O Pharol e O Dia*. Encontramos o nome de Albino Esteves ou o pseudônimo por ele adotado (Lúcio d'Alva) registrados como o responsável ou colaborador de inúmeros trabalhos durante o período, como a confecção do Almanach Juiz de Fora, de grande prestígio. Destacou-se também como teatrólogo e ator, como funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da redação de artigos e principalmente pelo seu trabalho no Álbum do Município exercendo a função de redator organizador.

O Álbum do Município de Juiz de Fora foi confeccionado durante o período em que Oscar Vidal Barbosa Lage presidiu a Câmara Municipal (1912-1915). Entre as primeiras páginas da obra estão uma grande fotografia de Oscar Vidal e pequenos retratos do redator-organizador, colaboradores, secretário e repórter fotográfico.

O Álbum produzido durante o período de efervescência e progresso retrata a cidade de Juiz de Fora em seu momento de desenvolvimento econômico, social e cultural.¹¹ Contempla os avanços provenientes da modernidade, suas novas edificações de arquitetura eclética, segundo os padrões exigidos deste período, construídas para abrigar as instituições que viriam garantir o êxito do projeto modernista implantado em Juiz de Fora.

¹⁰ SOUSA, A.L.F.S. **Representações de modernidade, nas imagens da cidade, nos almanaques na "Manchester Mineira"**

¹¹ Ressalta-se aqui sobre a história de Juiz de Fora o trabalho de OLIVEIRA, M.R. **Comportamento da economia de mercado interno mineira na segunda metade do século XIX**. CARRARA, A.A. **Administração Fazendária e Conjunturas Financeiras da Capitania de Minas Gerais, 1700-1808**.

Em seu trabalho Albino Esteves relata minuciosamente o crescimento da cidade, descrevendo a história através de uma linguagem positivista que privilegia a exaltação do progresso em todas as áreas da ciência, através de uma visão bastante científica, se esmerando em detalhar, respeitando rigorosamente ao citar datas e nomes.¹² Em seus escritos está a trajetória da construção de uma cidade moderna idealizada e concretizada por grandes homens. O Álbum possui inúmeras fotos de homens importantes no período pertencentes ao poder público, a elite industrial e intelectual de Juiz de Fora.

Sobre as avenidas, ruas, praças, morros, logradouros e monumentos edificadas em homenagem aos grandes homens existentes na cidade, o livro especifica o nome dos mesmos com informações detalhadas. Como positivista Albino Esteves, se aprofunda em detalhar o olhar sobre a cidade, descrevendo-a em seus diferentes aspectos: questões demográficas através de um estudo estatístico da população juizforana; nomes referentes ao alistamento eleitoral; imprensa; topografia; descrição da flora e fauna e das variações meteorológicas; sobre o desenvolvimento econômico da cidade. A obra nos fornece dados financeiros, do desenvolvimento das lavouras e da pecuária; do comércio; das indústrias; da importação e exportação. Há longos capítulos destinados ao projeto higiênico e ao, segundo o autor, eficiente sistema de água e esgoto. Extensos capítulos sobre as instituições administrativas educacionais e do setor industrial.

O Álbum destina 70% de suas páginas à descrição da zona urbana e suburbana de Juiz de Fora, repleta de dados, como dito anteriormente, e fotografias. A zona rural é tratada de forma diferenciada por Albino Esteves, que privilegia a zona urbana em detrimento do campo. O seu estudo descreve a história da formação da zona rural com o uso de informações estatísticas topográficas; climáticas; demográficas; informações relativas às despesas e receitas; além do alistamento eleitoral. Todos esses dados dos distritos estão organizados em apenas 148 páginas.

As fotografias contemplam o projeto de organização da cidade, dentro de um capítulo intitulado "Água e Esgoto", Albino descreve minuciosamente o sistema de escoamento e abastecimento de água, o trabalho de dessecamento dos pântanos, as redes de água e esgoto. Todo projeto referente às obras de saneamento básico e de infra-estrutura estão descritos, inclusive através de fotografias de caixas de águas, pontes, de plantas de projetos e de tabelas destacando a que informa o leitor sobre a análise das águas destinadas ao abastecimento público da cidade.

O Álbum possui um capítulo dedicado às instituições de Juiz de Fora. A primeira instituição é de ordem literária, a Academia Mineira de Letras, onde estão registrados os nomes e a fotografia de cada um dos importantes membros desta entidade. A próxima instituição detalhada pelo autor é a Liga Mineira Contra Tuberculose, contemplando a história de sua fundação, a sua diretoria dentre os quais muitos também são membros da Academia Mineira de Letras, o trabalho realizado por esta entidade e quadros estatísticos sobre a situação da saúde pública. Nesta parte da obra encontramos fotos das instituições de

¹² Positivismo enfatizando a experiência, valorizando as ciências, o progresso, etc. exerceu profunda influência na intelectualidade brasileira no período de 1890 a 1920.

saúde como o Instituto Pasteur e o Dispensário Eduardo de Menezes da Liga Mineira contra a Tuberculose.

Albino destaca o papel primordial das fábricas e casas comerciais para o crescimento de Juiz de Fora. Tanto fachadas destas instituições quanto os interiores são aqui mostrados. Pode-se observar o valor destas estruturas atentando para o seu caráter progressista. As fotografias contemplam em sua maioria o prédio da fábrica ou das casas comerciais, como também o maquinário que compõe o estabelecimento, encontrarmos até mesmo fotografias em que há operários trabalhando. Através de análises, podemos afirmar que as cenas retratadas por Albino privilegiam o novo e exaltam o papel preponderante das indústrias e estabelecimentos comerciais para a cidade. Além disso, está claro para nós que o autor não pretende retratar os operários e os eu cotidiano, mas sim o funcionamento da fábrica.

No Álbum está um capítulo especialmente escrito para descrever o Museu Mariano Procópio. Através de fotografias do palacete do comendador Mariano Procópio, exalta sua arquitetura, suas salas e seu planejado parque. O Livro descreve seis grupos de coleções presentes no museu, mineralogia, numismática, autógrafos e gravuras, mobiliário e objetos históricos antigos, belas-artes e cerâmica. A escolha por descrever o museu em um capítulo exclusivo salienta o prestígio desta instituição e demonstra o quanto importante era para Albino referendar o palacete, seus jardins e suas coleções, imagens claras do progresso da cidade e do seu desenvolvimento cultural.

A maneira como o Álbum está organizado, a escolha das 575 fotos, dos textos, da seleção de páginas, para tratar de determinados assuntos, contistuem a formação de um trabalho positivista. Privilegiou a descrição da zona urbana, desvalorizando o campo. O livro é confeccionado segundo a mentalidade vigente da época, quando o pensamento orientador era a valorização de tudo que remetesse à modernidade. A cidade simbolizava a transformação tanto no âmbito cultural além do social, modificando o comportamento e concepções, quanto alterava o espaço geográfico, com imponentes construções que reafirmavam a condição de progresso de Juiz de Fora.

As fotografias presentes no Álbum exaltam os prodígios e os benefícios advindos com o progresso. O uso da imagem estabelece uma proposta de dupla finalidade, ao mesmo tempo em que privilegia a política progressista implantada na cidade, procura excluir todo aquele ou tido aquilo que destoasse da nova proposta. Como salienta Maria Eliza Linhares Borges fazendo menção as palavras de Alfredo Camarate:

*"Efetivamente, o que grande parte dos acervos fotográficos tem nos mostrado é que a fotografia livrou as ruas dos odores, gestos e sons de homens e mulheres que, como seus produtos e serviços, eram identificados com os signos do atraso. Na impossibilidade de retirá-los da urbs renovada, a fotografia foi, pouco a pouco, tornando ausente a presença dos resistentes ambulantes."*¹³

¹³ BORGES, M.E.L. **Cidade e República**: imagens do trabalho ambulante nas lentes fotográficas.

O registro deixado por Albino Esteves, pretendia perpetuar a imagem de uma Juiz de Fora efervescente, que teve seu desenvolvimento pautado em projetos importados da Europa e aqui copiados. Os relatos tornariam eterna a imagem de uma cidade industrial, limpa, com hábitos e comportamentos modernos. O Álbum como pode se perceber possui uma perspectiva elitista ao retratar a história da cidade.

TEMPO, HISTÓRIAS E LEMBRANÇAS: A PERPETUAÇÃO DO FATO ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA.

As inúmeras e diferentes imagens se propagaram em periódicos, ilustradas, álbuns de cidades, famílias, nos materiais adquiridos por pesquisadores e colecionadores. A fotografia representa a possibilidade da perpetuação de uma determinada imagem, uma época, uma personalidade, um objeto e até mesmo um conceito. E se faz indiscutivelmente importante salientar o papel daquele que não está presente no primeiro plano visual das obras, porém que possui um papel tão significativo quanto o objeto imortalizado, o fotógrafo.

Olhar uma reprodução de um determinado momento é perceber a intencionalidade do fotógrafo ou do indivíduo retratado. Temos a consciência que o processo de criação e produção de uma imagem está pautada em alicerces ideológicos, na manipulação e habilidade com os instrumentos técnicos, em elementos culturais e sociais.¹⁴ A imagem produzida constitui em si mesma o resultado de diversas escolhas. Primeiramente ela transmite em seu conteúdo final a escolha realizada, o projeto vencedor em oposição às opções descartadas. Dessa forma podemos afirmar o caráter empreendedor de memórias daquele que compõem a fotografia ou do seu encomendante. Como destaca Ana Maria Mauad

*“A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção signíca. (...). Dentro dessa perspectiva, ela pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e, por outro, atuar como eficiente meio de controle social por meio da educação do olhar”.*¹⁵

A euforia causada pelo advento da fotografia se dá em diferentes patamares do circuito fotográfico, por um lado tem se a crescente busca pelos serviços prestados pelos profissionais da imagem, por outro, temos as empresas especializadas nos diversos aparatos fotográficos, como a produção de máquinas, a revelação de filme e os mais variados apetrechos.

Todos estes elementos corroboram a concepção da fotografia como um produto altamente comerciável e bastante consumido a partir de 1833.¹⁶

¹⁴ MAUAD, A.M. **Na mira do olhar**: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX.

¹⁵ Idem, pg 144.

¹⁶ KOSSOY, B. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro**: fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2002.

A PRESTIGIADA CONFECÇÃO DE ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS DAS CIDADES

A apropriação da fotografia enquanto instrumento capaz de resguardar uma memória foi adotada por diferentes grupos sociais e por razões distintas. As diversas motivações que estimulavam a encomenda de um serviço fotográfico, a aquisição de uma determinada imagem ou até mesmo a empreitada de registrar algo amadoramente, constituem indícios de uma necessidade de registrar o momento, mas não somente isso, cada imagem carrega consigo o instante em que alguém se predispôs a existir para sempre através de um registro. Pela imagem produzida através das lentes, buscamos compreender os motivos pelos quais esta pessoa deseja fotografar-se, as afirmações que pretendia efetuar através da imagem, a ideologia, o status social, a construção do cenário, a indumentária. A razão que justifica o ato de fotografar uma paisagem, uma cena seja ela natural ou construída, os valores e as mensagens celebradas em uma imagem.

É exatamente a utilização do aparato fotográfico como um instrumento portador de uma mensagem com linguagem própria, que fomenta a realização de álbuns. Realçamos aqui a confecção de álbuns de cidades, fenômeno comum no decorrer do século XIX e início do XX. Salientamos a edição de duas produções que contemplam o Rio de Janeiro: *Avenida Central* datado de 1903-1906; já em 1910 foi produzido o álbum *Vues de Rio de Janeiro – Brésil*. Outras cidades também são contempladas com Álbuns próprios, podemos citar: o *Álbum de Belo Horizonte* editado em 1911; o álbum de *São João D`El-Rey datado de 1918*.¹⁷ Álbum Comparativo da cidade S. Paulo 1862-1887; álbum da cidade de Rio Preto (1918-1919); álbum de Niterói (1925). O fenômeno de se documentar o processo de modernização das cidades realizado através da tentativa de se abolir os resquícios do antigo sistema colonial usou, como instrumento de divulgação e celebração, a fotografia. Como podemos perceber, este foi um movimento comum em diferentes localidades brasileiras. O novo instrumento de representação das novas estruturas foi de extrema utilidade para a auto-afirmação da cidade e a promoção dos projetos políticos que se manifestavam na arquitetura das novas ruas e nas benfeitorias que privilegiavam o espaço urbano. Sendo assim órgãos administrativos passaram a requisitar trabalhos fotográficos com objetivo de celebrar o progresso. Importantes trabalhos foram encomendados como o já citado álbum *Vues de Rio de Janeiro – Brésil*, encomendo pelo governo federal a fim de retratar a modernizada capital do Brasil por meio das fotografias dos irmãos Musso.¹⁸

¹⁷ RIBEIRO, R.S.L.A *Fotografia de André Bello (1879-1941): Imagens em São João del Rei*. Dissertação de Mestrado defendida na UFMG em 2006.

¹⁸ KOSSOY, B. *Dicionário histórico-fotografico brasileiro*.

Em Minas Gerais, o *Álbum do Município de Juiz de Fora* de 1915, tendo circulado a partir de 1917, foi uma realização encomendada pelo então presidente da câmara municipal Oscar Vidal, como forma de sublinhar as obras empreendidas pela administração e pelo regozijo da história da promissora cidade, permitindo ao leitor conhecer a trajetória desde a abertura do Caminho Novo até a sua fase atual, remodelada pelo progresso como cidade de Juiz de Fora.

AVENIDA RIO BRANCO

A imagem de numero 77 do Álbum e de posicionamento 1 na série que aborda como temática as ruas, é de autoria de Manoel Santos (mais conhecido como M. Santos). O trabalho fotográfico retrata a principal avenida da cidade, detentora de grande prestígio. A fotografia realizada em um cenário natural (entendemos como espaço natural a não utilização de um fundo artificial) privilegia o espaço público da rua. A construção fotográfica revela a escolha do autor em fotografar utilizando-se da técnica de três planos, ou seja, a valorização da perspectiva que ao mesmo tempo em que revela na imagem diferentes elementos da atuação do poder municipal além de criar um efeito convidativo, atraindo o leitor a “entrar” na cidade. O autor opta por uma imagem retangular em enquadramento horizontal em tamanho de (12 x 8) centímetros, situando-a na parte superior da folha de forma estrategicamente planejada, conferindo a figura uma posição de destaque, com texto ao seu redor.

O espaço da foto contempla as inovações ilustradas pelos objetos presentes, as casas construídas aos moldes do período, onde enfatizamos a presença do estilo eclético como orientador do projeto de edificação, os postes que se estendem por toda a rua e as lâmpadas de iluminação pública reveladores simbólicos do progresso. No momento do *click* fotográfico um bonde segue o seu trajeto subindo a avenida, elemento emblemático no quesito de meio de transporte moderno, que percorria normalmente as áreas centrais da cidade, fenômeno também observado no Rio de Janeiro.¹⁹ O espaço da figuração está composto por pessoas a caminhar no canto da imagem, em meio à presença de árvores que ladeiam toda a avenida, inclusive com grandes coqueiros no princípio da imagem que se equilibram em harmonia na mesma altura que os postes.

A fotografia possui um equilíbrio visual da paisagem, da iluminação e da nitidez, todos os elementos em harmonia de forma a permitir a visualização clara da avenida. A imagem não nos proporciona uma visualização maior do cotidiano da cidade, mas nos revela a proposta do fotógrafo em realçar o principal objeto da foto, a Avenida Rio Branco e seus elementos do progresso. A lógica dos objetos retratados se organiza exatamente nesta proposta de exaltar as inovações, as obras, as edificações, tendo como atributo principal a paisagem urbana, a imagem de civilidade juizforana em seu ápice.

¹⁹ ABREU, M.A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*.

RUA DIREITA

A imagem de número 383 do Álbum também de autoria de Manoel Santos enfoca a freqüentada Avenida Rio Branco, outrora Rua Principal e Rua Direita, retratada em diferentes momentos de sua história. No álbum está uma imagem da antiga avenida ainda com a denominação de Rua Direita, datada de 1891. Reconhecemos uma aproximação de estilo no que tange a proposta de colocar no álbum imagem de uma mesma rua aproximadamente vinte cinco anos anteriores ao "clichê" fotografado no ano de publicação do Álbum, como na coleção produzida por Militão Augusto de Azevedo sobre a cidade de São Paulo em seu Álbum Comparativo da cidade S. Paulo 1862-1887.²⁰ Guardando as devidas proporções com a obra de Militão, retratar uma mesma localidade duas vezes em diferentes espaços de tempo, permitiu ao fotógrafo contratado para a execução do trabalho pela administração municipal de Juiz de Fora, contar através da imagem um pouco da história da cidade, além da concepção histórica de resgate do passado, a imagem celebra o novo, testemunhando o processo de urbanização pelo qual a cidade estava passando, exaltando a política implementada para este fim e contrapondo de maneira positiva o resultado alcançado em detrimento do "antigo" entendido como sinônimo de atraso.

A fotografia possui as dimensões de (9 x 5) centímetros, retangular enquadramento na horizontal; dividindo o espaço com textos, ela ocupa o canto inferior esquerdo da página 328 do álbum.

Como já dito anteriormente, a imagem possui fundo natural, tendo como espaço geográfico o espaço público da rua. A fotografia revela as edificações, trilhos de bondes, ainda de tração animal.

A lógica dos objetos já neste momento também se refere ao ato de retratar as inovações, o momento de crescimento pelo qual a cidade estaca passando.

CONCLUSÃO

Compreendemos a fotografia como uma realidade manipulada, o que não exclui a sua instrumentalidade enquanto registro do passado. Olhar o instante em que determinada imagem foi produzida, o momento em que dada situação foi congelada, nos revela muito sobre um momento histórico. A construção de um cenário, as indumentárias, a utilização de objetos na constituição da cena, os penteados, a pose do fotografado, são elementos de formação da fotografia repletos de significados e de mensagens que se elaboram temporalmente, que testificam o passado tanto como imagem em seu atributo como documento e imagem em seu atributo monumental.²¹

A partir do reconhecimento das fontes estamos aptos a iniciar o processo de compreensão da produção e sua trajetória enquanto objeto. Segundo Boris Kossoy²² é neste momento que o pesquisador

²⁰ KOSSOY, B. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro*. P.71

²¹ BLOCH, M. *Introdução à história*, 5ª ed., Lisboa, Coleção Saber, Pub. Europa-América, s/d.

²² KOSSOY, B. *Fotografia & História*, 2ª ed. rev. Sao Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

deve se ater a “condição de objeto e imagem, sua natureza de fragmento e registro documental”,²³ quando através desta preocupação poderemos apontar os elementos que constituem a imagem.

Após um processo de exame técnico-iconográfico e interpretativo,²⁴ caminhamos para análise do objeto enquanto documento histórico, revelador consciente ou inconsciente de aspectos do passado, submetendo-o a um questionamento crítico e reflexivo diante das suas características de composição, considerando as intenções do fotógrafo, do contratante e do público contemporâneo e das inter-relações que se estabelecem entre estes personagens, observando os interesses em voga que justificam a produção e a recepção da mesma, tendo em mente o seu valor informativo.

Compreendemos que uma análise mais aprofundada sobre o Álbum, destacando sua composição escrita e fotográfica nos permite um estudo da proposta do Livro enquanto difusor e perpetuador de uma imagem moderna da cidade, bastante significativa dos valores em voga e do plano político estabelecido. Sabemos que a fotografia se constitui como um elo com o passado que tende a se perpetuar ao longo dos anos. Como dito, as escolhas das temáticas, da posição do personagem, dos instrumentos de composição do cenário compõem a imagem que se pretende passar. Escolhas estas são indissociáveis da intenção do fotógrafo durante a composição do seu trabalho, quando este celebra o instante através da sua reprodução.

Bibliografia

- BASTOS, W.L. **Caminho Novo**: Espinha dorsal de Minas Gerais. Juiz de Fora, FUNALFA Edições, 2004.
- BLOCH, M. **Introdução à história**, 5ª ed., Lisboa, Coleção Saber, Pub. Europa-América, s/d.
- BORGES, M.E.L. **Cidade e República**: imagens do trabalho ambulante nas lentes fotográficas.
- CARDOSO, C.F. & VAIFAS, R. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia, 1ªed., São Paulo, Campos, 1997.
- CARVALHO, J.M. **Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- CHRISTO, M.C.V. **A Europa dos Pobres**: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na Belle Époque mineira. Juiz de Fora, EDUFJF, 1994.
- ESTEVES, A. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915.
- FÉLIZ, L.O. **História e Memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo, RS, EDIUPF, 1998.
- KOSSOY, B. **Fotografia e História**. 2ªed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- KOSSOY, B. **Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro**: fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2002.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2003.
- MOURA, C.E.M.M (org). **Retratos Quase Inocentes**. São Paulo: Nobel, 1983.
- NAVA, P. **Balão Cativo**: Memórias/2. 3ªed. Rio de Janeiro, José Olympía. 1973.
- NAVA, P. **Bau de Ossos**: Memórias. Rio de Janeiro, Sabiá, 1972.
- RIBEIRO, R. S. L. **A Fotografia de André Bello (1879-1941)**: Imagens em São João.

²³ KOSSOY, B. 2003. p. 38

²⁴ KOSSOY, B. 2003. p. 55.

SOUZA A.L.F. **A Modernidade das Imagens da Cidade Difundidas pela Imprensa Local.** (c.1891-c.1922). . IN: Primeiro Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora, CES, 2005, CD-Rom.

VALE, V.A. **Juiz de Fora – “Manchester Mineira”.**

Expertise, Capital Cultural e *Status*: o movimento docente em Juiz de Fora

Virna Ligia Fernandes Braga ¹

A discussão acerca dos trabalhadores 'intelectuais' implica na elaboração de um quadro teórico capaz de abarcar as particularidades destes profissionais no mundo trabalho. No caso dos professores é necessário dialogar com autores que ofereçam respostas mais adequadas às questões que a análise do movimento docente propõe. Em dissertação apresentada ao curso de mestrado em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, na qual desenvolvi o tema, foi possível constatar a complexidade que envolve a busca por um aporte teórico satisfatório.

Ao utilizar o conceito de classe para justificar o pertencimento dos professores à classe trabalhadora, muitas pesquisas limitaram-se a fatores econômicos ou ao lugar ocupado pela categoria na estrutura de classe. Para afirmar a inclusão do professorado nas "novas classes médias" a escola aproximou-se da fábrica e o professor do operário. ² A condição de classe foi tratada como um dado externo e apartado da realidade social destes atores, colocando suas experiências e interesses em segundo plano, ou em plano nenhum.

Portanto, é preciso afirmar que o período estudado exigiu um cuidado maior, para se evitar uma análise anacrônica, pois a situação dos professores entre 1930 e 1964 é bastante diversa daquela que vemos atualmente. Ser um educador na década de 1930 significava ocupar uma posição de destaque na sociedade. De modo diverso de grande parte do operariado de Juiz de Fora (trabalhadores manuais acostumados ao "chão da fábrica"), os professores estavam incluídos em um grupo de trabalhadores que possuía como fonte primordial de rendas sua capacidade intelectual. As especificidades de classe dos professores: a qualificação, seu sentimento de honra e responsabilidade, o reconhecimento de seu valor social, levaram à construção de um quadro teórico que, apesar de singular, foi capaz de balizar a análise do processo de organização sindical dos professores.

Para tratar da qualificação intelectual foram utilizadas as considerações de Pierre Bourdieu a respeito do "capital cultural", que apresenta pontos de convergência com as de Erik Olin Wright, quando este trata a qualificação profissional, "expertise", como um "ativo produtivo", capaz de agregar valor à força de trabalho. A estas categorias analíticas acrescentamos as idéias de Max Weber sobre a importância do *status* na formação de grupos nos quais as "honras sociais" ultrapassam o poder advindo do aspecto "meramente econômico", tornando o "prestígio" a base para conquista de determinado poder,

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, linha de pesquisa "Poder, Mercado e Trabalho". Esta comunicação é parte da dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2005, intitulada "Entre a Honra e o Mercado: análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934-1964)".

² VIANNA, Cláudia. *A Produção Acadêmica Sobre a Organização Docente: ação coletiva e relações de gênero*. Faculdade de Educação da USP. Revista Educação e Sociedade, ano XXII, nº 77. Artigo publicado em Dezembro de 2001. p.106.

seja político ou econômico. As noções de “capital cultural”, “expertise” e “honra estamental”, permitem captar as particularidades da profissão docente, bem como os papéis distintos que elas assumem conforme o contexto vivido pelos atores.

Os mestres, socialmente, participavam de “outra realidade” na qual a qualificação, inerente à sua profissão, trazia benefícios que iam além do aspecto material. Diferente dos trabalhadores manuais, os professores figuravam como profissionais “mais qualificados”, seu lugar no mundo do trabalho estava fundamentado em seu “capital intelectual”. Para se referir a esse poder advindo da produção, da posse, da apreciação ou do consumo de bens culturais socialmente dominantes Pierre Bourdieu utiliza, por analogia ao capital econômico, o termo *capital cultural*.

Este capital, conforme demonstra Bourdieu ao tratar do poder simbólico, seria responsável por determinada vantagem de seus possuidores nas disputas ocorridas no mercado de trabalho. Para o autor, à medida que as sociedades se tornam maiores, e com uma divisão social do trabalho mais complexa, certos domínios de atividade se tornam relativamente autônomos. No interior desses setores, ou campos da realidade social, os indivíduos envolvidos passam, então, a lutar pelo controle da produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente classificarem e hierarquizarem os bens produzidos.³

Essas “hierarquias culturais” reforçariam, reproduziriam e legitimariam as hierarquias sociais mais amplas, ou seja, a divisão entre grupos, classes ou frações de classe dominantes e dominados. Em primeiro lugar, as hierarquias culturais reforçariam as divisões sociais na medida em que elas são utilizadas para classificar os indivíduos segundo o tipo de bem cultural que eles produzem, apreciam e consomem. Os indivíduos que, de alguma forma, se envolvem com bens culturais considerados superiores, ganham prestígio e poder, seja no interior de um campo específico, seja na escala da sociedade como um todo. Pode-se dizer que, por meio desses bens, eles se distinguem dos grupos socialmente inferiorizados.⁴

As hierarquias entre bens simbólicos seriam, portanto, uma base importante para a hierarquização dos indivíduos e grupos sociais. Os indivíduos capazes de produzir, reconhecer, apreciar e consumir bens culturais tidos como superiores teriam maior facilidade para alcançar ou se manter nas posições mais altas da estrutura social. Da mesma forma, o mercado de trabalho valorizaria, para o acesso a posições de maior prestígio, não apenas o conhecimento técnico específico, mas a capacidade do candidato de se comportar e se comunicar de forma elegante, ou seja, de acordo com os padrões da cultura dominante.⁵

A idéia de Bourdieu é a de que os indivíduos ocupariam posições diferenciadas, mais ou menos privilegiadas na estrutura social, em função do volume e da natureza dos seus recursos. Alguns teriam

³ BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Os três estados do capital cultural*. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁵ NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.42-43.

muito capital econômico e pouco cultural, outros, pouco econômico e muito cultural, alguns teriam muito dos dois. Pode-se dizer, portanto, que o capital cultural adquirido pelos professores reforçaria sua posição “privilegiada” na sociedade e no mercado de trabalho, em detrimento dos trabalhadores manuais.

O operariado, detentor apenas de um conhecimento técnico específico, encontrava-se distante dos interesses, ou do mesmo círculo social e profissional, do qual participavam os professores. A qualificação da profissão docente contribuiu para fortalecer, ainda mais, a posição de relevo adquirida pela categoria, influenciando sobremaneira na atuação sindical do professorado de Juiz de Fora.

Na abordagem neomarxista de Erik Olin Wright esta qualificação profissional recebe o nome de “expertise”, sendo analisada como um fator, um “ativo produtivo”, que agrega valor à força de trabalho.⁶ José Alcides dos Santos, em comentário sobre a obra de Wright, destaca que “a formação do pensamento do autor deu-se em contraponto às insuficiências do pensamento marxista contemporâneo para interpretar, notadamente, a emergência de posições referidas como ‘classe média’ dentro da estrutura de classes”.⁷

Neste contexto quatro tipos de análises se desenvolveram, no âmbito do marxismo, até o final da década de 70. A primeira estratégia analítica colocava quase todas as posições na classe trabalhadora; a segunda optava por agrupar várias categorias de assalariados não proletários sob a denominação de “nova pequena burguesia”; a terceira fixava os segmentos de assalariados situados fora da classe trabalhadora numa nova classe, denominada “classe profissional ou gerencial”; a quarta e última, interpretava essas posições não polares como representativas de “localizações contraditórias dentro das relações de classe”.

Wright defendeu uma versão estrutural da quarta estratégia, analisando três dimensões inter-relacionadas da dominação e subordinação dentro da produção, construindo uma tipologia básica de classe, na sociedade capitalista, a partir da apropriação diversa de três tipos de ativos: meios de produção, qualificação e ativos organizacionais, relacionados ao exercício da autoridade no interior de uma organização capitalista. O controle sobre os primeiros, associado à contratação de trabalhadores assalariados, caracteriza propriamente o capitalista. O exercício da autoridade constitui um dos espaços possíveis em que posições de classe contraditórias se afirmam, pois o gerente na empresa capitalista, embora não disponha da propriedade dos meios de produção, participa da dominação exercida pelos seus detentores e auferir uma “renda de lealdade”, vinculada ao exercício de sua função. Já o controle sobre ativos de qualificação escassa, pode favorecer a obtenção de rendas elevadas se, dadas as condições de

⁶ Sobre as características centrais de tais ativos e seu papel nos processos de mobilidade social ver WRIGHT, Eric Olin & WESTERN, M. *The Permeability of Class Boundaries to Intergenerational Mobility among Men in the United States, Canada, Norway and Sweden*. In: *American Sociological Review*, 1994, Vol. 59. Uma excelente síntese do desenvolvimento da teoria de Olin Wright aparece em SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*. Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda. Belo Horizonte/Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

⁷ SANTOS, José Alcides Figueiredo. op. cit.

mercado, conduzir à obtenção de rendimentos que superam o custo de produção da força de trabalho qualificada.⁸

A relação de classe fundamental entre trabalho e capital foi pensada como polarizada e antagônica ao longo dessas três dimensões. Desta forma, gerentes e supervisores ocupam localização contraditória entre trabalhadores e capitalistas; pequenos empregadores entre a pequena burguesia e a classe capitalista propriamente dita; empregados semi-autônomos entre a pequena burguesia e a classe trabalhadora. Estas localizações são contraditórias porque compartilham, simultaneamente, características relacionais de duas classes distintas.⁹ Ao mesmo tempo em que se aproxima do operariado por não ser proprietário dos meios de produção, o trabalhador qualificado também está próximo dos empregadores, pois ocupa uma posição na qual pode desenvolver sua autoridade e perícia diante do trabalhador comum. É o que ocorre com os gerentes e engenheiros, por exemplo, os primeiros exercem autoridade e os últimos possuem a "expertise", a perícia.

De acordo com Wright classes definem-se em termos de um mapa estrutural de interesses materiais comuns baseados na exploração. Devido aos tipos específicos de ativos que controlam, as pessoas de uma determinada classe "enfrentam objetivamente as mesmas amplas estruturas de escolhas e tarefas estratégicas quando procuram melhorar seu bem-estar econômico". Quando falamos em vários ativos, aliados à "expertise" do trabalhador, em especial, não podemos esquecer de como ela poderá afetar as escolhas e estratégias daquela classe que, além dos outros ativos, possui a perícia como característica fundamental.¹⁰

A expertise constitui um ativo produtivo que, quando incorporado à força de trabalho, amplia o poder desta força no mercado capitalista. Os ativos de qualificação pressupõem a restrição de sua oferta e fazem com que a força de trabalho especializada, qualificada, transforme a escassez relativa em rendas elevadas, que superam o custo de produção desta força "incrementada".¹¹

A partir de uma análise mais refinada de determinadas características das chamadas "classes médias" é possível descobrir os efeitos da localização de classe na consciência e ação individuais. Ao ocupar determinada localização o indivíduo é afetado por um conjunto de fatores, que influenciam suas escolhas e seu modo de agir, situando-o em relação aos poderes e direitos sobre os recursos produtivos que estruturam seus padrões de interação social. Em Juiz de Fora se formou um círculo restrito composto por médicos, engenheiros, advogados, literatos e jornalistas que, além de lecionarem, exerciam grande influência na vida cultural e política da cidade. Para a sociedade o professor era um exemplo de dedicação e responsabilidade, o que destaca o status profissional da elite "letrada" local.

⁸ Ver WRIGHT, Eric Olin & WESTERN, M. op.cit. Uma excelente síntese do desenvolvimento da teoria de Ollin Wright aparece em FIGUEIREDO, José Alcides. op. cit.

⁹ SANTOS. op. cit. p.30-35.

¹⁰ SANTOS. op. cit. p.44-45.

¹¹ Idem. p.45.

O "capital intelectual", fruto da qualificação do professor, exerceu o poder de impulsionar o valor de seu trabalho, permitindo também o fortalecimento do status profissional da categoria. Entretanto, as exigências crescentes das relações de mercado e da lógica capitalista, em expansão na década de 30 no Brasil, irão interagir como fator de desequilíbrio, representando uma ameaça ao sentimento de "honra" solidificado no imaginário dos professores. Desde então, a categoria docente juizforana irá atuar sob a tensão "educador-trabalhador", pois o seu status profissional, sua "expertise", irão, gradativamente, dissociar-se, economicamente, de sua posição privilegiada no mercado de trabalho.

A despeito do status adquirido, o grande dilema dos professores no período aqui analisado, 1934-1964, será o desequilíbrio entre o "capital cultural" e o capital econômico da categoria. A qualificação, entendida como um fator capaz de aumentar as rendas de grupos de trabalhadores mais especializados, deveria funcionar como uma alavanca para a conquista de melhores salários. Entretanto, a educação ainda não havia se consolidado como setor de investimentos dinâmico e rentável, dado o predomínio das escolas de origem confessional.

Esta situação obscurecia a "expertise" do professorado, impedindo que os salários fossem compatíveis à qualificação da profissão docente, o que aproximava os professores do operariado, situação que abalava a honra e a estima da categoria. O desequilíbrio entre os capitais cultural e econômico, resultou no que denominamos de tensão "educador-trabalhador", um fator permanente no cotidiano sindical dos professores.

Para identificá-la, optamos por abordar a criação dos primeiros estabelecimentos de ensino particular – registrando sua formação e ideário institucional – , relacionando-os com o processo de constituição do magistério na cidade. Considerando as formulações weberianas, a análise destes fatores e o exame das fontes, possibilita a percepção de valores ligados a uma condição de status, que acompanhava os professores há cerca de 40 anos no meio social e cultural, com as exigências de uma postura classista, quando se cria o Sindicato de Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora, em 1934.

O conceito de "honra estamental" de Max Weber é utilizado por considerarmos a importância do status, derivado da qualificação intelectual dos professores, como fundamental no processo organizacional do grupo. Weber entende por poder "a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação".¹² O poder pode advir das condições econômicas, mas as "honras sociais" condicionam as lutas por um outro tipo de poder, que não aquele "meramente econômico". O prestígio foi, e ainda é, a base de determinado poder político ou econômico.

Conectada à discussão sobre o poder, Weber ainda trata da formação da consciência e do sentido da ação social que orienta o comportamento dos indivíduos. Colocando-se numa posição bastante distinta do pensamento marxista, a teoria weberiana afirma que uma mesma situação de classe, mesma situação

¹² WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. ZAHAR Editores. Rio de Janeiro, 1974. 3ª Edição. p.211.

na produção econômica, nem sempre faz com que os indivíduos tenham uma consciência comum e orientem suas ações em uma única direção. Para Weber, a formação da consciência e do sentido comum da ação – ou seja, a formação de uma “comunidade” – pode ocorrer em diversos níveis das experiências sociais, não apenas através das experiências na produção econômica e sob influência dos mais diversos fatores.

Uma situação de classe nem sempre resulta em uma “ação comunitária” - orientada pelos sentimentos dos agentes de pertencerem a um todo -, ou mesmo em uma “ação societária” – orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivados. A consciência comum acerca dos interesses econômicos compartilhados por um grupo não se forma diretamente da situação de classe em que este grupo de indivíduos se encontra.

A situação de classe seria responsável pela formação dos interesses materiais que participam da consciência dos indivíduos, analisada como uma:

*(...) oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda em uma determinada ordem econômica.*¹³

A “situação de classe”, “situação de status” ou “situação estamental”, são responsáveis pela formação da consciência do indivíduo e do sentido de suas ações. Em uma situação de classe os imperativos são os motivos econômicos e a classe não possui valor de comunidade. Os grupos de “status”, ao contrário, são normalmente comunidades, quase sempre do tipo amorfo. A “situação de status” é determinada pela estimativa de honraria que pode estar relacionada com qualquer qualidade compartilhada por um grupo de indivíduos. Pode, ainda, estar relacionada com uma situação de classe, já que para Weber as distinções de classe estão ligadas, de várias formas, com as distinções de status.¹⁴ Tanto os proprietários como os não-proprietários podem pertencer ao mesmo estamento, com resultados bastante palpáveis. Entretanto, esta “igualdade” da estima social pode tornar-se “precária a longo prazo”, em decorrência do poder soberano do mercado.¹⁵

A honra estamental se expressa por meio de um “estilo de vida”, específico, esperado de todos aqueles que desejam pertencer a determinado círculo. Portanto, o relacionamento social deve objetivar os princípios econômicos ou a “funcionalidade” da empresa, o que leva os círculos de status a se fecharem sempre mais. A estimativa de honraria, deste modo, não precisa estar ligada a uma situação de classe, não é uma simples propriedade e somente a deterioração da “velha tradição” pode levar ao fim desta “igualdade” da estima social.¹⁶

¹³ WEBER, Max. op.cit. p. 212.

¹⁴ Idem. p.218.

¹⁵ WEBER, Max. op.cit. p. 219.

¹⁶ Idem. p. 219-220.

De acordo com Weber, o caminho de uma situação puramente convencional até o privilégio local é percorrido quando uma estratificação da ordem social tenha sido vivenciada, estabilizando-se através de uma distribuição durável do poder econômico. O poder econômico puro não é capaz de trazer consigo as mesmas honras ou estilo de vida, inerentes à participação nos grupos de status. Caso isto ocorresse, toda a ordem estamental estaria ameaçada, pois a honra resultaria da riqueza e não do estilo de vida. A aquisição meramente econômica é depreciada pelos que estão inseridos nos grupos de status, uma vez que os estamentos não compartilham da atividade econômica *per se*.¹⁷

Antes que o poder econômico sobrepujasse a força da “igualdade” de estima e da honra, adquiridas pelos professores de Juiz de Fora desde o final do século XIX, houve tempo suficiente para a formação de um estamento social que agregava donos de escolas e professores. Estes constituíam um grupo fundamentado, tradicionalmente, em sua qualificação profissional e na noção de que a educação não era uma mercadoria. Os patrões, que não recebiam esta denominação pelos professores de Juiz de Fora, eram tidos como parceiros na luta pela boa educação.

Questionado a respeito do relacionamento com os patrões, o professor José Xavier afirmou em entrevista:

*Mas a gente tinha que manter um contato permanente com os diretores para satisfazer às necessidades, aos anseios e aos ideais dos professores. Muitas e muitas vezes nós tivemos discussões muito boas, muito úteis, sempre visando a manutenção de um ensino bom, de um ensino de qualidade, com muita responsabilidade e encontramos da parte dos diretores, de quase todos de um modo geral, assim, uma aceitação grande, boa, diretores que muitas vezes nos procuravam para uma espécie de assessoria a respeito dos direitos dos professores e sobre o estudo da legislação a respeito de pagamento e de direitos (...). Nos demos bem, graças a Deus, nunca tivemos assim ...problemas sérios não... e assim foi durante muito tempo...*¹⁸

Xavier sindicalizou-se no início da década de 1950, cerca de 16 anos após a fundação do sindicato, atuou em meio a uma conjuntura política e econômica extremamente conturbada, em que pese a ascendência do movimento sindical à época. Além disso, as atas de reuniões, anteriores a este período, também corroboram o bom relacionamento com o patronato, o que permite afirmar, através da análise dos documentos e depoimentos produzidos pelo professorado local, a existência de uma comunhão de ideais fundamentados na “educação de qualidade”, partilhada por patrões e docentes. Deve-se acrescentar que, ao mesmo tempo em que pertenciam ao sindicato, os professores eram também diretores ou donos de escolas, constituindo um só grupo.

¹⁷ Idem. p. 220.

¹⁸ Entrevista realizada com o professor José Xavier de Albuquerque em agosto de 2004, disponível em CD. Xavier foi representante do sindicato de professores junto a FITEE (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), em 1955, e atuou na direção da associação de Juiz de Fora como presidente, na gestão de 1959-62.

O maior efeito da ordem estamental é o impedimento do livre desenvolvimento do mercado devido ao monopólio “das oportunidades”, em função da subtração dos bens de livre troca. Limitando o mercado, o poder da propriedade *per se*, responsável pela “formação de classe”, passa para o segundo plano. Logo, para Weber, as classes se estratificam de acordo com suas relações de produção e aquisição de bens e os estamentos de acordo com “os princípios de seu consumo de bens”, representados por estilos de vida particulares.¹⁹

Economicamente, as ordens estamentais são favorecidas pela estabilidade na aquisição e distribuição de bens. Qualquer tipo de inovação tecnológica ou mudança econômica provoca ameaça aos estamentos, trazendo a situação de classe para o primeiro plano. Weber chama a atenção para as épocas e os países em que a situação de classe pura predominou, quase sempre períodos de transformações técnicas e econômicas. Entretanto, em períodos de diminuição do ritmo das mudanças econômicas, reforçam-se as organizações estamentais, contribuindo para a “ressurreição” do papel das honras sociais.

A formação de uma consciência comum, ainda que baseada nos interesses econômicos, depende da organização da classe no sentido de comunalizar ou socializar os sentimentos e interesses de seus membros, bem como das condições culturais gerais, principalmente as do tipo intelectual. Weber destaca que o mercado não conhece distinções pessoais, é dominado por interesses funcionais. A ordem estamental posiciona-se inversamente, por meio da estratificação, fundamentada em “honras” e estilos de vida peculiares aos grupos de estamentos.²⁰

A situação de *status* orientou a formação inicial do movimento de professores em Juiz de Fora, indicando-lhes não apenas os interesses econômicos ou materiais a serem perseguidos, mas, principalmente, os interesses ideais, ou seja, os valores que norteavam seu respectivo “estilo de vida”. O Prof. Camillo Severino, na assembléia de 9 de julho de 1944, afirmava:

*(...) que os professores almejam melhor remuneração em vista da situação atual, a fim de que, com mais folga e sem maiores preocupações, se dediquem de corpo e alma ao ensino e educação da mocidade, sem prejuízo para os colégios, com os quais devem viver em perfeita simbiose (...).*²¹

Desde o final do século XIX, a proposta altruísta das instituições de ensino confessionais de Juiz de Fora, em desacordo com os princípios do mercado, visava a “produção social” revertida em benefício de interesses comunitários e não de interesses particulares.²² Este contexto reforçou a noção de que o produto do trabalho docente possuía um valor que não podia ser regido pelo mercado, fator que influenciou na atuação do movimento de professores da cidade e fez com que as reivindicações de ordem

¹⁹ WEBER, Max. op. cit. p. 224-25.

²⁰ WEBER, Max. op. cit. p.226.

²¹ Livro de Atas do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora. nº 01. p. 47.

²² Ver NETO, Arsênio F. de Novais. *Da tensão entre missão e “negócio”, compatibilidade possível?*. Revista de Educação do Cogeime. Ano 11, nº 21. Dezembro de 2002. e YAZBECK, Dalva Carolina de M. *Do Ensino Confessional ao Laico: As Origens da Universidade de Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação. Agosto de 1997. PUC/RJ. (mimeo)

material fossem sempre acompanhadas da afirmação da qualificação profissional e grande responsabilidade da categoria perante a sociedade.

A conjuntura econômica, que guarda consigo importância fundamental, vai interferir constantemente, em especial, nos momentos de altos índices inflacionários, como na década de 1950. Porém, ainda assim, a honra profissional de “educar a mocidade” jamais será abandonada pela categoria docente. Até mesmo durante o movimento grevista de 1959, analisado posteriormente, momento em que os professores percebem que seus interesses, de fato, não são os mesmos que o dos “professores-diretores”, o elo de honraria não se perdeu. Muito mais poderoso do que o mercado ele demonstrou o enraizamento de valores tradicionais, colocando a própria greve como a última das alternativas, a mais prejudicial de todas.

A igualdade da estima social, a honra e a tradição são, de fato, incompatíveis com o desenvolvimento das novas relações de trabalho, calcadas basicamente no valor do mercado. A lógica do capital, neste enfoque, seria responsável pela transição da condição de *status* para uma condição de classe, com base na teoria marxista, que levaria a proletarização do movimento, modificando radicalmente sua atuação. A partir destas considerações é possível compreender porque muitos estudos, dedicados ao movimento de professores, buscaram uma abordagem direcionada para as conseqüências da expansão do mercado sobre a organização docente.

Mas, de modo diverso, sob a ótica weberiana, percebemos que, em Juiz de Fora, no período analisado, a relação entre professores e patrões não se pautou somente pelo binômio capital-trabalho. Verificamos, nas atas de reuniões, documentos e jornais, que um aspecto fundamental foi a presença da “igualdade de estima social” entre ambos, o pertencimento a um mesmo círculo. Muitos professores sindicalizados dirigiam as recém criadas escolas de ensino superior da cidade, atenuando os conflitos naturais entre empregados e empregadores. Esta situação peculiar reforçava a noção de que os diretores e os professores formavam um grupo único, com interesses comuns.²³

Henrique José Hargreaves, sindicalizado em 1945, foi secretário-fundador da Fafile – Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, junto com outros intelectuais ligados ao movimento católico, onde pretendiam difundir “uma cultura orgânica e desinteressada, orientada pelos princípios da filosofia cristã bem como a preparação de candidatos ao magistério do ensino secundário e normal”.²⁴ Hargreaves era Diretor do Banco Hipotecário Agrícola de Minas Gerais, diretor da Companhia Mineira de Eletricidade, membro do Centro D. Vital e professor de sociologia.²⁵

Espalhando-se por todas as áreas disciplinares, os professores contribuíram na constituição das escolas de ensino superior de Juiz de Fora, que mais tarde se uniriam para formar a Universidade Federal

²³ O livro de atas e o livro de filiação do sindicato de professores de Juiz de Fora comprovam que a maior parte dos docentes sindicalizados lecionava nas escolas de ensino superior da cidade, alguns eram também diretores. Ver também Dalva YAZBECK. op.cit.

²⁴ YAZBECK. op. cit. p. 152.

²⁵ Idem. Entre os presentes à solenidade de instalação da Fafile, em 26/11/1948, estavam ainda os professores sindicalizados Emílio Agostinho Giacomini e Helion de Oliveira.

da cidade. Na Faculdade de Administração e Finanças, criada em 1941, lecionava o professor Danilo Brevigliéri na cadeira de Economia Política, Ciência da Administração e Direito Administrativo, tendo sido admitido como sócio do sindicato de professores em 1945. Felipe Luiz Paletta Filho ocupava a cadeira de Direito Industrial e Operário, Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado, Legislação Consular, Economia Política, Direito Internacional e Direito Civil, também sindicalizado em 1945; Sady Monteiro Boëchat a cadeira de Contabilidade de Transportes, Contabilidade Pública e Matemática Comercial, filiado ao sindicato em 1942.²⁶

Estes professores faziam parte da vida intelectual da cidade, constituíam um grupo seletivo, que propagava a cultura dentro e fora das salas de aula. A filiação ao sindicato, estava incluída entre as muitas atividades por eles desenvolvidas, demonstrando sua inserção política e cultural em Juiz de Fora.²⁷ Para a Câmara Municipal, nas eleições de 23 de novembro de 1947, foram eleitos para vereadores de Juiz de Fora os professores Joaquim Henrique Vianna Júnior, pelo Partido Republicano; Sadi Boëchat também pelo PR; e Irineu Guimarães, pelo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, todos sindicalizados.²⁸

Na Câmara, destacavam-se os vereadores Fábio Nery, Vianna Júnior, Antônio Ribeiro de Sá, Abel Rafael Pinto, Lindolfo Hill, Justino de Moraes Sarmiento e Irineu Guimarães. "O povo se interessava pelos assuntos da casa, principalmente quando havia calorosas discussões entre o integralista Abel Rafael e o comunista Lindolfo Hill". Lindolfo, ao discursar, lia as mensagens do Partido Comunista, despertando a ira de Abel, que discutia constantemente com Hill, trazendo mais público para as reuniões. Alertado de que estava fazendo propaganda para os comunistas, "já que atraía os cidadãos à Câmara com seus apartes contra as mensagens de Lindolfo Hill", Abel mudou seu comportamento:

*(...) Lindolfo fazia suas leituras e ia sentar-se sem que houvesse qualquer barulho na Câmara. Mas o silêncio não durou muito, já que Abel, sempre polêmico, resolveu fazer dura oposição ao prefeito da época, Dilermando Cruz Filho (...).*²⁹

Abel Rafael Pinto e Fábio Nery eram professores, mas não se sindicalizaram. Entretanto, ofereciam apoio constante ao sindicato, especialmente Abel, que mais tarde se tornaria Deputado Federal pelo PR mineiro, na década de 1950.³⁰

Não só na política, como também na fundação de instituições culturais, o professorado da cidade se destacava com efetiva participação. Paulino de Oliveira, em seu relato sobre os acontecimentos relevantes que ocorreram em Juiz de Fora no ano de 1956, destaca a eleição da primeira diretoria do Instituto Histórico e Geográfico da cidade, em abril daquele ano, que seria presidido pelo professor Almir

²⁶ YAZBECK. op. cit. p. 140.

²⁷ OLIVEIRA, Paulino. *A História de Juiz de Fora*. 2ª Edição. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 297.

²⁸ Menos conhecido nacionalmente do que o PTB, o Partido Republicano – PR foi fundado por Arthur Bernardes, em 1945, sucedendo ao antigo Partido Republicano Mineiro. Foi extinto pelo Regime Militar, por intermédio do Ato Institucional Número Dois - o AI-2, de 27 de outubro de 1965. Ver <http://www.camara.gov.br/partidos>.

²⁹ Ver <http://www.camara.gov.br/vereadores>.

³⁰ Ver http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Inativo_Detalhe.asp?id=410176.

de Oliveira, também integralista, sindicalizado desde 1945 e que viria a ocupar lugar de destaque no jornalismo da cidade. Na reunião de fundação do referido Instituto, no mês anterior, estiveram presentes diversos professores filiados ao sindicato: Júlio Camargo, Ivan Cavalieri, José de Freitas e Silva, Marciano Netto, Francisco Bedendo, Carlos Del-Lhano, José Vilas Bouçadas Júnior e Maria do Céu Corrêa Mendes.³¹

Na análise weberiana um grêmio profissional pode ser um estamento, reivindicando as honras sociais devido apenas a um estilo de vida especial. A ênfase na proletarização progressiva dos professores é fundamentada no poder do mercado capitalista, nas mudanças que este exerce sobre a condição de *status*. Mas a estruturação da ordem econômica capitalista não exclui esta condição. Analisada como “qualidade partilhada por um grupo de indivíduos” a situação estamental pode coexistir com os efeitos devastadores do mercado sobre a “velha tradição”.

Se nas primeiras décadas do movimento docente de Juiz de Fora predominaram características estamentais, nos anos subseqüentes nota-se o desenvolvimento concomitante de uma situação de classe, sem que a ascendência de uma exclua a presença da outra. Admitir este fato, entretanto, não significa compartilhar da idéia de que houve, no período estudado, uma “proletarização progressiva dos professores”. O que se percebe, no decorrer da experiência sindical dos docentes de Juiz de Fora é a existência de um processo de auto-afirmação da categoria, permeado por reinvestidas constantes da dimensão estamental, a cada momento em que se disseminavam sentimentos de classe.

A tensão entre a responsabilidade e honra social do educador versus a questão salarial esteve submersa na perfeita “simbiose” entre professores e patrões, conforme as palavras do Prof. Camillo Severino.³² Esta tensão será percebida, mais claramente, na década de 1950, quando o número de professores sindicalizados aumenta e as escolas confessionais perdem espaço para os estabelecimentos de ensino laicos.

Até 1940 as condições do setor educacional, o ambiente político e a própria composição do professorado, contribuíram para a preponderância da dimensão estamental, o que resultou na pequena combatividade da categoria. De 1940 em diante, o contato com o sindicato de professores do Rio de Janeiro, a mudança na composição do professorado, a nacionalização crescente do movimento sindical e a presença de conjunturas inflacionárias, aliadas a um período de fortalecimento da experiência democrática, contribuíram para o desenvolvimento de uma dimensão classista entre o professorado. Contudo, a postura classista se revelou efêmera diante da já enraizada dimensão estamental.

BIBLIOGRAFIA:

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

³¹ OLIVEIRA, Paulino. op.cit. p.304-305.

³² Livro de Atas do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora. nº 01. p. 47.

BOURDIEU, Pierre. *Os três estados do capital cultural*. In: BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

NETO, Arsênio F. de Novais. *Da tensão entre missão e "negócio", compatibilidade possível?*. Revista de Educação do Cogeime. Ano 11, nº 21. Dezembro de 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*. Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda. Belo Horizonte/Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

VIANNA, Cláudia. *A Produção Acadêmica Sobre a Organização Docente: ação coletiva e relações de gênero*. Faculdade de Educação da USP. Revista Educação e Sociedade, ano XXII, nº 77. Artigo publicado em Dezembro de 2001.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. ZAHAR Editores. Rio de Janeiro, 1974. 3ª Edição. p.211.

WRIGHT, Eric Olin & WESTERN, M. *The Permeability of Class Boundaries to Intergenerational Mobility among Men in the United States, Canada, Norway and Sweden*. In: American Sociological Review, 1994, Vol. 59.

YAZBECK, Dalva Carolina de M. *Do Ensino Confessional ao Laico: As Origens da Universidade de Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação. Agosto de 1997. PUC/RJ.(mimeo)